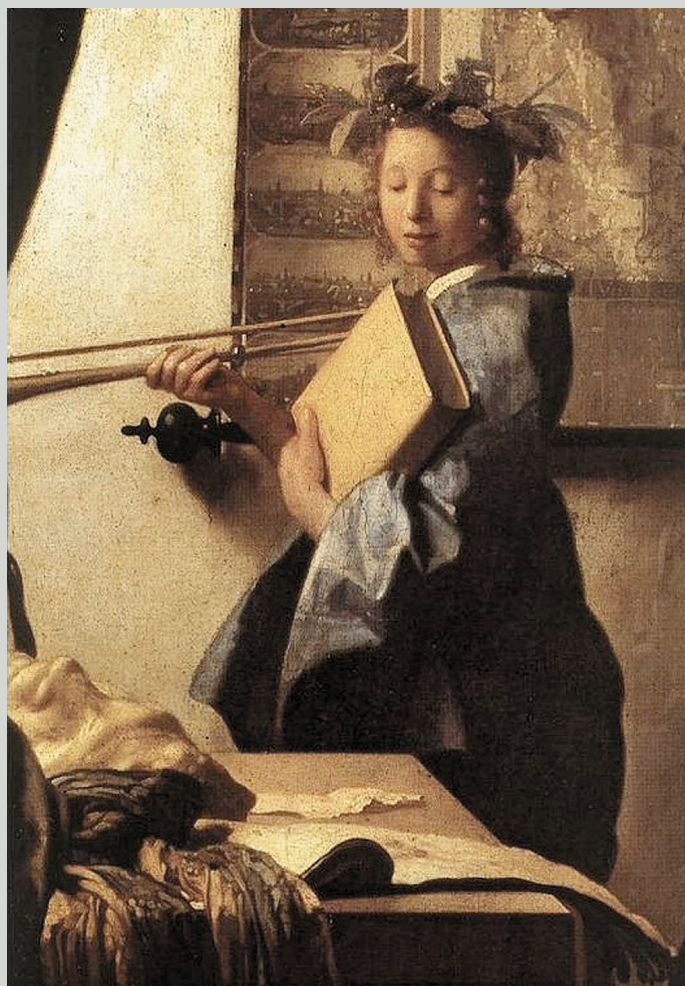


# HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS (SÉCULOS XIX-XXI)

Organização de  
Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João



HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS  
(séculos XIX-XXI)



(orgs.)  
SÉRGIO CAMPOS MATOS E MARIA ISABEL JOÃO

## HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS (séculos XIX-XXI)

ANA ISABEL BUESCU • ANA MARIA PINA  
ANTÓNIO VENTURA • DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO  
HUGO GONÇALVES DORES • IGNACIO PEIRÓ MARTÍN  
ILARIA PORCIANI • JOÃO FRAZÃO COUVANEIRO  
JOSÉ MANUEL GUEDES DE SOUSA • LUÍS REIS TORGAL  
MARIA ISABEL JOÃO • NORBERTO CUNHA • PAULA MORÃO  
PAULO RODRIGUES FERREIRA • RICARDO BRITO  
ROBERT ROWLAND • SÉRGIO CAMPOS MATOS  
TERESA SOUSA NUNES



Lisboa

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e  
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta  
2012

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Historiografia e Memórias (séculos XIX-XXI)

### AUTORES

Ana Isabel Buescu, Ana Maria Pina, António Ventura, Daniel Estudante Protásio, Hugo Gonçalves Soares, Ignacio Peiró Martín, Ilaria Porciani, João Frazão Couvaneiro, José Manuel Guedes de Sousa, Luís Reis Torgal, Maria Isabel João, Norberto Cunha, Paula Morão, Paulo Rodrigues Ferreira, Ricardo Brito, Robert Rowland, Sérgio Campos Matos, Teresa Sousa Nunes

### ORGANIZADORES

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

### COPYRIGHT

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta e autores dos textos

### CAPA

Musa Clío, "The Allegory of Painting" de Vermeer, pormenor.  
Concepção Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

### DATA DE EDIÇÃO

Dezembro de 2012

### IMPRESSÃO

Sersilito - Maia

### DEPÓSITO LEGAL

352299/12

### ISBN

978-989-8068-13-2

### TIRAGEM

500 exemplares

### EDITOR

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e  
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta  
Alameda da Universidade 1600-214 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. : + 351 217 920 000 • Fax: 351 217 960 063  
Email: centro.historia@fl.ul.pt  
URL: [http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c\\_historia/index.html](http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/index.html)

### DISTRIBUIDOR

DINAPRESS - Distribuidora Nacional de Livros, Lda.  
Rua João Ortigão Ramos, 17 A  
1500-363 Lisboa  
Tel. : + 351 217 122 210 • Fax: 351 217 153 774  
Email: comercial@dinalivro.pt  
URL: <http://www.dinalivro.pt>

### FINANCIAMENTO

Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III)

# SUMÁRIO

## 7 INTRODUÇÃO

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

## 1. ESCRITAS DA HISTÓRIA E HUMANIDADES

### 15 HISTORIANS, PROFESSIONALIZATION AND INSTITUTIONS: THE EUROPEAN ATLAS

Ilaria Porciani

### 43 ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: A PROPÓSITO DA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Robert Rowland

### 63 ENSAÍSMO, CRÍTICA E PROBLEMÁTICA DA HISTÓRIA

Norberto Cunha

### 75 REGIÃO, NAÇÃO E HISTORIOGRAFIA LOCAL - O CASO DOS AÇORES

Maria Isabel João

### 95 MEMORIALISMO E ESTADO NOVO. AS MEMÓRIAS SOBRE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

António Ventura

### 107 O CASO DE JOSÉ RÉGIO - MOTIVOS DA IDENTIDADE: TRADIÇÃO E ORIGINALIDADE

Paula Morão

## 2. NARRATIVAS E USOS POLÍTICOS DO PASSADO

### 121 HISTORIOGRAFIA E MITO: O CASO DE ALEXANDRE HERCULANO

Ana Isabel Buescu

### 143 MONÁRQUICOS E REPUBLICANOS: NARRATIVAS DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO OCASO DO SÉCULO XIX

Ana Maria Pina

### 153 HISTORIOGRAFIA E INTERVENÇÃO CÍVICA: DE OLIVEIRA MARTINS À I REPÚBLICA

Sérgio Campos Matos

167 HISTORIA DE LA HISTORIA Y MEMORIA DE LA PROFESIÓN: ¿EXISTIERON HISTORIADORES LIBERALES EN LA ESPAÑA DE FRANCO?  
Ignacio Peiró Martín

213 O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA  
Luís Reis Torgal

### 3. HISTORIADORES PORTUGUESES

251 O 2º VISCONDE DE SANTARÉM E A TRADIÇÃO DOCUMENTAL PORTUGUESA (1817-1846)  
Daniel Estudante Protásio

263 A HISTORIOGRAFIA NO CURSO SUPERIOR DE LETRAS: O CASO DE REBELO DA SILVA  
João Frazão Couvaneiro

275 CARLOS MALHEIRO DIAS, HISTORIADOR E ROMANCISTA  
Teresa Sousa Nunes

289 OS INÍCIOS DA HISTÓRIA NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA: QUEIRÓS VELOSO, OLIVEIRA RAMOS E AGOSTINHO FORTES  
Hugo Gonçalves Dores

307 MARCELO CAETANO, HISTORIADOR  
Ricardo Brito

331 RUBEN ANDRESEN LEITÃO, HISTORIADOR E MEMORIALISTA  
Paulo Rodrigues Ferreira

341 VITORINO MAGALHÃES GODINHO - HISTÓRIA, ENSINO E INVESTIGAÇÃO NOS ANOS 40  
José Manuel Guedes de Sousa

363 RESUMOS/SUMMARIES

## INTRODUÇÃO

*Historiografia e Memórias* reúne textos de comunicações apresentadas num seminário realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 24 e 25 de Janeiro de 2011, com a participação de investigadores nacionais e estrangeiros.

Neste encontro desenvolveram-se reflexões sobre temas que se prendem com a construção das memórias nacionais, regionais e individuais, convocando múltiplos pontos de vista teóricos e abordagens: historiografia, antropologia, memorialismo, autobiografia e ensaísmo. Foram questionados diversos tipos de fontes e materiais oriundos de variados âmbitos de intervenção dos indivíduos nas sociedades, nomeadamente da cultura, da política e da actividade académica. Procurou-se assim atravessar campos e fronteiras do saber, com o objectivo de aprofundar o debate sobre problemas e concepções que estão no centro das relações entre historiografia, memória e sociedade.

O ofício dos historiadores nunca viveu isolado do mundo em que existiram. Mas o processo de especialização das ciências humanas, em curso desde os finais do século XIX, acentuando-se profundamente ao longo da centúria seguinte, levou a uma compartimentação do conhecimento que teve consequências ainda hoje evidentes na própria estrutura do campo universitário.

A relação entre história e memória tem sido problematizada com especial acuidade nos últimos decénios. Na tradição da sociologia francesa, de Durkheim a Halbwachs, dominava a separação entre os dois conceitos, que mais recentemente também encontramos em Pierre Nora. Há que reconhecer o quanto a distinção entre memória histórica e memórias colectivas foi produtiva, num tempo em que a história ocupava lugar privilegiado nas ciências humanas, até como modo de pensar a transformação destas. Demarcava-se o saber histórico do vasto domínio das memórias sociais no qual, inevitavelmente, o investigador está mergulhado e onde busca indícios com que pode fazer a história. Na verdade, esta tem exigências heurísticas e hermenêuticas de rigor e método que implicam um trabalho crítico de construção do objecto de estudo e de análise dos testemunhos, à luz de um questionário que permita responder à problemática em causa.

Contudo, mais recentemente, na sequência das reflexões marcantes de Michel de Certeau e de Paul Ricoeur, diversos historiadores – caso de Tony Judt, Enzo Traverso ou Fernando Catroga – têm vindo a notar a relação de proximidade que

existe entre a memória social e a historiografia. Não tem a agenda das memórias colectivas – a par dos registos historiográficos – condicionado o trabalho dos historiadores? Também a pretexto dos comemorativismos não se tem aprofundado o conhecimento do passado? Na verdade, em ambos os casos – história e memória – se estabelece uma relação mediatizada com a ausência física, em ambos há horizontes de expectativa. Não é o passado além de experiência acumulada, horizonte de possibilidades (tantas elas não cumpridas) na memória dos vivos e nas sempre variadas escritas da história? Se é evidente que nem toda a memória interessa ao historiador (a história é um discurso crítico sobre o passado), também é bom lembrar, com Enzo Traverso, que nós historiadores pertencemos a um dos modos memoriais possíveis. Um modo específico, sublinhemos, do lado do pensamento crítico. O estudo e salvaguarda dos múltiplos possíveis que o passado sempre encerra é afinal condição de liberdade e resistência à pressão de propagandas e instrumentalizações da memória pelos poderes. Neste sentido, a história constitui uma reserva do maior significado até no exercício da consciência política e da cidadania.

O presente livro organiza-se em três secções: *Escritas da história e humanidades*; *Narrativas e usos políticos do passado*; por último, *Historiadores portugueses*. No primeiro texto, Ilaria Porciani apresenta uma obra a diversos títulos inovadora: um atlas da historiografia europeia. Como nasceu a disciplina de história nas universidades europeias, quem eram os historiadores, a sua profissionalização, o associativismo e as instituições a que estiveram ligados (museus e arquivos), sem esquecer os periódicos e o congressos internacionais, que contribuíram decisivamente para estruturar redes de comunicação. Mas a história não viveu separada das outras humanidades. Desde o tempo da sua institucionalização como disciplina científica nos estudos universitários ao longo do século XIX, foi mantendo relações mais ou menos estreitas com outras ciências humanas.

No caso português, interessava em especial questionar a sua relação com a antropologia. Aparentemente, no século XIX essa relação era evidente nas obras de Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso. E no século XX não deixa de estar presente em Leite de Vasconcelos ou, no âmbito de um estreito determinismo étnico, em Mendes Correia. Mas de que modos se interessaram os historiadores por temas antropológicos desde meados do século XX e sobretudo nos últimos decénios? Esta a questão que motivou o estudo de Robert Rowland. A par dos antropólogos, também aqueles intentaram caracterizar os Portugue-

ses e a identidade nacional, traindo no uso da primeira pessoa do plural visões essencialistas sobre este tópico. Houve tentativas de convergência entre as duas ciências humanas mas não passaram de casos isolados.

Outra relação que não tem sido explorada é a da história e ensaísmo. Sabemos como ao problematizarem as representações do passado os ensaístas contribuíram para fomentar debates históricos. Mas em Portugal, desde os anos 70 do século passado, num tempo de progressiva e triunfante especialização de saberes, nas universidades tendeu a desvalorizar-se a relevante função do ensaísmo, inclusive na cultura histórica. Não se tem reflectido sobre o que pode haver de comum – mas também de divergente – nos modos como ensaísmo e historiografia configuram as suas relações com o ausente e com a verdade. Em que sentidos pode o ensaísmo ser útil aos historiadores? Esta a pergunta central levantada por Norberto Cunha.

Mas os registos da historiografia e da memória são muito diversos. Tomemos a historiografia local – que não raro intenta fixar as diferenças e captar o que há de específico nas regiões. O exemplo dos Açores, convocado por Maria Isabel João, permite aferir da diversidade de linhas de elaboração da história respeitantes a uma região específica, acompanhando todavia as grandes tendências da historiografia portuguesa. E notar como os historiadores foram sensíveis a um conceito de arquipélago-região entendido como pátria local.

O género do memorialismo constituiu um modo diverso de fixação de representações-testemunhos do passado. E de reinvenção do passado. Não obedece às exigências críticas da escrita da história mas esta dele não pode prescindir. António Ventura convoca neste campo um conjunto de memórias sobre o Partido Comunista Português que têm em comum o facto de terem sido produzidas ou se referirem a um período de ausência de liberdade, de repressão e acção clandestina. São muito variadas, dos testemunhos de militantes integrados no PCP àqueles que um dia acabaram por tornar-se seus detractores; de dirigentes bem conhecidos a militantes esquecidos; de testemunhos na primeira pessoa a outros em que a voz do narrador se apaga e o partido está em primeiro plano. A memória individual expressa em diários, autobiografias e livros de memórias, sobretudo quando construída por grandes artistas – caso do poeta José Régio a que se refere Paula Morão –, é do maior interesse não apenas como ponto de vista particular sobre a comunidade em que se insere mas como modo de revelação (e ocultação) do escritor relativamente ao passado e aos seus mortos. Além de se inserir numa tradição de obras íntimas, como assinala a autora.

A segunda parte – *Narrativas e usos políticos do passado* – é dedicada ao papel do historiador e ao seu envolvimento cívico, à relação nada linear entre história, ideologias e mitos, com destaque para a problemática dos usos políticos do passado nas historiografias espanhola e portuguesa agora mobilizados em função de intervenções em espaços públicos muito diversos. O caso de Alexandre Herculano é a este respeito particularmente significativo. Revisitando o seu lugar na polémica acerca do milagre de Ourique, Ana Isabel Buescu nota como a questão não se pode reduzir a uma oposição clericalismo versus anticlericalismo. A vivacidade com que o historiador se empenhou na refrega com os seus adversários católicos conservadores prende-se com o valor que atribuía à intervenção no espaço público, assumindo um conceito de cidadania “totalizante” em oposição à defesa de uma tradição mítica que confundia patriotismo e crença religiosa na explicação das origens de Portugal.

Já o estudo de Ana Maria Pina compara duas narrativas bem distintas das revoluções liberais em Portugal: a de Luz Soriano (um liberal conservador nascido em 1802 e envolvido nos acontecimentos) e a de José de Arriaga (republicano, bem mais jovem, nasceu no ano emblemático de 1848). Com o olhar crítico de Soriano sobre as elites portuguesas, que transporta um certo cepticismo sobre as transformações ocorridas no país ao longo do século XIX, contrasta a crença no progresso e o optimismo de Arriaga. Diferença que se prende com as características intrínsecas de obras tão diversas? Decerto. Mas também com a distância temporal – sobretudo ideológica – dos dois autores. Arriaga incorpora a memória das revoluções liberais na consciência republicana, empenhado que está em mostrar a necessidade de uma República redentora. O que pode levar o leitor a questionar se será pertinente admitir a aplicação do conceito de uma narrativa canónica liberal e laica à historiografia portuguesa contemporânea.

Problema conexo é o das relações nada lineares entre história e intervenção cívica e política. É sabido que a história escrita no tempo da construção dos estados-nações oitocentistas foi entendida como instrumento privilegiado de construção da memória da nação e da cidadania. E os historiadores, não raro exteriores às universidades, investiram-se de uma missão social da maior relevância: a formação da consciência nacional. Muitos cultivaram outros géneros, foram jornalistas, fazedores de opinião e ocuparam cargos políticos destacados. Como conviveu o plano da intervenção política com o da escrita da história? Por outras palavras: num tempo em que dominava uma história pragmática ao serviço de grandes causas, estava a memória do passado em consonância com a interven-

ção cívica? Os percursos de três figuras destacadas da historiografia portuguesa oitocentista, todas elas profundamente empenhadas na *res publica* – Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga – mostram a complexidade do problema. A escrita da história dava passos significativos no sentido da autonomização em relação aos poderes. Houve mudança de posições políticas ao longo do percurso destes historiadores? Ou o exercício dos poderes não pôde corresponder às expectativas criadas pela memória construída do passado?

Os dois últimos estudos desta secção remetem para a historiografia escrita no tempo do franquismo e para a historiografia portuguesa sobre o Estado Novo. No primeiro, Ignacio Peiró Martín desenvolve um largo inquérito à historiografia contemporanista num “tempo de silêncio” (a Espanha de Franco dos anos 40 aos anos 60) e à memória que depois se foi construindo dessa historiografia, nela projectando uma tendência liberal. O contraste com o campo da história contemporânea no Portugal de Salazar é bem evidente. Enquanto em Espanha, os historiadores próximos do regime não evitaram o contemporanismo, antes se adiantaram no campo da história política do século XIX, em Portugal, como lembra Luís Reis Torgal, até aos anos 60, os séculos XIX e XX não eram estudados na Universidade, embora existisse uma cadeira de História Moderna Contemporânea nos cursos universitários. Identificada com política e com jornalismo, num clima de medo, compreende-se que poucos ousassem encaminhar os seus estudos (e dos seus orientandos) para os tempos mais recentes. A incursão pela historiografia do Estado Novo que remonta aos anos 70 leva o autor a tecer considerações críticas sobre obras desde então publicadas. É um contributo para um debate que, até há pouco tempo, tem escasseado, no espaço público e que importa prosseguir num âmbito transnacional.

Numa última secção voltada para estudos de caso – Historiadores Portugueses –, apresentam-se resultados de recentes investigações sobre historiadores que em múltiplas direcções moldaram a história nacional – trabalhos que contribuíram para o *Dicionário de Historiadores Portugueses*, em linha no sítio da Biblioteca Nacional de Portugal. Do Visconde de Santarém e de outros autores seus contemporâneos na Academia das Ciências (Daniel Protásio) aos primórdios do longo percurso intelectual de Vitorino Magalhães Godinho (José M. Guedes de Sousa), passando por Rebelo da Silva (João Couvaneiro), Carlos Malheiro Dias (Teresa Nunes), os historiadores ligados à FLUL no período da I República (Hugo Dores), Marcelo Caetano (Ricardo Brito) e ainda o caso singular de Ruben Andresen Leitão – romancista e historiador (Paulo Ferreira), abre-se

um leque de orientações que mostra bem a lenta profissionalização do ofício do historiador em Portugal nos últimos dois séculos. Afinal, tem sido longo o caminho percorrido por uma historiografia erudita, frequentemente desligada da Universidade, mas sempre permeável aos problemas com que se confrontaram os intelectuais nos tempos em que viveram (fossem eles os desafios diplomáticos relacionados com as colónias portuguesas, a ameaça iberista ou o confronto com o arreigado historicismo nacionalista do Estado Novo). Dentro ou fora do campo universitário a escrita da história só pode compreender-se nas suas complexas relações com o tão variado mundo da polis e da cultura – a “cidade intelectual” a que se referia Oliveira Martins em 1879, na apresentação da sua Biblioteca das Ciências Sociais. A encerrar, uma palavra de vivo agradecimento à colaboração crítica de José Brissos e à revisão dos textos de Tiago Pinto e Inês Araújo, sem esquecer a ajuda dos membros do Grupo de Investigação Memória e Historiografia do Centro de História.

# 1. ESCRITAS DA HISTÓRIA E HUMANIDADES



# ON THE ATLAS OF EUROPEAN HISTORIOGRAPHY. HOW WE MAPPED THE HISTORICAL PROFESSION IN EUROPE<sup>1</sup>.

Ilaria Porciani\*

## **How this work began: building a network in the age of the web.**

Let me start by pointing out at two important issues which help understanding the innovative character of our Atlas.

This very large project involved scholars from all the European countries in large-scale analysis. From the outset, Lutz Raphael and myself decided to enlarge our perspective and look for cooperation also in less frequented areas. This very large group of scholars – no fewer than 80 of them altogether – learned to interact and discuss, to contribute to a common project, but most of all to look at their own countries, to compare and ‘provincialize’ them. This was only possible in the age of the web. Thus, the *Atlas*, as well as the virtual network which produced it, is one of the many results of the changing workshop of the historian of the early 21st century.

*The Atlas* and the companion volume *Setting the Standards. Institutions, Networks and Communities in European Historiography* edited by Jo Tollebeek and myself (which will be published by Palgrave Macmillan in the Writing the Nation series in 2012) analyzes the history of the historiography in the past two centuries by focusing on institutions. But the *Atlas* takes a very unconventional approach, based on maps. They are not a sort of appendix or illustration but

---

<sup>1</sup> This article presents the work done for the *Atlas*. It is largely based on my own contribution and on the introduction. I wish to thank Lutz Raphael for his kind permission of reproducing here parts of the text that we wrote together. This text is based on the information gathered for the *Atlas*, which can be found both in the general texts of the first part of the book and in the texts concerning each individual European country. An essential bibliography is also to be found in Porciani and Raphael (2010), p. XVIII.

\* Universidade de Bolonha

the true core of the book, and provide a powerful instrument for large scale European comparison.

When beginning our project, we had in mind Franco Moretti's *Atlas of the European Novel* – a fascinating read which prompted the exploration of new paths and new perspectives. Moretti's approach to the nineteenth – and twentieth-century novel hinged on spaces. The area of the novel was translated into maps, and the maps threw new light on otherwise obscure corners, often suggesting the need to rethink some obvious, passively received ideas and *auctoritas*.

We began to think that we, too, could translate the history-producing institutions into cartographic images and use them as references with which to organize a comparative study on this subject. What better format than a map could express the European-wide developments in academic chairs and teaching programmes, centres of research, reviews, associations, and history museums? What better than a map could furnish a first direct overview of the European cultural space with regard to the production of history, making Europe the real focus, and not just some better-known parts of it?

Rather than 'spotlighting' the major countries, leaving the rest in shadow, as usually happens, we decided to cast bright light on each country. Quoting the authority of the *Oxford English Dictionary* we wanted to avoid having them 'off the map': that is, 'in oblivion or an insignificant position; of no account'. Instead, we wanted to bring all countries 'onto the map', that is, place them 'in an important or pre-eminent position'. This entailed enlarging the scope, adopting a wider gaze, by studying the development of countries against the backdrop of a multiplicity of situations: empires, older nation-states, countries with stronger cultural identities, be they already nation-states – like France – or still conglomerates of different small states like Italy or Germany. But this also concerned countries which in the middle of the nineteenth century were still endeavoring to construct a written national language – like Bulgaria – or slowly emerging from relative but pronounced backwardness as peripheries of the Ottoman Empire. Such countries were extremely large or very small, but for all of them the issue of nationalism, and therefore of national history, was crucial, often controversial, and sometimes divisive, as still today in countries like Cyprus.

Our aim was to consider the development of the basic structures of the historiography of the twentieth century in countries where socialism had built soviet-like structures for the promotion and the control of historiography, and in rich Western countries, which have always devoted resources to the development

of cultural institutions. We wanted to compare developments in the East and the West, in dictatorships and democracies, and to understand the situations of states that arose from the Soviet bloc or in some cases – such as Albania – from enduring situations of extreme cultural isolation.

A comprehensive description of Europe as a whole would furnish information on all these aspects and prepare the ground for further research. When we started, we found that all the necessary information was lacking, notwithstanding the broad syntheses already existing in the literature. Indeed, with a few exceptions, not even the basic data on the number of historians with a permanent university position in almost every country were available.

At the end of this long journey, now compiled is a compact database which has enabled the construction, first of a set of European maps, and then additional maps for each country, in the two parts of the *Atlas*. A series of short contributions both comment on and integrate the information by suggesting further questions that could and should be asked. They focus on the relationship between historiography and politics, and the significance of other ‘institutions’ such as historical bibliographies or dictionaries, or also book collections, which have left strong imprints on historical culture.

### *The Atlas*

The making of the profession cannot be understood without taking a close look at the building of this infrastructure for higher education and research.

We drew up a questionnaire to submit to our authors on six main aspects: archives, tenured professionals at universities and other academies or (later) major public research institutions; historical journals, associations; and finally museums, a topic usually entirely ignored by histories of historiography. While work was progressing, a systematic inventory of associations proved rather difficult, and we decided not to plot the results for the entire continent on the maps, notwithstanding the very rich, though quite varied, amount of information that we gathered for almost all countries. The current state of research is too fragmentary for a complete cartography on a European scale to be possible. Instead, we chose to depict specific phases (the 1870s and the 1950s) in the development of historical associations for those areas where sufficient information was available. The reader will therefore only find systematic cartographic representation of

archives and museums, and of the places where professional historians – that is, tenured staff with permanent jobs or posts – have been active.

Individual entries for each European country provide more detailed information, both on the issues made visible by the maps and on issues specific to the country and therefore not suitable for mapping at European level.

The process of professionalization and the creation of the discipline of history in modern terms developed during the age of nation-building. Yet it would have been erroneous to restrict our investigation to the writing of national history, as other volumes in the series have chosen to do. The creation of a national framework for the production of history and the emergence of an independent historical profession are two sides of a complex phenomenon which began in connection with the nation but thereafter extended far beyond it. We consequently decided to extend our gaze to the entirety of the ‘historical field’ in Bourdieu’s sense, concentrating on the construction of a national space for historical research, rather than on institutions devoted exclusively to the study of ‘national’ history.

The time span considered in our overview is very extensive. It begins with early significant innovations, such as those introduced by the French Revolution and the first university reforms, and it ends in 2005. Because no comprehensive data were available when we started our project, we could not hope to collect data for more than 200 years; rather, we had to proceed in steps of about 25 years each, so that a series of nine European maps visualizes changes and trends over more than two centuries. Thus each map can be likened to a ‘snapshot’, or to a still taken from a much longer film. The years – 1812, 1830, 1850, 1875/78, 1900, 1928, 1955, 1980, 2005 – were chosen so that the effects of crucial political events such as revolutions or wars could be observed when they had had time to crystallize, avoiding years of particular turmoil which would have negatively affected the availability of data. More specifically, the year 1928 and subsequent ones were chosen as the dates of the ICSH world historical conferences, given that these have marked important stages in international scholarly exchange.

The development of modern historiography in Europe is closely bound up with the history of nation-building, but also with the story of the European state system. The organization of culture and science has always been an essential part of state activities. During the nineteenth and twentieth centuries, states were the main organizers of higher education in general, and history in particular. They provided the funds for the creation of chairs, and they established and

organized public archives. By introducing history as a compulsory subject in an often entirely new school system, they created the largest professional clientele for the teaching of history at university level. From the middle of the nineteenth century onwards, throughout continental Europe but at different rates in different countries, the bulk of students who chose history wanted to become school teachers, and they were expected to teach mainly their national histories from a European, unspoken, but obviously Eurocentric perspective.

The intellectual and institutional trends in European historiography intermingled amid the tensions and dynamics inherent to the coexistence of empires and nations characteristic of the last two centuries of European history.

Although nation-building provided one of the most powerful motivations and inspirations for the development of historiography, it should not be forgotten that multinational empires like those of the Habsburg, Romanov or Ottoman dynasties created and controlled the institutional framework for the development of the professional and academic teaching and learning of the new discipline until 1918.

The quest for hegemony among the so-called 'great powers' that survived the Napoleonic Wars – France, Britain, Prussia, the Habsburg Empire and Russia – and which dominated diplomatic and military affairs in the nineteenth and early twentieth centuries, was also a cultural quest, in that competition and cooperation were the two sides of international relations among scholars and scientists. Hence the question as to what language was used by historians in the making of the profession, and when a new field of scholarship was under construction, must be viewed in the light of national and imperial competition.

On the eve of the period considered here, French was largely used by the many intellectuals who also engaged in the writing of history, in Eastern as well as Western Europe, and in Spain, Portugal, and Italy besides. German, given the prominent role of German-speaking communities in many Eastern European areas, was also an important language for communication among historians, not only in Central Europe but also in its Eastern part. A knowledge of French and German, and additionally English, Italian or Russian, was commonplace among professional historians until the First World War. The twentieth century saw the rise of English and Russian as common languages in parallel with the rise of the USA and the Soviet Union. French defended its status as the language of diplomacy but lost ground as a means of international communication among historians, as it did in other fields of the humanities.

The spread of these common languages was partly the effect of the cultural politics of the empires in Central and Eastern Europe, whose interest in historiography often preceded that of the national movements. At the imperial universities of Charkov, Odessa, Dorpat, Lemberg or Czernovitz, chairs of history were created with German and Russian as the main languages of instruction. In Habsburg Italy, history was more often systematically taught than in other areas of the country, notwithstanding a long cultural tradition: not by chance, it was in Habsburg Italy that the seminar made its first appearance in the peninsula.

In Eastern Europe, nation-states did not become dominant political forces in the shaping of European historiography until the Versailles Treaty. Indeed, their institutional triumph in the mid-1990s can be regarded as a very belated victory. However, after the First World War the nation-state became the predominant means of organizing government and political participation throughout Europe, and historiography remained closely linked to the history of the new and old nation-states. The search for the ancient origins and heroic beginnings of nations popularized by the national romanticism of the nineteenth century was succeeded by the national sagas of contemporary history – a process which culminated in the history of the Two World Wars, Nazi and soviet occupation, and national liberations in 1944/45 and 1989/90. Therefore, the national framework was still both intellectually and institutionally the ‘backbone’ of the profession, although other topics like European history or global or international history have received closer attention in the past two or three decades.

As said, since 1800, states have furnished the bulk of the institutions needed by professional historians, whose working conditions and incomes have been largely if not completely determined by state administrations, and by political decisions of parliaments or governments in regard to the funding of archives, universities, institutes or research projects. The infrastructure of history must be seen as resulting from a long process of public investment in a historical culture of the state. European states have spent much more than their counterparts in otherworld regions on this infrastructure, but there still exist pronounced differences in Europe, particularly between the economically rich and culturally older states and the new and poor ones, with France and Albania representing the two extremes. But also to be observed are periods of plenty and of austerity for historiography. The long nineteenth century was in general a period of plenty as states invested in the infrastructures of historical culture, built museums, archives and universities, and funded source editions. Private funding did the rest. The

inter-war period was a period when state resources were much scarcer, under the twofold impact of inflation and war debts, and this shortage of resources was not without consequences also for historiography. However, this pattern cannot be generalized to all countries: for instance, the French crisis was not mirrored in Italy, where fascism established a number of new institutions. The boom years between 1948 and 1973 were again years of plenty – with the obvious differences – in Eastern and Western Europe. Yet the economic crisis and the problem of state finances returned in the 1980s, and they are still present.

A final consideration concerns the fate of historians and their institutions when states are dissolved. After 1918, German, Hungarian or Austrian historians in the nation-states newly established on the territories of the three Eastern empires lost their administrative support: many of them were forced to leave their jobs at universities, archives or libraries because new states took control of the territories and the institutions of higher education. Shifts of state boundaries again affected many historians after the Second World War and after the dissolution of the Soviet Union and Yugoslavia in the 1990s. In all these cases, the institutions themselves, their resources and traditions, partly migrated with these scholars and partly remained in place. Hence an often complicated and hidden ‘histoire croisée’ between old and new places and professionals began. The historiography of the Baltic region, of the borderlands of Germany, Poland or Hungary, are striking examples of these very complex relationships.

The *Atlas* focuses on the impact of the nation state on the making of the profession, but it rejects an apologetic or teleological view of the nation-centered institutionalization of historiography since 1800. Thus, the division of the second part of the book among present-day states has been made mostly for practical reasons, and it should not be taken as suggesting any teleology whatsoever. Moreover, the issues of the struggle for scientific autonomy, independence from direct political control, or of critical approaches in historiography, and even the attempt to provide a critical approach to the controversial question of national master narratives, are recurrent themes in the texts commenting on the European maps in the first part of the *Atlas*. And they integrate the information contained in the second part of the book by suggesting further, closely connected issues. During the nineteenth century, before the onset of professionalization, a considerable number of historians engaged in state affairs as members of parliaments and political clubs, some of them as ministers or advisers to governments. This phenomenon cannot be depicted by this *Atlas*, because of

the institutional scope of the narratives and because they concentrate on the bulk and omit 'great individualities'. However, it should be borne in mind that, in a more systematic way until the First World War, the authoritarian monarchies in Russia and the Ottoman Empire but also in Sweden created infrastructures for the production of historiography (the royal historiographers). They also used censorship and control over historians to prevent historiography from being exploited by their opponents and critics. In other cases, 'national' historians worked within enterprises protected or partially funded by rulers certainly not interested in the national issue, which was seen as a threat. The situation was even more complex under liberal regimes. The twentieth-century dictatorships not only created infrastructures for the control of historiography but often staffed them with members of the apparatus who adhered to the official version and found privileged positions in the academies of sciences. In the countries studied, the dictatorships also threatened, in different ways and with different results, the freedom of research and intellectuals, and more specifically of historians.

The political and ideological use of historiography was of crucial importance for the authoritarian and totalitarian regimes established in Europe from 1917 to 1990. The transformation of professional historiography into a political 'weapon' was an ambitious undertaking pursued by loyal historians and their political masters. More often than one might imagine, however, they failed, because the rules of the historian's craft precluded open manipulation of the sources. Hence silence was one of the compromises reached between the rulers and the profession, or the encouragement and financing of specific research projects, and the publication of specific sources.

### **The Birth of a Craft**

On looking at the European maps from 1812 to 1900, one is struck by the early introduction of historiography on university curricula in northern Europe, and by the continuity of a number of positions and institutions. Not only did the regius historiographers continue to occupy their places close to the seats of political power, but in countries like Sweden or France one can detect a clear continuity in university history teaching. The institutions where chairs of this discipline were established ranged from Dublin and Edinburgh via Berlin to St. Petersburg, Moscow and Kazan. However, the features of this historiography

were not uniform in this northern rim of Europe: a strong tradition of pragmatic historiography centred on state affairs and princes became integrated into a broader university curriculum useful to state officials. Therefore, on the one hand, general or state history was established as pertaining to political science – or *Kameralistik* as it was called in German – and with strong ties to the study of law and the history of law: a feature especially salient during the late Enlightenment and in autocratic but enlightened monarchies like Austria and Russia. On the other hand, a younger intellectual tradition developed in this institutional context: that of German historicism with its stronger emphasis on specialization and methodology and its intellectual preference for tradition and gradual change.

In all these countries, other institutions like archives and academies were founded contemporaneously, and they set about forging a new professionalism for the new professional knowledge of history. In the nineteenth century, generally speaking, history was taught by one, two, later three full professors at a university. This arrangement paved the way to a first division of tasks whereby one chair was dedicated to general / universal history, and the other to a more specific topic like Austrian history, ancient or medieval / modern history. In 1875 this was the situation at the University of Berlin, where the chair of history held by Droysen was flanked by three chairs, each dedicated to one of the three canonical periods (ancient / medieval and modern). In the same year, the four chairs in history at Göttingen were allocated to history / medieval history, history / modern history, classical philology / ancient history, and auxiliary sciences. In 1875, the majority of chairs (166 out of 268) in Europe were still without any temporal let alone disciplinary specification. But the chronological division gained ground: in 1900, 47 percent of all chairs on which information about their denomination is available (479 out of 522) had a temporal specification: 45 percent of them were dedicated to ancient history or its adjunct disciplines, 44 percent to modern and contemporary history, and 32 percent to medieval history (the sum is more than 100 percent because a number of chairs combined two of the three periods). Everywhere, the auxiliary sciences had gained in importance, and they were represented by a specific chair at all the larger universities (81 chairs in 1900 = 17 percent). These chairs were often connected with the teaching of medieval history, so that this sub-discipline occupied a stronger position than the 32 percent may suggest. The positivist turn undergone by the discipline in the last decades of the nineteenth century largely favoured this division of chairs reflecting the specific methods and technical skills needed for the different

periods. The next sub-disciplines to be represented by their own chairs were national history (85 chairs or 18 percent in 1900), regional history (6 chairs = 1 percent) and economic and social history (6 chairs = 1 percent in 1900). All three denominations became more numerous in the interwar period, but they did not alter the established pattern of largely unspecified posts in history teaching and the growing importance of the demarcations between the three main sub-disciplines: ancient, mediaeval, and modern / contemporary history. It was only after the Second World War that further specialization reflecting thematic or geographical differences started very slowly. But it should not be forgotten that in 1955, as in 2005, 75 percent of all professional posts had no thematic specification at all. The chronological partition remained the most important filter for the distribution of professional positions: in 1955, 58 percent, and in 2005 69 percent, of posts had a temporal specification. The relative weight of the established sub-disciplines changed during the general growth of the discipline. Ancient history lost ground: historians working in this sub-discipline numbered 276 in 1955 and 1880 in 2005 (both representing 15 percent of posts with a chronological denomination), Medieval history represented about one fifth of positions (367 in 1955 and 2330 in 2005), but after the Second World War the majority of new posts were dedicated to modern and contemporary history (815 = 43 percent in 1955, and 8189 = 67 percent in 2005); the history of the nineteenth and twentieth century alone accounted for 29 and 32 percent of all positions with a temporal specification in 1955 and 2005. But in the Soviet Union and the Socialist countries, university chairs and teaching positions were defined along much narrower thematic and chronological lines, in accordance with the trend towards further specialization in research institutes. Chairs were dedicated to, for example, Oriental History in the Twentieth Century, Social and Economic History of Twentieth-Century South-East Europe or Russian History 1900-1917. This trend is also apparent in the Western European countries. In some cases, behind an extreme variety of denominations there lay an institutional subterfuge. It was sometimes impossible to create new posts – not even in general history – in order to increase staff, and the only possible solution was to create new denominations and new lectureships, if not chairs proper. However, even in 2005, teaching posts in history at most European universities were not highly specialized: only the chronological demarcations among the now four main sub-disciplines were more or less rigid, while thematic or methodological specialization was only an additional element. The profile of each department or

institute was more the effect of individual preferences and specializations than of institutional framing. This is indubitably an important factor in explaining the flexibility of the discipline in its response to new trends in research and public debate in European historiography; trends that during the last three decades have been characterized by a series of striking turns and shifts in orientation towards new themes and methods. Moreover, the social history of professionalization has still to be written: our database does not contain information about the social origins or backgrounds of the persons whose names had been registered. Our knowledge is often scant, and only a small number of studies cast light on the role of the clergy and nobility in the nineteenth century, even less on the social origins of the new professionals of the twentieth century, their bourgeois or middle class (more seldom working-class or peasant) backgrounds. At present, information on these matters can be only gathered on the basis of biographies or *ego-histoires*.

Mapping the gendered aspects of the profession was much easier. We explored this theme because of its importance for the social history of the profession. Gender is analyzed systematically not only in our maps but also in the narrative texts for almost each country. We have provided for the first time along with quantitative data a comprehensive chronology of the changing role and status of men and women in the historical profession throughout Europe. From its earliest stages this profession was shaped by gender. Yet the implications of the gender balance within the history community has only been recognized and debated in recent decades. To suggest that the historical profession was exclusively male in its early formation is almost a truism. In the early decades of the nineteenth century, history was defined by many intellectuals and statesmen as ‘a thing for statesmen, not for men of letters. Or rather for men who possess both faculties’, because it was perceived as crucial ‘for national public opinion, which rules Statesmen and men of War’. We also know that in the seminar, the forum that was developed for the research and teaching of history, there was initially no place for women, even when it was held in the professor’s houses. As our authors make clear in their individual contributions, women were only gradually admitted into university life, and, in some countries, restrictions continued for many years to be imposed on their ability to take exams and to graduate. In the 1880s and 1890s, universities in Denmark, Finland and Sweden were among the first to permit women to study for PhDs. Other countries followed at different dates. In Coimbra, Portugal, women had access to university education in the

1880s; in the Netherlands in 1889. In Budapest in 1893, in Bavaria in 1903; Württemberg 1905, Sachsen 1906, Mecklenburg-Schwerin 1909. In Ireland Constantia Maxwell (born in 1886) was one of the first women to attend Trinity College Dublin when it was opened to women as late as 1904. A similar situation can be documented in France where the Ecole des Chartes only opened to women in 1906.

Against this background it is not surprising that our database does not document any woman with a permanent position in the historical profession in 1900. 1928 is the first year when women appeared among the tenured staff. They were, however, still few in number and limited to a small number of countries. The data also indicates that even in countries where there were women historians employed, there was only one per country such as in Italy, France, Czechoslovakia, Finland and Latvia. There were three women historians in the Irish Free State which can be explained by the late development of history as a university discipline and the establishment of a new academic elite in the early twentieth century. Of the three women academics with a permanent position in Germany, one was engaged in editing of primary sources for the well-known *Monumenta Germaniae Historica*, while two others had such a low rank that they did not actually fulfill the criteria for inclusion in the database. A relatively high number of women – by comparison with the West – were enrolled in the socialist countries of eastern and central Europe, a consequence of contrasting policies on the employment of women. However, even there, the imbalance was clear: 9 women to 133 men. In the Ukraine women historians were even more numerous in absolute numbers as well as by percentage: 14 women against 143 men. They were present in different institutions, in Kiev and Kharkov, including the Academy of Sciences, the Archaeographical CISTOY Commission and also the Institute for Marxism-Leninism in Kharkov. Their expertise was also used in various fields ranging from archaeology, history of culture or history and philology and Ukrainian history. Some of them engaged in research and teaching on the history of the Communist Party and the October Revolution in Ukraine. Again, they were mostly research fellows and not professors. The 1928 figure for Britain – 40 women historians permanently employed out of a total of 201 permanent staff in history – has no parallel in European countries. It is the result of the creation of separate women's colleges in Cambridge, London and Oxford. This is confirmed by a closer look at the data for 1928: 27 of these women were employed in academic posts in London and the Oxbridge colleges. In 1955 the

numbers increased, and even more so in 1980 and in 2005, as is clear from the graphs and maps included in the atlas.

A common argument concerning women in the professions is that they are usually employed at the lowest levels. This might be also a truism, but that it was important to demonstrate it with numbers and at a European wide level. The decades after the second world war show a clear growth in absolute numbers. However, this is not so meaningful, since the absolute growth of the total of the academics, is less significant as there was not a corresponding growth in the female employment. In the history profession, as in other disciplines, in spite of the general growth in the total number of academics, in history as in other disciplines, is per se very relevant, given the booming years of the educational institutions. But the figure for women does not increase in percentage. Rather, it tends to decline. The situation is even clearer if we look more closely at the different ranking of male / female permanent staff. Here once more we can see the larger numbers of women researchers, against a much smaller number of women at top position in the academic career.

## **Museums and archives for the history of the nation**

Historical master narratives were produced in history museums as well. They were initially interconnected with preservation of the national heritage and the construction of both the chronology and the teleology of the nation. In this sense they differed from the Old Regime armories, which represented the power of the monarchy, and to some extent its history, through warfare, as exemplified by the Stockholm Livriskammaren founded in the late seventeenth century, or its pendant in Piedmont created in the first decades of the eighteenth century. Not surprisingly, therefore, in 1794-97 the royal armoury in Paris was dismantled and reorganized in order to represent the new nation in arms, thus becoming the first core of the Musée de l'Armée, which was formally founded in 1905. Under the pressure of the Napoleonic wars, the Real Museo Militar was created in Madrid in 1803; that is, at a crucial juncture when the monarchy needed to bolster Spanish pride and produce a counter- discourse against the French one.

However, it was the French Revolution that invented a new type of museum focused on history and presenting the long tradition of the cultural nation. The

Musée des Monuments Français was the place where Jules Michelet discovered the force of a past made once again alive and found his vocation as a historian.

By assembling artifacts, remains, documents and crafts of great symbolic values, museums acted performatively and affirmed the existence of the nation. A brief outline such as the one presented by the Atlas can only point out some significant synchronies. Closer inspection would certainly show the many variants and nuances that characterized the diversified landscape of history museums.

As early as 1806 a project had been devised to create a national museum in Copenhagen which would preserve monuments, but also the language heritage, and where patriots could study the advancement of the nation. The Danish national museum was finally created in 1832. In the 20<sup>th</sup> Century, the Danish Museum of National History of Frederiksborg developed a more coherent historical master narrative of the Danish nation. Yet examples of this comprehensive type of museum are relatively rare. In countries where the heritage is overwhelming and the number of museums of archaeology and art is remarkable, little need has been felt to construct national historical museums. This applies to countries like Italy and Spain. But also Britain – perhaps for different reasons – has not developed a national historical museum of this kind. Indeed, the British Museum is anything but British. And within the Spanish state it is Catalonia which has developed a historical museum, in connection with the issue of autonomy and as an assertion of national identity and dignity. But foundations totally *ex novo*, like the Deutsches Historisches Museum or the Museu d’Història de Catalunya, are rare. More often, behind them there lay a stratification of different collections, agents and fundings where different social milieus and different levels (the city, the region) mixed and overlapped in the course of decades, if not of centuries. Our maps are based on a simple typology that allows comparisons beyond the specificities of each case. The diversified population of historical museums had been classified into those of general, nationwide or even international interest and those of regional or local scope; but only the national level could – for quite simple cartographic reasons – be represented on our maps. National museums were classified following a typology that reflected main trends in writing and representing the nation’s past in Europe. One category – labeled ‘political’ – comprised museums focused on the political and military past, as well as on the nation-building process. A second category – labeled ‘cultural’ – comprised museums displaying the cultural heritage as a whole. The third one – termed ‘comprehensive’ – included museums which combined the two dimensions of

nation building and the national heritage: a rather common category, given that in a number of cases newer national master narratives were added to a more general and older national museum structure. The European map for 1830 evidences two main cases. The focus in France is, on the one hand, on the nation in arms as represented by a series of paintings about wars and victories; and, on the other, on the cultural nation as represented by its ancient monuments. On the same map, the model of the Heimatmuseum in the Habsburg Empire appears important, and rich with future potential. After the failure of the 1848 revolutions, 1852 and 1854 were years of innovation in the German states. Not only the Germanisches Nationalmuseum (1852) but also the Bayerisches Nationalmuseum were built as clearly cultural museums intended to represent the cultural nation. To cite just two further examples, in Norway the national museum concentrated on the history of glorious naval battles, while Portugal did not innovate but instead built a rather traditional – albeit new in that country – military museum. The last decades of the century registered an important change, for different reasons, in various areas of the Continent.

The most impressive phenomenon was a new wave of nation-building museums in Greece and in Italy with striking similarities in their origins if not in their extent. Military or artillery museums were founded, respectively in 1878 and 1893, also in Belgrade, in the same year as Serbia's independence, and in the new Kingdom of Romania twelve years after independence. Reasons of representation and a general European trend probably prompted creation of the new museum of the cultural nation in Lisbon, which focused on archaeology and the rich remains of Portugal's golden age. Russia, too, saw an impressive wave of new museographic foundations, which probably also prompted the creation of the Cracow historical museum. In the Nordic countries, the example of Skansen (1891) was emulated two years later by Norway; while in Finland – then under Russian rule – a Seurasaari open air museum was created in 1908. Only much later would such a museum be founded in Latvia (Brivdabas Museum, 1924). The model of the regional Heimatmuseum was also adopted to some extent in Spain, although in that country the focus was still more closely on art and archaeology proper. But it was imitated most of all in Central as well as Northern and Eastern Europe, and notably also in the Soviet Union, both for regional museums and for museums of the various republics. The new Socialist regime created these new museums as didactic tools for the political instruction of a still largely illiterate population, and as the institutional basis for a new kind of historical

culture addressed to school classes, youth groups and worker brigades, instead of a educated upper classes that had visited the tsarist museums. Our database for 1928 also comprises, on the one hand, the founding of a state historical museum devoted to Russian political history in Leningrad; and, on the other, the Imperial War Museum in London, the first in a long series – but beyond any doubt the most popular – to be created in regard to the First World War. The same map also helps visualize the institutions created in the new nation-states after the Great War: Belarus, Estonia (War Museum), Lithuania, and Romania (the new National Military Museum). In newly-founded Republican Turkey, a new wave of museums concerned themselves not only with archaeology from the pre-Islamic past but also ethnography, as described in the text on this country. Only later did the pervasive creation of Atatürk museums celebrate the father of the nation both nationally and – most significantly – at regional and city level. In 1955 the creation of the federal state of Yugoslavia was mirrored to some extent – and with evident priorities – in museums established in the republics of Yugoslavia such as the Museum of the First Serbian Uprising (1954-66), or, in Prishtina, the museum of Kosovo, significantly transformed in 1977 into the Museum of the Revolution. Everywhere in the Soviet bloc, alongside giant monuments and memorials, and often intertwined with them, museums celebrated the heroic – often labeled ‘great’ – ‘patriotic war’: examples are the Belarusian State Museum of the Great Patriotic War in Minsk; or the Slovakia Museum of the National Uprising (1955). Workers and socialist museums, such as the Klemens Gottwald museum of the labour movement in Prague, also started to appear. The equally rich Western European scene witnessed the creation of museums of the Resistance, often controversial and never achieving national status, as in Italy, or celebrating a ‘national’ and consolatory self-representation as in Norway. Some of them should be investigated within the larger context of the historical institutions founded by political families, or with the involvement of local administrations. Once again, the local, regional and national levels often overlapped, while the state and other agencies compete for the construction of a political, often national, memory.

While in the nineteenth century history museums were designed to impose deference, in recent years they have become lighter and friendlier, and their public has increased. By way of example, visitors of the Deutsches Historisches Museum in 2008 numbered no fewer than 756.861 and in 2007 those of the Musée de l’Armée in Paris were roughly 1.200.000.

In Eastern Europe the fall of communism has left the embarrassing legacy of outdated museums of socialist style created after Second World War. In most of the new nation-states which have emerged, civil society and political parties are rewriting the nation's master narratives, often rediscovering and reaffirming older national rhetorics. However, this is only a part of the picture, and this schematic divide does not always hold true. The recently-opened National Museum of Iceland in Reykjavick revolves around the idea of the 'making of the nation', as do the history museums in Catalonia and Scotland.

### **Archives: the memory of the nation**

The state has played a crucial role in the field of archives also by educating – often in newly founded 'schools' – and appointing specialized staff to order the document series and render them consultable through inventories; and finally by opening the archives not only to a general 'public' of individuals often interested in quite personal issues but also to scholars often concerned to study the history of the nation. There were restrictions, however, which should be borne in mind, and which all professional historians know from experience. The maps of 1830, 1850 and 1875 show the very slow opening of the archives to their new professional clientele. They represent only those state archives that actually admitted historians and at the same time were prepared to issue the documents requested from them. The French case exemplifies the problem. From an administrative point of view, France's archival structure had already arisen in the last years of the nineteenth century. However, the actual opening of the archives was a much slower process. The construction of a reading room was essential for the politically proclaimed opening of archives to become a practical reality. However, this opening took place only slowly. Therefore in our maps the bulk of French departmental archives only appear, with just a few exceptions, in 1875, in spite of the fact that a law had theoretically opened them to the public in the years of the French Revolution. The last state to make its archives available to historians was modern Turkey, which opened the archives of the Ottoman Empire previously *de facto* closed to all but state historiographers and a handful of loyal scholars. Inspection of the sequence of the maps shows clearly that the administrative organization of archives has always depended heavily on the constitutional order of the state. Federal states like Switzerland and Germany, or

ones with long traditions of administrative autonomy of their historical provinces or parts like the Netherlands or Spain, have preserved a decentralized structure, adding a new central archival service for ongoing administrative affairs, thereby creating a secondary structure that became important for contemporary history. A case in point is Germany, where the Reichsarchiv collected documents on state affairs from the foundation of the German empire in 1871 onwards.

But the majority of states did follow the pattern of centralizing their state archives and organizing them by starting at the center – often the capital city- and then slowly extending the process to the periphery or provinces, thus following the pattern of the French administration. As a result, the maps of the nineteenth century exhibit remarkable differences, on the one hand, between centralized archival services and federal structures, and on the other, between countries where a complex system of provincial and central archives could be used by professional historians and those where this provincial level was not yet available or necessary. Thus, in countries like Switzerland, only few changes took place in the twentieth century, with the exception of archives of a new kind conserving new types of sources such as audiovisual materials. The Swiss map shows 29 archives in 1928, 31 in 1980 and 32 in 2005. Similar growth is to be observed in Germany or Italy. During the twentieth century, the European maps of archives clearly evidence the heavy effects of state bureaucratization. Everywhere, a administrative routines since the nineteenth century had produced kilometers and tons of archival documents. Commissions were appointed to reorganize the storage and administration of this growing and overwhelming mass of administrative paperwork. Behind those maps and the growing number of archives and archivists lay the drama of contemporary history and its sources: the selection, destruction or concealment of many state documents because they might provide evidence of crimes, the ideological falsification of history, or breaches of civil rights by the state. After the First World War new archives were created in the new nation states, so that the already-existing structures in the same areas within empires were expanded. After the Second Word War, this general trend continued, with remarkable growth rates in Eastern European countries. Between 1955 and 2005, numerous countries enacted special legislation on archives which generated a visible and systematic growth of archives and made them the most pervasive institutions among those mapped in our cartography. In Italy, there were 19 archives in 1928; 27 in 55; but 97 in 1980 and 113 in 2005. A similar growth, with a similar time scale and almost with the same pace took place in

Spain (15 archives in 1928; 46 in 1955; 60 in 1980 and 71 in 2005) and in the United Kingdom (16 in 1928; 50 in 1955; 69 in 1980; 73 in 2005). But the landscape of archives slowly changed in the last decades of the twentieth century under the impact of the collection of every kind of document to do with contemporary history. State papers increasingly became just one variety of sources together with photographs, film reels, radio recordings, and oral testimonies in media of various kinds. Other historical agents like enterprises, associations and universities have their own archives or consign their documents to specialized archives administered by private organizations or public foundations. Our maps can only to some extent mirror the new pluralism, which will become more visible in detail when the entire database is published on a website.

### **Journals, associations, international conferences: networks of communication**

Communication was already important in the cultural field in the early modern age. But the growing importance of the public sphere, increases in literacy, and the development of communication in national languages have been extreme since the early nineteenth century. History, as a crucial subject for all cultivated people, started to be discussed in generalistic periodicals, not infrequently in connection with national issues, but indirectly, and especially when they had pronounced political implications and linked the cultural field with that of politics, constitution and independence. However, the nineteenth century also witnessed the birth of more specialized periodicals devoted only to historical themes. Historical journals of this type arose in many countries where a community of professional historians did not yet exist, and they were aimed at a much larger public. Even journals which devoted much space to the publication of sources or documents were supported by a broad audience of wealthy members of the bourgeoisie and nobility, who took interest in historical matters and often animated the activities of historical *Vereine* or associations – local, regional, or (more rarely in this early phase) national. Professionalization meant that all these journals were replaced by new ones, and new formats were invented to serve the needs of debates among professionals. Journals became the essential institutions for setting the standards and drawing the demarcation line between the new professionals and the amateurs. When collecting information

about journals, we asked our authors to be as specific as possible concerning the scope of a journal and its links with associations or academic institutions. The use of national languages was also – mostly for the nineteenth century – a matter of reflection: the Bohemian lands provide a good example. But the issue of the language is important today as well, since English is also taking over, and several countries journals in English have started to appear; while the Web is also a powerful means of communication alternative to the printed medium. Our inquiry covered the period between 2003 and 2005. But in recent years online history journals have been created in several countries, thus making the localization of journals even more difficult, and exploiting the potential of virtual space. The number and scope of journals should be assessed in light of the size of the historians' community. When we learn from our data that there are eighteen tenured historians in Iceland and four history journals – one of them directly supported by the state – it is obvious that they are addressed to a public much larger than the community of Icelandic historians. At the other extreme, when a journal for contemporary history, namely *Passato e Presente*, has 400 subscribers, plus a certain amount of copies sold in bookshops, and individual articles can be accessed on line through the publisher's website, this means that it attracts the attention of only 'professionals' in the field. We have already mentioned the role of associations in establishing the first historical museums and journals. In the nineteenth century, associations were crucial for the development of a large interest for history and played a role in the transition from amateurism to professionalism. Their local or regional features did not disappear with the twentieth century; but a new form of association came about: that of craftsmen, usually at national level, at first devoted to history in general and thereafter increasingly focused on specializations. A short text in the first part of the Atlas provides the basic information on this development.

### **Different patterns**

Besides the general and impressive European trend towards a very dense and rich landscape of institutions of historiography, the maps invite the reader to discover the diversity of national and regional situations and traditions. The purpose of the following remarks is simply to furnish suggestions for more detailed research and further discoveries. The maps of 1812, 1830 and 1850 clearly

show the advance of history teaching at university level in very different regions, ranging from the British Isles to Russia, from France to the Habsburg Empire. These first institutional networks were still often centered on the capitals: with the obvious exception of the German states, where a more complex geography of smaller residence cities and universities took shape after 1815, the bastions of history for civil servants and diplomats represented by Oxbridge, and some of the Italian states, which did not develop a system of strong universities in the capitals, sometimes for fear of political unrest. The regional differences are striking when one looks at the same period in the Western Mediterranean countries, especially the Iberian Peninsula but also Italy. In these parts of Europe, historiography's institutional strongholds were academies or other state institutions more willing to finance scholarly activities like the collection and publication of sources, and to support the professional writing of historiography. Archives and archivists constituted an early pillar of new professional knowledge in these states. Here universities – mostly unreformed and often badly financed – were weak supports for the making of the new profession in the first half of the nineteenth century. This situation changed after 1870.

Yet another situation is apparent in south-eastern Europe. Not only were universities scarce or non-existent before the 1880s, but the entire infrastructure for historiography – from archives to associations or museums – was much weaker than in the other parts of Europe. This is unsurprising in the case of areas – for instance Bulgaria – where the national language was still in its infancy or hardly used in higher intellectual fields. Secondary and higher education were little developed, if at all, and students had to go abroad to study. Most of them chose the German-speaking universities of the Habsburg Empire and the German universities – a trend that continued throughout the nineteenth century and the First World War, and even later. The central institutions for historiography were founded by the new states after 1878 (after the Treaty of Berlin when three of the Balkan states obtained formal or *de facto* independence from the Ottoman Empire) with the explicit purpose of supporting the nation-building process. This applies also to Hungary after the 'Ausgleich' of 1867 and the creation of the dual monarchy. In internal affairs, the ruling class in Hungary pursued a policy of enforced nation-building by imposing the use of the Magyar language and repressing the cultural demands of the many minorities on its territory. Only the historical culture of the German minority was fully respected. The twentieth century entirely changed this regional pattern, replacing it with one exhibiting

a marked difference between Eastern and Western Europe. The interwar period saw institution-building for historiography extend to eastern and south-eastern Europe. The creation of seven new nation states, from Finland in the north to the Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes in the south, together with the establishment of the two Soviet republics in Belarus and the Ukraine, was followed by the creation of new national archives, new universities, and new museums, all of them focused on establishing a professional historiography that would serve the new nations and their cultural and political identity.

At all the new or transformed universities, history was taught in the national language, and no longer in German or Russian (or Swedish or Magyar) as it had been before the First World War. Local universities were therefore strengthened, and the institutional arrangements in these new states strongly resembled those of their western neighbours. Even the architecture of those institutions mirrors the model of the 'early comers' in western and central Europe. These resemblances appear even more clearly in the general trend to create specific institutes for national history. Many of these new institutions were strongholds of a new brand of nationalistic historiography with strong ties to ethnic let alone racial ideas and expanded the realm of historiography to new methods and disciplines (like demography, ethnology or sociology). The many authoritarian regimes that spread through Europe, particularly its central, eastern and southern parts, liberally supported this trend by financing these new institutions.

Another pattern can be observed in the three European republics of the Soviet Union, where new structures and a new ideological framework for historiography developed. Institutionally, the transfer of research to a set of institutes devoted to historical research in specific fields, often bound up with the world of politics – as is clear in the case of those dealing with the Party's history – and the opening of large central historical institutes at the academies of science had the strongest and longest-lasting impact. Intellectually, the search for a new national master narrative in accordance with the new state ideology of Marxism-Leninism inspired a new generation of historians during the 1920s, but it was brutally stopped from above by the terror enforced imposition of a uniform official view of the history of the three republics and their nations as defined by the Communist Party and Stalin himself in the 1930s. The exporting of the Soviet model and its imposition after 1941 and 1945 on eastern and central Europe was the greatest change in the institutional and intellectual landscape of European historiography during the twentieth century. During the Stalinist

period, the Communist rulers simply sought to copy the Soviet model. Thus, formally identical institutional settings spread through the socialist part of Europe: everywhere, a central institute of history as part of a very strong central academy of science, together with institutes for the history of the labour movement and the Communist Party, were created, the universities were reformed, and new ones were founded. Generally, history profited from the expansion of higher education as new school teachers were needed and as national historiography now written in a new 'Marxist' style remained a central element of the official political culture. The new rulers sought to form a new generation of Marxist historians and to minimize the intellectual and institutional impact of older national 'bourgeois' historiography and its representatives. But the realities in each country diverged to a greater or lesser extent from this scheme: in Poland, for example, the lack of historians after the brutal persecution of the Nazis generated a strong connection between the new institutes and the universities because many historians were active in both institutions.

In Western European countries, the institutional landscape of historiography changed under rather different political and cultural conditions. Here the expansion of secondary and higher education was even stronger and lasted longer. This general expansion multiplied the number of universities and positions for professional historians, but it also favoured the creation of a new network of research institutions outside the universities. The institutional links of these institutions with the universities differed from one country to another. In France, a large new research institution, the CNRS, opened parallel careers for professional researchers specialized in one of the many subdisciplines of history; in Italy or Great Britain, research institutions depended on universities for their staff. In most countries, the universities defended their central institutional position in historical scholarship, but a smaller world of highly specialized public or private research institutes came into existence. These profited from the intellectual and political pluralism and responded to the diversified demand for historical research arising from civil society. This new variety of historiography and historical culture was also a factor responsible for the multiplication of museums and archives. Turning from the macro-level of larger regions and nation-states to that of cities, another European trend becomes apparent: that of the local centers of historiography. Here again, the maps give preliminary information and suggest further directions for study. During the nineteenth century, the capital cities were often the prime centers of local networks of professional institutions for

historians. Concentrated in those cities were central archives, well equipped libraries, academies and the most important universities. This was the case of Paris, Berlin, Munich, St. Petersburg, Vienna, Brussels, Oslo or Copenhagen; but less so of Madrid, London or Lisbon, where universities came later or were of secondary importance for the historical infrastructure. The capitals of the new nation-states in south-eastern Europe likewise became the centers of national historiography. From Athens to Belgrade, all important institutions were gathered in the new capital cities, which were often the only places where the new cultural institutions from museums to universities were founded, and which tended to monopolize the country's intellectual life, as did Belgrade, Athens or Sofia.

There was another network of centers for historical scholarship: that of the universities. This network of cities superseded that of the capital cities, and in many parts of western and southern Europe it was at the origin of a dense regional network of historical institutions. The geography of these universities reached back to the Middle Ages, but in the nineteenth century it was profoundly changed by new foundations and the reforms which began in the late eighteenth century. Among the pioneers of the new historical knowledge in the first half of the nineteenth century were the universities of Bonn, Heidelberg, Göttingen, Königsberg and Zürich (all which had more than three chairs). Later in the century, traditional universities like Oxford, Cambridge, Prague, Bologna or Uppsala started to invest more substantially in history, and successfully established themselves as centers for historical scholarship. In Germany, university cities like Leipzig, Freiburg or Marburg (where an important school for archivists was founded) established themselves as centers of historical scholarship with international reputations. At the turn of the century, this trend towards the creation of broader regional networks of universities with strong profiles in history can equally be observed in Britain (with London and Manchester as the new rivals to Oxbridge), in Belgium (with Ghent or Liege), in Russia (with Moscow competing with St. Petersburg), in Italy (with competition among Pisa, Bologna and Naples for national 'leadership'), and in the Austrian part of the Habsburg Empire (Czernowitz, Lemberg, Kracow, Prague, Vienna, Innsbruck and Graz).

The twentieth century saw the expansion of these existing structures: Generally speaking, the capitals profited largely from the creation of central research institutes. Thus, the number of historians (more than 700 of them teaching at universities or doing research in academies and institutes) in Moscow, Paris and Kiev in the 1950s was considerably larger than in any other European city. The

national predominance of the capitals is equally apparent in the cases of Vienna, Prague, Budapest, Sofia, Madrid or Berlin. In the Scandinavian countries, only Sweden is an exception to this pattern: there, a plurality of historical centers were established (Stockholm, Uppsala, Malmö, and others). But the expansion of higher learning had produced quite another general pattern.

Centers of historical scholarship were established at many universities. Hence the map of western and central Europe shows a myriad of local spots, a kind of ‘fabbrica diffusa’ of historical knowledge where differences in numbers are minor, and where fierce competition among the history departments of universities can be observed. The landscape of professional historiography in Britain, Germany, France, Switzerland, Italy, Spain or Poland is consequently much more decentralized in 2005 than a century ago. In some countries, university-level studies show the internal links and the networks of careers that existed and still exist between these local centers of historical scholarship. In Germany in around 1900, careers led from smaller universities to the well-established universities of Freiburg, Heidelberg, Bonn, Marburg, Breslau, Leipzig, Munich or Berlin; the last claiming national priority. In France, Lyon, Lille, Nancy, and later Strasbourg, were the best starting points for a career that led to Paris. Many of the trends that we have indicated do not characterize only the field of historiography. Hence, our maps may suggest considerations which extend beyond the discipline of history. The development of a dual system of university and research institutions, further specialization within individual disciplines, as well as the Boom in the supply and demand for higher education in the humanities is not of importance for history alone. In this regard, we suggest that our Atlas can prepare the ground for broader research and constitute the first step towards an atlas of cultural institutions in Europe, which at present does not exist. This would not only be of greater importance for cultural historians, or historians of the profession, or of education and research institutions; it would probably also provide important knowledge for policy-makers.

### **Beyond the *Atlas***

Our printed maps can only offer a first insight into the complexity of the information that we have collected: no less than 1650 files – 57,418 entries concerning both individuals and institutions. Thus we have started developing a

website, hosted by the University of Trier, which will provide all the information and be a starting point for new projects. Only this instrument will give access to what lies behind the quantitative data.

Behind each symbol on the maps there is the name of an institution, with information on its status; or there are names, of historians holding permanent appointments at universities or research institutions – lists of chairs, and often even more information. They will all be provided in the web version of this work. They will also help the reader establishing and highlighting transnational dynamics and transfers activated by transnational intellectual mediators, be they refugee scholars or historians emigrated in search of better professional conditions.

Last, but not least, the *Atlas* does not stand alone. It is directly linked to another book, which compares institutions, networks and communities of historians in the same period (Porciani and Tollebeek, 2012). The various chapters of this volume considers the profound changes of the historians' craft and workshops over two centuries, from the gentleman- historian of the early nineteenth century to a very different kind of scholar nowadays, often immersed in a global world, used to consider the space of the web as his or her own, and often also struggling with the problems of a profession which is contracting because of the recent cuts, in some countries more than in other, thus depicting a very different geography of high and low points of the material conditions of the profession. Whereas the emphasis in the *Atlas* is more on the infrastructure of historiography and the mapping of that infrastructure on a European scale, the central theme of *Setting the Standards* is the way in which the historical institutions, networks and communities 'standardised' the historical discipline and profession.

As is the case in the *Atlas*, the focus here is on nineteenth- and twentieth-century processes. The approach is less systematic, but also more ductile. The framework of a book is more flexible and less bound to quantitative data. Therefore its different chapters focus not only on more established institutions, such as universities and academies, archives and museums, but also with the institutional role of great syntheses and master narratives. Furthermore, some of the chapters highlight the different social background of European historians in the nineteenth and twentieth century, and are more explicit about informal networks. Last, but not least, while somehow rigid framework of the *Atlas* did not allow any space for independent scholars, a specific chapter of *Setting the Standards* highlighted their often crucial role in the production of history. We

hope that Mary O'Dowd suggestions will pave the way to further research in this broad and still largely unexplored field.

A very last remark. When discussing the Atlas in many conference and seminars, before as well as after its publication, it has been pointed out that analogous processes also occurred outside Europe, mainly in the United States. May our *Atlas* also in this case pave the way of larger, not only transnational, but transcontinental comparisons.

## **Bibliografia**

PORCIANI, Ilaria and RAPHAEL, Lutz (eds) (2010), *Atlas of European Historiography. The Making of a Profession*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. XVIII.

PORCIANI, Ilaria and TOLLEBEEK, Jo (eds) (2012), *Setting the Standards. Institutions, Networks and Communities of European Historiography*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.



# ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: A PROPÓSITO DA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Robert Rowland\*

## Introdução

O objectivo desta apresentação nunca seria o de tentar descrever o “estado da arte” no que diz respeito às relações que se têm vindo a estabelecer, no plano disciplinar, entre a antropologia e a história. A tentativa levar-me-ia demasiado longe, ultrapassando os limites do tempo disponível, e, de resto, boa parte da discussão teria pouco a ver, directamente, com o tema deste seminário. Do mesmo modo, não teria muito sentido limitar-me a descrever as escassas relações efectivamente ensaiadas entre as duas disciplinas no contexto português sem tentar, ao mesmo tempo, encontrar razões que possam explicar essa mesma escassez.

O meu propósito, por conseguinte, será duplo: por um lado, tentarei analisar alguns aspectos específicos do desenvolvimento da antropologia em Portugal e das suas relações com a historiografia portuguesa; por outro, tentarei efectuar um confronto entre o caso português e o de outros contextos nacionais, onde se verificaram, durante as últimas décadas, uma significativa aproximação e um intercâmbio entre as duas disciplinas. Parece óbvio que, para compreendermos a escassez das relações entre a história e a antropologia no contexto português teremos, antes de mais, de passar em revista alguns dos factores que estiveram subjacentes ao desenvolvimento de tais relações noutros países.

## Antropologia e história

Durante a segunda metade do século XX, e em particular a partir dos anos 70, verificou-se à escala internacional uma notável convergência entre a história

---

\* Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Instituto Universitário de Lisboa

e a antropologia, duas disciplinas que até então se tinham vindo a desenvolver isoladamente<sup>1</sup>.

Na origem desse isolamento encontravam-se duas ordens de factores. Primeiro, havia a tradição académica própria de cada uma das duas disciplinas. Segundo, havia profundas diferenças no modo como cada uma delas definia o seu próprio objecto, a sua metodologia, e o alcance analítico das respectivas investigações.

O processo de institucionalização da história como disciplina universitária, a partir do século XIX, levou, em cada país, a uma concentração em temas de âmbito nacional, entre os quais predominavam aqueles relacionados com o Estado, a cultura e o território. A história ocupava-se, assim, do passado dos países europeus (ou de matriz cultural europeia), baseando-se em documentação escrita sobre acções e acontecimentos que geralmente diziam respeito a uma esfera restrita de indivíduos, considerados como “actores históricos”. A antropologia, pelo contrário, ocupava-se tradicionalmente de crenças e comportamentos colectivos no presente de sociedades não europeias, sem escrita e sem documentos que permitissem o acesso ao seu passado.

Consequentemente, cada uma das duas disciplinas foi levada a enfatizar uma metodologia própria, adequada à especificidade do seu objecto. Para os historiadores, essa metodologia visava permitir a reconstituição e explicação dos acontecimentos significativos do passado através do confronto e da crítica criteriosa das fontes que lhes dissessem respeito. Os antropólogos, por seu lado – sem poderem recorrer, o mais das vezes, a fontes escritas – desenvolveram metodologias de acesso à cultura de sociedades exóticas, privilegiando a observação directa e “participante” realizada durante uma estadia prolongada *in loco*. O produto característico da investigação histórica era uma narrativa sequencial, situada no passado, de acontecimentos e acções individuais e do seu encadeamento causal (em alguns países a história contemporânea era considerada com alguma suspeição, por dizer respeito a um período demasiado recente para poder ser considerado de maneira desapassionada); as monografias antropológicas, pelo

---

<sup>1</sup> Veja-se, a respeito, o exaustivo relatório elaborado por David Gaunt (1982) para o Conselho Sueco para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas. A aproximação, no que ela tem de problemática, diz respeito sobretudo ao espaço europeu, onde a diversidade dos pressupostos metodológicos de historiadores e antropólogos é mais evidente. Excluo, portanto, da minha discussão a história da Expansão, onde o facto de se tratar de populações não-europeias, ou das relações entre europeus e não-europeus, proporcionou desde bastante cedo uma ocasião e justificação para a colaboração interdisciplinar. Para uma visão de conjunto menos eurocêntrica, representando o ponto de vista de um antropólogo que se especializou na história do sub-continente indiano, ver Cohn (1981).

contrário, privilegiavam uma representação sincrónica da organização social e das representações culturais e simbólicas da sociedade estudada, utilizavam o chamado “presente etnográfico” para abstrair de eventuais processos de mudança, e viam os comportamentos e as acções individuais como manifestação de uma lógica colectiva de funcionamento e de reprodução sociais.

A convergência que se verificou resultou, não de uma simples aproximação disciplinar – que, de resto, seria difícil imaginar a partir de posições aparentemente tão contrapostas –, mas de uma tendência simultânea, embora independente e específica a cada uma das duas disciplinas, para a superação de alguns desses factores de isolamento.

Do lado dos historiadores, a afirmação de uma “nova história” em França e na Grã-Bretanha (a partir, sobretudo, das revistas *Annales* e *Past & Present*), mais voltada para as dinâmicas sociais e culturais, e a concomitante procura de uma abordagem contextual e integrada, tornou mais atraente a proposta holista e totalizante da antropologia funcionalista<sup>2</sup>.

Em França, onde o estudo de Marc Bloch sobre *Les Rois thaumaturges* (1983 [1924]) constituía um exemplo isolado e precoce de aproximação entre as duas disciplinas, a emergência de novos temas de investigação associados à história das “mentalidades” levou alguns autores a procurar, na antropologia, chaves para o aprofundamento dessas análises. Os defensores da *nouvelle histoire*, com efeito, insistiram não apenas na adopção de metodologias quantitativas, como também na abertura do campo da história a “novos objectos”, entre os quais os que diziam respeito aos comportamentos rituais e, em geral, ao campo do simbólico, objecto privilegiado, na altura, da antropologia de inspiração estruturalista (cf. Schmitt, 2008).

Na Grã-Bretanha, pelo contrário, esta abertura em relação a temas mais próximos da antropologia esteve associada antes de mais à afirmação, entre historiadores sociais de inspiração marxista, de um interesse renovado pelo universo

<sup>2</sup> O caso norte-americano foi algo diferente. Aqui, devido em parte à hegemonia cedo adquirida pela sociologia no contexto das ciências sociais, foi sobretudo a esta, mais que à antropologia, que recorreram os representantes da “nova história” interessados em tornar explícito o enquadramento teórico das suas investigações. Foi só mais tarde, e em parte sob a influência de autores britânicos, que se desenvolveu, ao lado da sociologia histórica de autores como Charles Tilly e Theda Skocpol, uma investigação histórica mais directamente influenciada por problemáticas antropológicas. No contexto britânico, pelo contrário, a sociologia iria desempenhar um papel relativamente secundário (cf. Calhoun, 1987). Aqui, será ainda pertinente referir o caso dos historiadores italianos associados à *microstoria*, cuja reconsideração radical das metodologias de investigação em história social e cultural foi profundamente influenciada, de início, pela antropologia social britânica e pela obra de autores como Karl Polanyi e Fredrik Barth. Para uma visão de conjunto, ver Lima (2006).

cultural das classes populares. Poderiam aqui citar-se numerosos estudos de E.P. Thompson, a começar por *The Making of the English Working Class* (1963), e de Eric Hobsbawm, entre os quais *Primitive Rebels* (1959) e *Bandits* (1969). As investigações de Keith Thomas – membro, como Hobsbawm, da redacção de *Past & Present* – sobre a cultura popular durante a Guerra Civil inglesa descortinaram uma visão do mundo impregnada de magia que ele procurou interpretar em *Religion and the Decline of Magic* (1971), apoiando-se directamente nos estudos de antropólogos sobre a magia e a feitiçaria em sociedades africanas do século XX. Esta tendência reflectiu-se de maneira ainda mais evidente na trajectória do seu aluno Alan Macfarlane, o qual, tendo defendido em 1967 uma primeira tese de doutoramento em história (sobre os processos de feitiçaria numa região de Inglaterra entre 1560 e 1680), completou em 1972 uma segunda, na área de antropologia, dedicando-se em seguida ao desenvolvimento de uma “antropologia histórica” da sociedade pré-industrial inglesa e tornando-se, por fim, catedrático de antropologia em Cambridge<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, os trabalhos de Peter Laslett, a partir de *The World We Have Lost* (1965), e de outros historiadores-demógrafos em Cambridge contribuíram para reforçar esta tendência para o desenvolvimento de uma *history from below*, dando uma sólida base quantitativa à tentativa de reconstrução da experiência histórica daqueles que tinham ficado excluídos do campo de visão da história tradicional.

Ao mesmo tempo que, nesses diferentes contextos nacionais, alguns historiadores de referência começavam a aproximar-se da antropologia, o fenómeno inverso podia ser observado entre os antropólogos. Neste caso, contudo, os factores que estiveram na origem da tentativa de aproximação foram outros.

A partir da década de 1960, vários factores – entre os quais as consequências da descolonização e a redefinição dos campos de pesquisa que esta acarretou – levaram à adopção de uma atitude mais distanciada em relação às abordagens até então dominantes em antropologia. As análises contextuais e integradas que tinham caracterizado as monografias funcionalistas da antropologia social britânica foram objecto de crítica por, entre outras coisas, não levarem em linha de conta a existência de conflitos e estarem situadas num “presente etnográfico” atemporal, imune a processos de transformação.

---

<sup>3</sup> Sobre a trajectória de Macfarlane e os problemas metodológicos levantados pela sua tentativa de reconciliar a antropologia e a história, cf. Rowland (1985).

Quando, após a II Guerra Mundial, alguns antropólogos tinham começado a desenvolver investigações em comunidades rurais de países europeus, abordaram essas comunidades, inicialmente, como se fossem sistemas locais isolados, comparáveis às ilhas do Pacífico ou aldeias africanas estudadas pelos seus predecessores, abstraindo quase completamente da participação dessas comunidades nos processos de transformação social e política dos países em questão. Mas com o desenvolvimento, sobretudo a partir da década de 1960, de perspectivas associadas à “antropologia das sociedades complexas” – que tomava como objecto, explicitamente, as relações entre os diferentes níveis de integração dessas sociedades (o nacional, o regional, o local), bem como as formas de articulação e mediação entre esses níveis –, a referência à história e à investigação histórica tornava-se inevitável.

Por fim, o desenvolvimento dessas investigações antropológicas em sociedades complexas – quer em zonas rurais, quer, menos frequentemente, em centros urbanos – foi acompanhado por um interesse acrescido, entre antropólogos, por perspectivas de análise marxistas e, por esta via, pela análise de processos históricos.

Por trás deste duplo e parcialmente contraditório movimento de aproximação, podemos, portanto, identificar factores distintos. Do lado dos historiadores, a inclusão no seu campo de visão de novos objectos – o ritual, a feitiçaria, as representações simbólicas, a cultura popular – que até então não tinham sido considerados como plenamente merecedores da atenção dos historiadores, mas que, em contextos exóticos, tinham sido estudados por antropólogos, esteve na origem de uma tentativa de apropriação das ferramentas analíticas desenvolvidas por estes. Poder-se-ia, de certa forma, dizer que a descoberta, por parte dos historiadores, da alteridade no interior das suas próprias sociedades os levou a procurar apoio entre aqueles – os antropólogos – que tradicionalmente estudavam *outras* sociedades.

Do lado dos antropólogos, pelo contrário, foi justamente a tentativa de desenvolver uma antropologia adaptada, não a sociedades exóticas sem escrita e sem Estado, mas a comunidades rurais e a centros urbanos em sociedades complexas (onde nem o Estado nem a documentação escrita podiam ser ignorados) que levou alguns deles a tentar não apenas utilizar, em segunda mão, os trabalhos de historiadores, mas a praticar, eles próprios, a investigação de arquivo.

## Antropologia e história em Portugal

Há cerca de trinta anos, o historiador da antropologia George Stocking propôs um esquema de classificação das diversas tradições antropológicas nacionais<sup>4</sup>. Um primeiro critério distinguia entre dois tipos. As primeiras ter-se-iam desenvolvido no contexto de um império colonial, e teriam sido marcadas desde o início por uma preocupação com o “outro” extra-europeu. O exemplo paradigmático é o da antropologia britânica, à qual se poderiam acrescentar a francesa e a belga. As segundas, representadas por tradições de muitos países do continente europeu, teriam sido marcadas por uma preocupação com a diversidade no interior dos próprios países e com questões de identidade nacional. Constituiriam exemplos deste segundo tipo as tradições etnológicas, ou de *Volkskunde*, dos países germânicos e escandinavos.

Neste contexto, Portugal constitui uma exceção. Apesar das suas fronteiras estarem definidas há séculos, da inexistência de minorias significativas no interior do território nacional, da sua história plurissecular de expansão marítima e da existência, em Ásia e em África, de um império formal, a antropologia que aí se desenvolveu a partir dos anos 1870 correspondia menos ao modelo de uma *empire-building anthropology* do que ao de uma *anthropology of nation-building*, na medida em que privilegiava “o estudo da tradição camponesa nacional [...] de acordo com pressupostos em que a problemática da identidade nacional [era] determinante” (Leal, 2006, pp. 112-3)<sup>5</sup>.

Dito de outra maneira, ao contrário das suas congéneres que se desenvolveram sob a influência determinante de uma problemática do “outro”, ou da *alteridade*, a antropologia portuguesa, a partir das últimas décadas do século XIX, teve sempre a *identidade* como preocupação dominante, privilegiando a *etnogenealogia da nação*. Segundo João Leal, isto dever-se-á em parte à fraqueza

<sup>4</sup> O seu artigo, publicado num número especial da revista sueca *Ethnos*, focava não apenas as variantes nacionais da tradição “central” euro-americana, como também as escolas antropológicas que se tinham desenvolvido na “periferia”, na América latina e em países de descolonização mais recente (Stocking, 1982). Aqui interessam-nos apenas as distinções que ele procurou estabelecer no interior da tradição euro-americana e que sobretudo dizem respeito à sua componente europeia.

<sup>5</sup> Não irei abordar, nesta intervenção, a antropologia naturalista que se desenvolveu em Coimbra (de Bernardino Machado a Eusébio Tamagnini) e no Porto (com Mendes Correia). Reconhecendo, embora, que a exclusão da antropologia física é, do ponto de vista da história da antropologia em Portugal, certamente anacrónica (cf. Santos, 2005, p. 30), limitar-me-ei a levar em consideração os contributos que correspondem, *grosso modo*, ao campo teórico da antropologia social e cultural, em relação aos quais terá mais sentido colocar a questão das suas relações com a história. Sobre o desenvolvimento da antropologia em Portugal, cf. também Pina Cabral (1991, pp. 11-41) e Leal (2000).

do colonialismo português, em parte “à centralidade que as questões relacionadas com a identidade nacional ocuparam na vida intelectual portuguesa ao longo dos últimos cento e cinquenta anos” (Leal, 2006, p. 113).

O período formativo da antropologia portuguesa foi de facto dominado por alguns autores de indiscutível prestígio internacional, mas preocupados, antes de mais, por questões de âmbito nacional – casos de Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Rocha Peixoto e Leite de Vasconcellos. De início, durante os anos 70 e 80, predominaram os estudos sobre a literatura e as tradições populares, consideradas como testemunhos de origens longínquas: “Portugal como nação é visto não como o resultado contingente de um conjunto de acontecimentos políticos e militares mais ou menos recentes, mas como o produto de remotíssimas originalidades étnicas de que a literatura e as tradições populares seriam justamente a sobrevivência” (Leal, 2006, p. 114). Na viragem do século apareceram novos temas, como a cultura material e a organização social de comunidades rurais, ao mesmo tempo que a afirmação de uma identidade nacional própria foi matizada por uma preocupação com a viabilidade de um país abalado pelas implicações do *Ultimatum* britânico. A partir da Primeira Guerra Mundial, talvez como reacção contra esse pessimismo, começou a afirmar-se uma etnografia nacionalista, que considerava a cultura popular como expressão do génio da nação, e que encontraria a sua consagração oficial na etnografia folclorizante do Estado Novo, encenada e coreografada por António Ferro.

Com Jorge Dias, que a partir de seu doutoramento em *Volkskunde* (Munique, 1941) e do seu regresso a Portugal (em 1947) reintroduziu na antropologia portuguesa uma preocupação com modelos etnogenéticos, dá-se, conquanto limitada, alguma renovação teórica. Ao difusionismo algo anacrónico dos seus primeiros estudos veio, posteriormente, a juntar-se um interesse selectivo por alguns temas da antropologia cultural norte-americana e, em particular, pelas noções, propostas por Ruth Benedict, de “carácter nacional” e de “personalidade base”. No ensaio ‘Os elementos fundamentais da cultura portuguesa’, escrito em 1950, Jorge Dias procurou definir a psicologia étnica dos portugueses, retomando, sob a capa de uma nova linguagem, o velho tema oitocentista da identidade nacional<sup>6</sup>:

A cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar os laços entre os continentes e os homens. [...] A força atractiva do Atlântico, esse grande mar povoado de tempestades e de

<sup>6</sup> Sobre a relação entre este texto de Jorge Dias e a tradição na qual ele se inseria, ver Leal (2000, pp. 83-104).

mistérios, foi a alma da Nação e foi com ela que se escreveu a história de Portugal. [...] Os quatro pilares do génio criador português: *Os Lusíadas*, os Jerónimos, o Políptico de Nuno Gonçalves e os *Tentos* de Manuel Coelho, são quatro formas de expressão, verdadeiramente superiores e originais, dum povo que durante mais de um século esquadrinhou todos os mares e se extasiou perante as naturezas mais variadas e exóticas. [...] Vamos agora definir as constantes culturais deste povo, já velho de tantos séculos, comparando as características culturais de nossos dias com aquelas que a história nos fornece, em função da sua *personalidade-base*. O Português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista. [...] Há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isto implique perda de carácter. Foi esta faceta que lhe permitiu manter sempre a atitude de tolerância e que imprimiu à colonização portuguesa um carácter especial inconfundível: assimilação por adaptação. [...] A mentalidade complexa que resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, opostos dá lugar a um estado de alma *sui generis* que o Português denomina *saudade*. [...] Este temperamento paradoxal explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa. (Dias, 1986 [1950], pp. 15, 16-17, 24, 25, 26, 27).

Apesar da multiplicação de contactos pessoais, que levaram à sua participação em associações e revistas etnológicas internacionais (Leal, 2000, p. 38), os trabalhos posteriores de Jorge Dias e da sua equipa, desde a sua monografia sobre a aldeia comunitária de *Rio de Onor* (1953) aos estudos sobre a cultura material e aos seus trabalhos africanos (iniciados na sequência do seu ingresso na Escola Superior Colonial / ISCSPU em 1956), não lograram estabelecer verdadeiros canais de comunicação entre a antropologia portuguesa e a comunidade científica internacional<sup>7</sup>. Estes só começaram a abrir-se quando Portugal se tornou, sobretudo a partir de 1960, terreno de investigações antropológicas modernas, com o início de investigações efectuadas por estudiosos estrangeiros como Emílio Willems (1955), Joyce Riegelhaupt (1964) e Colette Callier-Boisvert (1966, 1968), e com a tese de doutoramento de José Cutileiro na Universidade de Oxford (1971)<sup>8</sup>.

O enquadramento destes estudos era obviamente outro. Se o interesse de Willems pela família portuguesa derivava dos seus estudos anteriores sobre a cultura e assimilação de imigrantes no Brasil, Joyce Riegelhaupt estava interessada numa

<sup>7</sup> Cf., no entanto, Almeida (2000, pp. 166-184), que analisa o papel de Jorge Dias e da Escola Superior Colonial / ISCSPU na adopção, em Portugal, das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre.

<sup>8</sup> Para uma avaliação do impacto deste conjunto de investigações, ver Leal (2006, pp. 167-181).

questão teórica mais geral, a da influência da cidade e das instituições nacionais na modernização de comunidades rurais, tendo escolhido para um estudo de caso a freguesia de São João das Lampas, no concelho de Sintra. Colette Callier-Boisvert, por sua vez, inseria a sua investigação sobre uma comunidade do Alto Minho na antropologia da família, do parentesco e dos processos migratórios.

Mas foi a tese de Cutileiro sobre Monsaraz que constituiu, no meu entender, o verdadeiro momento de ruptura na história da antropologia em Portugal. A epígrafe do livro é uma citação de Alexandre O'Neill: "Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo". Mas esta preocupação, não tendo nada a ver com a tradição britânica – em fim de contas, Cutileiro era um *native anthropologist* que andava a estudar o seu próprio povo –, tampouco tinha a ver com a tradição antropológica portuguesa. Pelo contrário, Cutileiro subvertia-a por dentro. Não se tratava de uma questão de identidade nacional, mas da procura de explicações para um paradoxo muito específico: o de, ao contrário da Andaluzia das *agitaciones* anarco-sindicalistas, o Alentejo (e, por extensão, o resto do país) não se revoltar contra a miséria, a desigualdade e a opressão da ditadura salazarista. Cutileiro procurou essa explicação a vários níveis. Com base em fontes arquivísticas locais, atribuiu a desigualdade existente no século XX às usurpações efectuadas ao abrigo da legislação liberal do século XIX, concluindo estar a memória histórica desses abusos na origem de uma opinião difusa entre os trabalhadores rurais: a de que, por terem origem num roubo, a riqueza e os privilégios dos proprietários eram ilegítimos. Ao mesmo tempo, atribuiu ao "patrocinato" exercido pela elite local e à religiosidade popular o papel de amortecedores dos conflitos sociais – um papel reforçado pelo carácter opressivo do regime, que sufocava a discussão política. Desta forma, Cutileiro definia o problema subjacente à epígrafe do livro não em função da etnogenealogia da nação ou da psicologia do povo português, mas em termos de uma análise socio-histórica e de algumas das problemáticas centrais das ciências sociais.

Pelo seu carácter inovador, a tese de Cutileiro foi certamente precursora do movimento de renovação da antropologia em Portugal que se seguiu ao 25 de Abril. Mas em parte por ele próprio ter seguido uma carreira diplomática, à margem da universidade, em parte por as ciências sociais nesse período terem estado sujeitas a um conjunto muito variado e contraditório de influências, a tese não terá tido nem o reconhecimento nem a influência que merecia.

Com efeito, o único departamento de antropologia (cultural) existente antes de 1974, o do antigo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultrama-

rina (ISCSPU), foi palco de um processo turbulento de contestação a que se seguiu, após uma intervenção governamental, o regresso dos professores saneados. Foram criados novos departamentos na Universidade Nova de Lisboa (1977) e no ISCTE (1982)<sup>9</sup>. Com algumas diferenças – dizia-se, não sem exagero, que a antropologia do ISCSP se inspirava na antropologia norte-americana, a da UNL na francesa, e a do ISCTE na britânica –, estes três departamentos tentaram levar a cabo uma renovação da antropologia portuguesa, introduzindo no ensino e, mais tarde, na investigação, perspectivas e problemáticas que caracterizavam, na época, a comunidade científica internacional.

Este realinhamento teórico e temático da antropologia portuguesa poderia, em princípio, ter dado origem a uma aproximação com a história semelhante à que se estava a verificar em países como o Reino Unido, os Estados Unidos e a França, e que se encontrava já prenunciada na tese de Cutileiro. Quer, talvez, por uma tal aproximação não ter parecido prioritária numa altura em que a antropologia estava a tentar afirmar-se em termos científicos e institucionais, quer devido a uma relativa falta de interesse por parte da maioria dos historiadores – preocupados, por sua vez, em levar a cabo uma análoga renovação dos seus métodos e conteúdos<sup>10</sup>-, ela não se verificou em escala significativa.

Não se tratou, como já se viu, de um fenómeno novo. De facto, se atentarmos para o desenvolvimento anterior em Portugal daquilo que viria a ser a antropologia social e cultural de hoje, dificilmente poderemos encontrar temas que pudessem ter sido objecto, em termos de investigação, de uma colaboração entre antropólogos/etnólogos e historiadores. Entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, aproximadamente, as principais referências teóricas da antropologia em Portugal eram variantes do difusionismo e do evolucionismo. Em ambos os casos, uma história mais ou menos conjectural fornecia um enquadramento geral *a priori* para os esquemas que eram apresentados, mas não era objecto de qualquer tipo de investigação concreta. De facto, os temas abordados por esses primeiros antropólogos dificilmente poderiam enquadrar-se na historiografia da época. As décadas que se seguiram, durante as quais a cultura popular, nos seus diferentes aspectos, foi estudada enquanto expressão da índole do povo português e as aldeias comunitárias do Norte consideradas como testemunhos

<sup>9</sup> A estes três viria a juntar-se, em 1992, o Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra.

<sup>10</sup> Poderá, aqui, mencionar-se também a influência quer das abordagens macro-estruturais associadas à *nouvelle histoire*, quer da história económica e social de inspiração marxista.

de um passado remoto mas mal definido, tampouco forneceu ocasiões para uma colaboração frutífera com a investigação histórica<sup>11</sup>.

Como já se referiu, a tese de doutoramento de José Cutileiro tinha como objecto um problema que se situava numa área de intersecção entre a história social e a antropologia das sociedades complexas<sup>12</sup>. A investigação baseou-se em fontes locais – registos da câmara e da misericórdia, jornais locais – e numa investigação de terreno em moldes clássicos, e é, nas suas linhas gerais, representativo do programa de investigação sobre comunidades rurais da área mediterrânica iniciado por Evans-Pritchard em Oxford após a Segunda Guerra Mundial<sup>13</sup>, reflectindo a aproximação entre a antropologia e a história que se estava a verificar, na época, à escala internacional.

Porém, no contexto português constituiu uma excepção. Poucos foram, no período que se seguiu ao 25 de Abril, os antropólogos que seguiram o seu exemplo. Aquele que dele mais se aproximou terá sido, porventura, José Sobral, um historiador de formação, cuja tese de doutoramento em antropologia, defendida em 1993, procurou reconstituir a evolução das relações sociais numa freguesia do município de Nelas ao longo dos séculos XIX e XX (Sobral, 1999). Mas, em geral, os antropólogos em Portugal mostraram-se avessos à investigação histórica.

Por motivos diversos, o interesse dos historiadores por uma aproximação à antropologia não tem sido muito maior<sup>14</sup>. Houve alguns estudos de âmbito local que focaram objectos em relação aos quais os conceitos, e as abordagens mais gerais, da antropologia se revelaram úteis. São os casos, entre outros, de estudos sobre as relações entre família, propriedade, herança e emigração numa comunidade do Alto Minho no século XIX (Brandão, 1994), sobre as relações entre família, propriedade e trabalho em Oeiras no século XVIII (Silva, 1993),

<sup>11</sup> Cf. a descrição, feita por João Leal, da noção de “passado histórico” que caracteriza os trabalhos deste período: “O passado mantém-se como referência principal na interpretação deste novo território etnográfico [...]. Esse passado é, por um lado, algo indefinido e essencializado, uma vez que, a seu respeito, raramente são propostas especificações étnicas ou temporais detalhadas. A cultura popular tende nessa medida a ser vista como uma tradição remota e imemorial, tão remota e imemorial que seria redundante precisar o seu grau de antiguidade: por definição ela está lá desde o princípio do tempo” (Leal, 2000 p. 47).

<sup>12</sup> O termo “sociedades complexas”, associado sobretudo aos trabalhos do antropólogo norte-americano Eric Wolf (Banton, 1966) não é, contudo, mencionado no livro de Cutileiro.

<sup>13</sup> Sobre o alcance e as limitações deste programa, que viria a assinalar uma reorientação significativa da antropologia social britânica, veja-se a excelente análise de Davis (1977).

<sup>14</sup> Conforme já referi, estou a excluir de consideração, neste contexto, a utilização de perspectivas antropológicas pela historiografia mais recente da Expansão, cuja abordagem exigiria um tratamento diferente e muito mais extenso. Como exemplos do que nessa área se tem feito, limito-me a mencionar trabalhos como os de Jill Dias (1992, 2002, entre outros), ou a recente e inovadora monografia de Peter Mark e José da Silva Horta (2011) sobre os cristãos-novos da Senegambia e as suas relações com as sociedades africanas dessa região.

sobre as relações entre parentesco espiritual e sexualidade ilícita em Soure nos séculos XVII/XVIII (Carvalho, 1997), e sobre os processos de feitiçaria nas imediações de Coimbra no mesmo período (Paiva, 1997). Trata-se, nestes quatro casos representativos, de historiadores que escolheram como tema de investigação um problema que já tinha sido objecto, em outros países europeus, de estudos histórico-antropológicos, e em relação aos quais havia fontes (por exemplo, inventários orfanológicos, fontes fiscais, róis de confessados, registos paroquiais, livros de visitação e processos da Inquisição) suficientemente ricas e organizadas para permitirem – sobretudo quando tratadas com instrumentos informáticos adequados – um estudo monográfico de âmbito local<sup>15</sup>.

O próprio carácter excepcional e isolado destes estudos traduz a inexistência, no período pós-1974, de qualquer programa conjunto que desse continuidade ao esforço desses investigadores individuais e permitisse o aprofundamento da colaboração interdisciplinar. A crescente influência sobre os antropólogos portugueses, a partir da década de 1980, da antropologia cultural norte-americana e dos *cultural studies* em geral, com uma ênfase na *compreensão* a ocupar o lugar da *explicação*, terá também contribuído para dificultar o diálogo interdisciplinar.

Em geral, salvo algumas excepções como as já referidas, os antropólogos portugueses neste período nem se interessaram pelas problemáticas dos historiadores e pela investigação de arquivo, nem foram considerados, pela comunidade dos historiadores, como interlocutores significativos.

## A primeira pessoa do plural

Em países como a Grã-Bretanha e a França, como vimos, os historiadores só se interessaram pela possível contribuição da antropologia para as suas investigações a partir do momento em que começaram a debruçar-se sobre objectos que eram, de alguma maneira, *outros*. O caso mais evidente é o dos estudos sobre a feitiçaria na Europa. Os processos de feitiçaria dos séculos XVI e XVII, a chamada “caça às bruxas”, tinham sido alvo de atenção por parte de historiadores desde pelo menos o início do século XIX. Concentrando-se sobre a repressão, esses autores – muitos dos quais protestantes e/ou liberais – procuraram uma resposta

<sup>15</sup> O caso da *microstoria* italiana, em que a disponibilidade de fontes nominativas locais devidamente organizadas foi de importância decisiva, atesta que a colaboração interdisciplinar não é apenas uma questão de vontade e de interesse, mas também de meios. Cf. Ginzburg e Poni (1989); Lima (2006).

para uma questão singela: como foi possível para homens europeus, racionais e cultos – o caso de Jean Bodin era paradigmático – preocuparem-se com o que evidentemente era um delito imaginário? As respostas – culpavam-se o obscurantismo da Inquisição e a mentalidade medieval ou escolástica, entre outros – situavam o problema no âmbito da história das ideias ou da cultura, e a “caça às bruxas” só continuou a ser problemática porque o seu carácter tardio punha em causa a visão progressista da história da cultura ocidental. Quase ninguém tomou como objecto aquilo que o último desta linhagem de historiadores, Hugh Trevor-Roper, desqualificou como sendo constituído por um “folclore disperso de superstições camponesas” e por alucinações provocadas pelo ar rarefeito das montanhas (Trevor-Roper, 1967). E, no entanto, foi justamente a constatação de que a cultura popular na Inglaterra de meados do século XVII estava impregnada de magia que levou o historiador Keith Thomas, o qual se debruçara sobre a imprensa popular para perceber as raízes do radicalismo anti-monárquico, a procurar na biblioteca do Instituto de Antropologia em Oxford, nas obras de estudiosos como Evans-Pritchard que tinham estudado a lógica do pensamento mágico em África, chaves para a compreensão dessa mentalidade aparentemente irracional e incompreensível<sup>16</sup>.

Do mesmo modo, quando historiadores de inspiração marxista, como E.P. Thompson ou Eric Hobsbawm, passaram da história económica e social mais ortodoxa para uma tentativa de compreender a visão do mundo dos trabalhadores na Inglaterra do século XVIII ou de diferentes tipos de “rebeldes primitivos”, tiveram de procurar entender, nos seus próprios termos, um *outro* universo cultural. E fizeram-no, seguindo o modelo dos antropólogos, através de um esforço de contextualização.

Quer no caso da mentalidade mágica na Inglaterra do século XVI, quer no da visão do mundo de trabalhadores e camponeses dos séculos XVIII e XIX, a aproximação à antropologia representou uma tentativa de confrontação com a alteridade em muitos aspectos análoga à que fazia parte da experiência do antropólogo durante a sua investigação no terreno.

Não pode, assim, deixar de chamar a atenção uma característica paradoxal do posicionamento de muitos historiadores em relação à tradição antropológica. Após o 25 de Abril, como vimos, houve algumas, poucas, tentativas explícitas de aproximação à antropologia contemporânea e às suas problemáticas por parte

---

<sup>16</sup> Para uma discussão da contribuição da antropologia para a compreensão da feitiçaria na Europa, ver Rowland (1990)

de historiadores cujos objectos de investigação apresentavam analogias com os dos antropólogos. Num certo sentido, tratou-se de uma aproximação em termos de *alteridade*<sup>17</sup>. Mas no caso da comunidade dos historiadores no seu conjunto, a aproximação à antropologia, quando existe, continua muitas vezes a ser feita, pelo contrário, em termos de *identidade*.

Com efeito, os únicos antropólogos a quem se atribui, implicitamente, o estatuto de interlocutores significativos são os do passado, anteriores a 1974, aqueles que de uma maneira ou de outra, consoante a geração a que pertenciam, se preocuparam com a questão da identidade nacional<sup>18</sup> – questão essa que se encontra igualmente subjacente a uma parte significativa da historiografia portuguesa contemporânea. Um tratamento adequado deste tema extravasaria do âmbito desta apresentação e obrigar-me-ia a discutir os pressupostos implícitos desses trabalhos, e, em particular, das obras de síntese. Limitar-me-ei, portanto, a assinalar alguns poucos exemplos mais conhecidos.

Em 1990, Vitorino Magalhães Godinho publicava um volume de ensaios sob o título *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar*. O texto de abertura intitulava-se, algo surpreendentemente, “Que é Portugal? Que são os portugueses?”, e procura definir a “difícil identidade” de um “povo que há mais de oito séculos existe como estado independente” (1990, p. 9). No volume encontram-se vários textos sobre os descobrimentos, desde um ambicioso plano para as comemorações a estudos sobre as navegações e dois ricos ensaios dedicados às mentalidades. Nestes, há uma tentativa – de resto, muito sugestiva – de reconstituir a maneira como o *outro* era visto pelos portugueses nos séculos XV e XVI. Face ao texto de abertura, porém, surge uma dúvida: não será o livro, em última

<sup>17</sup> Uma das características da *démarche* antropológica é a explicação de comportamentos, não em termos do sentido que poderá ter para o próprio actor – sentido este só recuperável por quem pertencer ao mesmo universo cultural – mas em termos do seu sentido extrínseco, ou sociológico. A tentativa de reconstituição do sentido sociológico de práticas de herança ou de modelos de emigração, por exemplo, corresponde ao reconhecimento da *alteridade* dos actores sociais e da insuficiência de uma explicação baseada nas motivações individuais. Corresponde, por outras palavras, ao *regard éloigné* que, segundo Lévi-Strauss, seria característico do antropólogo. Para uma discussão mais extensa, cf. Rowland (1987).

<sup>18</sup> Sintomática, a este respeito, foi a tomada de posição do crítico e historiador da cultura Eduardo Lourenço durante uma mesa redonda organizada no Porto pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia sobre o tema *Existe uma cultura portuguesa?* Argumentando que os antropólogos ali presentes estavam demasiado preocupados com a diferença, mitificando ou substantivando-a enquanto tal, afirmou que a “cultura portuguesa tem uma história, tem uma série de mitos, tem uma série de características que seria impossível enumerar. Se eu vencer as pessoas que aqui estão a darem uma vista de olhos pelas páginas deste pequeno livrinho de Jorge Dias, [...] *Elementos fundamentais da Cultura Portuguesa*, já ganhei o dia. Porque, fundamentalmente, as questões à volta das quais nós andámos aqui durante a tarde estão aqui todas mais ou menos explicitadas” (Silva e Jorge, 1993, pp. 129-32). Cf., também, as referências a este mesmo texto de Jorge Dias em Mattoso (1998, pp. 101-2, 104-5).

análise, e apesar da utilização da 3ª pessoa do plural, uma tentativa de definir, em relação aos portugueses, uma suposta maneira plurissecular de estar no mundo? E, nesse caso, *quem* são esses portugueses, esse “povo” cuja “difícil identidade” se procura assim definir?

Alguns anos antes, José Mattoso (1985) publicara um extenso ensaio com o sugestivo título de *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal*. Apesar de circunscrito ao período de 1096-1325, o livro abordava, na realidade, um tema mais amplo, o “fenómeno da nacionalidade”, fazendo-o numa perspectiva de *longue durée*. De facto, o ponto de partida para a discussão é a constatação da existência, nos resultados eleitorais pós-1974, de dois grandes blocos regionais – o Norte conservador, o Sul progressista. O livro pretende, com base não apenas na análise do primeiro período da História de Portugal, considerado como o “dos primórdios da consciência nacional”, mas também em dados mais recentes (acerca da geografia humana, dos comportamentos demográficos, da tecnologia agrícola e das fronteiras linguísticas), documentar o carácter plurissecular dessa oposição, considerando “como uma das características peculiares *da nossa História* a maneira como os dois territórios agiram um sobre o outro, [...] imprimindo-lhe [...] uma dinâmica própria, que se deve considerar constitutiva da especificidade nacional” (sublinhado meu). No prefácio, Mattoso afirma não sentir, ao contrário dos seus predecessores da primeira metade do século, qualquer “angústia” ou “exaltação emotiva acerca do fenómeno da identidade portuguesa e *do nosso destino histórico*” (sublinhado meu); apesar disso, o objectivo do ensaio não deixa de ser, como explicita mais adiante, “a interpretação do passado” e o seu “relacionamento com o presente”, reunindo elementos “para conduzirem à tomada de consciência da colectividade nacional: o reconhecimento do que permaneceu idêntico através de formas e soluções historicamente diferentes.” (Mattoso, 1985, pp. 19, 61, 28-45, 26-7, 19, 26).

Como se poderá depreender das expressões atrás sublinhadas, uma das preocupações centrais do ensaio de José Mattoso é de facto a identidade nacional. Esta preocupação foi por ele posteriormente tratada, de maneira directa, em *A Identidade Nacional* (1998), e encontra-se subjacente a outras publicações que patrocinou, como a colectânea sobre as regiões portuguesas publicada no âmbito da Expo 98, genericamente intitulada *Portugal. O sabor da terra* (Mattoso, Daveau e Belo, 1997a), ou os diferentes volumes da *História de Portugal* publicada sob a sua direcção (Mattoso, 1992-4). Na “Introdução” ao volume nacional da primeira colectânea, afirma-se que o objectivo é “traçar a imagem discursiva e visual de

um ser invisível ou, se se preferir, de um ser ideal. [...] Dado que temos atrás de nós uma história, e que ela nos conduziu a formarmos uma nação, actualmente com uma certa identidade, mas com um sentido desconhecido, é natural que tentemos perceber o que nos caracteriza e nos une [...].” (Mattoso, Daveau e Belo, 1997b, pp. 5, 8). Na “Apresentação” geral da *História de Portugal*, por fim, o medievalista português procura justificar o enfoque nacional e cronológico adoptado. E conclui: “as preocupações dominantes da nossa época foram, portanto, mais poderosas que o programa da ‘nova história’ para alterarem os objectivos historiográficos. Pelo que diz respeito a Portugal, não há dúvida que o problema da *nossa identidade colectiva* suscita uma intensa curiosidade por parte dos mais variados sectores intelectuais e políticos e por parte *do grande público*” (Mattoso, 1992, vol. I, p. 12; sublinhado meu)<sup>19</sup>.

## Conclusão

Os textos acabados de citar dizem respeito a duas das figuras mais significativas da historiografia portuguesa contemporânea, mas são representativos de um fenómeno mais geral. Exemplificam um discurso hegemónico que, para além de extravasar para outros contextos<sup>20</sup>, se tem constituído em matriz implícita de interpretação da história de Portugal, e que se encontra subjacente a todas as ocasiões – e são muitas – em que um historiador português, falando dos portugueses do passado, utiliza a primeira pessoa do plural.

Trata-se de um fenómeno que se poderia analisar desde variados pontos de vista, a começar pela problemática do sentido das “histórias nacionais”<sup>21</sup>, mas que aqui nos interessa sobretudo por aquilo que nos pode indiciar acerca das

<sup>19</sup> A referência ao “grande público” levanta uma outra questão importante, cuja discussão me levaria para demasiado longe do meu tema: a questão da *história pública*, suscitada inicialmente pelas teses revisionistas de alguns historiadores alemães, e, em geral, a da responsabilidade do historiador perante o seu público. A noção de uma história de âmbito nacional como história de um povo-*sujeito*, de um processo dotado de sentido no qual os leitores se podem reconhecer e identificar, através do historiador, como membros de uma *comunidade imaginada* – com a passagem da *história* (na 3ª pessoa do plural) para uma *memória* imaginada na 1ª pessoa do plural – pode dar origem a variadas construções ideológicas e merece uma reflexão cuidada. Para uma discussão de alguns aspectos da questão, centrada em tendências recentes da historiografia portuguesa, cf. Cardoso, 2011.

<sup>20</sup> Para uma análise da ambiguidade, em relação às teses de Jorge Dias, de alguns textos de Boaventura Sousa Santos (1994, pp. 49-67, 119-137), considerado, a par de Eduardo Lourenço e José Mattoso, como uma das “figuras fundamentais do processo de restauração dos discursos de identidade nacional portuguesa subsequente ao 25 de Abril, à descolonização, e à adesão de Portugal à União Europeia”, ver Leal (2000, pp. 21, 101-103).

<sup>21</sup> Cf. entre muitos outros, Nora (1992), Revel e Levi (2002) e Hartog (2003).

relações entre a antropologia e a história em Portugal. Como vimos, o desenvolvimento da antropologia em Portugal entre 1870 e 1970 assumiu características próprias, que acabaram por constituir um duplo obstáculo a uma aproximação entre as duas disciplinas comparável à que se verificou em outros países. Por um lado, e apesar de situada, supostamente, numa temporalidade que se estendia a um passado remoto, a problemática da identidade nacional era, por sua própria natureza, impermeável à investigação histórica propriamente dita. Por outro lado, o facto de não se ter desenvolvido em Portugal durante esse período uma tradição significativa de investigação em antropologia social e cultural referida a contextos extra-europeus levou a que, no contexto da universidade portuguesa, essa disciplina se não tenha constituído, como em outros países, como modelo teórico de análise da diferença cultural. As transformações que se seguiram à década de 1970 vieram alterar significativamente a prática da investigação em antropologia e em história, mas por razões que se prendem, em parte, à prioridade dada em cada caso ao necessário *aggiornamento* disciplinar, em parte às problemáticas que acabaram por se impor na escolha de temas de investigação, não deram lugar a qualquer programa integrado de investigação, e os escassos exemplos de investigações histórico-antropológicas aqui citados não tiveram seguimento. Pelo contrário, se houve algumas manifestações de interesse, entre os historiadores, por temas associados à antropologia, elas disseram respeito não aos resultados da renovação efectuada após o 25 de Abril, mas ao tema da identidade nacional que tinha sido cultivado por uma geração anterior de antropólogos.

Em termos mais gerais, por fim, devemos reconhecer que as relações entre a história e a antropologia só têm sido fecundas, no contexto internacional, quando ambas as disciplinas se têm assumido como pertencentes ao campo mais amplo das ciências sociais. O carácter isolado e esporádico de tais relações durante as últimas décadas em Portugal poderão ser em parte um reflexo do ressurgimento de preocupações culturalistas entre os antropólogos, mas devem atribuir-se sobretudo à relativa impermeabilidade, que nos últimos anos se tem acentuado, da comunidade dos historiadores às problemáticas centrais das ciências sociais.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras, Celta.
- BANTON, Michael (Ed.) (1966), *The Social Anthropology of Complex Societies*, London, Tavistock Publications.
- BLOCH, Marc (1983 [1924]), *Les Rois thaumaturges*, Paris, Gallimard.
- BRANDÃO, Maria de Fátima S. (1994), *Terra, herança e família no noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento.
- CALHOUN, Craig (1987), «History and Sociology in Britain. A Review Article», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. XXIX nº 3, pp. 615-625.
- CALLIER-BOISVERT, Colette (1966), «Soajo: une communauté féminine rurale de l'Alto Minho», in *Bulletin des Etudes Portugaises* XXVII, pp. 237-278.
- (1968), «Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal», in *L'Homme* VIII (2), pp. 87-103.
- CARDOSO, Ângela Miranda (2011), *O Historiador, o Leitor, o Rei e as Amantes deles: Sobre alguns efeitos perversos do fim das teorias*, Lisboa, Working Paper CRIA 9 (<http://www.cria.org.pt>).
- CARVALHO, Joaquim Ramos de (1997), *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720). Reconstituições, interpretações e metodologias*, dissertação de doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COHN, Bernard (1981), «Anthropology and History in the 1980s: Towards a Rapprochement», in *Journal of Interdisciplinary History* XII, pp. 227-52.
- CUTILEIRO, José (1971), *A Portuguese Rural Society*, Oxford, The Clarendon Press.
- DAVIS, John (1977), *The People of the Mediterranean*, London, Routledge and Kegan Paul.
- DIAS, Jill (1992), *África. Nas Vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- (2002), «Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico», in Bastos, C., Almeida, M. V. e Feldman-Bianco, B. (Orgs.), *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 293-320.
- DIAS, Jorge (1953), *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*, Porto, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- (1986 [1950]), *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, INCM.
- GAUNT, David (1982), *Memoir on History and Anthropology*, Stockholm, Council for Research in the Humanities and Social Sciences.
- GINZBURG, Carlo e Poni, Carlo (1989 [1979]), «O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico», in Ginzburg, Carlo, *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa, DIFEL.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1990), *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, DIFEL.
- HARTOG, François, (2003), *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil.
- HOBSBAWM, Eric J. (1959), *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries*, Manchester, Manchester University Press.

- (1969), *Bandits*, London, Weidenfeld and Nicolson.
- LASLETT, Peter (1965), *The World We Have Lost. England before the industrial age*, London, Methuen.
- LEAL, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2006), *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LIMA, Henrique Espada (2006), *A micro-história italiana. Escalas, indícios e singularidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARK, Peter e Horta, José da Silva (2011), *The Forgotten Diaspora. Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World*, Cambridge, Cambridge University Press
- MATTOSO, José (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, Lisboa, Editorial Estampa, 2 vols.
- (Dir.) (1992-4), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 8 vols.
- (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- DAVEAU, Suzanne e Belo, Duarte (1997a), *Portugal. O Sabor da Terra*, Lisboa, Círculo de Leitores, [1 volume nacional, 13 volumes regionais, não numerados].
- (1997b), *Portugal. O Sabor da Terra*, Lisboa, Círculo de Leitores, [volume nacional].
- NORA, Pierre (1992), «Comment écrire l'histoire de France?», in Nora, Pierre (dir.) *Les Lieux de mémoire*, III: *Les France*, 1: *Conflits et partages*, Paris, Gallimard, pp. 11-32.
- PAIVA, José Pedro (1997), *Bruxaria e superstição num país sem «caça às bruxas», 1600-1774*, Lisboa, Editorial Notícias.
- PINA CABRAL, João (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, DIFEL.
- REVEL, Jacques e Levi, Giovanni (Eds.) (2002), *Political Uses of the Past. The Recent Mediterranean Experience*, London, Frank Cass.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1994), *In the Shadow of the City*, PhD thesis, Columbia University, New York.
- ROWLAND, Robert (1985), «Robinson por Computador? Alan Macfarlane e as origens do individualismo inglês», in *Ler História* 5, pp. 83-104.
- (1987), *Antropologia, história e diferença*, Porto, Afrontamento.
- (1990), «Fantasticall and Devilishe Persons: European Witch-beliefs in Comparative Perspective», in Ankarloo, B. e Henningsen, G. (Eds.), *Early Modern European Witchcraft. Centres and Peripheries*, Oxford, Clarendon Press, pp. 161-190.
- SANTOS, Gonçalo Duro dos (2005), *A Escola de Antropologia de Coimbra 1885-1950*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- SCHMITT, Jean-Claude (2008), «Anthropologie historique», in *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA*, Hors série n° 2 (<http://cem.revues.org/index8862.html>).
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993), *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa. Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Cosmos.

- SILVA, Augusto Santos Silva, e Jorge, Vítor Oliveira (Orgs.) (1993), *Existe uma Cultura Portuguesa?*, Porto, Afrontamento.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- STOCKING, George (1982), «Afterword: a view from the center», in *Ethnos* 47, pp. 176-186.
- THOMAS, Keith (1971), *Religion and the Decline of Magic. Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century England*, London, Weidenfeld and Nicolson.
- THOMPSON, E.P. (1963), *The Making of the English Working Class*, London, Gollancz.
- TREVOR-ROPER, H. R. (1967), «The European Witch-Craze of the Sixteenth and Seventeenth Centuries», in *Religion, the Reformation and Social Change*, London, Macmillan, pp. 90-192.
- WILLEMS, Emílio, (1955), *A família portuguesa contemporânea*, São Paulo, Escola de Sociologia e Política.

# ENSAÍSMO, CRÍTICA E PROBLEMÁTICA DA HISTÓRIA

Norberto Cunha\*

O ensaio não pretende ser uma alternativa à historia-ciência nem à história “compreensiva” ou à história narrativista; nem são estas as causas do seu reaparecimento. Tendo em conta o passado, o ensaio surge como uma expressão discursiva, típica dos momentos de crise profunda dos fundamentos dos saberes e da falta de unidade cultural. Assim aconteceu nos séculos XVI (com os *Essais* de Montaigne e de Bacon), numa reacção à crise do paradigma aristotelico-escolástico, e, no século XX, numa reacção à crise do paradigma das Luzes, iniciada com a reflexão crítica elaborada por Lukacs (1910), numa introdução à sua obra *As almas e as formas*, sob forma epistolar (*Sobre a essência e forma do ensaio. Carta a Leo Popper*), e, mais tarde, na réplica de T. Adorno, num pequeno texto – *O ensaio como forma-escrito* em 1951 e publicado em 1974.

Tanto o texto de Lukacs como o de Adorno são tentativas para definir e demarcar o ensaio perante a obra científica e a obra de arte (incluindo nesta, evidentemente, a obra literária, enfim, toda aquela cujo finalidade seja a fruição estética). Ambos reconhecem ao ensaio uma *autonomia formal*, mas ambos procuram demonstrar, ainda que por vias distintas, que o ensaio não é uma obra literária, apesar da sua valorização da expressão *textual* e de não rejeitar a fruição *estética* da escrita (mas mais do que esta – o que não é o caso da obra literária – importa-lhe a verdade); mas também não é uma obra científica ou com pretensões à cientificidade (pois recusa as vias metódicas da indução ou da dedução – cujo protótipo metodológico, segundo Adorno, é o *Discurso do Método*, de Descartes – é avesso a sistemas e privilegia os problemas em detrimento das conclusões). Um debate análogo terá lugar, a partir de 1942, com Carl Hempel, sobre a possibilidade da *história-ciência* (a cujo discurso procurou

---

\* Universidade do Minho; Casa-Museu Bernardino Machado

aplicar, malgradadamente, o modelo de explicação nomológico-dedutivo das ciências naturais) e, nos anos 70, sobre o discurso histórico como modalidade da *história-ficção*, com Hayden White, LaCapra e Chartier. Estes debates não serão aqui chamados à colacção por não me parecerem especialmente relevantes para o objectivo que me proponho: mostrar o proveito que a historiografia pode retirar de uma especial atenção ao género do *ensaio*.

E comecemos pela “forma” do discurso. É evidente que o ensaio, ao subverter os paradigmas dominantes, também subverte as suas *formas* de expressão e as suas estruturas discursivas. No século XVI, é uma reacção às formas de expressão aristotélico-escolásticas, ou seja, às *formas* da Retórica e a reivindicação da sua *naturalização*; na 1ª metade do século XX, é uma reacção às *formas* de expressão pró-naturalistas de inteligibilidade da natureza, do homem da sociedade, procedentes das Luzes, e a denúncia da sua unidimensionalidade e univocidade, tendencialmente, totalitárias (por tenderem a excluírem a alteridade, a polissemia). Tem a sua equivalência na reacção anti-cientificista dos neo-kantianos da escola de Marburgo, como Heinrich Rickert (1863-1936), que tinham chamado a atenção para a singularidade e irrepitibilidade dos fenómenos históricos (cujos *factos* se seleccionam em função de “valores” que transcendem o sujeito e o objecto) e, portanto, para a impossibilidade de os submeter a “leis”, independentes do *ponto de vista* do historiador; nos ensaios filosóficos de Dilthey (1833-1911), para desnaturalizar a historiografia positivista e pro-naturalista, ao chamar a atenção para a diferença entre as ciências da natureza e as ciências do espírito, sublinhando que o objecto destas só podia ser “compreendido”, porque os estados de “alma” vivem-se, são manifestações da vida, e à vida só podemos aceder através das nossas próprias experiências de vida: pelas nossas *vivências*; na reabilitação *compreensiva* do passado por Benedetto Croce (1866-1952) e Robin Collingwood (1889-1943) ao sublinharem a imbricação entre os *factos históricos* e os *interesses* do historiador e, conseqüentemente, a necessidade deste ir mais além das causas e leis, ir ao concreto e ao singular, ao sujeito da história (de que é parte), para os compreender. Qual é, então, a “forma” do ensaio? A sua estrutura parataxica – que deve ser interpretada como uma resistência ao *sistema*, como uma rejeição intrinsecamente céptica dos processos científicos e do fundamento filosófico enquanto método incarnado nas “filosofias da identidade” e nos resíduos modernos da escolástica – mostra-o como uma modalidade de escrita *espontaneamente subjectiva, livre, crítica, assistemática, descontínua* (encontra a sua unidade através das suas suspensões e roturas), *indeterminista e incerta*,

intrinsecamente, *relativista* e *não especializada* (Graham Good), que não é um texto *científico* (que se configura e opera com conteúdos) nem um texto de *ficção* (que o faz com formas). Aliás, salta à vista a sua *negatividade*, a dissociação que exprime entre o *eu* e o mundo, o *sujeito* e o objecto, o *particular* e o universal, ainda que, simultaneamente, apareça como *mediação* dessas oposições. Numa postura metódica, afim, se coloca o historiador. Começa por *negar* o que lhe aparece, dissocia-se do objecto, contrapondo-se a ele como sujeito e enfrenta, como problema recorrente, e do seu ponto de vista particular e vivencial, a *ortodoxia* dominante (que a tradição faz passar pela Verdade absoluta e o respectivo *discurso* por “espelho da natureza”) e a correlativa *mimesis*.

O ensaio situa-se entre a ciência e a arte: introduz a sua experiência vital, *subjectiva*, nas formas (que, sem ela, seriam meras abstrações) e dá *forma* à vida (que sem ela, seria um caos), ainda que a sua atitude *crítica, errática e vivencial* o aproxime mais das formas, mas não da forma artística, pois a forma do ensaio (ao contrário da poesia) não oferece um destino, “torna-se destino”, o que faz do “processo” a sua lógica; é um tribunal onde, no que respeita aos valores, não é a sentença (como no sistema) que importa, mas o processo. Daí que o ensaio privilegie mais as questões do que as soluções, as respostas. Não foi assim com a historiografia do século XIX e mesmo do século XX, em que afloraram diversas pretensões historiográficas *des-subjectivas* e *sistemáticas*, umas orientadas para a descoberta de leis ou ideias ditas “universais”, outras pelo preconceito de que o passado era uma antecipação do futuro (ver crítica de Skinner). Essa “crítica do sistema”, da qual o ensaio tira as plenas consequências, toma a forma de uma “rebelião estética” contra “toda a exigência de totalidade ou de continuidade”, contra “toda a redução a um princípio”, tomando assim conta da não-identidade da consciência. Não foi assim com a historiografia do século XIX e mesmo do século XX, em que afloraram diversas pretensões historiográficas *des-subjectivas* e *sistemáticas*, umas orientadas para a descoberta de leis ou ideias ditas “universais”, outras pelo preconceito de que o passado era uma antecipação do futuro (ver crítica de Skinner). Essa “crítica do sistema”, da qual o ensaio tira as plenas consequências, toma a forma de uma “rebelião estética” contra “toda a exigência de totalidade ou de continuidade”, contra “toda a redução a um princípio”, tomando assim conta da não-identidade da consciência.

A oposição do ensaio aos *paradigmas* dominantes, a qualquer *sistema* e a qualquer *ortodoxia*, faz dele um género que, por princípio, se opõe, aos conceitos de *totalidade, continuidade* e *exaustividade*, contrapondo-lhes o *fragmentário* e

o *parcelar*, cujos momentos não são deduzidos a partir dessa totalidade nem o inverso. O ensaio ilumina a totalidade através do parcial. A irreducibilidade do fragmento ao Todo, transforma a totalidade da forma ensaística numa “totalidade da não-totalidade”. Por isso não é preciso brandir a verdade da totalidade contra os juízos particulares nem limitar a verdade ao juízo particular, mas ser mais dialéctico que a dialéctica. Esta “totalidade da não-totalidade” filia o ensaio na concepção romântica do fragmento como “obra inacaba”. Como o fragmento, o ensaio encontra a sua unidade “através de roturas, e não colmatando-as” e a totalidade paradoxal que engendra é como uma série de “tensões” e “conflitos” momentaneamente interrompidos. Tensão nunca resolvida porque o ensaio é um campo de forças. Creio que a história actual também não tem pretensões a uma compreensão/explicação (imediate ou possível) do passado, que seja total, contínua e exaustiva. É, irremediavelmente, *fragmentária*, uma história de *parte* do passado, que não subtende uma *totalidade* ou *sistema* da história (donde se deduza) nem tem pretensões a conceber, indutivamente, essa totalidade, a partir dessa parte do passado (como um iceberg). A sua recíproca irreducibilidade e intra-conflitualidade (que denota uma abdicação anti-essencialista) tem, contudo, vantagem é fazer da obra histórica uma obra *aberta*.

O ensaio começou por ser, com Montaigne (mas não em Lukacs e Adorno), uma biografia do “eu”, uma autobiografia do seu pensamento, em toda a sua singularidade e irreducibilidade aos outros, onde o círculo do homem e do universal está incluso e se revela no círculo do indivíduo e do particular (Montaigne e Lukacs). Este é o seu ponto de partida: o “*eu*” e não o “objecto”, tendo, neste, o pretexto e a via mediúnica para um melhor e maior conhecimento *vivido* de si mesmo, das suas idiossincrasias, e, por via desse conhecimento, do “género humano”. Tem razão Emerson quando diz que “o ensaio é o livro menos escrito que existe” (apud Silvio Lima), porque o ensaísta procura viver – ainda que criticamente – o próprio livro, ser parte e protagonista dele, como se essa história, fosse, também, a sua história. Se me permitem a extrapolação para a historiografia, é como se o historiador abordasse as fontes, os documentos não como algo que lhe é exterior mas como parte sua, do seu “eu” (como um “alter-ego”) *dialogasse* com elas, as identificasse e *vivesse*, também, como parte da sua própria vida e da sua própria história. Estamos a falar daquela “história efectual” de que fala Gadamer, e à qual, nenhum de nós, directa ou indirectamente, é alheio. É verdade que o ensaísta não é um investigador de fontes. Esta questão, fundamental para o historiador, é subsidiária para o ensaísta. Mas é uma diferença que não os torna incompatíveis.

Mas se o “eu” é o ponto de partida e o ponto de chegada do ensaio, que “realidade” mediúcnica é essa através da qual, esse “eu” se vai constituindo, tornando “forma como destino”, no dizer de Lukacs? *A experiência vivida* e os *livros*. É sobre esta “realidade” que o ensaio exerce a sua ginástica mental. Mas não a aborda, preconcebidamente, a partir de um *sistema* (natural ou sobrenatural), mas de um *eu*, radicalmente, indeterminado e fonte de indeterminação, pese embora ser uma auto-reflexão *racional*. Mas, por isso mesmo, essa abordagem é rebelde a qualquer autoritarismo e céptica quanto às suas conclusões. Sabe que a configuração discursiva sob a qual essa “realidade” que apresenta não espelha a “realidade em si”, mas é um “efeito” desta (como diria Roland Barthes), porque qualquer designação, segundo Montaigne, é arbitrária, ou seja, a conexão entre a palavra e coisa é acidental e convencional. Não quer isto dizer que a realidade seja uma ficção. De modo algum. O que a linguagem do ensaio mostra é a nossa incerteza sobre o conhecimento da realidade “em si”. Por isso, ao ensaísta importa menos a comprovação dos factos e mais a sua *expressão*, menos o assunto e mais a perspectiva, menos a perfeição e mais a tentativa, mais a conexão entre as coisas, do que propriamente estas; enfim, a “experimentação” num sentido de “ensaio e erro” (como afirmou Max Bense, em 1947). Deste ponto de vista a realidade, para o ensaísta, só existe num diálogo permanente com as suas experiências pessoais (e inter-pessoais), é uma re-criação – não uma invenção-constante a nível da linguagem e não uma entidade fixa, abstracta e incompreensível. Não se pode falar no ensaio de realidades permanentes, mas de realidades que se transformam conjuntamente com as mudanças internas que se produzem no discurso e nas suas interpretações. No ensaio o real é o representado, e ao haver representação falamos então de uma realidade mediada que muda segundo as épocas e as experiências dos indivíduos. Deste modo, não havendo uma realidade absoluta, também não pode haver uma verdade total (correspondência absoluta do real). Mas a historiografia actual também não tem pretensões em conhecer a realidade “em si”, enquanto entidade fixa, abstracta e incompreensível, mas, sobretudo, *como é para si*. É o seu *modus operandi* mais do que o *modus essendi* que, hoje, lhe interessa. *Esse est percipi*, é hoje um dos seus traços metodológicos e heurísticos mais distintivos. Mas não é uma historiografia solipsista, como não o é também o ensaio. Postula uma “realidade” exterior ao sujeito. Mas também não nega que essa realidade é mediada pela linguagem, e que é com palavras e não com coisas, que reconstrói a história passada. Mas essa reconstrução é indissociável das *experiências vividas* e das *leituras* do historiador, só existe num diálogo permanente com ele, é uma

re-criação sua (não uma invenção), cujo termo final cujo termo final poderia bem ser – como era para Montaigne – um maior melhor conhecimento do “eu” concreto e sigular (e dentro dele, do género humano).

Acabamos de sublinhar a importância do método na construção da realidade, quer no ensaio quer na historiografia. Mas aqui, as especificidades e as divergências (mas também as convergências) são, particularmente, interessantes e instrutivas. O ensaio, como diz Adorno, é a forma *crítica*, por excelência, é o género e o discurso mais eminente da crítica e da interpretação, da exegética e da hermenêutica. Crítica que está para a razão, como a ginástica para o corpo; é o equivalente mental do exercício físico – como disse Sílvio Lima. Receoso de ficar refém de um qualquer sistema e, com ele, da tirania (e da repressão, segundo Adorno) do absoluto e do “sono dogmático”, o ensaio rejeita, categoricamente, quer o método indutivo quer o dedutivo, na construção da realidade. Por isso, antes do mais, é um esforço (um *conatus*), racional e crítico, auto-reflexivo, em prol de um pensar autónomo; o “eu” liberta-se, porque pensar o torna livre e não porque o libertem de “fora”. Portanto só na medida em que se pensa, se é livre; o ensaio é, pois, uma escola de liberdade. Mas se pensar é um processo de libertação, quem não pensa perde a liberdade. A liberdade não é, pois, um estado, mas uma função. Mas se é função do pensar, hipotecar este a um qualquer determinismo é asfixiá-la. Por isso, o ensaio – enquanto auto-exercício da *razão crítica* – procura afastar-se de qualquer tradição, de qualquer paradigma, não obedece às regras do jogo da *ciência* e da *teoria* – para as quais a ordem das coisas é a mesma ordem das ideias – nem aponta para uma construção fechada, dedutiva e indutiva, de qualquer sistema (e implicitamente, de qualquer *especialização*), que, segundo Adorno, tem o seu “protótipo” no método cartesiano (pelo seu equipamento lógico-matemático e pela sua ambição de universalidade). E não menos, em minha opinião, no paradigma newtoniano de inteligibilidade da natureza. Adorno diz mesmo que o ensaio está nos antípodas dos do *Discurso do Método*, de Descartes e, por isso, recusa e suspende as suas regras (*dividir, ordenar* ou classificar e *rever* exaustivamente). O *método cartesiano* aparece, a Adorno, como o método ideal para a interação entre a *doxa* e as estruturas discursivas. Ensaiai ou desmistificar as *regras* sobre as quais assenta o *Discurso do Método* é *desnaturalizar* as estratégias retóricas pelas quais a *doxa* oculta o carácter arbitrário das suas escolhas e assegura, assim, a sua *verosimelhança*. Entre essas regras está o recurso à *exaustividade*, à *hierarquia*, à *indução*, à *dedução*, às estratégias correlativas de “recuperação” e de “motivação” que atestam a natureza “repressiva”

da *doxa*; repressiva porque apela à necessidade teleológica de nada lhe escapar, afirmando a “unidade orgânica do texto” e o contributo de todas as suas partes para os efeitos e significados. Não quer isto dizer que o ensaio se encontra em simples contraposição com o procedimento discursivo. Apesar do ensaio, como “*forma*”, partir da renúncia ao direito absoluto do *método*, não é alógico, obedece, também, a critérios lógicos na medida em que o conjunto das suas frases tem de ser intra-harmónico (Adorno); também não é permeável a contradições, se não forem intrínsecas à própria realidade. É verdade que o seu *método* é diverso do lógico-discursivo: não deriva pensamentos de um *princípio* nem os infere da *observação particular*, não se funda, como a razão científica, no juízo predicativo da inerência ou da inclusão – com pretensões à universalidade; circunscreve-se à errância do “juízo de relação” e, por isso, não subordina os elementos, coordenados. Por isso, o ensaio não conduz o leitor, passivamente, “passo a passo, de modo lógico e ordenado, em direcção a uma certeza, claramente, estabelecida”; exige do seu leitor, uma participação activa sob a forma de uma interpelação e interpretação, incessantemente, renovadas, apela a um modelo “inter-activo”, dialógico – eu diria mesmo polifónico – que Montaigne comparou a dois jogadores de cartas, num frente a frente, onde o estatuto do leitor deixou de ser transcendental, frente ao texto, para nele se implicar, empírica e contingentemente. Lukacs, tendo em conta esta *interactividade* metodológica do ensaio, mas também a sua recusa, partilhada por Adorno, de um método pró-naturalista, atribui-lhe um método próximo do *Umweg* benjaminiano: método como “aproximação, como assédio”, que é o mesmo que sinalizar não uma vida directa e unívoca na análise do objecto, mas um percurso que, embora, aparentemente, nos afaste dele, *na prática* permite-nos uma mais correcta aproximação. O movimento do *Umweg* é o que nos aproxima do centro mais profundo e oculto do objecto, ou seja, das “questões fundamentais da vida” (Lukacs) que transporta o sujeito cognoscente, mas abordadas através do jogo recorrente e de resultados provisórios, das suas variações e configurações reais. Sob muitos aspectos, converge, com a hermenêutica de Ricoeur e com os *Begriffsgeschichte* de Koselleck (que o Prof. Fernando Catroga utilizou, com frequência, no seu trabalho *Entre Deuses e Césares*)

Ora, uma historiografia, avessa a sistemas, que privilegia a liberdade de pensar, não fará da sua construção da realidade passada, um reino de Espectros, mas de “pedras vivas”, uma ginástica mental. E não movida por aquela atitude metodológica pró-naturalista e analítica (como a historiografia das Luzes – de Voltaire e Montaigne, por exemplo – o historicismo alemão de Niebuhr e

Leopold Ranke ou o positivismo histórico de Bourdeau e Fustel de Coulanges) que acreditava poder mostrar os *acontecimentos tal como foram*, investigando os elementos mais simples do passado (os documentos autênticos), seleccionando-os e, procedendo à sua reconstrução lógico-sintética (um pouco à maneira da psicologia mental, elementarista, associacionista e mecanicista de Locke, do juraracionalismo de Pufendorf ou da explicação do mundo natural, por Buffon). Ir por este caminho é desaguar numa obra histórica “fechada”, conclusa (pelo menos quanto ao conhecimento adquirido, tal como o conhecimento científico). Não se pretende apelar à historiografia que desvalorize a “especialização”, o “documento” e abdique de encontrar “regularidades” no devir dos acontecimentos passados, mas sublinhar que o *conhecimento da realidade* não é nem um privilégio da razão científica (Adorno invocou Proust, para mostrar o contrário e Thomas Kuhn mostrou as suas limitações como fonte de “verdade”) nem as suas alternativas são alógicas; uma historiografia que desafia o leitor – como faz o ensaio, ainda que sobre outros “objectos” – a interrogar o discurso histórico, que estabelece entre ambos um *modelo inter-activo*, interlocutório, dialógico e mesmo polifónico (no sentido bakhtiniano), de interpelações e interpretações, empíricas e contingentes, incessantemente, renovadas, que apela ao *Umweg* benjaminiano, é uma historiografia onde o passado se volve parte da *vida* presente, se torna *vivência* (como o ensaio) e se *humaniza*, aproximando-se, por um lado, daquela *autópsia*, com que Hartog rotula a historiografia de Heródoto e, por outro, da hermenêutica e da *Begriffsgeschichte*. Assim se *humaniza* o tempo da história (como diz Ricoeur) e se relacionam num dado presente, o passado, o já vivido e o futuro e as suas expectativas (Koselleck).

Perante o que fica dito, o valor de *verdade* é determinante da especificidade do ensaio? Se se entender por verdade a correspondência ôntica ou essencial entre as palavras e as coisas, certamente que não. A “realidade” que o ensaio explora não é uma realidade objectiva; e o seu método também não é um método científicista. Por isso Adorno nos diz que o ensaio não tem a verdade como objectivo imediato; nem nunca a teve – nem em Montaigne. Pelo menos por duas razões: o ensaio ter como ponto de partida os sentidos e a experiência, que são falíveis e incertos; e, pela errância da sua escrita, não ter um ponto de partida incondicionado, seja objectivo ou subjectivo, a partir do qual possa apreender a realidade objectiva. Por isso o ensaio, mais do que estabelecer adequações, correspondências e simetrias, prefere reorganizar configurações ou campos de forças, nos quais todas as variações possíveis e pensadas arbitram a lógica da sua relação. O ensaio pensa o

seu objecto como descentrado, hipotético, regido por uma lógica incerta, indeterminada: o seu discurso é sempre uma aproximação. Afasta-se da ilusão de um “eu” e de um “mundo sensível”, no fundo lógicos, pré-estabelecidos, regidos por uma inexorável necessidade ou vontade, ou seja, por uma relação de *causa-efeito*. Sabe que um e outro se definem, recíproca e transitoriamente, em contínuo devir e que a doxa dominante, imposta por via indutiva ou dedutiva, que os objectiva e se apresenta como encarnação da Verdade universal, não passa de um “ponto de vista”. Por isso o ensaio relativiza a verdade. Não sem consequências importantes e assinaláveis: inviabiliza a possibilidade de um qualquer discurso *acabado* sobre o mundo (imanente ou transcendente, de inspiração empirista ou idealista, induzido ou deduzido) e, portanto, a possibilidade do conhecimento da verdade *em si*; e desmistifica e refuta a suposta existência de uma “natureza humana”, alegadamente subsistente para além das contingências temporais e fonte da Verdade, conectando, em contraposição e indissolúvelmente, a *verdade* com a *história* do sujeito, com o “eu”, com as circunstâncias e contextos do seu próprio discurso. O ensaio *historiciza* a verdade, mostra-a mais como “categoria discursiva” (o que fazemos passar pela “aparência da realidade”) do que uma categoria “natural”, enfim, uma propriedade “proposicional” que tem o mundo como objecto – como disse Prendergast – apenas válida “aqui e agora”, “particular”, ou seja, quando estamos *presentes* na história, quando nela participamos, *individualmente*, seja como autores sejam como leitores, cujas conclusões não são generalizáveis. À Verdade como conceito intemporal, o ensaio opõe a verdade como conceito temporal. O ensaio “torna-se verdadeiro na sua progressão, que o conduz para além de si mesmo” e determina, antes de tudo, essa mobilidade e essa ausência de solidez que exige a ciência. Sublinhando o papel essencial da percepção individual, o ensaio subverte as implicações de uma ordem transcendente do conhecimento subordinado a um sujeito transcendente do conhecimento. Os conceitos não são deduzidos nem de um princípio nem induzidos a partir de um conjunto de observações.

Não se julgue, porém, que ensaísta se refugia nos textos para contornar a questão da *verdade* ou circunscrevê-la ao interior dos próprios textos e à sua lógica. Não. O ensaísta também procura a verdade, ou seja, a correspondência entre a ordem das palavras e a ordem das coisas que as transcende – embora saiba que a ligação da palavra e do objecto é meramente acidental e não necessária, ou seja, que a palavra é uma “designação arbitrária” das coisas (“há, diz Montaigne, o nome e a coisa; o nome é a voz que denota e significa a coisa, mas não é uma

parte dela, mas uma peça junto dela e fora dela”). Sabe – como sabe como o historiador – que essa *verdade* é uma *representação inteligível* e um processo em devir, um *ponto de vista* (que, portanto, não exclui outros). Mas o ensaísta, distintamente de muitos historiadores, não chega a esse *ponto de vista* por via indutiva ou dedutiva e, por isso, as suas conclusões, ainda que provisórias – como são também as do historiador – nunca se apresentam sob a forma de “leis” ou “regularidades” de qualquer natureza. O ensaísta não reflecte a partir dos elementos para o todo, nem do todo para os elementos; e não o faz porque a sua preocupação primeira não é a *verificação* do conhecido, mas um maior conhecimento do “eu”, de *si mesmo*. Por isso, para ele, antes da *verdade* está o *sentido*, e este está no *sujeito*, no “eu”, e não no objecto (seja ele o texto ou o referente ou paratexto que lhe serve de referência). Por isso Bloom disse que o ensaísta é um “vagabundo do sentido”. O *sentido* não é incompatível com a *verificação*. É uma questão de prioridades. Para o historiador, o *sentido* é, geralmente, indissociável da *verificação* empírica (imediate ou mediata; contraste com as fontes); para o ensaísta, esta indissociabilidade é *contingente*. Para o ensaísta um texto pode ter *sentido* e ser, empiricamente, inverificável; as crenças e superstições, por exemplo, não são verificáveis, mas fazem sentido (não lógico, mas psicológico) para quem crê nelas. Por isso, para o ensaísta, o *sentido* tem prioridade sobre a verificação. O que lhe interessa, prioritariamente, não é o homem “abstracto”, mas o homem *vivido*, *concreto*, as suas vivências, enfim, *ele*.

É esta perspectiva que o ensaísta tem acerca da “verdade” que incompatível com a “verdade” do passado que investiga o historiador? Não me parece. Por várias razões. A historiografia de hoje não reivindica a “verdade”, num sentido essencialista, ou seja, única e unidimensional. Certamente, não hesitavam em reivindicá-la a historiografia descritiva e historicista do século XIX (respectivamente, Niebuhr, Ranke, Alexandre Herculano, etc.); certamente a historiografia positivista (Bourdeau, Seignobos, Fustel de Coulanges, etc.) Mas hoje, a historiografia acomoda-se, mais, perante os avanços epistemológicos (Hempel), hermenêuticos (Ricoeur e Gadamer) e textuais (Hayden White e Chartier) a valorizar o “ponto de vista”, a interpretação, ainda que sem os reduzir a meras “formas”. Em segundo lugar, o historiador sabe que a sua compreensão / explicação do passado é sempre uma aproximação, que o passado *em si*, ou as coisas tal como aconteceram, são uma construção, onde a relação de *causalidade eficiente* é um das muitas ferramentas que utiliza, mas não a única; como sabe que o historiador é indissociável do que narra (ao contrário do que julgasse possível o positivismo

histórico) e, conseqüentemente, não só a verdade se temporaliza e historiciza (torna-se uma categoria discursiva), como as ilações a que chega são provisórias, movediças e revisíveis e, por isso mesmo, a sua *verificação* é indissociável do *sentido* da *gestalt* intencional (no sentido husserliano) que a representa; finalmente, poder-se-á dizer que a história poderá querer muitas coisas, mas não decerto ser o “divã” psicanalítico de cada um ou parte das *vivências* de que a reconstrói ou a revê. Penso que é exactamente o contrário. Penso que a história, mais do que reconfigurar o passado de um certo modo, tão ajustado aos documentos como um fato se ajusta ao corpo humano – conduziria a uma história-museu que valeria, apenas, como mero repositório documental – deve ser um discurso emancipador, que vale mais pelos seus *processos* do que pelos seus resultados, uma reflexão crítica e racional, que, em ultima instância, se volve em auto-reflexão (como o ensaio) e até, desejavelmente, num *acto vital* (como diria Guyau); dar, no presente (não num presente ausente, impessoal, mas num presente *vivido*), *significado* ao passado em função do futuro e das suas expectativas, eis o que me parece a vocação do historiador. O ensaísta é mais radical; hipoteca a sua escrita ao tempo do nunca acontecido, do possível ou, pelo menos, do desejado. E quando o seu olhar se orienta para um passado relativamente longínquo, nem por isso abandona a ironia que rege a sua intenção crítica. Por isso, nem o seu discurso nem a sua visão são uma interpretação verdadeira, mas apenas variações na série aberta das aproximações, que possibilita percorrer não só a distância mas também o outro rosto do percebido, aquela história que nunca aconteceu.



# REGIÃO, NAÇÃO E HISTORIOGRAFIA LOCAL: O CASO DOS AÇORES

Maria Isabel João\*

As ilhas dos Açores são um observatório privilegiado para compreender o fenómeno da evolução da historiografia local e regional, na época contemporânea. A descontinuidade geográfica e a grande distância em relação ao continente, que só lentamente se foi encurtando com a melhoria das comunicações, criaram o ambiente necessário para o desenvolvimento da consciência da diferença e da insularidade. Por um lado, essa consciência traduziu-se, na segunda metade do século XIX, por reivindicações político-administrativas de cariz autonomista e, por outro lado, desde cedo, as elites açorianas demonstraram um interesse muito acentuado pelo conhecimento da sua terra e um patriotismo local bem arreigado. O ambiente interno era potenciado pelos fáceis contactos com o exterior, dada a posição estratégica das ilhas no eixo de importantes rotas de navegação, o que mantinha pequenas minorias informadas dos movimentos culturais e políticos europeus, tendo alguns açorianos a disponibilidade e a formação necessárias para transpor essas ideias para os Açores.

Na verdade, havia nas ilhas uma elite que fizera um curso superior na Universidade de Coimbra ou mesmo no estrangeiro, e uma plêiade de autodidactas que alimentavam uma rica imprensa local e, sobretudo, revistas literárias que tinham como temas privilegiados, no século XIX, além da literatura, a história insular e a etnografia. Depois do estabelecimento da primeira tipografia, as publicações foram-se multiplicando, por vezes com o apoio de alguns mecenas locais, sobretudo das grandes famílias de proprietários micaelenses. Essas sementes lançadas no período oitocentista continuaram a germinar no século XX, apesar de as ilhas terem vivido períodos muito difíceis, marcados por elevadas taxas de emigração que levavam muitos dos melhores filhos da terra para a América e empobreciam

---

\* Universidade Aberta

a vida cultural. Deste modo, é com a implantação do regime autonómico e com a fundação do Instituto Universitário dos Açores, em 1976, transformado três anos mais tarde em Universidade, que vão ficar criadas as condições para uma verdadeira explosão dos estudos históricos açorianos, nos últimos trinta anos.

Neste breve roteiro da historiografia sobre os Açores nos dois últimos séculos, teremos em linha de conta o conjunto da produção histórica que conhecemos, seja a de amadores e literatos que dedicaram especial interesse ao conhecimento das épocas e das figuras memoráveis, seja a de eruditos e de investigadores especializados que, por razões académicas ou de outra ordem, se debruçaram sobre o passado do arquipélago. A maior parte dos autores são naturais dos Açores, mas não são excluídos, naturalmente, os de fora das ilhas que escreveram sobre elas. O que nos interessa nesta abordagem é perceber como se foi construindo a história dos Açores, tendo em atenção as épocas e as concepções historiográficas, bem como a articulação entre os vários planos: o local, o regional e o nacional.

O século XIX começou com as invasões francesas e a partida da família real para o Brasil, mas as ilhas pouco foram afectadas por esses acontecimentos. As grandes dificuldades foram vividas nos anos 20 e 30, com a turbulência política própria daquele período de revoluções e os açorianos a terem de contribuir com homens e dinheiro para a implantação do regime liberal, num esforço que nunca foi contabilizado pelos historiadores, mas que marcou fortemente a memória colectiva. O acolhimento dos exilados liberais e o facto da ilha Terceira ter sido a sede do governo do Reino também trouxe uma certa abertura cultural e uma desusada agitação no viver pacato das ilhas. A tipografia chegou aos Açores no final de 1829 e a imprensa deu os seus primeiros passos, o que não deixaria de ter consequências no futuro. Não é em vão que os Açores se orgulham de ter o jornal com mais anos do país e um dos mais antigos da Europa. A relativa prosperidade gerada pelo comércio da laranja com a Inglaterra e a importância estratégica do arquipélago, situado no eixo das rotas atlânticas, facilitava uma certa disponibilidade de meios e de contactos com o exterior que eram de molde a incentivar a produção cultural de literatos e polígrafos locais.

Estes tinham o exemplo dos cronistas do período moderno para lhes servir de inspiração, os clérigos Gaspar Frutuoso, Diogo das Chagas, António Cordeiro, Agostinho de Montalverne e Luís Maldonado. Ainda impulsionada por um estilo clássico e setecentista, a produção do princípio do século XIX dava atenção às genealogias e memórias ao gosto da Academia Real das Ciências, como a *Memoria Chronologica dos Tremores mais Notaveis* que foi escrita por um oficial-engenheiro,

Luís António de Araújo, ao serviço do Capitão General, depois do próprio ter presenciado uma crise sísmica (Leite, 1990, II).

Na mesma linha insere-se o *Relatorio das Cousas Mais Notaveis que havião nas Ilhas das Flores e do Corvo*, do padre José António Camões, em que além da “pormenorizada e cuidada descrição topográfica das ilhas em causa se introduzem muitas e criteriosas apreciações de ordem histórica e social” (*Ibidem*).

Claramente de circunstância são os trabalhos de resposta a uma obra que foi publicada em Inglaterra, *History of The Azores or Weteren Islands* (1813), em que o autor somente se identificava pelas iniciais T.A., que eram provavelmente de Thomas Ashe ou Adson, um capitão de granadeiros inglês, onde foi feita uma crítica muito negativa contra a administração portuguesa e se apelava à revolta dos açorianos que deveriam constituir um protectorado do Império Britânico. Os escritos de reacção patriótica foram um folheto de João Cabral de Melo e um artigo do major Francisco Borges da Silva, no *Investigador Português*, em Inglaterra, em ambos se invocava a história para defender a administração de Portugal nas ilhas e para reiterar o patriotismo dos açorianos. Este último anunciava a sua intenção de escrever uma história dos Açores que não chegou a realizar, mas que mostra a necessidade já sentida de ir além da *História Insulana*, de António Cordeiro, publicada em 1714.

A primeira geração liberal escreveu sobre a história dos Açores dominada pelas preocupações políticas do momento, com a convicção da necessidade duma profunda reforma da governação do Reino e das Ilhas Adjacentes. O micaelense Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo publicou, em Lisboa, uma *Memoria Historica sobre as Ilhas dos Açores como parte Componente da Monarchia Portuguesa, com Ideias Politicas sobre a Reforma do Governo Portuguez e a sua nova Constituição* (1821), onde defendia que o arquipélago devia continuar integrado no conjunto do Reino Unido de Portugal e do Brasil e ser governado segundo a tradição, sem os desmandos praticados depois da ida da família real para o Brasil. Outros escritos de cunho político recorreram à narrativa histórica para justificar as suas posições e demandas, sejam os deputados de S. Miguel e do Faial que queriam acabar com a Capitania Geral ou os da Terceira que, pelo contrário, pretendiam demonstrar a bondade das ilhas se manterem unidas sob um mesmo governo, com sede em Angra. Entre os autores empenhados na mudança liberal e na valorização das ilhas refira-se Manuel José de Arriaga Brum da Silveira ou o padre Vitorino José Ribeiro que escreveram sobre as ilhas do distrito da Horta. Com o objectivo de contribuir para a alteração das políticas económicas e do estado de atraso dos

Açores podem referir-se vários estudos: as *Memórias Económico-Políticas sobre a Liberdade do Comércio de Grãos com a sua Aplicação aos Açores*, de José Acúrsio das Neves; *Os Fundamentos sobre o Projecto de Abolição dos Vínculos na Ilha de S. Miguel e nas mais dos Açores*, de João Bento de Medeiros Mântua; as *Reflexões sobre a Agricultura, Indústria e Comércio da Ilha Terceira*, de Tomás José da Silva, inspector da agricultura nos Açores, ambos saídos em 1822.

No conjunto destes trabalhos do início dos anos 20 sobressaiu a *Corographia Açorica*, do jorgense João Soares d'Albergaria e Sousa, que revelou nas páginas da obra ser um liberal de posições bastante radicais. Traçou um quadro de grande atraso e de incúria na administração das ilhas que urgia alterar. Na sua opinião, os Açores eram tratados como uma colónia e de forma “infame” pelos governos da metrópole, somente lembrados para cobrar pesadas contribuições, para fazer tirânicos recrutamentos e para impor proibições sobre a produção e o comércio, como as que recaíam sobre o tabaco, o sabão e urzela (João, 1991, p. 231). Defendeu que os Açores deviam possuir um governo provincial e conferiu grande importância aos municípios como organismos autárquicos. O texto é, essencialmente, um manifesto político eivado de patriotismo açoriano. Os Açores eram vistos como a pátria e ser patriota significava defender os interesses do torrão natal, seja os da ilha da naturalidade ou, de forma mais abrangente, os do conjunto do arquipélago.

A sua visão da história dos Açores descartou o mérito dos portugueses na descoberta dos Açores, a quem atribuía somente o reconhecimento. Quanto ao povoamento, também viu os açorianos como um povo proveniente de diversos grupos de europeus que se fixaram nas ilhas, afastando a exclusividade ou, sequer, a predominância dos portugueses. O período do governo dos capitães dos donatários foi olhado de forma idílica por Albergaria e Sousa, como um tempo “fértil e pacífico”. Na governação filipina situou a época da “florescência” dos Açores. Em contrapartida, os governos da capitania-geral e os das câmaras municipais que se sucederam depois da Restauração teriam sido perniciosos para os Açores. Neste aspecto, as culpas não eram somente do poder central, também cabiam aos grupos sociais dominantes das ilhas que eram execrados por serem compostos da “mais alta aristocracia e da mais crassa ignorância” (Sousa, 1822, p. 46).

A ideia desta obra surgiu numa reunião de jovens açorianos que pretendiam colmatar a ignorância demonstrada nas Cortes sobre os Açores. O corógrafo foi escolhido pelo grupo e assinou somente com as suas iniciais, o que mostra que havia algum receio de eventuais retaliações. De facto, o opúsculo foi aprovado pelos

quadrantes liberais, mas condenado pelos realistas. O relator foi preso volvidos seis anos, no período miguelista. José Torres considerou, mais tarde, que a obra não tinha valor e era o produto de jovens exaltados e radicais, mas não deixou de influenciar o que poderíamos designar como a cultura patriótica açoriana oitocentista. Afinal, os Açores eram vistos como a pátria, com uma ligação ao Reino complexa, por causa da geografia, do “insulamento” como então se dizia, e da própria história das relações com o continente, e os açorianos faziam parte dos povos do Novo Mundo. A atracção pela América já estava bem presente na *Corographia*, o que se compreende porque aqueles povos eram vistos como exemplos de luta pela liberdade.

Depois da introdução da tipografia em Angra, foi editada a *Folhinha da Terceira*, entre 1830 e 1832. A redacção da parte histórica é, geralmente, atribuída a José António Guerreiro, e segue uma orientação “apologética e comprometida” com o liberalismo (Leite, 1990, p. VIII). Naturalmente, após a vitória do regime liberal, os vencedores construíram a memória histórica que melhor servia para fundamentá-lo na consciência dos cidadãos. Os novos valores estavam presentes no discurso histórico e a organização do sistema de ensino, com a criação dos liceus nas capitais de distrito, propiciou as condições para se ampliar o interesse pelo passado. Uma geração de liberais investiu no seu conhecimento como uma forma de desenvolver a consciência cívica e patriótica dos portugueses. Os exemplos eram nacionais, com Alexandre Herculano no topo, mas ao nível local destacou-se também uma historiografia empenhada em fazer valer a história como “mestra da vida” e como formadora dos cidadãos.

Nesta ordem de ideias distinguiu-se o padre Jerónimo Emiliano de Andrade, professor e pedagogo, que foi também reitor do liceu de Angra, com diversas publicações sobre história destinadas ao ensino, entre as quais se destaca a *Topographia ou Descrição Phisica, Politica, Civil, Ecclesiástica e Histórica da Ilha Terceira*, oferecida à mocidade, em três volumes, depois ainda continuados por apontamentos póstumos, que saíram dos prelos nos anos 40 e em 50. A primeira versão dos textos foi publicada no *Annunciador da Terceira* para ter mais fácil divulgação junto do público leitor. A estrutura da obra contempla a geografia da ilha, a divisão eclesiástica e civil, a descrição da cidade de Angra do Heroísmo e das freguesias então existentes, bem como a narrativa da história terceirense. Curioso é o texto onde se refere à índole e carácter dos terceirenses que pretende defender de injustas acusações de outros escritores, mormente por causa dos confrontos que houve pelo facto da ilha ter sido a sede da Capitania-Geral. Escreve ele que

os seus conterrâneos são suaves e talentosos, distinguindo-se por serem “amantes de brincos e festejos públicos” e gostarem do “fausto e do prazer”, de um modo mais excessivo que o dos outros açorianos (Andrade, 1843, I parte, p. 71).

Além dele, outro terceirense se destacou entre os historiadores liberais, Francisco Ferreira Drummond, que foi um pesquisador incansável dos arquivos locais, sejam os das câmaras municipais, das paróquias, da alfândega de Angra, dos Órfãos da Praia e mesmo os repositórios de alguns privados, como o do Visconde de Bruges (*Ibidem*, XVI). A Câmara de Angra contratou-o, em 1845, para extrair dos livros antigos os documentos mais importantes para a história da ilha, o que fez efectivamente. Foi também um leitor atento dos cronistas, extraindo deles informações e ensinamentos sobre a história dos Açores. A sua obra mais importante é os *Anais da Ilha Terceira* que foi publicada pela Câmara Municipal entre 1850 e 1864. Antes dela já havia escrito uma *Memória Histórica da Capitania da Vila da Praia da Vitória*, encomendada pelo respectivo município. Não pôde concluir um projecto mais vasto que intitulou *Apontamentos Topográficos, Políticos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores, servindo do suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Não era uma história geral dos Açores, mas somente um trabalho provisório que tinha consciência de precisar de ser mais aprofundado. O manuscrito foi editado pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, em 1990.

Drummond é representativo da evolução dos métodos historiográficos e manejou a heurística e a hermenêutica para escrever narrativas mais rigorosas e fundadas nos documentos. Durante uma fase da vida colaborou em periódicos locais com artigos de índole histórica, como *O Terceirense*, *O Angrense* e *O Catholico Terceirense*, contribuindo assim para a divulgação da investigação que ia realizando nos arquivos. O mesmo intuito teve a *Revista dos Açores* publicada, em Ponta Delgada, em 1851, por um grupo de literatos em que se distinguiu José de Torres. A sua duração não foi longa, mas deveu-se-lhe a publicação de diversas fontes e memórias inéditas ou retiradas de livros raros. Nesta revista, o referido estudioso defendeu a necessidade de se escrever a História dos Açores inserida num plano vasto de uma História de Portugal, onde as ilhas ocupariam de pleno direito um lugar importante pela sua participação nos destinos do país e pela especificidade da sua própria trajectória.

José de Torres não se destacou como historiador, mas como um coleccionador de bibliografia e de documentação sobre as ilhas que juntou nas *Variedades Açorianas* que estão depositadas na Biblioteca de Ponta Delgada, no fundo do

José do Canto. Este trabalho que ficou inédito foi o precursor do *Arquivo dos Açores*, dirigido por Ernesto do Canto. Da pena de José Torres ficou somente uma biografia de Bento de Góis, escrita no estilo romântico, e um ensaio sobre as navegações dos portugueses no Atlântico setentrional, no século XV, que se integra na corrente da época que pretendia demonstrar a prioridade e a originalidade dos descobrimentos portugueses.

A história dos municípios teve o impulso de uma portaria de 8 de Novembro de 1847, do Ministério do Reino, que determinava que todos os concelhos deveriam ter um livro com o relato dos respectivos sucessos notáveis. O efeito prático da lei foi limitado, mas ainda se fizeram algumas compilações de carácter monográfico. Nos Açores, a obra *Anais do Município das Lajes das Flores*, iniciado por João Augusto da Silveira e continuado pelo neto homónimo, é um exemplo desse tipo de trabalhos.

Outro estímulo importante para o desenvolvimento da história local prendia-se com a organização dos arquivos e a preservação de documentos antigos. Nos anos 50, a Academia Real das Ciências enviou para os Açores o comendador Bernardino José de Sena Freitas com a missão oficial de estudar e conservar os arquivos nas ilhas de S. Miguel e Terceira. No final do seu trabalho, elaborou um relatório que foi publicado em 1856, onde teceu valiosas considerações sobre a importância dos arquivos. Em Angra, Sena Freitas organizou o arquivo das repartições extintas que estava em risco de se perder numa dependência do antigo hospital da cidade (*Ibidem*, IX). Um bom exemplo do seu estilo muito académico e apegado aos documentos é a *Memória Histórica sobre o Intentado Descobrimento de uma Suposta Ilha ao Norte da Terceira nos anos de 1649 e 1770, com muitas notas ilustrativas e documentos inéditos*, que foi publicada pela Imprensa Nacional, em Lisboa.

Na segunda metade do século XIX, reuniram-se condições políticas de estabilidade e de desenvolvimento que trouxeram ao país e às ilhas dos Açores uma relativa melhoria do modo de vida, sobretudo para as camadas médias da população. A população açoriana aumentou até ao censo de 1878, quando a grave crise da agricultura se traduziu numa forte corrente emigratória e num saldo demográfico negativo, de que as ilhas não viriam a recuperar até ao final do século. De qualquer modo, as bases foram lançadas para que surgissem gerações mais preparadas do ponto de vista intelectual e para que a actividade cultural fosse superior, em especial nas três capitais de distrito. Em Ponta Delgada, teve considerável impacto a estada do poeta Feliciano de Castilho, entre 1847-1850,

porque animou as tertúlias locais e a imprensa. Os estrangeiros também percorriam as ilhas e alguns fixavam-se nelas, como aconteceu com os americanos da família Dabney na cidade da Horta, trazendo algumas novidades para o quotidiano dos açorianos.

A vida intelectual girava em torno da imprensa que se expandiu na segunda metade da centúria, mas os Grémios Literários foram também um factor de sociabilidade importante para os letrados açorianos (Enes, s/d). Em muitas destas agremiações pontificavam elementos da maçonaria ou para-maçónicos e promoviam-se saraus literários, espectáculos de teatro e música, exposições de objectos de arte, abriam-se bibliotecas e gabinetes de leitura, dinamizavam-se festejos e publicavam-se revistas. O espírito do século estava bem representado neste género de associações cívicas e culturais que tinham um destacado interesse pela história, o qual se acentuou com as sucessivas comemorações dos centenários das duas últimas décadas do século. Entre as publicações que tiveram importância cultural pode referir-se a *Revista dos Açores* (1851-1853), redigida por José Torres e outros, já citada, *A Revista Açoriana* (1853-1856), em que colaboraram Francisco Maria Supico, Mariano José Cabral e José Bensaúde, o *Jornal do Grémio Literário de Angra* (1868-69), da responsabilidade de João Carlos Rodrigues da Costa, *O Atlântico* (1862-1904), e a revista *Grémio Literário* (1880-1884), onde se destacaram Ernesto Rebelo, Manuel Zerbone Júnior e Florêncio Terra, ou ainda na Horta *O Açoriano* (1883-1896), fundado por Garcia Monteiro.

No período oitocentista deu-se uma importância muito grande à publicação de colectâneas documentais que eram, afinal, a base para se poderem realizar os estudos monográficos. Inspirado pela publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, Ernesto do Canto (1831-1900) coordenou a edição de doze volumes do *Arquivo dos Açores*, entre 1878 e 1892. Depois da sua morte ainda foram publicados os volumes XIII (1920), o XIV (1927), com documentação referente sobretudo a S. Miguel, e o XV (1959), dedicado a Santa Maria e concebido originalmente por Manuel Monteiro Velho Arruda para dar à estampa o seu labor de muitos anos de recolha de documentos (Rodrigues, 1996). A colaboração no *Arquivo* foi vasta e reuniu diversos nomes ilustres das letras açorianas, como Jacinto Inácio de Brito Rebelo (1830-1920), o P. José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913), José de Arriaga (1848-1921), Francisco Afonso de Chaves (1857-1926) e Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1950). O conteúdo desta obra monumental, inicialmente publicada em fascículos, é muito amplo e variado, com critérios de organização pouco sistemáticos, mas de inegável valor para o

conhecimento da história das ilhas pela diversidade dos documentos inéditos que trouxe a público e de alguns estudos ali inseridos.

Outra colectânea documental importante foi a de Monteiro Velho Arruda intitulada *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores* (1932). As duas questões eram de grande importância para os historiográficos locais e interessavam também os autores nacionais que se debruçavam sobre estes temas. As posições dividiam-se entre os que davam a primazia aos navegadores henriquinos, os que consideravam que o descobrimento era anterior e o mérito não pertencia aos portugueses que se teriam limitado a fazer o reconhecimento de algo que já vinha assinalado nos portulanos medievais. A ideia de uma descoberta que remontaria à Antiguidade Clássica já fora abandonada, por esta altura. A tese mais corrente atribuía o descobrimento a Gonçalo Velho Cabral, em 1432, por mando do Infante D. Henrique, e baseava-se na leitura das *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. Nesta ordem de ideias, o jornal *O Correio dos Açores* promoveu a comemoração do centenário do descobrimento, em 1932. Porém, a polémica foi intensa e o faialense António Ferreira de Serpa (1865-1939) defendeu o descobrimento da primeira ilha, a de Santa Maria, ainda no reinado de D. Afonso IV, numa série de artigos no jornal *República*. Esta posição colidia com a dos estudiosos da história da náutica, como o almirante Gago Coutinho, e com a famosa legenda do mapa de Valsequa, donde se podia inferir o nome de Diogo de Silves ou Sunis e o ano de 1427. Este assunto continuou a apaixonar os investigadores e a suscitar controvérsia, não estando o caso encerrado.

O descobrimento das outras ilhas do arquipélago também suscitava o interesse dos estudiosos, em especial a mais tardia das ilhas do grupo ocidental. Ernesto do Canto escreveu considerações sobre a descoberta destas ilhas, as Flores e o Corvo, bem como uma memória muito bem documentada sobre os Corte Reais. O outro tema ligado à história das navegações e dos descobrimentos que mobilizou os investigadores insulares foi o da prioridade dos açorianos nas viagens para o Ocidente. A comemoração do centenário colombo, em 1892, foi o pretexto para trabalhos sobre a matéria, distinguindo-se o estudo de Ernesto do Canto sobre *Quem deu o nome ao Labrador?*, onde tratou da exploração do Atlântico Norte por João Fernandes Lavrador e Pêro de Barcelos, ambos moradores da ilha Terceira.

A par das descobertas, a questão do povoamento é de crucial importância para a memória colectiva, porque se prende com o problema da identificação das origens dos açorianos. Os documentos das chancelarias permitiram ir conhecendo

os processos e os ritmos da ocupação humana das ilhas, que foi feita de forma irregular e prolongada no tempo. Diversos autores locais, na senda da *Corographia Açorica*, entendiam que os açorianos derivavam de várias nacionalidades europeias, mas a tese da origem maioritariamente portuguesa foi-se impondo a partir de evidências documentais e dos estudos linguísticos e etnográficos. Já no século XX, Luís da Silva Ribeiro afirmou, numa conferência justamente intitulada *Os Açores de Portugal*, que foi relativamente pequena a influência estrangeira no desenvolvimento das ilhas, “como o demonstram os costumes genuinamente portugueses, a língua e a persistência de certas tradições eminentemente nacionais” (Ribeiro, 1983, vol. II, p. 4). Ressalvou, em nota, a influência flamenga nalgumas ilhas, a castelhana por causa da ocupação filipina, os negros provenientes dos antigos escravos, que se cruzaram com os europeus, e os judeus que por variadas razões aportaram aos Açores. A ideia central é de que o açoriano é “o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico” (*Ibidem*, vol. III, p. 6). Uma posição que foi, posteriormente, subscrita por diversos autores, inclusive por Vitorino Nemésio, no contexto fortemente nacionalista do Estado Novo, em que os açorianos apareciam como os herdeiros directos dos portugueses da época de maior glória da nação.

O problema da colonização das ilhas interliga-se com outro que, desde a cronística, tem merecido a atenção dos estudiosos: a genealogia. Ernesto do Canto começou por aí e deixou diversos estudos genealógicos, nos quais também colaborou o jorgense João Teixeira Soares de Sousa. Marcelino Lima (1868-1961) e Ferreira de Serpa procuraram a origem das famílias faialenses; o general Francisco Soares de Lacerda Machado (1870-1961) tentou identificar os primeiros povoadores do Pico e Rodrigo Rodrigues deixou seis volumes manuscritos de genealogias sobre as famílias das ilhas do grupo oriental, S. Miguel e Santa Maria (Pereira, 1988, XLV, p. 683).

A história dos municípios continuou a ser feita por vários investigadores locais: o P<sup>c</sup> Manuel de Azevedo da Cunha elaborou os anais dos concelhos da Calheta e do Topo, da ilha de S. Jorge; Marcelino Lima estudou o município da Horta, F. S. Lacerda Machado fez a história do concelho das Lages, da ilha do Pico. António Lourenço da Silveira Macedo publicou, em 1871, a *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, em três volumes completados com documentos extraídos dos arquivos locais e da Torre do Tombo, em Lisboa. As ilhas também mereciam trabalhos individualizados, como as descrições históricas, estatísticas e topográficas da ilha Graciosa, de Félix José da Costa e

de António Borges do Canto Moniz, ou os apontamentos sobre S. Jorge, de J. Duarte de Sousa e de José Cândido da Silveira Avelar, ou a *Memória sobre a Ilha Terceira*, da Alfredo da Silva Sampaio. Ninguém se abalanchava a fazer uma história geral dos Açores, mas Gabriel de Almeida publicou, em 1893, um *Diccionario Histórico-Geographico dos Açores*.

No domínio da história institucional e política, o foco da atenção dos investigadores do último quartel do século XIX e das primeiras décadas do século XX dirigiu-se para questões como a governação dos capitães dos donatários, a dominação filipina, as reformas pombalinas, em especial com a introdução da capitania geral, e as revoluções liberais. Entre eles distinguiu-se o micalense Francisco d'Ataíde Machado de Faria e Maia com os subsídios para a história de S. Miguel e da Terceira, precisamente, em torno dos homens da governança e das suas acções, em dois volumes que abarcam a primeira época, dos primórdios da colonização ao primeiro capitão general, D. Antão de Alamada, e deste até 1831, ao governo da Regência.

As vicissitudes da implantação do regime liberal suscitou, naturalmente, um interesse especial nestas gerações. Assim, é valioso o trabalho do faialense José de Arriaga sobre *História da Revolução Portuguesa de 1820*, publicado entre 1886 e 1889, no Porto. Ernesto do Canto contribuiu com um *Catálogo das obras nacionais relativas aos sucessos politicos de Portugal nos annos de 1828 e 1834* que vem na linha da sua actividade como bibliófilo, a qual para a história local se traduziu na edição da *Biblioteca Açoriana*, na senda dos trabalhos de Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva. Especificamente para a história local das revoluções liberais podemos referir: estudos como o do marquês de Jácome Correia, na *Revista Micaelense*, que aborda a revolução de 1821 na ilha de S. Miguel e a separação do governo da capitania geral da Terceira; o de Faria e Maia já citado e outros, como o que fez sobre um deportado da “Amazonas” e sobre a época liberal nos Açores, 1810-1834; a obra de Marcelino Lima sobre *Liberais e Miguelistas na Ilha do Faial* e o trabalho ligeiro de Vitorino Nemésio sobre *A Terceira durante a Regência (1830-1832): estudo anedótico de um ambiente romântico*.

Entre os historiadores locais da primeira metade do século XX é importante destacar o advogado micalense Urbano de Mendonça Dias (1878-1951) com uma vasta obra que abrange diversos campos da história dos Açores e revela um efectivo trabalho de pesquisa e tratamento das fontes históricas. A talhe de foice, pode-se indicar: *A Vila: Publicação Histórica de Vila Franca do Campo* (6 vols., 1915-1927); *História da Instrução nos Açores* (1928); *História do Vale*

*das Furnas* (1936); *A Assistência Pública no Distrito de Ponta Delgada: Estudo sobre as Casas de Beneficência das Ilhas de São Miguel e Santa Maria desde a sua Colonização* (1940); *Instituições Vinculares: os Morgados das Ilhas* (1941); *Ponta Delgada: Descrição de quando foi lugar e vila e da Cidade: esboço histórico* (1946); *Madre Teresa d'Anunciada: a Freira do S. S. Cristo dos Milagres* (1947); *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses* (3 vols., 1949); *A Vida de Nossos Avós* (9 vols., 1944-1949); *Literatos dos Açores: Estudo Histórico sobre os Escritores Açorianos* (1931), entre outros. A *História dos Açores* (2 vols., 1928) fazia a síntese possível, depois das colectâneas documentais que as gerações anteriores tinham deixado como herança.

Os temas de história económica despertaram o interesse dos historiadores locais, com destaque para o que se prendia com a agricultura. Não foi alheio a tal facto a fundação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, em 1843, e a publicação do respectivo jornal, *O Agricultor Micaelense*. Os eruditos açorianos, na linha das *Memórias Económicas* da Academia das Ciências e, posteriormente, dos estudos económicos que se desenvolveram na segunda metade de oitocentos, realizaram pequenos estudos monográficos sobre diversas produções, sobre os problemas da propriedade da terra, dos vínculos, dos baldios, do arrendamento e sobre as indústrias tradicionais próprias de uma sociedade rural. As histórias dos municípios e das ilhas têm, por vezes, um apontamento sobre a vida económica e o próprio *Arquivo dos Açores* compilou documentação sobre a matéria. Apesar das questões agrícolas e rurais dominarem as preocupações dos investigadores, também fizeram trabalhos sobre as pescas, as indústrias, os transportes, em especial a navegação de longo curso e de cabotagem, o comércio interno e externo, a moeda e as crises das subsistências.

Neste domínio, destacou-se nas últimas décadas do século XIX, o micaelense Gabriel de Almeida com breves notícias e memórias sobre o cultivo do chá, do tabaco, as pescas, e a *Industria Agricola, Typographica e Lytographica da Ilha de S. Miguel*. José Canavarro Faria e Maia e Aníbal Gomes Ferreira Cabido, com vários artigos publicados no *Boletim do Trabalho Industrial*, deram continuidade a estes estudos em S. Miguel. José de Serpa escreveu sobre a indústria piscatória nas ilhas do Faial e do Pico (1886) e Jácome de Ornelas Bruges publicou um trabalho sobre a agricultura, o gado e as indústrias anexas, na Terceira (1915), que foi a dissertação da licenciatura no Instituto Superior de Agronomia. Esta linha de estudos desenvolveu-se, substancialmente, no século XX com a criação da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores e a publicação

do respectivo *Boletim*, entre 1945-1962 (36 números), com a elaboração dos relatórios de licenciatura (Enes, 1994, pp. 269-270) e, de modo geral, com a preocupação com as questões do desenvolvimento das ilhas. Todavia, somente uma pequena parte dos trabalhos realizados têm uma componente de narrativa histórica e se debruçam sobre o passado, fornecendo informação sobre a origem e as transformações que determinada actividade sofreu ao longo do tempo.

Vem a propósito referir que é muitas vezes ténue a fronteira entre os estudos históricos e os etnográficos. Uma parte dos trabalhos sobre as actividades rurais era constituída por registos de tradições que ainda se mantinham vivas ou que perduravam na memória das populações. A observação dos comportamentos e actividades populares, a recolha de testemunhos orais e os inquéritos desempenhavam um papel importante na reconstituição do modo de vida dos “nossos avós”, de acordo com o título da obra de Urbano Mendonça Dias. Este tipo de olhar remontava à primeira geração romântica que se dedicou a descrever a terra e a gente que compunham a pátria. Recorde-se Almeida Garrett e *As Viagens na Minha Terra*, uma empresa que teve continuidade noutros projectos que, nos dois últimos séculos, permitiram criar as identidades nacionais (Thiesse, 2000). De forma simétrica, também se aplicaram às unidades espaciais de menor dimensão, sejam as províncias, os concelhos ou, numa escala ainda mais diminuta, as cidades, vilas e freguesias que são o torrão natal. No caso dos Açores, a ilha é naturalmente uma dimensão essencial para a identificação colectiva e funciona como uma verdadeira micro-pátria para os seus naturais. A identidade açoriana foi construída através de um diálogo entre as várias dimensões do território: na base, estava naturalmente a ilha ou, numa escala mais ínfima, a localidade donde se era natural; a seguir colocava-se o arquipélago, unido na província ou, mais recentemente, na região autónoma; por fim, estabelecia-se a relação com a nacionalidade portuguesa. No processo de construção da identidade cultural que tem como quadro o território entrelaçam-se, geralmente, a geografia, a história e a etnografia.

A geografia aparecia, desde a época moderna, sob a forma das corografias e, além da já referida *Corographia Açorica*, outras foram publicadas no século XIX, podendo citar-se a de Alberto Teles, *Corographia Geral dos Açores*, editada pela Imprensa Nacional, em 1889. Na linha dos estudos etnográficos, importa referir a compilação dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano* que foi editada por Teófilo Braga, mas foi coligida pelo jorgense João Teixeira Soares de Sousa (1827-1882). Contudo, dois investigadores açorianos distinguiram-se especialmente neste domínio: o terceirense Luís da Silva Ribeiro (1882-1959) com uma

grande variedade de artigos que ficaram dispersos pela imprensa, reunidos pelo seu centenário no primeiro volume das *Obras* (1983), editadas pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira; o micalense Luís Bernardo de Leite Ataíde (1882-1955) com os trabalhos sobre a etnografia e o património artístico açoriano, publicados na primeira metade do século e reunidos em *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores* (4 vols., 1973). Ambos se interessaram também pela história, sendo de salientar os trabalhos de história da arte de Leite Ataíde.

No início dos anos 40, foram fundados o Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT) e o Instituto Cultural de Ponta Delgada (ICPD) com o objectivo expresso de contribuir para o conhecimento da história e cultura insular, bem como de dinamizar as actividades culturais. Estas agremiações contaram com o apoio dos respectivos Governadores Civis e das Juntas Gerais, durante o Estado Novo, e posteriormente dos governos regionais. A ajuda financeira permitiu-lhes manter linhas editoriais e publicar revistas com uma periodicidade que variou ao longo da sua existência: o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* (1943-) e a *Insulana* (1944-). Na ilha do Faial, veio a ser fundado o Núcleo Cultural da Horta, em 1954 (NCH), que também começou a publicar um *Boletim*, dois anos mais tarde. Entre as actividades que os sócios têm organizado com alguma regularidade distinguem-se as conferências e os encontros científicos, sendo de destacar os colóquios sobre a *História do Atlântico*, do IHIT, cujas actas foram publicadas nos anos 80, e sobre o *Faial e a Periferia Açoriana (séculos XV-XX)*, do NCH, que se realiza de quatro em quatro anos e já vai na quinta edição.

Em torno destas associações culturais se reuniam os intelectuais e os historiadores açorianos, entre os quais podemos referir: Francisco Carreiro da Costa (1913-1981), José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957) e Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), entre os fundadores do ICPD; Luís da Silva Ribeiro (1882-1959), Gervásio Lima (1876-1945), Francisco Lourenço Valadão (1889-1969), Henrique Brás (1884-1947), entre os que estiveram na origem do IHIT; Marcelino Lima (1869-1961) e o P<sup>re</sup> Júlio da Rosa (1924-), no caso do NCH. Do ponto de vista sociológico, estes homens faziam parte do alto funcionalismo, das profissões liberais, da estrutura da Igreja e do professorado dos liceus, o que os tornava representativos de uma classe média com formação superior, isto é, a elite cultural das ilhas.

Neste quadro da produção historiográfica sobre os Açores, não se pode esquecer o Instituto Açoriano de Cultura (IAC), fundado em 1955 por iniciativa de um grupo de professores do Seminário Maior de Angra, que foi responsável pelas Semanas de Estudo (1916-1966) e por encontros culturais, onde pontual-

mente sugeriram trabalhos de história. De igual modo, na revista *Atlântida*, cuja publicação se iniciou no ano da criação do Instituto, e na coleção *Ínsula* também foram editados trabalhos historiográficos. Em 2008, o IAC foi o editor da *História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, dirigida por Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Esta obra em dois volumes contou com a colaboração de trinta investigadores, a maior parte dos quais da Universidade dos Açores, mas também de outras instituições de ensino superior do país. É o ponto culminante de um percurso de expansão dos estudos historiográficos que marcou decisivamente o panorama cultural dos Açores e do país, desde o final dos anos 70 do século passado.

No caso dos Açores, teve uma importância capital a fundação do Instituto Universitário, em 1976, transformado em Universidade três anos mais tarde. Entre as disciplinas inicialmente leccionadas contava-se uma História dos Açores que ficou a cargo de Francisco Carreiro da Costa, a qual deu origem a uma publicação intitulada *Esboço Histórico dos Açores*, que saiu em 1978. Mas foi com a criação do Departamento de História e com o novo Estatuto da Carreira Docente Universitária, o qual impunha a obrigação de diversos tipos de provas académicas, que ficaram reunidas as condições para um acentuado crescimento dos estudos históricos sobre os Açores, no âmbito académico. Posteriormente, a criação dos mestrados em História Insular e Atlântica e em Relações Internacionais também contribuiu para alargar a produção científica que, obviamente, não é exclusiva dos professores universitários açorianos. Investigadores de outras áreas profissionais, em especial professores dos ensinos básico e secundário, e de outras regiões do país também se têm interessado pela história insular e contribuído para ampliar o conhecimento do passado açoriano.

Não é possível analisar, no âmbito deste breve esboço, o conjunto da produção sobre a história dos Açores dos últimos trinta anos, por isso vamos somente apresentar uma panorâmica geral sem referir os autores (para uma abordagem mais detalhada ver: Leite, 1993 e Dias, 2009). Nesta ordem de ideias, importa salientar algumas linhas de força:

- todos os séculos têm sido objecto de estudos e alguns períodos anteriormente esquecidos foram resgatados do esquecimento, como os séculos XVIII e XIX, sobretudo a segunda metade da centúria e a grave crise finissecular, e o século XX que, apesar disso, continua a ter importantes hiatos no seu conhecimento;

- os estudos organizam-se, agora, por áreas de interesse temático, distinguindo-se a história económica no panorama das publicações académicas; tal facto prende-se com a inflexão que houve nessa direcção nos anos 70, como reacção ao menosprezo a que tinha sido votada no período do Estado Novo, e com a atenção que merecem as questões do desenvolvimento regional, numa perspectiva histórica;
- dentro das temáticas, refira-se ainda o interesse pela demografia histórica e a emigração, pela história social das elites, por algumas grandes casas, com a dos Bensaúde, dos Raposo do Amaral e dos Barões da Fonte Bela, pela história da cultura e das artes, pela história da Igreja e das práticas religiosas e pela história política, com especial destaque para a questão dos movimentos autonomistas e da posição geoestratégica do arquipélago no contexto do Atlântico;
- neste quadro de expansão da historiografia regional verificou-se, ultimamente, um renovado interesse pelas biografias e pelo estudo de famílias estrangeiras radicadas nas ilhas, como os Bensaúde e os Dabney, ou de grandes famílias açorianas, como os Canto, que tiveram um papel marcante na sociedade micaelense oitocentista;
- a tradição das genealogias manteve-se e aprofundou-se através de diversos estudos, dando a conhecer as origens e os percursos das famílias que se foram estabelecendo nas ilhas, como os Monjardino, de Génova, os Fisher, os Azevedo da ilha do Pico, entre outros;
- a história dos municípios continua a merecer o interesse dos investigadores, numa perspectiva renovada, bem como a história das ilhas, especialmente de S. Miguel e da Terceira, apesar das outras ilhas também terem vindo a ser contempladas; surgem igualmente apontamentos de história urbana sobre as antigas capitais dos distritos, mas não são esquecidas as outras cidades, as vilas e as freguesias, bem como algumas instituições que marcaram as sociedades insulares, caso das Misericórdias, das Escolas Secundárias e do Magistério Primário, dos Portos e das Bases Aéreas, pela importância que têm na vida das populações.

A diversidade dos olhares e das formações dos investigadores traduz-se numa qualidade muito variável da produção historiográfica, mas é notório o grande avanço que se verificou em relação aos períodos anteriores, por causa da exigência introduzida pela academia. As publicações de fontes documentais continuaram

a ser feitas, sendo evidente que há uma tradição proveniente da concepção positivista oitocentista que se tem mantido viva na melhor historiografia açoriana. A atenção aos arquivos e às fontes manuscritas e impressas tem sido marcante, produzindo bons resultados numa história que aposta no rigor possível na reconstituição dos factos. Por outro lado, não foi abandonada a publicação de repertórios bibliográficos, de catálogos e de índices, que são instrumentos de trabalho essenciais para os estudiosos. Neste aspecto, importa destacar o acervo de informação que foi posta em linha no Centro do Conhecimento dos Açores, sob os auspícios da Direcção Regional da Cultura (<http://culturacores.azores.gov.pt/>). Uma bibliografia geral dos Açores, diversos inventários – genealógico, do património imóvel e arqueológico, da fotografia e imagem – mas, acima de tudo, o monumental projecto da *Enciclopédia Açoriana* que possui muitas entradas com interesse para a histórias das ilhas.

Nos últimos decénios, a investigação histórica tende a profissionalizar-se, nas ilhas e no resto do país, em torno das instituições de ensino superior e dos centros de estudos da rede nacional de investigação. Porém, continua a haver espaço para os amadores, os curiosos e os autodidactas no âmbito da história local, mas no caso dos Açores constatamos que são um grupo minoritário que não se tem renovado. A formação académica especializada, a socialização com os pares, em colóquios e encontros científicos, a integração em projectos colectivos e a publicação em revistas acreditadas é fundamental para a credibilidade do trabalho do investigador. Disso acabam por depender apoios, financiamentos e publicações, o que vai exigindo maior profissionalismo. Deste modo, a Universidade dos Açores ganha protagonismo e a revista *Arquipélago*, primeiro de Ciências Humanas (1979) e, em seguida, especificamente, de História (1986), centraliza a produção dos especialistas.

Em conclusão é importante salientar a importância e a continuidade dos estudos históricos nas ilhas dos Açores, nos últimos dois séculos. As gerações liberais deram um impulso fundamental ao conhecimento da história dos Açores, dominado pela preocupação de resgatar memórias que, de outro modo, corriam o risco de ficar para sempre no esquecimento. As elites insulares queriam acompanhar o passo das mudanças em curso no país e contribuir para o desenvolvimento do arquipélago dos Açores. Para o efeito, havia que conhecer o passado e dele retirar as necessárias lições para o presente e o futuro. A historiografia oitocentista ficou marcada por esta matriz ideológica e pela preocupação de desenterrar da poeira dos arquivos públicos e particulares os documentos necessários para

reconstituir os factos. Houve, assim, uma importante produção de monografias e estudos parcelares, acompanhada pela publicação de acervos documentais, de que o *Arquivo dos Açores* foi, naturalmente, a melhor expressão.

Esse labor teve continuidade no século XX e um impulso significativo com a fundação de institutos e organismos culturais nas antigas capitais de distrito. A história continuava a despertar o interesse de intelectuais, autodidactas e polígrafos locais, apesar dos condicionalismos financeiros e da dificuldade de dar à estampa os resultados da investigação. Porém, esta produção manteve-se dentro de estreitos limites impostos pela dimensão das ilhas, pela sua dispersão e pelo reduzido número daqueles que tinham condições para se dedicar aos estudos históricos. A situação viria a sofrer uma alteração radical com o estabelecimento do regime autonómico e a criação do Instituto Universitário, depois transformado em Universidade dos Açores. A expansão do ensino superior e das provas académicas, a par de uma maior disponibilidade de recursos financeiros e de interesse por parte de organismos públicos, como a Direcção Regional da Cultura, na história dos Açores propiciaram as condições para uma proliferação dos estudos e das publicações. Nesse aspecto, apesar da especificidade regional, os Açores acompanharam um movimento geral de expansão da historiografia que foi notório nas últimas quatro décadas em Portugal. Disso é testemunho evidente a edição de várias histórias de Portugal, em múltiplos volumes, e o fenómeno de sucesso editorial que foi a obra dirigida por José Mattoso para o Círculo de Leitores. Nos Açores, o corolário desse tipo de abordagem global foi a *História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, um trabalho de síntese que foi possível realizar entre 2004 e 2008. Segundo os directores científicos da obra, o “plano de trabalho foi concebido na óptica de um ilhéu, que, sem ressentimento ou revolta, mas também sem ufanismos distorcidos ou patriotismos exacerbados, analisa, de uma perspectiva local, a evolução histórica das ilhas, à luz das fontes disponíveis, sem esquecer, naturalmente, o enquadramento nacional e até internacional.” (Matos e al., 2008, p. 10).

Olhando para a produção historiográfica destes dois séculos verificamos que alguns temas conheceram maior fortuna do que outros e percebe-se facilmente porquê. O descobrimento e o povoamento apaixonaram gerações de estudiosos, porque se prendem com a origem da sociedade açoriana e com a identificação da sua gente. As viagens para o ocidente e o papel dos açorianos nos descobrimentos marcaram uma época em que a discussão das prioridades e das glórias faziam parte de uma agenda nacionalista em que os eruditos insulares também

se reviam. A história política político-administrativa teve sempre um lugar marcante nas monografias, por causa do debate sempre presente sobre o centralismo *versus* a descentralização. A história política de períodos marcantes também esteve em foco, como o domínio filipino e a restauração, as reformas pombalinas e as revoluções liberais. Uma longa tradição oriunda das corografias valorizou sempre as monografias locais, destacando-se a abordagem por ilhas ou por circunscrições administrativas, os distritos ou os concelhos. Não é alheia a esta opção a facilidade de acesso aos arquivos e a documentação disponível, geralmente organizada em função das divisões do território e dos órgãos político-administrativos locais. A narrativa histórica estruturava-se, deste modo, em torno dos sucessos da administração e dos acontecimentos mais marcantes da vida das comunidades.

Já no século XX, a expansão dos estudos históricos esteve associada uma multiplicação das temáticas que conduziu, por um lado, a uma maior especialização da investigação e, por outro, abriu a possibilidade de sínteses mais abrangentes sobre os mais variados aspectos do desenvolvimento da sociedade açoriana. Neste processo é importante constatar que a historiografia produzida nos Açores seguiu de perto as tendências dominantes nas várias épocas, seja em relação aos assuntos em foco, às metodologias ou às correntes teóricas. Naturalmente, a produção foi sempre variada e de qualidade desigual, mas tem sido notável o esforço para construir a memória colectiva dos açorianos. A dinâmica do regionalismo açoriano não é alheia a esse facto e traduz-se num movimento de cariz marcadamente político-cultural em que a história, à semelhança do que aconteceu com os nacionalismos, desempenha um papel importante na construção da identidade e da consciência colectiva das populações insulares.

## Bibliografia

- ANDRADE, Jerónimo Emiliano de (1843), *Topographia ou Descrição Phisica, Politica, Civil, Ecclesiástica e Histórica da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim Joze Soares (Em linha: Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/17431>).
- DIAS, Fátima Sequeira (2009), “A Produção Historiográfica sobre o Arquipélago dos Açores, nos Últimos Trinta Anos. Uma Primeira Abordagem” in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº 1, pp. 154-167.
- ENES, Carlos (1994), *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Salamandra.
- ENES, Carlos (s/d), “Grémios Literários”, inédito, gentilmente cedido pelo autor.

- JOÃO, Maria Isabel (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos.
- LEITE, José Guilherme Reis (1990), “Introdução: a historiografia açoriana na 1ª metade do séc. XIX”, in Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, s/n, pp. I-XXIV.
- LEITE, José Guilherme Reis (1993), “Açores” in *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa (1972-1992)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 29-47.
- MATOS, Artur Teodoro e al. (direcção científica) (2008), *História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, vol. I e II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- PEREIRA, António dos Santos (1988), “Historiografia Açoriana (1875-1925): Breve Roteiro” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, pp. 665-689.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1983); *Obras – História*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- RODRIGUES, José Damião (1996), “Arquivo dos Açores”, in *Enciclopédia Açoriana*, em linha: <http://www.culturaacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/refault.aspx> [consultado 14/07/2012]
- SOUSA, João Soares de Albergaria de (1822), *Corographia Açorica, ou Descrição Phizica, Política e Historica dos Açores / por um Cidadão Açorense*, Lisboa, Impressão de João Nunes Esteves, 1822.
- TIESSE Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas & Debates.

# MEMORIALISMO E ESTADO NOVO. AS MEMÓRIAS SOBRE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

António Ventura\*

A recente publicação de textos autobiográficos de Francisco Martins Rodrigues veio chamar mais uma vez a atenção para a importância desse tipo de testemunhos escritos na primeira pessoa.

De entre as forças políticas contrárias ao Estado Novo, o Partido Comunista Português ocupou um lugar especial, sendo eleito, naturalmente, pelo regime, como seu principal adversário. A literatura memorialista produzida por militantes daquele partido tem uma particular importância porque a luta política clandestina decorria em circunstâncias peculiares que tornam muito difícil ao historiador reconstituir o que sucedeu. Naturalmente que a História é sempre uma reconstituição parcelar e parcial, subjectiva. Mas as condições de clandestinidade e os cuidados conspirativos impunham frequentemente a inexistência de documentos, ou a sua destruição, pelo que muitos acontecimentos só podem ser recriados e esclarecidos com o contributo dos seus protagonistas. Não obstante os depoimentos pessoais serem sempre subjectivos, eles não podem ser ignorados porque são, em muitos casos, únicos.

O facto de o PCP ser um partido ilegal impedia a existência de uma literatura memorialista própria até 1974. Não existe, em Portugal, nada que se compare com as memórias de Jacques Duclos. Os mais destacados elementos da Federação Maximalista Portuguesa e do PCP, que depois, por variadas razões, se afastaram daquele horizonte ideológico, não deixaram memórias conhecidas. Assim sucedeu com Manuel Ribeiro, Carlos Rates – que deixou um curioso relato da sua ida à Rússia Soviética – e Caetano de Sousa, que foi o único dirigente comunista português que conheceu pessoalmente Lenine e Trotsky. No campo dos livros de

---

\* Universidade de Lisboa

viagens, publicaram-se nessa época *A Rússia dos Sovietes* (1925), de Carlos Rates, e *A Rússia Hoje e Amanhã* (1929), escrito pelo professor César Porto a propósito de uma viagem que ali fizera, quatro anos antes, para estudar o sistema de ensino soviético. Para esta época, também merece referência o livro de Alexandre Vieira *Delegacia a um Congresso Sindical*, que relata a sua ida a Moscovo, em 1928, para participar como observador no IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, e que só foi publicado em 1960, embora tenha saído anteriormente em vários números da Seara Nova.

Os escritos de Bento Gonçalves são uma excepção. O texto *Palavras Necessárias (elementos para a história do movimento operário português)*, contempla o período entre 1872 e 1927, pelo que só a última parte contém eventos coetâneos do autor. Cremos que a primeira edição clandestina é de 1969 e a primeira legal de 1973. Quanto ao texto *Duas Palavras*, escrito no Tarrafal em 1941, e publicado pela primeira vez em 1971, numa edição clandestina, aborda a vida do PCP depois de 1929 e aprecia criticamente alguns dos aspectos da sua actividade, em especial no campo sindical. Mas em ambos os casos, o estilo utilizado é impessoal, muito semelhante ao que encontramos noutros casos similares: o narrador apaga-se voluntariamente perante o colectivo, o protagonista é o Partido e por vezes não existem mesmo quaisquer alusões na primeira pessoa.

Durante décadas, apenas se conhecem autobiografias feitas por dirigentes por ocasião das respectivas prisões ou publicadas na imprensa partidária ou em brochuras.

Em 1971 foram publicados os dois volumes de *Memórias de um Operário*, de José Silva, prefaciados por Victor de Sá, uma obra que provocou um profundo impacto. O original acabara de ser escrito em 1962, e o autor foi um operário sapateiro do Porto, com uma actividade sindical e política notória, sendo um dos fundadores do PCP naquela cidade. O primeiro volume aborda as suas memórias de 1917 a 1927, com muitas informações interessantes, nomeadamente sobre a cisão do sector sindical comunista e a formação do Núcleo dos Partidários da ISV. No segundo volume, o período de 1926 a 1945 apenas preenche as primeiras 62 páginas, sendo as restantes dedicadas à participação do autor na oposição democrática, em especial no MUD e no MND. Porque desaparecem as referências ao PCP e se privilegia a participação nos movimentos unitários de oposição?

Quando Bento Gonçalves tomou as rédeas do Partido, em 1929, fê-lo com o apoio de uma parte dos militantes de Lisboa – quase exclusivamente do Arsenal

da Marinha – e contra a quase totalidade da direcção em exercício do PCP, a qual era apoiada pela maioria dos militantes históricos, um dos quais era José Silva. Passaram a existir, na prática, dois partidos, até que a facção dirigida por Bento Gonçalves acabou por triunfar, sendo excluídos os que apoiaram a anterior direcção, como os veteranos sindicalistas o Arsenal do Exército João Pedro dos Santos e Júlio Luís, Sá Viana e Augusto Machado. O que sucedeu a José Silva sucedeu a outros que, embora afastados do PC, continuaram a desenvolver actividade política mas no âmbito unitário, tendo alguns voltado, mais tarde, a ingressar no Partido. Curiosamente, muitos não guardaram rancor em relação aos que os expulsaram, mantendo uma certa relação com o Partido. Um caso exemplar foi o de Júlio Fogaça, que, embora afastado do PC em 1960, sempre conservou uma relação afectiva com ele.

Ainda em 1972 surgiu o livro *Deportados*, de Grácio Ribeiro, que dirigiu a Federação das Juventudes Comunistas em Lisboa em 1931 e foi expulso por terrorista depois de ter colocado duas bombas, que evoca a sua actividade política e deportação para Timor, com uma elevada dose de ficção.

Depois de Abril de 1974 a situação inverteu-se parcialmente. Surgiram livros de memórias de dirigentes ou militantes comunistas integrados, digamos assim, na linha oficial do partido, e também de outros que dele se afastaram por uma ou outra razão. Vejamos alguns exemplos integrados no primeiro caso.

Os livros de memórias raramente cobrem toda a vida do autor. Alguns dizem respeito ao Tarrafal. É o caso de *Tarrafal, Campo da Morte Lenta*, de Pedro Soares, com edições clandestinas e uma primeira legal em 1975, que relata a experiência do autor naquele campo de concentração desde 1936 a 1940. Na mesma linha se insere *Recordações dos Tempos Difíceis*, de Miguel Wager Russell, que desempenhou nos anos trinta funções no Secretariado do Comité Central. Publicado em 1976, aborda essencialmente a vida no Tarrafal de 1936 a 1946. Outro antigo dirigente das Juventudes Comunistas e do PCP, Gilberto de Oliveira, escreveu *Memória viva do Tarrafal*, publicado em 1987. Joaquim Ribeiro um dos marinheiros da revolta de 1936, igualmente deportado para Cabo Verde, escreveu *No Tarrafal Prisioneiro* (1976).

Imediatamente a seguir a 1974, surgiram algumas pequenas monografias da autoria de militantes comunistas, inseridas na colecção *Episódios da Resistência Antifascista*, contados por quantos a viveram, das Edições Sociais, por iniciativa de Franco de Sousa: Aida Paula (ou Paulo), *Com a Certeza de quem quer vencer* (1974); João Faria Borda, *A Revolta dos Marinheiros* (1974); António Tereso,

*Fuga de Caxias no Carro Blindado do Salazar* (1974); Manuel Guedes, *Memórias de um Preso Político português na Cadeia de Cáceres durante a Guerra Civil de Espanha* (1974); António Simões de Abreu, *A Raiva de Salazar contra a Unidade Democrática representada por Humberto Delgado e outros Episódios por mim vividos em 32 Anos de Luta Antifascista* (1975); Domingos Fernandes de Carvalho, *Luta de Corticeiros* (1974).

Outras obras podiam ainda ser citadas as quais, não sendo exactamente memórias ou diários, apresentam aspectos autobiográficos, como as *Cartas da Prisão*, de José Magro. Até um certo momento, as obras dos elementos mais responsáveis dentro do PCP eram escritas num estilo impessoal, sempre condicionadas pela cautela, mesmo tratando-se de acontecimentos ocorridos há dezenas de anos. Veja-se, por exemplo, as memórias de Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa Alegria. Notas Autobiográficas* (1984), um testemunho recolhido por João Paulo Guerra sob a forma de entrevistas, reescrito na primeira pessoa. Pires Jorge iniciou a sua actividade política ainda nos anos vinte, participou na revolta de Fevereiro de 1927 contra a Ditadura e foi um elemento destacado do PCP até à sua morte. O livro, para além de ser um documento pessoal importante, pouco ou nada contribui para o esclarecimento dos episódios em que o autor esteve envolvido. O mesmo sucede com Francisco Miguel Duarte. Em 1977 foi publicado *Uma Vida na Revolução* e, em 1986, *Das Prisões à Liberdade*, sendo este último um texto organizado por Fernando Correia com base no depoimento de Francisco Miguel. O segundo livro é o menos interessante e manifestamente inferior ao primeiro. Um dos aspectos que poderiam ser esclarecidos era a participação do autor na Acção Revolucionária Armada, organização formada pelo PCP em 1970, a qual desenvolveu diversas acções violentas contra o regime até 1973. Segundo as autoridades de então, Francisco Miguel seria um dos dirigentes daquela organização. Ora, no segundo livro publicado em 1986, nem uma palavra surge a tal respeito. Mas no primeiro, que é dos mais interessantes no seu género, atendendo à época em que foi escrito, num estilo simples e claro, recheado de pormenores, aí o autor não ilude a questão e rejeita a «fantasiosa acusação de eu ser um dos dirigentes da ARA. Da ARA nada sei, mas posso dizer que estava de acordo com a sua orientação e com as suas acções» (Miguel, 1977, p. 162).

Ora Francisco Miguel não só conhecia bem a ARA como foi um dos seus fundadores, membro do Comando Central e participou até em operações no terreno. Poder-se-á dizer que em 1977 a situação política portuguesa ainda

não podia permitir tais revelações, mas ao menos que se evitassem desmentidos formais...

Comparem-se esses livros publicados nos anos setenta e oitenta com alguns que surgiram mais recentemente. E um deles, publicado em 1999, da autoria de outro dirigente histórico do PCP, Jaime Serra, é precisamente dedicado à ARA: *As Explosões que abalaram o Fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*. Embora não seja uma obra autobiográfica pura, tem muitos aspectos autobiográficos. E Jaime Serra esclarece: «De entre os quadros conhecidos pela sua firmeza revolucionárias que se disponibilizaram prontamente para este tipo de actividade, e que constituíram desde o início o núcleo central da ARA, são de destacar os camaradas Francisco Miguel, etc» (Serra, 1999, p. 33). O nome de Francisco Miguel surge com muita frequência ao longo de toda a obra. O estilo é aberto, revelam-se pormenores singulares, incluindo a forma como se prepararam diversas operações. Este livro deve ser completado com a leitura de *ARA. Acção Revolucionária Armada. A História Secreta do Braço Armado do PCP* (2000), da autoria do ex-dirigente comunista Raimundo Narciso, um dos responsáveis pela ARA. Já outro livro anterior de Jaime Serra, *Eles têm o Direito de saber (Páginas da Luta Clandestina)* (1997), surpreendeu pela forma como foi escrito. Dessas páginas não se destaca tanto o Partido, abstracto, colectivo e sem nomes, mas o homem, com a sua dedicação a um ideal, é certo, mas que não deixa de ser um homem, capaz dos maiores actos de heroísmo mas que também tem dúvidas, e tem medo, e sofre... Este livro marcou uma nova era, à qual também pertence o de Carlos Brito, *Tempo de Subversão. Páginas vividas da Resistência*, publicado em 1998. Já em 1991 tinha surgido um livro curioso por dois motivos: o seu autor era um desconhecido – José Ricardo – e incidia sobre uma região, a de Braga. *Romanceiro do Povo Miúdo. Memórias e Confissões*, assim se intitula, tinha um prefácio de Lino Lima – conhecido advogado bracarense e militante comunista – que apresentava o autor como um seu «querido amigo» e companheiro de lutas durante décadas: «Ao promover a publicação dos escritos do meu amigo José Ricardo assumo, como se ele próprio fosse, a responsabilidade moral e material pelo que neles se contém, até porque as suas palavras, opiniões e juízos têm a minha total concordância. Escreveria a mesma coisa que ele escreveu palavra por palavra» (Ricardo, 1991, p. 17). Esta total identificação de Lino Lima com José Ricardo pode parecer estranha, mas tem a sua razão de ser – é que José Ricardo e Lino Lima eram uma e a mesma pessoa.

Em contrapartida, outro livro de uma figura histórica da oposição ao Estado Novo e do PCP, Virgínia Moura, resultou numa decepção. O pequeno volume *Mulher de Abril. Álbum de Memórias*, publicado em 1996 por Júlio Roldão e Pinto de Carvalho, a partir de depoimentos recolhidos, é parco em informações, quase não tem pormenores, nada de novo resulta da sua leitura. Os 60 anos de ligação de Virgínia Moura ao PCP, e a sua participação em tantos episódios relevantes condensam-se afinal numa escassa centena de páginas anódinas e telegráficas.

Um livro que passou quase despercebido talvez pelo facto de o seu autor ser um desconhecido, foi publicado em 1991; é uma obra a todos os títulos notável. *Escrito com Paixão* – assim se chama o livro – da autoria de Pedro Rocha, é um documento verdadeiramente escrito com paixão por um antigo militante das Juventudes Comunistas, depois combatente na Guerra Civil de Espanha e emigrante em várias partes do mundo. A obra incide sobre a sua militância política, que começou em 1929, até à fuga para França, perdida a guerra em Espanha pelos republicanos, em 1939. A acção das Juventudes Comunistas e do Socorro Vermelho em Lisboa é-nos relatada com um colorido, com humor e uma naturalidade que não podem estar mais longe do discurso oficial, impessoal e heróico. Veja-se, como exemplo, esta descrição de uma reunião clandestina subitamente interrompida: «Uma tarde fomos surpreendidos por fortes pancadas na porta. Enquanto um se ocultou com a pistola aperrada, outro foi abrir a porta e logo se ouviu um vozeirão – Vamos a isto... e pesados passos dentro da casa. Que calafrio! Era o empregado da Companhia das Águas, um velhote galhofeiro, meio surdo... Teria bastado um segundo de irreflexão para tudo acabar bem dramaticamente» (Rocha, 1991, p. 29). Ou outro episódio que teve como palco as imediações da clandestina sede do Socorro Vermelho: «entrei na escada. Fiquei petrificado. Vários polícias fardados e indivíduos à paisana. Dei as boas-tardes e fui correspondido. Entrei em casa e pus-me à escuta. Tratava-se de uma penhora ao vizinho que morava no andar de cima, um refinado intrujão chamado Frade» (Ibidem). *Escrito com Paixão* é, sem dúvida, um dos mais belos e proveitosos livros de memórias sobre a resistência ao Estado Novo.

Outras obras de militantes comunistas com uma forte componente autobiográfica são os livros de Lino de Carvalho, 1969. *Um Marco no Caminho para a Liberdade* (2000), importante para a história das eleições de 1969; o de Sérgio Ribeiro, ... *Porque vivi e quero contar* (1983), onde relata a sua prisão em Abril de 1974; a longa entrevista de Manuel Silva, que viveu 30 anos na clandestinidade,

publicada em livro em 1989; o belíssimo livro de Manuela Câncio Reis, viúva do autor de *Esteiros, Eles vieram de Madrugada. Cartas para a Clandestinidade a Soeiro Pereira Gomes* (1981). Alberto Vilaça, advogado de Coimbra e figura histórica do PCP na Lusa Atenas, reuniu diversos episódios da sua participação na luta democrática no volume *De Memória em Punho. Histórias que Abril soltou* (1992), mas a sua experiência pessoal também pode ser encontrada noutras obras suas, sempre e leitura proveitosa. O mesmo fez Joaquim Campino, antigo dirigente e funcionário comunista nos anos quarenta e cinquenta, em *Histórias Clandestinas* (1990).

O gosto pelas memórias tem prosseguido, com a publicação de testemunhos de militantes quase desconhecidos, casos do advogado de Viseu Fernando Mouga, com *Janela da Memória* (1996). Neste livro surge uma descrição curiosa da recepção da notícia da morte de Estaline: «A manhã do dia imediato ao do conhecimento da morte do presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, trazido ao país pela rádio e imprensa salazaristas como se de venturoso acontecimento se tratasse, era o tempo marcado para a visita esperada.

Do amigo aguardado uma vez mais, não consigo desenhar o retrato porque dos seus traços só recordo o seu ar de idade de pouco mais de trinta anos, o cabelo escuro, o corpo esguio e a cara magra de olhos miúdos onde defeito natural ou acidente traçara cicatriz junto ao olho esquerdo.

À hora combinada bateu à porta e entrou. Antes que as mãos se apertassem no “Bom dia, camarada”, dele vieram duas palavras lamentosas que encheram o pequeno escritório: Morreu Estaline!

Atrás das palavras saltaram as lágrimas. Sentado no banco em frente à secretária, as suas mãos, tapando o rosto, não puderam ocultar o choro em que por momentos se transformou a sua mágoa e me susteve em silêncio no embaraço de não ter palavras para ajudar moralmente um homem corajoso... que, afinal, delas não necessitava para retomar, como em breve retomou, a serenidade conveniente para dar conta da tarefa que o levava até mim» (Idem, pp. 323 e 324).

Mesmo elementos que não ocuparam cargos de responsabilidade deixaram testemunhos com muito interesse, caso do dirigente associativo almadense Fernando de Brito Mateus, com *Há Sempre alguém que resiste* (2001), e do antigo moleiro Policarpo Marcelino Gonçalves, de Pernes, que publicou em 1996 o raríssimo livro policopiado *Alguns Apontamentos sobre as Recordações da minha Vida* (1997), onde relata o convívio com Soeiro Pereira Gomes. Outros militantes

mais conhecidos tem produzido textos autobiográficos, caso de João Honrado, com crónicas e entrevistas incluídas nos seus livros *Crónicas de ver Alentejo* (1993), *Crónicas de dizer Alentejo* (1998) e *Falando Alentejo* (1998), de Joaquim Gomes, *Estórias e Emoções de uma Vida de Luta* (2001). Miguel Urbano Rodrigues, *O Tempo e o Espaço em que Vivi* (2003).

Álvaro Cunhal, para além das obras de ficção com um cunho autobiográfico, reflectiu, em alguns dos textos que produziu, a sua própria vivência. Mas, infelizmente, não escreveu memórias propriamente ditas.

Existe ainda uma literatura de memórias sobre o PCP que não tem como objectivo sublinhar o heroísmo do Partido e dos seus militantes, mas justamente o contrário. É a que foi produzida por antigos elementos que, ou o abandonaram voluntariamente ou dele foram expulsos. Sentir a necessidade de escrever memórias em tais circunstâncias pode ter motivações várias: explicar uma mudança de rumo que é legítima, como todas as mudanças conscientemente assumidas, saldar contas que ficaram pendentes, pagar um favor... Como exemplos de obras escritas por uma questão de ajuste de contas parecem-nos evidentes os livros de Francisco Ferreira, «*O Chico da CUF*». Veja-se, como exemplo *26 Anos na União Soviética. Notas do Exílio* (1976). Edmundo Pedro, que foi o mais jovem preso a ser deportado para o Tarrafal, escreveu *45 Anos de Luta pela Democracia Sindical. Reflexões de um Militante*, publicado em 1979. O escasso interesse desse livro foi colmatado pela publicação, em 2007, de *Memórias. Um Combate pela Liberdade*. O livro de Cândida Ventura – antigo membro do Comité Central do PCP e seu representante na *Revista Internacional – O Socialismo que eu vivi. Testemunho de uma ex-dirigente do PCP* (1984), aborda preferencialmente a questão checa e o esmagamento da «Primavera de Praga», acontecimentos que a autora testemunhou. Já o livro de Silva Marques *Relatos da Clandestinidade – o PCP visto por dentro*, publicado 1976, apresenta um grande interesse. O autor, que foi funcionário clandestino do Partido, descreve com minúcia a vida clandestina, a actividade na Beira, no Porto, a ida para a URSS, a participação no VI Congresso em Kiev, as divergências com o PCP e a sua saída. Outro livro com algumas informações valiosas é o de Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora*, publicado em 1988. Constituído em grande parte por textos anteriormente surgidos na imprensa, apenas são autobiográficos os incluídos na primeira parte intitulada «*Recordações do PCP na Clandestinidade*». Rui Perdigão, que foi militante do Partido entre 1945 e 1968, desempenhou funções de responsabilidade no apoio ao Secretariado do

Comité Central desde 1951. Entre as revelações interessantes que faz neste livro destacam-se as relacionadas com a sua entrada para o Partido, a fuga de Peniche e o funcionamento da Rádio Portugal Livre em Bucareste. Ainda em 1972 foi publicado em França *Le Portugal Baillonné. Un Témoignage*, de Mário Soares – que foi na juventude militante do PCP – com edição portuguesa de 1974 – *Portugal Amordaçado*. Tem um óbvio interesse autobiográfico e é um livro indispensável para a história da oposição desde os anos quarenta – *MUD, MUD Juvenil, MUNAF, campanhas eleitorais* – e do movimento socialista posterior à extinção do velho Partido Socialista, nomeadamente da Acção Socialista Portuguesa, de que sairá em 1973 o actual Partido Socialista Português. Edmundo Pedro publicou recentemente um depoimento de grande interesse, *Memórias. Um Combate pela Liberdade* (2007). Pedro Goulart, com o livro *Resistência* (2002), aborda a sua militância inicial no PCP.

Finalmente, Lino Santos Coelho, antigo operário de Sacavém e militante do PCP desde os anos trinta, escreveu *Memórias de um Rebelde. Testemunhos do Terror Fascista* (1981), obra marcada pela aproximação do autor a agrupamentos de extrema-esquerda críticos em relação ao seu antigo partido.

Diversos intelectuais ligados ao Partido deixaram testemunhos na primeira pessoa.

José Jorge Letria, um dos nomes marcantes do chamado «canto livre», publicou *Uma Noite fez-se Abril* (1999), onde evoca a redacção do diário *República*, à qual pertenceu, e a forma como ali se viveram os dias que antecederam o movimento. Garcez da Silva, ao historiar o grupo neo-realista de Vila Franca, acaba, afinal, por descrever episódios dos quais também foi actor. A experiência prisional foi objecto de alguns livros ou capítulos de livros de intelectuais, como foi o caso do arquitecto Carlos Eugénio de Almeida e de Fernando Miguel Bernardes. Alguns foram presos em vésperas do 25 de Abril de 1974, e libertados ou imediatamente antes ou depois daquela data, deixando testemunhos vivos e dramáticos, como sucedeu com José Manuel Tengarrinha, Orlando Gonçalves e António Modesto Navarro. Manuel Barbosa, para além da autobiografia friccionada *Memória das Ilhas Desafortunadas* (1981), em que o protagonista, André, é o próprio autor, escreveu *Luta pela Democracia nos Açores* (1978), onde relata a sua participação na oposição democrática açoriana.

Alexandre Babo, autor de uma *Autobiografia* dada à estampa em 1957, publicou em 1993 *Recordações de um Caminheiro*. Colega de Álvaro Cunhal na Faculdade de Direito, por aquelas páginas passam as evocações da luta polí-

tica na Academia de Lisboa, com o Socorro Vermelho Internacional, o Bloco Académico Antifascista, os contactos clandestinos, a iniciação na maçonaria. Depois, as Edições Sirius, de que foi um dos fundadores em 1941, o MUD, o MUNAF, as campanhas eleitorais. Mas Alexandre Babo não hesita em classificar Paiva Couceiro de «um português digno» e de se referir a Marcelo Caetano, seu antigo professor, com consideração: «Após o 25 de Abril, foi a debandada dos seus antigos companheiros e amigos, todos o negando, receosos de que a lembrança do passado lhes prejudicasse as futuras digestões (...). Talvez eu, neste momento, seja o único a lembrar o seu lado bom e humano. Porque ninguém me dá nada e ninguém me tira nada por dizer a verdade e o que sinto» (Babo, 1984, p.154). Do mesmo modo, ele que foi um dos responsáveis pelas Edições Sirius, divulgadoras da moderna literatura russa e onde foi publicado *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, evoca com saudade o seu convívio com homens da presença, entre os quais José Régio, que prefaciou a sua primeira obra, a peça *Há uma Luz que se apaga* (1951).

Armindo Rodrigues também foi um militante comunista dedicado e apaixonado. Essa paixão, essa ligação profunda transparece, com frequência, nas páginas do seu livro póstumo *Um Poeta Recorda-se. Memórias de uma Vida* (1998). Para quem conheceu o autor, o livro não é uma surpresa. É completamente previsível, um reflexo fiel do que ele foi. Intransigente, inflexível para com os que traíram, tiveram dúvidas ou simplesmente não tomaram posição, Armindo Rodrigues sobressai com o verdadeiro herói, sempre firme, corajoso, coerente até ao fim. A obra não obedece a um critério cronológico, nem sequer se socorreu de outras fontes para esclarecer imprecisões: «A memória é caprichosa, não por força rectilínea. Anda para trás e para adiante, demorando-se aqui, saltando acolá, associando noutra passo factos ou pessoas que não tiveram que ver uns com os outros, e desse modo me deixarei ir a seu reboque» (Rodrigues, 1998, p.18). São inúmeras as referências aos movimentos de oposição ao Estado Novo desde os anos trinta, em especial o PCP e o MUD, a actividade dos intelectuais, o reflexo da situação internacional na política interna. Apesar de algumas «liberdades poéticas», não deixa de ser um livro de leitura obrigatória.

Outras obras autobiográficas são as de Alexandre Castanheira (2003), Margarida Tengarrinha (2004), Orlando Neves (2004), José Augusto Seabra (2004), Luís Francisco Rebelo (2004), Zita Seabra (2007).

Como se vê, abundam os depoimentos pessoais de autores que estiveram de algum modo ligados ao PCP. Constituem, nas suas diversas formulações e

motivações, contributos valiosos que o historiador não pode ignorar. Se, como é frequente afirmar-se, a literatura de memórias é uma literatura de auto-justificação, as memórias políticas ocupam o lugar cimeiro nesse campo...

## Bibliografia

- BABO, Alexandre (1984), *Recordações de um Caminheiro*, Fundão, *Jornal do Fundão*.
- MIGUEL, Francisco (1977), *Uma Vida na Revolução*, Porto, *A Opinião*.
- RICARDO, José [Lino Lima] (1991) *Romanceiro do Povo Miúdo. Memórias e Confissões*, Lisboa, Edições Avante! Col. Resistência.
- ROCHA, Pedro (1991), *Escrito com Paixão*, Lisboa, Editorial Caminho.
- RODRIGUES, Armindo (1998) *Um Poeta Recorda-se. Memórias de uma Vida*, Lisboa, Cosmos.
- SERRA, Jaime (1999), *As Explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante!, Col. Resistência.



# O CASO DE JOSÉ RÉGIO – MOTIVOS DA IDENTIDADE: TRADIÇÃO E ORIGINALIDADE

Paula Morão\*

O registo da memória exprime-se na literatura em géneros autobiográficos – memórias, diários, autobiografias, epistolários, estando também presente em textos de poesia ou outros, como o auto-retrato ou as colecções de aforismos. Sobretudo nos casos de autores polígrafos, os géneros e subgéneros da literatura do *eu* apresentam fronteiras difíceis de estabelecer não só com as respectivas obras poéticas, de ficção, de teatro, etc., mas também com a historiografia, com a reflexão filosófica e com as artes plásticas. Do ponto de vista crítico, não podem deixar de se problematizar os contornos impuros destes géneros, contaminados por uma tradição muito antiga, com linhas de rumo muito diversas e textos muito marcantes (basta lembrar as *Confissões* de Santo Agostinho, os *Pensamentos para mim próprio* de Marco Aurélio, os *Ensaio*s de Montaigne ou *As confissões* de Jean-Jacques Rousseau), interessados na auto-análise, no escrutínio da vida e da consciência do sujeito, na relação consigo mesmo e com o mundo. Nesta ocasião lembrarei apenas algumas direcções deste tipo de textos, especialmente relevantes para o estudo do caso de José Régio: a prática da auto-análise e o exame de consciência com regras precisas, os exercícios espirituais e a meditação, a melancolia (codificada no século XVII, mas muito anterior) e a glosa da *vanitas*, o registo do tempo (nas entradas sincopadas de um diário, como na ordenação e na selecção dos eventos narrados na autobiografia ou nas memórias). Na senda da busca identitária, com frequência se encontra a afirmação do indivíduo pelo nome, questão especialmente relevante quando nos referimos ao nome de autor, diferente do registo civil ou forjado a partir dele. No caso português, a composição do nome civil obedece, pelo menos na modernidade e em regra geral,

---

\* Faculdade de Letras de Lisboa – Centro de Estudos Comparatistas

a uma estrutura socialmente fixada: um ou mais nomes próprios, um ou mais patronímicos por via materna e outros tantos por via paterna.

Sirva de exemplo o caso de José Maria dos Reis Pereira, que assina as suas obras literárias com o pseudónimo José Régio (Vila do Conde, 17 Setembro 1901 – 23 Dezembro 1969). Ora, se o nome autoral é uma marca de individualidade e de pertença, sendo uma escolha do próprio, não podemos deixar de notar no pseudónimo do autor de *A Velha Casa* a simbologia do par que escolheu para o seu rosto público, coincidindo o nome próprio com o José do registo de nascimento, e sendo Régio um adjectivo nominalizado, expressando a condição superior, ‘régia’ e narcísica, daquele que assim ficará conhecido dos leitores seus contemporâneos e vindouros. É com pseudónimo que assina os ensaios ou textos de crítica, o mesmo fazendo na obra literária e nos volumes autobiográficos que aqui nos trazem. A obra de José Régio que cabe nos géneros autobiográficos dificilmente se pode isolar de outros livros seus, já que a questionação da identidade é transversal ao que publicou: motivos como a máscara e o duplo, figuras bíblicas como Jacob e o Anjo, o Diabo ou Lúcifer, Job, a figura de Cristo e outras<sup>1</sup>, coexistem com personagens dos mitos clássicos como Narciso e Ícaro, ou outras como o par rei – bobo, herdado de certo Romantismo. Os arquétipos assim configurados inscrevem Régio na encruzilhada das matrizes culturais de que vêm tais personagens – tais *personae*, melhor dizendo, ao mesmo tempo articulando a sua obra com questões axiais do Modernismo.

Se é legítimo pensar na *presença*, de que José Régio foi fundador e mentor, como contraposição aos de *Orpheu* (como fez Eduardo Lourenço no célebre ensaio de 1960<sup>2</sup>), tal deve ser visto em contexto, destacando a consciência da herança e da pertença a uma linhagem, clara e manifesta nos da geração de *presença*. Na obra regiana, sirva de ilustração disso a peça “Mário ou eu próprio – o outro – Episódio tragicómico em um acto” (*Três peças em um acto – Teatro*; as peças têm os títulos seguintes: “Três máscaras – Fantasia dramática”, “O meu caso – Farsa em um acto” e “Mário ou eu próprio – o outro – Episódio tragicómico em um acto”. Régio, José, 2005<sup>2</sup>), dedicada “À memória do grande Poeta que inspirou

<sup>1</sup> Para perceber a importância das figuras bíblicas e dos mitos clássicos, basta ter em conta títulos como *Jacob e o anjo ou a história do rei e do bobo escrita em seis diálogos aumentados de cenários, dum monólogo do rei e dum epílogo* (in Régio, José (2005) [1953]). Na obra poética, volumes como *Poemas de Deus e do Diabo* (1926), *As encruzilhadas de Deus* (1936), *Mas Deus é grande* (1945), *A chaga do lado* (1954) e *Filho do Homem* (1961), e, dentro deles, os títulos de muitos poemas para confirmar a onnipresença de tais raízes. Régio, José (2001).

<sup>2</sup> Lourenço, Eduardo, 1960. Mais tarde recolhido em Lourenço, Eduardo (2003) [1974]. Veja-se ainda “Sobre Régio”, dois ensaios que importam ao propósito deste artigo in Lourenço, Eduardo (1994), pp. 136-149.

este episódio”, referência a Mário de Sá-Carneiro. Este texto dramático põe em cena um combate simbólico entre “Mário”, “o outro” e “gente de circo” (usando o motivo do *clown*, tão caro aos modernistas), desdobrando a questão identitária, a máscara, o duplo e a visão da vida como um combate entre um *eu* e as faces conflituosas de si – entre outras, o grotesco do *clown* e o sublime do “Anjo”, personagens que se reconhecem em muitos outros textos do autor, e também na obra plástica, que tantas vezes complementa a edição dos seus livros. O texto teatral dá lugar ao confronto de vozes que as personagens incarnam, num processo dialético em que diversas faces convergem para a busca da identidade do *eu* que, afinal, nelas se representa, tomando como personagem Mário de Sá-Carneiro, autor de textos em que os mesmos problemas se formulam incessantemente, e excelente exemplo da sobreimpressão de vida e obra (Sá-Carneiro, Mário, 2010), espelho quebrado uma da outra.

Na obra poética de Régio a questionação da identidade encontra lugar privilegiado: veja-se por exemplo o sintomático título de 1929 *Biografia – Sonetos* (Régio, José, 2001);<sup>3</sup> desde logo impressionante pelo uso de uma forma de larga tradição e muito codificada como é o soneto para fazer a biografia do sujeito, contada como a história do *eu*. O primeiro texto, “Conto” (p. 113), integra a história pessoal na genealogia simbólica de modelo bíblico, e apresenta o sujeito como um peregrino infantil, “só na estrada grande, / Grande e medonha”; o segundo soneto, “Baptismo” (p. 114), introduz uma narcísica autonomação – “A minha mãe (...) / Eu dizia. – ‘Mamã, quero ser poeta!’”, substituindo ao antropónimo a condição dolorista do poeta, destino maldito (“E eu sentia correr, como uma fonte, / A chaga que se abria no meu peito”) corroborado pelos poemas seguintes. O sujeito-Jacob defronta-se com o “Anjo” e com “Lúcifer” (p. 116), remete-se ao início do mundo que coincide com o *seu* mundo (“Génesis”, p. 115) e assume as máscaras de “Narciso” (p. 118), “Cristo” (p. 143) e “Filho do Homem” (p. 144), volvendo-se “Legião” (p. 186) de si mesmo, desmultiplicado e incerto perante o rosto enigmático d’ “A esfinge” (p. 162)<sup>4</sup>. A isto não são alheios motivos que Régio herda, sabendo disso, de Antero, de Pessanha, de Sá-Carneiro, poetas fundamentais no entendimento literário da identidade entre o final do século XIX

<sup>3</sup> 1ª edição, Coimbra, *Presença*, 1929; 2ª, muito refundida, aumentada e com prefácio, Coimbra, Arménio Amado, 1939. À 3ª ed., 1952, foram acrescentados novos sonetos e ilustrações de Júlio; a 4ª, 1956, acrescenta dois poemas. Sigo a edição de 2001.

<sup>4</sup> Estou a citar títulos de sonetos de *Biografia*.

e as primeiras décadas de novecentos. Saliente-se por exemplo a sobreposição de fontes que se cruza no soneto “Génese” (p. 115):

Sozinho, à margem do caminho, um verme.  
 Passam, repassam bandos pela estrada.  
 E alguns vão vê-lo... ou antes: vêm ver-me,  
 Com um dó que dói como uma chicotada!

Passam, repassam bandos pela estrada...  
 Levantam pó que desce a envolver-me.  
 E outros, para animarem a jornada,  
 Jogam à bola com minh'alma inerme.

Passam. E à margem do caminho, triste,  
 Respiro o pó que inda no ar persiste...  
 Cai das estrelas o silêncio, o espanto.

Qualquer coisa de absurdo me sufoca.  
 Maior do que eu, sobe-me a alma à boca.  
 Falta-me o ar, incho de angústia... – E canto.

O título imediatamente convoca o livro de abertura do Antigo Testamento, e os versos glosam motivos emblemáticos da melancolia, aos quais se soma a solidão de modelo anterior e simbolista, cruzada com a figura de um Cristo sofredor e os motivos da *vanitas* e da *tristitia* – o verme e a “alma inerme” (ambos ecoando a *Clepsydra* de Pessanha<sup>5</sup>), a que se junta a caminhada nocturna, sem descanso e de destino ignoto. Mas é deste perfil angustioso que nasce “Qualquer coisa” sem nome e “maior do que eu” – o canto pelo qual se dá o nascimento de um Orfeu a emergir do sofrimento, do enigma, do “espanto”. A biografia é pois a do poeta que assume a primeira pessoa, ao mesmo tempo vestindo o burel do peregrino eremita e a armadura do cavaleiro de armas brancas, ao mesmo tempo buscando-se a si mesmo e disso se desligando, para, no lugar altivo de Narciso, tudo dominar pela arquitectura do livro em que se narra, fazendo-se outro de si. A vertente elegíaca acaba por se sobrepor à pulsão vital, impondo à construção do poliedro translúcido do sujeito a luz negra de Saturno: mostram-no os sonetos finais de *Biografia*, sintomaticamente intitulados “Testamento do poeta”, “O poeta morto”, “Epitáfio do poeta”; mas o livro encerra com nova curva

<sup>5</sup> Pessanha, Camilo, 1995 [1920].

ascendente, em “Imortalidade” e “Segue no próximo número” (p. 191-192). À vista de quem lê e sobretudo dentro de quem escreve, o combate escatológico prossegue, sem tréguas e sem descanso.

Régio tentou distanciar-se do que de mais íntimo há na busca identitária, que o põe ao espelho como um ser eminentemente dilacerado; uma das formas de o fazer é teorizar, diluindo o seu drama pessoal na reflexão sobre o Homem. *Confissão dum homem religioso* (póstumo, 1971) é prova eloquente disto, desde o título se manifestando a dupla face da questão: de um lado está o propósito confessional, com eco no teor autobiográfico de muitas páginas, informadas pelo problema da crença religiosa; de outro lado está o “homem”, a condição humana que limita mas engloba o indivíduo, subsumindo-o na reflexão sobre o sujeito moderno. O capítulo VIII – “Os Graus do *Eu*” (Régio, José, 2001, pp. 201-220) é especialmente eloquente quanto à objectividade pretendida, estabelecendo uma gradação tripartida entre “o eu particular”, o eu “pessoal”, o eu “universal ou transcendente”. Sigamos o texto em dois passos que demonstram o que se afirma:

Capitalmente nos meus livros de adolescência e mocidade – se tornaram evidentes e relevantes o subjectivismo, o egocentrismo e o confessionalismo. (...) qual o valor artístico (e poderia perguntar-se qual o valor humano) de tal pendor ou posição? Qualquer ensaio de resposta nos mergulhará no problema dos graus do eu (p. 203).

Eis as três coisas a notar:

- Falando de mim, e porventura com excessiva complacência, a tal egocentrismo subjazia a intuição de que falava de *um homem*, – pouco importava que fosse eu (...). Ao exprimir-se, o artista exprime os seus semelhantes.
- Talvez algum desses sentimentos, sensações, intuições, ideias a que procurava linguagem – aparentemente ficassem fechados aos outros. (...) O artista pode então ir tocar na sua [das coisas] zona sombria, provocá-las, trazê-las à superfície da consciência clara ou a regiões ainda penumbrosas todavia já não fechadas, coisas que sem o saberem os homens têm em si. O seu papel será então de revelação. O seu subjectivismo vai num sentido de objectividade. Sempre há mais mundos.
- Na medida em que me encafuasse num particularismo excessivo – num *eu* pouco generalizável e pouco susceptível de qualquer ultrapassagem – me desgostava eu próprio da minha pequenez e a verberava por vezes sarcasticamente (p. 204).

O que mais interessa ao nosso propósito é, além da dialéctica entre o *eu* e “*um homem*”, o deslizar entre o indivíduo e o “artista”, articulando de modo novo o “subjectivismo” e a “objectividade”: a condição de artista opera a passagem entre o mundo das “sensações, intuições, ideias” e a sua reificação objectivada pela palavra fixada nos textos. O instrumento para tal mergulho na “zona sombria” ou nas “regiões (...) penumbrosas” do indivíduo é nada mais nada menos que a “linguagem”, matéria trabalhada para atingir a “revelação” – a epifania do *eu* profundo é, pois, de ordem literária e opera-se pelo agenciamento das palavras no texto. O terceiro ponto desta formulação regressa, no entanto, ao *topos* do narcisismo deceptivo, ao desgosto com a sua “pequenez” e à superação dela por um *super ego* que a verbera “sarcasticamente”.

Os motivos da identidade, associados à fixação do *eu*, estão disseminados em toda a obra regiana; mas o livro em que porventura melhor se detalham essas questões é o volume póstumo *Páginas do Diário Íntimo* (Régio, José, 2000, com prefácio de Eugénio Lisboa)<sup>6</sup> Como informa na nota prévia o organizador, José Alberto Reis Pereira<sup>7</sup>, esta edição foi composta a partir de um total de 824 páginas em cadernos e em folhas soltas, sendo os registos datados entre 1923 e 1966. Régio raramente nomeia modelos que conheça, mas é difícil não inscrever o seu *Diário* numa linhagem, de que conhecerá pelo menos alguns nomes: das obras íntimas de Stendhal (Stendhal, 1982) a Amiel<sup>8</sup>, de Manuel Laranjeira<sup>9</sup> a Irene Lisboa<sup>10</sup> (de quem foi amigo), a que se podem acrescentar António Nobre<sup>11</sup>,

<sup>6</sup> O prefácio de Eugénio Lisboa encontra-se, com muitos outros ensaios indispensáveis deste autor sobre o poeta de *Biografia* em Lisboa, Eugénio (2010).

<sup>7</sup> “O manuscrito é constituído por três volumes, que o autor referencia como volumes do *Diário – 1946 a 1951* (285 páginas), *1952 a 1957* (272 páginas) e *1957 a 1963* (125 páginas) – num total de 682 páginas, e três outros cadernos com 126 páginas e a designação genérica de *Cadernos de José Régio – 1923 a 1925* (50 páginas), *1937 a 1941* (50 páginas) e *1964 a 1966* (26 páginas) –, a que haverá que juntar um grupo de dezanove elementos soltos, tudo constituindo assim um conjunto de 824 páginas”, lê-se nas notas de José Alberto Reis Pereira a Régio, José (2000), p. 11.

<sup>8</sup> Henri-Frédéric Amiel (1821-1881) é autor de um diário com 17.000 páginas, muitas delas publicadas em vida do autor. Em Portugal foi editada uma antologia que Régio certamente conhecia: Amiel (1944).

<sup>9</sup> De Manuel Laranjeira considerem-se especialmente: *Commigo (Versos d’um solitário)* (1912) e *Diário íntimo*, (1957). Para a obra completa, uso Laranjeira (1993).

<sup>10</sup> De Irene Lisboa vejamos especialmente as seguintes obras, assinadas com o pseudónimo João Falco: *Um dia e outro dia... - Diário de uma mulher*, 1936 – cf. Lisboa, Irene (1991); Lisboa, Irene (1992) [1937].

<sup>11</sup> José Régio escreveu páginas sobre António Nobre e sobre Teixeira de Pascoas em Régio, José (1976); este ensaio é uma edição revista (1ª ed.: Inquérito, 1942) da tese de licenciatura que apresentou à Universidade de Coimbra em 1925. Consultem-se, daqueles autores, as obras a seguir indicadas: António Nobre, *Só* (2000) [1898].

Teixeira de Pascoaes<sup>12</sup> e Miguel Torga<sup>13</sup>. A matéria vária dos registos, a datação, o uso de cadernos, tudo são questões comuns a este tipo de textos; o próprio título *Páginas do Diário Íntimo* merece um comentário duplo: por um lado, por revelar logo em *Páginas* tratar-se de uma escolha do editor, que o declara na nota introdutória; por outro lado, pela designação *Diário íntimo*, também da pena de José Alberto Reis Pereira, talvez inspirado pelo paradigma francês do *journal intime* usado por exemplo na publicação da obra de Amiel, glosado em Portugal por Alberto de Serpa, que assim tituló a publicação das agendas de 1908 e 1909 de Manuel Laranjeira (*Diário Íntimo*, 1957). Observe-se ainda que os escritos regianos neste domínio são de teor muito vário, retratando sobretudo a vida de escritor; o retrato da alma, como veremos, enquadra-se na perspectiva da obra e do *eu* artista, pouco espaço restando para aspectos do quotidiano profissional e pessoal.

A tradição diarística internacional tem como temas e motivos mais comuns algumas questões, que vale a pena enumerar por abrirem portas à leitura do diário de Régio. O tempo é um dos tópicos mais comuns, não só pela disciplina (ou falta dela) imposta pela datação das entradas (uma ou mais por dia) em sucessão regular, mas também porque acarreta a verificação prática de que o tempo passa sobre o papel e sobre aquele que escreve, levado a reflectir sobre a fugacidade dos dias, sobre o envelhecimento e sobre a morte – motivos essenciais da panóplia da melancolia e da *vanitas*, seu par. A meditação sobre o tempo tem extensões relevantíssimas no universo geral do diarismo. Uma delas é a relação com o quotidiano, o insignificante, o banal, implicando a decisão sobre o registo ou o apagamento dessas pequenas coisas. Do ponto de vista do conteúdo, aqui se inscreve a dialéctica entre a pessoa pública e a vida privada do diarista, tocando os limites do segredo e mesmo do indizível; com efeito, a disciplina do diário confronta o *eu* com o espelho de si mesmo, com a linha ténue entre verdade, sinceridade e agenciamento ficcional do que se regista, mesmo quando não há intenção de publicar. No fundo, a empresa da autorepresentação situa-se entre a luz e a sombra, entre Narciso e Saturno, entre o *eu* e o outro, chame-se-lhes Jacob e o Anjo ou Deus e o Diabo (como faz José Régio): usando a expressão de Antero na carta a Storck (Quental, Antero de, 1989, “Carta nº524. A Wilhelm Storck

<sup>12</sup> Pascoaes, Teixeira de (2001) [1928].

<sup>13</sup> O diário de Miguel Torga, num total de dezasseis volumes, foi publicado a ritmo regular a partir de 1941 e até 1993. À data da morte de José Régio (1969), tinham já sido editados dez volumes. Uso a 2ª edição (integral) em dois volumes: Torga, Miguel (1999).

(Ponta Delgada, 14 de Maio 1887) ”, pp. 833-840), as formas autobiográficas são sempre, de um modo ou de outro, “memórias duma consciência”, registo escrito da memória do sujeito que confronta o tempo e a mortalidade, mergulhando no mais fundo de si – a “consciência”, imaterial e paradoxalmente real.

No diário de Régio, os motivos enunciados encontram-se representados de modo muito claro. Começamos pela própria problematização dos géneros literários que o autor pratica, dando atenção ao segundo fragmento do segundo registo datado de “(Portalegre), 5 de Maio de 1953”:

Obras que sonho realizar:

Conclusão de *A Velha Casa* (...)

*Confissão dum Homem Religioso* (autobiografia duma consciência – autobiografia religiosa e moral; debate das minhas ideias, e sua evolução, sobre os problemas dessa ordem, como de quaisquer problemas com esses implicados; narrativa, descrição, análise, discussão, levados tão longe quanto mo permita a minha coragem ou a minha lucidez);

*A Corda Tensa*: colectânea de poemas em prosa, dividida em 3 partes: 1ª *Comigo*; 2ª *Con-nosco*; 3ª *Com Deus*; (...) (*PDI*, pp. 247-48).

Na sequência de observação sobre o diarismo em geral e sobre fontes específicas para o caso de Régio, impressiona neste passo a formulação que conjuga “confissão” e “autobiografia duma consciência” ou “religiosa e moral”, evocando logo o paralelo com Santo Agostinho e Rousseau, mas também com Antero. Acresce ainda aquele “debate das minhas ideias”, pondo em cena o combate interior que já se mencionou como característico da obra regiana, juntando-se-lhe a precisão sobre os modos textuais adequados para o fazer (“narrativa, descrição, análise”), indiciando operações mentais ou psicológicas realizadas no modo narrativo. O *eu*, entidade subjectiva, procura afastar-se de si mesmo para se volver objecto de pesquisa. Por sua vez, o projectado livro de poemas em prosa *A corda tensa* apresenta laços flagrantes com o livro de poemas de 1912 de Manuel Laranjeira (*Comigo – Versos dum solitário*), não se tratando apenas de uma coincidência de títulos mas de uma relação a nível do conteúdo, como os leitores poderão verificar confrontando a poesia do autor do *Diário íntimo* com a do poeta de *As encruzilhadas de Deus*.

A arena interior em que o sujeito se debate consigo mesmo, herdada também de Mário de Sá-Carneiro, comporta uma difícil e pouco pacífica relação entre as faces analisadas, como mostra por exemplo este passo da entrada de 22 de Julho de 1953: “Releio algumas páginas deste diário, e logo me desgosto delas. Sinto-

-me cheio de ideias e pontos de vista. Mas onde aparecem no meu Diário?” (*PDI*, p. 257). Eis-nos diante de um exemplo da glosa do pascaliano *moi haïssable*, que muitas vezes ocorre no diário publicado de Régio: entre o narcisismo e a pulsão para o abismo, assim se desenha um universo de extremos. Talvez a dureza desta luta ajude a explicar a irregularidade dos registos neste diário, com hiatos largos, como o intervalo de quase cinco anos e meio entre 29 de Março de 1941 e 22 de Outubro de 1946. A isso se associa a tematização da inutilidade destes escritos, visível em muitos passos; propositadamente se citam três entradas com datas muito distantes entre si, para mostrar que se trata de uma questão que ressurge com frequência:

*Coimbra, 14 de Março de 1924*

Há muito que não escrevo duas linhas neste caderno. Para quê? Tenho vivido e sofrido tudo o que se não pode dizer... (*PDI*, p. 45).

*Portalegre, 6 de Julho de 1949*

Forço-me a voltar a este diário, que realmente não mantenho senão por um esforço da vontade. Bem raras são as vezes que espontaneamente o procuro. Assim deixo passar muitas coisas que nele deveria registar... que nele *quereria* registar, não por natural impulso e vontade espontânea, mas por um *querer calculado e como que objectivo*. (*PDI*, p. 146; itálicos do texto)

*Portalegre, 12 de Novembro de 1957*

Não há dúvida que só pela vontade – e como quem cumpre uma espécie de obrigação – continuo a manter este diário. Nunca tenho o impulso espontâneo para o procurar! No entanto, desde que lhe pegue, escreveria longamente... Se não escrevo, é porque só à pressa nele escrevo. E em qualquer intervalo, a correr. (Sempre pela tal espécie de obrigação que me impus!) (*PDI*, p. 317).

Regressamos aqui à dialéctica entre a compulsão da escrita e os limites dela para expressar os meandros do universo interior, porventura compensada em obras de outra natureza em que Régio ia trabalhando, aí sim, desde logo visando a publicação. No caso destas páginas, as dúvidas a esse propósito pontuam as entradas, e levam a reflectir sobre a natureza da diarística, que será, como se lê no texto datado de 22 de Outubro de 1946, “informe ou disforme, desconexo, espontâneo, sei lá! Não é, ao menos pela forma, – uma obra de arte” (p. 81); é na “minha condição de artista” (id.) que se escora a resistência à prática do diário. A sua eventual imperfeição está na base da resistência à publicação destas páginas que Régio, apesar de tudo, continua a escrever, contendo-se embora

quanto à sinceridade do conteúdo; explícita em várias ocasiões estas reticências, como ilustram estes passos:

*13 de Fevereiro de 1950*

Devo fazer uma confissão penosa: A ideia de algum dia vir a publicar este diário – nunca me esquece enquanto o escrevo. Por isso nem nele chego a dizer tudo: Talvez só um bocadinho mais do que nas minhas cartas ou nos meus livros... (*PDI*, p. 160)

*(Portalegre), 22 de Abril de 1952*

Mas terei eu alguma vez coragem de publicar este diário..., mesmo nele dizendo tão pouco? Duas coisas me tolhem, se penso nisso: Uma, o remorso dos juízos que em algumas destas páginas deixo sobre pessoas que afinal me são queridas. Outra, a falta de *estilo* de quase todas estas linhas: o desalinhado da frase, as repetições, a não escolha dos termos, a precipitação ou banalidade da expressão... Decerto será preciso dar forma a tanta matéria não modelada. (*PDI*, p. 188).

A composição de uma figura de autor é um *topos* muito presente na obra regiana, apesar daquela divisão já assinalada entre a vontade de ser reconhecido e a preservação dos pensamentos mais íntimos. Em 1953 escreve sobre o desinteresse da “*imagem* que de *mim* possa oferecer ao público, à posteridade” (*PDI*, p. 245; *itálicos do texto*), e reconhece no diário um misto de “insinceridades, ou, pelo menos, semi-sinceridades” (*id.*). No entanto, reconhece também no diário algumas das funções canónicas das obras desta categoria genológica – a ordenação mental própria do livro de contas, a disciplina do exame de consciência e o estipular de regras de vida. Mostram-no as listas sem verbo conjugado como esta, datada de “29 de Fevereiro de 1948”:

Trabalhar como se trabalhasse só para mim (...). Desinteressar-me tanto quanto possível das *críticas* feitas às minhas obras, quando estiver eu criando. Só procurar satisfazer-me a mim próprio – tornando-me, porém, cada vez mais exigente: sabendo como sempre fico longe do ideal. (...)

Simplificar cada vez mais a minha vida. Renunciar de vez a tudo que nela é supérfluo ou me não é próprio. (...) Preparar-me para morrer sem remorsos e serenamente. Procurar não odiar ninguém. Retemperar-me na intimidade dos grandes Mortos. Ver como finalidade da inteligência a compreensão. (p. 120)

Ver-se ao espelho deste modo, definindo regras de vida, está paredes meias com a reflexão sobre a condição mortal, patente em outros passos destas listas, como este de “5 de Maio de 1950”: “Conformar-me com a ideia da morte mais ou menos próxima, preparando-me

para morrer serenamente.” (p. 166). Esta reflexão, datada de “5 de Maio de 1950”, faz-se “à porta dos cinquenta anos”, idade em que Stendhal escreveu *Vie de Henri Brulard*<sup>14</sup>, tempo de balanço e de exercício espiritual, antevendo a morte (cf., entre outras, entradas de 1947 – pp. 106-107, 1948 – 124-ss., 1952 – pp. 205 ss.).

Em 18 de Março de 1955, Régio refere-se expressamente ao modo como encara a morte:

Fui a Lisboa consultar o Dr. Pulido Valente. [tuberculose em final de cura] (...) Sinto-me, eu próprio, outro, – liberto daquele pesadelo da tuberculose. Mas de todo liberto? Não. Estou em parte neurastenizado (...) nunca vira a Morte de frente e perto, nem desejara tanto viver. (...). Não tinha, propriamente, medo de morrer *já*. Mas *via*, face a face, o aproximar da velhice e da morte, – como ainda o não vira. (...) Apesar de (mas como tornar isto compreensível?!) crer *em certo fundo de mim próprio* na imortalidade, e recorrer muitas vezes aos meus Mortos, e rezar a Deus, – a Morte aparecia-me como um abismar-me na escuridão, no silêncio, no nada... E não podia, não posso, suportar a ideia do desaparecer do meu *eu consciente*, da consciência de mim. (*PDI*, pp. 277-278; itálicos do texto).

A questão escatológica recobre assim a auto-análise, enquadrada pela neurastenia daquele que se debate entre os impulsos vital e abissal, entre os lados do seu duplo perfil de “*perseguidor-revelador*” (1953, p. 251). No fragmento transcrito, como em tantos outros, a consolação reside na contemplação do passado personificado nos “meus Mortos”, revertendo sobre o passado e sobre a separação do quotidiano para, em vez dele, instituir o território sagrado da rememoração das figuras espectrais – como o haviam feito Raul Brandão nas *Memórias*, tomo III – *Vale de Josafat*<sup>15</sup> ou Pascoaes, no *Livro de memórias* (cf. nota 16).

Dividido entre “um contemplativo e um batalhador; (embora um batalhador de gabinete cuja arma é a pena)” (*PDI*, “11 de Dezembro de 1952”, p. 217), o autor das muitas páginas publicadas do diário íntimo fixa no ritual da escrita o seu ser interior, entre “Silêncio”, “Solidão” e “Recolhimento” (id.). Do mesmo passo se interroga como artista narcísico e insatisfeito – como é próprio da literatura moderna: em Régio, Jacob e o Anjo defrontam-se na arena do sujeito contemporâneo, inquietando quem lê.

<sup>14</sup> Citemos a abertura desta obra: “Ah ! dans trois mois j’aurai cinquante ans; est-il bien possible ? (...) Cinquante! Je vais avoir la cinquantaine, et je chantais l’air de Grétry : *Quand on a la cinquantaine*. (...) Je devrais écrire ma vie, je saurai peut-être enfin, quand cela sera fini dans deux ou trois ans, ce que j’ai été, gai ou triste, homme d’esprit ou sot, homme de courage ou peureux, et enfin au total heureux ou malheureux (...)”. Stendhal, *Vie de Henry Brulard* [1835-1836], chapitre I, in (1982), pp. 531-533.

<sup>15</sup> 1ª ed. do volume III, 1933. Sigo a edição de José Carlos Seabra Pereira: Raul Brandão (1998-1999-2000).

## Bibliografia

- AMIEL (1944), *Diário Íntimo*, tradução de Teresa Leitão de Barros, prefácio de Gregorio Marañon, s/l, s/n.
- BRANDÃO, Raul (1998-1999-2000), *Memórias*, 3 vols, Lisboa, Relógio d'Água.
- LARANJEIRA, Manuel (1957), *Diário íntimo*, introd. e notas de Alberto de Serpa, Lisboa, Portugália Ed.
- (1993), *Obras de Manuel Laranjeira*, 2 vols., José Carlos Seabra Pereira (ed.), Porto, Edições ASA.
- LISBOA, Irene (1991), *Poesia I*, introdução de José Gomes Ferreira (1978) e prefácio de Paula Morão, Lisboa, Presença.
- (1992), *Solidão - Notas do punho de uma mulher*, prefácio de Paula Morão, Lisboa, Presença [1ª ed., 1937].
- LISBOA, Eugénio (2010), *Ler Régio*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- LOURENÇO, Eduardo (14 e 28 de Junho de 1960), “*presença* ou a contra-revolução do modernismo”, *O Comércio do Porto*, suplemento Cultura e Arte.
- (1994), *O canto do signo – Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Presença.
- (2003), *Tempo e poesia*, Lisboa, Gradiva [1ª ed., Porto, Inova, 1974].
- NOBRE, António (2000), *Só*, reprodução tipográfica da 2ª ed. -1898, pref. e ed. de Paula Morão, Porto, Caixotim [1ª ed., Paris, Léon Vanier Editeur, 1892. 2ª ed., rev. e aum.: Lisboa, Guillard, Aillaud e Cª, 1898].
- PASCOAES, Teixeira de (2001), *Livro de Memórias*, prefácio de António Cândido Franco, Lisboa, Assírio & Alvim [1ª ed., Coimbra, Livraria Atlântida, 1928].
- PESSANHA, Camilo (1995), *Clepsydra – Poemas de Camilo Pessanha*, Lisboa, Relógio d'Água [1ª ed., 1920].
- QUENTAL, Antero de (1989), *Cartas II – 1881-1891*, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Universidade dos Açores / Ed. Comunicação.
- RÉGIO, José (1976), *Pequena História da moderna literatura portuguesa*, 1976 (4ª ed), Porto, Brasília.
- (2000), *Páginas do Diário Íntimo*, edição e notas de José Alberto Reis Pereira, prefácio (“Revelação e mistério: o *Diário* de José Régio”) de Eugénio Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda – *Obra Completa de José Régio* [1ª ed., 1994, Círculo de Leitores].
- (2001<sup>1</sup>), *Poesia I e II*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- (2001<sup>2</sup>) *Poesia I*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda. Edições de *Biografia* [1ª edição, Coimbra, *presença*, 1929].
- (2001<sup>3</sup>), *Confissão dum homem religioso*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda; capítulo VIII – “Os Graus do *eu*”, pp. 201-220 [1ª ed., póstuma, 1971].
- (2005<sup>1</sup>), *Teatro I*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda [1ª ed., 1953].
- (2005<sup>2</sup>), *Teatro II*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. [1ª ed., 1957].
- SÁ-CARNEIRO, Mário de (2010), *Verso e prosa*, Fernando Cabral Martins (ed.), Lisboa, Assírio & Alvim.
- STENDHAL (1982), *Oeuvres Intimes – II*, édition établie par V. del Litto, Paris, Gallimard – Bibliothèque de la Pléiade.
- TORGA, Miguel (1999), *Diário – Vols I a VIII e IX a XVI*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

## 2. NARRATIVAS E USOS POLÍTICOS DO PASSADO



# HISTORIOGRAFIA E MITO: O CASO DE ALEXANDRE HERCULANO

Ana Isabel Buescu\*

## Alexandre Herculano, hoje

Falar de Alexandre Herculano (1810-1877) pouco tempo depois de se cumprir o 2º centenário do seu nascimento é também trazer para primeiro plano categorias e mecanismos como os da memória e do esquecimento. Referência maior da historiografia portuguesa ainda em vida, cidadão empenhado na vida pública e amante da liberdade, homem de letras, romancista, poeta e referência para várias gerações de portugueses pelo seu modo de ser e de estar, objecto de importantes trabalhos que nos deram a conhecer aspectos da sua vida, percursos e obra<sup>1</sup>, a figura de Herculano foi, imperceptivelmente, ficando envolta numa inegável obscuridade.

Evocar, a este propósito, a dimensão das comemorações ocorridas há cem anos, com os cortejos de rua reunindo milhares de pessoas e o forte significado simbólico

---

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

<sup>1</sup> Sem pretensão de exaustividade, aqui se apontam algumas dessas obras de referência (apenas livros): Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, 2 vols, Lisboa, Bertrand, 1978 (referimos esta obra ímpar sobre Herculano em primeiro lugar porque originalmente correspondeu à dissertação de doutoramento de Nemésio, apresentada em 1934); António Borges Coelho, *Alexandre Herculano*, Lisboa, Editorial Presença, 1965; Joaquim Barradas de Carvalho, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 2ª ed., corrigida e aumentada, Lisboa, Seara Nova, 1971; António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977; Joaquim Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977; João Medina, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Terra Livre, 1977; Cândido Beirante, *Herculano em Vale de Lobos*, Santarém, Ed. da Junta Distrital, 1977; Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, Lisboa, Bertrand, 1980; referência ainda para os importantes “Prefácio” de José Mattoso à edição da *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, t. I, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. VII-LII, e “Introdução” de Jorge Borges de Macedo à *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. I, Lisboa, Bertrand, 1975, pp. XI-CXXXIV, Harry Bernstein, *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's Prime Historian and Historical Novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1983, e ainda os ciclos de conferências *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo. Ciclo de Conferências*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, e *Alexandre Herculano. Ciclo de Conferências comemorativas do I Centenário da sua morte 1877-1977*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1979.

das cerimónias de homenagem no Terreiro do Paço, perante o Parlamento, bem como a romagem ao seu túmulo no Mosteiro dos Jerónimos é, pelo contraste com as acções públicas de 2010, deveras significativa e merecedora de uma reflexão.

Também por isso, visitar a figura e a obra de Alexandre Herculano no âmbito de um *Seminário sobre Historiografia, Memória e Sociedade (Séculos XIX e XX)* se reveste, a meu ver, de particular significado.

## A polémica em Herculano

Partiremos de uma reflexão breve sobre a polémica em Herculano uma vez que, por um lado, é esse o suporte e o “meio” em que se desenvolve o confronto ideológico que nos ocupará e, por outro, é consabido o “lugar” que a polémica, enquanto modelo de inserção na vida pública no século XIX, teve na estruturação do perfil e da acção de Herculano.

Na verdade, a polémica – e em muitas se envolveu – é para Alexandre Herculano o espaço em que se evidencia de forma mais clara o sentido cívico que preside à sua actuação e vivência de cidadão. Várias vezes se tem dito e escrito que, de certo modo, Herculano se perdeu nessas “guerrilhas”, como ele próprio lhes chamou, desviando-se de outros trabalhos mais importantes. Mas elas podem ser vistas, sob outra perspectiva, não como factor de dispersão, mas como momentos indissociáveis da sua imagem e do modo de encarar a sociedade, o facto público e a própria concepção de cidadania (Lopes, 1979, pp. 45-68). Borges de Macedo sublinha essa dimensão do seu perfil, ao enfatizar que “para Herculano, a vida é uma luta onde o homem se esforça por se exprimir e sobreviver, não de um modo arbitrário mas guiado por regras morais que escolhe e, com toda a liberdade, segue”. Não é pois de estranhar que a sua vida seja uma tensão constante, e que “tenha formulado a maior parte das suas ideias em polémicas”. Acrescenta Borges de Macedo que Herculano se define muito *em função do outro*, “em contraste, em choque, em divergência”, tornando-se as causas ou motivações externas essenciais à fundamentação do seu “eu” e das suas posições. É, em suma, na sua “dimensão de polemista que aparece, com mais riqueza e autenticidade, a plenitude da sua complexa personalidade” (Macedo, 1980, pp. 29, 30 e 33).

Numa mesma ordem de ideias, Oliveira Martins sustenta que é como polemista que o estilo da escrita de Herculano mais se distingue, pela simultânea concisão, clareza e tensão da sua linguagem:

“Duas palavras agora acerca do escritor. Obras de três naturezas diversas nos revelam pelo estilo três fisionomias distintas. A primeira, oficial e grave, são os seus trabalhos históricos. A segunda são os seus romances e escritos humorísticos. Na terceira, finalmente, em nossa opinião a mais bela: nos escritos de polemista, a frase rotunda é quente, a agressão é viva, as palavras têm calor, e a dureza do génio lusitano acha nos sentimentos expressos em orações duras, uma convicção, uma independência que a enobrecem. Ouve-se a voz do estóico, e há uma harmonia perfeita entre o pensamento profundo, grave e forte e o estilo redondo, sóbrio e nobre” (Martins, 1979, p. 254).

Em carta ao Duque de Palmela, em Dezembro de 1868, já no seu retiro de Vale de Lobos, Herculano definia de modo singular essa capacidade de intervenção, devida não a uma acribia cultivada, mas a uma necessidade constitutiva e vital de intervir na sociedade:

“Quanto ao país, e às minhas profecias, acredite que o contrário do ditado ninguém é profeta na sua terra é que é verdade. Na nossa terra, onde temos obrigação de conhecer os homens e as coisas, é que possuímos elementos para prever o futuro” (Herculano, 1980, p. 18).

Foi através da polémica – e em várias e de vários tipos se viu envolvido ao longo da sua vida – que Herculano mais claramente mostrou a sua atenção ao tempo e a importância que para ele revestia a “circunstância” das grandes questões suas contemporâneas. É esse o sentido da “Advertencia Previa” ao primeiro volume dos *Opúsculos*, publicado em 1873, em que o historiador demonstra a consciência do “império da circunstância” em parte significativa da sua obra, assumindo-a como vivência inevitável:

“Os escriptos aqui reunidos, os quaes, na sua maior parte, foram inspirados por impressões momentaneas, perderam o interesse que lhes provinha das circunstancias que os provocaram; mas, ainda assim, podem ficar como marcos milliarios que ajudem a assignalar as luctas e o progresso das idéas em Portugal no decurso de mais de trinta annos. [...] A demasiada vivacidade, a talvez exagerada energia com que frequentemente ahi são expostas e defendidas taes e taes idéas e combatidas outras, revelam a indole impetuosa mas sincera de quem escreveu essas paginas” (*Opúsculos*, I, pp. XIII-XIV).

Uma vez que “o homem imprime necessariamente em todos os actos da vida as condições do seu ser” (Herculano, *Opúsculos* I, p. 15), porque a crença é factor estruturante do homem como indivíduo e cidadão, existe em Herculano uma particular veemência e uma entrega total na defesa dos seus pontos de vista, uma capacidade de proximidade das questões, o que lhe permite exercer a crítica, mas

uma simultânea distanciação no julgamento. Se no início da sua primeira carta a Maggessi Tavares, um dos seus antagonistas na polémica de Ourique, afirmava não ser “dos menos sujeitos a ceder às vezes aos impulsos da vivacidade” (Herculano, 1850, p. 3), é porque justamente ele tinha uma noção quase sagrada da intervenção pública como materialização do dever cívico, em que o exercício da liberdade se entrelaça com a exteriorização de uma atitude moral. O seu conceito de cidadania é totalizante porque tende para a exclusividade. Como escreveu em 1858, “Só ha uma cousa nas obras humanas que tenha em si mesmo a sua causa final; é a arte. Tudo o mais tem por objecto a sociedade ou o individuo” (Herculano, *Opúsculos* II, p. 332).

### **Alexandre Herculano em 1846: textos e contextos**

Em 1846, data que assinala o início da publicação de uma incompleta *História de Portugal*, a que se seguiriam novos volumes em 1847, 1850 e 1853, Herculano, aos 36 anos de idade, era, em termos públicos, uma figura já conhecida e prestigiada, sob o ponto de vista literário e de homem público. A publicação da *História de Portugal* e outras iniciativas importantes e pioneiras no campo da historiografia dar-lhe-iam também o estatuto de criador da historiografia científica em Portugal, mas também de polemista. Evoquemos, de forma breve e avulsa, alguns dos momentos da sua intervenção como homem de letras, intelectual e cidadão que lhe deram a visibilidade de que gozava já quando publicou o 1º volume da *História de Portugal*: a publicação, em 1837, do poema *A Voz do Profeta*, uma das suas várias tomadas de posição contra o radicalismo liberal, após a Revolução de Setembro; a sua participação na revista semanal, de orientação enciclopédica e generosos objectivos, em que coexistia a publicação de romances históricos com a divulgação de técnicas agrícolas e outros conhecimentos úteis, *O Panorama*, que surge também em 1837, da qual Herculano se tornou redactor principal; a publicação, entre 1838 e 1844, de obras como a *A Harpa do Crente* (1838), as *Cartas sobre a História de Portugal* (1842), que davam já bem conta dos caminhos da sua investigação histórica, a primeira versão do romance histórico *O Bobo*, bem como os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e Forais* (1843), *O Pároco de Aldeia* e *Eurico, o Presbítero* (1844), em que Herculano faz a experiência de um género então – como agora – em voga: o romance histórico, em que pontificavam Walter Scott e Victor Hugo, de que foi o introdutor em Portugal.

Sob o ponto de vista político, num país fracturado entre obediências antagónicas representadas por D. Pedro IV e D. Miguel, que havia de redundar em sangrenta guerra civil, Herculano, muito jovem ainda, em 1831, alistou-se nas tropas liberais e participou no cerco do Porto, com Almeida Garrett, Joaquim António de Aguiar e outras figuras gradas do liberalismo. A essa resistência da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro se deveu, em grande medida, o triunfo do ideário liberal em Portugal. Mas foi também nesta altura que Herculano fez outra experiência fundamental, sob o ponto de vista pessoal e político, mas também intelectual, comum a tantos outros que comungavam o ideário liberal – a experiência do exílio, em Inglaterra (Plymouth, Jersey), depois França. Experiência que lhe permitiu contactar de perto com a tão diversa realidade política inglesa, mas também com os grandes nomes da historiografia e do romantismo francês, como Thierry ou Victor Hugo. Como observa Luís Reis Torgal, o exílio não foi uma realidade exclusivamente nacional, por um lado, nem em Portugal aconteceu apenas no século XIX; “mas é no século XIX que a experiência do desterro ganha novos contornos em Portugal, com o combate revolucionário e ideológico entre o absolutismo e o liberalismo e, depois, com a defesa das convicções políticas liberais”. Os exilados foram alguns milhares (*História de Portugal*, p. 80), mas as experiências mais conhecidas e melhor estudadas são as literárias, sobretudo os exílios de Garrett e Herculano, “porque despertaram em Portugal a inovação cultural romântica” (*História de Portugal*, p. 78).

Em 1833, a apetência pelas letras e os livros, e o rigor de que já então dava provas, levaram-no a ser convidado para as funções de coadjutor do Director da Biblioteca Pública do Porto. Também aqui a dimensão cívica do seu modo de estar se tornou patente, pois Herculano havia de pedir a exoneração em 1836, ao ser-lhe exigido, para continuar no cargo, jurar a Constituição de 1822, quando ele era fiel à Carta Constitucional, mais conservadora, de 1826, outorgada por D. Pedro IV e não redigida e votada em cortes. Em 1837, contudo, assumiu a redacção do *Diário do Governo* e, em 1839, foi nomeado, por iniciativa de D. Fernando II, Director da Real Biblioteca da Ajuda e das Necessidades, cargo que conservou quase até ao fim da vida. Em 1844, pouco antes de publicar o 1º volume da *História de Portugal*, Herculano tornava-se sócio correspondente da Academia Real das Ciências, uma das mais prestigiadas instituições de cultura do país, em 1852 seu sócio efectivo, e em 1855 vice-presidente da Academia. E em Março de 1846, com Almeida Garrett e largas dezenas de outras destacadas figuras das letras e da vida portuguesas, fundava o Grémio Literário, em Lisboa,

do qual foi sócio nº 1 (França, 2005). Nesse mesmo ano, por impulso da acção cultural reformadora de Garrett e o apoio de D. Fernando II, era inaugurado, no Rossio, o Teatro Nacional de D. Maria II.

Portanto, ao publicar, nesse ano culturalmente marcante de 1846, o primeiro volume da *História de Portugal*, Alexandre Herculano era, indubitavelmente, uma figura pública. Perante a sua própria obra, que agora era lançada, Herculano mostrava-se consciente das implicações e dos problemas que esse ambicioso e inovador projecto poderia suscitar. A breve “Advertencia” de que fazia anteceder a obra era muito clara a tal respeito: “Não ignoro o risco da situação em que me coloquei” Herculano abdicava expressamente da sua apresentação (Herculano 1980<sup>1</sup>, p. 19) e de um mais ou menos desenvolvido resumo de intenções, para se situar num plano de enunciação de princípios, em que expunha o que entendia ser o exercício da história, manifesto ou “profissão de fé” do que procurou ensaiar na sua obra, cujas virtudes e defeitos a posteridade se encarregaria de apontar.

E contudo, a possível expectativa de Herculano perante um debate científico em torno de uma obra que se apresentava como um dado novo no âmbito da historiografia nacional gorar-se-ia de forma evidente. Com efeito, a questão que iria polarizar atenções e dar forma a uma polémica em que – embora de forma relutante – Herculano veio a empenhar-se, foi, precisamente, a questão de Ourique. Herculano remetera para a discricção de uma breve nota a apreciação da lenda. Recordemos a célebre e lacónica nota 16 da *História de Portugal*:

“Discutir todas as fábulas que se prendem à jornada de Ourique fora processo infinito. A da aparição de Cristo ao príncipe antes da batalha estriba-se em um documento tão mal forjado que o menos instruído aluno de diplomática o rejeitará como falso ao primeiro aspecto” (Herculano, 1980<sup>1</sup>, p. 658).

Ao proceder desta forma, Herculano encerrava a questão à luz da história, mas desencadeava um debate que, embora viesse a ter outros enfoques e motivos, apresentava como emblema o milagre e a tradição fundadora. Tanto no conjunto dos textos que constituem a sua intervenção na polémica, em 1850 e 1851, como mais tarde, em 1876, nas palavras com que faz anteceder a sua publicação nos *Opúsculos*, o historiador deixava transparecer o desencanto pela dimensão atingida por uma questão menor, que impedira e se sobrepusera a um possível debate sobre os problemas efectivamente importantes que a sua obra levantara.

## Herculano face à polémica de Ourique. Intervenção e leitura

Não pretendemos descrever aqui os passos principais desta controvérsia, cujo estudo detalhado efectuámos em trabalho já publicado (Buescu, 1987). Interessa-nos, sim, compreender a atitude e posicionamento de Herculano perante a questão pública que se levantou, mas também procurar vê-la de um ponto de vista que não é só o do grande historiador, mas o dos seus adversários, que foi tradicionalmente deixado na sombra; ou seja, procuraremos sublinhar a insólita recorrência de uma representação colectiva das origens que, por motivos de vária ordem, alcançava ainda uma particular ressonância no século XIX. Na realidade, o que emerge como significativo, em termos de uma apreciação global, é a existência, em pleno século XIX, de duas “verdades” possíveis face ao aparelho lendário de Ourique, ou seja, a *possibilidade conceptual* de uma efectiva polémica sobre a historicidade e a validade da tradição da aparição de Cristo a Afonso Henriques nos alvares da nacionalidade. Se a polémica cedo revestiu contornos marcadamente ideológicos, o seu ponto de partida incontestável – e que até ao fim não deixou de integrá-la – foi a questão da tradição fundadora e, por parte dos seus defensores, a necessidade de a conservar, mesmo independentemente da historicidade do facto – em virtude do que consideravam ser a sua utilidade social – contra a crítica “dissolvente” de Herculano.

É evidente que, no conjunto dos textos dos opositores de Herculano nesta controvérsia, que podemos balizar entre os anos de 1846 e 1857, existem interferências de problemas concorrentes, em que avulta o violento antagonismo entre o historiador e parte do clero. A sua intervenção na polémica atingiria um empenhamento pessoal indiscutível, mas decorrente de parâmetros que, na sua origem, pouco tinham a ver com o problema primitivo do milagre. Na realidade, ela polarizou-se essencialmente naquilo que o historiador considerava ser a denúncia do avanço reaccionário em Portugal que utilizava como “bandeira”, circunstancialmente, a questão do milagre de Ourique. Este diagnóstico, de que nunca abdicou, foi a razão que o levou a intervir e constituiu o fio condutor da sua intervenção pública. A questão de Ourique será pois, para Herculano, acima de tudo a questão do clero. A denúncia, por vezes violenta e incisiva – dimensão tornada emblemática pelo seu primeiro opúsculo publicado em 1850, o famoso *Eu e o Clero* – de uma situação que, ultrapassando a esfera da história, se inscrevia no movimento de recuperação reaccionária que nos anos cinquenta pontificava na Europa situa-se, em Herculano, ao nível da obrigação moral e

cívica, como de resto sucede na generalidade dos seus escritos polémicos e de circunstância.

Observarmos a cronologia da intervenção de Herculano, com um silêncio que se prolonga de 1846, data da publicação da obra e do aparecimento do primeiro opúsculo, o de António Lúcio Magessi Tavares, até à sua primeira e desafiante intervenção – *Eu e o Clero*, publicado em 1850, é perceber que Herculano, inegavelmente, quis “deixar cair” a questão. E isto por dois principais motivos: a irrelevância que, do seu ponto de vista, o assunto revestia, mas também o respeito pela liberdade de imprensa, como chegou a escrever. Mas com a publicação de *Eu e o Clero*, a questão passou a escândalo público e cristalizaria aquela que seria a leitura e a interpretação que Herculano fez da polémica: se à luz da história o milagre não tinha sustentação, as razões para o ataque de que fora alvo eram outras.

Desta forma, a questão de Ourique será para Herculano, acima de tudo a questão do clero – leitura que se tornou dominante, em particular com a historiografia republicana, que acabou por recolher a carga e a vibração anti-clerical e anti-jesuíta da intervenção de Herculano – de um Herculano, não esqueçamos, educado pelos oratorianos do Pe. António Pereira de Figueiredo, inimigos e concorrentes dos Jesuítas desde Pombal. Joel Serrão defende, aliás nesta linha, a longínqua mas directa filiação do anticlericalismo da 1ª República em Alexandre Herculano. Esta imagem viu-se ainda reforçada ainda com a publicação, entre 1854 e 1859, dos três volumes da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* obra que, segundo as próprias palavras de Herculano, tinha uma clara intenção política – e até panfletária – como assumia, em 1863, no “Prefácio” da terceira edição da *História de Portugal*.

E no entanto – algo que tem sido, por vezes, “rasurado” porque parece chocar com a imagem do Herculano ferozmente anti-clerical, mas não anti-religioso, realidades bem diferentes e por vezes erroneamente assimiladas (Buescu, 1985) –, no âmago do seu pensamento esteve sempre a aliança entre a *religião e a liberdade*, sonho tão caro a Herculano e a certo pensamento romântico e liberal, patente em tantas intervenções e tantos dos seus escritos, como as *Cenas de um ano da minha vida*, *Os Egressos*, *As Freiras do Lorvão*, *A Voz do Profeta*, *O Clero Português*, onde escrevia “ai dos que abominam a Cruz, porque a cruz é eterna!”, opúsculo que ele próprio acabaria por retirar de circulação, tornando-o raríssimo (Buescu, 1987, p. 103). Neste último escrito, Herculano resumia a sua avaliação relativamente ao clero, ao defender que “era necessária uma reforma e não uma

aniquilação” (Herculano, 1841, p. 11). Aliás, esta íntima relação expressa-se quer na crítica ao catolicismo tridentino, cujo carácter absolutista Herculano verberava, quer à vertente anti-religiosa do liberalismo, em particular o Setembrismo, que ignorava esse laço para ele indissolúvel.

A sua intervenção nesta polémica é composta por um conjunto de cinco textos publicados sob a forma de opúsculos, entre Junho de 1850 e Março de 1851, precisamente no período em que o debate atingiu maior intensidade. São eles:

- 1 – *Eu e o Clero. Carta ao Emmo. Cardeal-Patriarcha*, de 30 de Junho de 1850;
- 2 – *Considerações pacíficas sobre o opusculo ‘Eu e o Clero’. Carta ao redactor do periódico ‘A Nação’*, de 25 de Julho;
- 3 – *Cartas ao muito reverendo em Christo Padre Francisco Recreio. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Bibliothecario da mesma Academia, Auctor do Elogio Necrologico, da Justa desaffronta em defesa, e de varias obras ineditas. Por um moribundo*, de 8 de Outubro;
- 4 – *Solemnia Verba. Cartas ao Senhor A. L. Maggesi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*, de 20 de Outubro e de 6 de Novembro;
- 5 – *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica. Carta ao redactor da Semana*, de 5 de Março de 1851.

Como facto público que foi, a polémica encontrou também larga projecção na imprensa da época, particularmente no ano de 1850, em que o historiador iniciou a sua intervenção. Desde o jornal legitimista *A Nação*, *A Revolução de Setembro*, ou *O Patriota*, muitos foram os periódicos que nas suas colunas se fizeram eco da questão. Verificou-se mesmo o caso da publicação de textos da polémica em alguns periódicos antes da sua saída em folheto, como as *Cartas* de Luís Augusto Rebello da Silva, publicadas n’*A Revolução de Setembro*, ou do texto de Herculano *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*, publicada no jornal *A Semana*.

A sua atitude perante a contestação que ia evoluindo nos terrenos da imprensa tem de ser historicamente contextualizada num horizonte largo, sob pena de não se entender cabalmente a mudança de atitude de Herculano. E o contexto próximo foi sem dúvida, o da Revolução de 1848, as consequências e as inflexões políticas e ideológicas que se lhe seguiram, quer na Europa quer em Portugal. Para Herculano, nos anos cinquenta do século de Oitocentos, passado que fora o ímpeto revolucionário de 1848, o grande desafio que a sociedade liberal enfrentava era, do seu ponto de vista, a reacção religiosa que, sob diversas formas e expressões, crescia na Europa, ameaçando a religião e a liberdade. Em Portugal, Costa Cabral regres-

sava ao poder, exercendo, embora atenuadamente, um poder repressivo, de que a “Lei das Rolhas”, limitando a liberdade de expressão, foi expressão emblemática, e contra a qual Herculano interveio prontamente. Em 1851 iniciava-se o movimento da Regeneração, liderado por Saldanha movimento que, como nota António José Saraiva, nascia já sob o signo da contra-revolução, após o “terror vermelho” que 1848 representara na Europa (Saraiva, 1977, p. 23, Bonifácio, 2002, 2009). Este gerara uma reacção generalizada com repercussões também em Portugal, de que Herculano dava conta no *Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino ao Partido Liberal Português*, a propósito da introdução em Portugal das irmãs de caridade francesas (Buescu, 1987, pp. 99-100).

É neste contexto que temos de compreender Herculano e a sua actuação perante a polémica que se levantara em 1846, perante a qual, então, ele permanecera em silêncio. Mas não agora, quando se iniciava a década de cinquenta, no momento em que se encontrava já profundamente envolvido num outro projecto – a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Do seu ponto de vista cabia-lhe, como historiador, a missão de trazer à luz “os documentos incontestáveis de crimes que pareciam escondidos para sempre debaixo das lousas” (Herculano, 1851, p. 7), explicando, à luz do exemplo do passado, os perigos do presente com o intuito de prevenir o futuro: assim nascia a sua história sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal, monumento histórico, documental e panfletário que trazia para primeiro plano, a uma luz nunca vista, os meandros que levaram à instalação em Portugal do tribunal da fé em 1536. Esta, pensamos, a causa imediata e o contexto que “obrigaram” Herculano, embora de forma relutante, a entrar numa polémica cujo enfoque central era a historicidade do milagre de Ourique.

Em 1851, no opúsculo *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*, dirigido a José Diogo da Fonseca Pereira, Herculano refere-se à virulência do ataque do clero, em cuja impreparação e fanatismo o autor julgava encontrar a explicação para o problema que se levantou, e que mais não vinha do que confirmar a sua “crença na atrophia moral e intellectual da maioria do nosso clero” (Herculano, 1851, p. 4). Mas a questão ultrapassava largamente as fronteiras de uma controvérsia nacional para, a seus olhos, se erigir como sintoma da reacção ultramontana na Europa, cuja vaga de fundo era necessário travar. Para Herculano, o grande desafio que a sociedade liberal e o catolicismo enfrentavam na época era sem dúvida, o da reacção religiosa: “Trata-se hoje de saber se a Europa catholica se ha de infeudar de novo às corrupções da curia romana com o seu

cortejo de jesuítas de todos os formatos, de todas as idades e de todas as mascaras; com os seus titeres inquisitoriaes, com os seus Torquemadas em miniatura” (Herculano, 1851, p. 5).

Em 1876, na breve introdução que precede o primeiro Tomo das “Controvérsias e Estudos Historicos” (Vol. III dos *Opúsculos*), em que reuniu os seus textos sobre a questão de Ourique, Herculano referia-se-lhe em termos que resumem a avaliação feita daquela já distante controvérsia:

“Contem este volume diversos escriptos sobre duas questões historicas. A primeira, que se refere às tradições fabulosas acerca da batalha de Ourique, quasi que não tem valor algum à luz da sciencia. Expôr semelhantes tradições era, por assim dizer, refutá-las, e perante a historia tal refutação seria de sobra” (Herculano, *Opúsculos*, III, p. V).

A sua explicação era tão incisiva em 1876 como o fora no momento do debate: “Se a religião era extranha ao assumpto, ou antes ganhava na supressão de uma pia fraude, perdia com isso a maioria do sacerdocio, atarefada, hoje mais que nunca, em tecer a rede de suppostos milagres em que parece querer amortallar o catholicismo” (Herculano, *Opúsculos*, III, p. VI). Mais de vinte anos passados sobre a célebre contenda, Herculano mantinha o primitivo diagnóstico que fizera sobre as razões que a ela presidiram, agora confirmadas, a seus olhos, pelo próprio caminho que o catolicismo parecia seguir após a instituição do dogma da Imaculada Conceição (1854), a Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*, e as resoluções do Vaticano I, em que pontificava a infalibilidade papal.

Polémica, por essência, anacrónica? Foi-o de facto para Herculano, não naquilo que, a seus olhos, ela teve de essencial – como sintoma da reacção ultramontana e do que considerava o fanatismo clerical, facto moderno, permanente, actuante – mas no que envolvia, em termos de significado, a sua formulação primitiva – o milagre de Ourique. A este facto fica a dever-se, aliás, certa ambiguidade da sua posição, permanentemente dividida entre a tentação de “deixar cair” uma discussão a seus olhos irrelevante, e a premência obrigatória e inadiável da intervenção cívica. Polémica histórica e cientificamente estéril, como sempre a considerou, foi pela denúncia e pelo ascendente da componente anticlerical que Herculano veio a dar-lhe memória no contexto da sua obra, consagrando os textos da sua intervenção nos *Opúsculos*. Com excepção das *Cartas ao muito reverendo em Christo Padre Francisco Recreio...*, inserido nas *Cartas*, Tomo I, todos os restantes textos seriam reunidos em 1876 por Herculano nos *Opúsculos*, Tomo III, I de “Controvérsias e Estudos Históricos”.

## Ourique e a representação das origens: os “*Sete Sellos*” da “*arca Santa do Paiz*”

Como já tivemos ocasião de escrever, a leitura de Herculano não esgota a totalidade das implicações desta polémica. A maior perplexidade reside, justamente, na impossibilidade de circunscrevê-la na sua totalidade à “hipocrisia” e à feição reaccionária com que Herculano julgava caracterizá-la em bloco. A polémica de Ourique não é, como tradicionalmente foi vista, na senda de Herculano e como refração da sua leitura, apenas a questão do clero: ela vem também demonstrar que em meados do século XIX a tradição fundadora, longe de se apresentar meramente como pretexto de controvérsia, correspondia ainda a uma representação das origens, sem dúvida fortemente ideologizada e apropriada por círculos políticos bem determinados, por vezes integrada num discurso político retórico, mas ainda operatória. Lembremos, por exemplo, a frase escolhida para epígrafe pelo jornal legitimista *A Nação*, quando iniciou a sua publicação, recolhida nas Cortes de Lamego, e a insistência em filiar a sua legitimidade nos campos de

Ourique a 15 de Setembro de 1847. A filiação em Ourique e nas Cortes de Lamego, tomada como bandeira ideológica, é flagrante nos primeiros números, que constituem a apresentação do jornal e do seu posicionamento no espectro da imprensa, nomeadamente os n.ºs 1, 3, 4 e 6. E não deixa de ser significativo que, mesmo por parte de Herculano, para quem a polémica se definia pela vertente da questão religiosa, Ourique como questão histórica viesse a ser objecto, paradoxalmente, do texto porventura mais marcante, em termos doutrinários, da sua intervenção: os *Solemnia Verba*, que dirige a Maggesi Tavares em 1850.

Na verdade, para os adversários de Herculano, Ourique continuava a representar, na sua dupla vertente de batalha grandiosa e da aparição de Cristo, como



Biblioteca Nacional de Portugal, Fernão Lopes,  
*Crónica de D. João I*, 1644.

acentua Maggessi Tavares, “a pedra angular em que repouzão os cimentos da Monarchia”. E acrescenta:

“Muito era para desejar que a aparição do Campo d’Ourique, no começo quasi sobrenatural da Monarchia, fosse para nós o livro fechado a sete sellos, de que nos falla o Apocalypse, e não quizera que por forma alguma tentassem abri-lo, he a arca Santa do Paiz, tocar-lhe he mancha-la, porque objectos ha [...] que devem ficar alem da critica dos homens mais instruidos” (Tavares, 1846, p. 9).

A atitude do historiador, remetendo para nota da *História de Portugal* a “pia fraude” da intervenção divina antes da batalha e reduzindo a sua lendária grandeza como confrontação militar, era afinal para os seus opositores um acto de *iconoclastia*, destruindo uma para eles incontestada e multissecular imagem das origens, uma *interpretação comum do passado*, a que a passagem dos séculos, a sua apropriação pela retórica política da monarquia e a sua incorporação no discurso cronístico e historiográfico viera conferir foros de verdade histórica e uma inegável *funcionalidade social*.

Esta questão está bem patente no opúsculo anónimo, publicado em 1850, mas que se sabe ser da autoria do então jovem Camilo Castelo Branco, *O Clero e o Sr. Alexandre Herculano*. Sem crispações e com alguma ironia, Camilo punha, por assim dizer, “o dedo na ferida”. Para Camilo, Ourique e o seu poder taumátúrgico não eram mais do que uma pia tradição perante a qual, no entanto, a sua posição entrava em conflito com a posição estritamente científica de Herculano. Considerando a expressão de Herculano, que no *Eu e o Clero* taxara o “milagre absurdo e inútil do aparecimento do Cristo”, Camilo afirmava que absurdo, ele era talvez, porque historicamente infundado, mas não inútil, porque era funcional, “querido do povo, sempre apaixonado pelo maravilhoso”, pertencendo à sua “herança de crenças” e, em suma, entrando no paradigma dos grandes mitos das nações, como o da “passagem do mar vermelho” ou “a voz do Eterno no alto do Sinai”.

A crença em Ourique significava o conhecimento que o povo, na generalidade, tinha da história pátria, e por isso, concluía, não deveria tocar-se numa convicção amada e que era, afinal, inofensiva: “Afonso Henriques, prostrado em face de Cristo, recebendo alento do Céu para o desbarate de cinco reis mouros – é tudo o que o povo contava de história de oito séculos”.

Não faremos aqui a minuciosa e por vezes complexa história textual que, ao longo dos séculos, foi edificando o episódio fundador, num coerente discurso que

incorpora na narrativa das origens o aparecimento de Cristo e a vitória sobre os mouros, o “juramento” do primeiro rei, as cortes de Lamego, numa “constelação mítica” relativa à monarquia portuguesa que, em gestação desde o século XV (Cintra; 1957, Nascimento, 1978) cristalizada no século XVI em torno do episódio fundador e sacralizador de Ourique (Buescu, 1991, 1993, 1997), culminaria no século XVII, antes da Restauração de 1640 e depois dela, como demonstram os trabalhos de João Francisco Marques, na utopia, messiânica e profética, do Quinto Império (Marques, 1986, 1989, 2007; Buescu, 1993<sup>1</sup>; Thomaz e Alves, 1991). Segundo esta, caberia à Nação Portuguesa, escolhida por Deus nos campos de Ourique para espalhar universalmente a fé cristã, como testemunhara Afonso Henriques no seu “Juramento”, erguer um império cristão onde para sempre a paz e a concórdia reinariam. Depois dos outros quatro grandes impérios que o mundo conheceu, o Quinto Império, cristão e beatífico, seria português.

No século XVIII encontramos, é certo, a posição crítica de um Luís António Verney, que no *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746, em que o autor, a propósito das obras de carácter profético e messiânico do Pe. António

Vieira, põe em causa a veracidade da aparição e a pertinência da tradição de Ourique (Verney, 1746, pp. 206-208), assim como casos, embora raros, em que é possível entrever as reservas que o episódio suscitava, para lá da sua legitimação oficial. Por exemplo, a *Verdade das historias por questões problemáticas* (BGUC, cod. 345, fols. 157-159) da autoria de Luís Nunes Tinoco, contador do Tribunal dos Contos do Reino, obra manuscrita de 1701 de carácter sincrético que inventaria e discorre sobre mais de cem questões objecto de controvérsia entre vários autores, inclui entre elas a aparição de Cristo a Afonso Henriques.

Apesar disso, a tradição mantinha uma apreciável importância ideológica e uma vitalidade talvez surpreendentes.



Biblioteca Nacional de Portugal, EA 2A, *Series Regum et Principum*, nº 40.

A *Relaçam verdadeira da apariçam de Christo Senhor Nosso, no Campo de Ourique, ao Santo Rey Dom Affonso Henriques, e da Batalha, em que venceu cinco Reis, e quatrocentos mil Mouros*, publicada em 1753, de Dionísio Teixeira de Aguiar, familiar do Santo Ofício, é a este respeito significativa. A *Relaçam verdadeira...* sintetizava, por um lado, os elementos essenciais da já secular tradição de Ourique e, por outro, reflectia os parâmetros da sua aceitação no século XVIII. Das três licenças que autorizavam a sua publicação, duas – a do Santo Ofício e a do Ordinário – incidiam, naturalmente, no facto de a *Relaçam* não conter “coisa alguma contra a Fé, ou bons costumes”. A terceira licença, do Paço, justificava a aprovação no facto de o conteúdo da obra corresponder à celebração de “[...] hum dos pontos mais certos e infalliveis da nossa Historia”. Este parecer era da autoria de Filipe José da Gama, membro da Academia Real da História, dos Arcades de Roma e de várias sociedades literárias existentes no país, o que nos parece significativo, bem como o facto de emitir o parecer na sua qualidade de censor régio.

O caso da *Relaçam...* ilustra, aliás, o espaço que a elite erudita setecentista, através de alguns dos seus maiores nomes, concedeu ao milagre de Ourique na constituição da memória nacional. Apontem-se, como exemplo, os casos de Barbosa Machado na sua monumental *Bibliotheca Lusitana* (1741), de António Caetano de Sousa no *Agiologio Lusitano* (1744) e, mais significativo ainda, na *Historia Genealogica*, em cujo Tomo I (1735), no capítulo dedicado a Afonso Henriques, se veicula todo o aparelho lendário de Ourique figurando o texto do “juramento” nas respectivas *Provas* (1739) (*Provas*, 1946, pp. 7-9), do próprio Frei Manuel do Cenáculo nos *Cuidados Literários* (Cenáculo, 1791, pp. 361-401); atribuída à sua autoria existe ainda uma obra constituída por uma pequena introdução de exaltação de Ourique e por sete estampas (Cenáculo, 1813) ou ainda Tomás Caetano de Bem nas *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares...*(Bem, 1792, p. 167).

“Razão” teria mais tarde o Pe. Francisco Recreio, o mais violento adversário de Herculano quando, carreando “testemunhos” em favor da veracidade da aparição para poder fundamentá-la historicamente, invocava com particular ênfase o século XVIII que, como dizia, com uma acentuada “tendencia para desmornar o edificio das velhas crenças historicas”, não abatera, contudo, a tradição de Ourique... (Recreio, 1854, p. 39)

Uma tradição que deixara também, com alguma abundância, a partir do século XVI e sobretudo no contexto da Restauração, mas prolongando-se até ao

próprio século XIX, documentos iconográficos de maior ou menor relevo, como é o caso de uma tela monumental pintada em Roma por Domingos Sequeira entre 1788 e 1795, descoberta já no século XX e hoje guardada, por acasos vários do destino, num castelo da Normandia<sup>2</sup>.

Expressão singular, de certo ponto de vista expressão máxima na articulação entre o político e o sagrado e a sua expressão pública reveste a dimensão iconográfica de todo o episódio fundador, nas suas diferentes etapas narrativas, na igreja matriz de Castro Verde, distrito de Beja, onde, no lugar de S. Pedro das Cabeças, segundo a tradição, se terá desenrolado a batalha. Monumental templo seiscentista do padroado da Ordem de Santiago, todo o interior da igreja se encontra revestido de grandes painéis de azulejos que representam e historiam os momentos mais relevantes do episódio fundador. O tecto abobadado, em madeira pintada, ostenta com absoluta centralidade o episódio do aparecimento de Cristo a Afonso Henriques. A própria heráldica municipal de Castro Verde incorpora a representação do milagre, a par das armas nacionais.

O empenhamento indiscutível da erudição setecentista em sustentar o “monumento” de Ourique deve ser visto em articulação com a importância que a Igreja e o próprio poder político continuaram a conferir ao processo de canonização de Afonso Henriques, iniciado no reinado de D. João III, processo em que, no reinado de D. João V, e ainda no de D. José, D. João de Santa Maria de Jesus, cónego regular de Santa Cruz de Coimbra, assumiu notoriedade na sistematização de materiais tendentes a fundamentar um pedido (1752; Brochado, pp. 307-337) a que era dado um cunho público e nacional. Em edital público, não datado, publicado provavelmente em 1747, por ocasião da instrução do processo no reinado de D. João V, encimado por uma água-forte representando a aparição de Cristo a Afonso Henriques, pedia-se que:

“[...] toda a pessoa, q tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D.Affonso, ou de culto, respeito, veneração pública, ou particular, que se lhe tribute: ou tiver, ou souber de alguns livros não impressos, ou qualquer genero de documentos, e papeis manuscritos, e ainda livros, e papeis impressos, se forem raros, q fallem do Veneravel Rey, queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade, por honra da Nação, e pela muita obrigação, q todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador, dar parte do q tiver, ou souber:

<sup>2</sup> José Augusto-França, “*O Milagre de Ourique*” de D. A. de Sequeira, Póvoa de Varzim, 1989; a tela e o seu extraordinário percurso até ao Chateau d’Eu foram objecto de uma apresentação no Grémio Literário por José Augusto França, no âmbito das *Comemorações dos 200 Anos do Nascimento de Alexandre Herculano* promovidas por aquela agremiação cultural cujo sócio nº 1 foi Herculano, em Maio de 2010.

o que cada hum poderá fazer cōmunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses, ou aos Prelados das Casas Professas, e Collegios da Companhia de Jesus, ou de Mosteiros de Conegos Regulares de Santo Agostinho; os quaes todos tem aviso, para remetterem as noticias, q se lhes derem, em ordem a se mandarem para Roma”.

Já nos finais do século, o Pe. António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, grande teórico do regalismo no tempo do marquês de Pombal, publica em 1786 os *Novos Testemunhos da milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D. Affonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo d’Ourique, e Exemplos parallelos, que nos induzão à pia crença de tão portentoso caso*, reeditado com aditamentos em 1809, numa conjuntura política bem específica (Figueiredo, reed. 1809). Discurso porventura já defensivo na sua estrutura e na sua articulação, os *Novos Testemunhos...*, da autoria de um homem de grande prestígio intelectual, seriam objecto de ampla divulgação, e a sua importância na fundamentação da veracidade da aparição culminaria, aliás, no lugar de relevo que assumem na polémica oitocentista sobre o milagre (Buescu, 1987, pp. 83-90). Podemos, portanto, entender porque é que os adversários de Herculano invocavam a autoridade da tradição, de uma tradição que lhes fora legada por uma transmissão multissecular, incorporada na representação da própria edificação e continuidade da monarquia. A tradição chegava, pois, praticamente “incólume” ao século XIX; neste contexto, é possível entender, em toda a sua carga significativa, os conteúdos do opúsculo que, em 1846, inaugurou a polémica: *Demonstração historica e documentada da aparição de Christo nos campos de Ourique, contra a opinião do Snr. Alexandre Herculano*, da autoria de António Lúcio Maggesi Tavares.

Voltando ao “corpo” da polémica, é evidente que as estratégias adoptadas pelos seus antagonistas diferem de caso para caso: da afirmação honesta e sincera de uma crença profundamente vivida, como é o caso de Maggesi Tavares ou de Fonseca Pereira, a quem não por acaso Herculano sempre tratou com urbanidade, ao discurso prolixo e verrinoso do Pe. Francisco Recreio, admirador confesso do Pe. Agostinho de Macedo, existe uma divergência iniludível na própria concepção da polémica, dos seus enfoques e dos limites em que ela se encerra. Mas o elemento aglutinador subsiste: a aparição de Cristo a Afonso Henriques constitui a pedra angular da monarquia portuguesa. E, mais do que isso, representa a explicitação modelar da intervenção divina no destino dos homens, o reconhecimento de um vínculo inexorável entre Deus e a história. Para eles, de facto,

Ourique continua a ser – com base numa tradição que todos eles se empenham em demonstrar ser constante e contínua – o emblema da identidade da nação, identidade derivada do “pacto feito entre o Rei coevo da Monarquia, e o Rei dos Reis” (Tavares, 1846, p. 2).

A procura de uma análise crítica do passado, se é imprescindível ao estabelecimento da veracidade histórica, implica frequentemente a destruição de um passado até aí eficaz, porque “utilizável” como instrumento ideológico. No caso da tradição de Ourique é patente a validade da interpretação de Moses Finley, que enfatiza a tensão por vezes insolúvel entre a história e a funcionalidade social de um passado cuja única “veracidade” reside na sua incorporação no discurso ideológico. Afirma Finley que a reflexão crítica pode destruir uma *interpretação comum* do passado e, nesse sentido, os laços sociais que cimentavam uma identificação comum com um passado que passa a ser *inutilizável* (Finley, 1981, p. 249). Era justamente esta interpretação comum do passado que Herculano vinha destituir de sentido.

No monumental *Portugal Antigo e Moderno* por exemplo, obra enciclopédica em doze volumes publicada entre 1873 e 1890, o artigo dedicado a Ourique (Leal, 1875, pp. 3341-49) continuava a contemplar a tradição do milagre, de forma aliás significativa. A sua estrutura, em que é simultaneamente visível uma postura defensiva e o esforço da imparcialidade, apresenta os argumentos contra e a favor da historicidade do milagre, mas termina com uma vibrante “profissão de fé” do autor na veracidade e validade da tradição fundadora:

“Expuz as opiniões pró e contra a batalha d’Ourique, e o milagre da visão ou aparição. Cada qual siga a que mais lhe agrada – só direi [em tipo maior] : Podem os sabios escrever livros, contra estes dois factos – tentem provar, muito embora que são embusteiros – o povo portuguez sempre fallará d’elles com orgulho; sempre terá por verdadeira e importantissima, a Batalha de Ourique – e por incontestavel a Apparição de Jesus Christo a D. Affonso Henriques”.

Exemplo cronologicamente anterior, mas não menos sugestivo, encontramos nas palavras que antecedem um pequeno conto de Francisco Duarte de Almeida e Araújo intitulado *A Batalha do Campo de Ourique*, publicado em 1854, na coleção “Livrinhos de ouro”, dirigida por António Feliciano de Castilho, ele próprio com uma posição de certo modo ambígua, mas discreta, perante o milagre. Trata-se de um breve conto de estrutura romanesca, em que o confronto de Ourique surge essencialmente como cenário de um infeliz romance entre Fátima,

jovem moura, e Sancho, “filho de um lidador do bravo Conde D. Henrique”. Nas páginas que o antecedem, em que o autor sustenta a necessidade em manter viva a crença em Ourique, é detectável a ressonância da polémica:

“Penetrar as eras remotas da antiguidade, para rasgar-lhe com temerária mão os expessos véos que nol-as occultam agora às nosas vistas será talvez de genios; mas acatar as tradições, explicadas nas sagradas quinas da bandeira de Affonso Henriques, é dobrar o joelho ante a piedade dos nossos passados, avivar a fé que arrostou peitos portuguezes e temerarias empresas, é dar, como um santo relevo, ao symbolo que mil vezes nos tem conduzido à victoria” (Araújo, 1854, p. 7).

Não se tratando de um texto que tenha directamente a ver com a polémica, os seus conteúdos revelam a identidade de conceitos com todos aqueles que então se manifestavam contra Herculano: a defesa da tradição contínua e constante de Ourique, a um tempo sinónimo de patriotismo e fé, traduz uma concepção particular da pátria e da história – em suma, de um passado que, potenciando o futuro, nele se projecta, o explica e o promete. Crer em Ourique é, pois, manter “a esperança na infallibilidade das promessas da profecia que nos deu patria” (Araújo, 1854, p. 10). É justamente essa função ideológica, mas também afectiva, de legitimação de uma nacionalidade aparentemente “inexplicável”, que pode fazer compreender que, em pleno século XIX e mesmo para além dele, o mito fundador da nacionalidade tenha feito parte de um aparelho conceptual e ideológico dificilmente alienável.

É a este respeito significativo recordar o reacender da polémica em torno do episódio de Ourique nos anos vinte do século passado, questão que envolveu figuras como David Lopes, António Cabreira, o general Vitoriano José César, Tomás de Vilhena e Alfredo Pimenta, entre outros. Pela feição de síntese que apresenta, poderemos destacar o livro de António Cabreira, *O milagre de Ourique e as Cortes de Lamego*, Lisboa, 1925, obra cujo texto tem como ponto de partida uma comunicação apresentada a 11 de Junho de 1925 à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa com o título de “Probabilidade histórica do Milagre de Ourique e das Cortes de Lamego”.

E uma análise dos livros de leitura e manuais até aos anos 60 do século XX é também reveladora, para além de uma geral mitificação dos heróis, da permanência e do uso ideológico do “mito das origens” consubstanciado no episódio fundador de Ourique (Matos, 1990).

## Bibliografia

- ARAÚJO, Francisco Duarte de Almeida e (1854), *A Batalha do Campo de Ourique*, Lisboa
- BEM, D. Tomás Caetano de (1792), *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal e suas conquistas, na India Oriental*, T. I, Lisboa
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2002), *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral (1847-1851)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2009), *Uma História de Violência Política. Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, Tribuna da História
- BROCHADO, I.F. da Costa (1958), “Tentativas de canonização de El-Rei D.Afonso Henriques”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 3ª série, VIII, Lisboa, pp. 307-337
- BUESCU, Ana Isabel (1985), “Crença, religião e história: reflexões sobre o anti-clericalismo de Alexandre Herculano”, *Revista de História Económica e Social*, nº15, pp. 71-81.
- BUESCU, Ana Isabel (1987), *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC.
- BUESCU, Ana Isabel (1991), “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in *A Memória da Nação*, Colóquio do GES, org. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (1987), Lisboa, Sá da Costa, pp. 49-69;
- BUESCU, Ana Isabel (1993), “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino”, in *Portugal: Mitos Revisitados. Da Fundação à Modernidade*, coord. Yvette K. Centeno, Lisboa, Edições Salamandra, pp. 11-50.
- BUESCU, Ana Isabel (1993 a), “ ‘Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal – da legitimidade de D. João IV”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nºs 9/10, *Actas do Encontro sobre A Restauração e a sua Época*, pp. 169-188
- BUESCU, Ana Isabel (1997), “*A profecia que nos deu patria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)*”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua Época* (Guimarães, Outubro de 1996), vol. III, *D. Afonso Henriques na História e na Arte*, Guimarães, Câmara Municipal e Universidade do Minho, pp. 195-211.
- CENÁCULO, Frei Manuel do (1791), *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em graça do seu Bispado*, Lisboa
- CENÁCULO, Frei Manuel do (1813), *Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades*, Lisboa
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1957), “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXIII, 3ª série, nº 1, pp. 168-215.
- FIGUEIREDO, António Pereira de (1809), *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Affonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo de Ourique, publicada em 1786 por seu author o erudito P.Antonio Pereira de Figueiredo, Agora novamente accrescentada com o auto do juramento do mesmo rei em Latim e Portuguez, e com varias anotações e authoridades, que devem persuadir, e convencer a todos os fieis portuguezes da verdade de hum facto tão portentozo. Offerecida à Nação Portugueza por*

- hum dos seus mais verdadeiros Patriotas, para os animar e esforçar nas presentes circunstancias da guerra contra os inimigos da Religião e do Throno*; Lisboa, Impressão Régia
- FINLEY, Moses (1981), “La constitution des ancêtres”, in *Mythe, mémoire, histoire*, Paris, Flammarion
- FRANÇA, José-Augusto (2005), *O Grémio Literário e a sua História*, Lisboa, Livros Horizonte
- HERCULANO, Alexandre (1841), *O Clero Portuguez*, Lisboa, Typographia do Constitucional
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, I, 5ª ed., s/d; II, 1ª ed., 1873; III, 3ª ed.
- HERCULANO, Alexandre (1850), *Solemnia Verba. Cartas ao Senhor A .L. Maggesi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*, Lisboa, Imprensa Nacional
- HERCULANO, Alexandre (1851), *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica. Carta ao redactor da Semana*, Lisboa, Imprensa Nacional
- HERCULANO, Alexandre (1980), *Cartas de Vale de Lobos ao 3º Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos*, prefácio e notas de Vitorino Nemésio, vol. I, Lisboa, Bertrand.
- HERCULANO, Alexandre (1980 a), *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo I, prefácio e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Bertrand
- História de Portugal* (1993) dir. José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho (1875), *Portugal Antigo e Moderno. Dictionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, vol. VI, Lisboa
- LOPES, Óscar (1979), “Reflexões sobre Herculano como polemista”, in *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências comemorativas do I Centenário da sua morte. 1877-1977*, Porto, pp. 45-68
- MACEDO, Jorge Borges de (1980), *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, Lisboa, Bertrand
- MARQUES, João Francisco (1986), *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, 2 vols., Porto, INIC
- MARQUES, João Francisco (1989), *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, Pref. de Jean Delumeau, 2 vols., Porto, INIC
- MARQUES, João Francisco (2007), *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Organização, Introdução e Notas de João Francisco Marques, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi
- MATOS, Sérgio Campos (1990) *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História nos cursos dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1979), *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Guimarães Editores
- NASCIMENTO, Aires Augusto (1978), “O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4ª série, nº 2, pp. 365-374
- Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, (1946), col. Por António Caetano de Sousa, Tomo I, Coimbra
- RECREIO, P. Francisco, (1854), *A Batalha de Ourique e a Historia de Portugal de A. Herculano. Contraposição critico-historica*, Parte I, Lisboa

- SANTA MARIA DE JESUS, D. João de (1752) – *Fama Posthuma do Gloriosissimo Senhor Rey D.Affonso Henriques, primeiro Monarcha do Imperio Lusitano, com a noticia do estado da sua Canonização*
- SANTA MARIA DE JESUS, D. João de (1752), *Quesitos sobre as acções do Senhor Rey D.Affonso Henriques em ordem à sua canonização*
- SARAIVA, António (1977), *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand
- TAVARES, António Lúcio Maggesi (1846), *Demonstração historica e documentada da aparição de Christo nos campos de Ourique, contra a opinião do Snr. Alexandre Herculano*, Lisboa, Imprensa Lusitana
- THOMAZ, Luís Filipe e Alves, Jorge Santos, (1991), “Da Cruzada ao Quinto Império”, in *A Memória da Nação*, Colóquio do GES, org. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (1987), Lisboa, Sá da Costa, pp. 81-165
- VERNEY, Luís António (1746), *Verdadeiro Método de Estudar*, T. I, Valença

# MONÁRQUICOS E REPUBLICANOS E AS NARRATIVAS DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO OCASO DO SÉCULO XIX

Ana Maria Pina\*

Este texto pretende confrontar duas narrativas das revoluções liberais (1820 e 1834): a de Luz Soriano (1802-1891) e a de José de Arriaga (1848-1921). Estes dois historiadores integram duas gerações completamente diferentes. Soriano nasceu em 1802, em Lisboa, em pleno absolutismo e Arriaga nasceu em 1848, nas vésperas da Regeneração, na ilha do Faial. Separam-nos cerca de 50 anos, correspondendo à primeira metade do século XIX, um período de radicais transformações na sociedade portuguesa.

## Os homens

Luz Soriano assistiu, ainda criança, às invasões francesas. Alguns anos depois, foi surpreendido por um momento decisivo da história oitocentista: a guerra civil, na qual vem a participar, integrando assim essa primeira geração liberal que teve de pegar em armas para se livrar de D. Miguel. Herculano seguiu o caminho do exílio em 1831, depois do falhanço da sublevação liberal de 21 de Agosto desse ano, em Lisboa. Soriano, oito anos mais velho, inicia-se na resistência ao regime miguelista mais cedo. Em 1827-1827, tem então 26 anos e frequenta a Universidade de Coimbra, alista-se como voluntário do corpo académico, participando na revolta anti-miguelista do Porto, em Maio de 1828. Derrotada esta, fará parte do grupo de algumas centenas de homens, entre soldados e estudantes, que percorre a via-sacra da Galiza-Plymouth-Terceira- Mindelo-cerco do Porto. São cerca de 6 anos de entrega a um projecto político com uma elevada

---

\* Instituto Universitário de Lisboa CEHC/ISCTE

componente de idealismo, habitual em empreendimentos que enfrentam grande resistência social, política e militar. Não é impunemente que um indivíduo abdica de viver uma vida normal para se dedicar a um ideal político. Só alguns optam por fazê-lo. Implica crença, empenhamento e coragem física. Soriano chegou a pedir para ser destacado para a Serra do Pilar, o local mais perigoso de defesa da cidade, embora tenha passado os últimos meses da guerra civil a fazer trabalho de secretaria. Sintetizando: Soriano, como Herculano, como, certamente, grande parte dos seus companheiros, acreditaram que a guerra civil valia a pena para mudar Portugal. A mudança deu-se e foi grande. Mas, naturalmente, não correspondeu às expectativas, embora distintas, dos seus protagonistas. A mudança ficou aquém ou além dessas expectativas e muitos sentiram-se profundamente desiludidos, decepcionados e traídos. Soriano foi um desses.

José de Arriaga nasce em 1848, ano particularmente auspicioso para os sonhos revolucionários europeus. Em Portugal, a primeira geração republicana lança um novo grito de guerra. Assim como Soriano aderira aos ideais de liberdade do seu tempo, também Arriaga vai ser conquistado pelos novos ideais, juntamente com seu irmão Manuel, ao chegarem a Coimbra em 1861. José de Arriaga tem 13 anos e, ao longo da adolescência, tem oportunidade de acompanhar a actividade cívica, cultural e política de seu irmão Manuel, oito anos mais velho. É um tempo novo. “O velho liberalismo passa de moda”, afirma Herculano em 1867. Era verdade, tinha passado de moda, já não empolgava ninguém. A nova “religião” política, que entusiasma a juventude, chama-se República. Na Coimbra dos anos 60, a comunidade estudantil descobre novas preocupações culturais e políticas que estarão na base de manifestações com forte impacto na opinião pública, como o protesto dos estudantes, organizados em sociedade secreta (a Sociedade do Raio), na sala dos Capelos, contra a autoridade do reitor (1862) ou a famosa “Questão Coimbrã” (1865). Para além disso, o clubismo republicano mobiliza muitos estudantes: Antero de Quental, José Falcão, Emídio Garcia, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, entre outros (Catroga, 1991, vol. I, p. 25). É neste ambiente que José de Arriaga vive a sua adolescência e juventude, sob a tutela do irmão mais velho.

Em síntese, os episódios decisivos na formação de cada um, foram, no caso de Soriano, a guerra civil, e, no caso de Arriaga, a Universidade. Todavia, outros aspectos os separam: a origem social, a actividade profissional e a ideologia política. Em relação à origem social, Soriano nasceu no seio de uma família humilde, foi abandonado pelo pai quando tinha dois anos e cresceu amparado por um tio

religioso que o meteu na Casa Pia com 9 anos. Graças a esse e outros apoios, consegue ingressar, em 1825, na Universidade de Coimbra. Ao contrário de Soriano, Arriaga nasceu numa família aristocrática que lhe proporcionou uma vida desafogada e um tipo de educação próprio do seu meio social. A actividade e experiência profissional também foram muito diferentes. Soriano, em Dezembro de 1832, em plena guerra civil, é requisitado, para o ministério da marinha de D. Pedro, dirigido por Bernardo Sá Nogueira. Terminada a guerra, vai manter-se no ministério até 1837. Neste ano, regressa a Coimbra para se formar em Medicina, aproveitando o disposto na carta de lei de 20 de Outubro de 1834, segundo a qual se permitia aos estudantes da Universidade, que tivessem emigrado, concluírem a sua formatura a expensas do estado. Termina o curso em 1842, com 40 anos. Em 1843, regressa à secretaria da marinha, sendo nomeado chefe de repartição de Angola. Com a Regeneração, Soriano pede a demissão. Entre 1853 e 1854, será deputado por aquela colónia. Em 1856, é nomeado chefe da repartição de Moçambique. Em 1858, alcança o posto de chefe de secção da marinha. Em 1865, Sá da Bandeira nomeia-o, por decreto, vogal extraordinário do conselho ultramarino, como prémio dos serviços prestados, ao longo da sua vida profissional, no campo da política ultramarina. Foram dele algumas decisões importantes, como a extensão a sul (Moçamedes) e a norte (Ambriz) do domínio português em Angola, contrariando as ambições inglesas. Em 1867, obtém a reforma com 65 anos. Apesar de já ter livros publicados, é a partir daqui que passa a dedicar-se intensamente à narrativa histórica, escrevendo milhares de páginas, entre as quais, a sua obra mais emblemática – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (1866-1890). José de Arriaga, por seu lado, acabada a Universidade, segue a carreira de conservador do registo predial, sendo sucessivamente colocado em Armamar, Resende, Benavente, Moura e, por fim, Reguengos, localidade onde não chegou a tomar posse, acabando por ser exonerado. Após a implantação da República, é colocado na Biblioteca Nacional, onde se mantém algum tempo, até que, “atacado por grande neurastenia”, emigra para o Brasil, “onde passou grandes privações”, nas palavras da entrada que lhe é dedicada na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ainda, segundo a mesma fonte, regressou a Portugal, em data indeterminada, tendo-se instalado no Recolhimento das Merceeiras, onde se encontrava um outro irmão, Miguel. Morre em 1921. As suas obras mais importantes – *História da Revolução Portuguesa de 1820* e *História da Revolução de Setembro* – são escritas, a primeira, em 1886-1887, e a segunda, em 1892.

Quanto à ideologia política, Soriano é um liberal conservador que olha para o regime liberal, as transformações operadas na sociedade portuguesa de oitocentos e os seus políticos, com muita severidade. O liberalismo do escritor é um ideário que preza o passado e a tradição acima de quaisquer considerações sobre a mudança social e política. Admite as reformas mas muito ponderadas, de forma a que “não sejam piores do que o existente”, e desconfia da liberdade sem a vigilância de um poder forte (Soriano, 1858, p. 12). Com Arriaga, estamos nos antípodas desta filosofia política. Republicano, a sua confiança no futuro da pátria é ilimitada e o ódio ao passado absolutista, visceral (apesar do apreço pelo anti-jesuítismo e progressismo de Pombal). A liberdade, para Arriaga, não corre o risco de ser excessiva, o risco reside em alguns poderem apropriar-se dela. O escritor acredita no poder purificador da República, permitindo a constituição de uma sociedade rejuvenescida e livre da opressão do passado.

### **As narrativas**

A narrativa que cada um deles tece das revoluções liberais é, muito distinta. Para Soriano, 1820 constituiu uma experiência nociva para o país. O historiador admite que a revolução fora um imperativo face a uma regência de governadores despóticos e a um exército controlado por oficiais ingleses. Era necessário fazer regressar o rei e acabar com aqueles abusos. A revolução, contudo, ultrapassou largamente estes objectivos e lançou-se, através da nova assembleia eleita, a demolir as instituições do passado e a instaurar uma “pura e extemporânea democracia” (Soriano, 1866-90, vol. XII, p. 3). Soriano não gosta dos parlamentares de 1820, como não gosta da nova sociabilidade política emergente dos *clubs* lisboetas que apelavam à participação popular (Soriano, 1866-90, vol. XI, p. 592). Nascido “nas obscuras fileiras do povo”, o escritor despreza essa camada social e enjeita as teorias que defendem a “igualdade natural” face à realidade de um povo sempre pronto para se rebelar, comportamento que ele atribui às suas inatas insuficiências morais e intelectuais. Portanto, a revolução de 1820 falhou ao deixar cair o poder na rua ao mesmo tempo que impulsionava o colapso das instituições em vigor. Vencido o miguelismo, e ainda antes, logo em 1832, no governo da Terceira, os legisladores prosseguiram a mesma sanha “niveladora” do vintismo, completando a destruição da velha ordem e rompendo “a solidariedade entre as antigas e as modernas sociedades” (Soriano, 1858, p. 20). A dirigi-los estava

D. Pedro, um príncipe que agia ao sabor dos impulsos, sem a ponderação nas atitudes e gestos que um monarca deve cultivar. Sendo a aversão pelo “povo”, aliada à crença na “desigualdade natural”, um aspecto essencial na narrativa de Soriano, existem dois outros tópicos igualmente importantes: o amor da tradição e a apologia do governo forte das elites. Enquanto, em Herculano, nos deparamos com uma tradição legítima (Idade Média) e outra ilegítima (absolutismo), em Soriano, o passado é visto como um bloco, cuja construção, ao longo de séculos, se confunde com a própria identidade de Portugal. O caminho de destruição seguido pela revolução liberal foi uma afronta à sociedade, pois não só prejudicou os interesses das classes privilegiadas como também insultou os hábitos e costumes das populações (Soriano, 1858, p. 12). Os políticos seguiram as “teorias abstratas” quando deviam ter consultado a experiência histórica a fim de poderem efectuar “salutares melhoramentos”. Luz Soriano cumpre o figurino do liberal conservador, na linha de Burke, para o qual, os valores liberais são, apesar de tudo, preservados mas as esperanças liberais punidas. Enquanto Herculano, Garrett, José Liberato consideram o regime liberal imprescindível para libertar Portugal de séculos de abusos e antevêm nele a chave de um futuro novo, Luz Soriano não lhe reconhece essas virtudes morigeradoras. O historiador acredita que são os homens, e não os regimes, que fazem os povos felizes, por isso rejeita a esperança liberal no progresso da humanidade, a ideia acolhida pelos teóricos do iluminismo, e depois actualizada pela revolução francesa, e pelas revoluções liberais posteriores, de que o sistema liberal se destina a promover a “felicidade dos povos” através da destruição do passado, identificado com abuso e injustiça social. Soriano não se reviu em nenhuma família política do liberalismo. O setembrismo foi “uma verdadeira calamidade pública” (Soriano, 1860, p. 421), a Regeneração foi “ominosa” (Soriano, 1860, p. 430), enfim, todos os ministérios se pautaram pela “imoralidade, egoísmo, dissipação, desprezo pela lei” (Soriano, 1860, p. 545). Existe em Soriano um ressentimento evidente face ao mundo, aliado a uma incompreensão das sociedades modernas que o leva a confundir a crescente intervenção de sectores cada vez mais amplos da população, na vida política, com “desordem” e “anarquia”. Em última instância, a sua narrativa do processo liberal é modelada por uma visão pessimista da natureza humana segundo a qual as paixões ruins dominam os seres humanos, tendendo a agravar-se quanto mais baixo se desce na escala social. Daí a necessidade de preservar a governação nas mãos das elites, já que a “superioridade do talento jamais se pode encontrar nos homens do baixo povo” (Soriano, 1858, p. 8).

A narrativa de Arriaga está nos antípodas da de Soriano. O desprezo deste pela revolução e pelo povo é substituído por uma idealização total de ambos no que respeita à revolução de 1820. Esta deve, aliás, muito ao trabalho de José de Arriaga. Sem ele, permaneceria na sombra, mal-amada pela historiografia liberal, desde que Herculano a desclassificara como revolução demagógica de palavras e não de actos. O escritor republicano devolve ao vintismo a mística que esta data só tinha verdadeiramente gozado pela boca dos seus heróis. Em 1820, a nação levanta-se contra o rei absoluto e os “invasores ingleses” após o que as cortes constituintes se reúnem para redigir uma constituição ímpar pelo seu “espírito democrático”. No discurso de José de Arriaga, estão inscritos dois conceitos-chave que inspiram e estruturam toda a narrativa – a “revolução”, enquanto momento de excepção, e o “povo”, enquanto classe portadora de um patriotismo exemplar, feito de abnegação e amor pela pátria. A revolução é algo que ultrapassa a consumação de uma necessidade social, constituindo uma ocasião exemplar, excepcional, que envolve o colectivo da nação, numa comunhão de vontades. Verdadeiro momento catártico de libertação de todos os males do passado e início de uma nova vida – a revolução de vinte foi tudo isso. Através dela, o escritor procede a uma espécie de pedagogia da revolução, cujo objectivo é desfazer os receios, acumulados ao longo de gerações, contra os processos revolucionários, utilizando a história para transmitir a ideia da revolução enquanto instância regeneradora da sociedade. Portugal é transfigurado em país revolucionário, pautado por uma série de movimentos libertadores e Afonso Henriques equiparado a Fernandes Tomás (Arriaga, 1886-1887, vol. I, p. 634). Este tipo de anacronismos é muito comum na historiografia oitocentista, sobretudo naquela que tem um maior pendor de divulgação (Matos, 1998, p. 67). O “povo” é a outra grande paixão de Arriaga. O povo desordeiro da narrativa de Soriano, presente aliás em grande parte da historiografia liberal, é transmutado no representante mais puro da nação. Trata-se do povo excluído da cidadania activa, a massa dos não-proprietários. Esse povo ocupou sempre, na epopeia liberal, aos olhos da intelectualidade oitocentista – de Herculano a Oliveira Martins –, um lugar pouco recomendável, associado a surtos de violência e anarquia, às guerras civis e ao miguelismo. Arriaga propõe-se reabilitar o seu nome. A imagem do povo desordeiro dá lugar a duas outras: a do povo dócil – “sempre foi o mais pacífico e respeitador da ordem em Portugal” (Arriaga, 1892, vol. II, p. 407) – e a do povo-vítima. Esta nova maneira de encarar o povo ultrapassa as fronteiras político-partidárias, sendo, antes de mais, devedora do ambiente nacionalista do

final do século e da proeminência assumida pelos estudos em torno da cultura popular, prosseguindo o trabalho já iniciado pela geração romântica (Pina, 2003, p. 64). Contudo, José de Arriaga é, porventura, o escritor que mais contribuiu para o mito do povo, o qual, nas suas páginas, adquire uma série de características únicas: “o coração da nação”, “dotado de um bom senso admirável (...) é o primeiro a aceitar tudo quanto for a bem da pátria e da humanidade. É a classe que tem mais vivos os instintos nacionais” (Arriaga, 1886-87, vol I, p. 587). Em José de Arriaga fala o republicano e fala o aristocrata, testemunhando o seu paternal carinho pelo povo. Sendo o povo o motor da história, não esperaríamos encontrar em José de Arriaga um grande apreço pelos dirigentes políticos, para mais tratando-se de homens fiéis à monarquia. O historiador é adepto da filosofia positivista da história e critica os que atribuem excesso de protagonismo aos estadistas (Arriaga, 1886-1887, vol. I, p. 633). Todavia, Arriaga não se coíbe de pôr nos píncaros a figura de Fernandes Tomás, como aliás fará também com Pombal, objecto de uma reconhecida admiração por parte dos republicanos em geral. Manuel Fernandes Tomás é apresentado como digno sucessor de Pombal: “[Ele] representa a última palavra da grande obra pombalina ou a revolução política” (Arriaga, vol. I, pp. 633-634). O dirigente vintista assume aos olhos de Arriaga uma dimensão verdadeiramente mítica só comparável à paixão acalentada pelo povo. O seu retrato é um dos mais entusiastas da literatura política: corpo e alma numa simbiose única. O corpo era “colossal”, “figura de romano, corpulento”, como se pede a um estadista que queira impressionar. O olhar era “firme, resoluto e inteligente”, os olhos eram “negros, rasgados e brilhantes”, o rosto era “expressivo e insinuante”. A alma, essa, era “franca, generosa e leal”, o carácter, “perseverante, austero e de heróicas resoluções”, o coração, “bom, justo e generoso”, só sabendo dizer “a verdade casta e pura” (Arriaga, 1886-1887, vol. I, p. 645). Este homem será responsável pela transformação do 24 de Agosto numa revolução “nacional” e “democrática”, um conceito muito importante na obra de Arriaga e no projecto republicano em geral. “Revolução nacional” porque se desenvolveu, e definiu o seu rumo, de forma independente, rejeitando qualquer influência estrangeira, e porque congregou toda a nação (Arriaga, 1886-1887, vol II, p. 391). Arriaga responde aqui a Oliveira Martins, o principal responsável, no final do século, pela tese de que o liberalismo era um projecto estrangeiro e daí não ter sido bem sucedido no nosso país. “Revolução democrática”, porque os representantes do povo fizeram aprovar uma Constituição que consagrou o princípio da “soberania nacional” (artigos 26 e 27 da Constituição de 1822)

(Arriaga, 1892, vol. I, p. 2). 1820 foi a revolução com letra grande. Já 1834 é alvo de uma apreciação absolutamente negativa. Foi o voltar atrás, assente num documento, a Carta Constitucional, cujo objectivo era anular os avanços da Revolução de 1820, não representando mais do que “um absolutismo disfarçado” (Arriaga, 1911, p. 52). A Carta, concebida pela Coroa para preservar os seus privilégios, acabou por ser apoiada por um amplo número de vintistas que vieram a bater-se por ela na guerra civil: gente que não resistiu ao prestígio militar do imperador-soldado (Arriaga, 1892, vol. I, p. 535, 545). Teófilo Braga já tinha explorado o contraste entre as duas revoluções na sua obra *História das Ideias Republicanas em Portugal* (1880), na senda de José Felix Henriques Nogueira, figura tutelar do republicanismo, autor de *O Município no Século XIX* (1856). O ideário republicano necessitava de se ancorar solidamente na história de Portugal e 1820 impunha-se como o primeiro momento da afirmação democrática do povo português, cujo silenciamento pelas forças vitoriosas, em 1834, iria ser, finalmente, resgatado pelo projecto republicano.

## Conclusão

Estamos perante duas narrativas inconfundíveis, escritas por dois homens profundamente diferentes em tudo e, em particular, na visão da história. Soriano passou 6 anos da sua juventude envolvido num conflito político-militar que gerou grandes expectativas de mudança social, cultural e política. A mudança fez-se mas os que estiveram no terreno a contribuir para o triunfo desse projecto de mudança investiram demasiada esperança diante de uma realidade muito resistente ao voluntarismo da política. O resultado foi o desencanto face ao mundo e à qualidade dos governantes. A prosa de Soriano reflecte esse desapontamento. Também, o balanço de Herculano, feito em 1867, fora severo, mas este evitou, com elegância, citar os nomes de todos aqueles que passaram pela governação e se revelaram decepcionantes. Soriano escolhe um caminho diferente, o de ajustar contas com os homens, nomeadamente com aqueles com quem se cruzou durante a guerra civil. Entre numerosos nomes, objecto da sua crítica mordaz, destaca-se, em primeiro plano, o de Saldanha, não poupando também Palmela, “tímido e fraco”, e D. Pedro, “inconstante e volúvel”. O único homem que lhe merece todos os louvores é o seu protector Sá Nogueira a quem, aliás, dedicou uma biografia. As falhas de carácter, a incompetência, os abusos de poder, tudo

ele regista com um indesmentível prazer, o prazer de estar a fazer justiça perante o tribunal da história. Em suma, a narrativa de Soriano é uma narrativa envolvida por uma ambiência profundamente disfórica que se interroga e obriga o leitor a interrogar-se: será que valeu a pena?

A narrativa de José de Arriaga respira um clima completamente diferente, onde impera o optimismo e a confiança no futuro do país. O escritor oferece aos leitores uma história da revolução de 1820 claramente comprometida com o projecto republicano de “regenerar a pátria”. Estamos nos anos 80 e o Partido Republicano, depois das comemorações dos centenários de Camões (1880) e Pombal (1882), começa a ganhar algum relevo. A apropriação da história pátria é fundamental para os republicanos. Estes precisam de uma história mobilizadora das consciências que gere o desejo de intervir para corrigir o trajecto da sociedade portuguesa no sentido da democracia, eliminando o maior obstáculo – a Monarquia. José de Arriaga é o pedagogo da revolução, o escritor que encontra no passado, e, concretamente, na revolução de 1820, a prova do espírito democrático e benfazejo do povo português, traído, depois, pelas forças malignas da Monarquia. O tom da narrativa é empolgante, não há lugar para o cepticismo. O povo é a religião de Arriaga e a República é o regime que há-de repor Portugal no caminho certo, redimindo-o de todas as injustiças.

## Bibliografia

- ARANHA, Pedro W. da Silva Brito (1908), “Simão José da Luz Soriano” in *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XIX, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 226-23.
- ARRIAGA, José (1911), *Os Últimos Sessenta Anos da Monarquia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- ARRIAGA, José de (1886-1887), *História da Revolução Portuguesa de 1820*, 2 tomos, Porto, Livraria Portuense, Lopes e C<sup>a</sup> Editores.
- ARRIAGA, José, s.d. [1892], *História da Revolução de Setembro*, 3 tomos, Lisboa, Companhia Nacional Editora.
- BRUNO, J. Pereira de Sampaio (1889-1890), “Biografia do Autor” in Simão José da Luz Soriano, *História do Cerco do Porto*, 2<sup>a</sup> ed., Porto, A. Leite Guimarães Editor, pp. IX-XXXVI.
- CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.
- CATROGA, Fernando (1996), “Positivistas e republicanos” in *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 87-115.

- FIGUEIREDO, Fidelino (1923), *História da Literatura Romântica (1825-1870)*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, pp. 268-271.
- HERCULANO, Alexandre (1982 [1867]), “Introdução” (à 2ª edição da *Voz do Profeta*) in *Opúsculos*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I, pp. 33-42.
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*, Lisboa, Ed. Colibri.
- PINA, Ana Maria (2003), *A Quimera do Ouro. Os Intelectuais Portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editora.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1860), “José de Arriaga Brum da Silveira”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo IV, p. 250.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1862), “Simão José da Luz Soriano” in *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 278-281.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1884), “José de Arriaga Brum da Silveira”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo XII, pp. 407-408.
- SORIANO, Simão José da Luz (1858), *Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal em Portugal*, Lisboa, Imprensa União Tipográfica.
- SORIANO, Simão José da Luz (1860), *Revelações da minha Vida e Memórias de alguns Factos e Homens meus Contemporâneos*, Lisboa, Tipografia Universal.
- SORIANO, Simão José da Luz (1866-1890), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino desde 1777 até 1834*, 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.
- TORRES, Ruy d’Abreu (1992-2000 [1963-1968]), “Soriano, Simão José da Luz” in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol VI, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 63-64.

# HISTORIOGRAFIA E INTERVENÇÃO CÍVICA EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX: DE HERCULANO À I REPÚBLICA

Sérgio Campos Matos\*

Desde os seus primórdios, a escrita da história teve uma função pragmática (de *pragma*, que significa acção) e utilitária. Assim sucedeu com os clássicos, Plutarco, Tito Lívio e Políbio, entre outros. Assim com a cronística medieval e renascentista e, noutros termos, com a história racionalista do século XVIII. Hoje volta a discutir-se em que medida a reafirmação dos nacionalismos contribuiu para novas instrumentalizações da memória histórica.

Enquanto ciência humana dotada de uma metodologia própria, a história deve distanciar-se em termos críticos das agendas doutrinárias, dos programas ideológicos mediatizados. Mas nem sempre assim sucede. Não raro continuamos a encontrar historiadores que transportam para o passado pré-conceitos ideológicos. Na sequência da voga estruturalista e do chamado *linguistic turn*, problematizou-se a relação entre história e ficção. Relativizou-se a verdade histórica e redescobriu-se a história narrativa. Mas não se reparou que toda a história, mesmo a que reivindica para si mesmo o carácter científico, é narrativa. É sempre narrativa, embora se possa compreender a recusa desse estatuto narrativo na tradição historicista alemã ou entre os teorizadores de uma história tida como científica (Chartier, 2009, pp. 16-17). O que não significa que possa prescindir de uma dimensão problematizante e crítica, com recurso a métodos há muito testados mas em constante revisão.

Sendo certo que nas sociedades modernas o historiador é cidadão – e frequentemente ocupa cargos públicos – como se relacionaram história e cidadania, história e intervenção cívica no Portugal oitocentista? Para esse efeito privilegiei três autores que tiveram grande audiência no seu tempo: Alexandre Herculano, Teófilo Braga e Oliveira Martins.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A relação entre escrita da história e instrução cívica adquiriu especial relevância com a Revolução liberal, quando o tópico nação substituiu a referência ao príncipe como símbolo central de identidade colectiva. Relevância que cresceu com a consciência do atraso na alfabetização e na escolarização dos portugueses relativamente a outros povos europeus. São numerosos os testemunhos de intelectuais e políticos portugueses que notaram a ausência de espírito de cidadania em Portugal ao longo do século XIX, de Almeida Garrett a Basílio Teles, passando por Ramalho Ortigão. E que, na tradição iluminista, muito frequentemente viram na escola e em especial na história meios decisivos para formar cidadãos e assim estruturar a nação. Muitos historiadores envolveram-se na vida política e ocuparam cargos públicos. Numa amostragem de 58 historiadores portugueses da segunda metade do século XIX, cerca de 60% desempenharam funções políticas e quase todos foram deputados (Matos, 1998, p. 126). Antes disso, no século XVIII, poderíamos identificar diversos autores que valorizam uma função instrumental da história na formação moral e política de príncipes e de nobres. É o caso de Faria e Castro, na sua extensa obra pedagógica *Política, moral e civil. Aula da Nobreza Lusitana*, 1749-61. Esta história ainda não se diferenciava completamente das tradições míticas de fundação (caso de Túbal, Ulisses e do mito providencialista de Ourique). Poder-se-á falar de uma intenção instrução política neste ou noutros autores como o regalista António Pereira de Figueiredo? Não cremos, na medida em que política envolve a polis, a cidade. E nestes casos tratava-se de uma instrução limitada ao universo da aristocracia. Ou seja, não era instrução cívica, não era instrução relativa ao cidadão. E um número significativo de historiadores eram ainda eclesiásticos (Serrão, 1974, III).

É certo que na Academia Real das Ciências, fundada em 1779, já se exprime um conceito de valor instrutivo e utilitário da história que remete para a compreensão do meio natural, das actividades económicas, do direito, dos deveres e obrigações dos Portugueses, da sua administração pública: “O conhecimento do que uma nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal, como a Academia” (Correia da Serra, 1789, p. 10).

No entanto, o paradigma dominante no século XVIII era o de uma história mestra da vida, assente em exemplos morais e numa memória selectiva de factos que construam a legitimidade tradicional da casa real. Aquilo a que François Hartog chamou “o antigo regime de historicidade” (Hartog, 2006), que busca numa idade de ouro, muito anterior ao presente, modelos a imitar.

Mas é com a afirmação do ideário liberal que a função cultural e cívica da história se afirma largamente na Europa e em Portugal. Os primeiros doutrinários da ideia liberal, exilados em Londres – caso de José Liberato Freire de Carvalho ou de João Bernardo da Rocha Loureiro – estruturam um outro conceito de história. Continua a ser uma história pragmática, mas nela revela-se já uma intencionalidade política de intervenção no espaço público e de formação do cidadão. Por exemplo, José Liberato, no tempo de combate contra o regime absoluto de D. Miguel, pretende mostrar “O direito que os Portugueses têm a ser constitucionalmente governados” (Carvalho, 1843 [1830], p. XII). A legitimidade do regime liberal assentava numa argumentação racional, mas não era isenta de ambiguidades ao acentuar a continuidade com a tradição histórica, evidente na multiplicidade de sentidos de conceitos estruturantes e tão frequentes no discurso político como *cortes* ou *constituição*. O presente constituía um produto do passado, resultando de um processo conducente a um futuro melhor (o regime futurista de historicidade, diz Hartog). Assim, via-se nas antigas cortes medievais uma verdadeira representação nacional e expressão da vontade popular. Não se hesitava em falar de “espírito de liberdade” no primeiro reinado da monarquia portuguesa ou, no caso de Herculano, da “Monarquia liberal” da Idade Média (Herculano, 1985 [1846], p. 332). Difundia-se entretanto a teoria contratualista segundo a qual a monarquia portuguesa sempre fora representativa e não despótica: os monarcas regiam o Estado com o concurso das cortes que alguns (caso de Coelho da Rocha ou de Luz Soriano) consideravam ter sido verdadeiros parlamentos deliberativos. E proliferava uma literatura histórica em que se fixava a memória mais recente dos acontecimentos políticos e de vivências pessoais (Pina, 2003; Torgal, 1996, p. 35). Marcava-se assim a continuidade entre o passado e o presente – ideia que encontramos bem presente nas historiografias de outras nações europeias, por exemplo na Espanha ou nas nações balcânicas (Matos e Mota, 2008, pp. 339-366; Turda, 2008, pp. 466-477).

Desde os decénios de 1830-40, como sucedera em França e noutras nações europeias, proliferou toda uma historiografia de intencionalidade pragmática e directamente política que acentuava a função cívica da história como instrumento de coesão e de mobilização contra ameaças internas (o combate liberal contra o legitimismo miguelista) e as ameaças externas (caso das propostas iberistas). Dos meados do século a cerca de 1880 o iberismo suscitou uma alargada reacção nacionalista que muito contribuiu para alimentar a tese de que seria possível construir a consciência nacional rememorando as glórias passadas, na ilusão de que assim se poderia repetir o passado e regressar a um tempo de grandeza. Este

nacionalismo retrospectivo exprimiu-se também no levantamento de uma série de monumentos públicos, entre eles, o obelisco à memória dos Restauradores de 1640, inaugurado pela Comissão 1º de Dezembro em 1886 no centro histórico de Lisboa. E prolongou-se, de resto, em alguma historiografia republicana.

Não se trata apenas de historiografia, mas de uma pluralidade de géneros que aproveitam um historicismo nacionalista, retórico e passadista: romance histórico, teatro (drama), poesia e narrativas históricas de divulgação. Muitos destes textos – não raro acompanhados por imagens – eram difundidos em jornais, revistas, almanaques e folhetos de pequena dimensão. Intelectuais de todos os sectores ideológicos – do legitimismo miguelista ao republicanismo radical – envolveram-se numa tarefa de dar a conhecer a um público médio temas e episódios do passado nacional.

A meio do século XIX, quando o regime monárquico-constitucional caminhava já no sentido do rotativismo político, Herculano via na memória histórica um vínculo de coesão social e moral, um meio de compreensão do tempo presente mas também uma ciência “útil pela sua aplicação” aos problemas contemporâneos (Herculano, [1846], III, pp. 224-225). O conhecimento do passado fornecia elementos indispensáveis para a construção do presente. Marcado pela leitura dos historiadores liberais franceses A. Thierry e Guizot e também pela historiografia alemã (Moeser, Humboldt, Niebhur, Savigny, Ranke) (Catroga, 1996), Herculano buscava na história um instrumento da consciência nacional, submetendo-a contudo a uma exigência documental e crítica que se tornaria modelar para muitos dos seus pares no século XIX e nos primeiros decénios do século XX. Todavia, como bem observaram Joaquim Barradas de Carvalho (Carvalho, 1971) e, posteriormente, Vitorino Magalhães Godinho (1979 e 2011), nos seus textos historiográficos coexistem duas perspectivas ou planos: a do absoluto ou estática, que o leva a tecer juízos de valor sobre personalidades históricas como D. Afonso Henriques ou D. João III ou sobre instituições como a Inquisição; e a perspectiva necessitarista, que o leva a reconhecer a inevitabilidade das transformações históricas, ou seja, das mudanças sociais. Ora o cidadão Herculano, marcado pelo ideário liberal, está sobretudo presente na perspectiva estática que adopta sobre factos e personalidades passadas. Ao longo de grande parte da sua vida, interveio activamente através da palavra oral e escrita em grandes polémicas políticas, religiosas e educativas<sup>1</sup>. Nelas

<sup>1</sup> Não se esqueça que Herculano foi também, episodicamente homem de acção: combateu pela impantação do regime liberal em 1833-34 e ocupou, ainda que por pouco tempo, cargos públicos como deputado e presidente da Câmara de Belém.

ficou bem patente a sua atitude regalista, anticlerical mas também profundamente religiosa, como bem viu António José Saraiva. Não surpreende ainda que o ideal municipalista e descentralizador – assente em argumentos jusnaturalistas e em argumentos históricos centrados na Idade Média – condicionasse o seu olhar crítico sobre a monarquia absoluta, a expansão ultramarina e o catolicismo tridentino e, ao mesmo tempo, constituísse a base de um alternativo modo de construção da consciência de cidadania. Na sua concepção, a freguesia, o município e a província eram como prolongamentos da família e teriam uma origem espontânea e natural (Catroga, 2004, pp. 409-410). Era a partir da dinamização da vida municipal e da reforma dos círculos eleitorais e do modo de eleição dos candidatos a deputados, aproximando-os dos interesses locais naquilo que designava de “eleição de campanário”, que o historiador pretendia ultrapassar a anomia e alheamento da vida cívica que verificava já no tempo da Regeneração por todo o país. A convincente distinção que estabelecia entre o país real e o país nominal, prenhe de consequências, contribuía eficazmente para fundamentar a sua posição (Herculano, 1982 [1858], p. 323). Muitos republicanos – a começar por Henriques Nogueira – herdaram o ideal municipalista, levando-o mais longe e integrando a família, o município, a nação, a federação e a humanidade num ideal universalista.

Teófilo Braga, porventura o maior divulgador e teórico do positivismo em Portugal, um positivismo heterodoxo mais à maneira de Littré, acusaria Herculano de escrever a sua História de Portugal *ad usum delphini* – isto é, para a formação do jovem príncipe que viria a ser D. Pedro V. A acusação não tinha fundamento (a dedicatória que o grande historiador liberal consagrara ao monarca não bastava para a tornar verdadeira). Em todo o caso, estamos perante concepções diversas de cidadania e da sua fundamentação em termos históricos. Herculano era apoiante da Carta Constitucional de D. Pedro IV e Teófilo Braga um dos seus mais veementes críticos e adepto do sufrágio universal. Para Herculano – como noutros termos para Oliveira Martins – história e patriotismo situavam-se em planos diversos: a lealdade patriótica não deveria inspirar a história, ao invés do que sucedera com a história “fabulosa” do Antigo Regime, em que se mesclavam tradições míticas e factos históricos numa retórica apologética das virtudes do reino.

No século XIX, o ofício da história foi-se tornando independente das autoridades políticas e religiosas. Constitui aliás um campo privilegiado para aferir em que medida o processo de laicização se foi aprofundando (por exemplo no que respeita à subalternização ou mesmo erradicação do lugar da Providência). O que correspondeu, por outro lado, à afirmação do conceito de história-ciência.

A apologia do valor da imparcialidade, cultivado por Ranke, ganhava adeptos. Muitos historiadores europeus dele se reclamaram. Mas seria essa adesão à “imparcialidade” uma garantia de independência ideológica ou de neutralidade? Decerto que não. O valor da imparcialidade era mais teórico do que prático, como bem observou George Iggers tomando o exemplo de Ranke: a sua imparcialidade não significava neutralidade. Também para Herculano, a escrita da história diferenciava-se claramente da filosofia da história (Catroga, 1996, p. 60). Não deixou contudo de nos legar uma interpretação global do percurso histórico da nação, bem patente não só na História de Portugal mas em diversos ensaios reunidos sob o título de Opúsculos.

A escrita da história continuou muito sensível às exigências da doutrinação política. Exemplo disso mesmo em Portugal foi, entre muitos outros, o historiador republicano Teófilo Braga. Também podemos invocar, a este respeito, exemplos de historiadores europeus seus contemporâneos. Como nota George Iggers, até os estudos em arquivos “combinaram propósitos nacionalistas com a defesa de uma ordem burguesa”. Na Prússia, vários historiadores profissionais (Sybel e Treitschke, entre outros) assumiram que as suas obras visavam uma intencionalidade política (Iggers, 2002, pp. 234-235). Ou em Espanha, a escrita da história também foi uma arma de combate político (Perez Garzón, 2003, p. 114).

Na fundamentação da sua doutrinação republicana, Teófilo consagrou grande destaque à história. O conhecimento do passado era, a seu ver, um meio indispensável para o povo alcançar a liberdade. A história constituía para ele um instrumento fundamental de consciencialização e de mobilização para a acção, em prol do progresso, mais eficaz até do que a retórica política. Mas a argumentação histórica não era menos relevante na sua fundamentação de uma República federal (Braga, 1983 [1880]) – essa era a forma de regime contratual e descentralizado que Teófilo Braga sustentava em oposição à monarquia constitucional, que considerava um prolongamento do regime absoluto. Aderiu aliás a vários centros republicanos federais – o Centro Republicano Democrático de Lisboa, em 1876 – tendo inclusivamente sido dirigente do Centro Republicano Federal de Lisboa, fundado em 1879, e do Partido Republicano Português (Homem, 1989, pp. 63-65). Para ele, a substantivação do conceito de *povo* (a par do tópico *raça* que também encontramos nas suas páginas) enforma todo o processo histórico – em oposição à monarquia absoluta, responsável pela decadência a partir do século XVI. Muito embora desenvolvesse uma teoria do desvio histórico e da decadência que, no essencial, se baseava na narrativa liberal, Teófilo

Braga admitiu que Portugal tinha as condições históricas e de carácter nacional que lhe permitiriam exercer a hegemonia numa futura federação ibérica (Braga, 1894, p. 29), nisso coincidia com a ideia do seu correlegionário Horácio Esk Ferrari (Ferrari, 1879)<sup>2</sup>.

Bem diverso é o ponto de vista de Oliveira Martins, seu contemporâneo, porventura o mais lido historiador do seu tempo a par de Teófilo Braga. Na sua “Biblioteca das Ciências Sociais”, a intencionalidade de formação cultural e cívica dos seus contemporâneos está bem presente: tratava-se de contribuir para rasgar horizontes às novas gerações no sentido da construção daquilo que designou de “cidade intelectual” (note-se que não se refere a cidade política, nem tão pouco ao povo). Dirigia-se sobretudo à população do ensino secundário, donde sairia grande parte das elites – às classes médias e ao público em geral. A terminar a sua *História de Portugal* (1879), reconhecia uma situação determinante – até aos dias de hoje objecto de reflexão de ensaístas, historiadores e sociólogos – a ausência de uma elite preparada e de uma consciência patriótica em Portugal. Na sua perspectiva, a regeneração futura da pátria não era uma certeza, dependia de um esforço de vontade, dependia de um esforço de cidadania e de uma exigência de moralização da administração pública (Martins, 1953 [1881], p. 25). Reconhecia a inevitabilidade da democracia mas não valorizava o papel do povo na história, como mostrou Luís de Sousa Rebelo (Rebelo, 2004). O progresso nacional não estava inscrito na história, não era uma certeza determinada por um fundo étnico diferenciado que, à partida, garantisse a diferença nacional e a independência do Estado. Não era uma certeza e estava longe de ser linear. Havia grandes problemas nacionais a resolver: insuficiência das elites (que os ensaístas e historiadores ligados à *Seara Nova* não se cansarão de considerar), fosso entre os políticos e a povo, carências de instrução e de educação – isto para além dos problemas económicos (falta de matérias-primas, insipiência das indústrias, relação de dependência financeira com o Brasil). Este diagnóstico crítico produzido entre 1879 (*História de Portugal*) e 1881 (*Portugal Contemporâneo*), e envolvido num fino estilo artístico, deixaria profundo rastro na crítica social e na historiografia portuguesa do século XX, pelo menos até aos anos 80 (António Sérgio, Jaime Cortesão, V. Magalhães Godinho, A. José Saraiva, Joel Serrão, Eduardo Lourenço, Miriam H. Pereira) (Maurício, 2005).

<sup>2</sup> Por seu lado, Ribera i Rovira, um republicano federalista e iberista catalão defendia que a Catalunha tinha os requisitos necessários para liderar a federação ibérica de que era apologista.

Há no século XIX e depois toda uma reflexão sobre a permanência histórica da nação portuguesa, as suas origens e formação. Como poderia Portugal permanecer independente com escassos recursos materiais e humanos numa Europa em que outras potências ameaçavam com frequência as suas fronteiras, na península ibérica e em África, invocando justificações assentes na teoria das grandes nacionalidades e, por vezes, num agressivo darwinismo social? Este era um dos grandes problemas que preocupava políticos e intelectuais. Refira-se, entre outros, pela qualidade da reflexão um intelectual e político que também não foi alheio à história: Andrade Corvo com a sua obra *Perigos* (1870).

Do lado nacional muito frequentemente recorreu-se à teoria dos direitos históricos – designadamente ao papel pioneiro desempenhado por Portugal nos descobrimentos e outros momentos de glória, invocando à maneira romana *os nossos maiores* – para justificar a sua permanência ao longo de sete séculos. De acordo com o determinismo étnico de Teófilo Braga, a independência do organismo nacional era algo de natural, anterior à separação política do Estado ou à fundação da primeira dinastia de reis portugueses. A monarquia era um corpo estranho em relação à sociedade portuguesa, um obstáculo ao progresso, que havia que extirpar para retomar um fio perdido de progresso, anterior à construção do estado absoluto.

Outra linha de pensamento crítico sobre o percurso histórico nacional valorizou sobretudo a criação de instrumentos que estruturassem uma consciência moral de nação, dotando-a de uma necessária coesão. Já em 1872, pensava Oliveira Martins, a memória histórica não podia sustentar a nação – tanto mais que o Portugal histórico fora uma nação extra-europeia animada pelo patriotismo. Ora, no entender de Oliveira Martins, quer o Império quer o orgulho patriótico tinham passado irremediavelmente. Sem esquecer o melhor que Portugal outrora dera de si, a consciência cívica tinha que se voltar para o presente, para uma melhor administração dos recursos nacionais assente na sua valorização. Como dizia Martins, “o tino, a ciência e o bem-estar das nações” valiam mais do que a força das armas. Ou, acrescentemos, do que a retórica historicista.

Oliveira Martins foi o principal teórico do socialismo de Estado ou socialismo catedrático em Portugal (Shaffle, Laveleye) – a ideia do reforço do poder de estado com vista à protecção social e a estabelecer uma nova relação entre a monarquia e o povo. A seu ver, o cesarismo era concebível no quadro de uma nação irmanada num pensamento, unida pelo patriotismo (“Os exércitos”, 1888, *O Repórter*, I, p. 73). Mas nem sempre se pode notar uma sintonia entre as

narrativas históricas que construiu entre 1879 e 1881 – *História da Civilização Ibérica*, *História de Portugal* e *Portugal Contemporâneo* – e o projecto político que propôs para o país a partir de 1885. Dois exemplos: 1) o retrato muito negativo que traça da dinastia de Bragança, na *História de Portugal*, logo apropriado pelo republicanismo, e que, note-se, não estava em sintonia com a sua ideia de engrandecimento do poder real, em tempo de crise; 2) a imagem extremamente crítica e negativa que dá da maior parte da elite que alcançou o poder com a instauração do regime liberal em 1834, a par de um retrato em geral favorável do infante D. Miguel, elevado a símbolo maior do Portugal histórico – o Portugal do Antigo Regime – com a qual concordou um legitimista como Carreira de Melo. Em contrapartida, ao considerar Carlos V o primeiro monarca moderno da Europa, o autor da *História da Civilização Ibérica* carregava já argumentos a favor do cesarismo (Martins, 1946 [1879], p. 242).

Mas a história era para ele lugar de reflexão crítica – é ele quem, por excelência, na sua época trata Portugal como problema, dando continuidade às indagações de Herculano. Da sua narrativa da história nacional no século XIX – a correspondente ao tempo da monarquia liberal – não poderia deduzir-se qualquer programa doutrinário (de resto, Oliveira Martins sempre se opusera ao republicanismo e à política doutrinária) ou, nem sequer, qualquer programa concreto de intervenção cívica. Na verdade para o Autor as elites é que deveriam comandar a transformação social, ideia que, no essencial será retomada por António Sérgio e pelos seareiros. Necessidade para ele mais vincada em tempos de crise política e financeira, de irrupção das massas e de emergência de uma nova barbárie nas sociedades europeias civilizadas, de desintegração social, como eram os finais do século XIX. O receio das massas andava no ar (Tocqueville, Burckhardt, Hippolyte Taine, etc). Taine terá aliás influenciado Oliveira Martins nos seus receios acerca da irrupção da multidão, mesmo através da cidadania activa (Burrow, 2009, p. 402).

Para Martins podia decerto aprender-se com o passado. Mas este não se repete, como alertou aquando do tricentenário de Camões, em 1880 (Martins, 1986 [1880], p. 10). Ou, como advertiu já no final da sua curta vida: não se podem repetir os santos e os heróis. Mas pode-se aprender com estes últimos (Martins, 1984 [1893] p. 314). E a memória histórica de sete séculos entre a população não seria um obstáculo que pudesse prevenir a possível perda da independência (Martins, 1957b [1888], p. 169). Em todo o caso, as biografias históricas que escreveu nos últimos anos da sua vida, à maneira de Michelet

dotadas de uma intencionalidade de ressurreição histórica, foram interpretadas pelo seu amigo Eça de Queiroz como um poderoso empreendimento no sentido de “reaportuguesar” Portugal.

Por seu lado, Teófilo Braga, que construiu uma narrativa bem diversa da do seu contemporâneo Oliveira Martins, acreditava nesse pressuposto. É certo que realçava o lugar do povo e o conceito de revolução. E ao fazer da instauração da República uma prioridade, prevista na anterioridade histórica, Teófilo e a generalidade dos republicanos valorizava – na senda do liberalismo – a doutrinação cívica com recurso a uma pluralidade de meios, entre eles, a a história, a instrução cívica (no ensino e fora dele) sem esquecer a imprensa periódica e o comício. A par da fronteira marítima, via na ameaça hegemónica espanhola na Península ibérica um desafio e um estímulo político ao longo do percurso histórico nacional (Braga, 1983 [1880], p. 77). Mas ao adoptar o determinismo étnico na teorização da formação de Portugal acentuou um dos factores que considerava estáticos e, do mesmo passo, desvalorizou a função dos indivíduos na história, quando não são portadores do sentido de progresso. Afirmava num dos seus manuais: “A criação de uma nacionalidade é um fenómeno de ordem estática, independente da vontade do indivíduo; é pela síntese dos sentimentos ou a moral e a arte, que esse órgão colectivo se eleva até à consciência que se revela para cada indivíduo no ideal da Pátria” (Braga, 1885, p. 38).

Mas há uma diferença fundamental entre os dois historiadores no que respeita às estratégias de memória nacional e de intervenção cívica com ela ligada. Teófilo Braga, positivista e republicano foi o grande teórico e artífice do tricentenário Centenário da morte de Camões (1880)<sup>3</sup>, festejo com que se iniciou todo um ciclo de comemorativismo histórico que se prolongaria no século XX (João, 2004). Valorizava a função social da memória histórica como instrumento de coesão e de ressurgimento nacional: o culto do passado a pensar num futuro de república federal em que os povos peninsulares mantivessem as suas autonomias, à maneira de Pi y Margall (Braga, 1879, p. 8). Via naquelas comemorações históricas um momento privilegiado de afirmação do sentimento e da emoção colectivos – a síntese afectiva mediante a qual se construía a unanimidade social, com recurso à veneração cívica dos seus grandes homens. É no contexto deste programa historicista e nacionalizador que surge toda uma literatura de formação histórica e

<sup>3</sup> Inscrevendo-a também historicamente Comte chamava a “Síntese afectiva”, mediante a qual se subordinavam “os actos aos sentimentos ou emoções dterminantes” (Braga, 1884, p. 152

cívica. Lembrem-se, a título de exemplo, a colecção “Propaganda Democrática” do republicano e positivista Consiglieri Pedroso (1886-88) ou as “Narrativas e lendas da história pátria”, de Victor Ribeiro, publicadas já na I República. Mas seria possível construir uma consciência cívica com base na história, ainda que a mais recente? Esse era o pressuposto adoptado por muitos pedagogos monárquicos e republicanos, recorrendo a uma variada literatura de instrução cívica que se multiplica, de meados do século XIX em diante.

Embora reconhecesse nos centenários a afirmação de uma *vis* patriótica, Oliveira Martins tinha uma visão crítica de um comemorativismo histórico demasiado voltado para o culto das glórias passadas e não para uma reflexão e um “incitamento a melhor vida” (Martins, 1986, p. 10). Era um crítico do republicanismo e considerava o federalismo (ibérico ou das nações latinas) um ilusão. Admitia a inevitabilidade histórica da democracia e a possível instauração de um regime republicano em Portugal, mas não inscrevia esta última na história como uma necessidade antecipável. Ou seja, recusava a previsibilidade do futuro cara aos historicismos de deviersos matizes.

Ironia da história, Teófilo Braga, professor do Curso Superior de Letras e depois da Faculdade de Letras de Lisboa, que desvalorizava a função do indivíduo na história num conceito biologista que anulava o livre-arbítrio (Homem, 1989, 114-115), viria a ser uma das figuras mais destacadas da elite no poder nos primeiros anos da República: primeiro chefe do governo provisório logo a seguir à Revolução de 1910 e, anos depois, Presidente da República (1915). E, ao invés daquilo que propugnara para Portugal – uma República federal em que os estados federados manteriam a sua autonomia nacional – aceitaria ser chefe de Estado de uma República unitária, num exercício apagado das funções presidenciais, de resto em consonância com o espírito parlamentarista da Constituição de 1911. Bem vistas as coisas, não estaria este modo de exercer a política no mais elevado cargo do Estado em consonância com o seu conceito da acção individual na história limitada à compreensão do progresso, facilitando a transição para outros tempos? É que o grande homem era para ele aquele que prevê a evolução social, inscrevendo a sua acção na transformação do mundo. E Teófilo considerava que grandes processos históricos como a criação das nações eram fenómenos de ordem estática, independentes da vontade individual. Ou seja o condicionalismo social sobrepunha-se ao protagonismo da acção individual.

Oliveira Martins, na sua trajectória pela chamada Vida Nova – uma facção reformadora do Partido Progressista quando este era liderado por Anselmo Bra-

amcamp – não passaria de deputado em diversas legislaturas por esse Partido. Só pouco antes de morrer, em 1892, em tempo de grave crise financeira e política, teve Oliveira Martins uma curta e ingrata experiência política como Ministro das Finanças, desenvolvendo uma acção política reformadora votada ao insucesso. Como vimos, também não se pode dizer que a sua interpretação da história de Portugal – pelo menos os da Biblioteca de Ciências Sociais – estivesse em consonância com a sua prática política. Os retratos devastadores que deixou dos monarcas da dinastia de Bragança (com excepção de D. Pedro V, a quem dedica páginas brilhantes no Portugal Contemporâneo) não se compaginavam com as expectativas que veio a depositar no jovem rei D. Carlos como actor principal da política cesarista de engrandecimento do poder real e de reforma da sociedade portuguesa a partir do topo.

Três conclusões importa retirar destes exemplos:

- 1) Decerto, escrita da história e intervenção cívica e política podem ser vistas a partir de pontos de vista diversos e consideradas em planos distintos. Não podem contudo deixar de se correlacionar. Na verdade, no século XIX, quer os historiadores liberais, quer os republicanos e os socialistas investiam-se a si próprios de uma missão social de relevante significado e estavam bem conscientes que a história era uma dimensão de imprescindível valor enquanto repositório de uma argumentação racional mobilizável nos projectos políticos e nos debates do presente; o que não era novidade (novas eram as dinâmicas sociais e políticas que resultaram das revoluções liberais e democratizantes do século XIX).
- 2) Num tempo em que dominaram narrativas históricas nacionais muito marcadas pelos nacionalismos, historiografia e intervenção cívica e política nem sempre estiveram em sintonia nas suas agendas; por outras palavras, a intervenção cívica e política de alguns historiadores, em momentos mais adiantados das suas vidas, não se harmonizou com tópicos centrais das narrativas históricas nacionais que haviam construído pouco tempo antes: o federalismo como ideia-força da história de Portugal em Teófilo Braga, teorizado nos finais dos anos 70 e princípios do decénio de 1880 esteve longe da sua intervenção política na I República; ou o olhar muito negativo de Oliveira Martins sobre a dinastia de Bragança (1879-81) não se adequava decerto ao modo como julgava possível executar o seu programa reformista para a sociedade portuguesa na crise de 1890-92,

inspirado no socialismo catedrático, e dependente da possível acção do jovem monarca D.Carlos. Ainda assim os conceitos de grande homem (Teófilo) e de herói (Oliveira Martins), inscritos nas teorizações que os dois autores desenvolveram, estão em consonância com as bem diversas práticas e intencionalidades políticas que adoptaram.

- 3) Malgrado as intromissões doutrinárias, alguma historiografia não deixou de constituir lugar de reflexão e expressão de um pensamento crítico; apesar das pressões dos programas ideológicos, uma historiografia já profundamente laicizada distanciava-se do poder político – muito embora alguns historiadores ocupassem cargos públicos cimeiros, como de resto sucedeu noutros países europeus: Thomas Macaulay em Inglaterra, Guizot em França e Cánovas del Castillo em Espanha, entre muitos outros.

## Bibliografia

- BRAGA, Teófilo 1879, “O Centenário de Camões em 1880, *O Positivismo*, nº 1.  
 — 1884 Sistema de Sociologia, Lisboa, Tip. Castro e Irmão.  
 — 1885 *Curso de História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Nova Liv. Internacional.  
 — 1983 [1880], *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega.  
 — 1894, *A Pátria Portuguesa*, Porto, Lello e Irmão.  
 BURROW, John *A History of histories*, Londres, Penguin, 2009.  
 CARVALHO, Joaquim Barradas de (1971), *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 2ª ed., Lisboa, Seara Nova.  
 CARVALHO, José Liberato Freire de (1843 [1830]). *Ensaio histórico-político sobre a constituição e o governo do Reino...*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nevesiana.  
 CATROGA, Fernando 1996, “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 39-85.  
 — 2004 “Natureza e história na fundamentação do municipalismo. Da revolução liberal ao Estado Novo”, *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos* (org. SILVA, F. Ribeiro da *et alia*), vol. 2, s.l. FLUP, pp. 409-420.  
 CHARTIER, Roger 2009 *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquietude*, Paris, Albin Michel.  
 FERRARI, Horácio Esk 1879 *A hegemonia de Portugal na península Ibérica*, Lisboa.  
 GODINHO, V. Magalhães 1979, “Alexandre Herculano, historiador”, *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências comemorativas do I centenário da sua morte*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.  
 — 2011 “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso”, *Herculano o cidadão e o historiador. Antologia* (org. de V. Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias), Lisboa, INCM, 2011.

- HARTOG, François 2006 “Tempos do mundo, história, escrita da história” (org. Manoel L. Salgado Guimarães), Rio de Janeiro, 7Letras, pp. 15-41.
- HERCULANO, Alexandre 1980 (1846) *História de Portugal*, III, Amadora, Bertrand.
- 1982 [1858] “Carta aos eleitores do círculo de Sintra”, *Opúsculos I* (ed. Jorge Custódio e J.Manuel Garcia), Lisboa, Ed. Presença, pp. 319-325.
- 1985 [1846] “Cogitações soltas de um homem obscuro”, *Opúsculos IV* (ed. Jorge Custódio e J.Manuel Garcia), Lisboa, Presença, pp. 327-335.
- HOMEM, A.Carvalho Homem, 1989 *A ideia republicana em Portugal. O caso de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva História.
- IGGERS, George (2002) “The professionalization of Historical Studies and the guiding assumptions of Modern Historical Thought”, *A Companion to Western Historical Thought* (Ed. L.Kramer e S.Maza), Malden/Oxford, Blackwell, pp. 225-242.
- JOÃO, Maria Isabel *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, FCG/ FCT, 2002.
- MARTINS, J.P. Oliveira 1946 [1879], *História da civilização ibérica*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira.
- 1957a [1888] “Os exércitos”, *O Repórter*, I, Lisboa, Guimarães Ed.
- 1957b [1888], “Espanha e Portugal”, *O Repórter*, I, Lisboa, Guimarães Ed.
- 1954 [1881], *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Guimarães Ed.
- 1984 [1893] *Vida de Nun'Álvares*, 9ª ed., Lisboa, Guimarães Ed.
- 1986 [1880] prólogo a *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4ª ed., Lisboa.
- MATOS, Sérgio Campos 1998 *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri.
- MAURÍCIO, Carlos *A invenção de Oliveira Martins*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- PÉREZ GARZÓN, Juan Sisínio 2003 “Los historiadores en la política española” 2003, *Usos públicos de la historia* (Ed. Juan J.CARRERAS Ares e Carlos FORCADELL Álvarez), Madrid, Marcial Pons/Prensa Univ. de Zaragoza.
- PINA, Ana Maria 2003 *A quimera do ouro. Os intelectuais portugueses e o liberalismo*, Oeiras, Celta, 2003.
- REBELO, Luís de Sousa, 2004 “Oliveira Martins: the Specters in historiography”, *Portuguese Studies*, Londres, vol. 20, pp. 108-122.
- SERRA, Abade Correia 1990 [1789], “Discurso preliminar”, *Memórias Económicas Academia das Ciências de Lisboa* (introd. e dir. José L. CARDOSO), t. I, Lisboa, Banco de Portugal, 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo 1974 *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. III., Lisboa, Ed. Verbo.
- TORGAL, Luís Reis 1996 “Antes de Herculano...”, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 19-37.
- TURDA, Marius 2008, “National historiographies in the Balkans, 1830-1989”, *The Contested Nation. Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories* (Ed. por Stefan Berger e Chris Lorenz), Londres, Palgrave MacMillan, pp. 463-489.

# HISTORIA DE LA HISTORIA Y MEMORIA DE LA PROFESIÓN: ¿EXISTIERON HISTORIADORES LIBERALES EN LA ESPAÑA DE FRANCO?

Ignacio Peiró Martín\*

A finales de la década de 1950, las *políticas del pasado* del pasado franquistas se reforzaron con la celebración de dos de los hitos conmemorativos que mejor parecían definirlos por delante y por detrás: el cuarto centenario de la muerte del Emperador Carlos V y el 150 aniversario de los Sitios de Zaragoza. *Días de ayer* de la dictadura durante los cuales se desarrolló un proceso de metamorfosis o «conversión» en el seno de la comunidad de historiadores españoles, la coincidencia temporal de ambos festejos permiten apuntar alguno de los aspectos que maduraron, precisamente, a partir de 1958<sup>1</sup>. De hecho, situados sobre el escenario de la *cultura histórica nacional*, la serie de homenajes dedicados al primero de los Austrias representan el marco sobre el que se inscribe la crisis institucional y la «fatiga generacional» del modernismo español. Mientras en el otro extremo, la temática de la Guerra de la Independencia empezó a ser utilizada como puerta de entrada para el estudio del siglo del liberalismo por un reducido grupo investigadores universitarios que proyectaban su metamorfosis contemporánea. O, por decirlo con otras palabras, el protagonismo historiográfico alcanzado por el conflicto que iniciaba la centuria decimonónica fue uno de los caminos seguidos en la *normalización historiográfica* de la historia contemporánea)<sup>2</sup>.

---

\* Universidad de Zaragoza

<sup>1</sup> A lo largo de estas páginas utilizo como una referencia al lenguaje de la época la imagen de la «conversión» empleada por Jesús Pabón (1963), pp. 197-229.

<sup>2</sup> Marín Gelabert avanzó los parámetros conceptuales para el estudio de la *normalización* de la historiografía española en (2004), p. 41 ss.; y los desarrolló en su tesis doctoral (2008).

En primera instancia, está claro que la atención prestada por estos autores a la guerra de 1808-1814, produjo un distanciamiento respecto al dominio tradicional ejercido por el modelo erudito. No en vano, pese a la diversidad de aproximaciones metodológicas y ambivalentes orientaciones interpretativas, los intereses de los historiadores universitarios les hizo acotar un territorio de historiador o un objeto historiográfico, si se prefiere, al pensar el estudio del período no como un mundo en sí. Por el contrario, comenzaron a percibir la guerra contra los franceses como un acontecimiento integrado en el proceso histórico general, una parte importante del campo de investigación científica de la historia de la España contemporánea. Pero no sólo eso. Definidas por el juego de las estrategias individuales que introducen elementos de diferenciación como investigador dentro de la comunidad preexistente, estas nuevas actitudes en favor de la especialización contemporaneísta contribuyeron a desplazar el centro de gravedad del paradigma dominante mediante la integración de los empujes renovadores en su seno. Y, a la vez, ayudaron a la creación de la disciplina en el espacio universitario y al nacimiento de una nueva comunidad de historiadores.

Por otro lado, importa recordar que esta estructuración se vio acompañada por un fenómeno de agrupamiento o cohesión identitaria de grupos (difícilmente podemos llamarlos *escuelas*) cuyas trayectorias investigadoras y proyecciones profesionales se fundamentaron en el estudio de la Guerra de la Independencia. Las estrategias de «conversión dogmática» surgidas en este entorno temático se refirieron tanto a los *sectores tradicionales* como a los más *innovadores* de la historiografía española<sup>3</sup>. En adelante, la rivalidad establecida entre ambos sectores (convertida en verdadera confrontación durante las décadas de los sesenta y setenta) hizo aflorar un elemento más bien sorprendente dentro de la historiografía universitaria franquista: la aparición de una temprana «*corriente de historiadores liberales*».

Sin embargo, porque sigo convencido de que una lectura político-ideológica o simplemente literaria de lo que pudo ser una *orientación liberal* está llena de contradicciones. También, porque pienso que la búsqueda escrupulosa de rasgos liberales en textos y en personas, resulta muy insuficiente en cualquier reflexión seria sobre las construcciones ideológicas de la dictadura (y, en general, de los fascismos europeos). Y, en tercer lugar, porque creo que en el nivel de la práctica historiográfica se está fomentando un retorno al tipo de literatura que busca la originalidad sólo

---

<sup>3</sup> Vid. Ignacio Peiró (2008).

en los detalles<sup>4</sup>. Por estas cosas (y alguna otra más), me he planteado intervenir en el debate sobre la entrada del *liberalismo y lo liberal* en el lecho de Procusto de las culturas políticas del franquismo aportando la mirada del historiador de la historiografía que adopta la perspectiva de la *normalización historiográfica*. Un horizonte cada vez más específico y reconocible en la medida en que, desde finales de los cuarenta, se resuelven lentamente las consecuencias intelectuales de la *primera hora cero* de la memoria profesional, creada sobre las cenizas de la guerra de ideas (radicalmente antirrepublicanas y antiliberales, entre otras) y el infame holocausto cultural que, en España, sucedió al triunfo franquista de 1939<sup>5</sup>.

Mirando pues hacia atrás y hacia delante, las siguientes páginas pretenden, antes de nada, situar las prácticas históricas e historiográficas generadas alrededor de la guerra contra los franceses entre las fuentes originales que impulsaron el desarrollo disciplinar de la historia contemporánea española. Y, al mismo tiempo, están dirigidas a analizar los efectos de consolidación de esta *representación ideológica de la memoria* que afirma la existencia de una tendencia liberal en el espacio colectivo de la historiografía franquista<sup>6</sup>. En ese sentido, sin echar al olvido las certidumbres de libertad interior que guían las biografías privadas de los historiadores, se trata de seguir los rastros de una serie de fenómenos individuales o colectivos conectados con los procesos de sociabilidad, intercambio y reproducción de las comunidades históricas: la *búsqueda de la identidad de historiador*, el *prestigio* y la *construcción de las sociologías de la fama* (con sus particulares desarrollos ideológicos, depuraciones de conciencias religiosas y derivas hacia el *moralismo*

<sup>4</sup> La bibliografía utilizada me evita volver a repetir aquí las obras de una polémica revivida a partir de la publicación del libro de Jordi Gracia (2004), y Jordi Gracia (2006), pp. 319-344. Mientras que la mención del libro de Saz Campos (2003), me alinea con el grupo de quienes consideran inviable cualquier posibilidad de aplicación de la tesis de la «continuidad de una tradición liberal en una serie de personajes...» a la historia intelectual de la política franquista (pp. 410-411). En cualquier caso, sin ánimo de mezclar o confundir autores, objetos de investigación, propósitos ideológicos y adscripciones políticas, desde los territorios historiográficos, se ha producido una vuelta de tuerca más en las hipótesis que siguen la senda «liberal» de los intelectuales franquistas (pronto tendremos ministros), con la aparición del erudito libro de Díaz Hernández (2008). Como señalaré, más adelante, no me parece descabellado conectar el olor a ánimo exculpatorio que desprende ésta obra con el núcleo originario de la invención de la tradición liberal: los historiadores del círculo del Opus Dei. Y esto, por no decir nada acerca de las afirmaciones sobre los avances y visiones democráticas del protagonista, percibido de forma tácita más como un «político independiente», monárquico, liberal y demócrata, que como un historiador o un intelectual del régimen.

<sup>5</sup> Un apunte sobre la aplicación práctica del concepto en Peiró (2006), pp. 13-15. Una panorámica sobre las culturas políticas de los nacionalismos españoles «antiliberales» (el nacionalcatólico y el fascista) durante el franquismo en Saz Campos (2010), pp. 313-329.

<sup>6</sup> En ese punto, no puedo menos que estar de acuerdo con lo apuntado por Juliá (2004), pp. 127-144; y con la descripción avanzada por Varela, (1999), pp. 344-352.

*autocomprensivo*)<sup>7</sup>. Y esto, teniendo muy presente la coyuntura político-social y cultural de la inmediata postguerra europea caracterizada por la agobiante atmósfera ideológica de la Guerra Fría, con un espacio académico y un tiempo historiográfico de extenso dominio conservador. Niveles superpuestos de la historia y la política de las democracias y las historiografías nacionales de la «nueva» Europa sobre los cuales la «hora liberal» tardaría en llegar (de forma incipiente desde mediados de los cincuenta y con mayor presencia a partir de la segunda mitad de los sesenta)<sup>8</sup>.

Para cumplir estos propósitos, el presente artículo toma como punto de partida la fecha del 8 de febrero de 1958. La tarde de ese día, José María Jover Zamora disertó en el Paraninfo de la Universidad de Zaragoza sobre *La guerra de la Independencia española en el marco de las guerras europeas de Liberación (1808-1814)* (Jover Zamora, 1958, pp. 41-165). En su trayectoria profesional, la conferencia cesaraugustana y los trabajos que le siguieron convirtieron al catedrático de *Historia Universal Moderna y Contemporánea* de Valencia en uno de los representantes más reconocidos de aquella pequeña minoría de profesores universitarios que, como algo inherente a su personal «desvío por la historia contemporánea», habían iniciado su lenta «conversión liberal»<sup>9</sup>.

## Actualización de la tradición española: la Guerra de Independencia como antesala del siglo XIX

En cualquier caso, cuando José María Jover inició su evolución hacia el estudio del siglo XIX no estaba sólo<sup>10</sup>. En el espacio disciplinar interior, el primer contemporaneísmo universitario español contaba con el aislado magisterio de Jesús Pabón que, «en años de máximo aislamiento y pobreza en España», había

<sup>7</sup> En el debate abierto sobre la actitud de los historiadores alemanes durante el nazismo, el fenómeno del *moralismo autocomprensivo* en Wehler (1985), pp. 143-153, citado por Marín Gelabert (2006), pp. XXXVII. Para el caso de la historiografía española y los «nuevos liberales», *vid.* lo que señalé en la «Introducción» que escribí en Peiró y Pasamar (2002), pp. 23-24 (en adelante *DHEC*).

<sup>8</sup> Junto a la «obsesión conservadora» de la historiografía alemana por superar la *primera hora cero* de su memoria profesional desde la historia del tiempo presente señalada en Peiró (2007), pp. 177-234 (especialmente pp. 219-228); el caso británico en Parker (1990), pp. 202-244; y Cannadine (2002), pp. 316-354. Por último, el «giro conservador» a través de las relaciones de la escuela francesa de *Annales* con las instituciones norteamericanas y la política del general De Gaulle, en Gemelli (2005), pp. 267-303.

<sup>9</sup> Quiero advertir que las siguientes páginas están pensadas como una continuación de Peiró (2007).

<sup>10</sup> *Vid.* la panorámica trazada por él mismo Jover Zamora (1974), pp. 9-151 (reproducido en (1991), pp. 25-271).

publicado *Las ideas y el sistema napoleónicos* (Pabón, 2003)<sup>11</sup>. En el siguiente decenio, el monárquico catedrático de *Historia Universal* de la Universidad Central completó su producción de «historia contemporánea de Europa» con los dos libros *La revolución portuguesa* (1941 y 1944); el ensayo *Los virajes hacia la guerra* que data de 1946; y las dos catas sobre el fenómeno bolchevique, *Zarismo y bolchevismo* (1948) y *Bolchevismo y literatura*, galardonado este último con el Premio Nacional de Literatura en 1949. Por último, en 1952, apareció el volumen primero de aquella espléndida reconstrucción de la historia política de las décadas iniciales del siglo XX que fue su *Cambó* (el segundo y el tercero se hicieron esperar hasta 1969). Como escribió, su discípulo Carlos Seco Serrano, estos estudios trazan las motivaciones básicas en torno a las cuales se movían las preocupaciones de «nuestro gran maestro de historiadores»:

De una parte, la profundización en las raíces de la revolución contemporánea – o de los grandes ciclos de la revolución contemporáneas: el alumbrado en Francia a finales del siglo XVIII, el que cristaliza en Rusia en 1917-. De otra parte, la consideración de Portugal como complemento histórico y necesario punto de referencia de la realidad española; y la comprensión abierta hacia Cataluña y, a través de ella, al fenómeno de los nacionalismos periféricos; la necesidad de entender el catalanismo como una forma definida de ser español (Seco Serrano, «Prólogo» a J. Pabón, 1999, p. XXI)<sup>12</sup>.

Y existían, también, las obras del granadino Melchor Fernández Almagro. El maurista de juventud, falangista de acción y monárquico de corazón, jefe de la sección de Historia Contemporánea del Instituto de Estudios Políticos y académico de la Historia, ejercía un dominio sobre el mercado editorial como ejemplo del escritor, historiador de la literatura y aficionado a la narración de la historia positiva de los hechos políticos y grandes personajes. Un abogado y periodista que, a finales de los años veinte, se había incorporado al equipo de colaboradores de la *Historia de España* dirigida por Ramón Menéndez Pidal, publicado en la famosa Biblioteca de Iniciación Cultural de la editorial Labor la primera de sus

<sup>11</sup> Sobre quién fue considerado uno de los historiadores más influyentes de su época, *vid.* junto a la voz, «Pabón y Suárez de Urbina, Jesús», *DHEC*, pp. 461-462; los retratos biográficos trazados por el profesor Seco Serrano (1978), pp. 5-151, hasta la introducción «Jesús Pabón. Su vida y su obra», que abre la reedición de (2003), pp. IX-XCVIII. Por situarnos en el espacio de reconstrucción de las redes de relaciones académicas, Jover recordará con gratitud «a los nombres de mi buen amigo Roberto Mesa y de mi viejo maestro Jesús Pabón» que, en 1969, le abrieron las puertas para ser profesor en la Escuela de Diplomática de Madrid, Jover Zamora, «Presentación al lector» (1976), pp. 19-20.

<sup>12</sup> El calificativo pertenece al mismo profesor Seco en su reivindicativo artículo dedicado a «La biografía como género historiográfico», en Carreras, *José et alii* (1976), p. 111.

monografías históricas dedicada a los *Orígenes del régimen constitucional en España* y dirigido la colección de Espasa-Calpe «Vidas españolas e hispanoamericanas»<sup>13</sup>. Y un activo historiador, en definitiva, cultivador consagrado de aquella «historia polémica» tan criticada por la primera promoción de historiadores profesionales que, tras salvar las trincheras de la guerra, encontró su acomodo en el espacio de la *primera hora cero* de la memoria profesional. En esa línea, después de las militantes y propagandísticas *Histoire de la Révolution nationale espagnole* de 1939 e *Historia de la República Española (1931-1936)* aparecida en 1940, tres libros sellaron su mirada erudita sobre el período de crisis del sistema liberal: *Por qué cayó Alfonso XIII* (1948), *Cánovas, su vida y su política* (1951) y la síntesis manualística *Historia política de la España contemporánea* (1956 y 1959)<sup>14</sup>.

En ese paisaje historiográfico se inscribe el movimiento intelectual de captura ideológica de los prohombres políticos, escritores y publicistas del neocatolicismo y el liberalismo conservador del siglo XIX (un arco que abarcaba desde el precursor Jovellanos a Marcelino Menéndez Pelayo, pasando por Donoso Cortés o Jaime Balmes). Dentro del mismo se enmarcaba el cursillo «sobre Cánovas dado, hace ya algún tiempo, en el Instituto de Estudios políticos» por el falangista y letrado del Consejo de Estado Luis Díez del Corral y la redacción de *El liberalismo doctrinario*, su tesis doctoral defendida en 1944 (Díez del Corral, 1945)<sup>15</sup>. Cargada de intencionalidad política, la obra abordaba de manera inteligente los antecedentes españoles del pensamiento político que culminaba en el conservador malagueño mediante un «arco» procedimental que le permitió desplazar la perspectiva histórica de la investigación al terreno de las ideas políticas de los doctrinarios franceses<sup>16</sup>. Y eso, porque «España ofrece un alto ejemplo, aunque a la postre fracasado por incidentes históricos, no menos en vigor, de cómo es posible incorporar al “ordo” vivos elementos de la cultura moderna» (L. Díez del Corral, 1998, p. 5).

Tras advertir que «Erroría el camino quien intentase tomar nuestras teorías políticas decimonónicas como exponente o guía de la verdadera realidad española,

<sup>13</sup> Vid. Viñes Millet (2007), pp. XV y XXXIV-XXXV. En general, de la misma autora (2000), pp. 237-255; y su voz en *DHEC*, pp. 236-237.

<sup>14</sup> Además del capítulo que le dedica Pabón «Melchor Fernández Almagro: historiador de la Regencia», (1963), pp. 127-136; comenta su interpretación del período canovista Piqueras (2008), pp. 332-335.

<sup>15</sup> La cita es de la edición de 1956, p. IX. Una aproximación a la biografía del historiador de las ideas políticas riojano (1911-1998) en la «Semblanza intelectual» escrita por Carmen Iglesias como introducción a Díez del Corral (1998); y su voz en el *DHEC*, pp. 218-219. A la espera de la inminente aparición en formato de libro de la tesis doctoral de Sesma Landrín, un avance sobre el IEP como instrumento ideológico del franquismo en su artículo (2004).

<sup>16</sup> La coyuntura e intencionalidad política de la obra en Piqueras (2008), pp. 401-408.

a la manera que pueden serlo, por ejemplo, las de un Guizot o un Stahl» (Ibidem, p. 515), Díez del Corral aplicó los preceptos doctrinales del historicismo alemán a la Restauración alfonsina para valorar el conjunto de sus factores históricos, encarnados en la persona de Cánovas. Aunque, eso sí, matizando en cada uno de sus párrafos las realizaciones del período (resultaba innegable el «medio siglo de paz»); y, siempre, precisando las diferencias con el momento presente, ya que «a las épocas históricas hay que tomarlas en su conjunto y como son: preciso es esforzarse más por penetrar en sus supuestos y colocarse en el centro de su propio horizontes, que por extender rápidos juicios basados en abstractas generalizaciones» (Ibidem, p. 517). Es decir, el liberalismo en su versión doctrinaria se entendía como un objeto de investigación de las ideas políticas de un pasado extinguido, una tradición y una fuente de conocimiento para el estudio de una disciplina universitaria: la historia del pensamiento político contemporáneo.

En la siguiente década, este discípulo de Ortega y amigo de José Antonio Maravall, consejero cultural de la embajada de España en París (1948-1950) y «arquetipo de hombre conservador ilustrado», dio a la luz su interpretación sobre el «arrebatamiento» de la hegemonía del Viejo Continente y la aceleración vertiginosa del tiempo presente en *El rapto de Europa* (Díez del Corral, 1954, pp. 3-51). Un ensayo deslumbrante, sin duda, construido sobre el eje central de un mito clásico ante la evidencia de que «en nuestros días, la mayor parte de las veces, los viejos conceptos no valen, ni conocemos apenas la ley de su aleación mental» (Ibidem, p.114).

La mención del primer catedrático de *Historia de las Ideas y de las Formas Políticas* de la Central (1947) me lleva directamente a recordar el protagonismo alcanzado por dos publicaciones periódicas en la difusión «de un cierto contemporaneísmo al servicio ideológico de la construcción del Nuevo Estado»: la *Revista de Estudios Políticos y Arbor*<sup>17</sup>. Y me permite completar lo señalado por José María Jover en relación con el puñado de libros sobre la historia del siglo XIX escritos por profesores universitarios pertenecientes a los departamentos de las Facultades de Derecho, de Ciencias Políticas y Económicas situados, por entonces, en la periferia del espacio institucional de la comunidad histórica universitaria (Jover Zamora, 1999, pp. 296-297). En un medio sin historiadores tradicionales, alcanzaron un cierto protagonismo un grupo de activos profesores de *Filosofía*

<sup>17</sup> La cita es de Marín Gelabert (2010), p. 105. Para las publicaciones mencionadas, al lado del estudio de N. Sesma Landrín, *vid.*, Díaz Hernández (2008); Prades (2007), pp. 177-200; y el estudio pionero de Alonso Plaza (1985), pp. 39-58.

*del Derecho* y, especialmente, de *Derecho Político* que, junto a otras temáticas, empezaron a escribir acerca de la historia del constitucionalismo español. Entre todos ellos, pronto destacó el acenepista, titular de la cátedra y secretario general de la Universidad de Granada, Luis Sánchez Agesta<sup>18</sup>.

Un prometedor catedrático que supo aprovechar la red de relaciones entre católicos y compromisos personales entre universitarios tejida desde el final de la guerra para consolidar una sólida carrera académica y política en los veinte años siguientes (y aun después). El comienzo de los cincuenta, había traído el reconocimiento vaticano como Instituto Secular de la Sociedad Sacerdotal de la Santa Cruz y del Opus Dei. Y, el 19 de julio de 1951, el traslado de Joaquín Ruiz-Giménez Cortés desde su puesto de embajador en la Santa Sede al ministerio de Educación Nacional (durante su embajada había iniciado las negociaciones diplomáticas que culminaron, dos años más tarde, con la firma del Concordato y la definitiva consagración espiritual de la dictadura)<sup>19</sup>. El 3 de noviembre de 1953, el antiguo Presidente internacional de Pax Romana y ex-director del Instituto de Cultura Hispánica, nombró a su correligionario Sánchez Agesta rector de la Universidad de Granada.

Para entonces, este católico leal había dado a conocer su pensamiento jurídico cristiano en artículos y manuales. Y así, por ejemplo, en sus *Lecciones de Derecho Político*, había divulgado la opinión general de la «crisis actual» y señalado los problemas de los grupos sociales en el mundo político contemporáneo (y de la misma *politicidad* en tanto su superestructura característica):

La familia, la ciudad, la Iglesia y la nación han sido históricamente grupos que han funcionado como esta base de la organización política. En nuestros días, es el grupo que definimos como Estado nacional, el centro de esta organización de los demás grupos sociales. Y precisamente las alternativas de la crisis histórica contemporánea se plantean como episodios del asalto que otros grupos dan a ese *Estado nacional* para erigirse en centros de orden o de defensa con que el Estado rechaza esta acción y trata de integrar y organizar en la nación estos diversos grupos. [Santi] Romano plantea la solución de la crisis como el establecimiento de una jerarquía entre esos diversos grupos por razón de sus fines y de la autonomía de

<sup>18</sup> Sobre este catedrático granadino (1914-1997), que alcanzó la cátedra de *Derecho Político* de Oviedo, en 1942, pasando por traslado a la misma cátedra de Granada y, en 1960, a la de Madrid, *vid.* su voz en *DHEC*, pp. 563-564. Para el desarrollo disciplinar de la *Filosofía del Derecho*, *vid.* los estudios de Rivaya (1998) y (2010). Esta última obra ha merecido una durísima crítica por parte de Lacasta Zabalza (2010), pp. 171-178.

<sup>19</sup> De la abundante bibliografía sobre el tema, *vid.* el clásico estudio de Tusell (1984); Muñoz Soro (2006), pp. 27-29; y Urquijo Goitia (2008), pp. 136, 324 y 416.

su estructura. Hay entidades, que tienen en sí su propio centro, que son independientes o soberanas, que poseen un fin propio y un principio de autodeterminación (la sociedades «perfectas» de la sociología católica), de ese tipo son la Iglesia y el Estado; junto a ellas otras entidades son autónomas (aunque no independientes) en su estructura, pero están vinculadas a una entidad del primer tipo por razón de su fin, tal es el caso de un partido político o de una sociedad religiosa; y hay por último entidades que están vinculadas a las primeras por razón de su fin y de su estructura, estando integradas como partes o elementos, tal es el caso de los municipios dentro del Estado. Construir esta integración jerárquica de los distintos grupos sociales dentro del orden del Estado es el problema político de la crisis actual (Sánchez Agesta, L., 1947, pp. 127 -129)<sup>20</sup>.

Algo imposible de realizar sin la consideración de que el estudio de la forma de estos grupos y «hasta su misma existencia están en función de las ideas con que el poder tiende a realizar su orden» (Ibidem, p. 128). Es decir, desde el reconocimiento de la «realidad jurídica» del sistema establecido, lo cual no impedía que para su justa comprensión fuera necesaria su misma explicación histórica. Más adelante, esta certeza la puso en práctica en sus trabajos dedicados a la historia constitucional del siglo XIX.

Nada tiene de extraño, pues, que Rafael Calvo Serer y Florentino Pérez Embid lo incluyeran en el grupo de jóvenes profesores (junto a José María García Escudero, Martín Almagro, Vicente Rodríguez Casado o José María Jover) seleccionados para participar en el curso del Ateneo de Madrid de febrero de 1951, «Actualización de la tradición española»<sup>21</sup>. Para entonces, se encontraba trabajando

<sup>20</sup> La influencia del italiano Romano, padre de la teoría institucionalista del Derecho, entre los juristas españoles de la época la apunta Martín-Retortillo en su artículo (1962), pp. 39-78 (sirvió de prólogo a la traducción que realizó, junto a su hermano Lorenzo Martín-Retortillo, de la clásica obra de Romano (1963).

<sup>21</sup> El programa completo de las conferencias organizadas por la redacción de *Arbor* en *El Ateneo de Madrid organiza dos cursos de lecciones sobre Balance de la cultura moderna y Actualización de la tradición española, Madrid, 1950-51* (1950). Un comentario sobre estos cursos en Sánchez García (2004), pp. 871-894. El ciclo de 1950 constó de 24 lecciones, destacando, entre otras, la dictada por el catedrático de *Derecho Político*, Manuel Fraga Iribarne sobre «La crisis del Estado liberal». Para el de 1951 se programaron 23 conferencias. En éste último curso, el 9 de febrero José María García Escudero (teniente coronel jurídico del Ejército del Aire y profesor de Política Exterior en la Universidad de Madrid), confirmó en su conferencia «Crítica de la restauración liberal en España», las hipótesis que había avanzado en artículos como García Escudero (1947), pp. 67-85 y plasmó en el libro que le había encargado Calvo Serer para la Biblioteca del Pensamiento Actual, García Escudero (1951). Las ideas expuestas por este publicista, falangista y acenepista se convirtieron en la matriz de la crítica del nacionalcatolicismo a Cánovas y, por extensión, al liberalismo político de la Restauración, achacándoles su «falta de principios» y su responsabilidad en el advenimiento de la II República y la guerra civil. Según extracta Díaz Hernández, para García Escudero «las dos Españas habían combatido durante siglo y medio. Cánovas y Maura había fracasado en el intento de unir la España católica y nacional con la España laica e izquierdista. Ante la retirada del poder civil emergió un poder militar y después la República, que polarizó radicalmente la sociedad español. Gracias a la victoria del 39 los españoles sabían lo que no quería (le liberalismo y sus sucedáneos) y que aquello no debía volver», Díaz Hernández (2008), p. 312. La conferencia se

en el que sería su libro más importante de aquellos años, *El pensamiento político del despotismo ilustrado* (Sánchez Agesta, 1953). Igualmente era lógico que en su conferencia acerca de la «Clave histórica de la tradición española», además de utilizar expresiones de Vázquez de Mella y Víctor Pradera sobre la pervivencia del pasado en el futuro, considerara la monarquía hereditaria como uno de los factores esenciales de la continuidad histórica española. De forma consecuente con su espíritu y sus formas de actuación, dedicó los últimos párrafos de la lección a alertar acerca de los peligros de la penetración del positivismo en la ciencia española, finalizando con la petición de «insuflar el auténtico sentido cristiano en las instituciones políticas y sociales» (Sánchez Agesta, 1952)<sup>22</sup>.

No era un argumento original. De hecho, podría decirse que el pensamiento jurídico de Sánchez Agesta formaba parte de la retórica del discurso del «franquismo espiritualista» que compartía con el «antimodernismo utópico» de preguerra, contaminado y manejado por el fascismo, la voluntad de hacer frente a la «crisis de la historia contemporánea». Un estado de opinión conectado directamente a la crítica de la modernidad (racionalista, ilustrada y liberal) y a la «búsqueda de una tercera vía entre el materialismo capitalista y el materialismo comunista»<sup>23</sup>. Y una creencia generacional como demuestran las palabras de presentación, escritas por los organizadores de las lecciones del Ateneo de Madrid de 1950-1951 para justificar la importancia de los cursos, pues:

La vida cultural de España sufre hoy las consecuencias de la crisis a que ha llegado el espíritu de la modernidad. Su confusión, su atonía y su tristeza actuales tienen en esto su más fuerte raíz.

A la vez, es también patente que España ha renovado en el mundo del espíritu su fuerte afirmación de voluntad creadora. Reconquista la conciencia española, en trance de renovación sobre cimientos firmes nuestra visión del espíritu nacional -mejor dicho, lograda ya ésta en sus líneas fundamentales-, resulta claro que ha caducado por propio agotamiento las concepciones culturales vigentes aún ayer mismo, en la época liberal, y por eso los

---

editó como García Escudero (1952). La trayectoria de este autor en *s.v.*, «García Escudero, José María», *DHEC*, pp. 274-276. Por su parte, José María Jover, anunciando su personal «desvío por la historia contemporánea», el 30 de abril de 1951, impartió la conferencia (1952), *vid.* Peiró (2007), p. 176.

<sup>22</sup> La cita entrecomillada es de Díaz Hernández (2008), p. 313.

<sup>23</sup> Aplicado a la nostalgia de la Edad Media como componente de la «revolución conservadora» extendida por toda Europa, el párrafo es deudor de las ideas expuestas por Carreras Ares (2007), pp. 11-26 (la cita p. 17). Zeev Sternhell habla de «fascismo espiritualista» en (1963), pp. 234-288. Al respecto, *vid.* también Rodríguez Jiménez (1993), pp. 179-188.

españoles no tenemos por qué asustarnos demasiado -aun que seamos conscientes de su gravedad- ante la crisis europea de nuestra cultura (...).

(...) (...) Y por lo que respecta al juego de las ideas, el materialismo dialéctico soviético -o el existencialismo, angustiante o desmelenado- son sólo los eslabones últimos de ese proceso destructor del orden cristiano que ha sido la Edad Moderna.

Ha llegado, pues, el momento de hacer un balance -doloroso, pero objetivo y exigente- de la vida europea en los cuatro siglos últimos. En él quedará claro que el orden esencial de nuestra cultura -el orden esencial de la Cristiandad-, fuertemente jerarquizado en los planos religioso, intelectual, social y político, ha sido desmontado progresivamente durante estos cuatrocientos años. Así Europa ha llegado a la formidable confusión y a la impresionante debilidad de nuestros días (*El Ateneo de Madrid organiza dos cursos de lecciones sobre Balance...*, 1950, pp. 3-4)<sup>24</sup>.

En 1953, Luis Sánchez Agesta publicó su libro más importante de aquellos años, *El pensamiento político del despotismo ilustrado*. Y en el número de mayo-junio de la *Revista de Estudios Políticos* firmó el artículo «Sentido sociológico y político del siglo XIX» (Sánchez Agesta, 1954, pp. 23-43). Sin ser un trabajo memorable, merece ser destacado por el esbozo historiográfico que ofrece sobre los tres instantes principales del siglo conectados con el desarrollo de la «ciencia del Derecho Constitucional» dentro del sistema del Derecho político: «Ante todo, la guerra de la Independencia y la revolución política que paralelamente se realiza en Cádiz (...) La guerra civil carlista y los primeros años de esta segunda etapa del régimen constitucional (...). Un tercer momento que atrae la atención de historiadores y contemporáneos es la Restauración y la obra de Cánovas» (Ibidem, pp. 23-24)<sup>25</sup>. En las siguientes líneas, una pregunta acerca del «sentido unitario» de la centuria le permitía justificar su toma de posición en su condición de titular de una cátedra de *Político*:

Porque hora es también de advertir que sin mengua de su concreción histórica, aunque nos esforcemos por situar los hechos en su ambiente y por comprender las razones por que obraron los hombres en su momento histórico, la Historia nos interesa desde la ciencia política en cuanto es una experiencia sobre la que vivimos y la fragua de una situación desde la que actuamos. El siglo XIX está ahí, irrenunciablemente. Podremos aceptarlo o

<sup>24</sup> Sánchez García en su comentario de estas lecciones, explica con claridad las ideas antiliberales expuestas en las mismas (2004), pp. 875-889.

<sup>25</sup> La definición de Sánchez Agesta de la Teoría de la Constitución y el Derecho Constitucional integrados en el Derecho político en Sánchez Agesta (1947), pp. 17-25.

repudiarlo para trazar nuestro futuro, pero no podemos desconocer que es una parte de lo que somos (Ibidem, p. 25).

En cierta medida, el texto muestra las estrategias de consolidación profesional de un catedrático de cuarenta años que, al plantear la superación de la visión de aquel período como «autor, cómplice e inductor de nuestros errores y desdichas» (Ibidem, p. 23)<sup>26</sup>, estaba anunciando la salida inmediata de la *Historia del constitucionalismo español, 1808-1936* (Sánchez Agesta, 1955). Un breviarío que, recuperando una temática de los años veinte y treinta olvidada por la memoria profesional durante la década de 1940, alcanzó un cierto éxito entre el colectivo de historiadores de los cincuenta por su condición de manual pionero en el camino de la *normalización* historiográfica. Pero poco más. Y mucho menos, sostiene la opinión acerca de las condiciones liberales de su autor. Parafraseando a Enrique Gómez Arboleya, se podría decir que el Luis Sánchez Agesta de esos años era católico y franquista, y por ello no hacía problema ideológico del liberalismo en cuanto tal, sino se planteó problemas respecto a la historia de la sociedad liberal (Gómez Arboleya, 1958, pp. 47-83)<sup>27</sup>.

En las turbias aguas políticas de la dictadura, Sánchez Agesta fue un catedrático pragmático que permaneció en el cargo de rector cuando el ministro Ruiz-Giménez fue cesado en febrero de 1956. Pasados los años, es verdad que fue el único procurador de las Cortes franquistas que apoyó a su antiguo protector acenepista durante la discusión de la Ley de Asociaciones. Sin embargo, no son menos ciertas tanto sus declaraciones en contra de dejar abiertos los «portillos» por los que pudieran colarse situaciones indeseadas<sup>28</sup>, como sus manifestaciones apoloéticas sobre el «futuro del Movimiento como un sistema político semi-representativo, donde los “grupos políticos deberían concebirse como instituciones subordinadas al solo efecto de canalizar corrientes de opinión y seleccionar gobernantes y representantes”, con un gobierno respaldado por la monarquía y el ejército e independiente de los partidos y las Cortes, aunque sometido a control periódico por parte de éstas. En resumen, algo muy diferente “de las fórmulas patológicas del parlamentarismo francés e italiano”» (Muñoz Soro, 2006, p. 41)<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> Recogida por Santos Juliá (2004), p. 405.

<sup>27</sup> La cita referida a la sociología de Severino Aznar en p. 47.

<sup>28</sup> Las discusiones de la Ley de Asociaciones de 1964 en Molinero, Ysàs (2008), pp. 82-85 (la cita en p. 85).

<sup>29</sup> Cita los artículos de Sánchez Agesta (1963), pp. 22-24; (1964), pp. 22-23.

Si volvemos sobre nuestros pasos y retomamos los trabajos de la «escuela de politólogos de Sánchez Agesta», en 1951, su discípulo Francisco Murillo Ferrol publicó en la revista corporativa «Nación y Crisis» (Murillo Ferrol, 1951, pp. 47-76)<sup>30</sup>. Un artículo panorámico en el que, sin cuestionar en ningún momento el régimen franquista, abogaba por la superación de la «nación» como producto de la «crisis» de la sociedad contemporánea. No en vano, concebida «al propio tiempo un fenómeno histórico de integración hacia dentro y de disgregación hacia fuera», «la consiguiente *nacionalización* de la guerra y la valoración mítica de las llamadas guerras de la independencia» (de donde surgían «todas las especies patológicas del nacionalismo»), le hacía concluir que: el «nacionalismo llega así a su destrucción por el simple despliegue de sus principios inmanentes. El sistema de división de naciones en su forma moderna, parece por su propia exasperación» (Ibidem, p. 75). En 1959, siguió las líneas trazadas por su maestro con una colaboración dedicada a analizar el valor jurídico de «El Manifiesto de los Persas», señalando la aparición de la «idea del poder moral como algo superior al poder legal» que se convertirá en un tema recurrente en los representantes realistas a lo largo del siglo XIX (Murillo Ferrol, 1959, pp. 161-178)<sup>31</sup>. Y ese mismo año, Juan Ferrando Badía, el ayudante valenciano de Murillo Ferrol y de Sánchez Agesta, abordó la difusión del proyecto constitucional del liberalismo gaditano en el espacio europeo a partir de 1820 en *La Constitución española de 1812 en los comienzos del «Risorgimiento»* (Ferrando Badía, 1959)<sup>32</sup>.

Entretanto, prescindiendo de los «francotiradores de la publicística» (como los definía Vicens Vives) y del «fenómeno del partisanismo» que caracteriza la

<sup>30</sup> Sobre este autor, nacido en Granada (1918) y fallecido en Madrid en septiembre de 2004, que se jubilará en la cátedra de Ciencia Política en la Universidad Autónoma de Madrid, *vid. su voz en DHEC, op. cit.*, pp. 435-436; el artículo de Morente (2004), pp. 145-161; y la necrológica de Beltrán Villalba, (2004), pp. 7-13. Otro profesor de *Político* interesado por la historia del constitucionalismo, siempre con el propósito manifiesto de demostrar el carácter original y moderado de la Constitución de 1812 frente a la francesa de 1791 y explicar el fracaso del liberalismo por el partidismo de sus partidos políticos, fue el falangista y titular de la cátedra de Valencia, Diego Sevilla Andrés (1911-1982). Junto a la recuperación de políticos conservadores como Maura o Canalejas representantes de la «revolución desde arriba» se empeñó en recuperar el pensamiento de Donoso Cortés, explicando la coincidencia entre la política exterior propugnada por éste autor con la llevada a cabo por el franquismo en el artículo Sevilla Andrés (1954), pp. 187-188, citado por Alonso Plaza (1985), pp. 54 y 57. Sobre este profesor *vid. su voz en DHEC*, pp. 589-591.

<sup>31</sup> El apoyo de los «persas» en el poder moral y la contraposición entre la «forma» de sus poderes a la «voluntad» del pueblo, en Wilhelmsen (1979), p. 147.

<sup>32</sup> Sobre este profesor (1926-2007) que alcanzará la cátedra de *Político* de Salamanca y concluirá su carrera académica en la de Valencia, *vid. la semblanza trazada por Juberías (2007)*, pp. 15-51. Un apunte acerca de los politólogos de los años 50 y 60 que proporciona algunas pistas sobre el desarrollo del contemporaneísmo en Jerez Mir (1999), pp. 49-83.

literatura de lo contemporáneo durante la *primera hora cero* de la historiografía franquista (entre otros, el carlismo tendría sus propios historiadores militantes como Román Oyarzún o Merchor Ferrer)<sup>33</sup>, parece indiscutible que fueron los filósofos de la historia e historiadores pertenecientes a los medios más conservadores e integristas quienes tomaron la delantera, implicándose con fuerza en la tarea de ocupar el terreno concreto de la historia política del siglo XIX. En esta cartografía de control del pasado nacional y gestión temática del conocimiento histórico, recordaremos el precedente que supuso la publicación de *El hegelianismo jurídico español*, escrito por el «descomedido e inteligentísimo» tradicionalista Francisco Elías de Tejada (Tejada, 1944)<sup>34</sup>. Un estudio que sería considerado imprescindible «para entender el trasfondo teórico de muchas de las corrientes políticas de la Restauración» (Cacho Viu, 1988, p. 26). En la siguiente década, el catedrático de *Filosofía del Derecho* de Sevilla publicó artículos de historia contemporánea reivindicando el valor político del carlismo frente al liberalismo y, desde la asunción de sus principios foralistas, concebir un regionalismo español de matiz tradicionalista<sup>35</sup>. En todo caso, Elías de Tejada ha pasado a la historia de la política académica del período por tratarse de un profesor que «sin tener cargos políticos, salvo la presencia en el Consejo de Educación, tenía acceso, complaciente o no, a los despachos de quienes lo tenían». Este poder lo utilizó, «en nombre de la más rígida ortodoxia tradicionalista, católica y reaccionaria», en la instauración de una «incansable represión y persecución universitaria con muy negativas implicaciones, a veces, de carácter también político-social» (Díaz, 1994, p.106 nota 14; Juliá, 2004, pp. 298-299).

Por estas sendas del tradicionalismo que percibía la Guerra de la Independencia como la «antesala de las querellas hispano-españolas del siglo XIX» transitó el desmesurado «conservador» Rafael Gamba Ciudad (Jordi Canal, 2004, p. 50). Destinado durante once años en el «Príncipe de Viana» de Pamplona, antes de alcanzar los institutos madrileños, este numerario de *Filosofía* de «rancia estirpe roncalesa» se había doctorado, en 1945, con una tesis sobre *La interpretación materialista de*

<sup>33</sup> Para la historia del siglo XIX, quizás sea conveniente recordar como ejemplo de obras de aficionados a Arzadun que publicó (1942), donde editaba un extracto de las de 700 cartas que Fernando VII dirigió a Juan Miguel de Grijalva que actuaba como nexo entre el rey y los afrancesados, *vid.* López Tabar (2001), p. 268, 354 y p. 307. Y, también, la aparición de libros escritos por publicistas y militantes carlistas como Oyarzún (1939). También, la monumental obra iniciada por Ferrer, Tejera y Acedo (1941-1979). Y, ya en la década de 1950, la de Jaime Ignacio del Burgo (1954-1966).

<sup>34</sup> Un estudio cercano y amable con el pensamiento político de este catedrático madrileño, regido por los paradigmas del tradicionalismo y el iusnaturalismo jurídico, en Ayuso Torres (1994).

<sup>35</sup> Sirvan de ejemplo, entre otros, Tejada (1953), pp. 50-59; Tejada (1955), pp. 630-632, citado por Prades (2007), p. 191.

la historia (una investigación social-histórica a la luz de la filosofía actual), en cuyas conclusiones explicaba que «el Materialismo histórico (...) conduce como teoría de interpretación histórica a la *deshistorificación* de la Historia, y constituye la culminación, en este orden, del caducado espíritu del racionalismo cientificista»<sup>36</sup>. Cinco años más tarde, lanzó la interpretación catastrófica del Trienio Liberal como una guerra civil entre los campesinos y los liberales en su libro *La primera guerra civil en España (1821-1823): historia y meditación de una lucha olvidada* (Gambra, 1950, pp. 50-59). Más todavía: pensando, con toda seguridad, en la guerra «definitiva» de 1936-1939, «calificó los lances del período como la primera guerra civil de España, que había enfrentado, según él, a la Cristiandad contra la Revolución» (Ibidem).

Por su parte, el titular de *Historia de España Moderna y Contemporánea* de Santiago de Compostela Federico Suárez, se había adelantado a todos sus compañeros catedráticos con la publicación, en 1950 y 1953, de *La crisis política del Antiguo Régimen en España, 1800-1840* y *Los sucesos de la Granja*, las obras que le convirtieron en la cabeza historiográfica de la escuela de los autodenominados *renovadores* (Suárez Verdeguer, 1953)<sup>37</sup>. En realidad, las hipótesis de estos libros las había dado a conocer en una serie de artículos aparecidos en *Arbor* y la *Revista de Estudios Políticos*. En sus páginas, dirigidas a revalorizar con rigor documental el carlismo como solución «reformista» que hubiera evitado la ruptura de la tradición española (representada por el liberalismo), proporcionaba una imagen negativa de la dinastía borbónica por considerar que había contribuido al afrancesamiento de España y a romper la línea de la continuidad histórica (Suárez, 1945, pp. 87-95; Suárez, 1946, pp. 43-83; Suárez, 1947, pp. 349-395). Poco después, con motivo de la lección inaugural del curso académico de 1955-56 en el Estudio General de Navarra, el padre Suárez Verdeguer, defendió una posición que mantuvo hasta el final de sus días al explicar en claves presentistas las diferencias entre los tradicionalistas «*conservadores, innovadores y renovadores*». Para él, fueron estos últimos quienes verdaderamente:

hicieron una profunda revisión de los principios y de las aplicaciones al campo político (...). Por de pronto, partían de la situación real. No tomaban como los innovadores, en consideración al hombre en general, sino al español existente. No trataban de regenerar la

<sup>36</sup> Vid., «Rafael Gambra Ciudad (1920-2004)», *Proyecto Filosofía en español*, en red <http://www.filosofia.org/ave/001/a088.htm>.

<sup>37</sup> Sobre este catedrático nacido en Valencia en 1917 y fallecido en Pamplona el 1 de enero de 2005, *vid.* su voz en el *DHEC*, p.605; el retrato que le dedicó Comellas (1991), pp. 17-27 (la obra dedica un apartado a la trayectoria académica y la bibliografía); y la necrológica de Ferrari (2005), pp. 7-10.

nación, sino de remediar la España concreta en que vivían y que tenía una historia y unos caracteres determinados (Suárez, 1955, p. 35).

En 1953, su discípulo José Luis Comellas obtuvo el grado de doctor al defender una investigación sobre *Los pronunciamientos en la primera época de Fernando VII*<sup>38</sup>. También, el belicoso ensayista Rafael Calvo Serer en sus últimos meses al frente de la revista *Arbor* aceptó reeditar su artículo «España y la caída de Napoleón», donde abundaba en la «fuerza del espíritu tradicional español, que fue el secreto de la derrota napoleónica en la Península»<sup>39</sup>. Y en estos círculos se movía Hans Juretschke, el concienzudo hispanista alemán, afincado en Madrid y director del Instituto Germano-Español de Investigación de la Sociedad Görres que, durante los años cuarenta, había prologado la edición de las *Obras completas* de Donoso Cortés para la Biblioteca de Autores Cristianos e iniciado sus trabajos acerca del romanticismo<sup>40</sup>. En la década de 1950, escribió sobre la *Vida, obra y pensamiento de Alberto Lista*, las Cortes de Cádiz o *Los afrancesados en la Guerra de la Independencia* (Juretschke (1951) y (1962)<sup>41</sup>. Y, cuando fue necesario, salió en defensa de las tesis de Federico Suárez frente a los ataques directos surgidos de las nuevas promociones de la única historiografía liberal española posible en aquellos momentos: la del exilio. Así, en 1955, escribió en *Razón y Fe*.

De aquí que comúnmente se confundiera a los conservadores o tradicionalistas con partidarios de Fernando a secas. La opinión común se los imaginaba como una fuerza reaccionaria, ciegamente aferrada a lo antiguo. Yo mismo compartí esta impresión y así la expuse en una reseña del libro de Suárez sobre La crisis del Antiguo Régimen. Mis estudios de las Juntas de Defensa y de las Cortes de Cádiz me han convencido, sin embargo, de que Suárez refleja la situación real al insistir sobre los elementos reformistas del tradicionalismo y su programa constructivo.

<sup>38</sup> La tesis fue publicada como Comellas (1958). Antes de alcanzar la cátedra de *Historia de España, Moderna y Contemporánea* de Sevilla (1963), fue adjunto interino (1956) y profesor ordinario en el Estudio General de Navarra, *vid. s.v.*, «Comellas García-Llera, José Luis», *DHEC*, pp. 197-198; y las distintas colaboraciones del libro editado por sus discípulos Ramos Santana y Sánchez Mantero *et alii* (2000).

<sup>39</sup> El texto de Calvo Serer (1946), pp. 215-258, lo reprodujo en el capítulo dedicado a «El siglo liberal» en la recopilación monográfica de textos de historia de España publicados en la revista *Arbor*, editados por Pérez Embid (1953), pp. 488-529. Una minuciosa reconstrucción documental de la formación del grupo *Arbor* y del trabajo de Calvo Serer al frente de la revista del CSIC desde su nombramiento como director en 1951 hasta su destitución en octubre de 1953 en Díaz Hernández (2008), pp. 181-575.

<sup>40</sup> Los trabajos del hispanista Juretschke (1909-2004) han sido editados por Vega Cernuda (2001).

<sup>41</sup> Entre medias, por ejemplo, publicó Juretschke (1955<sup>1</sup>), pp. 13-35; y Juretschke (1955<sup>2</sup>), pp. 369-405. Sobre este autor, *vid. s.v.*, «Juretschke Meyer, Hans», *DHEC*, pp. 339-340; y la «Introducción» y la relación bibliográfica de su obra (clasificada por temas) que abre (2001), pp. IX-XXX.

No eran simples reaccionarios, cual lo indica el *Manifiesto de los Persas*. Corroborando la tesis de Suárez a este respecto, publicaré próximamente un informe de Capmany que sirvió parcialmente de base a este Manifiesto, aunque fuera redactado por el catalán, en 1809, en Sevilla (Juretschke, 1955<sup>3</sup>, pp. 325-334)<sup>42</sup>.

## Las palabra *liberal* y la historiografía

Así las cosas, el paso hacia lo contemporáneo dado por Jover en su conferencia de Zaragoza de 1958, se correspondía con el camino recorrido por un reducido grupo de «jóvenes modernistas» cuya afirmación ante la generación precedente les había llevado a rescatar el siglo XVIII, lo cual «suponía abrir las compuertas para una subsiguiente interpretación liberal del siglo XIX», escribió veintitantos años después Vicente Cacho Viu V. (Cacho Viu, 1988, p. 23). ¿Pero estaba en lo cierto al opinar así el antiguo profesor de *Historia Contemporánea* de la Universidad de Navarra?<sup>43</sup>

Antes de contestar esta cuestión quiero volver a recordar algo que ya he dicho al principio: la historiografía europea sabe desde hace bastante tiempo que la «hora liberal» no llegó a sus comunidades profesionales hasta bien entrada la década de 1960<sup>44</sup>. A partir de aquí, pienso que no se equivocaba el inteligente Vicente Cacho al considerar que la metamorfosis hacia el contemporaneísmo era el legado del modernismo de los años cincuenta. Pero, de ningún modo, significaba lo segundo. Para aquellas fechas y dentro del denso bloque ideológico del franquismo del que formaban parte, muy pocos – por no decir ninguno – de aquellos profesores hubieran definido sus posiciones ideológicas y calificado el resultado de su práctica histórica con el término «liberal». Y eso porque la generación de historiadores que aborda la vida intelectual española desde 1950 lo hizo en el marco del desprestigio de la filosofía política del liberalismo. Lo hicie-

<sup>42</sup> Juretschke (1955<sup>3</sup>), pp. 325-334, reproducido en Juretschke (2001), pp. 251-258 (la cita en p. 257). Por lo demás, la defensa era contra la reseña publicada por el joven licenciado Sánchez Albornoz aparecida en (1953), p. 190. Esta referencia al hijo del gran maestro del medievalismo de la época de la profesionalización y futuro historiador de la economía española me permite advertir que, es estas páginas, sólo nos ocupamos de la comunidad historiográfica del interior. No me referiré a los historiadores españoles del exilio que continuaron la tradición de la historiografía liberal, ni a las nuevas promociones que aprendieron a ser «liberales» educados en el pensamiento y las prácticas políticas de los países de acogida y formación.

<sup>43</sup> Para la trayectoria académica de Vicente Cacho Viu (1929-1997) que tras ser profesor de *Historia Contemporánea* en la Universidad de Navarra (1957-1967), fue catedrático de la misma asignatura en la Laguna (1970-1973), Valencia (1975-1976), Barcelona (1976-1982) y la Complutense (desde 1982 hasta su fallecimiento), en su voz del *DHEC*, pp. 148-149.

<sup>44</sup> *Vid.* en especial, el capítulo de Parker (1990), pp. 202-244.

ron en un tiempo de silencio donde el lenguaje liberal acerca de la organización política del Estado había sido triturado por la retórica fascista y nacionalcatólica que, con mayor o menor grado de exaltaciones y afirmaciones proféticas, todos ellos habían cultivado. Y lo harían al calor de unas perspectivas individuales de futuro – ser catedráticos en la Universidad – imposibles de hacer convivir con una imagen de la *cultura nacional* que se consideraba *demodée* y cuya impronta moral de «convivencia de las ideologías y tendencias, bajo el signo común de la patria», había sido barrida por la violencia de la incivil guerra y el advenimiento de Franco<sup>45</sup>. Para la mayoría de ellos, la palabra *liberal* fue hasta bien entrada la década de 1970 un concepto políticamente neutro. En puridad, como aparecía en *El problema social*, el manual de la editorial Teide firmado, en 1958, por Jaime Vicens Vives y su discípulo opusdeísta Jorge Pérez Ballestar:

*El fracaso práctico del liberalismo ante el problema social no es más que una consecuencia de sus errores teoréticos. En primer lugar está la falsedad de los antecedentes protestantes y empiristas del pensamiento liberal. En segundo lugar aparece el individualismo que le impidió adoptar una noción adecuada de la sociedad, es decir, concebirla como comunidad... (Vicens Vives y Pérez Ballestar, 1958, p. 92)<sup>46</sup>.*

A lo sumo, como investigadores dieciochistas que eran pudieron descubrir e interiorizar el sentido más limitado y laxo de «*ser liberal*»: «hombre educado, seguro de sí mismo, libre de prejuicios, generoso y cosmopolita» (Fernández Sebastián, 2006, p. 144). Calidades humanas que, además de aplicar a sus actitudes sociales y familiares, en cuanto escuela de comportamiento profesional les ayudó a establecer unas sensibilidades historiográficas que querían ser *diferentes* y definirse como individualidades dentro de unos reducidos minigrupos académicos. Por lo demás, al lado de estas acepciones relacionadas con el *talante moral*, las maneras de ser o las conductas personales, se mantenía la excepción de una noción que se afirmaba de forma positiva en un sentido puramente intelectual (o *espiritual*, si se quiere)<sup>47</sup>. Después de todo, en el temprano 1946, el militar jurídico José María García Escudero ya la había utilizado para explicar la labor cultural realizada por el Instituto de Estudios Políticos: «A un

<sup>45</sup> El entrecomillado pertenece a Maura (2007) [1962], p. 452.

<sup>46</sup> Como se advierte en el prólogo éste capítulo VII corrió a cargo de Pérez Ballestar (Vicens escribió el II, III, IV y VI). Sobre el liberalismo políticamente atemperado de Vicens, *vid.* M. À. Marín Gelabert (2010), pp. 104-105.

<sup>47</sup> Sobre el talante como término acuñado por el «liberal» Aranguren (1952) y (1958), *vid.* Thiebaut (1997), pp. 145-155; y Soldevilla (2004), pp. 123-143.

extranjero no sé darle mejor idea de lo que es esta obra que calificándola de liberal. De liberal, en efecto, si se toma el equívoco vocablo en su más antiguo, clásico y hermoso significado: como sinónimo de generosidad, de dadivosidad; en este caso, de cultura de brazos abiertos» (García Escudero, 1946, p. 309).

Dos décadas más tarde, en un momento avanzado de su particular «conversión intelectual», el temeroso historiador de la medicina Pedro Laín Entralgo decía que se trataba de cultivar: «la condición liberal de su espíritu, en el mejor sentido de ese tan vidrioso y controvertido vocablo; esto es, la habitual disposición del alma para reconocer explícitamente la razón de ser y el pleno derecho de existir -y por consiguiente, el tanto de razón a secas- de quien en cualquier materia, por grave que ésta sea, discrepa de nosotros» (Laín Entralgo, 1968, p. 235)<sup>48</sup>. Y, muchos años más tarde, esta impronta permanecía grabada en la inteligencia de José María Jover cuando recurrió a la filología y la historia para definir el término:

Como bien saben los lectores de Cervantes, y según define el Diccionario de Autoridades (1732), «liberal» equivale en buen castellano -como antes en latín- a «generoso, bizarro y que, sin fin particular ni tocar en el extremo de prodigalidad, graciosamente da y socorre, no solo a los menesterosos, sino a los que no lo son tanto, haciéndoles todo bien». El eslabón que enlaza esta definición clásica con la que se afirmará cuando lleguen los tiempos de lucha contra el absolutismo, puede situarse en el famoso artículo 6.º de la Constitución de Cádiz, que señala como una de las principales obligaciones de los españoles la de ser «justos y benéficos» («Entrevista del profesor Antonio Morales al autor», *Historiadores españoles de nuestro siglo* (1999), pp. 16-17).

En sus aspectos puramente historiográficos, quizás lo más revelador de todo esto sea el siguiente dato: cuando, en febrero de 1962, el discípulo del poderoso opusdeísta Florentino Pérez Embid, Vicente Cacho, dictó la conferencia en el Estudio General de Navarra sobre «Las tres Españas de la España contemporánea», apenas dijo algo sobre el liberalismo. Significativamente, las corrientes que «vengo examinando» eran: la «España tradicional, privada ahora violentamente de la Monarquía, el obrerismo marxista en sus diversas ramas y la izquierda burguesa republicana» (Cacho Viu, 1962, p. 29)<sup>49</sup>. Y, entre estos últimos, los «hombres

<sup>48</sup> El texto correspondía a la reseña «La Institución Libre de Enseñanza» que, en 1967, dedicó al libro de Turin (1963).

<sup>49</sup> Sobre el catedrático de *Historia de los Descubrimientos Geográficos y Geografía de América* en la Universidad Central, Florentino Pérez Embid (1918-1974) *vid.*, Cuenca Toribio (2001 y 2009), pp. 315-328; y *s.v.*, «Pérez Embid, Florentino», *DHEC*, pp. 477-479

de la Institución eran, en una palabra, liberales ilustrados, liberales de una ideología que entroncaba con la Ilustración dieciochesca» (Ibidem, pp.13-1)<sup>50</sup>. Estas afirmaciones no eran casuales, ni mucho menos. De entrada, porque el joven profesor Vicente Cacho tenía plena conciencia acerca de lo que podía decir y escribir. Y, en segundo lugar, porque ninguno de sus coetáneos tenía dudas al identificarlo como un miembro de la «más reciente historiografía católica». Un historiador católico a quién, por efecto del tratamiento de sus objetos de investigación y el resultado de sus textos, se le podían reconocer, como mucho, ciertas «actitudes harto más ecuánimes y documentadas que las hasta ahora habituales en la derecha española» (Laín Entralgo, 1968, p. 235 nota 1).

Sobre el horizonte del Concilio Vaticano II, cuando se trataba de distinguir grupos en el espacio general de la cultura o en el seno más particular de la comunidad de historiadores se seguía hablando en términos de gestos y virtudes, de excluyentes y comprensivos, de conversiones y confesiones, de «fuerzas católicas y no católicas». Y todo eso, sin superar los límites de un vocabulario político donde la palabra *liberal*, vacía de contenidos ideológicos, apenas proporcionaba señas de identidad diferenciales a nada y a casi nadie. En 1967, el antiguo rector de la Universidad de Madrid, Pedro Laín Entralgo, lo expresaba con claridad:

en el seno de la España actual se mezclan de muy diversas maneras -y, por lo tanto, con muy imprevisible futuro- dos actitudes distintas y aun contrapuestas entre sí: una, la más poderosa en el orden social y político, cuya meta principal es la conservación de monopolios y privilegios tradicionales, ocasionalmente renovados e incluso notoriamente exaltados en nuestros días; otra, todavía indefinida y débil, cuyo punto de partida parece ser un severo examen de conciencia respecto de las actitudes pretéritas. Por primera vez desde el siglo XV, una parte considerable de nuestro catolicismo juzga necesario y urgente revisar los hábitos políticos, sociales e intelectuales que a partir de los Reyes Católicos, y sobre todo desde la Contrarreforma, parecían ser consustanciales a la Iglesia española. la autoridad de todo un Concilio Ecuménico abona la oportunidad del cambio (Ibidem, p. 240).

Maestros en el recurso de la elusión y el lenguaje de la *utopia retrospectiva*<sup>51</sup>, mucho de todo aquello observamos en los esfuerzos realizados por Carlos Seco

<sup>50</sup> Ese mismo año, Vicente Cacho Viu publicó (1962<sup>2</sup>) (con prólogo de Florentino Pérez Embid). Cacho había defendido su tesis el 13 de junio de 1961, en la Facultad de Filosofía y Letras de Madrid con el título «La Universidad española en la época de la Restauración: Orígenes y etapa universitaria de la Institución Libre de Enseñanza (1860-1885)».

<sup>51</sup> Vid. Marín Gelabert (2010), p. 45, donde hace referencia a la definición de este recurso retórico y del lenguaje por Mermall, Carpintero y Marichal (1981), pp. 66-85.

Serrano por «relativizar» el falangismo de su tutor Ciriaco Pérez Bustamante y su cooperación activa con la dictadura. En un artículo de homenaje jubilar al gran «patrono» y «hacedor máximo de las oposiciones a cátedras de Historia del franquismo, Seco Serrano veía a Pérez Bustamante como un historiador profesional de la «generación de los veinte» con una personalidad sencilla, simpática y teñida de un «liberalismo sustancial o vital no necesariamente volcado a una definición política» (Seco Serrano, 1969, p. 13, citado por Ruiz-Carnicer, 2007, pp. 40-41)<sup>52</sup>. Por su lado, también Miguel Artola rememoraría sus relaciones con Pérez Bustamante y con el «liberal» Gregorio Marañón:

La tesis doctoral la hice sobre los afrancesados. Había pensado en hacer una tesis en el exterior y me pareció que este podía ser un tema interesante y se lo propuse a Pérez Bustamante. Pérez Bustamante hizo el papel que se espera del «patrono» en el sentido clásico: me orienta en la tesis, tiene toda la libertad para organizar mi vida y luego colaboro con él en una serie de cosas que, en definitiva, fueron muy interesantes, como la edición de varios volúmenes de la Biblioteca de Autores Españoles.

Cuando estaba haciendo la tesis alguien dijo que Gregorio Marañón estaba haciendo un libro sobre el tema. No se me ocurrió otra cosa que preguntarle directamente, llamé a su casa, me citó y me comunicó que para él era sólo una idea, la de una España en el exilio formada por sucesivas generaciones de exiliados. Me animó a seguir y después escribió el prólogo (Paniagua, Piqueras y Prats, 1999, p. 6).

El recuerdo de Artola de aquel pasado lejano representaba una afirmación precisa, sin calificativos ideológicos, ni mitificaciones personales<sup>53</sup>. Realizado desde el presente de 1999, su relato no necesitaba de la autojustificación porque estaba dirigido a proporcionar una continuidad narrativa a los orígenes de su identidad

<sup>52</sup> La trayectoria de Carlos Seco (1923), en su voz del *DHEC*, pp. 584-585.

<sup>53</sup> Más matices que, necesariamente, debemos vincular con el medio y los objetivos del entrevistador presenta su respuesta cuando explicaba a Antonio Morales Moya: «tuve la suerte de tener como maestro a Jesús Pabón, crítico también con la situación política, por lo que se le hizo una huelga, con piquetes falangistas uniformados... De todos aquellos profesores, con el que establecí una relación más personal fue con Ciriaco Pérez Bustamante. Me ayudó y me dirigió la tesis, dándome plena libertad de acción. Mi tesis versó sobre los afrancesados. No es que fuera un acto de heroísmo hacer entonces una tesis sobre tal tema, pero sí tuvo ciertas repercusiones políticas cuando se publicó. Yo había tratado del asunto con Marañón, a quien me dirigí personalmente, pues sabía de su interés por el problema del exilio español (...) Marañón me dijo que él no iba a ocuparse directamente del tema, leyó mi tesis y, para su publicación me puso en contacto con Areilza, quien la llevó a la Sociedad de Estudios y Publicaciones del Banco Urquijo. La informó después Jesús Pabón, quien sugirió ciertos cambios. Al fin salió el libro, espléndidamente editado, con prólogo del propio Marañón. Hubo ciertos incidentes con la censura, algunos comentarios desfavorables, pues sólo Marañón podía en aquel tiempo declararse políticamente liberal», Paniagua, Javier, Piqueras, José y Prats, Joaquín (1995), pp. 16-26 (la cita en pp. 17-18), citado por M.À. Marín Gelabert (2010), p. 105.

como historiador: la tesis doctoral<sup>54</sup>. No en vano, con esta obra que abría la historiografía política contemporánea al exterior mediante la recuperación del papel cultural, social y político de los afrancesados, avanzó los términos de la polémica contra la visión tradicionalista del «*renovador*» Federico Suárez que, progresivamente, harían suyos el resto de los «*modernos*» contemporaneístas<sup>55</sup>. Pero eso era casi todo lo permitido y aceptado. En el mundo gris de la dictadura tan «distinto de ahora, increíblemente distinto en los años cuarenta» (Paniagua, Piqueras y Prats, 1999, p. 6), con plantear la cuestión en términos de interpretación de la historia política española de principios del siglo XIX bastaba. En el caso de Artola, pese a contar con la protección académica de Ciriaco Pérez Bustamante y los privilegios derivados de sus relaciones familiares con el poder militar, se trataba de la única posibilidad de un profesor adjunto que albergaba el propósito de ser historiador y la aspiración de alcanzar una cátedra<sup>56</sup>. La reseña que, en diciembre de 1954, publicó en *Arbor* sobre *Los sucesos de la Granja* de Suárez Verdeguer revelan las contradicciones y certezas de una época, tanto de la comunidad profesional como del ánimo individual de unos historiadores que se refugiaban en el pragmatismo ideológico en sus visiones del mundo y en el «apoliticismo» universitario en sus comentarios sobre la práctica historiográfica, pues:

Otra cuestión diferente es la planteada en la conclusión por el autor cuando habla de la constitución de una situación de hecho y no de derecho, causa de la provisionalidad de la Historia Contemporánea de España. *En este punto no se trata de una cuestión histórica, sino política*, y comentarla nos llevaría a salirnos propiamente del tema tratado (Artola, 1954, p. 558).

<sup>54</sup> La tesis de Artola «Historia política de los afrancesados» se publicó con el título de *Los afrancesados* (1953) (prólogo de Gregorio Marañón). El libro fue reseñado por Seco Serrano donde, además subrayar la distinción entre afrancesados ideológicos (los liberales y patriotas) y afrancesados políticos (los agrupados alrededor de José Bonaparte), reiteraba la idea del pueblo alzado en armas frente al invasor, pueblo que «seguiría siendo fervorosamente monárquico y católico», Artola (1954), p. 456.

<sup>55</sup> La polémica continuaría con Artola (1959) y (1968). En estos años, relacionados con el tema de la guerra de la Independencia publicó, entre otros Artola (1956), pp. 27-67; Artola (1955), pp. 476-490; y Artola (1963).

<sup>56</sup> Después de ser becario de Pérez Bustamante en el Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo del CSIC (1948), pasó a ser profesor adjunto en su cátedra de *Historia de España y de Historia Contemporánea* de la Universidad de Madrid hasta que obtuvo, por oposición, la cátedra de *Historia General de España* en la Universidad de Salamanca (7-7-1960). Se casó con Concepción Menéndez Vives, hija de Gertrudis Vives (su padre era el general Francisco Vives, fundador de la Aviación) y del general de división Ángel Menéndez Tolosa (hermano del teniente general, jefe de la Casa Civil de Franco y ministro del Ejército, entre febrero de 1964 y octubre de 1969, Camilo Menéndez Tolosa), *vid. la voz* «Artola Gallego, Miguel», *DHEC*, pp. 87-89.

En la medida que no había espacio para los desacuerdos políticos, el frente de los rechazos de esta promoción de historiadores -por lo demás, siempre expresados con prudencia- se dirigía a marcar las distancias con los tradicionalistas mediante la búsqueda de unas señas de identidad de historiador que les definiera como «modernos»: por su apertura de miras, por traer la «novedad» y por mostrarse partidarios de una «visión dinámica y progresiva de la historia»<sup>57</sup>. En orden a este nuevo modo de *perspectiva* de la práctica histórica, se entienden tanto sus afirmaciones acerca de «la plena existencia de una Ilustración española en inmediata relación con la del resto de Europa» (Maravall, 1955, pp. 345-349; reseña a la obra de Jean Sarrailh, *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII<sup>e</sup> siècle*)<sup>58</sup>, como los esfuerzos que realizaron por repensar el concepto de la historia<sup>59</sup>. Y explican, en definitiva, la crítica del correcto José María Jover hacia el padre Federico Suárez, «investigador minucioso. Pionero esforzado del estudio del reinado de Fernando VII...» (Jover Zamora, 1976, p. 221).

Descifrada su clave historiográfica en términos del presente político que les había tocado vivir, la censura muy bien podría quedar resumida en la frase *tradiciones hay muchas, la suya es una sola y yo me encuentro en otra distinta*. De ese modo, escribe Jover, «esta resistencia a la Ilustración no fue tan sólo, ni aun tal vez predominante, un enfrentamiento de posiciones ideológicas – es literalmente insostenible, hoy, la castiza contraposición “tradicionalismo *versus* afrancesamiento” –. Fue desde luego, una resistencia anclada en inercias mentales refractarias a aceptar la nueva visión dinámica y progresiva de la historia que los ilustrados profesaban; pero fue también una resistencia de intereses atemorizados o frustrados» (Ibidem, p.143). Tres páginas más tarde, establece que:

<sup>57</sup> En el discurso de contestación leído por José Antonio Maravall en la Real Academia de la Historia el 28 de marzo de 1982, señalaría que «esa concepción de la Historia cultivada por Jover trae novedad, complica la perspectiva historiográfica y multiplica sus facetas. A diferencia de una historia lineal, obtenemos una historia poliédrica», reproducido a modo de «Prólogo», en Jover Zamora (1991), p. 28.

<sup>58</sup> Un comentario a esta reseña en Jordi Gracia (2004), pp. 263-266. En conexión con lo señalado más arriba sobre las obras de Sánchez Agesta, Maravall publicó (1955), pp. 29-82, donde avanzaba sus ideas acerca de la importancia de Martínez Marina en los orígenes del constitucionalismo español. Este texto lo utilizó en el estudio preliminar a la edición del *Discurso sobre el origen de la Monarquía y sobre la naturaleza del gobierno español* que Martínez Marina había situado como prólogo en Martínez Marina (1957).

<sup>59</sup> Baste recordar la publicación de Maravall (1955<sup>2</sup>), pp. 25-65, como precedente de Maravall (1958). También, el artículo de Artola (1958), pp. 145-183. Para la «moderna» concepción de la historia de Maravall que acababa de regresar de París (1949-1954), *vid.* los prólogos de Francisco Javier Caspístequi e Ignacio Izuzquiza que preceden a la reedición de Maravall (2007), pp. XIII-CVI y CIX-CLXXIII. Desde sus preocupaciones modernistas su acercamiento al medievalismo en Caspístequi, (2007), pp. 99-138.

alguna parte de razón – es obvio que no toda la que pretendieron – cupo a los doceañistas que recabaron para sí -como los nobles en revuelta contra el absolutismo, como los absolutistas en revuelta contra el liberalismo – la herencia directa de toda una tradición nacional. Una tradición nacional: algo que es de todos, y frente a la que sólo puede alegar mejor condición de heredero aquel que, como la madre verdadera del juicio salomónico, prefiere el todo vivo a dos mitades separadas por sangre común (Ibidem, p. 149).

En un párrafo posterior, Jover perfiló algo más la observación:

Continuidad posible, por otra parte, en países que, como Inglaterra, no sólo tenían realmente *una* constitución histórica que invocar y mantener, basada en la victoria de los estamentos – del Parlamento – sobre la monarquía absoluta. Pero imposible allí donde, como en España, el dualismo monárquico-estamental se había resuelto históricamente a favor de la monarquía absoluta; donde los estamentos habían perdido toda función política definida; donde la invocación de una «constitución histórica» entrañaba el equívoco de la fase del proceso constitucional invocado que se tomaba como nivel de referencia; donde, en fin, las abdicaciones de Bayona y la guerra de la Independencia habían marcado una perfecta solución de continuidad con respecto a la constitución histórica realmente vigente en 1808: la monarquía absoluta (Ibidem, pp. 154-155).

Al final, concluyó sin vacilar que la tesis fundamental de Federico Suárez, «no resiste en absoluto el contraste con una realidad sociopolítica nacional – precisamente de la de los años a que hacen referencia estás páginas-, realidad acerca de la cual nuestro conocimiento historiográfico se ha enriquecido considerablemente durante los últimos veinte años» (Ibidem, pp. 221-222)<sup>60</sup>.

### ***La memoria de la profesión: los «historiadores liberales del franquismo»***

Pero para entonces, el tiempo había corrido para todos. Estamos en la década de los setenta y como tantas otras nociones que se fraguaron en la vida española de esos años, el sustantivo *liberal* comenzó a ser utilizado por éste grupo de «historiadores de nuestra generación»<sup>61</sup>. Sin dejarse hipnotizar por las

<sup>60</sup> En este texto, Jover Zamora llevaba a la práctica histórica la crítica historiográfica que, dos años antes, había realizado a la obra de Suárez Verdeguer (1974), pp. 41-44.

<sup>61</sup> En 1949, Jaume Vicens Vives la había bautizado como «la generación de 1948, la del centenario de la Paz de Westfalia y de la revolución democrática de 1848», la cita así como la apostilla complacida de Pérez Embid, acerca de poner

resonancias póstumas de las palabras, es posible pensar que obraron así por la necesidad personal de exorcizar definitivamente el resultado de la guerra y para el desquite interior de la angustia infinita que les suponía el recuerdo imborrable de las veleidades ideológicas de juventud. También para maquillar las *adaptaciones de estilo* y el *colaboracionismo* político-cultural de todos ellos durante la larga postguerra de su primera madurez. Después de todo, quienes ahora se decían *liberales*, eran los sobrevivientes de la misma «generación heroica». Una «generación de naufragos», en palabras del malogrado Jaume Vicens Vives, justificada y defendida como tal por haber servido a España como ninguna otra anterior, formando «el más compacto núcleo conservador que jamás ha conocido la historia de este país» (Vicens Vives, 1952)<sup>62</sup>. En último término, quizás, lo hicieron en un esfuerzo postrero dirigido a superar tanto sus desengaños del presente como las incertidumbres crecientes del inmediato futuro<sup>63</sup>. Y es que viviendo en un régimen donde la simple idea de independencia intelectual o la realización de libros de calidad podían ser considerados armas de efecto político y oposición, la reflexión sobre sus actitudes y opiniones del pasado se vieron condicionadas por el efecto deformador de las experiencias individuales y de las circunstancias del franquismo en las décadas de 1960 y 1970.

Ciertamente, el chantajista sectarismo cultural del régimen que los tachó de «*nuevos liberales*» en panfletos y libelos publicados bajo los auspicios del Ministerio de Información y Turismo<sup>64</sup>, sería leído políticamente y utilizado -por sí mismos o por sus más celosos discípulos-, en tanto mérito propio para la construcción de unas sociologías de la fama intachables que, por si fuera poco, entroncaban directamente con el «espíritu liberal» de su maestro: Ortega y Gasset. Convertida la honestidad profesional en un valor democrático, la silenciosa voz de sus conciencias en una virtud moral y la actividad diaria al frente de sus cátedras en modelo de resistencia responsable, el *moralismo autocomprendido* y la distancia indulgente del presente contemporáneo se han empeñado en situarlos entre los primeros de la lista de agraviados por el franquismo, en calificarlos de liberales y verdaderos impulsores de la modernización cultural y política de

---

sus empresas históricas bajo «el signo de la caducidad de Westfalia y de la caducidad de todo lo que trajo a Europa el año 1848», en Juliá (2004), p. 370-374 y p. 525.

<sup>62</sup> Recogido en Vicens Vives (1967), pp. 200-202 (la cita p. 201), citado por Marín Gelabert (2010), p. 31.

<sup>63</sup> Para entender estos estados de ánimo en el contexto cultural de la época, *vid.* José-Carlos Mainer, en el libro escrito en colaboración con Juliá (2000), pp. 97-126.

<sup>64</sup> El libelo *Los nuevos liberales* publicado bajo los auspicios del Ministerio de Información en 1965, incluía a intelectuales como Riduejo, Laín, Montero, Maravall, Tovar o Aranguren bajo esa rúbrica, lo cita Varela (1999), p. 377.

la sociedad española. De esta manera, lo que en la sordidez del contexto de la época era marginal por su propia excepcionalidad y secundario por su autónomo individualismo ha sido remitido a un plano superior y adquirido el sentido de transcendencia política e intelectual.

Otra cosa bien diferente es que las evoluciones posteriores de esta minoría de historiadores les permitiera, en tanto que «demócratas», verse a sí mismos como *liberales*. O, dicho de otro modo, la condición de *liberal* fue un elemento inherente a la «conversión democrática» («intuitiva» o «cataclísmica», según la terminología avanzada por Pabón) de unos historiadores que comenzaron a «ver claro» el final del largo túnel de la dictadura<sup>65</sup>. Como ha escrito Santos Juliá: «Por raro que suene, la cultura política de los intelectuales españoles que detentaron una notable parcela de poder durante veinte años y disfrutaron de holgada posición social en la dictadura llegó a ser democrática sin haber sido previamente liberal» (Juliá, 2004, p. 407).

Por otra parte, tampoco es lo mismo que, desde el horizonte de la experiencia histórica de la Transición, se implicaran en la definición del significado y el sentido actual de «*ser liberal*» en una sociedad democrática<sup>66</sup>. Y por último, es bastante distinto que sus reflexiones sobre la historia de la disciplina les llevaran a reconstruir un *canon histórico de la historiografía* políticamente presentable, sobre todo en el terreno de lo contemporáneo, argumentando acerca de la mejor tradición liberal y considerándose, por extensión, los herederos legítimos de su legado. Si bien se mira, al tiempo que la vieja Academia de la Historia despertaba de su hibernación franquista mediante la reivindicación genealógica de los historiadores anteriores a la guerra y el reencuentro con los maestros de la «España peregrina» (con Claudio Sánchez Albornoz, Américo Castro o Salvador de Madariaga)<sup>67</sup>, la inserción en la historiografía universi-

<sup>65</sup> Como una referencia intelectual de la cultura histórica del momento importa recordar que la mayoría, por no decir todos, los historiadores a los que hacemos referencia en estas páginas habían leído la «Introducción al estudio de la conversión en el mundo contemporáneo», Pabón (1963) y conocían las claves del lenguaje (*utopía retrospectiva*) utilizado por el inteligente Pabón en su clasificación de los distintos tipos de «conversión» (entre otras, la cataclísmica, la intuitiva o la realizada por sublimación) (p. 214). Empezando por la «cataclísmica» (perteneciente al proceso vital del hombre y la provoca una desgracia o un infortunio) se detendrá, especialmente, en la «conversión intuitiva» desencadenada por la inteligencia y ejemplificada en la figura del filósofo Manuel García Morente, famoso entre sus contemporáneos por su cualidad de «ver claro» y repensar sus procesos intelectuales (pp. 216-222).

<sup>66</sup> Como he señalado más arriba y repetiré más adelante, esto es lo que harían Miguel Artola, Carlos Seco o José María Jover en las entrevistas que concedieron a Antonio Morales Moya para la revista *Nueva Revista*.

<sup>67</sup> Vid. Peiró y Pasamar, p. 23. Como herederos de esta tradición liberal, los comienzos de la Transición favorecieron su elección para las medallas académicas: Seco en 1977, Jover en 1978 y Artola en 1982.

taria franquista de una «*corriente liberal contemporaneísta*» debió mucho a José María Jover Zamora.

De hecho, las sucesivas contribuciones de carácter historiográfico del profesor de Cartagena ayudaron a consagrar la imagen de Miguel Artola y Carlos Seco como adelantados «liberales» que dieron la réplica «a la construcción de Suárez desde posiciones historiográficas más concordes con la tradición de nuestro siglo XIX» (Jover Zamora, 1999, p. 44). A partir de ahí, no tendría ningún inconveniente en recalcar la cualidades historiográficas del primero de los historiadores citados:

El tema de la tesis de Artola era, pues, incisivo en razón de varias motivaciones -recuérdese, entre otras, que la connotación «afrancesado» había sido una de las que habían servido a la historiografía nacionalista para descalificar la historia española de las dos últimas centurias –, y el tratamiento dado al mismo revelaba en el autor una actitud de desentendimiento previo con respecto a todo tabú ajeno a la libre ponderación de unos hechos y unos documentos. Ausencia de retórica, más próxima a la sequedad expresiva que a la matización afectiva y emocional – antipatías, simpatías – hacia el grupo humano analizado; disposición abierta a la comprensión, sin entusiasmos del afrancesado; tendencia a cimentar el conjunto sobre sólido aparato erudito: el talante, la temática, el *modus operandi* de historiador recordaban a Ruggiero. Era difícil no ver en Artola, ya desde su primer libro, un continuador de la escuela histórica liberal, colocado, generacionalmente, a la parte de acá de la guerra civil (Ibidem, p. 53)<sup>68</sup>.

La mención del historiador de la filosofía Guido De Ruggiero tres décadas después de la traducción de su *Historia del liberalismo europeo*, «obra de un liberal de la más estricta observancia», servía para reconocer sustancialmente la clave cosmopolita de esa nueva actitud de los historiadores españoles del decenio de los setenta frente a la sociedad (De Ruggiero, 1944)<sup>69</sup>. Después de todo, De Ruggiero fue un discípulo de Benedetto Croce (cuyo papel en España habían

<sup>68</sup> A partir de este artículo, incluyó la idea en todos sus trabajos de historia de la historiografía española, *v.gr.*, Jover (1999); «Menéndez Pidal y la historiografía española de su tiempo» e «Historia e historiadores españoles en el siglo XX», en AA.VV (1992), pp. 45-103 y 105-170, respectivamente.

<sup>69</sup> Historiador de la filosofía y político, el napolitano De Ruggiero (23-3-1888 / Roma, 29-12-1948), fue profesor en las universidades de Messina y Roma hasta su destitución de la enseñanza en 1942 (estuvo arrestado por los fascistas hasta julio de 1943). Fundador del Partido de Acción, fue Rector de la Universidad de Roma (1943-1944) y consejero del Ministerio de Instrucción Pública (1944). Autor de Ruggiero (1918-1948), fue su obra no filosófica Ruggiero (1925), la que le reportó el reconocimiento internacional. Sus artículos publicados en el semanario *La Nuova Europa*, los reunió en el volumen Ruggiero (1946). Como dato erudito recordaremos que Jover había utilizado el libro en su

adscrito a Ortega y Gasset). Con una concepción militante de la filosofía, su reivindicación de los valores del liberalismo le convirtieron en uno de los exponentes de la resistencia al fascismo en el ámbito intelectual. Desde la aparición en 1945 del semanario *La Nuova Europa*, pasó a ser un representante del grupo de los intelectuales tradicionales (según la categoría gramsciana) sobre los que actuaba el impulso ético de la Resistencia y «aspiraban a una democracia europea según el modelo anglosajón, antinacionalista y socialmente progresiva» (Bobbio, 1989, pp. 277-278).

En su significación política, el valor calificativo que De Ruggiero había otorgado al término *liberal* en la democracia contemporánea, era perfectamente compatible para quienes en España comenzaron a sentirse con la libertad oportuna para proclamarse *demócratas*. Y algo más. Al perfilar su profesión de liberalismo otorgaba a sus precavidos estados de ánimo la posibilidad de tranquilizar sus conciencias ante la necesidad de *diferenciación* surgida de la uniformidad ideológica establecida por la democracia y el barco social del antifranquismo. En el plano de la práctica historiográfica, la confesión de Jover acerca de la motivación ejercida «sobre mí mismo» por el libro del profesor italiano – tanto por el reto que le supuso «la inmensa consistencia de lo escamoteado» como por «la presencia de un modelo, de un precedente si se quiere, que no puede ser silenciado»<sup>70</sup>, estaba dirigida a entender el canon español de la historiografía liberal en su engarce con Europa.

Portavoz contemporaneísta de esta tendencia, sus pioneros trabajos sobre la historia de la historiografía española le permitieron diferenciar las distintas orientaciones liberales de pre-guerra y trazar las líneas de continuidad de la tradición historiográfica nacional. Con oportuna y precisa intención, José María Jover escogió las palabras escritas en los años sesenta por uno de sus amigos «liberales» para iniciar un artículo reivindicativo sobre el padre de la «escuela filológica española» cuyo nombre: «tiene el valor “de rotular una nueva etapa en el desarrollo de nuestra concepción histórica nacional”, desarrollo cuya trayectoria, para Maravall, arranca de san Isidoro, sigue con Jiménez de Rada y Alfonso X, y continúa con el padre Mariana y Cánovas del Castillo para terminar, a la

---

conferencia «La guerra de la Independencia española en el marco de las guerras europeas de Liberación, 1808-1814», (1958), p. 90.

<sup>70</sup> Jover, se refiere al olvido de Ruggiero del liberalismo español considerado «una de las más auténticas versiones nacionales del liberalismo europeo; un segmento irrenunciable – valoraciones aparte- de nuestra historia nacional, Jover Zamora (1999), p. 46.

sazón, con Menéndez Pidal» (Jover Zamora, «Menéndez Pidal y la historiografía española de su tiempo», en AA.VV, 1992, p. 45)<sup>71</sup>. Y, del mismo modo, selló la conexión definitiva de la comunidad interior con la corriente liberal del exterior mediante el rescate y la rehabilitación institucional del historiador exiliado Rafael Altamira, considerado el representante por excelencia de la «moderna historia» de la etapa de la profesionalización<sup>72</sup>. A fin de cuentas, la propuesta historiográfica de Jover pasaba por proyectar la añorada «conciencia histórica» liberal sobre la «comunidad generacional» de historiadores cercanos, cómplices con los intereses innovadores y los gustos por la historia bien hecha.

En los siguientes años, el éxito del proyecto quedó asegurado cuando estos historiadores «amigos» no sólo asumieron la herencia liberal como un signo de identitario del grupo; sino, también, cuando se concedieron el derecho de interiorizarla. En su fuero interno, el saberse liberales se convirtió en la mejor representación posible de la realidad historiográfica que habían experimentado durante sus largas carreras profesionales (en varios casos, cercanas a las cuatro décadas en el ejercicio de las cátedras). A mediados de 1980, además, el pequeño colectivo de los antiguos *modernos e innovadores* disponía de una lista significativa de ilustres miembros desaparecidos (desde el temprano Jaume Vicens Vives hasta José Antonio Maravall, pasando por el medievalista Luis García de Valdeavellano o el maestro del contemporaneísmo Jesús Pabón)<sup>73</sup>. Y, en ese sentido, los maestros sobrevivientes resolvieron su situación generacional implicándose directamente en la transmisión elaborada de una determinada *memoria profesional*. Un panorama de figuras-puente, continuidades admirables, elecciones interesadas y apropiaciones memoriales que distinguiremos enseguida como un componente fundamental de los *historiadores liberales del franquismo*.

Más arriba recordaba a otro propósito el retrato complaciente realizado por Carlos Seco Serrano de su director de tesis Ciriaco Pérez Bustamante. Sin embargo, en 1979, cuando la política española de la Transición navegaba por

<sup>71</sup> Por su parte, Maravall publicó su artículo «Menéndez Pidal y la renovación de la historiografía», en el homenaje con ocasión del noventa cumpleaños del filólogo; Maravall (1959), pp. 49-99. En ese número colaboró también «otro historiador liberal» como Luis García Valdeavellano con un trabajo sobre «La obra de Don Ramón Menéndez Pidal y la Historia del Derecho» (pp. 5-47). Por lo demás, importa advertir que el artículo de Maravall lo recogió en (1960), pp. 85-160 (incluía también «La visión histórica de España en Sánchez Albornoz», pp. 175-206).

<sup>72</sup> El último trabajo de Jover dedicado a la historia de la historiografía fue su artículo «Rafael Altamira y la Historia de la Civilización», en (1994), pp. 13-43. En la actualidad, es uno de los historiadores a cuya vida y obra se han dedicado más estudios, como un ejemplo de los mismos, dedicado a rastrear las influencias internacionales e intercambios transculturales en los inicios de la profesionalización, vid. mi artículo en Peiró (2010), pp. 331-365.

<sup>73</sup> A título de ejemplo recordaremos la colaboración de Jover Zamora (1988), pp. 51-65.

los rumbos trazados por el presidente Suárez y la UCD, el «liberal» y cuidadoso catedrático, en su discurso de ingreso en la Real Academia de la Historia se apresuró a destacar entre las virtudes de su precursor en la medalla corporativa, el «moderado» Pabón, su centrismo. «Católico y español (...), un monárquico de “corazón y de convicción”», para él:

La concepción de la Monarquía como encarnación íntegra de la Patria, como expresión equilibrada de todos los sectores sociales, implicaba, en monárquico tan consecuente, una posición política de *centro* y un talante *liberal* – liberal en el mejor sentido de la palabra, en su acepción ética; la que Fernando VII atribuía a Martín Fernández de Navarrete cuando éste fue acusado de «negro» – ante el Rey: «*Navarrete es liberal, pero liberal como deberíamos serlo todos*». En alguna ocasión me escribió don Jesús para defender firmemente, ante mis desalientos o mis dudas, esta posición de centro: las apariencias, me decía, pueden quitarnos la razón alguna vez; pero la verdad no está nunca con las parcialidades extremas y enfrentadas (Seco Serrano, 1978, p. 63).

Veinte años más tarde, José María Aznar gobernaba el país y, el por entonces, decano de la Academia de la Historia, ya no albergaba ninguna duda al retratar a Pabón como un auténtico liberal, un marginado del régimen franquista que pudo dedicarse a escribir y enseñar historia porque «su monarquismo, su antifascismo y su antitotalitarismo le situaron, en 1940, al margen de una de sus grandes vocaciones: la vocación política» (Seco Serrano, 1999, p. XXI). Pero claro está, aquí radicaba la única prueba ideológica del liberalismo que practicaban los *maestros de la historia* del franquismo. Para todo lo demás, junto a la actitud abierta, «eminentemente cristiana», la definición de *liberal* seguía basándose en la descripción de conductas particulares y actitudes profesionales:

En efecto, en su comportamiento personal – y en su quehacer de historiador – era Pabón un liberal en el mejor sentido del término – tal como lo definió Marañón – : «Ser liberal es, precisamente, estas dos cosas: primero, estar dispuesto a entenderse con el que piensa de otro modo; y segundo, no admitir jamás que el fin justifica los medios, sino que, por el contrario, son los medios los que justifican el fin» (Ibidem, p. XIII)<sup>74</sup>.

Con simpatía instintiva la definición de «liberal en el sentido más amplio y genuino del término», valdrá para Melchor Fernández Almagro: «Hombre

<sup>74</sup> En la línea que se comenta en el texto se acaba de publicar López Vega (2011).

moderado, liberal enemigo de la violencia por lo que le horrorizaban del mismo modo los excesos revolucionarios que los excesos de la reacción» (Viñes Millet, 2007, p. XV)<sup>75</sup>. Y, también, servirá para definir el talante de Luis Díez del Corral, «humanista y liberal por formación, por temperamento y convencimiento», un historiador que:

Fue colaborador de la *Revista de Estudios Políticos* desde su primer número en 1941 y contribuyó con su siempre declarado y demostrado sentimiento y actitud profunda y firmemente liberal, y un europeísmo presente ya en ese primer artículo, a que aquel *Instituto de Estudios Políticos* (...), se configurara como un centro de reflexión y encuentro que a pesar de las dificultades y contradicciones, mantuvo una tradición de estudio ponderado y eficaz, impulsor en ocasiones de iniciativas o apoyo en instituciones y revistas de gran aliento, y del mantenimiento de un clima de convivencia y pluralismo. No sólo esta institución se benefició de su liberalismo (Iglesias, 1998, pp. 11 y 12).

En fin, la tesis de la «prosecución de la corriente historiográfica liberal» hizo fortuna en el seno de la comunidad de historiadores españoles desde mediados de los años setenta. Por un lado, lo hizo en tanto condición necesaria de la *segunda hora cero* de la profesión<sup>76</sup> y, acto seguido, en cuanto efecto derivado del intento de legitimación del tardío, y muy rápido a la vez, proceso de *refundación/normatización* académica de la historia contemporánea<sup>77</sup>. Mientras en el núcleo de la historiografía oficial que había interiorizado el inmovilismo como expresión natural de su realidad académica, nada iba a cambiar sustancialmente<sup>78</sup>, el «ser liberal» se convertirá en un preciso eslabón de engarce con la tradición. Un seguro para la supervivencia intelectual contratado por los más sobresalientes de aquella primera generación de catedráticos *diferentes*, «*trekkers*, que emprendieron la marcha hacia la tierra, casi incógnita para la universidad, del mundo contemporáneo» (Cacho

<sup>75</sup> Esta autora recoge la segunda cita del libro de la periodista Carabias (1980), p. 42.

<sup>76</sup> Sobre la «segunda hora cero» de la profesión, *vid.* Marín Gelabert (2001), pp. 478-490; y, especialmente, las «Conclusiones» de su tesis doctoral (2008).

<sup>77</sup> Por tratarse de un proceso de institucionalización universitaria que cronológicamente permite la comparación con el caso italiano, *vid.* Moretti (1986), pp. 159-181; y Gallerano (1993), pp. 91-131.

<sup>78</sup> De manera progresiva en la historiografía franquista oficial se produjo un cierre de filas y el reagrupamiento personal entre catedráticos que representaban las diversas tendencias más conservadoras. El fenómeno fue un efecto de la «segunda hora cero» de la profesión, provocado directamente por el desarrollo de una experiencia tan diferente a la suya como fue la de sentirse excluidos, *vid.* Peiró, «Introducción» al *DHEC*, pp. 24-25 y 28-29. Por lo demás, el sentimiento de «exclusión» de estos catedráticos franquistas, debemos ponerlo en relación, entre otros aspectos, con el hecho de que, entre 1965 y 1970, accedieron a la cátedra universitaria en secciones de Historia u otras secciones o departamentos pero a través de materias históricas un total de 35 catedráticos. Algo que no había ocurrido en los últimos 25 años, *vid.* Marín Gelabert (2001), p. 482.

Viu, 1988, p. 27). A partir de entonces, su «doble herencia» y la consiguiente revaloración interpretativa del modelo fue asumido por «quienes llegamos a la universidad entre diez y quince años más tarde» y se consideraban sus seguidores (Ibidem). Desde el otro lado, también cuenta mucho que, con el cuño de *liberales* y el anticipo de su posición de vanguardia frente a la historiografía conservadora, así fueran identificados y aceptado su magisterio precursor por la emergente generación de «nuevos» historiadores que habían incorporado el marxismo como ideología de su militancia antifranquista y el materialismo histórico como instrumento teórico para la reinterpretación de la historia de España<sup>79</sup>.

No tiene, por tanto nada de extraño que, en 1985, un «liberal» de la segunda hornada como Vicente Cacho Viu justificara, en cierto modo, su «conversión» al confesar, en carta privada a un antiguo compañero del Opus Dei, su manera de entender el *liberalismo* y la *tradición liberal* que:

es un término al que ahora ando dando vueltas: no hay otra, porque tradición – como madre – sólo hay una. Y esa tradición es la nuestra, la humanista, cristiana y occidentalizante, de siempre, pero en su justo momento: el del mundo liberal, que arranca de la transformación del Antiguo Régimen. Pensar, como los hicieron tantos y tan buenos amigos nuestros, que eso era la hiera, era...no saber botánica. Y el bosque fingido que se imaginaban, en torno a Balmes, Donoso, don Marcelino y Maeztu, entrañaba el gran peligro de romperse la crisma al saltar de uno a otro tronco, tan distantes como disímiles. (...) Incluso ellos se me figura que pertenecen -tienen que hacerlo, no hay outra – a esa gran tradición liberal, que entiende este país como parte integrante de Occidente; que se hace solidaria de todo nuestro pasado, aunque – como parece lógico y natural – no se sienta prisionera de él; y que es hondamente cristiana, aunque a veces, al enfrentarse con los católicos españoles – señal inequívoca de que era Cristiana –, haya *podido* llegar a dudar de ello (« Carta de Vicente Cacho Viu a Antonio Fontán, Madrid, 2 de enero de 1985», reproducida por Octavio Ruiz Manjón en la «Introducción» de Cacho Viu, 2000, pp. 42-43).

Para entonces, Vicente Cacho había completado su imagen cívica al votar socialismo en 1977 y, acompañado de jóvenes «liberales» de la segunda hornada como José Varela Ortega, al organizar uno de los primeros seminarios sobre la

<sup>79</sup> En su mutuo reconocimiento alguno de los maestros precursores liberales como Miguel Artola no dudaría en incluir conceptos de procedencia marxista, aunque «utilizados siempre de un modo muy personal», Ruiz Torres (1994), p. 160. Artola recordaría esta aproximación de la siguiente manera: «Cuando hice el Antiguo Régimen y revolución liberal me acerqué más a los planteamientos marxistas, pero o creo que a nadie le confundiese que mi aparente respeto por las preguntas marxistas estuviese inspirado por sus doctrinas», en Paniagua, Piqueras y Prats (1999), p. 11.

transición política como el celebrado en San Juan de la Penitencia (Toledo) en mayo de 1984 (contó con la participación de Felipe González)<sup>80</sup>. En su entrega de 1988 acerca de «Los supuestos del contemporaneísmo en la historiografía de posguerra», apreciaba que con anterioridad a la guerra civil éste había sido cultivado por personas aisladas, «dentro de un horizonte liberal». Acto seguido expresaba que en la larga posguerra una serie de historiadores comenzaron a introducirse en la visión problemática de nuestra historia inmediata «que nos parecía defectiva respecto a los parámetros usuales en la Europa más desarrollada». Y, al final, establecía con corrección cómo:

Semejante proceso era, sin embargo, contemplado por éstos y tantos otros escritores insertos en la corriente liberal, independientemente de cuál fuera su militancia política, con un optimismo de fondo, seguros como estaban de que, por lento y trabajoso que resultara, también había de producirse entre nosotros el tránsito desde el liberalismo a la democracia de masas que estaban experimentando, con ritmos muy diversos, todos los países de la Europa Occidental. Esa convicción, más expresa a medida que las fechas de sus escritos se aproximan al presente, y que tan radicalmente difería del discurso político impuesto desde el poder, fue generando, sin mayor estridencia externa, una visión liberal y abierta para abordar históricamente los problemas de nuestro pasado más reciente (Cacho Viu, 1988, p. 19).

Pensado desde el despacho de la Fundación Ortega y Gasset, para este «armonizador de lealtades»<sup>81</sup> los signos del *liberalismo* tenían una genealogía remota que muy bien podían entroncar con el turbio «patriotismo crítico» de aquellos historiadores «amigos» que vieron en el desenlace de la guerra el punto de partida de una etapa totalmente nueva para España<sup>82</sup>.

<sup>80</sup> Las noticias en Ferrer y Pérez de León (2004), pp. 58 y 74. Y el testimonio de Luis Miguel Enciso cuando, en el mismo libro, señala que: «No era fácil para mí, liberal de UCD, entender que un hombre de pensamiento liberal favoreciera al PSOE» (p. 73).

<sup>81</sup> El calificativo es de J.-C. Mainer y pertenece a un párrafo que conviene repetir completo: «Y es que en el ánimo de Vicente Cacho algo cambió aunque no todo. No fue un converso sino algo más difícil, un armonizador de lealtades» («Vicente Cacho y la historia de los intelectuales españoles», en Ferrer y Pérez de León (2004), p. 167).

<sup>82</sup> Cacho Viu (1977), pp. 139-145. Después de la muerte de Pérez-Embid, el libro homenaje lo prepararon Vicente Cacho, Salvador Pons, Amalio García Arias y Antonio Fontán, *vid.* Salvador Pons Muñoz, «Elogio a la amistad», en Ferrer y Pérez de León (2004), p. 86. Desde su intachable trayectoria académica liberal y la etiqueta de calidad de la Fundación Ortega y Gasset donde había trabajado desde los años ochenta, Cacho Viu dedicó su último libro a la memoria de Florentino Pérez Embid, «maestro en la Universidad y, más aún, en la vida» (1997). Quien se autodefinía como un «orteguiano de guardia», recordaría que, el tercero de los estudios reunidos en el libro, «Ortega y el espíritu del 98» (pp. 117-171), tenía su origen en la memoria de oposiciones a profesor agregado de la Universidad Complutense que presentó a principios de 1967 (p. 27). Al fallecer, en 1997, estaba preparando un volumen sobre el famoso filósofo liberal (publicado póstumamente en edición al cuidado de O. Ruiz Manjón y prólogo de J. Varela

Por lo demás, en tiempos de indulgencias plenarias donde muy pocos recordaban haber sido franquistas y el antifranquismo se había diluido en una trama efervescente de entusiasmos militantes e inverosímiles evoluciones ideológicas, ni parece casual la iniciativa de Antonio Morales Moya de realizar una serie de entrevistas a Artola, Jover y Seco para la *Nueva Revista*, ni distorsionaban en el ambiente sus interpelaciones del tipo: «Profesor Jover, quiero hacerle una pregunta, se la hice también, en su momento a Miguel Artola, que creo especialmente importante para muchos de nosotros: ¿qué significa hoy ser liberal?»<sup>83</sup>. De ahí que tampoco resultara sorprendente la abigarrada relación de historiadores «liberales» presentada por Eloy Benito Ruano en el libro *Catedráticos en la Academia, Académicos en la Universidad* (igualados por su condición de numerarios de la Historia españoles, sin ningún rubor, se mezclaba a Rafael Altamira, Claudio Sánchez Albornoz o Menéndez Pidal con neocatólicos, franquistas y antiliberales tan reconocidos como Menéndez Pelayo, Miguel Asín, Antonio Ballesteros, Francisco Javier Sánchez Cantón o el marqués de Lozoya) (AA.VV., 1994)<sup>84</sup>. En último término, menos aún extrañaba que los organizadores del libro homenaje a Vicente Cacho eligieran con oportunidad el título *La tradición liberal española* (Ferrer y Pérez de León, 2004)<sup>85</sup>.

A las puertas del siglo XXI, lo inoportuno era la contumacia de ciertos historiógrafos pintorescos como el desasosegado José Manuel Cuenca Toribio. Sin poder evitar abrir su repaso sobre «La historiografía española de la Edad Contemporánea» con un apartado dedicado a la «impronta liberal», no vacilaba en cerrarlo con el recordatorio de «la notable contribución de su incesable pluma» y «la óptica censoria» de Federico Suárez Verdeguer (Cuenca Toribio, 1999<sup>1</sup>, pp. 150-154)<sup>86</sup>.

---

Ortega en Cacho Viu (2000). La autodefinición de Cacho como un «orteguiano de guardia» la recoge José Luis Molinuevo, «El primer y último viaje de un liberal», en Ferrer y Pérez de León (2004), p. 433.

<sup>83</sup> «Entrevista del profesor Antonio Morales al autor», en Jover (1999), p. 14; se había publicado con el significativo título de «La doble herencia del liberalismo español. Una visión actual», (1996), pp. 16-27. Con anterioridad, en esta publicación dirigida por Antonio Fontán, aparecería su «Entrevista con Miguel Artola» (1994), pp. 16-26; cerrando el ciclo con la «Entrevista a Carlos Seco Serrano» (1997), pp. 14-27.

<sup>84</sup> En su versión más surrealista, el proyecto trazado por Jover de restablecer la continuidad de la tradición historiográfica española alcanzaba toda su expresión en este libro coordinado por el reconocido historiador franquista Benito Ruano.

<sup>85</sup> Jugando con las representaciones el título que reza en la sobrecubierta es *Vicente Cacho en la tradición liberal española*.

<sup>86</sup> Párrafos similares los repetirá en Cuenca Toribio<sup>2</sup> (1999), pp. 203-208 (pp. 183-293). De forma totalmente inadecuada, el montaraz catedrático jubilado de Córdoba, ha desarrollado un desabrido y enfermizo interés por insertarse él mismo e incorporar a sus amigos en esta corriente. Así, no ha dudado en considerar al discípulo predilecto de José Luis Comellas, Rafael Sánchez Mantero, «un liberal no sólo por la obligada empatía con su tema de estudio

## Epílogo historiográfico para contemporaneístas

La afirmación anterior provoca la impresión de que la historia de la ciencia histórica española se mantiene como un territorio sin límites para el despliegue de cualquier tipo de opinión, incluidas las de los advenedizos ansiosos por cooperar. Un espacio de «ausencias» y un foro para la «conquista» entre cuyos conductos se ha instalado con comodidad el más insostenible relativismo que facilita la perpetuación de los tópicos y el reciclaje de los recuerdos por parte de los historiadores de la intelectualidad. Sin embargo, sabemos que esto no es así.

La naturaleza cognitiva de los estudios históricos es muy compleja y, dentro de ella, los textos aparecen ante los ojos panorámicos de la crítica como uno de los elementos centrales para el conocimiento de los historiadores. A lo largo del tiempo, permanecen para hacer justicia a sus autores o desmentir a los discípulos agradecidos, a los hagiógrafos desmesurados y los dispuestos acomodadores de modas. Y eso, porque a través de los mismos, podemos seguir las trayectorias de los historiadores (a veces, en su apariencia inmutable y, en ocasiones, definidas por los rasgos de la conversión intelectuales o la metamorfosis profesional). Pero nunca, para hacerles «vivir de nuevo nueva vida» e inventar pasados profesionales (y aquí puede entenderse las dificultades a las que se enfrenta la historia de la historiografía ante los intentos de someter a los historiadores a los juicios morales del presente y, en sus casos más extremos, a las valoraciones derivadas de los afectos nacionales o las reivindicaciones memoriales de la actualidad)<sup>87</sup>.

En este sentido, de todo lo dicho hasta aquí parece suficientemente probado que, por lo menos, el *renovador* Federico Suárez se mantuvo inalterable hasta el último de sus días en su interpretación histórica del siglo XIX. Y cuenta más que en ocasión alguna se sintió atraído por los valores de la cultura política liberal, ni experimentó ningún tipo «conversión cataclísmica» en esa línea. Mientras tanto, para el resto de los historiadores citados a lo largo de estas páginas, a pesar de sus declaraciones posteriores, creo que la lógica de su integración académica y la práctica del trabajo historiográfico permite, a lo sumo, discutir los niveles de sus sentimientos privados, desde los más superficiales a los más profundos, respecto a la política del régimen o la persona del general Franco. Sin embargo, apenas da pie para discutir acerca de la práctica pública de un *liberalismo* sin atributos (a lo

---

preferente, sino muy especialmente su cosmovisión y comportamiento», en «La jubilación de un catedrático ejemplar», *El Imparcial*, 30.08.2010.

<sup>87</sup> Estas alertas en Peiró (2004), pp. 179-205; y Peiró (2006), pp. 9-26.

Robert Musil). En aquella «sociedad orgánica», si hubo historiadores franquistas éstos lo fueron los catedráticos de *Historia* que, desde 1940, actuaron desde sus cátedras como *pequeños dictadores*, trabajando para el bien general del «cuerpo» y estableciendo los criterios de la actividad historiográfica universitaria. Y aquí incluyo, no hace falta decirlo, a los *innovadores* que participaron de la «comunidad generacional» inicial del contemporaneísmo español durante los años de 1950 y 1960. Una «noción de comunidad generacional», en último término, que aplicada al estrecho círculo de universitarios que entraron en la historia contemporánea por la puerta de la Guerra de la Independencia, «no implica ninguna unanimidad postulada entre sus miembros, sino sencillamente unas respuestas plurales a unas preguntas comunes de un tiempo compartido, de un “espíritu del tiempo”» (Dosse, 2007, p. 47). Marcado por las interferencias de la dictadura, fue un *tiempo de silencio* durante el cual la práctica histórica superó la fase de la *primera hora cero* iniciando un período de *normalización* sobre el que se erigió la historia oficial del franquismo. En este punto, de refundación comunitaria y disciplinar no puedo ahora entrar.

Pero sí puedo terminar con una gran conclusión que pretende resolver nuestra pregunta inicial: en los casi cuarenta años transcurridos desde la desaparición del dictador, los póstumos procesos de santificación de los historiadores *innovadores* se han visto acelerados por el juego de las interpretaciones del moderno textualismo historiográfico y el tiempo provisional de las conmemoraciones centenarias. Por un efecto contagioso de sublimación, la memoria de la profesión ha convertido sus magisterios universitarios y práctica históricas en las de unos *historiadores liberales*. Y eso, mientras la historia de la historiografía se esfuerza en situarlos en la realidad político-institucional en que se desarrolló la comunidad profesional de los *historiadores franquistas*.

## Bibliografía

- AA.VV. (1992), *El legado cultural de España al siglo XXI. 1. Pensamiento, Historia y Ciencia*, Barcelona, Colegio Libre de Eméritos y Círculo de Lectores.
- ALONSO PLAZA, José Manuel (1985), «Arbor de 1950 a 1956: las bases ideológicas de un proyecto político tradicional-integrista», *Arbor*, 479-480, pp. 39-58.
- ARTOLA, Miguel (1953), *Los afrancesados*, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones.
- (1954), «Comentario a “Los sucesos de la Granja” de F. Suárez Verdeguer», *Arbor*, 108.

- (1955), «La difusión de la ideología revolucionaria en los orígenes del liberalismo español», *Arbor*, 115-116, pp. 476-490.
- (1956), «El sitio de San Sebastián en 1813», *Revista de la Universidad de Madrid*, 17, pp. 27-67.
- (1958<sup>1</sup>), «En torno al concepto de historia», *Revista de Estudios Políticos*, 99, pp. 145-183.
- (1958<sup>2</sup>), *Teoría del saber histórico*, Madrid, Revista de Occidente.
- (1959), *Los orígenes de la España contemporánea*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- (1963), *Historia de la reconstrucción de San Sebastián*, San Sebastián, Ayuntamiento de San Sebastián.
- (1968), *La España de Fernando VII*, t. XXVI, *Historia de España dirigida por Menéndez Pidal*, Madrid, Espasa-Calpe.
- (1999), *Aula. Historia Social*, 3, pp. 4-13.
- ARZADUN, Juan (1942), *Fernando VII y su tiempo*, Madrid, Editorial Suma.
- AYUSO TORRES, Miguel (1994), *La filosofía jurídica y política de Francisco Elías de Tejada*, Madrid, Fundación Francisco Elías de Tejada y Erasmo Pèrcopo.
- BELTRÁN VILLALBA, Miguel (2004), «In memoriam. Francisco Murillo Ferrol», *Reis*, 107, pp. 7-13.
- BOBBIO, Norberto (1989), *Perfil ideológico del siglo XX en Italia*, México, FCE.
- BURGO, Jaime Ignacio del (1954-1966), *Fuentes de la Historia de España: bibliografía de las guerras carlistas y de las luchas políticas del siglo XIX. Antecedentes desde 1814 y apéndice hasta 1936*, Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 5 vols.
- CACHO VIU, V. (1962<sup>1</sup>), *Las tres Españas de la España contemporánea*, Madrid, Ateneo (Colección «O crece o muere»). (Conferencia pronunciada en el Estudio General de Navarra el 14 de febrero de 1962, dentro del ciclo sobre «Antecedentes históricos de la España actual»).
- (1962<sup>2</sup>), *La Institución Libre de Enseñanza. I. Orígenes y etapa universitaria (1860-1881)*, Madrid, Rialp, 2 vols.
- (1977), «Florentino Pérez-Embid: su patriotismo crítico», *Florentino Pérez-Embid: Homenaje a la amistad*, Barcelona, Planeta, pp. 139-145.
- (1988), «Los supuestos del contemporaneísmo en la historiografía de posguerra», *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 9, pp. 17-28.
- CALVO SERER, R. (1946), «España y la caída de Napoleón», *Arbor*, 14, pp. 215-258.
- CANNADINE, David (2002), «Historians in “the liberal hour”: Lawrence Stone and J.H. Plumb re-visited», *Historical Research*, 75, 189, pp. 316-354.
- CARABIAS, Josefina (1980), *Azaña: los que le llamábamos don Manuel*, Barcelona, Plaza & Janés.
- CARRERAS, José *et alii* (1976), *Once ensayos sobre la Historia*, Madrid, Fundación Juan March.
- CARRERAS ARES, Juan José (2007), «Edad Media, instrucciones de uso», *Jerónimo Zurita*, 82, pp. 11-26.
- «Carta de Vicente Cacho Viu a Antonio Fontán, Madrid, 2 de enero de 1985» (2000), reproducida por Octavio Ruiz Manjón en la «Introducción» de Cacho Viu *Los intelectuales y la política. Perfil público de Ortega y Gasset*, Madrid, Biblioteca Nueva, pp. 42-43.
- CASPÍSTEGUI, F.J. (2007), «José Antonio Maravall entre el medievalismo cultural y el historiográfico», *Jerónimo Zurita*, 82, pp. 99-138.

- COMELLAS, José Luis (1958), *Los primeros pronunciamientos en España*, Madrid, CSIC., Escuela de Historia Moderna.
- (1991), «Don Federico Suárez Verdeguer», *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea. Homenaje a Federico Suárez Verdeguer*, Madrid, Ediciones Rialp, pp. 17-27.
- CUENCA TORIBIO, José Manuel (1999) de «La historiografía española de la Edad Contemporánea», *Revista de las Cortes Generales*, 47.
- (1999), «La historiografía sobre la Edad Contemporánea», en Juan Andrés Gallego (coord.), *Historia de la historiografía española*, Madrid, Encuentro, pp. 183-293.
- (2001), *La obra historiográfica de Florentino Pérez Embid*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla (CSIC).
- (2009), «Una visión insólita de Castilla y España en el primer franquismo» en Mariano Esteban de Vega y Antonio Morales Moya (eds.), *Castilla en España. Historia y representaciones*, Salamanca, ediciones de la Universidad de Salamanca, pp. 315-328.
- DE RUGGIERO, G (1918-1948), *Storia della filosofia*, Bari, Laterza, 13 vols.
- (1925), *Storia del liberalismo europeo*, Bari, Laterza.
- (1944) [1ªed. 1925], *Historia del liberalismo europeo*, traducción de Carlos G. Posada, Madrid, Pegaso, 1944.
- DÍAZ, Elías (1994), *Los viejos maestros. La reconstrucción de la razón*, Madrid, Alianza Editorial.
- DÍAZ HERNÁNDEZ, Onésimo (2008), *Rafael Calvo Serer y el grupo de Arbor*, València, Publicacions de la Universitat de València.
- DÍEZ DEL CORRAL, Luis (1945), *El liberalismo doctrinario*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- (1954), *El rapto de Europa. Una interpretación histórica de nuestro tiempo*, Madrid, Revista de Occidente.
- (1998), *Obras Completas*, editadas por María del Carmen Iglesias y María-Luisa Sánchez Mejía, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 4 vols.
- DOSSE, F. (2007), *La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual*, Valencia. *El Ateneo de Madrid organiza dos cursos de lecciones sobre Balance de la cultura moderna y Actualización de la tradición española*, Madrid, 1950-51 (1950), Madrid, Ateneo (Imp. de Juan Pueyo).
- «Entrevista a Carlos Seco Serrano» (1997), *Nueva Revista*, 50, pp. 14-27.
- FERNÁNDEZ ALMAGRO, Melchor (1928), *Orígenes del Régimen Constitucional en España*, Barcelona, Labor.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (2006), «Liberales y liberalismo en España, 1810-1850. La forja de un concepto y la creación de una identidad política», *Revista de Estudios Políticos*, 134, pp. 125-176.
- FERRANDO BADÍA, Juan (1959), *La Constitución española de 1812 en los comienzos del «Risorgimento»*, Roma, CSIC. Cuadernos del Instituto Jurídico Español.
- FERRARI, Alvaro (2005), «Federico Suárez Verdeguer», *Memoria y Civilización*, 8, pp. 7-10.
- FERRER, M. TEJERA, D. y ACEDO, F. (1941-1979), *Historia del tradicionalismo español*, Sevilla, Editorial Católica Española.

- FERRER, Vicente; PEREZ DE LEON, Vicente (dir.) (2004), *La tradición liberal española. Homenaje a Vicente Cacho Viu*, Madrid, Fundación Albéniz.
- FORCADELL, Carlos; SAZ, Ismael; SALOMÓN, Pilar (eds.) (2009), *Discursos de España en el siglo XX*, Valencia, PUV-Institución Fernando el Católico.
- GALLERANO, Nicola (1993), «¿El fin del caso italiano?. La historia política entre “politización” y “ciencia”», en A. Caracciolo *et alii*, *La historiografía italiana contemporánea*, Buenos Aires, Editorial Biblos, pp. 91-131.
- GAMBRA, Rafael (1950), *La primera guerra civil en España (1821-1823): historia y meditación de una lucha olvidada*, Madrid, Escelicer, pp. 50-59.
- GARCÍA ESCUDERO, José María (1946), «Crónica cultural», *Revista de Estudios Políticos*.
- (1947), «Cánovas y su circunstancia política», *Revista de Estudios Políticos*, 33-34, pp. 67-85.
- (1951), *De Cánovas a la República*, Madrid, Rialp.
- (1952), *Crítica de la restauración liberal en España*, Madrid, Ateneo.
- GEMELLI, Giuliana (2005), *Fernand Braudel*, València, Universitat de València-Universidad de Granada, pp. 267-303.
- GÓMEZ ARBOLEYA, Enrique (1958), «Sociología en España», *Revista de Estudios Políticos*, 58, pp. 47-83.
- IGLESIAS, Carmen (1998), «Luis Díez del Corral. In Memoriam», *Revista de Estudios Políticos*, 100, pp. 11 y 12.
- JEREZ MIR, Manuel (1999), *Ciencia política, un balance de fin de siglo*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- JORDI CANAL (2004), «Guerra civil y contrarrevolución en la Europa del sur en el siglo XIX: reflexiones a partir del caso español», *Ayer*, 55/3.
- JORDI GRACIA (2004), *La resistencia silenciosa. Fascismo y cultura en España*, Barcelona, Anagrama.
- (2006), «Proceso evolutivo o “crisis y conversiones”: Los años cincuenta y el viejo falangismo», en Santos Juliá (dir.), *Memoria de la guerra y del franquismo*, Madrid, Taurus-Fundación Pablo Iglesias, pp. 319-344.
- JOVER ZAMORA (1952), *Conciencia burguesa y conciencia obrera en la España contemporánea*, Madrid, Ateneo.
- (1958), «La guerra de la Independencia española en el marco de las guerras europeas de Liberación, 1808-1814», *La guerra de la Independencia española y los Sitios de Zaragoza*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, pp. 41-165.
- (1974), «El siglo XIX en la historiografía española contemporánea (1939-1972)», en *El siglo XIX en España. Doce estudios*, Barcelona, Planeta, pp. 9-151.
- (1976), «España en la transición del siglo XVIII al XIX», en *Política, diplomacia y humanismo popular: estudios sobre la vida española en el siglo XIX*, Madrid, Turner.
- (1988), «Las grandes etapas del pensamiento español en la obra de José Antonio Maravall», en *Homenaje a José Antonio Maravall, 1911-1986*, Valencia, Consell Valencià de Cultura, pp. 51-65.
- (1991), *Realidad y mito de la primera República. Del «Gran Miedo» meridional a la utopía de Galdós*, Madrid, Espasa-Calpe.

- (1994), «Rafael Altamira y la Historia de la Civilización», en AA.VV., *Catedráticos en la Academia. Académicos en la Universidad*, Madrid, Fundación Central Hispano-Consejo Social Universidad Complutense de Madrid, pp. 13-43.
- (1996), «La doble herencia del liberalismo español. Una visión actual», *Nueva Revista*, 43, pp. 16-27.
- (1999<sup>1</sup>), «El siglo XIX en la historiografía española de la época de Franco (1939-1972)», *Historiadores españoles de nuestro siglo*, Madrid, Real Academia de la Historia, pp. 25-271.
- (1999<sup>2</sup>), «Corrientes historiográficas en la España contemporánea», en *Historiadores españoles de nuestro siglo*, Madrid, Real Academia de la Historia.
- JUBERÍAS, Carlos Flores (2007), «La obra de Juan Ferrando Badía y su significación en el desarrollo del Derecho Constitucional y la Ciencia Política en España», *Cuadernos Constitucionales de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol*, 58-59, pp. 15-51.
- JULIÁ, Santos (2000), *El aprendizaje de la libertad, 1973-1986*, Madrid, Alianza Editorial.
- (2004<sup>1</sup>), «La “falange liberal”, o de cómo la memoria inventa el pasado», en Celia Fernández Prieto y M<sup>a</sup> Ángeles Hermosilla Álvarez (eds.) (con la colaboración de Anna Caballé), *Autobiografía en España: un balance. Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de Córdoba del 25 al 27 de octubre de 2001*, Madrid, Visor Libros, pp. 127-144.
- (2004<sup>2</sup>), *Historia de las dos Españas*, Madrid, Taurus, 2004.
- JURETSCHKE, Hans (1951), *Vida, obra y pensamiento de Alberto Lista*, Madrid, CSIC, 1951.
- (1955<sup>1</sup>), «Los supuestos históricos e ideológicos de las Cortes de Cádiz», *Nuestro Tiempo*, II, pp. 13-35.
- (1955<sup>2</sup>), «Concepto de Cortes a comienzos de la Guerra de la Independencia. Carácter y actualización», *Revista de la Universidad de Madrid*, IV, pp. 369-405.
- (1955<sup>3</sup>), «Postrimerías de Fernando VII y advenimiento del régimen liberal. Apostillas a Federico Suárez», *Razón y Fe*, 152, pp. 325-334.
- (1962), *Los afrancesados en la Guerra de la Independencia. Su génesis, desarrollo y consecuencias históricas*, Madrid, Rialp.
- JURETSCHKE, Hans y ANGEL VEGA, Miguel (2001), *España y Europa: estudios de crítica cultural: obras completas de Hans Juretschke*, Madrid, Inst. Universitario de Lenguas Modernas y Traductores, Ed. Complutense.
- LACASTA ZABALZA, Ignacio (2010), «Caminos de terciopelo en la filosofía jurídica española», *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, 20, pp. 171-178.
- LAÍN ENTRALGO, P. (1968), *Una y diversa España*, EDHASA.
- LÓPEZ ARANGUREN, J. (1958), *Catolicismo y protestantismo como formas de existencia*, Madrid, Revista de Occidente, 1952.
- LÓPEZ DÍAZ, María (ed.) (2009), *Estudios en homenaje al profesor José M. Pérez García. 2. Historia y modernidad*, Vigo, Servizo de Publicacións Universidade de Vigo.
- LÓPEZ MORILLAS, Juan (1956), *El krausismo español*, México, FCE.
- LÓPEZ TABAR, J. (2001), *Los famosos traidores. Los afrancesados durante la crisis del Antiguo Régimen (1808-1833)*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- LÓPEZ VEGA, Antonio, *Gregorio Marañón. Radiografía de un liberal*, Madrid, Taurus, 2011.

- MARAVALL, J.A. (1955), «La Ilustración en España», *Arbor*, 114, pp. 345-349.
- (1955<sup>1</sup>), «El pensamiento político en España a comienzos del siglo XIX: Martínez Marina», *Revista de Estudios Políticos*, 81, pp. 29-82.
- (1955<sup>2</sup>), «La historia del pensamiento político, la ciencia política y la historia», *Revista de Estudios Políticos*, 84, pp. 25-65.
- (1959), «Menéndez Pidal y la renovación de la historiografía», *Revista de Estudios Políticos*, 105, pp. 49-99.
- (1960), *Menéndez Pidal y la historia del pensamiento*, Madrid, Arión.
- (2007) [1958], *Teoría del saber histórico*, Pamplona, Urogoiti Editores.
- MARÍN GELABERT, Miguel À (2001), «Historiadores locales e historiadores universitarios: la transición de la historiografía española, 1948-1975», en C. Frías Corredor y M.A. Ruiz Carnicer (coords.), *Nuevas tendencias historiográficas e historia local en España. Actas del II Congreso de Historia Local de Aragón (Huesca, 7 al 9 de julio de 1999)*, Huesca, Instituto de Estudios Altoaragoneses, pp. 478-490.
- (2004), *Los historiadores españoles en el franquismo, 1948-1975. La historia local al servicio de la patria*, Zaragoza, Prensas Universitarias-Institución «Fernando el Católico».
- (2006), «La fatiga de una generación. Jaume Vicens Vives y su *Historia crítica de la vida y reinado de Fernando II de Aragón*», prólogo a J. Vicens Vives, *Historia crítica de la vida y reinado de Fernando II de Aragón*, Zaragoza, Cortes de Aragón-Institución «Fernando el Católico», pp. XLIX-LXII.
- (2008), *La historiografía española de los años cincuenta. Las escuelas disciplinares en un ambiente de renovación teórica y metodológica, 1948-1965*, Zaragoza, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Zaragoza.
- (2010), «A través de la muralla. Jaume Vicens Vives y la modernización del discurso histórico», estudio que acompaña la reedición de J. Vicens, *Aproximación a la historia de España*, Barcelona, Editorial Vicens Vives, 2010.
- MARTÍN-RETORTILLO, Sebastián (1962), «La doctrina del ordenamiento jurídico de Santi Romano y alguna de sus aplicaciones en el campo del Derecho administrativo», *Revista de Administración Pública*, XIII, 39, pp. 39-78.
- MARTÍNEZ MARINA, Francisco (1957), *Teoría de las Cortes*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- MAURA, Miguel (2007) [1962], *Así cayó Alfonso XIII. De una dictadura a otra*, Madrid, Marcial Pons Historia, p. 452.
- MERMALL, Thomas; CARPINTERO, Helio; MARICHAL, Juan (1981), «Estilos de pensar», en Domingo Yndurain (ed.), *Historia crítica de la literatura española. Vol. VIII. Época contemporánea, 1939-1975*, dirigida por Francisco Rico, Barcelona, Crítica, pp. 66-85.
- MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere (2008), *La anatomía del franquismo. De la supervivencia a la agonía, 1945-1977*, Barcelona, Crítica.
- MORENTE, Felipe (2004), «Francisco Murillo Ferrol. O el compromiso académico con las ciencias sociales», *Política y sociedad*, 41 / 2, pp. 145-161.

- MORETTI, Mauro (1986), «Cattedre e discipline storiche nelle università italiane», en F. Anania, *La storiografia italiana recente: alcune indagni sulle su structure e tendenze*, Ancona, pp. 159-181.
- MUÑOZ SORO, Javier (2006), *Cuadernos para el Diálogo (1963-1976). Una historia cultural del segundo franquismo*, Madrid, Marcial Pons, pp. 27-29.
- MURILLO FERROL (1951), «Nación y Crisis», *Revista de Estudios Políticos*, 58, pp. 47-76.
- (1959), «El Manifiesto de los Persas y los orígenes del liberalismo español», en *Homenaje a D. Nicolás Pérez Serrano*, Madrid, Instituto Editorial Reus, II, pp. 161-178.
- OYARZÚN, Román de (1939), *Historia del Carlismo*, Bilbao, FE.
- PABÓN, Jesús (1963), «Introducción al estudio de la conversión en el mundo contemporáneo», *Días de ayer. Historias e historiadores contemporáneos*, Barcelona, Alpha, pp. 197-229.
- PABÓN, Jesús (2003)[1944], *Las ideas y el sistema napoleónicos*, edición de Carlos Seco Serrano, Pamplona, Urgoiti Editores.
- (2008), «Melchor Fernández Almagro: historiador de la Regencia», *Días de ayer. Historias e historiadores contemporáneos*, pp. 127-136.
- PANIAGUA, Javier; PIQUERAS, José; PRATS, Joaquín P (1995), «Encuentro con Miguel «Entrevista a Miguel Artola. Nuestra democracia no nació por decreto», *Nueva Revista*, 38, pp. 16-26.
- PARKER, Christopher (1990), *The English Historical Tradition since 1850*, Edinburgh, John Donald Publishers, pp. 202-244.
- PEIRÓ, I.; PASAMAR, G. (2002), *Diccionario Akal de Historiadores Españoles Contemporáneos (1840-1980)*, Madrid, Akal.
- PEIRÓ, Ignacio (2004), «La consagración de la memoria: una mirada panorámica a la historiografía contemporánea», *Ayer*, 53, pp. 179-205.
- (2006), «“Ausente” no quiere decir inexistente: La responsabilidad en el pasado y en el presente de la historiografía española», *Alcores. Revista de Historia Contemporánea*, 1, pp. 9-26.
- (2007), «La metamorfosis de un historiador: El tránsito hacia el contemporaneísmo de José María Jover Zamora», *Jerónimo Zurita*, 82, pp. 177-234.
- (2008), *La Guerra de la Independencia y sus conmemoraciones (1908, 1958, 2008) Un estudio sobre las políticas del pasado*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.
- (2010), «Cultura nacional y patriotismo español: Culturas políticas, políticas del pasado e historiografía en la España contemporánea», en M. Pérez Ledesma y M. Sierra (eds.), *Culturas políticas: teoría e historia*, pp. 331-365.
- PÉREZ EMBID, Florentino (1953), *Historia de España. Estudios publicados en la revista «Arbor»*, Madrid, CSIC.
- (1997), *Repensar el noventa y ocho*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- PIQUERAS, José Antonio (2008), *Cánovas y la derecha española. Del magnicidio a los neocon*, Barcelona, Península.
- PRADES, Sara (2007), «Escribir la Historia para definir la nación. La historia de España en *Arbor*: 1944-1956», *Ayer*, 66, p. 177-200.

- RAMOS SANTANA, Alberto; SÁNCHEZ MANTERO, Rafael *et alii* (2000), *Homenaje a D. José Luis Comellas*, Sevilla, Universidad de Sevilla.
- RIVAYA, Benjamín (1998), *Filosofía del Derecho y primer franquismo (1937-1945)*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- (2010), *Una Historia de la Filosofía del Derecho española del siglo XX*, Madrid, Iustel.
- RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis (1993), «La “Tercera Fuerza” en el franquismo: la teoría de la restauración o la versión española de la revolución conservadora», en Javier Tusell (coord.), *El régimen de Franco (1936-1975): Política y relaciones exteriores*, Madrid, UNED, I, pp. 179-188.
- (1946), *Ritorno alla ragione*, Bari, Laterza.
- ROMANO, Santi (1963), *El ordenamiento jurídico*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- RUIZ-CARNICER, Miguel Ángel (2007), *Ciriaco Pérez Bustamante y el mundo académico del franquismo*, Pamplona, Urgoiti Editores.
- RUIZ TORRES, Pedro (1994), «Del Antiguo al Nuevo Régimen: carácter de la transformación», en A.M. Bernal *et alii*, *Antiguo Régimen y liberalismo. Homenaje a Miguel Artola. 1. Visicones generales*, Madrid, Alianza Editorial – Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- SÁNCHEZ AGESTA, Luis (1947) [1ª. ed. 1943], *Lecciones de Derecho Político*, Granada, Imp. Hijo de Paulino V. Traveset.
- (1952), *En torno al concepto de España*, Madrid, Ateneo.
- (1953), *El pensamiento político del despotismo ilustrado*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- (1954), «Sentido sociológico y político del siglo XIX», *Revista de Estudios Políticos*, 75, pp. 23-43.
- (1955), *Historia del constitucionalismo español, 1808-1936*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- (1963), «Partidos políticos, grupos de interés y Movimiento», *Cuadernos para el Diálogo*, 3.
- (1964), «Enhebrando el diálogo», *Cuadernos para el Diálogo*, 7.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Nicolás (1953), *Cuadernos de Historia de España*, XIX.
- SÁNCHEZ GARCÍA, Raquel (2004), «El Ateneo de Madrid: plataforma ideológica del franquismo (1939-1963)», *Historia Contemporánea*, 29, pp. 871-894.
- SAZ CAMPOS, Ismael (2003), *España contra España. Los nacionalismos franquistas*, Madrid, Marcial Pons.
- (2010), «Las culturas políticas del nacionalismo español», en Manuel Pérez Ledesma y María Sierra (eds.), *Culturas políticas: teoría e historia*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», pp. 313-329.
- SECO SERRANO, Carlos (1969), «Don Ciriaco Pérez Bustamante», *Revista de Indias*, 115-118.
- (1978), «Jesús Pabón, el hombre, el político, el historiador», *Revista de la Universidad Complutense*, 112, pp. 5-151.
- (1999), «Prólogo» a J. Pabón, *Cambó, 1876-1941*, Barcelona, Editorial Alpha.
- SESMA LANDRÍN, Nicolás (2004), «Propaganda en la alta manera e influencia fascista. El Instituto de Estudios Políticos (1939-1943)», *Ayer*, 53, pp. 155-178.

- (2009), *Antología de la Revista de Estudios Políticos*, Madrid, BOE – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- (2010), *La médula del Régimen. El Instituto de Estudios Políticos: creación doctrinal, acción legislativa y formación de élites para la dictadura franquista (1939-1977)*.
- SEVILLA ANDRÉS, Diego (1954), «Interpretación marxista de Donoso Cortes», *Arbor*, 105-106.
- SOLDEVILLA, Carlos (2004) «José Luis López Aranguren: el buen talante como estilo de vida», *Política y Sociedad*, 41, 2, pp. 123-143.
- STERNHELL, Zeev (1963), *Ni droit, ni gauche. L'idéologie fasciste en France*, Paris, Seuil.
- SUÁREZ VERDEGUER, Federico (1945), «C.F. Henningsen y la historia de España en el siglo XIX», *Arbor*, 7, pp. 87-95.
- (1946), «La formación de la doctrina política del carlismo», *Revista de Estudios Políticos*, 25-26, pp. 43-83.
- (1947), «Génesis del liberalismo español», *Arbor*, 21, pp. 349-395.
- (1950), *La crisis política del Antiguo Régimen en España, 1800-1840*, Madrid, Rialp.
- (1953), *Los sucesos de la Granja*, Madrid, CSIC.
- (1955), «Conservadores, innovadores y renovadores en las postrimerías del Antiguo Régimen», *Lección inaugural del Curso académico 1955-56 en el Estudio General de Navarra*, Pamplona, Publicaciones del Estudio General de Navarra.
- (1958), *Los realistas en el Trienio constitucional (1820-1823)*, Pamplona, Estudio General de Navarra.
- TEJADA, Francisco Elías de (1944), *El hegelianismo jurídico español*, Madrid, Revista de Derecho Privado.
- (1953), «Los Fueros como sistema de libertades políticas concretas», *Arbor*, 93-94 pp. 50-59.
- (1955), «Visión de Cataluña», *Arbor*, 112, pp. 630-632.
- THIEBAUT, Carlos (1997), «El talante como categoría moral», *Isegoría. Revista de filosofía moral y política*, 15, pp. 145-155.
- TURIN, Yvonne (1963), *L'éducation et l'école en Espagne de 1874 à 1902. Liberalisme et tradition*, Paris, Presses Universitaires de France.
- TUSELL, Javier (1984), *Franco y los católicos. La política interior española entre 1945 y 1957*, Madrid, Alianza.
- URQUIJO GOITIA, José Ramón (2008), *Gobiernos y ministros españoles en la edad contemporánea*, Madrid, CSIC.
- VARELA, Javier (1999) *La novela de España. Los intelectuales y el problema español*, Madrid, Taurus.
- VEGA CERNUDA, Miguel Ángel (2001), *España y Europa: estudios de crítica cultural. Obras Completas de Hans Juretschke*, Madrid, Editorial Complutense, 3 vols.
- VICENS VIVES, Jaime (1952), «Una generación heroica», *Destino*, 799.
- (1967), *Obra Dispersa, vol. I. España, América, Europa*, edición preparada por M. Batllori y E. Giralt, Barcelona.
- VICENS VIVES, Jaime; PÉREZ BALLESTAR, Jorge (1958), *El problema social. Génesis. Planteamiento. Soluciones*, Barcelona, Editorial Teide (Colección “Duran y Bas”. Textos de Derecho, Legislación y Economía, VI).

- VIÑES MILLET, Cristina (2000), «Melchor Fernández Almagro y la cultura de su época (esbozo biográfico)», en Alberto Ramos Santana y Rafael Sánchez Mantero *et alii*, *Homenaje a D. José Luis Comellas*, Sevilla, Universidad de Sevilla, pp. 237-255.
- (2007), «Melchor Fernández Almagro. Aproximación a su vida y su obra», prólogo a la reedición de Melchor Fernández Almagro, *Vida y literatura de Valle-Inclán*, Pamplona, Urgoiti Editores, pp. XV y XXXIV-XXXV.
- WEHLER, Hans Ulrich (1985), «Nachruf auf Theodor Schieder», *Geschichte und Gesellschaft*, 11, pp. 143-153.
- WILHELMSEN, Alexandra (1979), «El “Manifiesto de los Persas”: una alternativa ante el liberalismo español», *Revista de Estudios Políticos*, 12.



# O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Luís Reis Torgal\*

## Para uma história da história do Estado Novo

No mesmo ano, 1982, em que publiquei o segundo volume da minha tese de doutoramento sobre o século XVII, mais precisamente sobre a ideologia política e a teoria do Estado na Restauração (Torgal, 1981-1982)<sup>1</sup> – chegava ali depois de ter trabalhado sobre o século XIX, ou seja, em especial sobre o pensamento tradicionalista e contra-revolucionário antiliberal (Torgal, 1973)<sup>2</sup> –, era editado o meu primeiro texto sobre o Estado Novo, de co-autoria com o meu colega Amadeu Carvalho Homem. Havíamos-lo apresentado no colóquio organizado pelo então Gabinete de Investigações Sociais (GIS), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, realizado em Dezembro de 1981 e intitulado “A formação de Portugal contemporâneo. 1900-1980”. As actas ocuparam seis números, em dois volumes, da revista *Análise Social*, dirigida por Adérito Sedas Nunes. Vigoravam ainda duas instituições paralelas de apoio à pesquisa científica que subsidiaram o encontro, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). O nosso texto intitulava-se “Ideologia política e «cultura popular»: análise da biblioteca de uma Casa do Povo” (Torgal e Homem, 1982, pp. 1437-1464)<sup>3</sup>. Eram, pois, as questões politicoculturais do regime que nos atraíam, assim como sucedeu comigo ao longo de quase trinta anos em que me

---

\* Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coordenador de Investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20)

<sup>1</sup> A tese foi defendida em provas públicas em 1978.

<sup>2</sup> Defendi a tese de licenciatura sobre este tema, embora com um título diferente, em 1966.

<sup>3</sup> O segundo volume das actas saiu no vol. XIX, números 77-78-79. Pertenciam à Comissão Organizadora do colóquio A. Sedas Nunes, Manuel L. Marinho Antunes e Manuel Villaverde Cabral.

tornei, preferencialmente, historiador do Estado Novo no contexto da análise dos regimes autoritários / totalitários.

Os sociólogos e uma das instituições mais marcantes nesse domínio (praticamente a única existente então em Portugal), o Instituto de Ciências Sociais, ocupavam assim um papel de primeira importância na organização dos primeiros debates sobre história de Portugal contemporâneo do século XX. Não era, porém, o primeiro colóquio que abrangia o tempo do Estado Novo, dado que em Março de 1980 se realizara na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o encontro sobre um tema mais específico e com um título que estava então de acordo com as tendências da opinião e da interpretação do Estado Novo de Salazar, “O Fascismo em Portugal” (Pinto, et. al., 1982). Neste caso, eram velhos e novos historiadores que constituíam a Comissão Organizadora, alguns deles que enveredaram também pela Sociologia, pela Antropologia ou pela Museologia<sup>4</sup>. Depois, só em Novembro de 1986 se veio a realizar outro colóquio especificamente sobre o Estado Novo, “O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia” (*O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia. 1926-1959*, 1987), de cuja Comissão Organizadora fizeram parte novos historiadores – para além de Costa Pinto (que já então pertencia ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, mas que só se viria a doutorar em Florença em 1992), Fernando Rosas (formado em Direito e, nesse ano de 1986, mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa, que depois viria a obter o grau de doutor em 1990), José Maria Brandão de Brito (do Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG, que se viria a doutorar em 2001 pela Universidade de Birmingham) e Nuno Severiano Teixeira (então assistente na Universidade de Évora, que se doutoraria em 1994). Da Comissão Científica faziam parte investigadores seniores de todas escolas e formações, mas com vantagem para os historiadores embora com presença significativa de sociólogos, economistas e antropólogos, alguns com provas dadas na oposição ao Estado Novo. Assim, divisamos os historiadores Oliveira Marques, Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira, Fernando Piteira Santos, Jaime Reis e José Medeiros Ferreira (que, depois de ocupar lugares políticos de relevo, se doutoraria em 1991), os sociólogos Adérito

<sup>4</sup> Entre os organizadores, que surgem no livro por ordem alfabética, contava-se o historiador e político da oposição ao Estado Novo Fernando Piteira Santos, João Medina (formado em ciências Histórico-Filosóficas e doutorado em Sociologia em Estrasburgo, autor dos primeiros livros sobre o Estado Novo), António Costa Pinto (ainda jovem, que se tornará um dos historiadores do Estado Novo), Pedro Tavares de Almeida (formado em História e doutorado em Sociologia), Jorge Custódio (formado também em História e que se dedicará à Arqueologia e à Museologia Industrial e dos Transportes).

Sedas Nunes, António Barreto e Boaventura de Sousa Santos, a antropóloga Ângela Guimarães, os economistas Manuel Jacinto Nunes, Francisco Pereira de Moura e Alfredo Marques.

Refiro-me particularmente a estes colóquios porque são reveladores de um grande esforço da historiografia (*lato sensu* e de uma forma interdisciplinar ou, pelo menos, pluridisciplinar) no sentido de analisar e debater cientificamente o Estado Novo, mesmo aceitando que se mantinha, em certos casos e de uma forma consciente ou subconsciente, a natural ideologia anti-salazarista, própria de uma cultura política que havia atingido finalmente a democracia, por vezes ainda formada (e em alguns casos deformada) por uma linha marxista. Mas antes, desde 1973, já haviam sido publicados alguns livros sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo, dos quais convém destacar os de Oliveira Marques (Marques, 1973, 1975<sup>1</sup>, 1975<sup>2</sup> e 1978), de Manuel de Lucena<sup>5</sup> (Lucena, 1976), de João Medina (Medina, 1977 e 1978), de Maria Filomena Mónica (Mónica, 1978), de Manuel Braga da Cruz (Cruz, 1980), de alguns estrangeiros (Richard Robinson, Douglas Wheeler, Tom Gallagher, Jacques Georgel, Hipólito de La Torre)... Em 1978 (decreto-lei n.º 110/78) – ultrapassara-se já o tempo em que a Revolução de Abril passara pelo PREC e já se entrara no período constitucional com a Constituição de 1976 – foi criada, pela Presidência do Conselho de Ministros, a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista e o tema do Estado Novo torna-se um “assunto de Estado” em defesa da memória, surgindo em breve vários livros: colectâneas documentais temáticas, correspondência política e outros documentos de diverso tipo. A famosa “História de Barcelos” publica um volume sobre o Estado Novo (Nogueira, 1981), da autoria de um seu ex-ministro e “biógrafo de Salazar” (Nogueira, 1977-1985), Franco Nogueira, e outro ex-ministro de Salazar, José Hermano Saraiva coordena uma *História de Portugal* (Saraiva, 1983), na qual escreve a parte referente ao Estado Novo. Mas também João Medina, de outro quadrante cultural e ideológico, publicará, em 1985, uma *História Contemporânea de Portugal*, onde dois volumes são dedicados ao Estado Novo. Já em 1989-1990 António Reis dirigirá outra obra sobre a mesma época (Reis, 1989-1990).

Portanto, pode dizer-se que desde o 25 de Abril de 1974 surgiram obras, actas de colóquios, volumes temáticos de revistas sobre o salazarismo, obras de escritores

<sup>5</sup> Trata-se da tese de 1971, com o título *L'évolution du système corporatif portugais à travers les lois (1933-1971)*, sob a direcção do professor G. Lyon Caen, apresentada como *mémoire de fin d'études* no Institut de Sciences Sociales du Travail.

de variada formação e ideologia política, umas de cunho mais científico, outras de sentido mais ideológico, sobre as áreas mais diversas (política, sociedade, economia, arte, cultura, ensino, etc.), surgindo também inúmeros artigos de jornal (como se prova pela colectânea de Eduardo Lourenço, de 1976) e de revistas, mesmo revistas de divulgação com certa qualidade (como as revistas *Vértice* e *História*). O primeiro roteiro de fontes sobre História Contemporânea (de Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira e Maria José Leal) aparece em 1984 (Serrão, Joel, Leal e Pereira, 1984-1985), assim como foram surgindo as primeiras cronologias (Morais e Violante, 1986) e os primeiros dicionários, embora o roteiro do “arquivo Salazar” só apareça em 1992 (Garcia, 1992) e o *Dicionário de História do Estado Novo*, de Fernando Rosas e de José Maria Brandão de Brito, seja publicado em 1996 (Rosas e Brito, 1996).

Mas não é este o lugar para repetir o que disse sobre a avaliação da história do Estado Novo, trabalho que iniciei em 1992, prossegui em 1996 e terminei há dois anos no livro *Estados Novos, Estado Novo* (Torgal, 1992, 1993 e 2009, vol. 2, pp. 323-413 e pp. 425-437), depois de ter escrito (ou coordenado) três livros (Torgal, 1989, 1999 e 2000) e vários artigos sobre o tema e ter orientado várias teses de doutoramento, de mestrado e trabalhos de fim de curso. Neste momento, o que desejo apenas é destacar como foi prolífica desde o início a publicação de obras de variado tipo e qualidade sobre esta temática, podendo avançar (como números meramente indicativos) que se publicaram desde 1973 e na década de setenta 35 obras, o que dá uma média de 5 por ano, para aumentar para 96 na década de oitenta, isto é, quase 10 obras publicadas por ano. As restantes considerações serão apresentadas a seguir.

## **História e “jornalismo”**

Quando comecei a dedicar-me à história do Estado Novo, publicando artigos e livros e orientando seminários, o que sucedeu de forma sistemática no fim dos anos oitenta – início dos anos noventa do século XX, um colega e grande historiador, utilizando ironicamente um chavão da “historiografia clássica”, dizia-me que esse tipo de história não era História mas Jornalismo. E esse argumento é ainda por vezes corrente em certos meios universitários, de tal forma que, quando era director da *Revista de História das Ideias*, alguns colegas da redacção tiveram dificuldade em aceitar que propusesse um número sobre o tema “Do Estado Novo ao 25 de Abril”, volume que, de facto, veio a publicar-se (Vargues, 1994).

Alguns historiadores consideram, ou consideraram, na verdade, que é difícil, se não impossível, fazer história com objectividade científica quando se trata de temas próximos de nós, que acabaremos – no seu teor – por abordar de forma subjectiva e até ideológica. Daí a comparação fatal com o jornalismo que supõe uma intervenção directa e imediata sobre o acontecimento, que, todavia, não tem de ser ou não deve ser parcial, embora possa ser crítica, o que é diferente, como tem de ser crítica, no plano da interpretação, a escrita do historiador. Esquece-se, de resto, que há, e devia continuar a haver (embora haja cada vez menos), um jornalismo de investigação que se pode aproximar da história, ou confundir-se com ela, de que têm dado provas alguns periodistas, como – se me é permitido referir nomes – José Pedro Castanheira, que logo em 1983 publicou uma obra sobre *A história dos bancários do Sul e Ilhas* e nos deixou alguns textos interessantes sobre o Estado Novo, normalmente publicados na revista do jornal *Expresso* e depois desenvolvidos em livros, ou Fernando Antunes (Lopes Arriaga), que escreveu, numa obra de divulgação, a primeira aproximação à história da Mocidade Portuguesa (Arriaga, pseud. Fernando Antunes, 1976).

O certo, porém, é que os jornalistas manifestaram um grande interesse pela história do Estado Novo e nem sempre de forma objectiva. É certo que fizeram questão em sublinhar – como o fez Helena Matos – que escreviam os textos como jornalistas e não como historiadores (Matos, 2003, p. 7.), mas nem por isso deixavam, e deixam, para o grande público, a marca de que o que escrevem é História, num tempo em que há uma grande confusão disciplinar, por vezes mascarada em conceitos, à partida nobres, como “interdisciplinaridade”, “pluri-disciplinaridade” ou “transdisciplinaridade”. O mesmo se passa com o cinema, sobretudo sob a forma de documentário (e não tanto sob a forma de ficção, já que o que é ficção é entendido mais como fantasia – “é cinema” ou “é fita”, como se dizia no meu tempo de jovem –, não esquecendo que o cinema pode ter uma linguagem histórica, como se pode ver nos filmes de Roberto Rossellini). É que o documentário, pelo seu carácter de junção de “documentos cinematográficos”, pode trazer ou provocar – apesar de uma sensação contrária – uma noção pouco objectiva da “realidade”, ou até uma visão parcial se não for convenientemente coordenado pela interpretação e pela linguagem do historiador. Assim pode suceder com o documentário – ponha-se de parte a ficção (série televisiva e filme) de qualidade inferior, *A Vida Privada de Salazar* (2009), de Jorge Queiroga, que julgo ninguém ter levado a sério – *Fantasia Lusitana* (2010), de João Canijo, apesar de cinematograficamente ser uma obra de interesse, ou mesmo

com o documentário televisivo *A Guerra Colonial / do Ultramar / de Libertação* (2007 e ss.), do realizador Joaquim Furtado, que, todavia, passa a ser uma fonte fundamental para estudar o tema.

O problema não é, pois, essencialmente, do jornalismo ou do documentarismo, mas da recepção do trabalho jornalístico ou documentarista, devendo, no entanto, sublinhar-se que a História não é um atributo exclusivo de quem teve uma formação inicial em História. Pode-se ser Historiador (com H maiúsculo) vindo de outra qualquer formação, desde que – parafraseando o meu colega Fernando Catroga – se utilize a metodologia do historiador, no que diz respeito à busca das fontes, à interpretação crítica e à escrita da História.

Mas há um ponto em que o jornalismo é responsável, como é responsável pela visibilidade e esquecimento de outros factos e personalidades – trata-se da importância que é concedida por vezes a obras de História de menor importância, porque são textos mais ou menos sensacionalistas, por si só ou pelo que representam, ao mesmo tempo que esquece completamente obras de maior interesse. Ortega y Gasset no seu famoso discurso sobre a “missão da Universidade”, publicado exactamente num periódico, *El Sol*, em primeira edição, e apesar de tentar depois explicar melhor o sentido das suas palavras, pedindo desculpa aos seus “companheiros jornalistas”, afirmava: “Cuanto más importancia substantiva y perdurante tenga una cosa o persona menos hablarán de ella los periódicos, y en cambio destacarán en sus páginas lo que agota su esencia con ser un «suceso» e y dar lugar a una noticia.” (Ortega y Gasset, 1930, p. 142). É assim que ao mesmo tempo que o movimento editorial e livreiro, sobretudo das grandes empresas de monopólios, dá grande relevo a certas obras, “esconde” outras, sobretudo se têm um significado, por assim dizer, universitário. Além disso, como veremos, jornalistas de serviço, sem grande formação histórica, são capazes de dar opiniões sensacionalistas sobre obras de interesse, mas com argumentos que não se coadunam com a dimensão dos livros que comentam.

Voltarei a este assunto, porque ele se verificou recentemente, sobretudo em obras sobre o salazarismo e o Estado Novo. Antes, porém, anotarei como essas temáticas se tornaram um campo fértil, a ponto de hoje parecer que a história contemporânea recente – também a Primeira República, devido ao seu Centenário – se torna quase exclusiva no panorama da historiografia portuguesa, esquecendo-se a importância da história medieval e da história moderna. Isso é particularmente sensível para mim que fui formado num tempo em que a Idade Média e a Época Moderna até à Restauração dominavam, embora numa

metodologia narrativista ou ideológica, e em que o Seminário de Licenciatura do Professor Silva Dias, de 1965-1966, foi o primeiro a orientar teses sobre temas do liberalismo e da contra-revolução, enquanto apenas se publicavam, *off the record* e contra a corrente, as obras sobre o século XIX de Joel Serrão, José Tengarrinha, Augusto da Costa Dias, Fernando Piteira Santos ou Victor de Sá. Mas Silva Dias foi fundamentalmente um modernista como historiador e foi na Época Moderna (e até na Idade Média) que me iniciei como docente universitário.

### O sentido da “salazarofilia”

Estou a empregar um termo de José Pacheco Pereira, num artigo do *Público* de 27 de Dezembro de 2008 (*Público*, 27 de Dezembro de 2008, p. 25). Mas o político, comentador e historiador empregava o termo num sentido um pouco diferente do que vou utilizar. Fala de “salazarofilia” em sentido “popular, demagógico e justicialista”, como se o olhar da comunicação social, “pelo modo cínico com que relata a política, sendo ela própria salazarofóbica, porque alinhada à esquerda”, alimentasse a “salazarofilia popular”. Quando me refiro a “salazarofilia” falo aqui não tanto da existência de uma “salazarofilia popular”, mas mais de um interesse, por vezes autêntico e sério, em estudar Salazar, o salazarismo e o Estado Novo, mas também o gosto de ler livros e artigos, não distinguindo, porém, o que é verdadeiramente História de obras de (falsa) divulgação, muitas vezes de “pequena história” ou de “assuntos quentes” e “espectaculares”, com títulos retumbantes e ideologias expressas ou escondidas, com alguma qualidade ou sem qualidade nenhuma. Veja-se, por exemplo, obras como *O Diário de Salazar*, de António Trabelo (2004), *Os amores de Salazar*, de Felícia Cabrita (2006), *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*, de Jaime Nogueira Pinto (2007), *Salazar, o Maçon*, de José da Costa Pimenta (2009), *Os homossexuais no Estado Novo*, de São José Almeida (2010), *Amor e sexo no tempo de Salazar*, de Isabel Freire (2010), *O inimigo n.º 1 de Salazar*, de Pedro Jorge Castro (2010).

O próprio Pacheco Pereira, descreve o facto de forma persuasiva no referido artigo do Natal de 2008, antes de terem surgido algumas das obras que acabei de citar:

Na semana do Natal, na secção de História de Portugal da livraria FNAC, havia 38 livros expostos. Desses 38, 12 tinham Salazar na capa, em desenho, em fotografia ou no título. Se somarmos a estes volumes outros livros que são sobre o período do Estado Novo e sobre as suas instituições simbólicas, como a Mocidade Portuguesa, quase 50 por cento dos livros sobre História de Portugal que competem no precioso espaço da banca natalícia são sobre os 48 anos da ditadura. E, na sua maioria, já não são sobre a oposição à ditadura, mas sobre a ditadura, o ditador Salazar (Marcelo Caetano também está representado, mas com menos sucesso) e as suas instituições. Uma parte destes livros, se bem que pequena, é puramente apologética e uma parte maior é nostálgica, mesmo quando crítica. Na secção dos DVD também Salazar está representado, na sua vera efígie a negro, numa série documental. Na realidade, como todos os editores sabem, Salazar vende bem e, em tempos de crise, venderá ainda melhor.

Mas, convém acrescentar a este texto que já não é tão fácil editar e apresentar com relevo numa grande superfície livreira obras consistentes e complexas sobre o tema, feitas por historiadores que passaram largo tempo a investigar, a interpretar criticamente e a escrever sobre Salazar, o salazarismo e o Estado Novo. Pode dizer-se que, salvaguardando alguns casos, de uma bibliografia pioneira (mesmo que nem sempre de grande qualidade), de livros que constituíram marcos na historiografia sobre os temas salazaristas, passou-se, presentemente, à publicação, sem critério crítico, de obras saídas de mestrados, cada vez mais rápidos, ou mesmo de livros de “franco-atiradores”. Por isso, no meu livro *Estados Novos, Estado Novo* permiti-me corrigir a afirmação de Fernando Dacosta que se encontra na segunda versão do livro de “narrativas” intitulado *Máscaras de Salazar*, que torno a transcrever:

Salazar e o Estado Novo tornaram-se objecto de curiosidade crescente. Tudo o que lhes diz respeito, livros, artigos, testemunhos, estudos, teses, investigações, imagens, depressa se esgota, se colecciona. Se questiona. A procura da sua essência (cada vez maior número de pessoas quer, livre de traumas e radicalismos, conhecer esse período), ganha irreversibilidade. Cumprida a denúncia do salazarismo, importa agora conhecer-lhe a atmosfera, a arquitectura. (Dacosta, 2007, p. 16)

Esta afirmação – dizia eu como observação complementar – só em parte corresponde à realidade. Em primeiro lugar, uma historiografia científica sobre o Estado Novo (ao contrário do que o escritor parece querer dizer) está em gestação praticamente desde 1974 ou mesmo antes. Em segundo lugar, nem todas as obras

(algumas de excelente qualidade) se compram ou se lêem significativamente. Com efeito, pode dizer-se que surgiram *best-sellers* no campo de bibliografia dita de “divulgação”, de leitura fácil, independentemente do seu valor, mas não no campo de obras de investigação histórica mais “pesada”, dado que a sua leitura é necessariamente mais complexa, morosa e de mais difícil apreensão. Na cultura, como em outros aspectos da vida, o consumismo caracteriza os dias de hoje (Torgal, 2009, vol. 1, pp. 30-31).

Por isso, na Introdução dessa minha obra *Estados Novos, Estado Novo*, onde apresentei uma reflexão sobre o sentido da história do Estado Novo, na sua relação com questões de actualidade, nomeadamente da crise que se verifica, da memória e da ideologia, apus em epígrafe, antes de iniciar o texto, um passo de uma entrevista de Maria de Medeiros de 2008, que me pareceu deveras significativo (*idem*, p. 21):

Quando vou a Portugal choca-me a catadupa de livros, séries e produtos à volta de Salazar. Parece-me um absurdo. Nos outros países não há a nostalgia assim de um ditador. Romantiza-se um período, ocultando o horror da tortura e da guerra (Medeiros, 4-17 Julho de 2008).

Publica-se, pois, muito, mas raramente de boa qualidade, dando agora quase “razão” ao meu colega que me dizia que a história contemporânea recente é “puro jornalismo”, o que, noutra perspectiva, não corresponde à realidade. Por sua vez, mesmo que algumas obras possam e devam ser publicadas, espanta-me que historiadores credenciados classifiquem de forma hiperbólica teses que, apesar do seu interesse como síntese, não trazem muito de novo. Permito-me referir – com as minhas desculpas – as palavras de António Costa Pinto em Prefácio ao livro ou à tese de mestrado da jornalista Joana Reis, *A transição impossível. A ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, que classifica a obra de “excelente livro” (Reis, 2010, p. 14). As palavras perdem significado e, como se diz do ensino e da investigação universitárias que se classificam de “excelentes” quando, na verdade, entraram num período de acelerada crise<sup>6</sup>, pouco sentido já faz a desgastada palavra “excelência” na apreciação de um livro de alguma qualidade, termo que só deveria ser utilizado em casos excepcionais.

<sup>6</sup> Como escrevia Bill Readings, que foi professor na Universidade de Montreal, no interessante livro publicado postumamente *The University in ruins*: “Hoje em dia, é possível incitar todos os departamentos da universidade a lutar pela excelência, uma vez que a aplicabilidade da noção está relacionada com a sua vacuidade” (*Universidade em ruínas*. Tradução portuguesa, 2003, p. 33). Ver também Torgal, Luís Reis (2008).

De resto, considero que, nos tempos que correm, há um vício de base na investigação, seja ela feita por historiadores ou por outros investigadores com diferentes formações, como jornalistas, por exemplo. Permita-se, para clarificar frontalmente a minha posição, utilizar o exemplo de dois mestres, um deles felizmente ainda vivo, mas ambos quase afastados, injusta e infelizmente, das referências bibliográficas e da memória de historiadores, de estudantes e da opinião pública.

José Sebastião da Silva Dias – que me orientou nos primeiros passos da investigação, e sobre o qual escrevi uma entrada para o dicionário *on line*, coordenado por Sérgio Campos Matos (2011) – aconselhava-nos que, quando iniciássemos a investigação de um tema, procurássemos ler tudo o que se escreveu sobre ele, para formarmos um juízo crítico e para não repetirmos o que já foi dito. Daí o meu hábito de fazer “história da história”, visível nas obras que publiquei, que culminou com um estudo específico sobre o assunto, em colaboração com dois colegas (Torgal, Mendes, J. M. Amado e Catroga 1996). Pois parece que não é esse o sentido da investigação de muitas teses de mestrado e mesmo de doutoramento.

Para melhor especificar o que penso, contarei agora o que me disse, como o seu ar sábio e severo, Vitorino Magalhães Godinho, quando participei num dos primeiros júris da minha longa carreira de jurado de mais de 200 provas de mestrado, de doutoramento, de agregação e de concursos universitários. Referindo-se a uma tese que se candidatava à equiparação a doutoramento e que foi justamente aprovada, dizia-me que as nossas dissertações padeciam da “síndrome da *Monarquia Lusitana*”. Como não entendesse bem o que me queria dizer, esclareceu-me que, como na obra cisterciense de Alcobaça (que fazia recuar a História de Portugal ao tempo de Adão e Eva), os nossos jovens historiadores tentavam a explicação das realidades que analisavam descendo o mais possível no tempo (por vezes demasiado), para entender a formação longa e complexa de todo o processo histórico.

Parafraseando esta imagem do mestre de muitos de nós, sobretudo os que se dedicaram à História Económica, que não foi o meu caso, e do meu mestre Silva Dias, direi que a historiografia padece hoje da “síndrome dos Descobrimentos”. Ou seja, cada jovem autor – e não só – julga ter *descoberto tudo*, esquecendo o que os outros já “descobriram” e escreveram, na senda de outros mais, numa cadeia científica que deve ser sempre destacada, e esquecendo não só uma contextualização sincrónica, mas também uma contextualização diacrónica. Daí o

imediatismo de muitas obras que têm saído e que deveriam merecer, pelo menos, mais alguns anos de reflexão antes de serem editadas.

Posto isto, e para confirmar quantitativamente algo do que foi dito, finalizo com mais uma imagem estatística de mera referência, que me dei ao trabalho de fazer neste Natal de 2010 (como se vê, tal como sucedeu com Pacheco Pereira em 2008, o Natal convida à reflexão). Se contei, nesta estatística grosseira, cerca de 96 obras saídas nos anos oitenta do século já passado que se referem, de forma directa ou indirecta, a Salazar, ao salazarismo e ao Estado Novo (incluindo algumas que, apesar do seu carácter geral de dicionários ou de histórias gerais ou específicas, lhe dizem também respeito, e ainda livros de memórias ou de correspondência, de debate, etc.), contabilizei 169 na década de noventa, ou seja, uma média de mais de uma obra por mês (16,9 por ano), e 377 nesta primeira década do século XXI, isto é, mais de 3 por mês (37,7 por ano). Neste ano do centenário da República, que poderia levar a uma redução de obras sobre os temas referidos em favor do movimento demoliberal iniciado em 1910, surgiram cerca de 40 obras.

Todavia, para evitar confusões a que estas reflexões poderiam levar, não se pense que a maioria das obras tem um carácter “jornalístico”, “espectacular” e de mera “divulgação”. É certo, porém, que algumas têm mesmo esse sentido e a investigação universitária, com o “processo de Bolonha” aplicado aos doutoramentos e aos mestrados, e a abertura das editoras a obras de pequena dimensão e fácil leitura, desenvolverão necessariamente (receio bem) esse movimento, amplificando-o cada vez mais no futuro. Direi que progressivamente mais se caminhará para um alargamento de desqualificação do campo da “História”, quer no domínio temático, quer no domínio metodológico, quer no domínio da publicação, correndo-se o risco de a “divulgação” (que deveria tornar conhecido do grande público aquilo que já foi longamente estudado) nada divulgar, mas ser apenas um exercício de simplificação, como ocorre a simplificação nos *media*<sup>7</sup>. Por isso recorri ao autor da polémica e clássica obra *Comment on écrit l'Histoire*, Paul Veyne, com o qual estou geralmente em desacordo, para lhe tirar uma frase paradoxal a que dei, todavia, um sentido diferente da complexa reflexão que há quarenta anos nos deixou: “Tudo é histórico, logo a História não existe” (Veyne, 1983, p. 27).

---

<sup>7</sup> A este propósito, veja-se, por exemplo, a obra do sociólogo Pierre Bourdieu (2005).

## Historiadores do século XX e do século XXI do Estado Novo, de Salazar e do salazarismo

Não posso referir o nome de todos os historiadores que se dedicaram ao Estado Novo, nem mesmo gostaria de dizer que apenas cito os mais importantes. Devo, porém, deixar aqui, descomprometidamente mas com todos os riscos inerentes a uma aparente “escolha”, algumas referências, para que (insisto) não se fique com a ideia de que só encontramos na sua bibliografia um panorama “jornalístico”, que também não pode ser desprezado, sobretudo no ensaio de autores que reflectiram sobre o Estado Novo numa lógica de jornalismo de investigação ou de ensaio interpretativo. Recordo, por exemplo, neste caso, a série de artigos que o ensaísta e pensador Eduardo Lourenço publicou e que foram reeditados, logo em 1976, numa colectânea sob o título feliz e paradoxal *O Fascismo nunca existiu*. Aliás, o ensaio filosófico teve no contexto interpretativo de Salazar a sua sequência no opúsculo muito citado de José Gil, escrito inicialmente em francês, *Salazar: a retórica da invisibilidade* (1995).

Os primeiros estudos que já salientei – não esquecendo o conhecido texto de Mário Soares, com claras preocupações políticas e que assume a forma de um testemunho (Soares, 1972) – são, como se disse, de Oliveira Marques, Manuel de Lucena, João Medina, entre outros, aos quais poderei acrescentar os de Jorge Campinos, em textos universitários de exílio<sup>8</sup>. Já falei do significado pioneiro das obras dos sociólogos Maria Filomena Mónica e Manuel Braga da Cruz, sobre educação e sobre as origens ideológicas do salazarismo. Mas devo acrescentar, quanto a estes dois autores, que se lhes deve, no primeiro caso, a coordenação com outro sociólogo, António Barreto, do segundo dicionário sobre o Estado Novo (depois do de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito), ou seja, a continuação do importante *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão<sup>9</sup>, e, no segundo, entre outras obras, a sua tese sobre a União Nacional (Cruz, 1988) e, com António Costa Pinto, historiador e politólogo, de que falarei depois, o dicionário dos parlamentares da Assembleia Nacional do Estado Novo (Cruz e Pinto, 2004), o qual teve como complementos recentes o estudo sobre os procuradores à Câmara Corporativa, do historiador-sociólogo J. M. Tavares Castilho (Castilho, 2010), e o dicionário dos candidatos da oposição, do historiador, jornalista e ex-conselheiro cultural e de imprensa de várias embaixadas,

<sup>8</sup> Campinos, (1975<sup>1</sup>), (1975<sup>2</sup>) e (1978).

<sup>9</sup> Barreto e Mónica (coord. (1999-2000).

Mário Matos e Lemos (Lemos, 2009). A esses autores poderei acrescentar ainda o nome de Freire Antunes, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madrid, porque se virá a tornar um dos historiadores mais prolíficos sobre temas relacionados com o Estado Novo, sobretudo ao nível da divulgação de textos diplomáticos e de documentos de Marcello Caetano, e de estudos sobre a Guerra Colonial<sup>10</sup>. No âmbito das relações internacionais, vêm a destacar-se o historiador António José Telo, a quem se devem várias obras sobre a Segunda Guerra Mundial<sup>11</sup>, Luís Nuno Rodrigues (Rodrigues, 2002 e 2005) e o infelizmente falecido prematuramente César Oliveira, que, para além de outros temas, se dedicou às relações de Portugal com a guerra civil de Espanha (Oliveira, 1987), tema que interessou alguns espanhóis, incluindo Alberto Pena Rodríguez, que sobre o tema defendeu uma tese de doutoramento na área de comunicação social na Universidade Complutense de Madrid (Pena Rodríguez, 1998). António Louçã tem abordado, em várias obras, as questões de ligação de Portugal com a Alemanha nazi (entre outras, Louçã, 1997, 2005<sup>1</sup> e 2005<sup>2</sup>). No que diz respeito à Guerra Colonial, dois militares têm sobressaído, entre muitos que escreveram textos sobre a sua experiência militar: Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Afonso e Gomes, 2000, e Afonso (coord.), 2009).

No contexto da história económica, surgem vários autores, alguns que apenas dedicaram uma obra, a sua tese de doutoramento em certos casos, ao período salazarista. Mas, é nesta área que deverei salientar o aparecimento de um dos mais importantes historiadores do Estado Novo, Fernando Rosas, não apenas pelo facto de ter apresentado teses de mestrado e de doutoramento nesse âmbito, depois publicadas (Rosas, 1986 e 1990), por ter escrito diversos artigos e diversas outras obras (Rosas, 2000), entre elas dois volumes de Histórias de Portugal (Rosas, 1992 e 1994), como autor ou coordenador, ter co-organizado um Dicionário, já citado, ter organizado ou co-organizado vários colóquios, organizado e prefaciado várias colectâneas de estudos ou documentos, mas ainda por ter orientado muitas dissertações de actuais historiadores.

No domínio da história sócio-política, tem sido importante, como o foi desde o início da historiografia sobre o Estado Novo, o trabalho desenvolvido pelo

<sup>10</sup> Antunes, Freire (1978). Seguem-se vários livros ao nível das relações internacionais: Antunes, Freire (1991), (1992), (1995<sup>1</sup>) e (2003). Outros são documentos relativos a Marcello Caetano: Antunes, Freire (1985) e (1993). Outro tema é a chamada "Guerra Colonial": Antunes, Freire (1995<sup>2</sup>), que agora surge reeditada e supomos ampliada, em 4 volumes, Antunes, Freire (2011).

<sup>11</sup> Telo, António José (1991), que constitui a sua tese de doutoramento, na sequência de duas outras obras: Telo, António José (1987) e (1990). Outras obras sobre temáticas afins são: Telo, António José (1996) e (2000).

Instituto de Ciências Sociais. Saliente-se o papel das obras de Fátima Patriarca (Patriarca, 1990, 1995 e 2000). Também no domínio sociocultural, poderei destacar – pondo de parte a minha própria bibliografia, estudos que coordenei e de alguns doutorados que orientei<sup>12</sup> – os trabalhos de Jorge Ramos do Ó (Ó, 1999) ou de Daniel Melo (Melo, 2001).

As relações entre a História e o Direito têm sido ultimamente aprofundadas nos estudos de Luís Bigotte Chorão (Chorão, 2009) e António Araújo (Araújo, 2007). Mesmo a arquitectura judicial foi analisada numa tese de mestrado apresentada na Universidade do Minho, de António Nunes (Nunes, 2003), hoje a trabalhar nos arquivos do Ministério da Justiça.

No campo mais específico da arte, pode realçar-se, na continuação dos trabalhos de história da arte de José-Augusto França, que publicou recentemente uma obra mais aberta sobre 1936 (França, 2010), o estudo não inteiramente publicado de Margarida Acciaiuoli (Acciaiuoli, 1991)<sup>13</sup> ou as análises de história da arte e do urbanismo de Nuno Rosmaninho (Rosmaninho, 2006) ou vários outros estudos sobre arquitectura oriundos de Lisboa, do Porto ou de Coimbra. Finalmente, falemos de mais alguns investigadores que podem ser destacados nesta reflexão geral sobre a bibliografia, que (como sugeri) só tem como objectivo notar o significado da historiografia do Estado Novo e não tanto salientar autores (outros poderiam ser referidos, como sucedeu nos estudos, mais abrangentes, que anteriormente apresentei). Num plano mais lato, respeitante ao século XX, refiro os estudos de Maria Carrilho, de Medeiros e de Telmo Faria sobre história e sociologia militar (Carrilho, 1985; Ferreira, 1992; Faria, 2000), e, mais especificamente, os estudos de António Costa Pinto sobre a ideologia e os movimentos fascistas portugueses (Pinto, 1992 e 1994), que pôs, discutivelmente, de parte o adjectivo de fascismo aplicado ao Estado Novo, não esquecendo de salientar o papel que tem desenvolvido na orientação de universitários portugueses e estrangeiros ou na publicação de estudos da sua autoria em língua inglesa ou italiana, Ernesto Castro Leal que, embora não se envolvendo no cerne do Estado Novo, é autor de uma tese sobre o movimento da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, que é fundamental para o conhecer (Leal, 1999), Manuel Loff que, para além dos estudos sobre as relações entre salazarismo e franquismo, tem procurado

---

<sup>12</sup> Destaco aqui, só porque se trata de um estudo que coordenei e de que acaba de ser publicada a 3.ª edição, Torgal, (2000), e saliento também os estudos de Paulo, Heloísa (2000). Esta investigadora tem-se dedicado agora ao estudo dos exilados políticos da oposição ao Estado Novo.

<sup>13</sup> Uma parte foi publicada em Acciaiuoli, Margarida (1998).

integrar o Estado Novo no panorama do fascismo europeu (Loff, 1996 e 2008), Irene Flunser Pimentel, que obteve em 2007 o Prémio Pessoa, que, não sendo um prémio de História, é, todavia, o prémio cultural mais importante que é conferido em Portugal e que lhe foi concedido tendo em conta o seu currículo como historiadora e os temas que tem abordado (Pimentel, 2000 e 2007)<sup>14</sup>.

Entre os estrangeiros que estudaram o Estado Novo, para além dos referidos e falando de uma nova geração e de uma novíssima geração, podem citar-se como exemplo, D. L. Raby, que foi pioneiro num certo estudo sistemático mas ainda de carácter geral sobre a oposição (Raby, 1988)<sup>15</sup>, Yves Léonard, porque escreveu uma síntese sobre o salazarismo nas suas relações com o fascismo que tem sido muito seguida, ainda que pouco acrescente em termos de investigação (Léonard, 1996), e, muito recentemente, Riccardo Marchi, que escreveu sobre as direitas radicais (Marchi, 2009).

Filipe Ribeiro de Meneses, que, apesar de português é de formação anglo-saxónica e que publicou, primeiro em língua inglesa, a biografia sobre Salazar (Meneses, 2009<sup>1</sup>), tornou-se, de repente, particularmente conhecido, nos meios universitários, mas sobretudo nos meios jornalísticos, em especial depois da tradução da obra para português (Meneses, 2009<sup>2</sup>). Mas este historiador do século XXI vai preencher as nossas últimas reflexões nesta comunicação, conjuntamente, com Rui Ramos, um dos historiadores mais polémicos do presente século.

## **Rui Ramos e Ribeiro de Meneses e a discussão da divulgação e da originalidade na historiografia do Estado Novo**

Rui Ramos não é um historiador do Estado Novo, mas suscitou uma das raras polémicas que ultimamente têm surgido sobre a sua historiografia, embora não uma polémica científica e sim uma polémica jornalística com a presença de historiadores.

Refiro-me à *História de Portugal*<sup>16</sup> coordenada pelo historiador do Instituto de Ciências Sociais e que teve a colaboração de Bernardo Vasconcelos e Sousa para a

<sup>14</sup> O júri que atribuiu o prémio Pessoa a Irene Pimentel, no seu comunicado fundamentador, afirmou que se tratava de “uma das figuras mais notáveis da actual historiografia portuguesa”, cujos livros “nunca negam a sua adesão à causa das liberdades e dos direitos humanos”, para além de revelarem “um notável esforço de rigor intelectual e de objectividade académica”.

<sup>15</sup> A obra foi traduzida para português pela editorial, Salamandra.

<sup>16</sup> Ramos, Rui (Coord.) (2009).

parte medieval e de Nuno Gonçalo Monteiro para a Época Moderna. Mas, não foram a primeira e a segunda partes que criaram alguma polémica, o que já de si é revelador do que temos dito, mas sim a “Parte III – Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI)”, da autoria absoluta, como deduzimos, de Rui Ramos. A obra mereceu elogios desde o início, ou seja, desde a sua apresentação (como seria natural) na Sociedade de Geografia, pelo sociólogo António Barreto, que sobretudo gabou o seu sentido narrativo e de fácil compreensão, onde estava ausente a teorização e a problematização.

No entanto, também provocou alguma discussão, proporcionada, por exemplo, pela jornalista São José Almeida, que entrevistou e transcreveu pequenos passos das opiniões emitidas por alguns historiadores do Estado Novo, como António Costa Pinto, Manuel de Lucena, Manuel Loff, Irene Flunser Pimentel, Fernando Rosas, para além de afirmações do próprio Rui Ramos (Almeida, 31 de Maio de 2010, pp. 4-6). Não valerá a pena analisar cada opinião, pois não se chegaria a grandes conclusões, dado até precisamente o carácter de curtas passagens que foram extraídos pela jornalista às palavras de cada um dos interlocutores. Apenas poderei resumir esse debate (se é que de debate se tratou) com o mesmo resumo da jornalista do *Público*: “Rui Ramos lamenta que em Portugal a História seja vista «a preto e branco, ou esquerda ou direita». E que se conviva mal com diferentes interpretações do passado. Mas outros historiadores vêem na mais recente História de Portugal, coordenada por este autor, um discurso que desculpabiliza o Estado Novo e diaboliza a I República. Há mesmo quem fale de «legitimação» do discurso de Salazar. E quem acuse esta História de ignorar a violência daqueles anos”.

Não entro nessa discussão para que, de resto, não fui convidado, ainda que tivesse publicado quatro livros sobre o Estado Novo, um deles, já citado, editado em 2009, meses antes da publicação da *História de Portugal*, nem sequer me quero referir às imprecisões que encontrei (todas as obras as têm, mais ou menos importantes), mas posso sim discutir a metodologia de análise de Rui Ramos. Acima de tudo gosto sempre de salientar que só divulga quem sabe, ou seja, quem investigou. Caso contrário, corremos o risco – evidente no Estado Novo, em “obras do regime”, como a *História de Portugal* de João Ameal (Ameal, 1940)<sup>17</sup> – de reduzimos a História a um discurso narrativo de tipo mais ou menos ideológico.

<sup>17</sup> A obra obteve em 1941 o prémio “Alexandre Herculano” do SPN. Teve várias outras edições, sendo a 7.ª edição de 1974. Ver, sobre o seu significado, o que da obra disse: Torgal, (1989).

Mas, se, por um lado, a divulgação não pode ser um discurso literário, normalmente atraente, também é perigoso que seja uma simples narrativa aparentemente asséptica e com pretensões científicas, que pode ser, a meu ver, por outro lado, uma grande arma da ideologia. Rui Ramos não é um especialista do Estado Novo e usou exactamente o método tão elogiado por Barreto, ou seja, a narrativa não problematizadora, problematização que é o que de mais aliciante tem a História e que provoca no leitor medianamente culto (o outro lê sempre qualquer coisa, até as *Histórias rocambolascas da História de Portugal*<sup>18</sup> pensando que está a ler História) o gosto pela reflexão crítica, o que – aí concordarei com Rui Ramos, se entender o conceito como eu – o leva a ler a História não “a preto e branco”, mas com todas as cores, ou seja, de forma complexa. Ora, se lermos as páginas sobre o Estado Novo (ver *obra citada*, pp. 627-704; notas nas pp. 921-939), não entendemos que Salazar se formou num denso complexo de realidades e concepções do Estado, onde sobressaía, para além das concepções republicanas mais radicais que geravam naturais reacções, concepções republicanas nacionalistas, o corporativismo católico, com as suas ideias sociológicas e pedagógicas, ideias integralistas que jamais apontavam para a ideia de uma “monarquia absoluta” (como diz Ramos: *idem*, p. 632, e que era uma ideia que os integralistas combatiam), concepções fascistas que surgiram logo no contexto da “marcha sobre Roma” e, mais tardiamente, concepções nacionais-sindicalistas, que não se afastavam mesmo do nazismo nascente. Seguindo a narrativa de Rui Ramos, tudo surge facilmente, formando-se um Estado onde a regra era “viver habitualmente” (ideia captada em Salazar, em 1938, por Henri Massis) (*idem*, p. 639)<sup>19</sup>, no sentido de uma “nova democracia” (*Idem*, p. 640), onde a palavra “totalitarismo” era proibida (*idem*, p. 636)<sup>20</sup>, onde se verificava uma “ditadura moderada” (mais moderada do que na própria República), com uma repressão dirigida (esquecendo as vicissitudes de toda a oposição, fosse ela qual fosse), onde havia uma “pluralidade cultural” (como se tendências de oposição pudessem ser integradas na concepção do Estado Novo e não fossem contra ele e alvo da sua repressão), uma concepção de “assimilação” em

<sup>18</sup> Evoco aqui sem nenhum sentido crítico relativamente à intenção da obra, mas apenas como metáfora, o livro, da autoria de João Ferreira, que, no dizer do prefaciador, Ferreira Fernandes, “tem formação de historiador e prática de jornalista”, publicado em 2010, pela editora A Esfera dos Livros.

<sup>19</sup> A ideia que se encontra já, implicitamente, na entrevista de Salazar a Ferro de 1932-1933, surge como texto em Massis (1939), resultante de uma entrevista dada ao autor por Salazar em Fevereiro de 1938, inserida no seu discurso de propaganda.

<sup>20</sup> Ver o que disse sobre os discursos acerca deste conceito de “totalitarismo” em Torgal (2009), vol. 1, parte I, cap. V, p. 249 ss.

relação aos naturais das colónias, uma guerra colonial (que conheci, na Guiné, no final dos anos sessenta) onde os movimentos de independência acabaram por ter pouco significado social e até militar, estatísticas que provam o desenvolvimento de Portugal (que pode ser um facto em determinadas áreas e conjunturas) ... Nada é discutido e problematizado e mesmo o conceito de “fascismo de cátedra” utilizado pela interessante caracterização de Unamuno, numa reflexão jornalística do *Ahora* (*Ahora*, Madrid, 3.7.1935, “Comentario. Nueva vuelta a Portugal”), dada a conhecer primeiro por João Medina (Medina, “O Prof. Unamuno contra o Prof. Salazar”, 1977, p. 23 ss.), é transformado na expressão “ditadura catedrática” (Ramos, *ob. cit.*, p. 648), e o conceito de “totalitarismo” não é observado sistematicamente, dado que foi utilizado por homens próximos de Salazar. E seria bom que entendesse – e Rui Ramos é também um politólogo – que a História se compreende, como atrás dissemos, numa lógica diacrónica, mas também sincrónica. É certo que aproxima uma vez o corporativismo de Salazar do de Mussolini, mas haveria que estender essa comparação a outras áreas e perceber que, para além de um “fascismo de movimento”, há um “fascismo de regime”, fascismo ao qual o salazarismo não foi imune, a ponto de se poder sempre perguntar como fizeram, nem sempre de modo frontal, os historiadores desde Manuel Lucena – a quem se deve a feliz e problematizadora expressão de que o Estado Novo poderia ser considerado “um fascismo sem movimento fascista” (cfr. Lucena, 1976, vol. I, p. 38) – com respostas diferentes, se não era passível de se integrar o Estado Novo num “fascismo genérico”.

A História não pode ser apenas interpretada por sintomas e factos escolhidos previamente, mas – quer se queira quer não (eu que fui influenciado pela metodologia dos *Annales*, antes dela se expandir em Portugal, mas que repudiei expressivamente os seus exageros e a máxima imperialista da “nouvelle histoire”) – tem de ser vista também pela análise das estruturas, que nos pode dar a conhecer o que os factos isolados nos escondem. O grande erro de Rui Ramos, numa história de divulgação, é, pois, pensar que esta é uma pura narrativa do que não se conhece bem, mas que interessa ao leitor. E isso ainda é mais grave se pensarmos que a divulgação se pode igualmente fazer, mais livre e despreocupadamente, numa linha jornalística – porque o jornalismo é Jornalismo e não é História – e até utilizando, em relação a Sá Carneiro (“Sá Carneiro. E se ele não tivesse morrido?”, in *Expresso*, 27 de Novembro de 2010, *Revista Única*, p. 36 ss.), ou a outras personalidades e realidades, a história do “se...” ou da “história virtual” (como diz, à maneira anglo-saxónica) ou da metáfora do “nariz

de Cleópatra”, de que falava o meu mestre Sílvio Lima em 1960, demitido por Salazar em 1935, mas felizmente reintegrado nos anos quarenta. Como se vê, simples liberais eram objecto da repressão salazarista...

Num artigo do suplemento “Actual” do *Expresso* escreveu, nos quarenta anos da morte de Salazar, um artigo de fundo sobre o ditador (“Salazar na História”, in *Expresso*, 24 de Julho de 2010, *Actual*, pp. 8-13), que praticamente começa assim: “O problema está em que, se quisermos ser exactos, teremos de admitir que foi precisamente com Salazar que Portugal começou a ser menos pobre, menos analfabeto e mais europeu”. Chavões deste tipo, com afirmações de meias verdades não contextualizadas, tornam a divulgação tendenciosa, assim como a afirmação, pura e simples: “O Estado Social em Portugal foi salazarista antes de ser democrático”. Quanto à repressão, apesar de concordar que Salazar, quando queria, “podia ser implacável”, o que fica no leitor é outro chavão: “Quando comparamos a ditadura salazarista com as suas contemporâneas, a contabilidade repressiva é modesta”. Quanto ao colonialismo, afirma aquilo que se poderia dizer de outra maneira e com outra contextualização explicativa, sem o efeito de frases que constituíam verdadeiros “*slogans* de propaganda”: “O colonialismo não começou com Salazar. Liberais e republicanos tinham viabilizado as colónias, submetendo as populações ao trabalho forçado administrado pelo Estado”. E, a terminar o artigo, bem redigido – a boa escrita e a boa comunicação oral são dois factores, por paradoxal que pareça, muito perigosos na dita “divulgação da História” – como todos os textos de Rui Ramos, escreve, simplificando e dando um tom de ficção literária: “Numa quinta-feira de céu cinzento, a 25 de Abril de 1974, tudo foi derrubado como um cenário de papelão. Nenhum movimento político importante reivindicou, desde então, as ideias de Salazar. Em 2007, a sua vitória num concurso televisivo foi mais um sinal de iconoclastia, contra o velho antifascismo oficial, do que de saudosismo. Falamos dele, mas é isso: falamos. Valem-lhe os antifascistas para o conservar ameaçadoramente «vivo». Terá ele imaginado este fiasco final? Nos seus últimos anos de vida, entre 1968 e 1970, não lhe disseram que fora substituído no Governo, mas, como notou Adriano Moreira, ele também não perguntou. Nunca quis saber o resto da história”.

Palavras e frases, provavelmente bem construídas, mas sem nenhuma análise profunda... – é esta a técnica de divulgação de Ramos, parecendo não entender, como alguns dos seus colegas ditos politólogos, que a História supõe sempre uma profunda análise e reflexão problematizadora. Que fique claro, não é o facto de Rui Ramos se afirmar como “homem de direita” que me leva a estas considerações.

Como cidadão pode ser o que quiser e entender, mas como historiador tem de seguir uma linha metodológica científica. A menos que entenda que a História não é uma Ciência, que procura a objectividade, mas uma pura ficção subjectiva, que pode ser – utilizando as suas palavras – de “direita” ou de “esquerda”.

Outra situação diferente e mais complexa é a de Filipe Ribeiro de Meneses e a sua biografia política de Salazar, nas duas versões, inglesa e portuguesa, já referidas. Por isso lhe destinei uma longa recensão crítica publicada na *Revista de História das Ideias* (ver *Revista de História das Ideias*, 2011, pp. 659-669), tendo Manuel Loff publicado, pouco tempo antes, uma outra leitura crítica, obviamente de sentido diverso, na revista *Análise Social*.

De Ribeiro de Meneses apenas se lhe conhecia, para além de outras eventuais colaborações que ignoro, um livro sobre o sidonismo e a guerra (Meneses, 2000), um estudo publicado em inglês sobre Franco e a guerra civil de Espanha (Meneses, 2001) e uma obra sobre a correspondência diplomática irlandesa relativa a Salazar e ao Estado Novo (Meneses, 2005). Já depois de publicada a biografia de Salazar, surgiu uma pretensa biografia de Afonso Costa (Meneses, 2010). Agora tornou-se, surpreendentemente, uma das figuras mais faladas da historiografia portuguesa e um dos autores cuja obra é mais vendida, a ponto de o jornal *Público* o considerar entre as dez figuras do ano de 2010<sup>21</sup>. Na verdade, foi graças ao tema de Salazar e à propaganda jornalística que tal se verificou, pelo que deve aqui analisar-se, embora de modo sintético, não só o livro de Ribeiro de Meneses, mas também a forma como foi difundida a sua obra, pois é este também um dos caminhos que segui nesta comunicação sobre a historiografia do Estado Novo.

Logo que foi editada em inglês, a obra de Ribeiro de Meneses, lançada em Washington, foi objecto de grande elogio por parte do *Público*, de 29 de Outubro de 2009<sup>22</sup>, e mesmo por historiadores de renome, neste caso, sobretudo, não tanto sobre a obra em si, que por certo ainda não conheciam, mas sobre o que

<sup>21</sup> Deve, todavia, notar-se que essas figuras foram escolhidas por serem sobretudo faladas nos meios da comunicação social, embora também, em alguns casos, objectivamente pela sua obra. Entre elas estão: para além de Filipe Meneses, o ministro das Finanças Teixeira dos Santos, o líder do PSD Passos Coelho, o escritor Gonçalo M. Tavares, o treinador do Futebol Clube do Porto André Villas Boas, Leonor Beleza, da Fundação Champallimaud, Zainal Bava, administrador da Portugal-Telecom.

<sup>22</sup> *Público*, 29 de Outubro de 2009, com chamada na p. 1, “A ambiguidade foi a arma de Salazar para governar o país. Primeira biografia política do ditador é lançada hoje em Washington”, com a fotografia de Salazar, e artigo de fundo em P2, da responsabilidade de Maria José Oliveira, pp. 5-7.

ela significava. Tratava-se, como se dizia, em termos de jornalismo sensacionalista, “da obra que faltava na historiografia internacional”, ou (como terá dito Fernando Rosas, de forma objectiva) “da primeira obra de cariz biográfico [sobre Salazar] escrita por um académico «com mérito e que merece todo o respeito»”. O autor da obra, *senior lecturer* na National University of Ireland, em Dublin, *Salazar. A political biography*, que tem como anúncio, na capa do livro (que de imediato adquire), a afirmação *The first English-Language of Portugal's Ruler*, justifica, ele próprio, no referido artigo do diário, o significado da sua obra desta maneira: “Somos poucos os historiadores portugueses a trabalhar no mundo de língua inglesa, e todos estamos conscientes da escassez de material publicado sobre Portugal. Sem livros e artigos não há cadeiras de História Portuguesa nas licenciaturas; sem essas cadeiras não há pesquisa a nível de pós-graduação; sem essa pesquisa não há publicações, e não há mercado para as editoras”.

No fundo o autor, com uma formação anglo-saxónica de base, integra-se na lógica globalizadora da língua inglesa e num certo economicismo que hoje pauta o mundo da Ciência, ou melhor, da sua visibilidade, neste caso em termos editoriais. Ou seja, caricaturando, não há Ciência se ela não for escrita em língua inglesa, que substituiu o latim e depois o francês como tentativa, agora falhada, de língua culta universal, que se havia tentado afirmar na Europa (não inglesa) desde o século XVIII. Por isso, há agora escolas (nomeadamente no domínio da economia e gestão – *Business Schools*) que se nomeiam apenas em inglês, cursos só leccionados em inglês, mesmo que sejam leccionados em Portugal por portugueses, conselhos científicos de escolas portuguesas em que a “língua oficial” é o inglês, todos os relatórios dos centros da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) têm de ser escritos em inglês (e somente em inglês) e em Portugal já surgem colóquios só em língua inglesa, mesmo que sejam para celebrar centenários de instituições portuguesas, como sucedeu nas comemorações da República com o centenário da Universidade de Lisboa<sup>23</sup>. A questão não está na tradução para inglês – ou para outra qualquer língua (quando o francês dominava passava-se o mesmo), que deveria ser apoiada –, mas sim numa cultura que considera que tudo deve ser escrito ou falado originariamente em inglês, ao invés da concepção pluricultural que se afirmava com a formação da União Europeia, que sublinhava a importância de cada cultura e de cada língua e da necessidade de tradução para

<sup>23</sup> Refiro-me ao colóquio *History of European Universities. Challenges and transformations*, realizado em Lisboa de 18 a 20 de Abril de 2011. Sobre vários temas referidos a este propósito, ver *Expresso*, 19 de Fevereiro de 2011, capa de publicidade, chamada na p. 1, e p. 23, “Já há faculdades onde quase só se fala inglês”.

outras línguas, no discurso escrito ou falado. Só o economicismo do tempo fez, obviamente, abalar esta concepção verdadeiramente universalista.

Quanto à breve entrevista que deu então à jornalista Maria José Oliveira, responsável pelo artigo do *Público*, realça-se uma afirmação com que me permito logo discordar: “Salazar nunca se preocupou com a doutrinação ideológica, porque isso viria cristalizar o Estado Novo”. Confesso que não entendi esta frase ou só a compreendi quando verifiquei logo, no próprio texto da entrevista, que o autor afirmou que o Estado Novo “nunca cessou de evoluir”. Na verdade, *nunca cessou de se adaptar*, porque a lógica empirista e “oportunista” faz parte da essência dos Estados autoritários e totalitários modernos, mais práticos do que teóricos, mas sempre servidos por uma ideologia de ocasião. A leitura sistemática do livro de Filipe Ribeiro de Meneses explicou-me ainda melhor esse tipo de afirmação, que a periodista colheu como grande caixa jornalística, num tempo em que nada se discute seriamente e tudo se pode afirmar sem que o espírito crítico equacione objecções construtivas.

No entanto, estou com este tipo de afirmações a pôr em causa o interesse da obra de Ribeiro de Meneses? De modo algum. Na verdade, quando nos meus estudos de história da história do Estado Novo ou nas recensões críticas que fiz a fotobiografias de Salazar me referia à falta de uma biografia do principal construtor do Estado Novo feita por historiadores, embora os jornalistas tentassem a fotobiografia (no caso de Joaquim Vieira, que tem dado uma grande importância à imagem para a História, com certo significado), lamentei sempre o facto, como lamentei que as biografias que haviam sido feitas em obras de “historiografia” (ou pretensa historiografia) o tivessem sido apenas por um seu ex-ministro, Franco Nogueira (cuja obra nunca poderá, no entanto, ser esquecida), ou por um seu “defensor”, Nogueira Pinto, num lamentável concurso que tinha como base um modelo vindo da BBC, “Grandes Portugueses”, que o levou a escrever a dita biografia<sup>24</sup>.

Por mera coincidência, quando li a notícia do *Público*, tinha acabado de responder a uma entrevista para a revista *on-line* da Universidade de Bolonha *Storicamente*. Apesar de a entrevista ter sido publicada em italiano (Torgal, 2010), vou apresentar dela um passo, na sua versão portuguesa (em que originariamente foi redigida), a que, obviamente, tive de acrescentar um *Post-scriptum*, que aqui

<sup>24</sup> Para além do que disse nos estudos de história da história do Estado Novo acima citados, ver as recensões e notas de leitura Torgal (2001), (2002) e (2007), p. 39.

também se transcreve, logo que soube do aparecimento da obra de Ribeiro de Meneses:

**Daniele Serapiglia** – Porque que é que em Portugal, depois de passados 40 anos sobre o 25 de Abril, ainda não existe uma biografia de António Oliveira Salazar escrita por um historiador e a única biografia é a de Franco Nogueira, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros do Salazar?

**LRT** – Julgo que os historiadores se interessaram mais pelo estudo do regime, que se identifica, em parte, com as ideias de um homem, Salazar, embora também de uma elite salazarista e de uma “geração”, do que pelo estudo do homem, que dá sempre uma nota de “humanidade” a um sistema político, seja ele qual for. Funcionou a lógica prioritária de um “antifascismo” subliminar, ainda que a historiografia sobre o Estado Novo possa ser objectiva. O interesse por uma biografia sobre Salazar veio, na verdade, de um dos seus ministros, Franco Nogueira, de um dos seus “defensores” (Nogueira Pinto) e dos jornalistas interessados nos seus *faits divers* e nos seus amores, e não tanto de historiadores de referência. Seja como for, é pena que não tivesse havido um Renzo de Felice ou um Milza como houve para Mussolini, ou um Joachim Fest e recentemente um Ian Kershaw para o caso de Hitler, ou um Paul Preston ou um Bartolomé Benassar para o caso de Franco. Devo dizer que já me senti tentado a estudar a biografia de Salazar, mas deparo-me com outros trabalhos que me merecem maior interesse. E não julgo que, com uma biografia de historiador, viéssemos aclarar ou dar uma ideia diferente de Salazar e do regime daquela que já temos. E há historiadores e sociólogos que têm dedicado muitas páginas a Salazar, como fizeram, por exemplo, Fernando Rosas no *Dicionário de História do Estado Novo* e António Barreto no *Dicionário de História de Portugal*.

**P.S. (Post Scriptum):** Deparei hoje, 29 de Outubro, quando estava ainda a responder a esta entrevista, no jornal *Público*, em destaque na primeira página e em desenvolvida reportagem no anexo P2, com a notícia da apresentação na Universidade de Georgetown, em Washington, daquela que é considerada “a primeira biografia política do ditador” que irá – afirma-se ali com grande exagero – “colocar Salazar na história europeia”. Como se vê, antes de os especialistas se debruçarem sobre esta obra, que desconheço, de um autor que também apenas conheço (culpa minha) por um estudo sobre a União Sagrada e o Sidonismo, e independentemente do valor que o livro por certo terá, já os jornais, que procuram sempre as “notícias sensacionais”, falam da obra deste modo! Espero, na verdade, que *Salazar. A political Biography*, de Filipe Ribeiro de Meneses, *senior lecturer* na *National University of Ireland*, em Dublin, seja uma obra substancial e mesmo inovadora. Será, pelo menos, bem recebida pelo público de língua inglesa que... só lê obras em Inglês. Por isso

passará a ser a mais citada (e as estatísticas das citações agora valem muito!). Seja como for, deve ter-se em conta que – como se disse – se a biografia de Salazar até agora mais completa (apesar do seu sentido por vezes pouco objectivo e dos seus erros metodológicos) era a de Franco Nogueira, por certo passará agora a ser esta, se tiver a qualidade que imaginamos e se tiver em conta os inúmeros estudos feitos sobre Salazar, o salazarismo e o Estado Novo (que, obviamente, não são termos coincidentes, mas coordenados). Mas, ao contrário do que o jornalismo diz, é preciso reforçar a ideia junto dos não especialistas de que, apesar da eventual relevância da obra, há uma importante historiografia sobre Salazar e o Estado Novo, conforme se pode ver no anexo ao meu livro *Estados Novos, Estado Novo*. Não havia uma biografia sobre Salazar feita nos meios académicos, que regressasse às antigas fontes referentes à sua juventude (a sua vida no Vimieiro – Santa Comba Dão e em Viseu, no seminário diocesano e no Colégio da Via Sacra, onde publicava artigos nos *Echos do Colegio da Via Sacra* e apoiava a experiência pedagógica do cónego Barreiros, moldada no exemplo pedagógico de Demolins; em Coimbra, como estudante e militante do CADC e professor, onde decorreu a sua aprendizagem política e onde escreveu obras de certo significado no contexto da guerra, e como fundador, doutrinador e deputado do Centro Católico Português), que vasculhasse sistematicamente o “Arquivo Salazar” da Torre do Tombo e alguns documentos existentes nos fundos da biblioteca de Santa Comba Dão, para melhor compreender a sua acção política, que percorresse os testemunhos da sua actividade oficial e privada, nomeadamente a sua correspondência pessoal... Todavia há muito tempo os investigadores estudaram Salazar e a sua posição política de ambiguidade, quer lendo e interpretando os seus discursos, quer tentando perceber o sentido das suas intervenções em termos de política interna e externa. No jornal há também um título que, para já, me deixa surpreso: “Salazar nunca se preocupou com a doutrinação ideológica, porque isso viria cristalizar o Estado Novo”! Na verdade, se alguma coisa o preocupou foi, desde logo, essa doutrinação, através das entrevistas a António Ferro, com várias traduções e introduções encomendadas a importantes intelectuais e políticos estrangeiros, com a fundação do Secretariado de Propaganda Nacional logo em 1933, para cuja direcção nomeou um escritor modernista, o próprio António Ferro, com um cinema ideológico feito por realizadores de grande qualidade, com o Cinema Ambulante, o Teatro do Povo, bibliotecas populares, concursos, feiras, cortejos... Se, efectivamente, há em Salazar alguma dificuldade em se definir ideologicamente, isso fez parte da tal sua lógica de “ambiguidade”, que, na verdade, foi (como se diz na primeira página do *Público*) a “arma de Salazar”, a forma de conquistar o governo e se manter nele, adaptando-se constantemente, como qualquer político pragmático e “oportunista”, ao condicionalismo de cada momento. Mas, não desejo fazer uma revisão crítica a uma obra que não conheço, como sucedeu agora com certos comentadores

que atiraram pela borda fora a obra de Saramago, aproveitando algumas afirmações quicá imediatistas e imprudentes do nosso Nobel da literatura sobre a Bíblia. Além disso, se, para além dos títulos, da responsabilidade da jornalista que fez a reportagem, o autor na sua entrevista diz trivialidades que todos conhecemos e faz afirmações no mínimo muito discutíveis, o certo é que uma entrevista é... apenas uma entrevista. Tal como esta, que é naturalmente vaga, em que as ideias não são aprofundadas e muito menos questionadas. Para já, congratulo-me com a obra de Filipe Ribeiro de Meneses, que entra pela porta grande da apresentação jornalística, como (diz-se no *Público*) “a obra que faltava na historiografia internacional”, ao invés do que sucede com as obras de muitos outros historiadores que se dedicam há dezenas de anos ao tema, sem que tenham a sorte de os jornais portugueses lhe dedicarem sequer duas colunas.

O jornalismo português continuou essa campanha aquando da publicação da edição portuguesa<sup>25</sup>, nomeadamente através do diário *Público*. Para além de, no final de 2010, vir a apresentar o seu autor – conforme disse – entre as 10 figuras de 2010, sendo o texto de justificação da autoria do director adjunto Manuel Carvalho (ver *Público*, 20 de Dezembro de 2010, p. 9), que considerou que a biografia de Meneses nos permitiu “formar uma ideia mais desapassionada do homem e do regime de quase meio século”, o que deve resultar provavelmente de o jornalista desconhecer alguma historiografia de referência que tem sido publicada ao longo dos anos, foi apresentado, no Verão, sobre a obra, um extenso artigo de Maria José Oliveira, que teve como caixa a afirmação espectacular: “Esperámos 40 anos por este Salazar” (ver *Público*, suplemento *Ípsilon*, pp. 12-15). E, como que em título a uma fotografia nebulosa do “Chefe”, escrevia-se: “Salazar era um buraco negro da historiografia portuguesa: há mais de quatro décadas que o país esperava pela biografia da figura mais importante do século XX português”. Seguiu-se uma crítica à obra por um jovem historiador, Victor Pereira, professor da *Université de Pau et des Pays de l’Adour* (*idem*, crítica com o título “Um incontornável Salazar”, pp. 36-38) e investigador dos movimentos migratórios portugueses em França, que não devo comentar, a não ser relativamente a uma afirmação que não deixa de reflectir também a retórica excessiva de tipo jornalístico. Contém, é certo, uma apreciação correcta do historiador Ribeiro de Meneses, afirmando a sua “seriedade” e parecendo perceber que a sua obra retrata sobretudo o “Salazar diplomata”. Mas, por outro lado, as palavras de Vítor Pereira poderiam ser consideradas desrespeitadoras do trabalho

<sup>25</sup> Ver a citação da edição portuguesa.

de quem tem passado anos a fio a investigar o regime de Salazar, se não acreditasse que este historiador, doutorado no *Institut d'Études Politiques*, de Paris, que deve conhecer muito do que se tem escrito sobre o tema, o fizesse sem pesar uma das possibilidades de interpretação das suas palavras. Refiro-me, em especial, ao que diz quase a terminar a sua recensão: “[...] pela sua seriedade, extensão e minúcia, esta biografia não tem por enquanto, e certamente por mais anos, rival. Ela será para qualquer leitor *a referência sobre Salazar e um excelente ponto de partida para se investigar a história do Estado Novo.*”<sup>26</sup>

A obra de Ribeiro de Meneses – à qual dediquei (como já disse) uma recensão completa numa revista da especialidade – é, indiscutivelmente, uma obra séria e rigorosa, que analisa fundamentalmente Salazar como político de relações externas, tema adequado, aliás, a um certo tipo de historiografia muito comum em países anglo-saxónicos. Note-se que também a pretensa biografia de Afonso Costa – publicada depois da biografia de Salazar – é apenas, afinal, uma tentativa de compreender o político e o diplomata republicano a partir da Primeira Guerra Mundial, sobretudo a sua acção na Conferência de Paz, e não é propriamente, em abono da verdade, sequer um ensaio sobre a vida de Afonso Costa, que Oliveira Marques iniciou e que a jovem historiadora Júlia Leitão de Barros (que Meneses nem cita) tentou esclarecer em alguns pontos, com grande originalidade. De resto, trata-se de uma obra destinada, como diz o autor, a ser publicada em inglês na colecção *Makers of the Modern World*, da editora Haus, de Londres, dedicada aos presidentes das várias delegações enviadas a Paris em 1919 (*ob. cit.*, p. 205), e não propriamente a analisar as vicissitudes de vida e de acção do líder do Partido Democrático/PRP, ao longo de uma carreira política complexa, polémica e contraditória.

Comecei por aqui, porque – segundo o meu modo de ver – a biografia sobre Salazar, embora de sentido mais alargado, não tem como objectivo também conhecê-lo no seu todo, mas sim entender o Chefe do Estado Novo na sua vertente diplomática. Assim, se, no que respeita às fontes, deve destacar-se a leitura do “Arquivo Salazar” da Torre do Tombo (esquecendo, todavia, que esse arquivo particular tem o seu complemento, entre outros documentos posteriormente encontrados, no arquivo de família que se encontra nos fundos da biblioteca de Santa Comba Dão) e os documentos existentes em outros arquivos, como, sobretudo, o Arquivo Histórico-Diplomático, o certo é que não percorreu documentos

---

<sup>26</sup> O itálico é da minha responsabilidade.

fundamentais para entender a intimidade (não me refiro a aspectos anedóticos, alguns provavelmente importantes, da sua vida), a formação complexa da sua ideologia – e da ideologia dos que o rodeavam – e da sua prática política, não atendeu às acentuações fundamentais do seu discurso, a aspectos importantes das instituições que, no contexto do Estado Novo, ia criando. Por isso, esta biografia de Salazar – que, tendo em conta os seus objectivos parcelares, é até demasiado extensa e repetitiva (apesar de Ribeiro de Meneses falar da falta de espaço por imposições editoriais) – não consegue dar-nos conta, com suficiente clareza e profundidade, da “atmosfera do regime” (para empregar as palavras de Vasco Pulido Valente numa pequena nota da sua costumada crónica do jornal *Público*<sup>27</sup>), nem sequer do sentido do regime, regime corporativo (mesmo que imperfeito) e de pretendida unicidade partidária (embora ocasionalmente negada), onde foi significativa a repressão mas foi mais ainda a reprodução ideológica, regime ou sistema próximo do fascismo italiano, que exerceu uma verdadeira atracção no tempo e que deu vida a muitas construções “originais” de Estado, que tinham, no entanto, pontos comuns.

Dizemos então que Ribeiro de Meneses nos deu uma distorcida imagem de Salazar? Não direi isso. O que nos deu foi uma imagem fraccionada de Salazar. Melhor seria chamar a esta pretensa biografia “Salazar e a política diplomática do Estado Novo”. De resto, Ribeiro de Meneses parece ter alguma consciência disso, porque, honestamente, nos diz mesmo que o volume “nunca foi concebido como uma biografia exaustiva de Salazar” (Salazar. *Uma biografia política*, p. 16). Mas o certo é que nenhuma biografia é exaustiva. É sempre um ensaio de interpretação biográfica. E nem será isso se cair no narrativismo puro de certos aspectos da vida do biografado, numa mera lógica epidérmica, o que não é o caso. A ideia de que a biografia de Salazar era uma “biografia política” (*A political biography, Uma biografia política*, subtítulo da obra) e não pessoal, como parece ter dito logo aquando da sua edição em inglês (*Público*, 29 de Outubro de 2010, P2, p. 6, “Uma sequela só em 2034”), parece ser a consciência do pecado original da sua obra. Ninguém é apenas político e os aspectos pessoais (familiares, académicos, de relações sociais e intelectuais, de saúde, de idiosincrasia) fazem parte do que é “ser político”. Por isso não se pode depreciar ou lateralizar o que diz respeito aos vários aspectos da sua vida do Vimieiro, de Viseu, de Santa Comba, de Coimbra, de São Bento...

<sup>27</sup> *Público*, 5 de Setembro de 2010, “Uma biografia de Salazar”, p. 36.

É, portanto, indiscutível o interesse da obra, caracterizada, todavia, por certo “biografismo político” e que parece ter esquecido (como se vê pela bibliografia que compôs no final<sup>28</sup>) muito do que de bom se escreveu sobre Salazar, o salazarismo e o Estado Novo, realidades distintas, mas que são coordenadas e complementares. A “síndrome dos Descobrimentos” também passou por aqui.

### Pluralidade historiográfica, falta de debate e de consciência crítica

Numa polémica meramente jornalística, a propósito da visão do Estado Novo na *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos, a que fiz referência, a historiadora Irene Flunser Pimentel salientou a falta do reconhecimento em Portugal da variedade das correntes historiográficas, que deveriam ser assumidas (*Público cit.*, 31 de Maio de 2010, P2, p. 5). Concordo com isso. É evidente que se alguns historiadores encaram a História numa perspectiva mais estrutural e totalizadora, outros vêem-na mais numa visão narrativista e conjunturalista, se uns estudam mais a macro-história outros analisam mais as circunstâncias do quotidiano, se já hoje ninguém deixa de dar importância à biografia (da minha parte tal nunca sucedeu, pois iniciei-me como historiador nessa área e continuei a trabalhar nela no presente século<sup>29</sup>), é certo que a biografia para uns pode tomar a forma de um biografismo que os enleia, enquanto outros a encaram numa perspectiva mais textual, contextual e profunda, se uns encaram a história mais numa perspectiva “política” outros encaram-na (mesmo quando analisam batalhas ou vidas) num sentido de natureza mais social... Mas entendo também que, para além desse reconhecimento, deve haver uma consciência de que a História é uma Ciência, embora também se deva ter consciência que também é uma “ficção”, no sentido de “modelamento” de representações, mas nunca de ficção literária ou ideológica. Tenho sempre dito que sou um historiador objectivista, na medida em que pretendo chegar ao âmago do objecto da História ou do tema que analiso, que supõe a presença do meu “eu”, mas fundamentalmente da objectividade das análises das representações. Por isso não se pode confundir História com subjectividade ou mesmo com intersubjectividade.

O meu “combate pela História” será, pois, um combate que distingue o que é História daquilo que é apenas “o discurso histórico”, no mundo do “romance”

<sup>28</sup> *Ob. cit.*, pp. 773-789.

<sup>29</sup> Torgal (2005).

ou do “escrito jornalístico” (entendido criticamente à maneira de Ortega). É nesse sentido que proponho um debate crítico, “universitário” (na perspectiva que a Universidade deveria ser encarada, embora não de forma exclusivista, como sede de criação de Cultura e de Ciência), sobre o Estado Novo e sobre a historiografia do Estado Novo, como, ainda assim, começou por suceder nas passadas décadas oitenta e noventa do século passado. Foi este o contributo que quis dar a esta minha comunicação, que não pretende resvalar para o debate jornalístico (com todo o respeito que tenho pelo jornalismo documental e crítico) e muito menos para a polémica pessoal.

Estamos num país em que nada se discute seriamente. Na Economia, na Política, como na Ciência e... na Política Científica ou na Política Cultural. Como na História.

Espero, pois, que este colóquio, coordenado por Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João, com a redacção do dicionário sobre historiografia, seja um ponto de partida para um debate sobre a História. Ela bem precisa de novos e outros combates a seu favor..., sob pena de se tornar um mero “produto”. E nem sempre será – como agora se diz – “um produto cultural”.

## Bibliografia

- ACCIAIUOLLI, Margarida (1991), *Os anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes. “Restauração” e “celebração”*, 2 vols., Universidade Nova de Lisboa.
- (1998), *Exposições do Estado Novo 1934 / 1940*, Lisboa, Livros Horizonte.
- AFONSO, Aniceto, e GOMES, Carlos Matos (2000), *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias.
- AFONSO, Aniceto (coord.) (2009), *Os anos da Guerra Colonial*. 16 vols. Lisboa, Correio da Manhã.
- AMEAL, João (1940), *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- ANTUNES, Freire (1978), *A desgraça da República na ponta das baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio*, Lisboa, Bertrand.
- (org.) (1985), *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Lisboa, Dom Quixote.
- (1991), *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural.
- (1992), *Nixon e Caetano. Promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural.
- (org.) (1993), *Salazar – Caetano. Cartas secretas. 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- (1995<sup>1</sup>), *Roosevelt, Churchill e Salazar: a luta pelos Açores. 1941-1945*, Alfragide, Ediclube.
- (1995<sup>2</sup>), *A Guerra de África. 1961-1974*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- (2003), *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro – Sociedade Editorial, L.<sup>da</sup>.
- (2011), *A Guerra de África. 1961-1974*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.

- ARAÚJO, António (2007), *A Lei de Salazar. Estudos sobre a Constituição Política de 1933*, Coimbra, Tenacitas.
- ARRIAGA, Lopes [pseudónimo de Fernando Antunes] (1976), *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista*, Lisboa, Edições “Terra Livre”.
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.)(1999-2000), *Dicionário de história de Portugal*, Suplemento, 3 vols., Lisboa,
- BOURDIEU, Pierre (2005), *Sobre a televisão*. Tradução portuguesa. Oeiras, Celta, 2005 [Edição original em francês: *Sur la télévision: suivi de l'emprise du journalisme*, Paris, Liber Éditions, 1996.]
- CAMPINOS, Jorge (1975<sup>1</sup>), *A Ditadura Militar 1926-1933*, Lisboa, Dom Quixote.
- (1975<sup>2</sup>), *Ideologia política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugalíia.
- (1978), *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- CARRILHO, Maria (1985), *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CASTANHEIRA, José Pedro (1983), *A história dos bancários do Sul e Ilhas. 1910-1969*, Lisboa, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.
- CASTILHO, J. M. Tavares (2010), *Os procuradores da Câmara Corporativa. 1935-1974*, Lisboa – Alfragide, Assembleia da República – Texto Editores.
- CHORÃO, Luís Bigotte (2009), *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante.
- CRUZ, Manuel Braga da (1980), *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença / GIS.
- (1988), *O partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da, e PINTO, António Costa (2004), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, 2 vols., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República.
- DACOSTA, Fernando (2007), *Máscaras de Salazar*, Cruz Quebrada, Casa das Letras (20.<sup>a</sup> edição), *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Coordenação de Sérgio Campos Matos (publicação *on line*).
- O Estado Novo das origens ao fim da autarcia. 1926-1959* (1987), 2 vols., Lisboa, Fragmentos.
- FARIA, Telmo (2000), *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos.
- FERREIRA, José Medeiros (1992), *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa.
- FRANÇA, J. A. (2010), *O ano X. Lisboa 1936. Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Presença.
- GARCIA, Madalena (1992), *Arquivo Salazar. Inventário e índices*, Lisboa, Editorial Estampa.
- GIL, José (1995), *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Tradução do francês de Maria de Fátima Araújo. Lisboa, Relógio d'Água.
- LEAL, Ernesto Castro (1999), *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo. 1918-1938*, Lisboa, Cosmos.
- LEMONS, Mário Matos e (2009), *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Lisboa – Alfragide (Coord. L. Reis Torgal), Assembleia da República – Texto Editores.

- LÉONARD, Yves (1996), *Salazarisme et Fascisme*, Éditions Chandeigne, 1996 [Depois traduzida em português: Mem Martins, Inquérito, 1998].
- LOFF, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler. 1936-1942*, Porto, Campo das Letras.
- (2008) “*O nosso século é fascista!*”. *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras.
- (2011), «Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar. Uma Biografia Política*», *Análise Social*, vol. XLVI (2.º), pp. 349-357.
- LOUÇÃ, António (1997), *Negócios com os Nazis. Ouro e outras pilhagens. 1933-1945*, Lisboa, Fim do Século.
- (2005<sup>1</sup>), *Conspiradores e traficantes. Portugal no tráfico de armas e de divisas nos anos do Nazismo*, Dafundo, Oficina do Livro.
- (2005<sup>2</sup>), *Portugal Visto pelos Nazis. Documentos 1933-1945*, Lisboa, Fim de Século.
- LOURENÇO, Eduardo (1976), *O Fascismo nunca existiu*, Lisboa, Dom Quixote.
- LUCENA, Manuel de (1976), *A evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols., Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- MARCHI, Riccardo (2009), *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1973), *A unidade de oposição à Ditadura. 1928-1931*, Lisboa, Europa-América.
- (1975<sup>1</sup>), *A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote.
- (1975<sup>2</sup>), *O General Sousa Dias e as revoluções contra a Ditadura*, Lisboa, Dom Quixote.
- (1978), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar. 1927-1928*, Lisboa, Europa-América.
- MASSIS, Henri (1939), *Chefs*, Paris, Librairie Plon.
- MATOS, Helena (2003), Introdução à obra *Salazar*, 2 volumes, Lisboa, Temas e Debates, vol. 1, *A construção do mito*, p. 7.
- MEDEIROS, Maria de (4-17 Julho de 2008), Entrevista ao JL.
- MEDINA, João (1977), *Salazar em França*, Lisboa, Ática.
- (1978), *Salazar e os fascistas*, Lisboa, Bertrand.
- MEDINA, João (1985), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Multilar/Amigos do Livro.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular. 1933-1958*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2000), *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra (1916-18)*, Lisboa, Cosmos.
- (2001), *Franco and Spanish War*, Londres – Nova Iorque, Routledge.
- (2005), *Correspondência diplomática irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar (1940-1970)*. Prefácio de Armando Marques Guedes. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- (2009<sup>1</sup>), *Salazar. A Political Biography*, Nova Iorque, Enigma Books.
- (2009<sup>2</sup>), *Salazar. Uma biografia política*, Lisboa D. Quixote.
- (2010), *Afonso Costa*, Alfragide, Texto Editores.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença / GIS.

- MORAIS, João, e VIOLANTE, Luís (1986), *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal. 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte.
- NOGUEIRA, Franco (1977-1985), *Salazar*, 6 volumes, Coimbra / Porto, Atlântida / Civilização.
- (1981), *História de Portugal*, Suplemento II, Porto, Livraria Civilização.
- NUNES, António (2003), *Espaços e imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e arte judiciária*, Coimbra, Minerva.
- Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”*, Lisboa, Estampa.
- OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.
- OLIVEIRA, São José (31 de Maio, de 2010), “A História de Rui Ramos desculpabiliza o Estado Novo?”, in *Público*, P2, pp. 4-6.
- ORTEGA y GASSET, José (1930), *Misión de la Universidad*, Madrid Revista de Occidente, 1930.
- PATRIARCA, Maria de Fátima (1990), *Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do Corporativismo em Portugal: os primeiros anos do Salazarismo*, Lisboa, ICS.
- (1995), *A questão social no Salazarismo 1930-1947*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2000), *Sindicato contra Salazar – a revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Estudos Sociais.
- PAULO, Heloísa (2000), *“Aqui também é Portugal”. A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto.
- PENA RODRIGUEZ, Alberto (1998), *El Gran Aliado de Franco. Portugal y la guerra civil española: prensa, radio, cine y propaganda*, Corunha, Edicions Castro.
- PIMENTEL, Irene (2000), *História das organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres, a Obra de Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- (2007), *A história da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas & Debates.
- PINTO, António Costa (1992), *O Salazarismo e o Fascismo europeu*, Lisboa, Estampa.
- (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, Estampa.
- PINTO, António Costa et. al. (1982), *O Fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio. Fac. de Letras, Março 1980, Lisboa. Lisboa, A Regra do Jogo.
- Público*, 27 de Dezembro de 2008, p. 25.
- RABY, D.L. (1988), *Fascism and resistance in Portugal. Communists, liberals and military dissidents in the opposition to Salazar, 1941-74*, Manchester University Press.
- RAMOS, Rui (2004), *Outra opinião. Ensaios de História*, Lisboa, O Independente.
- (Coord.) (2009), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- READINGS, Bill (2003), *Universidade em ruínas*. Tradução portuguesa. Coimbra, Angelus Novus.
- REIS, António (dir) (1989-1990), *Portugal Contemporâneo*, 5 vols., Lisboa, Publicações Alfa.
- REIS, Joana (2010), *A transição impossível. A ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Alfragide, Casa das Letras.

- Revista de História das Ideias* (2011), vol. 32, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2002), *Salazar – Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias.
- (2005), *No coração do Atlântico. Os Estados Unidos e os Açores. 1939-1948*, Lisboa, Prefácio.
- ROSAS, Fernando (1986), *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa.
- (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa (1939-1945)*, Lisboa, Estampa.
- (coord.) (1992), *Portugal e o Estado Novo*, Lisboa, Presença, vol. XII da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques.
- (1994), *O Estado Novo*, vol. 7 da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- (2000), *Salazarismo e fomento económico. O primado do político na história económica do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias.
- ROSAS, Fernando, e BRITO, J. M. Brandão de (dir.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSMANINHO, Nuno (2006), *O poder da arte: o Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SARAIVA, José Hermano (1983), *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Selecções do Reader's Digest, Alfa, 1983.
- SERRÃO, Joel, LEAL, Maria José, e PEREIRA, Miriam Halpern (1984-1985), *Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea*, 3 vols., Lisboa, INIC.
- SOARES, Mário (1972), *Portugal baillonné – un témoignage*, Paris, Calmann-Levy, 1972 [A tradução portuguesa é de 1974: *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974].
- TELO, António José (1987), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- (1990), *Propaganda e guerra secreta em Portugal. 1939-1945*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- (1991), *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols., Lisboa, Vega.
- (1996), *Portugal e a NATO: O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Cosmos.
- (2000), *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Lisboa, Quetzal.
- TORGAL, Luís Reis (1973), *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Seminário da Cultura Portuguesa.
- (1981-1982), *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- (1989), *História e Ideologia*, Coimbra.
- (1992), “Sobre a história do Estado Novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos”. Conferência de homenagem a Victor de Sá, in *Revista de História das Ideias*, n.º 14, Coimbra, Faculdade de Letras.
- (1993), “A historiografia sobre o Estado Novo” (com “*Comments on Torgal’ paper*”, por Richard Robinson), in *Portuguese Studies in International Perspective. Meeting of the Inter-*

- national Conference Group on Portugal. Sintra 1992*, edited by E. de Sousa Ferreira e M. Villaverde Cabral, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa – Centro de Estudos de Economia Internacional, pp. 47-41 (pp. 73-76).
- (1999), *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1999.
- (coord.) (2000), *O cinema sob o olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates. 3.<sup>a</sup> edição: 2010.
- (2001), “A(s) fotobiografia(s) de Salazar. Memória ou discurso historiográfico?” in *Estudos do Século XX*, n.º 1, “Estéticas do Século”, Coimbra, Quarteto – CEIS20, pp. 303-312.
- (2002), “Recensão a Joaquim Vieira (dir.), *António de Oliveira Salazar*. Fotobiografias. Século XX”, Lisboa, Círculo de Leitores, in *Estudos do Século XX*, n.º 2, Coimbra, Quarteto – CEIS20, pp. 302-310.
- (2004), *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*, Lisboa, Círculo de Leitores [Segunda edição: Lisboa, Temas e Debates, 2005].
- (2007), “O ‘outro’ Salazar” [crítica ao livro de Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007], in *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 965, de 26 de Setembro a 9 de Outubro, p. 39 [com chamada na p. 1].
- (2008), *A Universidade e as «condições» da Imaginação*. “Cadernos do CEIS20”. Coimbra, CEIS20.
- (2009), *Estados Novos, Estado Novo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, (2.<sup>a</sup> edição).
- (2010), “Discurso sull’Estado Novo portoghese. Entrevista a cura di Daniele Serapiglia”, in *Storicamente*, Dipartimento di Storia dell’ Università di Bologna, 11 Febbraio, pp. 1-8 ([http://www.storicamente.org/06\\_dibattiti/torgal.html](http://www.storicamente.org/06_dibattiti/torgal.html)).
- (1982), “Ideologia política e «cultura popular»: análise da biblioteca de uma Casa do Povo”, in *Análise Social*, vol. XVIII, números 72-73-74, Abril a Dezembro. Lisboa, pp. 1437-1464.
- TORGAL, Luís Reis (coord.) (2000), *O cinema sob o olhar de Salazar*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000 [3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010].
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, J. M. Amado e CATROGA, Fernando (1996), *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996 [Segunda edição em 2 volumes, Lisboa, Temas e Debates, 1998].
- VARGUES, Isabel Nobre (coord.) (1994), *Revista de História das Ideias*, vol. 16, *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de História e Teoria das Ideias.
- VEYNE, Paul (1983), *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70 [Obra original: *Comment on écrit l’histoire. Essai d’épistémologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1971].

## Anexos

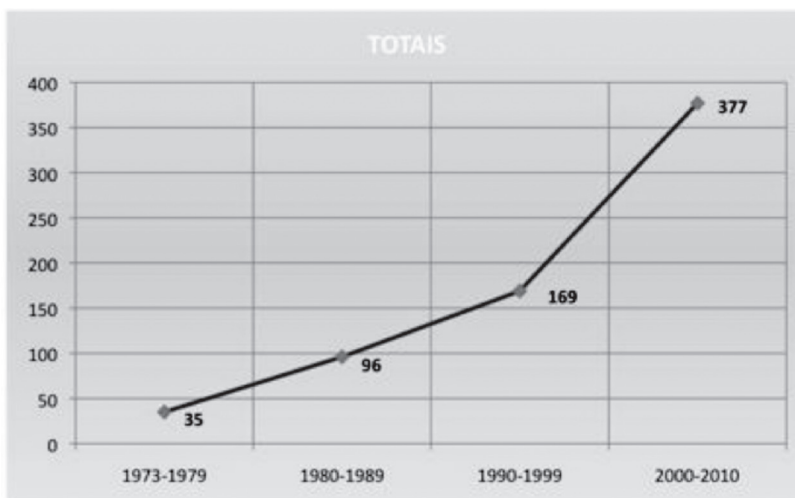
**Livros publicados sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo cuja temática abrange esses regimes ou, de qualquer forma, está relacionada com eles\***

**Análise por anos**



\* Os valores apresentados neste gráfico têm, como em todos os casos do género, um valor meramente indicativo. A sua quantificação teve por base o estudo que realizei desde os anos oitenta sobre a bibliografia que tem sido publicada sobre a temática indicada. Contaram-se, em certos casos, teses que só depois vieram a ser publicadas (embora não tivesse havido uma investigação exaustiva sobre a sua apresentação em universidades portuguesas e estrangeiras) e obras que foram reeditadas porque a sua republicação pode ser significativa. Não foram aqui referidos, obviamente, os múltiplos artigos de revistas, embora o pudessem ser os volumes das revistas dedicados inteiramente à citada temática.

**Análise por décadas**





### 3. HISTORIADORES PORTUGUESES



# O 2º VISCONDE DE SANTARÉM E A TRADIÇÃO DOCUMENTAL PORTUGUESA (1817-1846)

Daniel Estudante Protásio\*

A presente comunicação tem por finalidade apresentar um balanço do trabalho que desenvolvi, nos últimos três anos, sobre historiografia e ideologia em Portugal na primeira metade do século XIX. Tomando como ponto de partida a tese de doutoramento *O 2º Visconde de Santarém: Pensamento Histórico e Acção Política (1809-1855)*, defendida publicamente em Março de 2009 (na Universidade Nova de Lisboa), procuro deste modo alargar o âmbito dos estudos então concluídos e, ao mesmo tempo, questionar algumas das suas conclusões, à luz da obra de outros historiadores coevos do visconde de Santarém.

Pretendo, também, apresentar certas hipóteses de trabalho para um projecto de pós-doutoramento, subordinado ao tema *A Academia das Ciências de Lisboa. Intervenção cultural e legado historiográfico (1779-1859)*.

Começo, naturalmente, por uma breve introdução bio-bibliográfica do 2º visconde de Santarém, remetendo todos aqueles que queiram conhecer mais aprofundadamente o seu percurso historiográfico e ideológico para o artigo que lhe dediquei, no dicionário on-line de historiadores, organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa.

O 2º visconde de Santarém foi um historiador, diplomata, geógrafo e cartólogo português ligado durante mais de quarenta anos à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, cinco deles como titular efectivo da pasta (entre 1828 e 1833, sob D. Miguel).

De seu nome completo Manuel Francisco de Barros e Sousa da Mesquita de Macedo de Leitão e Carvalhosa, nasceu em Lisboa em 1791 e morreu em Paris em 1856. Parente, pelo seu casamento, de liberais como o futuro duque

---

\* Doutor pela FCSH da UNL

de Saldanha e de miguelistas como o Senhor de Pancas, conviveu e estabeleceu amizades (pessoais, literárias ou políticas) com figuras de ideologias e perfis culturais tão díspares quanto o conde da Barca e o futuro duque de Palmela; o conde de Vila Real e o duque da Terceira; e o abade Correia da Serra e João Pedro Ribeiro (estes dois últimos, deputados nas cortes vintistas).

O visconde de Santarém pode ser classificado como tradicionalista pelas suas ideias políticas, documentais e historiográficas e como servidor supra-partidário do Estado, procurando – mas nem sempre alcançando – uma posição de equidistância face às facções *ultra-realista* e *democrática* (designações que ele próprio utilizou).

O projecto da sua colecção de documentos diplomáticos atravessou toda uma sucessão de regimes: pela primeira vez publicitado sob o Vintismo, foi aprovado como obra oficial após a Abrilada (1824) e sob a restauração da Carta Constitucional, em 1842.

O *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo...* conheceu, em vida do visconde, duas edições: sob D. Miguel (em 1828) e, novamente, sob D. Maria II e D. Pedro V (em 1842-1854), com onze volumes organizados pela sua mão. Do *Corpo Diplomático português, contendo todos os tratados... desde o princípio da monarquia até aos nossos dias...*, apenas foi publicado um único tomo, em 1846.

O visconde de Santarém liderou politicamente, durante o que poderíamos chamar *o Verão Quente* de 1827, a repressão do movimento saldanhista das Archotadas. Em seguida, ocupou as funções de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, entre 1828 e 1833, sob a regência e a realeza de D. Miguel. Com a convenção de Évora-Monte, em 1834, partiu filosoficamente para Paris (como comentou o memorialista marquês de Fronteira). Aí dedicou-se a defender os interesses e o prestígio históricos e ultramarinos de Portugal.

Fê-lo redigindo uma série de obras sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses, a partir de fontes diplomáticas, cronísticas, geográficas e cartográficas (sendo considerado, por Martim de Albuquerque, como o «verdadeiro pai da cartografia»: Albuquerque, 1989, p. 8).» Foi autor de mais de setenta títulos, boa parte deles escritos em francês. As suas obras, raras ou esgotadas em alfarrabistas e livreiros, permanecem disponíveis nas principais bibliotecas nacionais, embora muitas delas estejam inéditas em português e a sua quase totalidade não conheça reimpressão há perto de um século.

Na minha opinião, os quase trinta anos que vão de 1817 a 1846 são dos mais ricos, complexos e apaixonantes da História Contemporânea portuguesa. São

tempos de mudança, de viragem, mas também de continuidade. De ruptura com o passado, mas ainda de sobrevivência de tradições. São tempos fundacionais, mitológicos, poder-se-ia acrescentar. Dos mártires da Pátria à Maria da Fonte, passando pelo Vintismo, pelo primeiro e segundo Cartismos e pelo reinado de D. Miguel, quantas evocações de combate, de devoção à liberdade, poderiam aqui ser feitas!

O que pretendo com este curto enquadramento cronológico é evidenciar o tema desta reflexão: demonstrar a coexistência de variadas tradições, mitologias e momentos ritualísticos, historiográficos e ideológicos, nesses três decénios, aparentemente contraditórios entre si; na verdade, complementares e intertextuais.

Fosse qual fosse a orientação ideológica ou a nacionalidade, a Europa destes anos viveu a febre do documento, da História, das tradições. Mudavam-se os regimes, desagregavam-se impérios: havia que legitimar restaurações institucionais tradicionalistas e liberais. Académicos e historiadores pegavam em armas; panfletários degladiavam-se na imprensa oficial e oficiosa; governantes discursavam em nome da História; guerras civis despedaçavam países, em nome de interpretações históricas e de projectos políticos que frequentemente iam beber às mesmas fontes documentais.

Considero que esses quase trinta anos anteriores à publicação do primeiro volume da *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, podem ser percepcionados como possuindo três grupos de características:

- a primeira, a de uma vigorosa doutrina documentalista, proveniente do acumular imemorial de fontes, da sua valorização, publicação e interpretação – e, infelizmente, também da sua perda: lembremos as do Terramoto de 1755; do saque francês de 1807-1808; bem como da extinção dos conventos em 1834 e conseqüente deslocalização de acervos.
- a segunda, a de um culto do Estado, do Soberano, mas também da Memória e da História, que se estende pelo século e meio que medeia do advento ao trono de D. João V, em 1706, à morte de D. Pedro V, em 1861.
- a terceira característica, a de uma conseqüente Filosofia de História politizada, teórica e interventiva, bem conhecida em Alexandre Herculano e José Liberato Freire de Carvalho e conseqüentes projectos regenerativos, mas igualmente presente – embora menos estudada ou divulgada – em actores políticos e historiográficos como João Pedro Ribeiro e o 2º visconde de Santarém.

1. No que diz respeito à primeira característica, a de existência de uma doutrina documentalista cultivada pela maioria dos quadrantes ideológicos e académicos nacionais, a mesma foi desenvolvida a partir de um trabalho quase

monástico na Europa do século XVII, tornando-se objecto do fascínio do século XVIII e uma obsessão, estatal e intelectual, do século XIX.

Foram os seus cultores portugueses os organizadores de colecções documentais diversas, sobretudo sob a égide da Academia das Ciências de Lisboa. Com base em tais edições gerava-se, num ambiente de quase permanente guerra civil (a partir de 1808), como que a expectativa de verdadeiras regenerações, refundições, restaurações nacionais – actualizando o que de melhor o passado podia trazer para um mundo novo. Vejam-se, a esse propósito, alguns exemplos.

Em 1824, após a Abrilada, sendo então Secretário de Estado dos Estrangeiros e do Reino o marquês de Palmela, é proclamada a Carta de Lei de 4 de Junho, pela qual não só se «declarava em vigor a organização política tradicional» e se anunciava a próxima reunião das cortes à moda antiga; mas, sobretudo, era criada uma junta governamental para preparar a eleição dos procuradores populares e para organizar o cerimonial dos restantes dois braços (aristocrático e eclesiástico) nas ditas cortes tradicionais.

Várias dificuldades – sobretudo externas – significaram um impasse político de quase dois anos, até à morte de D. João VI. Mas sem dúvida que essas decisões e deliberações concederam um papel central ao documento histórico e ao seu intérprete – o historiador, o documentalista. Em épocas de golpes e de contra-golpes militares, de ingerências internacionais e de congressos europeus reunidos para decidir as instituições de um país, a sucessão de um monarca ou a separação de impérios (como o luso-brasileiro), uma certa *intelligentzia* nacional, sob a discreta supervisão do *apagado* D. João VI, recorria aos alfarrábios e aos manuscritos para tentar alcançar um rumo para o reino (Protásio, 2008, pp. 165-168).

É verdade que, já sob o Vintismo, se tentara decidir que cortes deveriam governar Portugal – as tradicionais, as revolucionárias, ou um sistema misto? Vemos então figuras magnas da investigação histórica, como o abade Correia da Serra e João Pedro Ribeiro, deputados da nação, fazerem parte de uma junta académica reunida para organizar e publicar a documentação relativa às cortes antigas, por ordem do Soberano Congresso (Idem, pp. 163-164). Seriam, então, essas duas figuras os *sacerdotes* de uma espécie de oráculo, o oráculo do documento?

Nas décadas seguintes, já proclamado, abolido e reinstaurado o Liberalismo, os debates e as polémicas político-institucionais fazem renascer do passado documentos e teorias históricas. Morre D. João VI e surge uma crise dinástica? Consultam-se as leis e os seus intérpretes; é outorgada uma Carta Constitucional em conformidade com as *Ordenações Filipinas*; convocam-se cortes tradicionais em 1828.

Surgem questões territoriais ultramarinas? Duvida-se da prioridade dos descobrimentos portugueses e da autenticidade da *civilização* nacional? Torna-se urgente a publicação de uma colecção documental que espelhe, para as novas gerações, a legitimidade quer da tradição, quer da revolução?

Recorre-se, então, aos documentos e a historiadores como o futuro Cardeal Saraiva, o visconde de Santarém e Alexandre Herculano. À imagem da França e da Grã-Bretanha liberais, em Portugal, nas décadas de 1830 a 1850, discute-se o papel do documento, as polémicas da sua interpretação, impressão e ritmo de publicação; discussão essa mantida quer na Academia das Ciências, quer nas câmaras do parlamento, quer na imprensa política e de divulgação.

2. No que diz respeito à segunda característica, a de um culto prestado ao Estado enquanto depositário do documento, ao Soberano enquanto protector das Artes e das Letras e, por inerência, da História e da Memória, são visíveis várias decisões régias, ainda no século XVIII e já no século XIX, de grande alcance. Vejamos quais:

- o apoio à constituição de corpos académicos hierarquizados, nas Academias régias da História (fundada em 1720) e das Ciências (instituída em 1779);
- a proclamação de uma lei de defesa do património, de 13 de Agosto de 1721, no sentido de evitar a destruição de monumentos espalhados pelo reino (Santarém 1910 I, p. 210 n. 1 e II, pp. 329);
- a organização do aparelho burocrático público em Secretarias de Estado, no ano de 1736;
- a transferência do arquivo nacional da Torre do Tombo para o mosteiro de São Bento da Saúde (em 1757) e da cadeira de Diplomática para o mesmo local, esta proveniente da Universidade de Coimbra (em 1801);
- e a abertura de uma Biblioteca Pública, na capital (1796).

Estavam, assim, dados passos decisivos na estruturação de depósitos, arquivos, museus e bibliotecas, como garante da preservação da memória dinástica, régia e das elites.

Em tal contexto, torna-se fascinante observar o modo como o amor e a paixão pela cultura, pelo documento, pela interpretação histórica e pela erudição se misturavam com os mais violentos ódios e facciosismos, em vários momentos únicos, simbólicos, míticos e ritualísticos da primeira metade do século XIX.

Sob D. Miguel, é destruída a sala do Senado cartista, para, dessa forma, ser obliterada a memória da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV (Santarém, 1918, I, p. 411). Em 1828, na igreja de São Roque, em Lisboa, principal edifício religioso da Companhia de Jesus em Portugal, reúne-se o braço da nobreza, para discutir o sucessor de D. João VI. Por fim, sendo D. Miguel presidente da Academia das Ciências, as sessões académicas dos anos de 1828 a 30 são frequentadas por figuras conotadas com o Liberalismo, como Joaquim José da Costa de Macedo, o barão de Eschwege, Mateus Valente do Couto, Marino Miguel Franzini e José Cordeiro Feio (Sá, 1992, p. 30, Paixão, 1967, pp. 22-27 e Ayres, 1927, p. 435).

Temos, ainda, o reverso da medalha.

Por um lado, ocorre a destruição, pelos liberais, da igreja de São Francisco da Cidade. Como se sabe, na livraria do convento do mesmo nome tomara assento o braço do clero, aquando das cortes de 1828. Nesse mesmo convento seriam reunidos livros e obras de arte arrestados, após a extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal, infelizmente deixados à mercê dos elementos (Soromenho e Santos, s.d., p. 4 e Libório 1996, pp. 17-20).

Por outro, dá-se a verdadeira restauração da Academia das Ciências, em 1834-35, sob a supervisão de Joaquim José da Costa de Macedo, seu secretário-perpétuo e ex-prespo político, com a instituição a conhecer nova sede – o ex-convento de Nossa Senhora de Jesus – e poderosos patronos, nas pessoas régias de D. Maria II e de D. Augusto (mais tarde, de D. Fernando II) (Costa de Macedo, 1838, *passim*).

3. Por fim, eis a terceira e última característica visível no período histórico considerado: a de uma emergente Filosofia da História.

Do século XIX, temos por costume reter a imagem do Liberalismo triunfante em 1834 e regenerado em 1851 pelo *cesarista* duque de Saldanha, sob os auspícios intelectuais de Alexandre Herculano. Tal filosofia, a de um Portugal independente a golpes de espada, pela mão de um D. Afonso Henriques liberto de uma canga tradicionalista e indocumentada, de carácter milagreiro e milagroso, legitimava-se num momento de guerras civis, académicas e de tradições muito preciso: o das décadas de 1840 e de 1850, aquando da publicação da *História de Portugal*, das polémicas a propósito do Milagre de Ourique e do início da edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

O sentido profundo e autêntico do passado vinha legitimar as opções bélicas e as rupturas sociais e institucionais do presente – em 1820, 1834 e 1851. Os duvidosos

Lusitanos, que José Liberato Freire de Carvalho e os tradicionalistas (entre eles o 2º visconde de Santarém) invocavam, ficam naturalmente arredados do palco histórico: para quê falar de tradições imemoriais, quando o tempo é de mudança e de novas memórias, construídas no presente e criteriosamente seleccionadas do passado?

Porém, chegados ao início do século XXI, constata-se o grande impulso, dado nos últimos cinquenta anos, a uma historiografia universitária dedicada ao estudo quer do Tradicionalismo, da Contra-revolução e do Miguelismo, quer da produção histórica erudita e popular, sem pejo em relacionar historiografia e ideologia. Assim sendo, considero útil procurar enriquecer o conhecimento histórico sobre a obra de Alexandre Herculano com novos dados, confrontando-a e complementando-a com a de outras figuras da época, dotadas com outro género de alinhamentos ideológicos. Refiro-me, sobretudo, ao 2º visconde de Santarém e a João Pedro Ribeiro.

Tive ocasião de estudar, no âmbito da supracitada tese de doutoramento, a obra do visconde de Santarém e de defini-la como imbuída de uma Filosofia da História sincrética, ao mesmo tempo crítica e mitológica, com características tanto conotadas com o Tradicionalismo, quanto com o Liberalismo. Cronologicamente anterior à de Herculano, mas não lhe sendo necessariamente inferior; antes, paralela.

Aliás, procurei estabelecer uma comparação sincrónica entre as respectivas famílias e coexistência pessoal (entre 1810 e 1856), tentando evidenciar que cada um, Santarém e Herculano, encarnavam conceitos de ciência, mito e rito etimologicamente próximos, mas ideologicamente díspares. Isto é: recorrendo a vocábulos comuns, na década de 1840 («organização social», «princípio social», «males sociais»), referiam-se ao mesmo património histórico, mas com interpretações diferentes, conforme as respectivas origens sociais, percursos escolares (mais prolongado, no caso de Herculano) e posicionamentos historiográficos e políticos, face ao miguelismo. Ambos foram discípulos de João Pedro Ribeiro, mas cada um defendeu lados opostos da barricada política (Protásio, 2008, pp. 55-98).

O visconde de Santarém via nos documentos «o farol da História», na linha, aliás, de João Pedro Ribeiro (Santarém 1910, I, p. 35). Mas, ao mesmo tempo, aceitava o papel simbólico, indocumentado, mas ciclicamente ritualizado (pelo discurso histórico e pelo poder político), desde o século XVII, das *liberdades* herdadas dos povos lusitanos e consubstanciadas na reunião das cortes tradicionais.

Concorda, em 1843, o mesmo visconde com a afirmação de João Pedro Ribeiro (na primeira parte das suas *Reflexões Históricas*), de que uma história geral e crítica de Portugal apenas poderia passar pelo trabalho de um colectivo de especialistas das diversas matérias do saber histórico, para (só então) um his-

torizador poder fazer uma síntese desses materiais (Ribeiro, 1835, p. 7 e Santarém 1843, pp. XVI-XVII).

Herculano, como se sabe, recusou liminarmente, enquanto historiador crítico, a herança Lusitana, o carácter de escolha divina de D. Afonso Henriques em Ourique ou, sequer, a existência factual ou o simbolismo político das pseudo-cortes de Lamego (Matos 2002, pp. 124-126). O que o não impediu, enquanto jornalista e romancista histórico, nos anos de 1838 e de 1839, em *O Panorama*, de tacitamente aceitar as lendas da padeira de Aljubarrota e das cortes de Lamego, não como apropriações ideológicas de mitos tradicionalistas, mas sim pelo seu valor literário, ao sabor romântico. Isto, «numa época em que ainda estavam para vir os seus trabalhos históricos de vulto» (Idem, 1998, pp. 253-255 e n. 240; 2002, p. 125, n. 1).

Embora inicialmente pareça também não reconhecer em si cabedais para se lançar no projecto de uma história geral do reino (pelo menos a ajuizar pela *Carta I sobre a História de Portugal*, de 1842), em 1846 Herculano inicia aquela que ficaria imortalizada como a interpretação por excelência de factos, documentos e instituições do período que considerava ir do «começo da monarquia até ao reinado de D. Afonso III»: a célebre *História de Portugal* (Herculano, 1985 (1ª ed., 1842) IV, pp. 192 e 198).

Mas, face a esses seus dois discípulos, como se pode definir a identidade historiográfica e ideológica de João Pedro Ribeiro – identidade, essa, essencial para compreendermos a visão histórica emergente na sua época?

## João Pedro Ribeiro (1758-1839)

De um modo geral, temos de João Pedro Ribeiro a imagem de um dos maiores eruditos portugueses de todos os tempos, homem de interesses e de saber enciclopédicos, um dos mais importantes sócios de sempre da Academia das Ciências, metodólogo e sistematizador da Diplomática em Portugal. Jamais, como o 2º visconde de Santarém ou Alexandre Herculano, o imagináramos capaz de se arrebatar em polémicas científicas e ideológicas, fazendo da sua visão da história-método e mestra da vida nacional um projecto político-institucional a defender acima de tudo.

Porém, quanto conhecemos, de facto, do seu percurso bio-bibliográfico, da evolução cronológica das temáticas abordadas? Tanto quanto julgo saber, os seus trabalhos não são objecto de reimpressão há mais de um século – nem sequer foram alvo de publicação de obras completas, como as de Francisco Alexandre

Lobo, do Cardeal Saraiva e de Francisco de Borja Garção Stockler; de reimpressões sucessivas e comentadas por parte de grandes mestres da cultura portuguesa, como os de Herculano; nem sequer de republicação meio século após a sua morte, como no caso do 2º visconde de Santarém. Apenas as suas *Dissertações Cronológicas e Críticas...* seriam reimpressas pela Academia das Ciências, em 1857-1896.

Nem Inocêncio, nem a maioria dos seus estudiosos – salvo as honrosas exceções de José Tengarrinha (Tengarrinha, 1993, p. 175) e da obra dirigida por Zília Osório de Castro (Castro, 2002, II, p. 524) – sequer incluem a informação vital de que João Pedro Ribeiro foi deputado das cortes vintistas em 1822 e 1823.

O estabelecimento de uma breve e básica inventariação cronológica dos seus escritos indica-nos que, em contraste com a época áurea da publicação do seu monumental *corpus* de documentos (os anos de 1792 a 1819, com perto de trinta títulos), do Vintismo ao Setembrismo a sua produção escrita, impressa, baixou consideravelmente, no que diz respeito à extensão dos trabalhos impressos.

Assim, João Pedro Ribeiro apenas publicou dois textos em 1821; um em 1824; e quatro em 1829-30 (numa fase que se pode considerar *moderada* do reinado de D. Miguel). Tal conjunto de sete títulos contrasta claramente com os cerca de quinze publicados de 1834 e 1837, a maioria destes de pequena dimensão e inseridos na imprensa periódica. Este último facto ocorre numa época tardia da obra de Ribeiro, quando a Academia das Ciências o resgatou de um certo *não-alinhamento comprometido* com o triénio vintista e com a restauração do Absolutismo. Simples coincidência?

Julgo que não. João Pedro Ribeiro foi uma das figuras e um dos exemplos historiográficos mais utilizados como símbolo de uma Academia regenerada em 1834 e de uma nova forma de fazer História em Portugal, então naturalmente enraizadas na obra de um dos seus sócios mais antigos e mais prolíficos.

Outros três exemplos e símbolos desse novo/velho *status quo* foram Frei Francisco de São Luís (mais tarde Cardeal Saraiva), então nomeado guarda-mor da Torre do Tombo e Secretário do Estado do Reino, autor dos estatutos reformados da Academia e seu vice-presidente em 1838; Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato e Joaquim José da Costa de Macedo, respectivamente feitos vice-presidente e secretário perpétuo da instituição em 1834.

Curiosamente, todas essas figuras tinham sofrido, na pele, os dissabores do reinado de D. Miguel. São Luís fora encerrado no mosteiro beneditino da Serra de Ossa. Morato, desterrado na sua quinta, perto de Torres Vedras. Costa de Macedo, preso em Lisboa entre 1831 e 1833. E João Pedro Ribeiro compartilhara,

no Porto, com os seus conterrâneos (entre eles, o jovem Alexandre Herculano, que o conhecia), o cerco militar de 1832-1833, que ceifaria tantas vidas, pela fome, pela doença e pelos impiedosos bombardeamentos das tropas sitiadas... (Bernstein 1983, pp. 21-23 e 29-31).

Na minha opinião, e tal como sucede com o caso de estudo do 2º visconde de Santarém (cuja evolução cronológica e temática da obra comparei, em local próprio, com a de Herculano, constatando existir, entre ambas, uma intermitente polémica em surdina), muito haverá a esperar de uma revisitação crítica e avisada dos escritos de João Pedro Ribeiro, cujas motivações pessoais, filiação ideológica e produção historiográfica não deverão ser analisadas separadamente entre si.

No caso de um autor *formatado* pelos Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra, de 1772; que, no seio da Academia das Ciências, no período *reformista* dos reinados de D. Maria I e de D. João VI, estudou cortes tradicionais, ciência diplomática, bens da coroa e forais; como não concluir que o estatuto estanque de erudito o amputa de uma visão multifacetada, de homem de ideais políticos e de projectos para Portugal?

Até prova em contrário, permanece por analisar demoradamente toda uma faceta de polemizador de João Pedro Ribeiro, da qual são aqui apresentados quatro exemplos.

Veja-se a troca de panfletos com Frei Fortunato de São Boaventura a propósito da *História cronológica e crítica da real abadia de Alcobaça*, publicados pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Imprensa Régia, em 1829 e 1830. Tais escritos levaram a uma curta mas incisiva intervenção de José Agostinho de Macedo, a favor de Frei Fortunato (Ribeiro 1829 e 1830, Boaventura 1830 e Macedo 1830).

Constate-se, nas *Reflexões Históricas* de Ribeiro, com a chancela da Universidade de Coimbra, de 1835, as críticas demolidoras contra o decreto de 13 de Agosto de 1832, instituído em plena *ditadura* do duque de Bragança, pelo seu célebre Secretário de Estado da Fazenda, José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849) (Ribeiro 1835, pp. 98-130).

Leia-se, ainda, um curto texto de resposta à imprensa, também de 1835, quando João Pedro Ribeiro é acusado de absolutista, porque defensor do simbolismo político-institucional das cortes de Lamego. Embora respondesse à questão das cortes com argumentos históricos e jurídicos plausíveis e sólidos, dignos dos seus pergaminhos intelectuais, começava por elucidar o jornalista que sempre se recusara a responder a jornais e que pugnava pela censura prévia dos mesmos, dada a «pouca verdade de alguns e a falta de estilo de todos» – parafraseando um decreto de D. João IV, de 1648 (Ribeiro, 1836, pp. 201-204, n.n.). Será útil

recordar que Ribeiro foi censor (académico, literário e da imprensa) durante boa parte da sua existência, com nova e tardia nomeação aquando do cerco do Porto.

Por fim, dá-se a troca de argumentos entre Ribeiro e o jovem historiador Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850), em 1836, a propósito da abolição dos forais, na qual o veterano académico terá deixado que algumas das emoções do momento político-social lhe aflorassem o discurso público (Castro, 2002, II, pp. 559-61 e Rocha 1836a e 1836b).

Em conclusão, julgo que algumas das hipóteses de trabalho aqui apresentadas deverão ser aplicadas a outros tantos sócios da Academia, eruditos e historiadores, politicamente activos e autores de obras por visitar: casos de estudo como os de Francisco Alexandre Lobo (bispo de Viseu), de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, de Frei Fortunato de São Boaventura (arcebispo de Évora), de José Acúrcio das Neves e de José Liberato Freire de Carvalho.

É isso que me proponho fazer, com a frequência de um programa de pós-doutoramento, dedicados à análise da participação de alguns desses sócios na vida institucional da Academia das Ciências, durante os seus primeiros oitenta anos de existência; bem como o respectivo enquadramento prosopográfico, bibliográfico e historiográfico, num trabalho subordinado ao título *A Academia das Ciências de Lisboa. Intervenção cultural e legado historiográfico (1779-1859)*.

É que da fundação da instituição, em 1779, ao seu estabelecimento na sede actual – em 1834 – e ao início das actividades, em espaço contíguo, do Curso Superior de Letras (em 1859), antepassado directo da Faculdade de Letras de Lisboa (instituída em 1911), distam oito décadas de riquíssimo debate e divulgação da história portuguesa – centrais, a meu ver, para a compreensão da história da historiografia contemporânea.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Martim de (1989), prefácio a *Atlas du vicomte de Santarém. Édition fac-similée des cartes définitives, organisée... par...*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa.
- AYRES, Christovam (1927), *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BERNSTEIN, Harry (1983), *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's Prime Historian and Historical Novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- BOAVENTURA, Frei Fortunato de São (1830), *Resposta às reflexões do conselheiro João Pedro Ribeiro*, Lisboa, na Impressão Régia.

- CASTRO, Zília Osório de (2002, Dir.), *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- HERCULANO, Alexandre (1985; 1ª ed. 1842), «*Carta I sobre a História de Portugal*», in *Opúsculos* (Edição crítica. Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), vol. IV, s.l., Editorial Presença.
- LIBÓRIO, Fátima (1996, Coord.), *Guia da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Instituto do Livro e da Biblioteca Nacional.
- MACEDO, José Agostinho de (1830), *Carta de... a um amigo, que lhe fez ver o manuscrito de uma resposta, que dá o padre mestre doutor frei Fortunato de São Boaventura ao ilustríssimo conselheiro João Pedro Ribeiro*.
- MACEDO, Joaquim José da Costa de (1838), *Discurso lido em 15 de Maio de 1838...*, Lisboa, na Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa.
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri.
- (2002), «História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea», *Lusotopie*, s.l., pp. 123-139.
- PAIXÃO, V. Braga (1967), *D. Miguel, Infante e Rei – Presidente da Academia*, Lisboa, Academia das Ciências.
- PROTÁSIO, Daniel Estudante (2008), *O 2º Visconde de Santarém – Pensamento Histórico e Ação Política (1809-1855)*, dissertação de doutoramento apresentada em provas públicas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (texto policopiado).
- RIBEIRO, João Pedro (1829), *Breves reflexões à História cronológica e crítica da Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, Tipografia da Academia das Ciências.
- (1830), *Reflexões do conselheiro... sobre a Brevíssima resposta...*, Lisboa, na Imprensa Régia.
- (1835), *Reflexões Históricas pelo conselheiro...*, Parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- (1836), *Op. Cit.*, Parte II, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- ROCHA, Manuel António Coelho da (1836a), *A Questão entre os senhores e os foreiros. Ou o espírito do decreto de 13 de Agosto de 1832*, Coimbra.
- (1836b), *Resposta às observações do conselheiro João Pedro Ribeiro*, Coimbra.
- SÁ, Vítor de (1992), *Lisboa no Liberalismo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SOROMENHO, Miguel e SANTOS, Rui Afonso (S.d.), «Os Museus em Portugal», *Guia Expresso O Melhor de Portugal*, fascículo 15.
- SANTARÉM, Visconde de (1843), *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Paris, Em Casa de J. P. Aillaud.
- (1910), *Opúsculos e Eparcos. Coligidos e coordenados por Jordão de Freitas e novamente publicados pelo 3º Visconde de Santarém*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.
- (1918), *Correspondência do... coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3º Visconde de Santarém*, vol. I, Lisboa, Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores.
- TENGARRINHA, José (1993), *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*, Lisboa, Edições Colibri.

# A HISTORIOGRAFIA NO CURSO SUPERIOR DE LETRAS: O CASO DE REBELO DA SILVA

João Couvaneiro\*

“Rebello era imparcial, desassombrado e largo na apreciação das páginas da história, que ia iluminando de improviso. [...] Não escreveu nenhuma das suas conferências. Prometia-me sempre que no dia seguinte reconstruiria o discurso, mas nunca o fazia. [...] As lições eram delineadas, às vezes, à última hora. [...] Rebello da Silva atirava às rebatinhas, na conversação, com figuras, imagens e apreciações largas, ditos agudíssimos, como um perdulário atira ouro às mãos cheias”. (Pato, 1986, pp. 177-178)

“tudo isto era espectáculo encantador, e que nunca mais poderá igualar-se. Quem nunca teve ventura de ouvir, naqueles serões, o eminente orador, cuja palavra, não preparada de antemão, ia fluindo com tanta majestade, não pode calcular o que eram tais festas! Festas, sim; festas para ele, que se expandia no seu elemento; festas para o público, atraído ali pelo desejo de presenciar tão altas novidades”. (Castilho, 1889, p. 106)

“exprimia sobretudo a consciência de que a cultura portuguesa precisava de um suporte histórico, não só político e social [...] mas também económico e cultural”. (Macedo, 1971, p. 99)

O percurso histórico do ensino das humanidades passa pelas disciplinas do *Trivium* (Gramática, Retórica e Dialéctica) que, com as do *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia), integravam as designadas Artes Liberais<sup>1</sup>, consideradas como programa completo de estudos durante um longo período da história da civilização ocidental. Com a emergência da contemporaneidade, o conjunto dos saberes do universo do *Trivium* viu o seu estatuto científico e pedagógico evoluir e integrar o desenho curricular das primeiras faculdades

---

\* Instituto Piaget

<sup>1</sup> Cujá circunscrição remonta a Platão que na obra *República* se debruça, entre outras coisas, sobre os processos de construção do conhecimento, esforço que foi posteriormente desenvolvido por Cícero.

criadas na Europa especificamente para o ensino das Humanidades<sup>2</sup>. Contudo, esta promoção não lhes concedeu paridade em relação às áreas do conhecimento anteriormente consagradas. Com efeito, eram ainda entendidas como estudos preparatórios para o ensino universitário da Teologia, do Direito e da Medicina, que decorria em estabelecimentos tidos como faculdades maiores, visto orientarem-se para ocupações sócio-profissionais consideradas mais relevantes, no quadro dos modelos de organização social vigentes.

No final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, o horizonte e os contornos do ensino superior das Humanidades revelavam-se muito deprimidos em Portugal. Com efeito, a reforma universitária de 1772 relegou o magistério destas áreas do saber para os limites do Real Colégio das Artes. As excepções surgiam nas faculdades de Direito e Teologia, em que conteúdos históricos e filosóficos surgiam como alicerces para o ensino das áreas de estudo nucleares. Importa também referir que a reforma pombalina da Universidade criou uma Faculdade de Filosofia em Coimbra, na qual esta se ensinava a par das ciências físicas, químicas e naturais. Realidade que foi, no entanto, sol de pouca dura, visto que em 1791 o ensino da Filosofia foi repellido da Faculdade a que dera o nome. Num rasgo de atávico utilitarismo, a cadeira de Filosofia Racional e Moral, única que o empirismo da reforma pombalina nela condescendera, deu lugar a uma cadeira de Botânica.

As reformas do ensino superior realizadas entre 1772 e 1859 ignoraram, quase completamente, o ensino da História, da Filosofia, da Literatura e da Filologia que, espelhando uma realidade que não era exclusiva a Portugal, mantinham apenas uma vocação propedêutica para o ensino universitário. As Humanidades eram tidas como elemento constitutivo e prévio de um solo fértil, no qual germinariam as sementes de outras áreas do saber. No âmbito do ensino superior eram encaradas como algo de sobejo à luz de um pragmatismo simplista, que reconhecia virtudes superiores a áreas como o Direito, a Teologia, a Medicina, a Matemática e as Ciências Naturais.

O Curso Superior de Letras (1859-1911) foi o primeiro, e durante a sua existência o único, estabelecimento português consagrado, de forma específica, ao magistério das humanidades e das ciências sociais. Foi nesse contexto que se autonomizou o ensino superior da história em Portugal. O primeiro passo efectivo

---

<sup>2</sup> Na primeira metade do século XIX, foram criadas faculdades de filosofia na Alemanha, surgindo também faculdades de letras em França e em Itália.

com vista à criação deste estabelecimento foi dado por José Maria de Abreu que, em Abril de 1857, apresentou um Projecto de Lei em que propunha a criação de dois Cursos Superiores de Letras, um para Lisboa e outro para Coimbra. Entre as vantagens que resultariam desta iniciativa, o propositor destacava o facto de permitir que o magistério da história e de outras ciências humanas não ficasse confinado aos *acanhados limites* do ensino liceal (Abreu, 1857, p. 25).

Foi graças ao empenho de D. Pedro V, através da afectação de verbas da sua dotação pessoal, que se viabilizou a criação do Curso Superior de Letras em Lisboa. Por implementar ficou o estabelecimento congénere proposto para Coimbra. Corria o ano de 1859, quando o monarca sancionou o Decreto das Cortes que fundava a instituição e estabelecia o plano de estudos. O desenho curricular, que vigorou nas duas décadas seguintes, era composto apenas por cinco cadeiras, dispostas em dois anos: História Pátria e Universal; Literatura Grega e Latina e Introdução às suas origens; Literatura Moderna e Especialmente a Portuguesa; Filosofia e História Universal Filosófica.

Regra geral, um novo ponto de vista, uma nova formulação do conhecimento ou uma nova ciência só são admitidos nos estabelecimentos de ensino depois de se terem afirmado fora deles. Nesse sentido, é natural que para a criação da primeira cadeira autónoma de história no ensino superior português, o nome de Alexandre Herculano figurasse como inquestionável, visto que, como afirmou Borges de Macedo, a sua obra representava o atingir em Portugal da maturidade que «os conhecimentos históricos precisavam de ter para serem aceites, tanto pela cultura do seu tempo como pelas instituições responsáveis» (Macedo, 1980, p. 15).

D. Pedro V terá sondado Herculano, no sentido de o fazer aceitar o lugar. Porém, afirmou recear que se fosse ele a assumir a cadeira, «se entretivesse a criar, [...] uma ninhada de municipalistas sem emprego possível» (D. Pedro V, 1930, p. 258). Nesse sentido, o convite pode ter sido apenas circunstancial (Coelho, 1910, p. 38; Figueiredo, 1910, p. 5; Vilhena, 1921, pp. 350-353). É até possível que o soberano tivesse, desde o início, a intenção de atribuir a cadeira ao jovem historiador Luís Augusto Rebelo da Silva que, com méritos reconhecidos, viu nesse mesmo ano ser-lhe atribuída, a responsabilidade de produzir a *História de Portugal dos séculos XVII e XVIII* (Silva, 1860-1871).

Tendo tomado posse como professor da cadeira de História Pátria e Universal em 1859, pouco mais de uma década durou a sua ligação ao Curso, situação que resultou do seu precoce falecimento (1871), quando contava apenas 49 anos. Não obstante, enquanto integrou o corpo docente foi a principal referência da

instituição, onde desempenhou, para além das funções de professor, os cargos de Director e Secretário. Adolfo Coelho considerou que, dos primeiros docentes, Rebelo da Silva era o que mais se integrava nas tendências científicas e pedagógicas do seu tempo (Coelho, 1900, pp. 33-34).

Autênticos eventos culturais na Lisboa de então, as suas aulas, proferidas de improviso, com uma eloquência vigorosa e recheadas de imagens, atraíam para além dos alunos um público numeroso, entre o qual figurava assiduamente o próprio monarca (Cidade *et al*, 1975, p. 57). Tais afluências obrigaram à utilização de instalações da Escola Politécnica, de forma a acomodar confortavelmente todos os ouvintes.

Os três programas conhecidos para a cadeira de História Pátria e Universal elaborados por Rebelo da Silva (1860-1861, 1865-1866 e 1870-1871), foram sendo sucessivamente alargados. Estruturalmente nacionalistas, apresentavam-se como exercícios de história da civilização, privilegiando numas ocasiões uma perspectiva geral da evolução histórica da Europa Ocidental, procurando noutras integrar a história de Portugal no todo europeu (Matos, 1998, p. 178).

O programa do ano lectivo de 1860-1861 era centrado na história de Portugal, recorrendo à história universal apenas de forma preambular para enquadrar alguns acontecimentos específicos do percurso pátrio. Explorando as origens da nacionalidade, exaltava a acção política de D. Afonso Henriques, dando depois relevo a momentos cruciais, como 1383-1385 ou 1640. Este programa parece ter sido forjado como uma arma para os combates a travar no presente, como antídoto para a ameaça iberista que se fazia sentir no início da segunda metade de Oitocentos e contra a qual militava activamente o professor (Freitas, 1999, p. 12).

O programa de 1865-1866 recebeu a designação de «A civilização na Europa nos séculos XVII e XVIII», dividia-se em quatro partes, consagrando apenas a última à história de Portugal. Com uma abordagem sócio-política, em que se traçavam quadros sincrónicos, procurava comparar a marcha da humanidade em diferentes regiões do globo.

O programa de 1870-1871 apresentava-se muito mais detalhado, mas centrava-se na história de Portugal. Sob uma perspectiva cronológica, assente na sequência dos vários reinados, procedia a uma abordagem, em que a história universal fornecia pistas de interpretação para a história de Portugal.

Autor de uma extensa obra, que se estende para além dos estudos históricos pelos domínios do romance, do texto dramático, da teoria e da crítica literária, Luís Augusto Rebelo da Silva nasceu em Lisboa a 2 de Abril de 1822. Descen-

dente de uma família de juristas liberais, com créditos firmados na cultura e na política portuguesas, era filho do desembargador Luís António Rebelo da Silva e de Ana Joaquina da Conceição Lima. Pouco se sabe dos seus estudos juvenis, mas é provável que tenham decorrido sob a orientação do seu tio Manuel Rebelo da Silva.

No final da década de trinta do século XIX, quando contava apenas dezassete anos, participou activamente na Sociedade Escolástico-Filomática, uma espécie de tertúlia formal, criada por impulso de estudantes das escolas superiores de Lisboa. Com sede em Lisboa, na Rua da Atalaia e depois no Largo da Trindade, como afirmou Braga Paixão “ali convergiram moços de espírito, sedentos de conversa, de leituras em comum, de mútuas transmissões e apreciações de seus tentames de prosas e versos, de discussões e de polémicas” (Paixão, 1970, p. 19). Tendo como objectivos estatutários a emulação pelo estudo e a difusão de conhecimentos sobre ciências, história, filosofia e literatura, para a concretização destes previa-se a organização de palestras, a constituição de uma biblioteca, um museu e um jornal. (Ferreira, 1859, pp. 395-396; Freitas, 1993, p. 8).

O órgão oficial da Sociedade Escolástica-Filomática intitulou-se *O Cosmorama Literário*, periódico no qual Rebelo da Silva se estreou como autor de romances históricos, publicando aí, de forma incompleta, a narrativa a *Tomada de Ceuta*. Nos serões promovidos por esta agremiação teve ocasião de privar com Almeida Garrett, Andrade Corvo, Vieira de Castro, Tomás de Carvalho, António da Cunha Sotomaior e António Pedro Lopes de Mendonça. Nas palestras que proferiu, revelou, “embora balbuciante ainda” (Pato, 1986, p. 168), o seu grande talento oratório, que viria a ser uma das marcas distintivas da sua participação cívica, intervenção política e prática académica.

Tendo o seu pai e o seu avô formação universitária, não seria de estranhar que Luís Augusto Rebelo da Silva estivesse destinado a continuar estudos em Coimbra. No cumprimento de tal premissa em 1840 matriculou-se na Faculdade de Filosofia, que veio a abandonar, sem ter tido aproveitamento em qualquer cadeira. Bulhão Pato afirmou que o rigor académico e as disciplinas exactas não prendiam a atenção do historiador e “chegado a Coimbra não passou do ‘pátio’, ou antes de lá saiu, [...] perseguido pelos dentes afilados de três implacáveis raposas” (Pato, 1986, p. 168), o que em sentido figurado, na gíria académica da época, representariam três reprovações. Num artigo publicado por ocasião da sua morte referia-se que tinha cursado durante dois anos a Universidade, que abandonou, «por sentir que não lhe cabia a inteligência nas regras dos compêndios» ([S.N.],

1871, p. 1). No Arquivo da Universidade parece não se encontrar documentação que permita concluir que Rebelo da Silva se tenha sequer apresentado para a realização de qualquer exame (Paixão, 1970, p. 22).

Regressado a Lisboa, entre 1842 e 1843 escreveu semanalmente para a *Revista Universal Lisbonense*, dirigida por António Feliciano Castilho, na qual publicou o seu romance *Rauzo por Homízio*, obra que o tornou notado no seio da sociedade lisboeta. No mesmo período travou amizade com Alexandre Herculano, frequentando a Biblioteca da Ajuda e colaborando na revista *O Panorama*. O consagrado historiador, que metodologicamente sublimava a abordagem documental crítica, avessa a tradições míticas, contribuiu largamente para o desenvolvimento do pensamento e prática historiográfica de Rebelo da Silva. Representando ainda um valioso recurso de legitimação, que o jovem discípulo soube instrumentalizar ao serviço da sua afirmação no campo científico e institucional. Veja-se o que a propósito de um artigo sobre a coroação dos reis de Portugal escreveu Rebelo da Silva: «As fontes citadas pelo autor da *História de Portugal* [Alexandre Herculano],[...], são as mesmas que temos invocado, e que ainda vamos produzir. [...] Pode suceder, que seja engano, e que a verdade apareça noutra parte; mas enquanto a questão não se esclarecer de novas provas, resta-nos a satisfação de errarmos em excelente companhia, se for erro a nossa hipótese!» (Silva, 1855a, p. 299).

Por lealdade, mas sobretudo por convicção, envolveu-se na polémica sobre a omissão do «milagre de Ourique» na *História de Portugal*. Saindo à liça em defesa do seu amigo e mestre, publicou as *Cartas ao Sr. Ministro da Justiça, sobre o uso que faz do púlpito e da imprensa uma fracção do clero português* (1850), onde criticou a manipulação das massas feita por alguns sectores da Igreja, censurando obras que, alegadamente, ofenderiam a religião.

A partir da década de cinquenta Rebelo da Silva delineou as primeiras obras de carácter historiográfico. Privilegiou, nesta fase, trabalhos no âmbito da história literária e biográfica, nos quais se revelava particularmente atento à acção que o contexto exercia sobre os indivíduos (Macedo, 1971, p. 84). A sua abordagem seguia os postulados do método crítico de Sainte-Beuve que se baseava no princípio de que a obra de um escritor era sempre o reflexo da sua vida e podia ser explicada através dela. Método criticado, entre outros, por Marcel Proust (Proust, 1965).

Em 1850, provavelmente por interferência de Alexandre Herculano, foi incumbido pela Academia Real das Ciências de Lisboa de prosseguir a publicação

do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, que havia sido iniciado pelo, então falecido, Visconde de Santarém. Já este autor se havia destacado anteriormente pelo esforço de objectividade, tendo precedido Herculano na publicação sistemática de fontes. O jovem historiador Rebelo da Silva veio a receber um louvor de D. Pedro V pelo sucesso no cumprimento deste encargo. (Direcção Geral de Instrução Pública, 1873, pp. 61-62).

O esforço que investiu na elaboração do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, foi aproveitado para a preparação da *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, aquela que viria a ser a sua obra de maior fôlego e provavelmente de maior relevância. Os últimos treze anos da vida de Rebelo da Silva destinaram-se à realização deste projecto que foi subsidiado por portaria de 15 de Outubro de 1858. Aí se estipulava que a obra devia ser precedida de uma introdução na qual se referissem os acontecimentos que “prepararam a intrusão dos soberanos espanhóis, e as causas, que deram em resultado a restauração da independência de Portugal”. Tal determinação que revela a intencionalidade subjacente de facultar aos portugueses dados sobre os “perigos” de uma nova união ibérica, não pode deixar de ser considerada como uma tomada de posição face aos autores que advogavam a fusão de Portugal e Espanha, na senda das teses de Sinibaldo de Mas (Torgal, 1981, p. 13). Após a publicação do primeiro tomo desta obra, o monarca voltou a louvar o zelo que o historiador vinha colocando em prol do desenvolvimento das letras pátrias. (Direcção Geral de Instrução Pública, 1873, p. 62).

No primeiro volume *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, era iniciado com uma “advertência” na qual o autor explanava as intenções e programa de trabalho que presidiram à realização da obra. Nela assumia a pretensão de narrar sobretudo “os sucessos e as suas causas; contemplar à luz da verdade os homens e os acontecimentos; contemplar a interpretação dos factos com a pintura das instituições, dos costumes e da cultura intelectual; [...] não prezando unicamente notícias de cercos e batalhas” mas indagando o “sentido e as razões dos factos” (Silva, 1869, p. VIII).

Nesta obra tirou partido dos seus recursos literários, construindo uma narrativa fluída e cativante. Apesar de não perder de vista o cumprimento dos preceitos que advogava para a construção do conhecimento histórico, nem sempre terá recorrido às fontes arquivísticas, mácula de que se redimia pela frequente citação de estudos nacionais e estrangeiros, consideravelmente actualizados, esforço patente pela inclusão de um número assinalável de notas. Assim, o grande valor

desta obra deriva concomitantemente do estilo acessível e cativante, do rigor metodológico e da amplitude do trabalho desenvolvido.

Estudando primeiro a política e, em seguida, as instituições, desdobrou a obra em cinco volumes, obedecendo os primeiros a uma abordagem eminentemente cronológica, organizada por reinados, na qual discorre, de forma sistemática, desde a infância de D. Sebastião até à Restauração e primeiras medidas da governação de D. João IV. Nos dois derradeiros volumes integra abordagens de grandes temas, procedendo a uma análise eminentemente económica e social. Segundo Borges de Macedo esta organização contribuiu para que a obra representasse, no contexto da historiografia portuguesa, a primeira história política que “comporta organicamente uma história económica definida como tal” (Macedo, 1971, p. 100).

Em grande parte do período que trabalhou na produção *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* foi simultaneamente professor do Curso Superior de Letras, sendo presumível que o que leccionava se aproximasse das intenções e temáticas que privilegiava no trabalho de investigação.

A produção historiográfica de Rebelo da Silva foi marcada sobretudo pela abordagem a temáticas de grande amplitude, nas quais definiu e caracterizou extensos quadros históricos. Porém, não deixou de fazer incidir os seus trabalhos historiográficos também no domínio da biografia. Neste sentido, fez editar a obra *Varões ilustres das três épocas constitucionais* (1870), na qual coligiu em volume, com algumas alterações, um conjunto de estudos que publicara na imprensa.

Nas biografias procurou definir os contornos da pressão social sobre a acção do homem público. Porém, não se furtou completamente ao tom laudatório e à exaltação do papel dos heróis no curso da história. O colorido cuidado com que retratou as personagens, marcado pelo recurso a uma polida ornamentação e a uma adjectivação generosa, beneficiou do seu talento literário. Num equilíbrio sempre instável, mas permanentemente tentado, resvalou, por vezes, em tentações panegíricas. A título de exemplo: “Jovial com gravidade, mordaz nos conceitos e nos ditos, esquecido por cálculo, e remisso por hábito [...]. Ninguém escusava tão graciosamente uma falta de palavra. A sua polidez nunca se desmentiu; era igual para todos, quer adoçasse a repulsa, quer avivasse o favor” ou “Diogo de Mendonça era dotado de ânimo viril, e de admirável presença de espírito. Sujeito, como todos, aos temores próprios do homem, possuía a força necessária para se vencer, e opor aos grandes perigos e grandes resoluções”. Não obstante, os excessos resultantes da admiração que sentia por alguns dos biografados parecem não ter comprometido a seriedade metodológica e o rigor histórico (Silva, 1855b, pp. 331, 333).

Também no domínio do romance histórico, seguiu de perto os processos narrativos de Herculano. Porém, neste campo, a extensa produção de Rebelo da Silva apresenta como carácter inovador o facto de não se circunscrever ao período medieval, reivindicando o direito de épocas mais recentes serem passíveis de servir de cenário temporal à narrativa. É o caso de *A última corrida de Touros de Salvaterra* (1848), uma das mais relevantes produções literárias do romantismo português, cuja trama decorre no século XVIII. O reconhecimento do interesse desta obra pode ser aferido pelo facto de já no início do século XX ter sido editada em Inglaterra (Silva, 1909). Mas neste campo as suas influências não se circunscreveram ao autor do *Eurico, o Presbítero* (1848). Com efeito, no tratamento das personagens podem perscrutar-se ecos das obras de Garrett (Lopes, 1992, pp. 90-91) ou de Walter-Scott. No prólogo da primeira edição do romance *A Mocidade de D. João V* Rebelo da Silva afirmou: “O que o famoso romancista escocês conseguiu com os seus heróis, procurou o autor imitar de longe a respeito das figuras deste ensaio”.

Foram numerosos os cargos públicos que ocupou. Muito jovem, com apenas 22 anos, beneficiando da proximidade com os nomes maiores do romantismo português (Garrett, Herculano e Castilho), integrou a Comissão Ortográfica constituída para organizar a publicação de um dicionário, a publicar pela Imprensa Nacional, com o intuito de colocar alguma ordem na irregular ortografia portuguesa da época. Pouco tempo depois, em 1845, Rebelo da Silva, foi nomeado para a Secretaria do Conselho de Estado.

Defensor activo da monarquia constitucional, foi eleito deputado pela primeira vez em 1847, nas listas do Partido Cartista. Veio a ser reeleito, mas agora pelo Partido Histórico, para o mandato que decorreu entre 1848 e 1851, e novamente para as câmaras que resultaram dos actos eleitorais de 1852, 1857, 1858 e 1860. Entre as suas mais marcantes intervenções contou-se o debate que precedeu a aprovação do Acto Adicional à Carta Constitucional, no qual se bateu em duelo oratório com Almeida Garrett (à época Ministro dos Negócios Estrangeiros), sustentando Rebelo da Silva a posição vencida, que assentava no pressuposto de que a Câmara não tinha poderes para reformar as disposições da Carta Constitucional.

Ingressou na Câmara dos Pares por nomeação régia, no ano de 1862, onde se manteve até 1871. Assumiu ainda cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, num elenco governativo dirigido pelo Duque de Loulé.

Participando de forma muito activa na imprensa periódica, foi redactor ou colaborador de títulos tão diversos como *O Cosmorama Literário* (1839), *Revista Universal Lisbonense* (1842-1843), *O Panorama*, *O Diário do Governo* (1845-1846), *A Carta* (1848), *Época* (1848), *A Imprensa* (1851), *A Imprensa e Lei*, *A Pátria* (1856), *A discussão* (1860), entre outros. Sendo um comentador atento das grandes questões do seu tempo, os seus textos revelam preocupações doutrinárias e pedagógicas.

Se como afirmou Bulhão Pato em Rebelo da Silva “o sol do engenho rompeu muito cedo e muito brilhante” (Pato, 1986, p. 168), como uma chama, de súbito se extinguiu, ao atingir o seu máximo fulgor. Prematuramente arrebatado pela morte, faleceu com apenas 49 anos, a 19 de Setembro de 1871.

## Bibliografia

- ABREU, José Maria de (1857), «Projecto de Lei. Apresentado às Cortes pelo senhor deputado Dr. José Maria de Abreu, na sessão de 18 de Abril de 1857», *O Instituto*, vol. VI, n.º 3, 1 de Maio de 1857.
- AGUILAR, Manuel Busquets de (1939), *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Lisboa, Cadeia Penitenciária, 1939.
- ALMEIDA, Francisco Lopes Vieira de (1911), *História (significado e função). Tese para o 4º ano do Curso Superior de Letras – Secção de Geografia e História – 1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BOURDIEU, Pierre (2003), *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*, São Paulo, Fundação da Editora UNESP (FEU).
- CASTILHO, Júlio, (1889), «António José Viale. Apontamentos fugitivos», *O Instituto. Revista Científica e Literária*, 2ª Série, vol. XXXVII, n.º 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 106.
- (1884-1890), Lisboa Antiga, 7 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- CIDADE, H. e Torres, R. D’A. (1975), «Rebelo da Silva», *Cultura Portuguesa*, vol. 14, [S.L.], Empresa Nacional de Publicidade.
- COELHO, Adolfo (1910), *Alexandre Herculano e o ensino público*, Lisboa, J. A. Rodrigues & Cª Editores.
- , *Le Cours Supérieur de Letres. Mémoire*, Paris, Aillaud, 1900.
- , “O ensino Histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858” (1900), *O Instituto*, vol. XLVII, N.º 8, Agosto de 1900, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 449-469.
- COLLINGWOOD, R.G. (1989), *A ideia de História*, Lisboa, Editorial Presença.
- Direcção Geral de Instrução Pública (1873), *Legislação de Instrução Superior e Especial. Desde 1860 até 1870*, Lisboa, Imprensa Nacional.

- FERREIRA, J. M. d'Andrade (1859) "Luís Augusto Rebelo da Silva", *Revista Contemporânea de Portugal e do Brasil*, Lisboa, pp. 395-413.
- FREITAS, Pedro Manuel Luís de (1993), *O Pensamento Económico de Rebelo da Silva*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, [policopiado].
- (1999), «Rebelo da Silva, discípulo de Herculano e professor do Curso Superior de Letras de Lisboa», *Alexandre Herculano. Liberalismo e Romantismo*, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), *Ensaio III. Sobre Teoria da História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa.
- LOPES, Jorge Manuel Neves Gomes (1992), *As Narrativas Históricas de Rebelo da Silva*, Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, [policopiado].
- MACEDO, Jorge Borges de (1971), *A «História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII» e o seu Autor*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1980), *Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem*, Lisboa.
- (1995), "Histórias de um só autor", *Da História ao Documento. Do Documento à História*, Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1988), *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas Editores.
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e memória nacional. 1846-1898*, Lisboa.
- (1991), "O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: projectos em confronto (1858-1901)", Sep. do Vol. 1º das *Actas do Congresso "História da Universidade" (no 7º Centenário da Sua Fundação)*, Coimbra, pp. 367-388.
- MENDES, J. Amado (1998), "Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa", *História da História em Portugal*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 161-217.
- PAIXÃO, Braga, (1970), *O Historiador Rebelo da Silva. Ministro da Marinha e do Ultramar*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- PATO, Bulhão (1986), *Sob os Ciprestes. Vida íntima de homens ilustres*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- D. Pedro V (1930), *Escritos de El-Rei D. Pedro V. Coligidos e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra.
- PROUST, Marcel (1965), *Contre Sainte-Beuve*, Paris, Gallimard, 1965.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da (1855a), «Coroação dos Reis de Portugal», *O Panorama*, vol. IV, 3ª Série, 22 de Setembro de 1855.
- (1863), Elogio histórico de sua magestade El-Rei o senhor D. Pedro V protector da Academia Real das Ciências de Lisboa. Proferido pelo sócio efectivo Luís Augusto Rebelo da Silva, Lisboa, Tipografia da Academia.
- (1855b), «Estadistas Portugueses. Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736)», *O Panorama*, vol. IV, 3ª Série, 20 de Outubro de 1855, pp. 331, 333.
- (1867-1871), *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.

- (1909), *Memória biográfica e literária acerca Manuel Maria Barbosa du Bocage. Do carácter das suas obras e da influência que exerceu no gosto e nos processos da poesia portuguesa*, Lisboa, Livraria Moderna.
- (1868), *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal. Desde a fundação da monarquia até 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1909), *The Last Royal Bull-Fight at Salvaterra. From the Portuguese of L. A. Rebelo da Silva*, trad. de Edgar Prestage, Londres, Archibald Constable.
- [S.N.] (1871), «Luíz Augusto Rebello da Silva», *Diário de Notícias*, n.º 2048, 20 de Setembro de 1871, p. 1.
- TORGAL, Luís Reis (1998), “Ensino da História”, *História da História em Portugal*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 431-498.
- (1981), *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.
- VILHENA, Júlio (1921), *D. Pedro V e o seu reinado*, vol. II, Coimbra.

# CARLOS MALHEIRO DIAS – HISTORIADOR E ROMANCISTA

Teresa Sousa Nunes\*

Nascido no seio de uma família da burguesia comercial portuense, com fortes ligações ao Brasil por via materna, Carlos Malheiro Dias (Porto, 13 de Agosto de 1875 – Lisboa, 19 de Outubro de 1941) iniciou a sua formação no colégio de Santa Quitéria, prosseguida no liceu de Lamego, finda a qual rumou à terra natal de sua mãe, com o propósito de se estabelecer no Rio de Janeiro. Durante essa permanência, estreou-se nas lides literárias na rubrica “Os que surgem”, da revista *A Semana*, dirigida por Max Fleiuss e Valentim Magalhães, dedicada aos novos talentos literários. Fê-lo em Setembro de 1893, com um excerto do romance, inacabado, *D. Amor*, acerca do qual Valentim Magalhães sublinhou o esforço do jovem no “mais atento cuidado, beber às fontes históricas, os acontecimentos e informes indispensáveis a um trabalho desse género, de modo a embeber-se, a impregnar-se o mais completamente possível do carácter geral” (Magalhães, 1893, p. 59) de uma época distante, o reinado do cardeal D. Henrique, escolhida por Carlos Malheiro Dias para enquadrar o seu trabalho literário. Tratava-se da primeira incursão no domínio da investigação histórica, um padrão reproduzido logo no ano seguinte, em 1894, em *Cenários – fantasias sobre a História Antiga*, obra animada pelo interesse por épocas mais longínquas, cujas repercussões ficaram aquém do desejado por Malheiro Dias.

A proximidade entre história e literatura manter-se-ia constante no desempenho literário do autor, característica reforçada pela formação superior obtida após o regresso a Portugal, em 1896. Em 1900, depois de concluído o Curso Superior de Letras (em 1898), Malheiro Dias editava o primeiro romance, *O Filho das Ervas*, seguido por *Os Teles de Albergaria* (1901), e *Paixão de Maria do Céu* (1902), exemplos paradigmáticos de uma convergência que se revelou estru-

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

turante no trabalho do romancista, centrado em ambos os títulos, no tratamento da evolução histórica do passado recente. Saliente-se o propósito do autor em discorrer sobre o oitocentismo português, num projecto ambicioso denominado *História Moral de um Século*, a concretizar num conjunto de títulos, os já referidos, e outros como *São Miguel Arcanjo*, dedicado à guerra civil de 1832-34 e ao reinado de D. Miguel, *Sua Excelência*, dirigido ainda aos *Teles de Albergaria* no rescaldo da insurreição republicana de 1891. Mas também *A Fábrica*, *A Emigração* e *O Campo*, ciclo orientado para as preocupações de índole económica e social, onde o substrato histórico garantia uma abrangência (in)temporal reivindicada pelo autor na crítica à indiferença do sistema político pelas condições de vida da população portuguesa, resultante da implantação do Liberalismo. Este plano, deveras ambicioso, era acolhido com regozijo pelos colaboradores da *Revista Nova* e foi enfatizado, parcialmente, por Joaquim Leitão em *A Peste. Aspectos Morais da Epidemia Social*. Permanecerá, contudo, por concretizar.

Para esse malogro havia contribuído a mudança do percurso do autor, ocorrida na sequência da sua adesão ao Partido Regenerador (1901). Eleito deputado pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, Carlos Malheiro Dias não tardou a ser chamado para o exercício de funções no executivo regenerador, como chefe de gabinete do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, o conde de Paçô Vieira. Corria o ano de 1903, data coincidente com o momento inicial da estagnação literária do autor, então envolvido numa multiplicidade de novos cargos, decorrentes da sua filiação partidária de que foram exemplo as nomeações como Secretário para a Fiscalização de Vinhos e Azeites, Comissário Régio junto dos Caminhos de Ferro do Porto à Póvoa de Varzim, Adjunto do Comissário Português da Exposição Universal de Saint Louis, Comissário do Governo junto dos Caminhos de Ferro Meridionais ou membro do Conselho de Arte Dramática (Nunes, 2009, p. 24).

Esta profusão de nomeações catapultavam Malheiro Dias para o campo discursivo da oposição antimonárquica onde era apontado como membro da larga constelação regeneradora que, à semelhança da progressista, simbolizava a decadência do projecto liberal.

Estranhamente, a obra *Os Teles de Albergaria* revelava uma convergência do autor com o coro de críticas vindo dos sectores republicanos, que enfatizavam a falência do regime. Nesse sentido, permitia um melhor entendimento do percurso de Malheiro Dias. Neste romance histórico, o escritor procedia à análise do processo de construção do sistema liberal português, assente na dicotomia

constante entre a dimensão teórica e os seus reflexos práticos. Evidenciava as aspirações dos liberais, perfilhadas em momentos distintos por figuras diversas – os membros do Sinédrio, Mouzinho da Silveira, D. Pedro IV ou Passos Manuel – e materializadas pelo génio militar de Saldanha, em 1851. Quanto ao domínio da sua concretização, Malheiro Dias identificava, sem subterfúgios, a falência do regime; nas suas palavras, o liberalismo “tentado pela teoria individualista de Mouzinho, pelo idealismo democrata de Passos e pelo doutrinário tirânico de Costa Cabral, desabava na corrupção e no desprestígio” (Dias, 1901, p. 48).

Desta perspectiva, a obra evoluía para a abordagem de outros desfasamentos na sociedade portuguesa oitocentista, detendo-se, em particular, no distanciamento entre o mundo urbano e o universo rural, uma temática personificada pelo protagonista da ficção histórica. A trama construída por Malheiro Dias arredava definitivamente as razões afectivas da decisão de João Teles de Albergaria em habitar a casa de família no alto Minho. Por outro lado, o personagem caracterizava-se por uma vivência intensa em cenário urbano, primeiro enquanto estudante em Coimbra e posteriormente como parlamentar na capital. Saliente-se que nem a desilusão com a vida política justificou o seu regresso ao âmbito geográfico da origem.

Surpreendentemente, João Albergaria optou por residir no alto Minho porque “ali, na província observava melhor os resultados da obra dos governos, na onda sempre crescente dos tributos, na influência retrógada da igreja, na desmoralização incessante do povo – a justiça venal, o padre corrupto, a autoridade facciosa, o povo analfabeto, espoliado pelo governo, atropelado pela lei, absorvido pelo padre...” (Dias, 1901, p. 70). A saída de Lisboa e o abandono da actividade política parlamentar não se confundiam com alheamento da realidade ou afrouxamento das convicções políticas de um liberal nascido da geração precursora do Liberalismo, que defendera com sacrifício da própria vida. Configurava, pelo contrário, um reposicionamento da capacidade de observar a sociedade, de promover a modernidade e consolida as estruturas políticas liberais num horizonte social, económico e mental onde os propósitos referidos assumiam maior relevância. O combate pelo Liberalismo em Portugal não parecia superado, principalmente em vista da ascendência tutelar do sacerdote sobre as comunidades rurais, demonstrativa do quão rudimentar e longínquo permanecia o poder central.

Na senda de um exercício dicotómico, Malheiro Dias confrontava a concepção de Estado animado pela igualdade estruturante do Liberalismo, com o entendimento popular sobre esta estrutura e respectivos agentes. Neste retrato, o poder central

sobressaía, não como o promotor das virtualidades associadas à uniformização administrativa, judicial ou tributária, mas antes como pólo emanador dos factores de adversidade constante sentida pelas populações rurais, pois “do governo só lhe vinham impostos, tributos, exigências brutais de soldados para as fileiras e dinheiro para as despesas.[o povo] Continuava servo, votando com os amos, guiado como um rebanho submisso, sem compreensão dos seus direitos, sem consciência da sua liberdade. As lutas dos partidos, as grandes batalhas políticas, passavam-se lá ao longe, fora do alcance da sua vista. Não sabia ler, nem sabia pensar. O seu recurso permanecia o mesmo Deus do miguelismo, que dá sol para as colheitas, faz amadurecer as uvas e crescer os centieiros nos campos. O padre era o seu intermediário fiel para com Deus; com ele se via na hora da morte; a ele se confessava; dele emanava a moral que o regia; e quando as fontes secavam, era ele quem pedia a Deus as chuvas benéficas para as cearas perdidas. Ao governo pertenciam as cadeias, os impostos, os recrutamentos. Se lhe perguntassem quem escolhia para o defender, o povo responderia: o padre” (Dias, 1901, p. 136).

O trajecto descrito pelo Liberalismo não produzira alterações substantivas em parte significativa da estrutura social do país, o que explicava a prevalência do tradicionalismo enquanto corrente política actuante, ameaçando o regime vigente, ganhando força num cenário também marcado pelo advento de novas forças políticas, igualmente expressivas na sociedade portuguesa no âmbito cronológico de *Os Teles de Albergaria*.

A justaposição de antigos e novos obstáculos ao progresso do regime liberal era ilustrada pela evocação do passado recente, onde descobria as fontes de instabilidade do quadro partidário monárquico e as tendências dominantes de um futuro não longínquo. O 31 de Janeiro de 1891, aos olhos do romancista, e dez anos depois de ter ocorrido, longe de ter sido uma crise esporádica, sem repercussões a prazo, configurava um foco de preocupação e, em função disso, um estímulo objectivo à moralização dos agentes políticos, individuais e colectivos, e das práticas governativas.

Afastado em Outubro de 1904, devido à queda do governo, que foi substituído por um executivo progressista, Carlos Malheiro Dias optou por não retomar o trajecto literário anterior; talvez impelido pela motivação político-partidária, encetava uma nova etapa da sua vida, associada à imprensa periódica lisboeta de feição regeneradora. Colaborou então no jornal *A Tarde*, e teve uma presença activa no elenco inicial do *Notícias de Lisboa*, fundado por Hintze Ribeiro em 1905, tal como António Sérgio de Castro, Manuel Fratel, Alberto de Almeida Navarro, João

Costa, Alberto Sequeira Bramão, Cristóvão Aires, Eduardo Schwabach Lucci, Higinio Mendonça, José Joaquim Mendes Leal e António Maria de Queiroz Veloso.

Em Janeiro do ano seguinte, Carlos Malheiro Dias assumia a direcção artística do magazine *A Ilustração Portuguesa*, em resposta ao convite de Silva Graça, por sugestão de Eduardo Schwabach, cargo cujo desempenho, exercido até 1912 de forma ininterrupta, reforçou a proximidade entre o autor e o interesse pelo passado histórico recente. Esse cunho reflectiu-se na orientação editorial impressa pelo novo director, e a ele se ficaria a dever o novo fôlego da publicação que, desta forma, superava as dificuldades sentidas desde 1903.

As opções da direcção da revista extravasavam o ajustamento de conteúdos ao gosto do público-alvo, desejavelmente alargado, ou o apelo exercido pela História em Malheiro Dias. A linha editorial implementada na *Ilustração Portuguesa*, a partir de 1906, estribava-se nas convicções ideológicas e, em larga medida, nos objectivos políticos do seu responsável. De forma mais ou menos explícita, os conteúdos da *Ilustração Portuguesa* correspondiam à mundividência e aos esteios ideológicos do seu director, no âmbito dos quais a História tinha um papel fundamental. Da leitura dos artigos publicados na revista, entre os anos de 1906 e 1908, sobressai o paradigma do sistema político e institucional inglês com o elemento primordial do pensamento do autor. Daí a recusa liminar na violação dos princípios constitucionais, motivo pelo qual Malheiro Dias se afastou da vida partidária no decurso da experiência franquista, cujo patrocínio régio justificava na linha da visão clássica do príncipe bem formado, mas mal aconselhado. Mas nem a lealdade à Carta Constitucional nem a amizade pelo rei permitiram um alheamento completo da conjuntura política, económica e social, levando-o à crítica de largo alcance, justificada pela escolha de João Franco por D. Carlos, em 1907, no quadro das relações de forças proporcionadas pelo texto constitucional.

Embora não menosprezasse os efeitos endógenos da crise de 1891-93, nas vertentes política, social e económica, Malheiro Dias descobria causas remotas na desagregação do parlamentarismo português, através de um exercício de abordagem regressiva, onde também perscrutava as soluções, fundadas no regresso aos valores e objectivos fundamentais do Liberalismo. Na prática, apelava a uma revitalização das aspirações dos fundadores do regime, as quais foram publicitadas na *Ilustração Portuguesa* no decurso do Franquismo.

Este exercício revestia-se também de um cunho pragmático, quer no confronto entre os objectivos da organização do executivo regenerador-liberal e as suas consequências, quer ainda na capacidade de resistência da revista em

ambiente de adversidade para a imprensa, devido à suspensão dos títulos, sanção dos directores e jornalistas ou até o empastelamento das tipografias. Estranhamente, ou talvez não, *A Ilustração Portuguesa* expandia-se, tendência sintomática do bom acolhimento público da linha editorial proposta por Malheiro Dias e implementada por ele e por Rocha Martins.

Nessa orientação avultavam textos sobre efemérides (*Ilustração Portuguesa*, nº 95, 1907, pp. 23-26; nº 97, 1907, pp. 11-14), espaços ou valores associados ao Liberalismo (*Ilustração Portuguesa*, nº 61, 1907, pp. 497-499; nº 65, 1907, pp. 11-14; nº 95, 1907, pp. 7-10; nº 95, 1907, pp. 11-14). Exaltavam-se os construtores do regime liberal, como D. Pedro IV e Mouzinho da Silveira (*Ilustração Portuguesa*, nº 93, 1907, pp. 3-13; nº 94, 1907, pp. 28-33). Por seu turno, reavivava-se a projecção dos adversários da causa liberal, quer os absolutistas, quer os sectores conservadores (*Ilustração Portuguesa*, nº 48, 1907, pp. 19-27; nº 51, 1907, pp. 22-29; nº 68, 1907, pp. 10-15). Saliente-se, no entanto, o carácter anti-clerical do discurso adoptado na abordagem de temas sensíveis à luz dos cânones católicos, como o diabo (*Ilustração Portuguesa*, nº 50, 1907, p. 3-10), ou inoportunos, quanto à estabilidade da instituição eclesiástica, como o afastamento do cardeal patriarca de Lisboa (*Ilustração Portuguesa*, nº 93, 1907, pp. 16-22) – uma opção justificada por Carlos Malheiro Dias pelos efeitos dissolventes para o Liberalismo, da propaganda clerical. Nas suas palavras, o *Portugal* “o diário do Ultramontanismo tem conseguido afastar mais adeptos do regime [monárquico constitucional] do que qualquer outro dos jornais que advogam a República” (Dias, *O Século*, 1909).

Na sequência do Regicídio, Malheiro Dias impunha-se, e impunha na *Ilustração Portuguesa*, um tom moderado no discurso e na escolha criteriosa das temáticas menos polémicas. Era uma reacção natural de ajustamento ao novo quadro político nacional. Superada a experiência ditatorial franquista, as atenções de Malheiro Dias incidiam sobre o reinado de D. Manuel II, iniciado sob os auspícios funestos da morte de D. Carlos e do herdeiro da Coroa, D. Luís Filipe. Esta adequação baseava-se no reconhecimento do clima insurreccional crescente, instaurado durante o consulado franquista, e na necessidade imperiosa da monarquia em promover o refluxo das tensões sociais internas.

Malheiro Dias perfilhava o espírito do ministério liderado pelo Almirante Ferreira do Amaral, a “Acalmação Nacional”, à qual correspondia em função dos desafios do reinado manuelino: dar a conhecer o novo rei e construir, em torno dessa figura, uma imagem de credibilidade. Era uma tarefa árdua mas imprescindível, segundo o entendimento do autor, para minorar a crise institucional

monárquica e a eventualidade – ou inevitabilidade – de uma mudança política com prejuízo do regime monárquico.

D. Manuel II constituía a derradeira oportunidade de prevalência do constitucionalismo monárquico, premissa interiorizada por Malheiro Dias e traduzida no processo de construção da imagem pública do jovem recém-coroadado. Este exercício, presente no livro *Quem é o Rei de Portugal?*, onde coligia os artigos sobre o mesmo tema (e com o mesmo título) publicados na *Ilustração Portuguesa* entre 27 de Abril e 15 de Junho de 1908 – nº 114, de 27 de Abril, nº 115, 4 de Maio, nº 116, de 11 de Maio, nº 117, de 18 de Maio, nº 118, de 25 de Maio, nº 119, de 1 de Junho, nº 120, de 8 de Junho e nº 121, de 15 de Junho. Essa obra fundava-se numa reinterpretação dos caracteres comumente identificados no rei e objecto de crítica entre os sectores anti-monárquicos. Sublinhava as características endógenas a D.Manuel II – a juventude, a circunstância de ser filho segundo do casal régio, a falta de preparação para o exercício das funções e a inexperiência institucional. Além dos factores exógenos à figura régia mas determinantes do seu desempenho – os condicionalismos políticos e partidários, as condições económicas e a instabilidade social – aspectos aos quais o autor procurava dar respostas no decurso da recomposição da figura régia. Era um exercício onde a História cumpria a função de proporcionar um repositório vasto, de experiências susceptíveis de impulsionar afinidades e empatias entre a sociedade portuguesa e o jovem coroadado.

O mesmo universo histórico habilitava o autor a uma nova visão dos acontecimentos trágicos que conduziam D. Manuel II ao trono, estabelecendo um paralelo com o seu homónimo do séc. XVI, cujo cognome de «Venturoso» se devia à improbabilidade em ser coroadado. Mas que, todavia, viria a sê-lo, para proveito do país que conduzia ao apogeu das glórias marítimas e da prosperidade económica, na senda do qual concluía: “actualmente os tempos são outros, bem diversos sobre todos os pontos de vista. Mais ainda há lugar para uma esperança: no rei, pela sua juventude; para uma grande fé na sorte do país, se o Rei for bom e justo” (Dias, 1908, p. 3). Esta afirmação sintetizava a orientação editorial que vigorou na *Ilustração Portuguesa* até à implantação da República, com a reconstituição de quotidianos reais, a ênfase aos périplos de D.Manuel no país, a exaltação da conduta do monarca em momento de adversidade extrema, a par dos aspectos singulares. Tudo isso cumpria o propósito de estabelecer elos legitimadores, desprovidos de interlocutores, entre o primeiro servidor do Estado e todos quantos o constituíam.

No afã de construir uma imagem benigna do novo rei, Malheiro Dias almejava a redefinição dos valores e das práticas institucionais do constitucionalismo

monárquico no sentido da maior humanização do exercício do poder e da representação do Estado. Tal esforço era um contraponto à tendência preponderante na última fase do reinado anterior, com o Franquismo, sobre a qual Malheiro Dias não se coibia em tecer críticas duras. Nas páginas de *A Ilustração Portuguesa*, o escritor apresentava João Franco como responsável, directo e até exclusivo, do que apelidava de Revolução. Decerto, não se eximia da destringência entre os problemas estruturais do sistema político português – os motivados pela “fatalidade histórica” da adopção precoce do Liberalismo em Portugal – e os factores conjunturais que haviam gerado as mortes de D. Carlos I e D. Luís Filipe, que atribuía ao consulado franquista, sobre o qual fazia incidir ónus sucessivos: o de impulsionar uma viragem decisiva do discurso, dos métodos e, principalmente, dos objectivos dos sectores republicano, socialista e anarquista ou de motivar o clima insurreccional endémico na sociedade portuguesa da época, conforme uma abordagem retrospectiva.

Malheiro Dias não se dispensava de um périplo pelas formas de exercício do poder oitocentistas, de onde extraía o paradigma da ditadura virtuosa, corporizada por Mouzinho da Silva. Em contraste, a experiência cabralista surgia como representativa da utilização errónea da autoridade, improcedente nos seus efeitos práticos. Deste confronto resultava a especificidade franquista ao qual, o esboço de tipologia não parecia aplicável tendo em conta a avaliação deficiente da conjuntura política da época, a distorção dos propósitos da governação e o protagonismo impertinente da figura real, ao arrepio da visão estrita sobre as competências do poder moderador. Como esclarecia aos leitores de *A Ilustração Portuguesa*, no primeiro vector “um governo hábil e moderado, que respondesse à campanha dos republicanos com um vasto programa de administração, deixando ao tempo, arrefecer as paixões políticas, teria facilmente obtido de uma vez mais debelar o perigo e desarmar os inimigos perante o anseio da paz, do trabalho e do progresso que dominava todos os espíritos” (Dias, *Quem é o Rei de Portugal*, nº 120) motivos que fundamentavam o apoio de Carlos Malheiro Dias às iniciativas regeneracionistas de António Teixeira de Sousa, conforme as intenções expressas por este presidente do ministério em 26 de Junho de 1910. Em declarações a Júlio Sanwein, jornalista francês do *Matin*, reproduzidas em *O Mundo*, Teixeira de Sousa afirmava as suas convicções como liberal, traduzidas numa apetência pela política reformadora de alcance tão imediato quanto possível. Explicava: “a minha primeira reforma será a reforma constitucional, a qual terá por fim a criação de um senado misto, em parte efectivo, condição indispensável

ao progresso do país. A instituição do júízo criminal será substituída por uma instrução contraditória onde aos incriminados serão concedidas todas as garantias. Os processos de imprensa passarão a ser julgados por vias ordinárias [...]. Será também de urgência fazer uma lei eleitoral para que as eleições realmente signifiquem a expressão exacta do pensamento do país.” (Sousa, *O Mundo*, 1910, p. 1). A estas reformas juntar-se-iam as preconizadas pelo responsável da Fazenda Anselmo de Andrade (Andrade, 1911).

Quanto à segunda ideia-chave da crítica, confrontava metodologias de governação “sabido que a função do governo é de defesa e nunca de agressão” para concluir sobre as origens do movimento insurreccional – “foi o governo que, ateando o conflito com a opinião pública, forçou o partido republicano a substituir o critério evolutivo pela propaganda revolucionária. Quem criou a revolução foi, de facto, o governo” (Dias, *Quem é o Rei de Portugal*, nº 120). No entanto, o erro maior do executivo franquista consistiu em permitir e/ou suscitar a centralidade política e partidária renovada, não inédita, da figura real, no contexto da ditadura. Nessa solidariedade, assumida de moto próprio por D. Carlos por entendê-la como a síntese natural, no plano político, das necessidades do país e da vontade da nação, Malheiro Dias observava uma fase nova e agudizada do processo de desagregação do constitucionalismo monárquico português, traduzido na dependência estrita e desresponsabilização do líder do governo face do chefe de Estado, com impacto pernicioso na imagem do último enquanto titular exclusivo do poder moderador.

Esta premissa, onde se vislumbrava a crítica às teorias do engrandecimento do poder real preconizadas por Oliveira Martins em final de Oitocentos, constituía o mote estruturante na caracterização do reinado seguinte, o de D. Manuel II, cuja inexperiência governativa significava, paradoxalmente, a garantia de um recomeço sem atropelos à ordem constitucional, coadjuvado ainda pelo afastamento parcial dos factores determinantes da impopularidade interna de D. Carlos e, por extensão, do Regicídio.

Esta certeza, patente nas páginas da *Ilustração Portuguesa* e em *Quem é o Rei de Portugal?*, ditava um processo de transmutação do jovem rei numa convergência perfeita entre o legado de D. Pedro V “no seu amor pelo povo e respeito pela lei” e a austeridade de D. Duarte “que a adversidade entristeceu de azedume e pessimismo” (Dias, 1908<sup>1</sup>, p. 73).

Implantada a República e defraudado o regresso tardio à actividade política, Malheiro Dias remetia-se à condição de mero observador da realidade portuguesa

depois de 1910, assumindo esse estatuto na esteira de um exercício anterior, o de cronista dos quotidianos lisboetas, levados ao público portuense sob a forma de “Cartas de Lisboa”, nas páginas do *Comércio do Porto*, agora com uma nova metodologia, apresentada como objectiva, distanciada e descomprometida do regime republicano. Ousava fazer uma leitura do tempo presente através do recurso a instrumentos de análise histórica cujos resultados, coligidos em três volumes, deixavam antever as convicções políticas do autor, expressas em ambiente hostil a críticas à República. Principalmente se as mesmas críticas se repercutissem além do espaço nacional e desenhasssem uma imagem de turbulência, agitação e intolerância republicanas, distante da situação ordeira matizada com excessos revolucionários esporádicos. Em Novembro de 1913, Malheiro Dias via-se compelido a abandonar Portugal e instalar-se no Brasil, uma decisão à qual não foram alheias as prosas publicadas no *Correio Paulistano*, onde abundavam os paralelos entre a mudança de regime em Portugal e a Revolução Francesa de 1789. Nesses textos, redefinia a sua abordagem crítica, construída em torno do regime monárquico constitucional na primeira década do séc. XX. Perceptível aos republicanos, este género cronístico, forjado com o recurso à História, era um fenómeno de resistência política e, simultaneamente, multiplicador de reacções adversas à República numa sociedade com índices de ruralidade elevados aos quais correspondiam um quadro mental conservador e arreigado aos valores e instituições católicas.

O regresso ao Brasil, em 1913, marcou uma viragem no percurso do autor, centrada no dinamismo cultural da colónia portuguesa aí residente como no reforço dos caracteres identitários entre Portugal e o Brasil, uma aspiração constante desde a primeira década do séc. XX, enfatizada pelo ambiente intelectual em evidência depois da Grande Guerra, propício à exaltação dos factores culturais, linguísticos e históricos enquanto elemento aglutinante para a constituição de grandes comunidades políticas e institucionais. A comunhão de interesses e valores implicava a aplicação do modelo confederativo às realidades portuguesa e brasileira, uma proposta definida por Bettencourt Rodrigues da seguinte forma: “Se uma origem comum, se uma mesma língua como órgão de consciência colectiva – eco do passado, voz do futuro e não somente verbo como diz de Amicis, mas a própria essência da pátria – são factores de agrupamento e de unidade social, outros factos não menos imperiosos concorrem para que entre Portugal e Brasil se estabeleçam os mais sólidos vínculos de solidariedade” (Bettencourt-Rodrigues, 1923, p. 182). A Malheiro Dias, o projecto merecia um entusiasmo moderado: “não obstante, de qualquer modo que venha a produzir-se no futuro

o entendimento preconizado em Portugal pelos srs drs Bettencourt Rodrigues e Coelho de Carvalho, e no Brasil pelos srs dr. Alberto Seabra e Medeiros Albuquerque, na rota dos interesses atlânticos traçada pela vidência do poeta João de Barros e audazmente percorrida pelo avião de dois heróis, esse acontecimento só encontrará condições de viabilidade quando recobramos a plenitude do nosso prestígio; tivermos valorizado os nossos recursos próprios; aplacarmos as nossas mesquinhas discórdias intestinas e atinjamos de novo a coesão” (Dias, 1924, pp. 202-203). O sucesso do esforço conjunto entre Portugal e o Brasil dependeria de um movimento prévio e unívoco do primeiro favorável ao desenvolvimento (i)material do espaço nacional.

Esta reserva não o impediu de protagonizar um projecto editorial ambicioso, de natureza historiográfica, a propósito do qual pugnou pela comunhão das elites intelectuais de ambos os países de língua portuguesa. Ao comentar as expectativas de Bettencourt Rodrigues em 1924, Malheiro Dias discorria sobre a sua experiência nesta iniciativa, cujos primórdios remontavam a 1917, data da constituição da empresa formada pelo autor e Albino de Sousa Cruz para o financiamento da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Era uma obra com dimensões simbólicas múltiplas, quase contraditórias, a propósito da efeméride comemorada, a independência do Brasil. Ou talvez não, se considerado aquele país como resultante da mundividência portuguesa e do passado histórico nacional. Celebrar o Brasil em 1922, significava assinalar um período áureo da História nacional e salientar o testemunho coevo do mesmo, consumado na integridade territorial da antiga colónia, autónoma depois de equiparada a reino, e no seu percurso nos cem anos de independência. Esta perspectiva analítica legitimava a abordagem europocêntrica traduzida na afectação integral do primeiro volume aos Descobrimientos Portugueses. O contributo português foi imprescindível no processo civilizacional, responsável pela criação de uma comunidade de contornos específicos, subsidiária também dos padrões socio-culturais da “civilização europeia continental”. Por constituir um elo entre dois espaços de cuja simbiose resultou uma nacionalidade nova, Malheiro Dias asseverava: “A história da criação do Brasil nunca poderá deixar de interessar no mesmo grau a Portugueses e Brasileiros, pois se a estes pertence de direito e de facto a propriedade da grandiosa nacionalidade constituída, a obra de gestação é portuguesa e nela se perpetua a glória do ciclo épico das navegações e dos périplos lusitanos e as imponentes capacidades colonizadoras de uma raça” (Dias, 1922, p. IV). Esta premissa justificava o âmbito cronológico da obra, alargado aos sécs XVII a XIX,

não cumprido. Mais, induzia a uma análise das temáticas tratadas (relativas aos sécs XV e XVI) onde o predomínio das vertentes política, diplomática e militar a inscreviam no domínio historiográfico tradicionalista, onde também pontificava a influência positivista, patente na abordagem de percursos individuais cuja valia se projectou nas dimensões espacio-temporais. Sem prejuízo do interesse manifesto pela organização administrativa do território, pela valência tecnológica decorrente da expansão portuguesa ou pelos fluxos comerciais gerados no espaço brasileiro. Concebida como iniciativa editorial de referência no panorama historiográfico nacional, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* assinalava o ingresso de Carlos Malheiro Dias no exercício historiográfico pleno, embora tardio, se aferida a ligação estreita do autor à História, e pontual, como se depreende das opções posteriores, onde o estudo da evolução histórica readquiriria uma feição supletiva, constante até à década de vinte.

A polémica com António Sérgio em torno da figura de D. Sebastião, na esteira da publicação do livro de Antero de Figueiredo, revelava uma nova etapa da relação estabelecida por Malheiro Dias com a História. Num contexto de negação do projecto liberal (quer na formulação monárquica quer republicana) na sociedade portuguesa, o autor enfatizava uma matriz estruturante do seu pensamento, associada ao valor da capacidade de superação e de sacrifício do indivíduo. Estes eram os factores determinantes do heroísmo, conforme explicava já em 1907, nas páginas da *Ilustração Portuguesa* (Dias, nº 47, 1907, p. 16-21), perspectiva que opunha ao racionalismo de António Sérgio, fundamentada na função cívica da conduta exemplar e da pertinência do culto aos grandes homens integrada no âmbito dos desígnios nacionais. Eivada de um nacionalismo corrente na época, a orientação de Malheiro Dias dava precedência aos intuítos de auto-preservação do todo colectivo e menor relevo à justeza das opções políticas ou aos desfechos funestos de campanhas militares.

## Bibliografia

- “O Medo é uma doença”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 47, 21 de Janeiro, pp. 16-21.  
 “A Tortura e o Combate ao Serviço da Justiça”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 48, 21 de Janeiro, pp. 19-27.  
 “A linda cómica e fantástica do Diabo”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 50, 4 de Fevereiro, pp. 3-10.  
 “O Entrudo Contemporâneo”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 51, 11 de Fevereiro, pp. 22-29.

- “O Almirante Rutter em Lisboa”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 61, 22 de Abril, pp. 497-499.
- “Como Lisboa recebeu Filipe II”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 65, 13 de Maio, pp. 11-14.
- “A nobreza e a arte em Portugal”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 67, 3 de Junho, pp. 10-15.
- “Os descendentes de D.Miguel”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 68, 10 de Junho, pp. 713-723.
- “Portugal Católico- O mistério da resignação”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 93, 2 de Dezembro, pp. 16-22.
- “Os Amores de Carlota Joaquina”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 93, 2 de Dezembro, pp. 3-13.
- “Quanto custa a liberdade?”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 94, 9 de Dezembro, pp. 28-33.
- “Da invasão francesa à Concentração Liberal. História de um Velho Palácio”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 95, 16 de Dezembro, pp. 7-10.
- “Quem era Cromwell?”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 95, 16 de Dezembro, pp. 11-14.
- “Uma Sessão Parlamentar em 1822”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 95, 16 de Dezembro, pp. 23-26.
- “A Sessão Real de Abertura das Cortes em 1842”, *Ilustração Portuguesa* (1907), nº 97, 30 de Dezembro, pp. 11-14.
- ANDRADE, Anselmo de (1911), *Relatórios e propostas de Fazenda: Banco de Portugal, Direitos Pautais em ouro, Mobilização de valores do Estado, Contribuição Predial, Contribuição de Registo*, Coimbra, F. França Amado.
- DIAS, Carlos Malheiro (1894), *Cenários – fantasias sobre História Antiga*, Rio de Janeiro, Joaquim da Cunha ed..
- (1901), *Os Teles de Albergaria*, Lisboa, Livraria Tavares Cardoso.
- (1908<sup>1</sup>), *Quem é o rei de Portugal?*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand.
- (1908<sup>2</sup>), “Rei Posto”, *A Ilustração Portuguesa*, nº 104, 17 de Fevereiro, p. 3
- (1909), “A Ilustração Portuguesa e o Portugal”, *O Século*, 23 de Setembro, p. 1
- (1910), “Quem é o Rei de Portugal?”, *Ilustração Portuguesa*, nº 120, 8 de Junho de 1910.
- (1921), “Introdução”, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, Porto, Litografia Nacional.
- (1924), “Relações Luso-brasileiras. Quimeras e Realidades. Comentários à Margem do Livro do Sr. Bettencourt Rodrigues: uma Confederação Luso-Brasileira”, *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, fascículo II, pp. 202-203.
- LEITÃO, Joaquim (1901), *A Peste. Aspectos Morais da Epidemia Nacional*, Lisboa, Livraria Central.
- MAGALHÃES, Valentim (1893), *A Semana*, Rio de Janeiro, nº 7-8, 23 de Setembro.
- NUNES, Teresa (2009), *Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes*, pref. de António Ventura, Lisboa, Centro de História/Caleidoscópio.
- O Mundo* (1910), ano X, nº 3472, 1 de Julho, p. 1



# OS INÍCIOS DA HISTÓRIA NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA: QUEIRÓS VELOSO, OLIVEIRA RAMOS E AGOSTINHO FORTES

Hugo Gonçalves Dores\*

Este texto resulta da investigação realizada no contexto do Mestrado em História Contemporânea e da dissertação intitulada *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*, em 2008. Partindo deste trabalho, optou-se por centrar esta exposição na obra dos três primeiros docentes de História da faculdade: José Maria Queirós Veloso, Manuel Oliveira Ramos e Agostinho Fortes.

Os três professores dominaram o então chamado Grupo de História, entre 1911 e 1930, representando cada um deles tendências distintas no modo de entender a História. Neles encontramos as influências da historiografia positivista e republicana, da historiografia erudita e metódica, além da marca incontornável de Alexandre Herculano.

Dentro de um âmbito alargado, a História ensinada e divulgada na Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1911 e 1930, é devedora da historiografia liberal e laica vinda do século XIX, em oposição a uma historiografia de tendência mais conservadora (como a de Fortunato de Almeida) ou de feição mais nacionalista (como a dos integralistas ou a desenvolvida no Estado Novo). Na historiografia liberal está sempre presente a figura de Alexandre Herculano, a importância atribuída às fontes documentais e uma certa visão crítica do processo histórico. Na obra dos três docentes perscruta-se pelo menos um dos pontos acima referidos, o que representa a principal ligação entre o pensamento de cada um dos autores. Mantêm uma visão laica da História, não procurando razões teológicas para explicar os acontecimentos históricos, recuperando a crítica ao papel da Igreja, nomeadamente Agostinho Fortes com o ataque ao catolicismo tridentino

---

\* Bolseiro FCT, doutorando do PIUDH

e mesmo Queirós Veloso, menos crítico, não deixa de apontar o dedo à acção negativa da Inquisição em Portugal e no Império.

### **Agostinho Fortes (1869-1940)**

Dos três autores aqui referidos foi o único a ter formação superior em Humanidades, tendo sido aluno no Curso Superior de Letras (matriculou-se em 1888/89). Ingressou no mundo político com filiações ao republicanismo, tendo integrado a administração republicana da Câmara de Lisboa em 1908, como vereador. Já na República chegaria a senador (1915-1919). Foi o último professor a integrar o Curso Superior de Letras em 1910, havendo concorrido à escola em 1904, naquele que foi o último concurso de admissão de docentes do Curso. Ficou em segundo lugar, perdendo o lugar para Oliveira Ramos. Passaria depois para a Faculdade de Letras como professor e seria escolhido como seu primeiro secretário.

Agostinho Fortes apresentou no concurso de admissão o trabalho *O Helenismo ou a persistência da cultura helénica através da civilização*, onde se nota o seu apreço por temáticas de história clássica e por preocupações de cariz histórico-evolutivo da civilização, não só europeia, mas de toda a bacia do Mediterrâneo, incluindo a cultura árabe e a sua descoberta, durante os séculos VIII e IX, da cultura grega clássica. Por outro lado, e como frisou Ferreira de Almeida, “o título indica bem a sua constante preferência pelos assuntos de ordem e interesse gerais” (Almeida, 1940, p. 397). Nos anos seguintes ao concurso e, depois da sua admissão na Faculdade de Letras, vai produzir um conjunto de obras que demonstram essa predisposição para interesses gerais, com incidência sobre problemáticas históricas contemporâneas.

Para este professor, e seguindo a tradicional historiografia liberal e republicana, Portugal vivia desde meados do século XVI uma profunda crise que se reflectia nos vários sectores da sociedade e havia provocado o processo de decadência que o país ainda vivera no século XIX. No capítulo que escreveu para a *História do Regime Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor, Agostinho Fortes traça as causas que desencadearam a crise do país, marcando o incremento da Expansão como um factor determinante nesse processo. Com a procura da riqueza fácil nas terras do Oriente, os portugueses, saindo do campo, provocaram o declínio da produção agrícola e rapidamente se desligaram dos mecanismos de

desenvolvimento nacional e das questões políticas (Fortes, 1930, p. 102). Aqui, não deixa de ser relevante comparar a visão que Oliveira Martins imprime na sua *História de Portugal*, com o entendimento de Fortes referente a esta época (Martins, 1972, p. 321). Parece, pois, que o autor de *Portugal Contemporâneo* viria a influenciar a própria visão do professor da Faculdade sobre o estado decadente do país. E mesmo mencionando o brilhantismo da época quinhentista, com o prestígio da Universidade e a sua notável docência nacional e estrangeira, Fortes tem sempre em mente o desacelerar do processo evolutivo para a constituição de uma sociedade melhor, num período de reforço do poder real, através da sujeição da nobreza e do controlo dos poderes municipais.

A subida ao trono de D. João IV, em 1640, apenas serviu para prolongar o estado letárgico que o país vivia desde o século anterior, mantendo-o durante o seguinte. Durante esses três séculos, apenas a “acção enérgica de Pombal [...] deu fugazmente semelhança de vida”, mas, assim, que foi “contrariada e suspensa a iniciativa pombalina” (Fortes, 1910, p. 13), o cenário desolador manteve-se com a miséria do povo, a luxúria do clero, a ineficácia da corte, a perseguição aos intelectuais e às ideias estrangeiras que no final de Setecentos entravam no país. É uma visão deveras pessimista, de um país onde “uma rainha, caída nas trevas da loucura, era como o símbolo perfeito e exacto de uma nacionalidade que quase se diria já não existir” (Fortes, 1910, p. 14). Com a entrada no novo século, onde fervilhavam os novos ideais revolucionários, a decadência do país agudizava-se rapidamente, nas palavras de Fortes, primeiro com a saída da família real para o Brasil, a entrada das tropas de Junot e depois com a aliança com os Ingleses, que desembocaria na “nossa subserviência para com a Inglaterra” (Fortes, 1930, p. 144).

Foi neste contexto que, segundo Agostinho Fortes, viria a ocorrer “um dos mais notáveis acontecimentos da história pátria” (Fortes, 1932, p. 6), quando a 24 de Agosto de 1820, “no Porto a liberdade conseguiu triunfar e o constitucionalismo radical, adaptação acomodativa dos princípios políticos de 1789, deu pela primeira vez em Portugal um documento nacional ousadamente proclamador da supremacia da soberania popular, a Constituição de 1822” (Fortes, 1910, p. 16). Num discurso que evidencia os seus próprios ideais políticos, o professor da Faculdade de Letras de Lisboa, mantém toda a propaganda liberal e republicana sobre o processo histórico português. A Revolução de 1820 era, assim, o primeiro passo “de uma cadeia de lutas pelo ressurgimento pátrio, em holocausto do qual muitas e sacrossantas vítimas têm caído; 1820 é o precursor luminoso da Revolução de Setembro de 1836, da Maria da Fonte e do 5 de

Outubro de 1910” (Fortes, 1932, p. 64), ou seja, o acontecimento que marcava uma nova fase da vida nacional, extirpando a Pátria da decadência letárgica que mergulhara no século XVI.

Numa obra de 1933, Agostinho Fortes identifica Portugal como factor principal da civilização moderna, referindo a data de 1415 como o início da Idade Moderna, apesar de toda a subjectividade que atribui à escolha de acontecimentos particulares como determinantes para o estabelecimento de divisões entre períodos históricos. Para ele a necessidade de escolha de tais limites foi “imposta pelo acervo de factos constituintes da vida histórica [levando os] historiadores à organização de épocas ou idades históricas, adoptando para o efeito critérios diferentes, mais ou menos plausíveis, mas todos eles susceptíveis de conduzir ao erro de se supor que, na vida colectiva da Humanidade, há meatos, há interrupções e quebras” (Fortes, 1933, pp. 5-7).

A sua caracterização do século XV europeu, período em que se inicia definitivamente o início dos tempos modernos, é pontuada por frequentes conflitos bélicos: a fase final da Guerra dos Cem Anos, as guerras civis inglesas (Guerra das Duas Rosas), as disputas no Império, as rivalidades entre os *condottieri* italianos, a queda de Bizâncio, o avanço dos Otomanos. Em oposição a esta realidade fragmentada e conflituosa, surgia Portugal “definitivamente constituído como unidade nacional, organismo político de aparelhos completamente formados” (Fortes, 1933, p. 67). A abordagem feita por Fortes não procura a simples factologia militar e a narração das batalhas, mas incide sobre o entendimento do processo europeu na passagem da Idade Média para a Modernidade.

O processo político desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII, marcado pelo recrudescimento do Absolutismo baseado no poder divino dos reis, seria travado pelo desenvolvimento do Iluminismo setecentista e pelo deflagrar da Revolução Francesa, vistos como um “estremeção que sacudiu a Europa” (Fortes, 1910, p. 13). Com o início do século XIX, inaugurava-se uma época marcada pela luta do Liberalismo, tema caro aos intentos pessoais do professor.

Sobre o processo que se desenrolara desde 1815, após a derrota do “megalómano Napoleão, curioso tipo de criminoso social” (Fortes, 1910, p. 13), Fortes entendê-lo-ia como a “luta entre um passado retrógrado e aviltante da dignidade humana e um futuro cheio de esperanças e de liberdade [...] até que um dia [...] a liberdade exista sobre a terra sem sofisma nem hipocrisias, e os homens, de um extremo ao outro do orbe, pela primeira vez, se abracem como bons irmãos” (Fortes, [s.d.], p. XV).

Dois testemunhos do professor (Lopes, 1916 e Fortes, 1930a) permitem-nos compreender o seu entendimento sobre o fenómeno religioso e a importância que este tinha no estudo da realidade social. Entende que se trata de um fenómeno evolutivo que se foi desenvolvendo no homem ao longo dos tempos, sendo estudado “tão miudamente que possa chegar à constituição de um sistema e à organização, portanto, de uma ciência” (Fortes, 1930a, p. 6), a Hierologia. Para Fortes, o estudo das religiões não seria possível recorrendo às tradicionais explicações dadas pela Teologia, pois a sua visão fragmentária e isolada do fenómeno religioso impossibilitava um conhecimento pleno do mesmo. Este conhecimento só seria passível de ser estruturado através de uma concepção evolutiva desse fenómeno, entendendo que “hoje, esta ciência está constituída, mercê da criação da sociologia, e da aplicação de métodos científicos ao estudo das religiões, estudo cuja proficuidade seria nula se, além da comparação da qual proveio a generalização, não se houvera aplicado aos resultados assim obtidos a ideia de evolução” (Fortes, 1930a, p. 6).

Ao abandonar o estudo tradicional da religiosidade, Agostinho Fortes vai também pôr de parte o princípio da revelação divina, como defendeu no prefácio que escreveu para a obra de Joaquim Lopes, intitulada *A Moderna Crença Religiosa. Subsídios para a História das Religiões*. Partindo do princípio que as religiões eram “o produto da actividade individual e colectiva do homem” (Lopes, 1916, p. IX), o professor afirma, sobre o dogma da criação, que “a verdade está, precisamente, no lado oposto, isto é, que o homem é que criou e continua a criar deus ou deuses à sua semelhança” (Lopes, 1916, p. IX). Por conseguinte, o professor defendia a formação da realidade religiosa através da observação, do estudo e do entendimento do Homem, ao longo dos tempos.

Também não seria estranha, na leccionação desenvolvida por Fortes, uma certa crítica ao clericalismo português, resultado da influência da historiografia laica e republicana e que apontava a Igreja Católica, na sua componente tridentina, como um dos vectores originais da decadência do país. Contudo, este entendimento do factor religioso viria a ser mal visto e censurado à medida que o país avançava para uma solução política cada vez mais conservadora e autoritária. O ministro da Educação, Gustavo Cordeiro Ramos refere a Salazar que a cadeira de História das Religiões “só servia para o Prof. Agostinho Fortes fazer propaganda jacobina e irreligiosa” (ANTT, AOS, 1929), justificando assim a extinção da cadeira. Porém, na sua obra, do início dos anos trinta e que tinha como objectivo a educação popular, Agostinho Fortes explicava que “no estudo do fenómeno religioso [...], ninguém veja intuítos de combate contra este ou

aquele sistema religioso, nem espírito de iconoclastismo ou proselitismo” (Fortes, 1930, pp. 8-9). Mas a sua análise, nomeadamente do catolicismo, é, por vezes, um discurso crítico e combativo.

Defende o processo evolutivo da Humanidade, que caminha para a concretização de uma sociedade mais justa, representada no estabelecimento da democracia republicana. Por conseguinte, apresenta uma narrativa mais interventiva e, especialmente, negativa da História de Portugal. Vai reafirmar a tese sobre a decadência nacional desencadeada no século XVI pelos excessos da Expansão, o domínio das mentalidades pelo catolicismo, o afastamento das camadas populares dos círculos de governação e pela crise política iniciada com a morte de D. Sebastião. A decadência social, moral e política descrita por Fortes manter-se-ia até ao século XIX. Mesmo tratando-se, claramente, da influência das teses hercúleas e dos historiadores de feição republicana, a visão crítica de Agostinho Fortes parece aproximar-se expressivamente da narrativa de Oliveira Martins.

Fortes retomaria o discurso crítico da historiografia liberal sobre a decadência do país e a propensão republicana para o estudo da história contemporânea, desenvolvendo as suas concepções historiográficas sob a influência da perspectiva republicana e dos ensinamentos de Teófilo Braga (Serrão, 1986, p. 177). Seguidor do pensamento positivista e evolucionista, refere que “a humanidade, por muito que os pessimistas digam o contrário, avança; a sua marcha progressiva para uma época de paz, de concórdia e de amor, é incontornável” (Fortes, [s.d.], pp. XIII-XIV). Apesar de declarações críticas a visões pessimistas, parte do seu discurso historiográfico não deixa, curiosamente, de transportar imagens negativas do homem e da história.

### **Oliveira Ramos (1862-1930)**

Manuel Oliveira Ramos iniciou-se na carreira militar (Escola do Exército), seguindo para a Universidade de Coimbra, onde frequentou a Faculdade de Matemática. Foi professor no Colégio Militar, no Liceu de Lisboa e do príncipe D. Luís Filipe, entrando para o Curso Superior de Letras para a nova cadeira de História Antiga, da Idade Média e Moderna, em 1904, depois do concurso onde também participou Agostinho Fortes.

Nesse concurso apresentou, o estudo *Origens Europeias – esquema etno-histórico*, que na opinião de Busquets de Aguilar era “um estudo muito sumário acerca

do início da Europa medieval, um esquema para uma obra mais desenvolvida” (Aguilar, 1939, p. 268). O próprio candidato esclarecia que “este trabalho podia e devia talvez intitular-se *Notas para um programa de questões etno-históricas relacionadas com as origens da Europa moderna*” (Ramos, 1904, p. 3). Oliveira Ramos defende a importância do carácter evolutivo de inspiração spenceriana no processo histórico (Ramos, 1904, p. 7), sublinhando que os acontecimentos eram consequências de múltiplas causas, diminuindo o papel das grandes figuras na complexidade do devir civilizacional, como defendiam certos positivistas. Na sua obra, o primeiro professor de História de Portugal da Faculdade de Letras de Lisboa utiliza o conceito de evolução para expor a sua ideia do acontecimento de longa duração (Ramos, 1904, p. 38), em oposição ao conceito de facto histórico de curta duração ocorrido num momento preciso e particular e resultado de causas directas e concretas. Todavia, esta fase historiográfica inicial mais próxima de conceitos ligados ao positivismo vai sendo paulatinamente superada por um interesse cada vez maior na medievalidade portuguesa e na obra de Alexandre Herculano.

Oliveira Ramos referiu que Alexandre Herculano “foi, não só e essencialmente um medievista, mas o renovador do estudo da Idade Média portuguesa [e] que quase todo o trabalho dos seus continuadores se inspirou fundamentalmente no seu método e nas suas ideias” (Ramos, 1929a, p. 41).

Porém, e com base nos seus escritos, Oliveira Ramos não repetiria a lição herculaneana sobre as origens da Nação. Recorrendo às obras do mestre, mas também àquilo que a historiografia da época produzia (inclusivamente dos seus colegas da Faculdade de Letras, como Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga ou Adolfo Coelho), o professor teria “actualizado” a posição defendida por Herculano, que, aliás, vinha sendo criticada desde a década de 1870. Ao lado da tese revolucionária de Herculano, na qual o motor da independência nacional fora a rebelião de D. Afonso Henriques contra a autoridade leonesa, Oliveira Ramos vai expor o assunto de uma forma mais complexa, defendendo que “a independência portuguesa tem causas muito profundas, umas de carácter étnico, outras de carácter geográfico e outras, finalmente, de natureza histórica” (Ramos, 1929b, p. 484) baseando-se em trabalhos e investigações posteriores à obra de Herculano. O docente teria tido em atenção, a recente opinião de Paulo Mêrea exposta numa monografia de 1925 que se opunha à tese revolucionária como motor da independência portuguesa. O professor da Faculdade de Direito de Lisboa afirma que esta não foi o “produto de uma atitude de rebelião, mas um

acto juridicamente legítimo, cujo título era o dote de D. Teresa” (Mêrea, 1925, pp. 169-178), sendo, por isso, difícil negar o carácter hereditário da concessão feita pelo monarca leonês a D. Henrique. Todavia, Oliveira Ramos, tendo em atenção o aspecto legal ligado ao dote da filha de Afonso VI, não deixa de sublinhar, que “terra hereditária, jurisdição hereditária, não excluía de modo algum a subordinação do conde ao rei de Leão” tornando a secessão portuguesa “um acto ilegal, uma longa insurreição, quase diríamos uma insurreição por evolução” (Ramos, 1929b, p. 487). Parece, pois, que o medievalista dos anos vinte não havia esquecido as lições positivistas sobre o carácter evolutivo da História, incrementando a complexidade das questões relacionadas com as origens de Portugal.

Assim, Oliveira Ramos concilia a propensão autonomista da população que habitava o território português (mantendo a influência de Herculano) com o papel exercido pela ambição do conde D. Henrique.

A tese de Alexandre Herculano sobre a origem e formação de Portugal e contrária à sua ascendência lusitana tenderia, pois, a ver-se afastada na Faculdade de Letras de Lisboa nestas duas primeiras décadas, com o ensino de Leite de Vasconcelos na cadeira de Arqueologia, de Teófilo Braga na cadeira de História da Literatura Portuguesa e de Adolfo Coelho presente em diferentes cadeiras de Filologia Românica. Aliás, este fora um dos primeiros autores a criticar a posição de Herculano sobre o assunto, acusando-o, precisamente, de não ter em atenção o ponto de vista linguístico (Matos, 2002, p. 126). Todos estes autores apontavam a Herculano a excessiva preocupação com os aspectos políticos e a despreocupação com os aspectos etnográficos, linguísticos, arqueológicos. E até mesmo Oliveira Ramos sublinha a importância de vários aspectos, como os geográficos (o determinismo defendido por Réclus e continuado por Silva Teles, professor no Grupo de Geografia da Faculdade de Letras), étnicos ou históricos, com relevo para o pensamento de Mêrea.

Oliveira Ramos, apesar de dedicado medievalista, não deixou de ver na epopeia portuguesa um importante feito mundial. Com a presença dos ensinamentos de Alexandre Herculano, o professor recuaria à Idade Média para situar os antecedentes da expansão nacional (Ramos, 1929a, p. 53).

Porém, Oliveira Ramos era menos crítico que o seu inspirador, procurando, de facto, valorizar a imensa campanha ultramarina desenvolvida pelo país nos séculos XV e XVI. Além de ver a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, como “uma das maiores empresas marítimas da época moderna, talvez a maior se considerarmos sob certos aspectos”, esta teria permi-

tido “o alargamento excepcional dos horizontes da intelectualidade portuguesa” (Ramos, 1931, p. 574 e 589). Em suma, para Oliveira Ramos, a “viagem de Gama, unindo numa larga relação os três grandes componentes do antigo continente, teve para a história da civilização e das relações entre os homens, consequências não igualadas por qualquer outro acontecimento congénere” (Ramos, 1931, pp. 583-584).

Relativamente às polémicas existentes no estudo dos Descobrimentos, não sabemos até que ponto o professor se terá envolvido, por exemplo, no debate sobre as motivações da conquista de Ceuta, ponto de partida da Expansão portuguesa. Tendo presente a vocação guerreira incrementada durante os anos da Reconquista, poderia ter visto o acontecimento como o prolongamento do processo iniciado nas Astúrias, no século VIII.

Para o próprio, o assunto referente aos Descobrimentos não se encontrava de modo algum esgotado. No final da década de 1920, Oliveira Ramos afirmava que “é da própria natureza dos factos que se memoram nesta actividade humana uma renovação indefinida, um espírito de controvérsia que facilmente se reacende, uma preocupação de teses que, longe de amortecer, se exacerba a cada passo” (Ramos, 1931, p. 575).

Se inicialmente, Oliveira Ramos apresenta uma influência do pensamento positivista, a sua aproximação aos ensinamentos de Herculano, levam-no a valorizar o documento e a importância do seu estudo, como base do processo de trabalho. Oliveira Ramos, mesmo embrenhado em algumas questões polémicas (origem de Portugal), preocupa-se mais com a actualização das posições de Herculano à luz das mais recentes investigações feitas pelos seus colegas de docência (Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Paulo Merêa), do que atacar a obra do seu mestre medievalista. A sua morte prematura não lhe permitiu continuar o seu trabalho historiográfico, que se encontra quase exclusivamente nos textos que escreveu para a conhecida *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres.

### **Queirós Veloso (1860-1952)**

Iniciou a sua formação académica na Academia Politécnica e na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Teve uma curta carreira jornalística, onde conheceu Oliveira Martins, Eça de Queirós e Antero de Quental. Foi deputado durante a Monarquia e também professor do ensino liceal em Évora. Em 1901, com a

Reforma de Jaime Moniz no Curso Superior de Letras entra para a instituição da qual viria a ser o seu último director (1911), tendo assistido à sua transformação em Faculdade de Letras. Já na República, ocuparia cargos políticos ligados ao ensino (Director-Geral do Ensino Superior), chegando a representante das Universidades no Senado republicano (1919).

Foi como professor do ensino superior que Queirós Veloso se embrenhou no mundo historiográfico e procurou desenvolver a sua investigação em torno de um período histórico marcado por acérrimas visões críticas: o Portugal de final de Quinhentos.

Não se deixando influenciar por motivações teleológicas ou pelo pessimismo finissecular, Queirós Veloso, vê a decadência no país desenvolver-se com a morte de Filipe II e o declínio do poderio espanhol, que tornavam Portugal vulnerável aos inimigos da monarquia católica (Veloso, 1930a, p. 397). Opõe-se à visão que, por exemplo, Oliveira Martins dá da História de Portugal e à influência que a sua obra teve nas gerações posteriores (Veloso, 1930a, p. 402).

Na sua obra encontram-se algumas das características constituintes da historiografia erudita, como o valor dado ao documento, a centralidade das grandes figuras e o predomínio do factor político. O seu trabalho seria marcado pela defesa da construção do passado histórico suportado por uma minuciosa investigação documental. Para ele, “aqueles que julgam a História apenas como uma obra de arte, uma ressurreição literária, mais roçando o romance do que vivendo pela reconstituição rigorosa dos factos, narrativas por ventura elegantes, em que a verdade é muitas vezes sacrificada à fantasia, esses pseudo-historiadores desdenham olímpicamente o documento. Mas o que seria a História sem ele – casa sem alicerces, condenada a cair em ruínas” (Heleno, 1958, pp. 32-33).

Durante grande parte da sua carreira de historiador, Queirós Veloso iria dedicar-se a um período muito específico da História nacional: o século XVI (Santos, 1953, p. XIX). De acordo com o seu entendimento de construção histórica e para o período histórico por si estudado, Queirós Veloso viria a “descobrir” o Arquivo Geral de Simancas, em Espanha, “depósito de muitos milhões de documentos cujo estudo é indispensável para a verdadeira história, não só da Espanha e Portugal, como das principais nações da Europa, nos séculos XV a XVIII” (Veloso, 1933, p. 54).

Ao defender a necessidade de fundamentação documental na elaboração histórica apresenta-se no campo oposto a Oliveira Martins, de quem afirma ter-lhe faltado a “observação directa das fontes primordiais; e, ao lado disto, a

impassível frieza do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impassível ou objectivo, o sistema dos sentimentos geradores e os actos positivos” (Velo, 1929, p. 398).

Por outro lado, elaborando as suas pesquisas com base, maioritariamente, em correspondência e negociações diplomáticas, as suas análises vão centrar-se em construções político-institucionais em redor da acção das principais personalidades da vida política portuguesa da segunda metade de Quinhentos (Heleno, 1958, p. 34).

Utilizando os infindáveis recursos que o Arquivo de Simancas lhe disponibilizava, Queirós Veloso procedeu à reconstrução exaustiva da política nacional desde a morte de D. João III e a subida ao trono de D. Sebastião, descrevendo as sucessivas regências de D. Catarina e D. Henrique, apontando sempre para a crise dinástica desencadeada pelo desastre de Alcácer-Quibir e depois com a morte do último filho de D. Manuel (1580), o cardeal-rei.

Porém, a intensa obra historiográfica que Queirós Veloso levou a cabo denuncia os limites da historiografia erudita, como veio a ser criticada pelas gerações inspiradas pelas teses da escola dos *Annales*. Um autor como Vitorino Magalhães Godinho refere que “a obra de Veloso, extraordinariamente sólida, bem aprofundada em fontes, na sua maioria inéditas, pode dizer-se que realiza o milagre de, abordando a questão crucial da marcha para a união das duas coroas peninsulares, passar ao lado de todos os problemas importantes, não abrir uma única janela ou um pequeno postigo que seja para uma outra perspectiva que nos dê, da evolução política portuguesa” (Godinho, 1979, p. 234). Ao restringir-se à documentação diplomática, o professor da Faculdade de Letras de Lisboa, expõe a questão de um ponto de vista das negociações secretas e das acções das figuras determinantes de todo o processo.

Assim, na obra de Queirós Veloso é indesmentível a constatação da importância do papel das personagens na sua produção historiográfica. Como base exemplificativa desse método, temos a sua longa contribuição para a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, com a descrição minuciosa dos acontecimentos políticos, diplomáticos e militares ocorridos entre 1557 e 1630. A visão do povo português, das massas populares é quase imperceptível, constituindo como que uma pequena parte do quadro de fundo onde decorre a acção principal – as intrigas e maquinações palacianas.

Esta exposição da História nacional contrasta com o trabalho que outros colegas seus realizaram. Oliveira Ramos procura ter em conta o “carácter da Nação”

e a participação das camadas populares no processo histórico, por exemplo, da construção do país nos séculos XI e XII. Não deixa de ser relevante a ação das grandes figuras em determinados momentos, como o conde D. Henrique ou Vasco da Gama, mas incluem-se num contexto mais global do processo histórico, dando-se importância às consequências imediatas e mediatas que os seus papéis tiveram nas respectivas conjunturas, nacional ou internacional. Em Agostinho Fortes vemos o povo como agente determinante nos assuntos do país e nos acontecimentos maiores da história portuguesa, mas também como receptáculo das “qualidades primaciais” da Nação, imbuídas de ideais liberais e democráticos e de patriotismo. No que respeita ao episódio da Batalha de Alcântara, em 1580, refere Fortes que um grupo de homens constituíram a oposição às tropas castelhanas, ficando “a atestar através dos tempos, que na ralé, na escumalha das ruas, vielas e alforges, nos rotos e esfarrapados, sem armas, sem disciplina nem comando, ainda se encontrava o antigo sentimento de amor pela terra que de berço lhes servira” (Fortes, 1930, p. 105).

À história elitista de Queirós Veloso, com o protagonismo entregue às grandes figuras, símbolos do seu tempo, contrapõe-se uma história preocupada com o povo, onde as camadas populares representam o verdadeiro sentimento nacional. E, afirma Agostinho Fortes, mesmo que em 1640 o movimento revolucionário tivesse partido de uma parte da nobreza, “certo é que o braço do povo, no momento decisivo, embora não tivesse andado envolvido na conjura, não faltou e que foi o povo quem proporcionou todos os recursos para a luta que se protelou por longos e difíceis vinte e oito anos” (Fortes, 1930, p. 103).

Queirós Veloso procurando não ficar pelas teses das historiografias liberal e republicana que olhavam negativamente para o período, deslocou-se a Simancas de forma a recolher as fontes documentais que poderiam constituir prova para estruturar a sua obra. Este trabalho de arquivística, que ele observara em Herculano e em Gama Barros, viria a granjear-lhe elogios contemporâneos e posteriores, em particular pelos documentos inéditos, mas também pela sua visão positiva e metódica dos mesmos. Um seu aluno referia que “divagações mais ou menos subjectivas, voos mais ou menos poéticos, entreadivinhações, não eram com ele” (Malpique, 1985, p. 190). Para o professor “os documentos falavam por si” (Malpique, 1985, p. 198). Essa tentativa de isenção científica leva-o a reabilitar a figura do cardeal D. Henrique (sempre atacada pela historiografia liberal e republicana) e à quase total recusa do uso da expressão de “decadência”, para explicar a realidade portuguesa pós-Quinhentos, que autores

ideologicamente mais interventivos associavam ao governo do último monarca da dinastia de Avis. A sua preocupação maior é procurar reconstituir os factos determinantes da História nacional com o recurso a fontes que sustentassem toda a sua argumentação histórica.

Em 1930, Queirós Veloso afirmava que “a História de Portugal está em grande parte por fazer. Mas o período que mais se desconhece, é o que vai de 1557 a 1640, e abrange, os reinados de D. Sebastião e D. Henrique, o interregno dos cinco governadores do reino e a dominação filipina” (Veloso, 1930b, p. 514). Durante os anos em que leccionou na Faculdade de Letras de Lisboa, Queirós Veloso iniciou uma investigação minuciosa sobre o período, sobretudo numa perspectiva política e diplomática. Procurou, por exemplo, reabilitar a imagem negativa que a historiografia liberal imprimira na figura do cardeal D. Henrique (Herculano, 1985, p. 383). Tecendo um elogio ao seu papel de regente durante a menoridade do sobrinho e também do seu reinado, assumindo que “a ideia fixa de D. Henrique foi sempre a independência de Portugal” (Veloso, 1930b, p. 526). Sobre os últimos meses do seu reinado, verdadeira marcha para o cumprimento dos intentos do rei católico, o professor afirma que “só o temor de que Portugal fosse absorvido pela Espanha, temor propositadamente exacerbado por quantos o rodeavam, é que impeliu D. Henrique a entrar em negociações com Filipe II, em Setembro de 1579; e até à sua morte, em fins de Janeiro do ano seguinte, isto é, durante quase cinco meses, ele luta constantemente pela autonomia de Portugal, que ficaria ligado à Espanha só pelo laço do soberano comum, um único rei para as duas monarquias da Península” (Veloso, 1930b, p. 527). Porém não evita, contudo, uma crítica mais velada à acção da Inquisição e uma referência à “usurpação” filipina, ao afirmar que “a Sr.<sup>a</sup> D. Catarina [duquesa de Bragança] devia ser a natural herdeira da coroa, se o não impedissem a ambição de Filipe II e a vilania de tantos portugueses vendidos” (Veloso, 1933, p. 47). Para ele, a União Ibérica resultara de um conjunto de acontecimentos que sintetiza deste modo: “Na verdade, se não fosse a corrupção, habilmente espalhada, em longos meses, pelos agentes espanhóis, se os cinco governadores tivessem a isenção, o patriotismo, a energia que as suas altas funções de guardas da independência nacional imperiosamente lhes impunham; se o duque de Bragança e o Prior do Crato se unissem, em vez de se hostilizarem em mesquinhas rivalidades: Portugal resistiria, pois as forças de Filipe II eram mais aparentes que real, e a nossa união teria animado o auxílio dos soberanos estrangeiros, que viam, com apreensões, o engrandecimento do rei católico” (Veloso, 1933, p. 208). Nesta

citação, o ideal de verdade histórica e de isenção que Queirós Velloo procurava na sua pesquisa historiográfica revela um discurso tendencioso, imbuído de elementos nacionalistas, que vai caracterizar cada vez mais a sua obra ao longo das décadas de 1930 e 1940.

## Conclusão

Os três autores participaram em momentos significativos da historiografia nacional da primeira metade do século XX, contribuindo para algumas das principais obras históricas que o período elaborou: *História de Portugal*, comumente chamada de Barcelos, dirigida por Damião Peres e a *História do Regime Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor.

A *História de Portugal*, desenvolvida no Instituto de Estudos Históricos da malograda primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, constitui a primeira obra histórica de elaboração colectiva realizada em Portugal e o primeiro grande esforço científico do mundo universitário para o labor historiográfico. O projecto, que demonstra a dinâmica do Instituto, procuraria reunir um conjunto de estudiosos da história nacional, em especial nos meios universitários, para delegar ao país um monumento de elevado valor científico. A obra contaria com a participação de dois dos professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa: Oliveira Ramos e Queirós Velloso. No caso do primeiro, a sua contribuição na obra constitui o principal legado historiográfico que nos deixou. Em relação a Queirós Velloso e ao capítulo sobre o Portugal quinhentista, este representou, durante muito tempo, o principal estudo de reconhecido mérito académico relativo ao período que medeia entre 1557 e 1630.

No contexto de uma construção histórica de função mais ideológica, destaca-se a *História do Regime Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor. Aqui, talvez livre de uma erudição científica desenvolvida na *História* de Barcelos, seria convidado Agostinho Fortes para descrever o período entre 1500 e 1820, onde o autor sintetizaria a sua visão da história portuguesa a partir da decadência social e moral iniciada no reinado de D. Manuel I até à alvorada da liberdade com o movimento liberal do Porto.

O trabalho destes três autores constitui o primeiro contributo da secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa para a historiografia portuguesa, representando as tendências que advinham do século anterior. Apesar de posições

ideológicas bem definidas, mas mais afastadas de alguns extremismos, o trabalho destes docentes terá permitido o caminho para uma historiografia isenta de apologias de regime e dentro de uma construção quase desapaixonada de dominante cariz erudito, particularmente em Queirós Veloso.

O contributo dos professores de História da Faculdade de Letras de Lisboa para a historiografia portuguesa do período foi visto como pouco relevante dentro do contexto científico da época, em relação a outros autores. Sobre Agostinho Fortes, afirma Luís Reis Torgal, “assegurou as mais variadas cadeiras de história e de filologia e nunca se celebrizou como historiador” (Torgal, 1996, p. 483), enquanto Oliveira Ramos é visto como “o geralmente ignorado professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa” (Marques, 1988, p. 47). Dos três, apenas Queirós Veloso é alvo de uma crítica mais positiva, não deixando, porém, Reis Torgal de referir que “só veio a publicar a sua obra que o tornou conhecido como tal quando tinha cerca de 60 anos” (Torgal, 1996, p. 483), ou seja, a partir da década de 1920, quando iniciou a publicação de artigos sobre o Portugal Quinhentista.

Queirós Veloso, Oliveira Ramos e Agostinho Fortes foram, antes de mais, professores, docentes de uma instituição cujo principal objectivo era a formação do professorado liceal. As exigências académicas talvez não tenham possibilitado outras incursões no mundo da historiografia. Bastaria pensar que Queirós Veloso ocupou a direcção da Faculdade de Letras de Lisboa, a vice-reitoria, o lugar de representante das Universidades no Senado da República, além das obrigações de professor; ou que Agostinho Fortes viria a assegurar a regência de mais de duas dezenas de cadeiras. Quanto a Oliveira Ramos a sua morte em 1931 terá, talvez, impedido a concretização de um trabalho histórico mais desenvolvido.

## Bibliografia

- ALMEIDA, José Ferreira de (1940), «Doutor Agostinho Fortes», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1ª série, tomo VII, nº 1-2.
- ANTT, Arquivo Oliveira Salazar (1929), Carta de Gustavo Cordeiro Ramos a António Oliveira Salazar datada de 5 de Agosto de 1929.
- BOURDÉ, Guy, e Martin, Hervé [s.d.], *As Escolas Históricas*, Mem-Martins, Publicações Europa-América
- FORTES, Agostinho ([s.d.]), *História das Nações Europeias. Os últimos cem anos*, Lisboa, Tipografia Francisco Luís Gonçalves.

- FORTES, Agostinho (1910), *Alexandre Herculano, breve esboço da sua vida e obra*, Lisboa, Imprensa da Biblioteca de Educação Nacional.
- FORTES, Agostinho (1930a), «A vida política do povo português, de 1500 a 1820», in Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. I, Lisboa, Tipografia da empresa do Anuário Comercial
- FORTES, Agostinho (1930b), *Hierologia. Ciência das Religiões*, Lisboa, Tipografia Silvas Lda.
- FORTES, Agostinho (1932), *A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822*, Lisboa, Tipografia Silvas.
- FORTES, Agostinho (1933), *Portugal, factor principal da civilização moderna*, Lisboa, Tipografia Silva Lda.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1979), *Ensaio – sobre Teoria da História e Historiografia*, III, 1ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- HELENO, Manuel (1930), *Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo 1926-27)*, Lisboa.
- HELENO, Manuel (1958), «Elogio do Prof. Dr. J. M. de Queirós Veloso pelo académico de número Manuel Heleno», in *Elogio do Prof. J. M. Queirós Veloso*, Lisboa, Academia da História Portuguesa.
- HELENO, Manuel (1960), «Algumas Palavras sobre Leite de Vasconcelos», in *José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário (1858-1958)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- HERCULANO, Alexandre (1980), *História de Portugal*, tomo 1, Lisboa, Ulmeiro.
- HERCULANO, Alexandre (1985), «Pouca luz em muitas trevas», in *Opúsculos*, IV, Porto, Editorial Presença.
- LEFEBVRE, Georges (1971), *La Naissance de L'Historiographie*, Paris, Flammarion
- LOPES, Joaquim (1916), *A Moderna Crença Religiosa. Subsídios para a História das Religiões*, Coimbra.
- MALPIQUE, Cruz (1985), «Aquele que foi meu professor de História Geral da Civilização, o Dr. José Maria de Queirós Veloso», in *Barcelos*, nº 2, vol. 2.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1988), *Ensaio de historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas Editores Lda.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1972), *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1972.
- MATOS, Sérgio Campos (2002), «História e Identidade Nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea», in *Lusotopie*, volume 9-2, 2002.
- MAURÍCIO, Carlos (1999), «Historiografia – da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra», in Barreto, António, e Mónica, Maria Filomena (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, 1ª edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas.
- MENDES, José Amado (1989), *A História como Ciência, Metodologia e Teorização*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.
- MÊREA, Paulo (1925), «Sobre a concessão da terra portuguesa a D. Henrique perante a história jurídica», in *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo II, Madrid.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1994), *A História económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Historicismo neometódico: a ascensão e queda de um paradigma historiográfico (1911-1974)* [Texto policopiado], Tese de mestrado em História Contemporânea de Portugal, Universidade de Coimbra.

- RAMOS, Manuel Oliveira (1904), *Origens Europeias – esquema etno-histórico*, dissertação de concurso à cadeira de História Antiga, Medieval e Moderna, Lisboa.
- RAMOS, Manuel Oliveira (1929), «Idade Média. Aspectos Gerais: a sociedade», in Sampaio, Forjaz de (dir.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. 1., Paris-Lisboa, Aillaud e Bertrand.
- RAMOS, Manuel Oliveira (1929b), «O Condado Portucalense», in Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol. I, VIII parte, Barcelos, Portucalense Editora.
- RAMOS, Manuel Oliveira (1931), «Descobrimento do caminho marítimo para a Índia», in Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol. III, II parte, Barcelos, Portucalense Editora.
- SANTOS, Domingos Gomes (1953), «Palavras Prévias», in *O Interregno dos Governadores e o Reinado de D. António*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1986), «75 anos da Faculdade de Letras», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 5ª série, nº 6.
- TORGAL, Luís Reis (1996), «O Ensino da História na Universidade», in Torgal, L. Reis, Catroga, Fernando, e Amado, José Amado, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, [s.l.], Círculo de Leitores.
- VASCONCELOS, José Leite de (1988), *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa, 1988
- VELOSO, José Maria de Queirós (1930a), «A dominação Filipina», discurso pronunciado na 4ª sessão comemorativa do 3º Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa, em 12 de Dezembro de 1929, *Biblos*, vol. VI.
- VELOSO, José Maria de Queirós (1930b), «O Cardeal-rei D. Henrique Novos aspectos da sua história», in *Biblos*, vol. VI, 1930.
- VELOSO, José Maria de Queirós (1933), «Terceira Época (1557-1640) – História Política História de Portugal», in Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol. V, I parte, Barcelos, Portucalense Editora.



# MARCELO CAETANO, HISTORIADOR E PROFESSOR

Ricardo de Brito\*

## Historiador

Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980) é, indubitavelmente, uma figura de relevo do século XX português. Grande parte dos estudos disponíveis sobre a sua obra e acção (e sobre o Estado Novo) tende a focar – e evidenciar – o aspecto pelo qual este ficou mais conhecido: o do político. De facto, Marcelo Caetano desempenhou um papel importante no aparelho político e ideológico do Estado Novo, onde inicialmente surge como entusiasta do corporativismo, atingindo, entre 1968-74, o topo do seu percurso político: o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, sucedendo a Oliveira Salazar. Mas, a par da sua actividade política, Marcelo Caetano é também muitas vezes referenciado como “o professor de Direito”, sendo neste contexto, o de professor, no qual poderíamos – de certo modo e não de forma imperativa – compreender a figura de Marcelo Caetano como historiador, pois como base fundamental do seu pensamento e acção enquanto académico, a docência encontrou-se estreitamente ligada à investigação.<sup>1</sup> Tentaremos neste artigo traçar uma retrospectiva da sua obra, evidenciando as grandes tendências e temas, não descorando, obviamente, uma determinada vertente ideológica. Tentar-se-á, de seguida, fazer uma pequena abordagem ao pensamento em torno de uma ideia de Universidade, explanada nos seus textos sobre a matéria.

Existem, contudo e felizmente, já alguns estudos em torno da figura de Marcelo Caetano enquanto historiador. Recordemos os mais importantes: o primeiro – e dos mais significativos, embora se concorde ou não com algumas das suas considerações – é de Jorge Borges de Macedo, cujo título recuperamos

---

\* Mestre pela FLUL

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, a opinião que o autor exprime em *Universidade e Investigação* (Caetano, 1952).

em parte no nosso trabalho (Macedo, 1982). Poder-se-ia ainda referir, mas num quadro alargado à historiografia jurídica, o artigo de António Manuel Hespanha (Hespanha, 1982). A pretexto da publicação da última obra de Marcelo Caetano (publicação póstuma), *História do Direito Português 1140-1495* (1981), surge uma breve reflexão de José Adelino Maltez (Maltez, 1985). Notemos, brevemente, uma constatação sua, “nestes últimos dez anos, com a morte de Manuel Paulo Merêa (1889-1977), Luís Cabral Moncada (1888-1974), Guilherme Braga da Cruz (1916-1977) e Marcello Caetano (1906-1980), desapareceram os principais vultos de uma geração de historiadores do direito de que Merêa foi *caput scholae* e que veio recuperar para as Faculdades de Direito um lugar cimeiro na historiografia portuguesa.” (idem, p. 611). Os dois últimos textos que pretendemos aqui discriminar são, por força das circunstâncias, mais recentes. Em 2000, voltou a reeditar-se (o que correspondeu à 4ª ed.) a última obra de Marcelo Caetano. Esta reedição representou a “edição definitiva” da sua *História do Direito*, na medida em que sofreu um acrescento com apontamentos do autor até aí inéditos (mas não desconhecidos...<sup>2</sup>), correspondente à preparação de um 2º volume da sua obra: *Subsídios para a História das Fontes do Direito em Portugal no séc. XVI* (Caetano, 2000). Esta reedição foi ainda enriquecida com uma introdução, com comentários e notas, de Nuno Espinosa Gomes da Silva, que versa sobre o historiador que foi Marcelo Caetano. Esta mesma introdução mereceu uma recensão crítica por parte de Martim de Albuquerque (Albuquerque, 2000), que também constitui um enorme contributo para a abordagem sobre Marcelo Caetano enquanto historiador.

Observamos, portanto, que já se procederam a algumas reflexões ao historiador que foi Marcelo Caetano, o que seria no mínimo inevitável. Como afirma o próprio Martim de Albuquerque, “Marcello Caetano, há que reconhecê-lo independentemente de qualquer prurido ou preconceito ideológico, constitui um nome da vida universitária portuguesa e da nossa investigação. Entre as suas qualidades – longo estudo, capacidade invulgar de trabalho, clareza meridiana, desejo de rigor científico... – avultam, como das não menores, a curiosidade e a diversidade temática” (Idem, p. 1204).

Ao longo do seu percurso político produziu paralelamente uma obra historiográfica em vários domínios, muitas vezes enquadrada nas suas funções de

<sup>2</sup> Diogo Freitas do Amaral refere: “Sou testemunha ocular de que o Doutor Marcello Caetano tinha na sua biblioteca [em Lisboa] um enorme baú, cheio até cima de apontamentos para o que projectava ser o segundo volume dessa obra, que abrangeria o período das Ordenações Manuelinas até ao século XX” (Amaral, 1994, p. 8).

docência, mas, e não menos relevante, em alguns casos como consequência das suas funções políticas e de bases ideológicas. Na sua *forma mentis*, qual terá sido o elemento regente e qual o elemento regido, perante o binómio história-direito?<sup>3</sup> Em que áreas este se destacou? Quais os objectos de estudo por si analisados? De que forma é que as suas concepções ideológicas influenciaram a sua produção? Que historiador foi Marcelo Caetano?

Historiador com um método de análise rigoroso, que cultivou o predomínio do documento, principalmente de teor jurídico, Marcelo Caetano aliou sempre à sua formação jurídica de raiz, o pensamento histórico, singularmente traduzido na afirmação segundo a qual, “os problemas de direito oferecem sempre, três aspectos distintos: o histórico, o político e o técnico-jurídico” (Caetano, 1994, p. 451). Neste sentido, e como observa Jorge Borges de Macedo, “em primeiro lugar, os seus estudos tinham, habitualmente, uma justificação extra-histórica: visavam analisar problemas jurídicos, acerca dos quais a atitude de Marcelo era a de que precisavam de um tratamento rigoroso e integral dos antecedentes, onde o factor tempo tinha muito a dizer, para apreender a margem de experiência bastante para poder comportar, sem abalo, a variedade do acontecer” (p. 10). É desta forma que o historiador é, em grande medida, e como sublinhou Adelino Maltez, um reflexo do jurista, pois “não há um conteúdo universal e temporal do Direito: o que cabe na forma do jurídico tem de ser historicamente considerado consoante o tempo e o lugar” (Caetano, 1981, p. 14). O facto histórico é, por isso, uma marca característica do seu pensamento, condição de entendimento dos antecedentes e da evolução das realidades que constituíram objecto do seu interesse como historiador. Mas o facto histórico, segundo Marcelo Caetano, não poderia ser entendido sem a observação e conjugação de diferentes factores, como o económico e o social, para além do estritamente político, o que terá uma importância estruturante no seu pensamento e critério historiográfico. Demonstrativa desta realidade, mas também da permanente preocupação pedagógica de Caetano, é a obra *Monografias sobre os concelhos portugueses* (1935), dedicada especialmente aos alunos que se debruçassem sobre o tema, onde explana todo o seu método de análise e de estudo.

O seu primeiro estudo de teor histórico (histórico-jurídico mais concretamente) vem a lume quando ainda cursava o curso de Direito na Faculdade

<sup>3</sup> Não nos iremos alongar sobre esta questão, embora possua um relevo importante. Sobre este tema, veja-se Luís Bigotte Chorão «História e Direito: Perspectivas de um combate necessário», in *Outros Combates pela História* (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 175-186.

de Direito da Universidade de Lisboa (1922-27). Foi um período de formação intelectual e do início da sua acção política. Sofreu, sem dúvida, influências das experiências italiana e francesa (Action Française) e, num âmbito nacional, do Integralismo Lusitano. É neste contexto que se torna activista da Junta Escolar do Integralismo Lusitano, colaborando no periódico *Nação Portuguesa* no qual foi secretário<sup>4</sup>. Com a colaboração do seu amigo e futuro *organizador* do corporativismo do Estado Novo, Pedro Theotónio Pereira, e de Manuel Múrias, funda a revista *Ordem Nova* (1926), que se caracterizava a si mesma como “anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista”. Este movimento radicou-se essencialmente no Integralismo Lusitano e no pensamento de António Sardinha, que em grande medida influenciaram Marcelo Caetano no que concerne ao estudo do corporativismo e do município. Importa ainda referir que a sua participação neste movimento é reveladora da sua concepção de Estado autoritário («A ditadura», in *Ordem Nova*, Nº 3, 1926). Não é, portanto, de estranhar que o seu primeiro estudo de teor histórico, apresentado na cadeira de Direito Internacional Público, tenha sido simbolicamente dedicado à memória de António Sardinha: *Um grande jurista português – Fr. Serafim Freitas* (Separata de *Nação Portuguesa*, 1925). Solução de um problema particular inserido num conjunto será uma marca importante na sua produção (Macedo, p. 9). A «polémica dos mares» – bem entendida, a questão colonial – será uma constante no pensamento e na produção de Marcelo Caetano. Em que sentido?

É comumente conhecido o valor que a História e a sua utilização teve quando colocada ao serviço de projectos políticos e ideológicos bem determinados (tal aconteceu nas reformas liberais, utilizada pelos republicanos e, depois, pelo Estado Novo). Esta utilização teve uma dinâmica bastante própria quando usada por um sector mais conservador e tradicionalista. Surgem, inevitavelmente, propostas com uma perspectiva da História *didáctica* ou *apologética*. O grande mote – na historiografia jurídico-política – é dado em Coimbra, por Luís Cabral Moncada (Hespanha, p. 803). Marcelo Caetano não deixou de responder a esta “militância”. Observemos um trecho da «introdução» do seu primeiro estudo histórico:

“Quando as nações se esquecem de que têm uma razão de existência, perdidas no turbilhão das lutas políticas (...) quando parece que se quebram os elos que prendiam os indivíduos numa raça – que desapareceram os ideias colectivos, a comunidade de aspirações, a unidade

<sup>4</sup> Colaborou ainda, e a título de exemplo, em *A Época*, *A Voz*, *Ideia Nacional* e *Jornal do Comércio e das Colónias*.

de querer, a cooperação numa obra comum – e que só restam os tumultos da praça pública e o despotismo pretoriano, é o momento de ser procurado tudo o que parece perdido, porque ou a Nação se retempera e tudo está a salvo, ou perecerá juntamente com o Estado na mesma onda subversiva de anarquia...Nessa missão piedosa de revelar aos Portugueses um outro Portugal que vive em nós, temos que congregar todos os seus valores tradicionais” (Caetano, 1925, s.p.)

Fazer da História um instrumento de renascimento nacional e de “acção social” é uma das possíveis mensagens deste excerto que acabámos de evidenciar. Estas propostas possuíram uma certa adesão na historiografia jurídica. Tiveram como consequência a produção duma *história didáctica e discretamente apologética*, como sugere A. Manuel Hespanha. Didáctica na preocupação em retirar lições do passado; discretamente apologética pelo menos na escolha dos temas. Os temas foram aqueles que permitiram construir uma ilustração da doutrina do Estado Novo, o que explica o interesse suscitado, por volta dos anos 40, pelos temas mais directamente ligados aos tópicos ideológicos do Estado Novo: os concelhos, as corporações, a representação política orgânica e, nos anos 1960, a questão ultramarina (Hespanha, 1982, p. 803).

Concluído o curso e dedicando-se ao doutoramento, Marcelo Caetano produziu um estudo singular no conjunto da sua obra, *A depreciação da Moeda depois da Guerra* (1931, Tese de Doutoramento). Tornou-se, assim, o primeiro doutor em Ciências Político-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Este estudo de base económico e financeiro não é, porém, estranho. Recordemos que as ciências sociais e as vertentes económico-financeiras possuíam uma grande preponderância nas Faculdades de Direito no período em apreço<sup>5</sup>.

A década de 1930 será um período de intenso labor para Marcelo Caetano. Dedicar-se à carreira universitária e doutrinária do corporativismo e publica o seu manual *Lições de Direito Corporativo* (1935). Note-se que Marcelo Caetano afirma, nesta obra, que em Portugal ainda não existia, verdadeiramente, um Estado Corporativo (p. 148), pensamento, aliás, que irá sustentar durante bastante tempo. Numa outra obra, *O Sistema Corporativo* (1938), tentou traçar o percurso histórico do corporativismo português, tendo em perspectiva a “experiência portuguesa” e onde explana a “sua maneira de ver pessoal”. Procurando evidenciar a origem do corporativismo em Portugal, radicou-o nas corporações medievais e no corpora-

<sup>5</sup> Recordemos a primeira designação que a actual Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa possuiu aquando da sua criação, Faculdade dos Estudos Sociais e de Direito.

tivismo católico, tentando sustentar uma certa originalidade do corporativismo português. Inaugurou os estudos superiores de Direito Corporativo na Faculdade de Direito, regeu as cadeiras de Direito Administrativo e o Curso de Administração Colonial. Teve ainda a seu cargo as cadeiras de Direito Constitucional, Direito Penal, História do Direito Português e Economia Política. Em suma, desde 1939, ano em que se torna catedrático, até 1968, regeu todas as cadeiras do grupo de Ciências Políticas. A regência destas cadeiras permitiu a Marcelo Caetano a elaboração de vários manuais – alguns deles ainda hoje obras de referência. Vem a lume, em 1936, a 1ª edição do *Manual de Direito Administrativo*. Neste mesmo ano, surgem as primeiras edições do *Corso di Diritto Amministrativo* de Guido Zanobini e do *Traité Élémentaire de Droit Administratif* de Marcel Waline, obras marcantes, na medida em que impulsionaram a renovação do Direito Administrativo europeu. Marcelo Caetano encontrava-se, assim, inserido neste movimento de renovação do Direito Administrativo, mais ligado à Teoria Geral do Direito, com uma noção de interdisciplinaridade, libertando-se do positivismo da escola francesa (Pereira, 1987, p. 182). Em 1934, foi incumbido pelo Governo de preparar o projecto do Código Administrativo. Aquando da preparação para o doutoramento e provas para professor, foi obrigado a estudar legislação dispersa e confusa, o que o levou a preocupar-se com os problemas da administração local. Essa pesquisa, em perspectiva histórica, teve como resultado o estudo *A codificação administrativa em Portugal – Um século de experiência (1836-1935)*. Estes trabalhos, e estando a par da legislação estrangeira, permitiram-lhe ficar à frente da compilação do Código Administrativo de 1936 (Caetano, 1977, p. 61).

É ainda na década de 1930 que Marcelo Caetano conhece o continente africano e, como tal, a repercussão no seu trabalho jurídico e histórico é patente ao longo dos anos ulteriores. À frente da cadeira de Direito Colonial Público Português, comparou a legislação nacional com as de outras potências coloniais, passando em revista a história da colonização portuguesa desde o tempo das feitorias. Em 1935, teve o seu primeiro contacto real com África. Foi nomeado director pedagógico de uma viagem organizada pela revista *Mundo Português*, cujo objectivo era a visita às colónias da zona atlântica, encontrando-se entre os seus assistentes Orlando Ribeiro.

Por último, mas não mesmo importante, Caetano, em 1936, pertenceu ao grupo fundador da Academia Portuguesa da História (chegou a ser seu Vice-presidente), ao lado de figuras como Queiroz Veloso, Reynaldo dos Santos, António Vasconcelos, Damião Peres, Paulo Mêrea, Alfredo Pimenta, Carlos

Malheiro Dias, entres outros, e onde deixou produção significativa. Podemos destacar *Guia da Bibliografia Histórica Portuguesa* (1959), do qual foi presidente da respectiva comissão, com Virgínia Rau e Silva Rego como vogais<sup>6</sup>. Tornou-se, também, membro da Direcção do Instituto de Alta Cultura (IAC), e foi nesta qualidade que participou numa missão do IAC a fim de inaugurar na Universidade de Roma a cadeira de Estudos Portugueses.

O decénio de 1940 foi, em vários sentidos, marcante para Marcelo Caetano, com uma intensa produção histórica – onde inicia um aprofundamento dos temas pelos quais ficou mais conhecido –, mas também exercendo funções dentro do aparelho político do regime. Esta produção histórica foi bastante extensa até à ocupação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Lembremos que é em 1941 que Caetano publica as primeiras *Lições de História do Direito Português*, um primeiro passo para aquilo a que viria a ser a sua última obra, a de 1981.

A nomeação para o cargo de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), em 1940, marcou o início de um período em que, apesar de continuar a exercer funções de docência (entre 1942 e 1944 regeu as cadeiras de Economia Política e Direito Industrial no IST; acumulou também funções na FDL), teve uma maior projecção da sua vida pública. Desde logo, impôs uma renovação nos princípios de acção da MP, abandonando alguns ideais do seu antecessor, Nobre Guedes, optando, ao invés, por uma linha inspirada nos princípios de Baden Powell. Este cargo aproximou-o, ainda mais, das questões relativas à educação no geral e da pedagogia em particular, como veremos adiante.

A ocupação do cargo de ministro no Ministério das Colónias, em 1944, marca, entre preocupações de carácter político, um maior cuidado com a questão da educação colonial. É durante o seu mandato, que dura dois anos, que se cria uma Direcção Geral do Ensino dentro do Ministério e se procede à reforma da Escola Superior Colonial, dando origem ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. De salientar, ainda, diplomas que regulamentam a actividade missionária, a investigação científica colonial, o ensino técnico nas colónias e o apoio a estudantes africanos na metrópole. Tais medidas levam a uma progressiva revisão dos problemas da educação nas colónias.

---

<sup>6</sup> Sobre esta obra veja-se a carta a Joaquim Veríssimo Serrão, de Fevereiro de 1977: “não se acredita as dificuldades, os obstáculos, os embaraços e até as desconsiderações que soufriu para publicar o que saiu – e foi o que me levou a não querer continuar na vice-presidência da Academia” (SERRÃO, 1994, p. 78). O grande intuito desta obra, como afirma Caetano, foi o de inventariar todas as fontes, comentários, relações, que pudessem ajudar o estudioso ou o investigador da história de Portugal.

Os anos subsequentes, até à sua nomeação para Reitor da Universidade de Lisboa (1959), serão de um intenso labor historiográfico, onde publicou, como já se referiu, as obras pelas quais ficou definitivamente conhecido como historiador. Destacam-se as monografias em torno das questões municipais e das Cortes, como *A Antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa* (1942) – obra que mereceu elogios de Torquato Sousa Soares<sup>7</sup> – , *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)* (1951), *O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-85* (1951), *As Cortes de 1385* (1951), *As Cortes de Leiria de 1254* (1954) – esta obra é o resultado da proposta que a Academia Portuguesa de História lhe fez para reunir os documentos necessários para a comemoração do VII centenário das primeiras cortes portuguesas com representação popular – e a edição do *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos* (1955). Em grande medida, estes trabalhos contribuíram para a perspectiva geral dos municípios medievais que encontramos patenteada na sua *História do Direito Português*, de 1981.

Estas obras, resultantes em grande medida das suas actividades como académico, permitem a Marcelo Caetano figurar no conjunto de autores que se debruçaram sobre a questão do municipalismo (mormente as origens dos municípios medievais), como Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Alberto Sampaio, Torquato de Sousa Soares, Paulo Merêa, A. Borges Coelho, entre outros. Mas distancia-se de alguns autores, nomeadamente de Herculano, sobre a origem romana dos municípios medievais. O próprio refere que devido a circunstâncias sociais e de conjuntura, “os vestígios das instituições municipais romanas conservadas no final da monarquia visigótica desapareceram durante o domínio muçulmano, e que também não se conservaram no reino das Astúrias” (Caetano, 1981, p. 221), embora Caetano refira que “no caso dos concelhos da Reconquista tem de reconhecer-se que a tese que os filia no município romano, sustentada entre nós por Herculano, se apresentava em termos sedutores, tantas são as semelhanças encontradas entre os dois tipos de organização local” (Idem, *ibidem*). Em 1940, num artigo intitulado «O Município em Portugal», (*O Século*, p. 97), escrito de forma a abranger um largo período cronológico, Marcelo Caetano passa em

<sup>7</sup> (*Apud* Albuquerque, p. 1207): Torquato Sousa Soares, na sua recensão «Marcello Caetano: A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa (Separata da introdução à colectânea de documentos sobre As corporações dos ofícios mecânicos de Franz-Paul Langhans), Lisboa 1942», in *Revista Portuguesa de História*, t. 3, 1947, refere: “*lucidez e um espírito crítico que lhe dão foros de verdadeiro historiador (...) sólida formação jurídica que lhe permite mesmo ver aquilo que, sem ela, poderia ficar menos claro: a estrutura orgânica do instituto através da sua evolução (...) capacidade de síntese (...)* e contínua, pp. 512-517.

revista o período romano, medieval e [...] liberal, traçando as suas características, virtudes e defeitos, mormente evidenciando a dicotomia centralização-descentralização. Curioso será notar a posição discordante de Marcelo Caetano em relação a Alexandre Herculano, na medida em que “Herculano prestou-nos um mau serviço ao persuadir-nos de que as instituições municipais modernas seriam tanto mais perfeitas quanto mais próximas das da Idade Média. Cada século tem o seu espírito e as suas exigências...” (p. 98).

Mas a par das questões em torno do municipalismo, este período também marca o início do seu interesse para com as Constituições. Revelador do seu estudo pelo Direito Político e a história do constitucionalismo constitui o *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (1952) e a *Breve História das Constituições Portuguesas* (1965), esta última merecedora de um elogio por parte de Vitorino Magalhães Godinho<sup>8</sup>.

As questões coloniais voltam a merecer um destaque particular, fruto, possivelmente, dos cargos que ocupou mas também do seu próprio pensamento em torno destas. A título de exemplo, podemos destacar obras como *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império* (1943), *Antologia Colonial Portuguesa* (1946) e *As Campanhas de Moçambique de 1895 segundo os Contemporâneos* (1947). A introdução que Caetano fez a esta última obra possui algum relevo, na medida em que volta a focar o aspecto internacional da questão colonial, matéria que desenvolverá mais pormenorizadamente num estudo posterior: “as campanhas de 1895, em Moçambique, são um dos acontecimentos capitais da história portuguesa contemporânea. Demonstraram internacionalmente a nossa capacidade para a ocupação efectiva das colónias” (p.5).

A remodelação governamental de 1947 ditou o afastamento, temporário de Marcelo Caetano do Governo, devido a tensões dentro da União Nacional e de algumas escolhas para os lugares de governação – chegou, mesmo assim, ainda a ser Ministro da Presidência em 1955. Ocupando, primeiramente, a chefia da Comissão Executiva da União Nacional, passa depois para a presidência da Câmara Corporativa até 1958.

A nomeação para o cargo de Reitor da Universidade de Lisboa (1959-62) permitiu a Marcelo Caetano um tratamento mais directo das questões relativas ao ensino universitário. Chefiou, na qualidade de Reitor, a delegação oficial

<sup>8</sup> Considerou-a uma “síntese concisa excelente”, Cf. «Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso», in Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (org.), *Alexandre Herculano – o cidadão e o historiador. Antologia*, Lisboa, INCM, 2010, p. 35.

portuguesa ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Bahia, onde volta a tratar de um tema já seu conhecido, «Frei Serafim de Freitas e a polémica da liberdade dos mares». Enquanto Reitor, podemos ainda atribuir-lhe a promoção e a direcção dos primeiros cursos universitários de férias em Angola e Moçambique e, em 1961, inaugurou o actual edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa, já com as Faculdades de Direito e Letras edificadas. A investigação histórica não sofreu uma quebra. Exemplo disto é o estudo sobre a própria Faculdade de Direito, com os *Apontamentos para a História da Faculdade de Direito de Lisboa* (1960) – obra de consulta fundamental para se ter uma perspectiva histórica dos professores, funcionários, legislação, entre outros aspectos, sobre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde a sua fundação, em 1913, até 1953 – ainda hoje um dos poucos sobre esta Faculdade<sup>9</sup>. Há ainda a destacar, na qualidade de Reitor, o envolvimento de Marcelo Caetano numa polémica com a Universidade de Coimbra sobre a antiguidade da própria Universidade de Lisboa. Toda esta situação criou uma enorme fricção entre os Senados Universitários de ambas as Universidades, ao ponto de o Senado da Universidade de Coimbra afirmar que existia uma “*tentativa de falseamento da verdade histórica*” por parte do Senado da Universidade de Lisboa (Caetano, 1974, pp. 65-93).

Finda a crise académica de 1962, em que se demite do cargo de Reitor por divergência com o Ministro da Educação, Lopes de Almeida, Marcelo Caetano optou por se afastar vida política, à qual regressará em 1968, sucedendo a Oliveira Salazar na Presidência do Conselho. É possível que desta crise académica tenha resultado um reforço de uma certa imagem mais reformista e “liberal” de Caetano, em conjunto com divergências anteriores em relação a Salazar. Estes cinco anos de interregno na política activa, permitem-lhe regressar ao “refúgio” da actividade docente e intelectual, onde volta a tratar das temáticas ligadas ao panorama colonial, Cortes medievais e história do Direito português. Reveladoras deste último aspecto são as *Lições de História do Direito Português* (1962; cadeira que deixaria no ano seguinte), onde podemos observar uma evolução das suas lições de 1941, nomeadamente na intensificação da análise realizada, em detrimento da extensão (Macedo, p. 14).

<sup>9</sup> A pretexto do Centenário da Universidade de Lisboa (1911-2011), encontra-se no prelo um novo estudo sobre esta Faculdade.

Mas é também neste período que Marcelo Caetano publica o que se pode provavelmente considerar como um dos seus grandes estudos – fora dos comumente destacados em torno do Direito e das instituições medievais –, e com um título no mínimo sugestivo, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos* (1963)<sup>10</sup>. Num âmbito cronológico alargado, Marcelo Caetano aborda a relação de Portugal com as grandes questões internacionais respeitantes aos territórios ultramarinos, desde a «polémica da liberdade dos mares», com Frei Serafim de Freitas, até ao final da II Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Não se pode, porém, deixar de referir o acrescento que sofre o subtítulo na 4ª edição (1971): “*História de uma batalha* [sublinhado nosso]: *da liberdade dos mares às Nações Unidas*”, o que o torna revelador de uma certa circunstância.

Entre 1968 e 1974, Marcelo Caetano sucede a António Oliveira Salazar no cargo de Presidente do Conselho de Ministros. É, obviamente, um período de quebra na sua produção científica. Na sequência dos acontecimentos de 25 de Abril de 1974, e com o fim do regime do Estado Novo, Marcelo Caetano é enviado para a Madeira, exilando-se, posteriormente, no Brasil a partir de 25 de Maio. Estes anos finais da sua vida e da sua produção no campo historiográfico merecem um destaque particular.

Até à sua morte, em 1980, produziu ainda uma obra significativa. Documentos capitais para se perceber este último período da sua vida, é o conjunto epistolar trocado com Maria Helena Prieto e Joaquim Veríssimo Serrão, (este último que manteve sempre viva a imagem de Caetano). Devido ao seu trabalho nas áreas da História e do Direito, Marcelo Caetano era muito respeitado nas instituições universitárias do Brasil. Para além de ter sido professor na Universidade Gama Filho onde chegou a leccionar a cadeira de História das Ideias Filosóficas e Políticas em Portugal, viajou por todo o país para a apresentação de conferências e estudos. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Poderemos assinalar algumas conferências de teor histórico e jurídico: «Carlos Malheiro Dias, Historiador» (1975), «Alfrânio Peixoto e a História de Portugal» (1976), «Alexandre Herculano e a História de Portugal» (1977), «O município na História do Direito Brasileiro» (1978)<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Este estudo corresponde, na verdade, a uma 2ª edição de uma obra sua: *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, de 1948.

<sup>11</sup> Veja-se a recente compilação destas conferências em Joaquim Veríssimo Serrão (2006).

Volta à elaboração de Manuais e ao estudo do constitucionalismo, já com considerações à Constituição de 1976, *Constituições Portuguesas* (4ª edição), *actualizada com a análise da Constituição de 1976* (1978). Retoma a investigação histórica do Direito Português, sendo o produto final, já publicado postumamente, o primeiro e único volume de *História do Direito Português, Fontes – Direito Público, 1140-1495*, obra comumente entendida como uma nova interpretação das *Lições de História do Direito Português*, de 1941 e 1961. Não obstante o produto final ser consensualmente entendido como a sua obra magna, embora se encontre desactualizada em alguns aspectos, erguê-la foi uma tarefa bastante difícil e que exigiu muito do autor. A falta de pessoas com quem pudesse discutir os problemas, a doença, a carência do visionamento de novas obras sobre a matéria, tudo isto constitui dificuldades desta sua última obra<sup>12</sup>.

Mas é também no Brasil, por ocasião da conferência sobre Alfrânio Peixoto, que Marcelo Caetano volta a afirmar a sua visão de estudo da História, na medida em que:

“Cada vez mais se tem consciência da íntima solidariedade de todos os aspectos e manifestações da vida de dada sociedade em certa época. A história política é incompreensível sem o conhecimento das instituições, a este ainda ligado o do Direito, em tudo isto estão presentes a estrutura social e a dinâmica económica, pairam no conjunto as ideias políticas e filosóficas que se exprimem na literatura, se manifestam na arte, se enraízam nos hábitos e nos costumes, se enlaçam com a religião...” (SERRÃO, 2006, p. 178).

Em suma, o conjunto da sua obra divide-se em artigos, monografias com o tratamento de uma temática específica e obras de larga periodização cronológica. A sua produção científica foi ideologicamente influenciada, caso da teorização do corporativismo que empreende (tendo sido o primeiro titular da disciplina na Faculdade de Direito de Lisboa), bem como do estudo do município no campo do Direito Administrativo e das questões coloniais, cujo estudo desenvolve como professor de Direito Colonial e o estudo das Cortes e das Constituições no quadro mais vasto dos seus estudos de Ciência Política e Direito Constitucional. “A diversidade de títulos”, como sugere José Adelino Maltez, “não significa, contudo, a dispersão de investigações históricas. Antes pelo contrário, reflectem sempre a procura dos antecedentes históricos daquilo em que o jurista e o homem

<sup>12</sup> Remetemos o leitor para as obras de Veríssimo Serrão e Helena Prieto, constantes na bibliografia final, onde poderão encontrar linhas imensas sobre estas dificuldades que acabámos de aludir.

público vai estando empenhado: é a história administrativa e constitucional, principalmente sobre as Cortes e os municípios medievais, para o professor do direito público e o autor do projecto do Código Administrativo; é a história universitária para o reitor da Universidade de Lisboa; é a história ultramarina para o Ministro das Colónias” (Maltez, p. 614-15).

Numa tentativa de periodização da sua obra – tendo sempre presente os riscos que tal abordagem acarreta – podemos sugerir os seguintes «macro» períodos: um primeiro, compreendido entre 1920-40, corresponde essencialmente ao início da sua formação intelectual e doutrinária, em que começa a aprofundar as questões ligadas ao Direito pelo qual seria conhecido e debruça-se sobre o corporativismo, procurando entendê-lo e dar-lhe um significado original para a realidade portuguesa. Contudo, já se encontram patentes algumas das grandes questões de teor histórico que iria tratar posteriormente, como as questões coloniais e o municipalismo. O segundo período, compreendido entre 1940-68, foi de maior produção de Marcelo Caetano. Para além de ser um período em que se regista a entrada propriamente dita no aparelho político do regime, realçam-se os trabalhos sobre período medieval, mormente nas questões municipais, os estudos sobre as Cortes e Constituições e um tratamento sobre as questões coloniais, cuja grande síntese será a sua obra de 1963. O último, 1975-80, passado no Brasil a aprofundar e a reflectir sobre vários temas anteriormente referidos. Deixamos ainda a sugestão mais detalhada feita por Jorge Borges de Macedo, “há no período entre 1940 e 1945, uma série de trabalhos voltados para a história administrativa de larga periodização cronológica, apresentados dentro da técnica de trabalho de Marcello Caetano, com sejam a junção das leis regulamentadoras e a referência à evolução dos fundamentos, com manifesto desinteresse pelas ocorrências. Este tipo de trabalhos desaparece por completo, depois de 1950, para dar lugar a duas preocupações fundamentais: as cortes e os mesteres, desse mesmo modo entendidos. A partir de 1955, torna-se predominante a sua preocupação pela experiência constitucional, integrando nela os estudos antecedentes sobre as cortes” (p. 14). Para além das associações científicas referidas, ainda de destacar: Membro do Instituto de Coimbra, Academia Internacional de Direito Comparado (Paris), Real Academia de Ciências Morales e Políticas (Madrid), Instituto Internacional de Civilizações Diferentes (Bruxelas), Instituto Luso-Hispânico-Americano de Direito Internacional, Instituto Internacional de Ciências Administrativas, Associação Internacional Francisco Vitória, entre outros. Foi ainda director da *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, na secção de Ciências Jurídicas,

onde colaborou com 86 entradas (Vejam-se quais na recensão de Martim de Albuquerque, p. 1215)

Uma última nota de relevo: ao que nos foi possível apurar, Marcelo Caetano ofereceu-se para participar no *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão. No entanto, foi o próprio coordenador do projecto que rejeitou a sua participação, invocando motivos políticos, pois receava “comprometer um equilíbrio que se tinha estabelecido” (*Jornal de Letras*, 31 de Janeiro, 1989, p. 18).

## O professor

Nas primeiras páginas deste nosso texto aludiu-se à figura de Caetano enquanto professor, actividade profissional com a qual se relaciona uma parte importante da sua produção historiográfica. De facto, grande parte dos seus estudos partiu do âmbito das suas funções académicas, levando-nos, necessariamente, a algumas considerações: a primeira, e muitas vezes referida em estudos sobre Caetano, é a sua permanente preocupação com a relação entre professores e estudantes. Este facto merece um aprofundamento, na medida em que Marcelo Caetano foi dos poucos professores de Direito, mormente em Lisboa, a dedicar-se a estas preocupações (pelo menos daqueles que deixaram um longo registo). Mas não só: uma segunda consideração leva-nos ao papel que a investigação teve no pensamento e acção de Marcelo Caetano, tendo produzido textos significativos sobre a matéria.

Invariavelmente, esta abordagem que aqui se intenta (não tentando fazer um estudo definitivo, mas, isso sim, desbravando um caminho) irá levar-nos às ideias que Marcelo Caetano tinha sobre a Universidade, onde iremos encontrar as preocupações das relações com estudantes, a investigação e o papel que ela, a Universidade, desempenha no contexto nacional.

É durante a década de 1930, que se irá afirmar como professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e como doutrinador do Corporativismo. Todavia, a entrada na Universidade como aluno, ainda com 16 anos, não deixou de apresentar algumas hesitações. O próprio afirma que “(...) não foi também por vocação que me matriculei na Faculdade de Direito. E a linguagem que escutei nas primeiras aulas a que lá assisti era tão distante das minhas preocupações, afigurava-se tão ininteligível, que cheguei a pensar desistir do curso.” (Caetano, 1977, p. 14). Possivelmente, esta sua primeira aproximação à Universidade

contribuiu posteriormente para o desenvolvimento de capacidades de professor, interpretando-as, também como reitor, numa lógica de diálogo.

Desta forma, nos anos de 1940, encontramos uma primeira reflexão sobre a Universidade, numa separata dos Estudos do CADC, de Coimbra, de 1942, com o título *Universidade Nova. O problema das relações entre professores e estudantes*. Como indica o próprio título, sugere-se a ideia de Universidade “nova”, à semelhança de uma *geração nova*, onde abrange de forma significativa a problemática pedagógica e didáctica. Notemos que esta sua aproximação à ideia de Universidade acontece numa altura em que ocupava o cargo de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (MP).

É no exercício destas funções que Marcelo Caetano assume, de forma mais clara, uma perspectiva de educação<sup>13</sup>. Se é certo que se demarcou do seu antecessor na MP, o germanófilo Francisco Nobre Guedes no que concerne a algumas políticas, nomeadamente as militaristas e pró nazis, preferindo, ao invés, uma vertente mais escutista à imagem de Baden Powell, nem por isso a deixou de sentir com grande fervor patriótico e, diga-se, épico (Torgal, p. 657). Deste modo, e tendo como inspiração a própria História de Portugal, onde foi retirar figuras que simbolizassem certas atitudes, “*especialmente a formação do carácter*” (Caetano, 1943, p. 38), encontramos nos seus textos, como, por exemplo, na compilação *Por Amor da Juventude*, de 1944, referências a heróis da Pátria, que de uma forma ou de outra simbolizavam a “fidelidade a uma palavra, a morte por uma causa”, ou seja, a construção e a educação de uma juventude segundo valores nacionalistas. É na educação de uma “geração nova” (Idem, p. 17), diferente daquela a que pertenceu mas que, porém, apresentava algumas semelhanças ou, no mínimo, que se desejavam impor, que Marcelo Caetano vai imprimir uma ideia educação que se irá repercutir na sua interpretação de Universidade.

Marcelo Caetano assumiu a função de Dirigente da MP como a de um educador; aliás, este não a via de outro modo (Idem, *Ibidem*). Sugeriu que a MP em geral, e o seu dirigente em particular, deviam estar sempre atentos aos jovens, de forma a proporcionar-lhes a devida orientação, “dar um conselho”, apontar uma qualidade (Idem, *ibidem*). Já possuindo alguma experiência de ensino, adverte para o facto de que se o professor, “dos vários graus de ensino”, chegar

<sup>13</sup> Não se pode, porém, deixar de notar a diferença de conceito no que concerne ao Ministério que fica a cargo das instituições de ensino. Se no período republicano chamava-se Ministério da Instrução Pública, passa, em 1936, a denominar-se Ministério da Educação Nacional, com a Lei 1941 de 11 de Abril. Instruir não significa o mesmo que educar.

a ser dirigente da MP, que este deve sair de um certo «casulo» que o “umbral da sala” lhe confere, de forma a proporcionar uma maior aproximação ao jovem, para assim construir uma “camaradagem com os discípulos”, “caminhando pelos seus caminhos” (Idem, p. 39).

A articulação com vários sectores da sociedade, como a família, a escola e a Igreja, tendo em vista a “formação integral da juventude”, faz com que Marcelo Caetano veja a MP demarcada de finalidades partidárias, religiosas, militares ou escolares. A “formação integral” sugerida tem em conta uma educação moral com uma vertente nacionalista, coordenando-a com qualquer dinâmica de socialização (Idem, pp. 29-43).

É deste modo que o professor de Direito e o pedagogo se fundem. No entanto, como é que nesta visão de uma experiência política e pedagogia que foi a MP, num sentido orgânico/corporativo que lhe impõe, se repercute a sua ideia de Universidade?

Para Marcelo Caetano a Universidade consiste num “organismo corporativo cultural”, que visa objectivos científicos, literários, artísticos e educação física. A Universidade pertence à “Corporação das Ciências, Letras e Artes” (Caetano, 1938, p. 66)<sup>14</sup>. Se é assim que Marcelo Caetano constrói a Universidade em conjugação com o pensamento corporativo – aliás, indo buscar à Universidade medieval inspiração –, como é que, em palavras mais explícitas, ele a concebe em todas as suas dinâmicas?

Com efeito, o texto *Universidade Nova [...]*, primeira reflexão sobre a Universidade, constitui, em grande medida, o pensamento chave sobre a sua visão da instituição universitária. Explana, ao longo do texto, um panorama genérico da vida universitária, incidindo especialmente na dialéctica professor e aluno<sup>15</sup>, encontrando-se, à semelhança do *educador* da MP, atento às preocupações dos jovens. Observa que estes, ao entrarem na “Era dos Descobrimentos”, podem e devem ter múltiplas “energias” armazenadas, onde, pela ordem natural, o ideal que aluno detém não corresponde ao real (Caetano, 1942, p. 7), percebendo estes que esse mesmo ideal, esse sistema que devia funcionar, só não resulta porque os homens não lhes são fiéis (Idem, p. 8). Assim, uma das primeiras missões do

<sup>14</sup> Adverte, ainda na mesma página, que esta corporação abrange “as Academias e os institutos e associações de tipo académico que, por sua vez, exercem uma pesquisa desinteressada de conhecimentos literários e artísticos, cultura do espírito, e convívio em colaboração dos respectivos membros.” Os outros grupos são: a Corporação da Educação Nacional e a Corporação da Saúde Pública.

<sup>15</sup> Marcelo Caetano, *Universidade Nova...*, Vejam-se os capítulos: “O estudante universitário e as suas preocupações”, “A crise de pensamento”, “Novas energias físicas”, “A timidez juvenil”, pp. 6-14, entre outros.

professor é mostrar, pela “filosófica resignação”, que o mundo real não se adequa ao mundo idealista que o jovem imagina, nas múltiplas confusões, dentro da sua perspectiva mental<sup>16</sup>. Se o “umbral da sala de aula” confere ao professor o devido respeito, com a imagem do catedrático, a que os alunos podem ou não impor a imagem dum “urso”, nem por isso o convívio extra aulas pode ser uma realidade deixada ao acaso. Se é verdade que o professor tem a missão de transmitir conhecimentos, de “bem ensinar”, também detém a função/missão de se preocupar com a integração da aprendizagem dos “inquietos”, assumindo assim, como noutros graus de ensino, uma “pedagogia universitária”, onde se tem de atender à vida extra-escolar (Idem, p.12).

É desta forma que a Universidade, nas suas palavras, “passa a desempenhar cabalmente o seu papel formativo e não meramente informativo” (Idem, Ibidem). É nesta assumpção que a Universidade toma “feição corporativa”, ou seja, a contínua colaboração entre mestres e discípulos “num mesmo espírito e com um só fim”<sup>17</sup>. Esta colaboração exige, além dum «vínculo» institucional à Universidade, uma verdadeira “amizade”, sendo nesta vertente que a pedagogia universitária ganha força. Se é certo que o professor tem de melhorar as suas formas de exposição de conhecimentos – e para ser bom professor tem de ter, regra geral, mais de 10 anos de carreira, como afirma Marcelo Caetano (Idem, p.25) –, nem por isso o jovem deixa de ser chamado a este processo pedagógico. Assim, os grandes colaboradores neste progresso pedagógico, nesta “pedagogia universitária”, são, em última análise, os alunos (Idem, p.19).

Mas o papel do aluno não se esgota no progresso pedagógico, indo mais além, passando, desta forma, pela investigação. Qualquer que seja a área a analisar, qualquer que seja a ciência a estudar, o processo de investigação depende, muitas vezes, do trabalho em equipa, e com a devida especialização dos seus membros. É neste esforço que os estudantes podem e devem ser chamados a colaborar, “aplicando energias”, “desenvolvendo qualidades”, mas percebendo, mesmo assim, que essas primeiras prestações são modestas e, necessariamente, anónimas (Idem, p. 23.24).

<sup>16</sup> “Não há sistema que possa transpor-se para a prática em toda a pureza dos seus termos ideias. Todos os princípios sofrem a inevitável correcção e deformação da realidade.” p. 9

<sup>17</sup> *Idem*, p. 13. Contudo, Marcelo Caetano apresenta problemas a esta comunhão de interesses, tanto da parte dos estudantes pelos professores como ao contrário, que vai explanando ao longo do texto. Deixamos, e para que fique uma interpretação ao critério do leitor, algumas das alcunhas que Marcelo Caetano teve enquanto professor: “Marcellotheus Caethanotropus – o abominável homem das neves” (Livros dos quartanistas..., 1955) e “D. Marcello, o inquisidor” (Livro de curso..., 1957)

Se é verdade que encontramos aqui uma primeira abordagem à Universidade e a todas as suas dinâmicas, isto é, à investigação, à docência, entre outros aspectos, temos de observar que ao longo da década de 1950 e 1960, a temática universitária continuará a ser uma preocupação nas reflexões de Marcelo Caetano<sup>18</sup>.

Afirmou, sintomaticamente, que tinha uma “incapacidade de compreender a Universidade sem a função investigadora” (Caetano, 1952, p. 3). Aliás, o próprio afirmou que por influências de seus colegas de Medicina, dever-se-ia procurar o trabalho com os mestres pois “ainda estudante de Direito acompanhei com entusiasmo a participação dos meus amigos de Medicina nos trabalhos dos mestres. E aderi ao pensamento de que a reforma da mentalidade portuguesa, a começar pelo ensino, dependia largamente de pôr em parte os métodos puramente livrescos para aprendermos na experiência e nos habituarmos a “fabricar” por nós mesmos a ciência que nos propúnhamos ensinar” (Caetano, 1977, pp 297-298). Esta função investigadora é assim concebida com três objectivos/perspectivas principais: a investigação totalmente desinteressada, a investigação com fins utilitários e a investigação com fins pedagógicos (Idem, *Ibidem*). Ora, se é certo que cada uma delas apresenta uma determinada descrição, tendo em conta os seus fins específicos, Marcelo Caetano apela que não se deixe de praticar essencialmente a terceira, ou seja, a investigação universitária, sob pena, “que nunca mais vir a ter investigação dos outros tipos e de se condenar a possuir um escol divorciado do ambiente intelectual do tempo em que vivemos” (Idem, p. 5).

Se é assim que discrimina a investigação, também o faz para as modalidades de ensino, separando-o em duas modalidades: o “ensino da massa” e a “preparação do escol” (Idem, *ibidem*). Deste modo, o tendencial aumento de alunos que se registou nas décadas de 50 e 60 faz com que Marcelo Caetano admita a existência de dois tipos de professor: um que seja para o *ensino de massa*, que implica que o professor tenha, necessariamente, de ter “facilidade de exposição, espírito de síntese e critério selectivo” (Idem, p.5). Este modelo de “professor expositor” não encontrou consenso, pois observamos outros professores como João da Silva Correia e Flávio Resende com opiniões divergentes (Matos, 2011) No entanto, este ensino deveria incidir, única e exclusivamente, nos primeiros anos da licenciatura. O outro tipo de professor encontra-se já na classificação de

---

<sup>18</sup> Veja-se Marcelo Caetano, «Universidade e Investigação», in *Ciência. Revista dos estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*, Ano IV, nº 7, Lisboa, 1952 e «A Universidade de Lisboa», Separata da *Imprensa Médica*, Ano XXIV, 1960, e, ainda, *Pela Universidade de Lisboa!*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, que constitui uma colectânea de discursos de Marcelo Caetano com referência à Universidade de Lisboa.

mestre, onde se prepara a formação do escol. Aqui, já num universo mais restrito, e sendo o mestre um catedrático que apenas profere algumas lições dando mais relevo à investigação, procura-se o despertar de “vocações científicas”, com um trabalho por parte do professor já não sintético, mas com o esforço de um “trabalho exemplar” (Idem, Ibidem). O que é de realçar nesta fase não é só o dito trabalho, constituindo isso apenas uma parte da formação do escol.<sup>19</sup> O que é realmente fulcral é que o “mestre” o seja realmente, e que o aluno se torne, efectivamente, um discípulo, num sincero contacto pessoal.

Até aqui temos vindo a observar, essencialmente, o aspecto intra-universitário, ou seja, com a dialéctica entre aluno e professor que Marcelo Caetano propõe. Apesar disto, a visão da ideia de Universidade a que nos propomos analisar não ficaria completa sem antes passarmos em revisão o que significa, num sentido mais funcionalista do termo, a Universidade num panorama nacional que o professor de Direito lhe confere.

Foi notório, na distinção das várias modalidades de ensino, o surgimento de um conceito que, por diversas razões, levanta sempre debate, isto é, a formação de uma elite. Na visão de Marcelo Caetano, a missão da Universidade reside neste mesmo aspecto, ou seja, a formação de um escol (Caetano, 1974, p. 22), pois a Universidade é o “lugar de encontro” da elite de cada geração, e onde se preparam as gerações vindouras. É “obra” da instituição, segundo um “pecúlio humanista” (Idem, p.13), dar aos jovens que passem por ela certos princípios, estilos de pensamento, atitudes, fazendo com que estes possam ser homens que se distingam dos seus contemporâneos (Id., ibidem). Todavia, e na sua visão, atingir este objectivo exige trabalho, trabalho esse que consiste em que a Universidade não seja apenas um centro de actividade intelectual mas sim um “padrão de vida moral”. E esta vida universitária exige o “cumprimento das leis, a pontualidade no cumprimento dos deveres, a isenção na formulação dos julgamentos e, por último, a sinceridade e verdade nos princípios como nas conclusões” (Id., ibidem).

É visível que, dentro do regime do Estado Novo, Marcelo Caetano foi um dos maiores apreciadores e defensores do sistema corporativo, apresentando, desde a década de 1930, um estudo das origens do corporativismo português, tentando-lhe dar, na prática, um sentido efectivo e propondo uma acção concreta.

---

<sup>19</sup> O próprio Marcelo Caetano afirma, neste texto que estamos a citar, que tem conhecimento de Universidades onde existe, efectivamente, esta distinção. Adverte, no entanto, que o professor que deixa de dar aulas nem por isso deixa de ensinar, simplesmente optando mais pelo trabalho científico e pelo convívio com os alunos. O mesmo acontece com o professor que expõem, pois não deixa de investigar, incidindo mais energias no professorado.

Mas se é notório que na perspectiva de Marcelo Caetano existiu uma falência do modelo corporativo na sua máxima assumpção, nem por isso ele deixou de acreditar na ideia<sup>20</sup>. É deste modo que o corporativismo assume uma importância estrutural na sua ideia de Universidade, pensando – imaginamos que seria o seu «laboratório» – que o único lugar onde podia, efectivamente, criar uma corporação seria no meio universitário<sup>21</sup>.

Pensou a Universidade como um espaço onde os alunos e professores convivessem com um “só espírito e o mesmo fim, onde existisse uma só classe, a “classe universitária” (Caetano, 1974, p.176), e, num claro «empirismo pedagógico» que Caetano propunha, é que a instituição universitária progrediria, e onde a preparação do escol teria a educação de carácter necessária para assumir plenamente a “responsabilidade social” perante a Nação<sup>22</sup>, da qual a Universidade era depositária. (Idem, p. 121). Só desta forma é que o «Edifício» da Universidade poderia ser construído, numa estruturação espiritual, pois a “edificação material da Universidade está, porém, intimamente ligada à sua construção espiritual” (Idem, p.40).

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Martim de, «A edição “definitiva” da *História do Direito Português* de Marcello Caetano», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 41, Nº 2, Lisboa, Coimbra Editora, 2000, pp. 1203-1255.
- AMARAL, Diogo Freitas do, «Prefácio» a *Marcello Caetano, Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.
- CAETANO, Marcello, *Um grande jurista português – Fr. Serafim de Freitas*, Separata de «Nação Portuguesa», Lisboa, 1925.
- , *A Depreciação da Moeda depois da guerra*, Coimbra Editora, 1931.

<sup>20</sup> (Caetano, 1977, p. 345) Marcelo Caetano sempre esteve contra a criação de um Ministério das Corporações, por isso ir, desde logo, em confronto contra a própria ideia de corporação. Veja-se, também, a conferência dada na Sociedade de Geografia, em 1950, intitulada: *Posição Actual do Corporativismo Português*. Aqui, refere claramente que “Ora a verdade é que no fim de 17 anos de regime corporativo não temos corporações”.

<sup>21</sup> Veja-se, no texto *Universidade Nova...*, p. 26: “*Sonho (...) com uma verdadeira corporação*”. Referia-se à Universidade de Lisboa.

<sup>22</sup> Elucidativo é também um outro texto seu que embora escrito em outro contexto mantém a mesma «mensagem», Marcello Caetano, *As Escolas estão ao Serviço da Educação Nacional, Palavras proferidas durante a visita às novas instalações do Ministério da Educação Nacional, em 8 de Fevereiro de 1974*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1974.

- , *A codificação administrativa em Portugal – Um século de experiências (1836-1935)*, Lisboa, Emprensa Nacional de Publicidade, 1935.
- , *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, [s.n.], 1935.
- , *Monografias sobre os concelhos portugueses, Plano elaborado pelo professor da cadeira de direito administrativo*, Lisboa, Tip. da Emp. do Anuário Comercial, 1935.
- , *Manual de direito administrativo*, Lisboa, Universidade Editora, 1937.
- , *O Sistema Corporativo*, Lisboa, [s.n.], 1938.
- , «O Município em Portugal», in *Século (O), Número extraordinário comemorativo do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal*, Lisboa, 1940, pp. 97-98
- , *História do Direito Português*, súmula das suas lições segundo apontamentos fornecidos aos dois alunos sob cuja responsabilidade o volume foi publicado (Ernesto Fernandes e Aníbal Rego), Lisboa, FDL, 1941.
- , *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1942.
- , «Universidade Nova. O problema das relações entre professores e estudantes», in *Estudos*, Ano XIX, Fascículo 10, Coimbra, 1942.
- , *Mocidade Portuguesa, A Missão dos Dirigentes, Reflexões & Directivas pelo Comissário Nacional*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1942.
- , *As campanhas de Moçambique em 1895 segundos os contemporâneos* (pref. e notas de Marcello Caetano), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947.
- , «A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia: 1179-1383», Separata de *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v.7 (1950) e 8 (1951).
- , *As Cortes de 1385*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1951.
- , *Lições de direito constitucional e de ciência política*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952.
- , «Universidade e Investigação», in *Ciência. Revista dos estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*, Ano IV, nº 7, Lisboa, 1952.
- , *As Cortes de Leiria de 1254: memória comemorativa do VII centenário, pelo académico de número Marcelo Caetano*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.
- , Prefácio ao *Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955.
- , *A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa*, Braga, Associação Jurídica de Braga, 1958.
- , «A Universidade de Lisboa», Separata da *Imprensa Médica*, Ano XXIV, 1960.
- , Introdução a *Do justo império asiático dos portugueses, De iusto imperio lusitanorum asiático, Frei Serafim de Freitas*, 2 vol., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1961.
- , «Apontamentos para a história da Faculdade de Direito de Lisboa» Separata de *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol.13, Universidade de Lisboa. Faculdade de Direito, 1961.
- , *Lições de História do Direito Português, feitas ao curso do 1º ano da Faculdade de Direito, em 1961-62, pelo Professor Dr. Marcello Caetano*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.
- , *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos, história duma batalha: da liberdade dos mares às Nações Unidas*, 4ª ed. rev. e ampl, Lisboa, Ática, 1971 (1ª ed. 1963).

- , *Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas* (Comunicação apresentada ao Congresso Histórico de Portugal Medieval em Braga, Novembro, 1959), Separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XV Lisboa, Universidade de Lisboa, 1963.
- , *História breve das constituições portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1965.
- , *Princípios e Definições* (textos de 1936 a 1967 compilados por António Maria Zorro), Lisboa, Panorama, 1969.
- , *As Escolas estão ao Serviço da Educação Nacional, Palavras proferidas durante a visita às novas instalações do Ministério da Educação Nacional, em 8 de Fevereiro de 1974*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1974.
- , *Pela Universidade de Lisboa!, 1959-1962*, Lisboa, IN-CM, 1974.
- , *Minhas Memórias de Salazar*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1977.
- , *Constituições Portuguesas* (4ª edição), actualizada com a análise da Constituição de 1976, Lisboa, Verbo, 1978.
- , *História do Direito Português, Fontes direito público: 1140-1495*, 1º vol., Lisboa, Verbo, 1981.
- , *História do direito português: subsídios para a história das fontes do direito em Portugal no séc. XVI : séculos XII-XVI* (4ª ed.), Introdução de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa, Verbo, 2000.
- CAETANO, Miguel, “Curriculum Vitae, Marcello José das Neves Alves Caetano”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano: no centenário do seu nascimento*, Lisboa, Vol. 1, 2006, pp. 7-18.
- CHORÃO, Luís Bigotte, «História e Direito: Perspectivas de um combate necessário», in *Outros Combates pela História* (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 175-186.
- Livro dos quartanistas da Faculdade de Direito de Lisboa: 1954-55*, Lisboa, Estúdios Gráficos, 1955.
- Livro de curso: curso jurídico de 1953-1958, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Império, 1957
- MACEDO, Jorge Borges de, *Marcelo Caetano Historiador*, Separata da «Revista Brotéria», Lisboa, vol. 114, nº 2, 1982.
- MALTEZ, José Adelino, «História do Direito Português (1140-1495) de Marcello Caetano», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 26, 1985, pp. 611-617.
- MATOS, Sérgio Campos, *A elite universitária de Lisboa* (no prelo).
- HESPANHA, António Manuel, «Historiografia jurídica e política do Direito (Portugal, 1900-1950)», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-83, pp. 795-812.
- O Século: número comemorativo do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1940.
- PAULO, João Carlos, «Marcelo Caetano», in António Nóvoa (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, ASA Editora, 2003, pp. 218-225.
- PEREIRA, André Gonçalves, «Marcello Caetano – Professor da Faculdade de Direito de Lisboa», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXVIII, 1987, pp. 179-184.

- PRIETO, Maria Helena. *A porta de marfim: evocação de Marcello Caetano*. Lisboa, Editorial Verbo, 1992.
- ROSAS, Fernando, «Marcelo Caetano», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 110-112.
- REIS, António, «Marcelismo», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 546-548.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano. Confidências no Exílio*, Lisboa, Verbo, 1985.
- , Joaquim Veríssimo. *Correspondência com Marcello Caetano: 1974-1980*. Venda Nova, Bertrand editora, 1994
- , (Prefácio), *Marcelo Caetano no exílio. Estudos, Conferências, Comunicações*, Lisboa, Editorial Verbo, 2006.
- Jornal de Letras*, 31 de Janeiro, 1989, p. 18.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos Estado Novo*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 615-670.



# RUBEN ANDRESEN LEITÃO: HISTORIADOR E MEMORIALISTA

Paulo Rodrigues Ferreira\*

Ruben Andresen Leitão nasceu em Lisboa a 26 de Maio de 1920. Em 1926, o seu pai Ruben da Silva Leitão, licenciado em Direito e ex-chefe do contencioso de *A Mundial*, emigrou para o Brasil (virando-se para o negócio de antiguidades), tendo-se-lhe juntado um ano depois a sua mãe, Gardina Andresen. Durante dois anos, ficou entregue aos cuidados da avó Joana na Quinta do Campo Alegre. Em 1931, ingressou no Liceu Central do Porto. Nos anos seguintes, devido a problemas de saúde provocados por um desastre ocorrido com um pistolão montado como defesa contra ladrões, mudou sucessivamente de escola (Colégio Universal, Liceu Rodrigues de Freitas e Colégio Almeida Garrett), tendo chegado a reprovar no 7º ano. Em 1939, completou o liceu e voltou com os pais para Lisboa. Em 1940, matriculou-se no curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras de Lisboa, no entanto, dois anos depois, a reprovação na cadeira de Psicologia (leccionada por Matos Romão), do 2º ano do curso, acentuou a sua vontade de pedir transferência para Coimbra. Aí colaborou na revista *Ala*, da Juventude Universitária Católica, e no jornal *Via Latina*.

Em 1947-1948, dois anos depois de se ter licenciado com uma tese intitulada *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, obteve, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, o grau de *Master of Arts* no King's College, da Universidade de Londres, e foi nomeado Leitor de Português na mesma instituição. Exerceu ainda funções de examinador externo nas Universidades de Cambridge, Ceilão e Liverpool, e de director de exames no Civil Service. Em 1949, promoveu no King's College uma representação da *Farsa de Inês Pereira* por um grupo de alunos e proferiu uma série de palestras sobre a Grã-Bretanha nos Serviços Portugueses da BBC, intituladas "Peregrinações Inglesas", e uma conferência pública

---

\* Bolseiro FCT, Doutorando FLUL

intitulada «A Geração de Setenta». Em Outubro desse ano, iniciou uma secção de crónicas no *Diário Popular*, sob o título “Carta de Londres” (entre 1963 e 1974, colaboraria com este periódico, recensando obras da história e cultura portuguesa). Em 1950, deu uma conferência pública no King’s College sobre “Os Vencidos da Vida” e promoveu a representação da peça *Mar*, de Miguel Torga, e do *Auto da Índia*, de Gil Vicente (esta no ano seguinte). Em 1951, proferiu conferências públicas nas Universidades de Cambridge e de Oxford intituladas, respectivamente, «*Portugal Land of Poets*» e «As Corrente Modernas da Literatura Portuguesa». Com estas conferências (e peças de teatro), impulsionava a cultura portuguesa em Inglaterra (e a inglesa em Portugal, com os seus artigos na imprensa periódica nacional) e explorava ideias semelhantes às que o levariam a dedicar-se, durante quase toda a sua carreira académica, ao estudo de D. Pedro V: o cosmopolitismo, a necessidade de progresso económico e de ligação de Portugal à Europa e a crítica ao atraso (económico, social, cultural e mental) português.

Os seus esforços tendo em vista a aproximação das culturas dos dois países seriam notórios no nosso país em 1963, quando foi convidado pela Fundação Calouste Gulbenkian para membro da Comissão Consultiva das Comemorações do IV Centenário de William Shakespeare, e em 1973, quando integrou a Comissão das Comemorações do VI Centenário da Aliança Luso-Britânica, como representante da Academia Portuguesa da História (de que fora eleito membro em 1959). É ainda de salientar que, tendo muita da sua investigação sobre o reinado de D. Pedro V sido efectuada em Inglaterra, estudos como *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra* (1950), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto* (1958), *Documentos dos Arquivos de Windsor* (1958), *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor* (1958) ou *Inéditos de D. Pedro V dos Arquivos Reais de Windsor* (1958), não esquecendo a tradução para português da peça *The Cocktail Party*, de T.S.Eliot, publicada em 1953, fazem parte da já referida contribuição do autor para as relações político-culturais luso-britânicas.

Em Novembro de 1950, depois da leitura de *Páginas II*, Salazar desconsiderou o estilo de pendor surrealista do autor, tendo comentado com o seu ministro da Educação, Fernando Andrade Pires de Lima, que alguém que não sabia escrever em bom português não poderia representar Portugal nem ensinar a língua, sugerindo o seu afastamento das funções que exercia em Inglaterra. Eis a reacção do autor:

“Eu repito perante todos aqui presentes, o réu Ruben A. acaba de confessar que criou perante a língua portuguesa novas palavras, organizações clandestinas

de formação que não compete ao tribunal averiguar. O processo já está todo organizado. As orações, os períodos, as vírgulas, os pontos, as uniões lícitas de verbo com a substância, do adjectivo com o advérbio, as palavras finitas e infinitas, os substantivos comuns de dois, foram todos defraudados, delapidados pelo réu, com bombas de fabrico doméstico, potassa. Em sua casa foram encontradas duas canetas de bico de pato, duas Pelikan modelo antiquado, uma Parker de bico duplo e ainda um tira-linhas, uma esferográfica” (Leitão, 1968, p. 267).

Porém, em Julho de 1951, Salazar já não se objectava a que o autor continuasse como Leitor em Londres. Certo é que, em Junho de 1952, depois de ter contraído matrimónio com Rosemary Bach (de quem se viria a divorciar em 1973), Ruben Andresen Leitão renunciou ao Leitorado do King’s College para regressar a Portugal, atitude que o expôs a meses de angústia, passados em Lisboa à procura da vida preenchida que mantivera em Londres, com dificuldade em encontrar emprego: “Sábado dramático, todo azul, dia zarolho, trémulo, avençado, dia destituído de amor, eu precisava de seis contos sem amor, orvalhados pela simpatia, bastava-me isso. O turbilhão avançava” (Leitão, 1968, p. 282).

Foi em 1954, após breves meses a leccionar História no Liceu D. João de Castro, em Lisboa, que se lhe abriu uma porta para a cultura brasileira: foi admitido como funcionário da Embaixada do Brasil em Lisboa, posição que ocupou até Julho de 1972, e começou a editar *Brasil – Artes e Letras*, revista mensal da Embaixada. Em 1962, foi nomeado Conservador do Instituto de Cultura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lugar que ocupou até 1967. Por ocasião da visita a Portugal do Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. No início de 1966, manifestava ao seu amigo e colega Charles Boxer o desejo de ser considerado quando vagasse a Cátedra Camões no King’s College. Todavia, para suceder a Boxer, foi nomeado, sem concurso, outro professor, o que, depois das antigas posições de Salazar, fê-lo suspeitar de alguma intervenção política. A 16 de Fevereiro desse ano, foi promovido ao grau de Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul pelos serviços prestados como Conservador do Instituto de Cultura Brasileira, e a 22 de Dezembro, foi-lhe atribuído o II Prémio Bayer de Jornalismo pelo artigo «Paixão de Cristo em Oberammergau», representação a que assistira nessa aldeia bávara durante a Páscoa. Em Fevereiro de 1967, iniciou *O Inventário dos Chafarizes Portugueses*, tendo efectuado viagens pelo país na companhia do seu amigo Francisco da Silva Fernandes, encarregue da

parte fotográfica. O inventário foi concluído em Dezembro de 1969 e entregue à Fundação Calouste Gulbenkian, embora nunca tenha sido publicado.

Apesar da frustração que sentiu por não ter regressado a Inglaterra, a sua produção intelectual não deixou de ser intensa, como comprovam as referidas viagens para inventariar os chafarizes nacionais, os artigos publicados na imprensa, as conferências que proferiu ou a ficção que continuou a produzir. Em 1968, foi eleito Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras – Secção de Ciências Históricas e Geográficas) e, em 1969, ano em que se comemoraram os vinte anos de actividade literária de Ruben A. com a conferência «Prosa da Prosa» no Instituto Alemão, passou a Académico de Número da Academia Portuguesa da História, como sucessor, na Cadeira nº9, de Afonso do Paço. A 6 de Julho desse ano, no Festival de Ouro Preto, no Brasil, proferiu conferências intituladas «O Escritor Português e a Sua Expressão» e «O Solar dos Brasis», repetida a 11 em Belo Horizonte e a 23 no Rio de Janeiro. Ponto alto da sua ligação à cultura brasileira foi a nomeação, a 8 de Julho de 1975, como Conferencista Honorário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Crítico de certa mentalidade portuguesa, tacanha, afastada do resto mundo, que elogiava os seus heróis muitos séculos depois de morrerem, como Luís de Camões, bandeira maior do país no mundo, não deixou de ser convidado para, em representação da Academia Portuguesa da História, fazer parte da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário da Publicação do Centenário de *Os Lusíadas*. A respeito deste espírito crítico, não raras vezes considerou, como outros escritores que viveram no estrangeiro (Jorge de Sena, por exemplo), que o seu próprio trabalho de ficcionista era desvalorizado pelo público e pelas editoras portuguesas. Contudo, a sua nomeação, a 31 de Julho de 1972, para o Conselho de Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, contradiz qualquer ideia negativa que se pudesse ter em relação à sua relevância para a cultura nacional. No exercício destas funções, desenvolveu a promoção de edições de literatura clássica portuguesa, a abertura de delegações de livrarias da INCM em Lisboa, Coimbra, Porto e Rio de Janeiro (Livraria Camões), e criou os Conselhos Executivos de Numismática e de Medalhística. Em 1974, a seu pedido, foi exonerado da Administração da INCM e, entre Junho e Outubro, escreveu o romance *Kaos*, só publicado pela INCM em 1981, juntamente com o *In Memoriam de Ruben Andresen Leitão* (esta publicação pode ser vista como expressão do reconhecimento da cultura portuguesa pelo seu trabalho).

A 12 de Dezembro de 1974, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, no quadro dos Sócios Correspondentes Portugueses. Quatro dias depois, recebeu a nomeação para Director-Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, trabalhou na criação de um Instituto de Restauro, no projecto de ampliação do Museu Soares dos Reis no Porto, adquiriu para o Estado a Quinta do Monteiro-Mor (actual Museu Nacional do Traje) e o espólio dos manuscritos de Eça de Queirós do Arquivo de Tormes. Como se constata a partir dos cargos que ocupou, tanto na INCM como no Ministério da Educação e Cultura, a sua contribuição para a cultura portuguesa não se deveu apenas à sua produção historiográfica ou à sua ficção, e o reconhecimento público que lhe foi concedido pelo Estado português foi maior do que o que ele próprio pensou receber. Em 1975, um seu desejo antigo realizou-se com o convite para exercer funções docentes na Universidade de Oxford (Saint Antony's College). No entanto, a 17 de Setembro desse ano, no começo de uma vida conjugal com Maria Luísa Távora, iniciou uma viagem para Inglaterra, na qual teve perturbações de saúde. Na sexta-feira de 26 de Setembro, vítima de um enfarte do miocárdio, morreu no St. George's Hospital (Hyde Park Corner), onde dera entrada no mesmo dia. A 8 de Outubro, por desejo seu, foi sepultado no cemitério de Carreço, em Viana do Castelo.

Resultando principalmente da investigação que levou a cabo durante os anos que passou em Inglaterra, a sua obra historiográfica gira em torno do reinado de D. Pedro V. Foi em Coimbra, com Damião Peres, que se iniciou no estudo daquele que caracterizava como o primeiro homem moderno que em Portugal testemunhou em escritos do seu próprio punho o significado da sua época, do seu país e dos seus homens. Nos Arquivos ingleses encontrou inéditos, correspondências e diários. Saliente-se a importância da publicação da correspondência de D. Pedro V com o príncipe Alberto e com o conde do Lavradio.

Em 1955, a Associação Comercial de Lisboa atribuiu o Prémio Silva Martha a *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto* (1954). Sobre essas cartas notaria, num estilo muitas vezes humanizante, normalmente usado na biografia histórica, género muito cultivado na tradição britânica, que lhe davam a sensação de estar perante um D. Pedro carente, hesitante, desconfiado dos seus súbditos, que pedia conselhos como qualquer outro ser humano pediria a um seu familiar. O historiador enunciava aquelas que considerava serem as posições do monarca sobre o país, ao mesmo tempo que deixava subentendida a ideia de que, cem anos depois, pouco tinha mudado. Em contraste com o perfil algo heróico do

jovem rei, enumerava alguns dos principais traços da decadência nacional: o regime liberal perdia-se em lutas desnecessárias; os sucessivos ministros da Fazenda Pública não conseguiam resolver o eterno problema do défice, e na maior parte das vezes, só o agravavam ao contraírem empréstimos no estrangeiro; a imprensa era controlada pelos mais ricos, que dela punham e dispunham; as eleições não correspondiam à vontade popular; os deputados eleitos eram comprados como produtos, por vezes a preços caros; faltava educação ao povo; faltava vontade de uma vulgarização de ideias que deviam estar na base de todo o liberalismo; livros, poucos os liam (Leitão, 1950, pp. 16-50).

D. Pedro, nascido a 16 de Setembro de 1837, filho primogénito de D. Maria II e do Príncipe D. Fernando Augusto de Saxe Coburgo (que, em 1853, devido à menoridade de seu filho, assumira uma regência que durou dois anos incompletos), era considerado por Ruben Andresen Leitão, mais do que um talento precoce, um jovem que, motivado por um forte desejo de saber, se privara voluntariamente da infância. Solitário e consciente do atraso do país, sentia a falta de homens que com ele colaborassem na obra da modernização nacional, pois tudo o que tentava fazer caía sistematicamente nas mãos “peganhentos” dos seus ministros (Leitão, 1950, p. 55). Caracterizando, recorrentemente, os ministros do “solitário” e “consciente” D. Pedro com adjectivos tais como “peganmentos”, o autor construiu uma biografia assente em algum maniqueísmo: de um lado os bons (D. Pedro e o tio Alberto, o Conde de Lavradio ou Herculano, homens que o compreendiam), do outro, os maus (os deputados, os ministros, Loulé, Saldanha, e tudo o que impedia um jovem inteligente de puxar um país pobre para o progresso). As cartas enviadas ao Conde de Lavradio eram “desabafos” dirigidos a um dos poucos que compreendiam o rei. O aspecto “sombrio” que transparecia da sua fisionomia conferia-lhe um “semblante triste, taciturno”. Durante o seu breve reinado (1855-1861), não assinava nenhum decreto dado em conselho de ministros sem o levar para o seu gabinete e o analisar, independentemente do assunto versado. A sua “integridade de carácter” (contra a perversão reinante) levava-o a criar a Caixa Verde, colocada à porta do Palácio das Necessidades, onde quem quer que fosse poderia deixar as suas ideias, e a Caixa Azul, destinada aos requerimentos do que pretendiam obter esmolas (Leitão, 1950, p. 61). Em 1854 e 1855, durante a regência de D. Fernando, D. Pedro e D. Luís fizeram viagens ao estrangeiro.

Ruben Andresen Leitão considerava que, por terem-no posto em contacto directo com as inúmeras inovações de um mundo mecânico que nascia à vista

de todos, estas viagens tinham sido fundamentais para consolidar uma dupla vontade de reforma moral e material que caracterizaria todo o reinado do monarca. Por conseguinte, contendo projectos que desejava pôr em prática no nosso país, os *Diários* resultantes destas viagens seriam, segundo o historiador, os documentos mais relevantes para o estudo do seu modo de pensar (a ideia de ciência, de aplicação directa, de progresso mecânico). Conta-nos o autor que, com apenas dezasseis anos, D. Pedro lia e observava tudo, tomava conhecimento da aplicação de máquinas a vapor à agricultura, examinava bibliotecas inglesas, admirava os quadros do palácio de Buckingham, deixava-se fascinar pelo Museu das Ciências Naturais Britânico, pela Real Academia, pela Royal Polytechnical Institution ou pela fábrica de pistolas de Samuel Colt, anotava nos seus diários reflexões sobre, por exemplo, o projecto de lei de promoções para o exército, a reorganização das repartições dependentes do Ministério da Guerra ou o parecer relativo ao aumento de artilharia de campanha (Leitão, 1950, p. 70). Notava o historiador que todo o reinado de D. Pedro V ficou marcado por um espírito reformista, e dava exemplos como a lei de 14 de Julho de 1856, que criara um novo regulamento provisório disciplinar, para o uso do Exército, abolindo as varadas e a pancada com espada de prancha.

Não obstante o que já se mencionou, no entendimento de Ruben Andresen Leitão, a obra capital do monarca relacionava-se com o problema da instrução pública no nosso país. Lembrava, a título ilustrativo que no seu tempo que foram criadas a Escola Normal e a Escola Modelo (1860) e inauguradas quatrocentas e trinta e seis escolas de instrução pública e o Curso Superior de Letras (1861).

As opiniões do historiador confundem-se com as de D. Pedro V. Pode-se, até, considerá-lo um verdadeiro discípulo do monarca no que se refere ao papel da história e ao pensamento político, na defesa da liberdade e da igualdade, do progresso e da educação, na defesa do interesse geral sobre o particular. Foi comum a ambos um grande desejo de saber e de viajar, o mesmo gosto cosmopolita pela Europa, um mesmo entendimento sobre a importância da história e do progresso social e político em Portugal. E não seria feita justiça se não se dissesse que a investigação que efectuou em Windsor contribuiu para novas leituras do reinado de D. Pedro. Na sua obra historiográfica, Ruben Andresen Leitão foi, portanto, um estudioso que, embora tenha biografado D. Pedro V de modo assaz elogioso e adoptado muito do pensamento do rei para si próprio, não se limitou ao simples elogio (embora o elogio gratuito esteja muitas vezes presente), antes procurou conferir um sentido crítico ao seu trabalho. Reiteradas vezes

assinalou, por exemplo, que o filho de D. Maria II, apesar de culto e sedento de saber, era demasiado jovem para liderar um país com tantos problemas. Os diários das viagens, considerados muito relevantes para a compreensão do reinado de D. Pedro, se atestavam uma inteligência precoce, que o levava a escrever em francês e inglês, também tinham os defeitos dessa juventude excessiva (erros e imprecisões na escrita, alguns pensamentos mais ingênuos, *etc.*).

Como já aqui se afirmou, o que Ruben Andresen Leitão (que considerava que a história pertence ao passado e ao presente, numa ideia comum de lição) viu em D. Pedro foi a mesma vontade de mudar o país, de conhecer, de viajar, de compreender o que havia de moderno na Europa, o cosmopolitismo, a luta contra um atraso nacional muito causado pela mediocridade de políticos como, por exemplo, o duque de Loulé – figura sobre a qual Ruben Andresen Leitão diria, em jeito de epígrafe, que não valia nada (Leitão, 1950, p. 55). Certo é que, como escreveria Jorge Borges de Macedo, a fúria humanista de Ruben A. Leitão é essencial para se compreender a sua posição como romancista, historiador ou crítico (Macedo, 1981, p. 221). O esforço do romancista, do historiador, do crítico era encontrar a unidade do homem. E é também por isso que Andresen Leitão recorre à adjectivação, para tornar as suas personagens humanas.

A obra literária de Ruben Andresen Leitão, onde assina como Ruben A., próxima da estética surrealista, foi sendo construída paralelamente à sua produção historiográfica para dar uma visão pessimista, sem deixar de lado a parte cómica ou patética que compõe toda a tragédia, do mundo português. Em *A Torre da Barbela* (1964), livro premiado, conta-se a história da família Barbela desde a fundação do reino de Portugal até ao presente. Esta família – composta por fantasmas de sangue nobre ignorantes do que lhes aconteceu, desprovidos de um poder que, à semelhança da glória portuguesa de quinhentos, se esfumou –, que começou por ajudar D. Afonso Henriques a expulsar os mouros e que, depois, viajou nas caravelas para África, Índia e Brasil, chegou ao século XX na mais profunda decadência. Os Barbela são a imagem de um país que se tornou retrógrado e provinciano. A memória dos grandes feitos é uma miragem cada vez mais desbotada, e aquilo que estes fantasmas lusitanos mais têm em mãos é o nevoeiro que todos os dias os vai entregando um pouco mais ao esquecimento. Nas palavras do autor: “*A Torre da Barbela* retrata o drama lírico das nossas deficiências, corrosivas, o tancão de nossa convivência, radiografia que deixa a nu a falta de progresso em oito séculos de procriação, o monólogo de diálogo que não existe e a beleza de uma paisagem que existe” (Leitão, 1968, p. 101). Em *Kaos*

(1981), romance póstumo, diferentes personagens cruzam-se para descreverem o ambiente violento, extremista e não poucas vezes absurdo da I República. Insinua-se, por exemplo, em estilo de paródia, que os homens republicanos, na fome de reuniões e de decisões, prescindiam da companhia de suas mulheres para estarem com homens. Com a mesma carga humorística são feitas descrições de alguns rituais maçónicos. E há a violência, a irracionalidade dos homens que preferem destruir facções opostas em vez de se unirem em torno de um projecto político de engrandecimento da pátria. Já em *Caranguejo* (1954), o autor desenvolveu um estilo de narração que consistia num exercício de memória, num andar para trás em relação ao que já viveu (analepse). Este processo, que permaneceria ao longo das suas obras literárias subsequentes, estaria também presente, tanto nos volumes de *Páginas* (1949, 1950, 1956, 1960, 1967 e 1970) como n' *O Mundo à Minha Procura* (1964, 1966 e 1968), autobiografias de estilo ficcional onde encontramos memórias da Segunda Guerra Mundial, da escola, dos namoros, do Porto, de Lisboa, de Coimbra, da Inglaterra e de muitos outros países que, por diferentes motivos, foi visitando. Nestes volumes de autobiografia ficcionada, como de certa forma em *Um Adeus aos Deuses* (1960) – um livro onde escreveu sobre aquilo que viu durante a sua estadia na Grécia –, a beleza das descrições da juventude, das namoradas, da avó ou dos ensinamentos de mestres como Agostinho da Silva, relega para segundo plano uma certa amargura que o escritor nunca conseguiu abandonar em relação ao seu país materno. Mas a caricatura da sociedade portuguesa é recorrente. Por exemplo:

“Os Portugueses são muito estáticos, cansam-se facilmente, nascem aborrecidos, doem os pés às mulheres, vivem de maldadezinha para recuperarem a inveja que sentem dos que foram capazes de fazer aquilo que talvez lhes ia na gana. Navegámos muito nos séculos passados, viajámos no outrora, agora dormimos, perdemos a iniciativa, acabamos no elogio, no almoço a bordo, na sestinha abarrigada, no parece mal. (...) Num país como Portugal, o difícil é ser bom pela inteligência, ser correcto, ver o ponto de vista alheio – pagamos a nossa presença no mundo através de uma bondade de segunda, e de uma inteligência de espertezas, tipo que nos ludibria a todo o momento. Ao fim e ao cabo deixamos o rabo de fora somos apanhados pela extremidade indiscreta do nosso ser. As pessoas que querem o Bem, em relação às pessoas que praticam o Mal, vivem numa minoria de arrepiar. As pessoas não são culpadas perante a sua sociedade cívica, são apenas responsáveis frente aos seus superiores hierárquicos, e assim sucessivamente” (Leitão, 1968, p. 93).

Poderíamos acabar com uma frase de Rosado Fernandes sobre Ruben Andresen Leitão, que bem poderia ser uma frase de Andresen Leitão sobre D. Pedro: «Dado o seu percurso, a gente que conheceu, os lugares que frequentou, a sua obra literária constitui documento vivo da memória do seu tempo» (Fernandes, 1999, p. 41).

## Bibliografia

- A.A.V.V. (1996), *O Mundo de Ruben A*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- CRUZ, Liberto (1969), “Ruben A. Vinte anos de Prosa”, *Revista Ocidente*, vol. LXXVI, Lisboa, pp. 290-300.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado (1999), “LEITÃO, Ruben. A. ANDRESEN”, *Dicionário de História de Portugal VIII* (coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Figueirinhas, pp. 39-41.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1950), *D. Pedro V – um homem e um rei*, Porto, Portucalense Editora.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1954), *D. Pedro V e Herculano*, Coimbra, Coimbra Editora.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1958a), *Documentos dos Arquivos de Windsor*. Apresentação, estudo e notas. Coimbra, Coimbra Editora.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1958b), *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor*. Apresentação, estudo e notas. Coimbra, Coimbra Editora.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1961) *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos*. Apresentação, estudo e notas. Lisboa, Livraria Portugal.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1970), *Diário da Viagem a França Del-Rei D. Pedro V (1855). Memórias e Documentos para a História Luso-Francesa – VI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1994 [1968]), *O Mundo à Minha Procura III*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- LEPECKI, M. Lúcia (1979), “Ruben A.” *Grande dicionário da literatura portuguesa e de teoria literária* (dir. J. J. Cochofel), Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 1-3.
- MACEDO, Jorge Borges de (1981), “Ruben A. Leitão na historiografia portuguesa contemporânea”, *In memoriam Ruben Andresen Leitão*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 216-224.

# VITORINO MAGALHÃES GODINHO - HISTÓRIA, ENSINO E INVESTIGAÇÃO NOS ANOS 40\*

José Manuel Guedes de Sousa\*\*

O percurso intelectual de Magalhães Godinho (1918-2011) ao longo da sua vida foi multifacetado e manifestou-se de diversas formas. Tal era já notório na década de 40, dedicando-se por esta altura ao ensino universitário, à participação cívica e política (através de movimentos oposicionistas), à edição e tradução de obras e à publicação em diferentes géneros (ensaio, estudos e obras de divulgação), sobretudo de cariz histórico (Magalhães, 1988). Este contributo para o estudo da sua obra pretende apenas considerar o seu labor no âmbito da pedagogia e reflexão sobre a história e historiografia, integrando-o no contexto cultural e institucional da época.

Parte significativa do percurso académico de Magalhães Godinho até à sua ida para França, em 1947, esteve ligado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), onde se formou como aluno entre 1936 e 1940 e depois como professor extraordinário contratado entre 1942 e 1944, não esquecendo, pelo meio, a obtenção do diploma em Ciências Pedagógicas pela mesma Faculdade em 1941.

A experiência como professor na FLUL foi de curta duração e tinha apenas 24 anos quando nela ingressou. Estes factores, aliados à sua controversa saída, contribuem para que esta passagem seja por vezes esquecida quando se tem em conta a sua carreira como professor e investigador, assim como a própria história da Instituição<sup>1</sup>.

---

\* Este artigo é o resultado parcial da investigação realizada no âmbito do mestrado em História Contemporânea na FLUL. O aprofundamento de algumas das questões aqui tratadas foi feito na dissertação de mestrado: *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*.

\*\* Mestre pela FLUL

<sup>1</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, por exemplo, ao participar numa «mesa redonda» sobre os 75 anos da FLUL, fez uma curta intervenção sobre o ensino da história nestes ¾ de século, referindo essencialmente os professores que se destacaram neste período (*Revista da Faculdade de Letras*, 1986, pp. 176-179). Ao referir-se especificamente ao intervalo

Qual a memória veiculada por Magalhães Godinho sobre a FLUL nestes anos? À semelhança de outros antigos alunos que por lá passaram nos anos 40, tais como José-Augusto França, Joel Serrão e Mário Soares, Magalhães Godinho tinha uma memória bastante crítica e negativa sobre a FLUL. Como refere, num texto em memória de Fernando Piteira Santos (também ele estudante na FLUL por esta altura), “foi no soturno e enxovalhado casarão, onde desprezivelmente funcionava a Faculdade de Letras de Lisboa, que encontrei Fernando Piteira Santos. Frequentavam-na uns 600 estudantes e leccionava aí uma vintena de professores e assistentes, mal escolhidos e pouco dedicados; um ensino no conjunto obsoleto, um ambiente bafiento: «a única escola do mundo para a qual se entra a descer» – ironia de Rodrigues Lapa que lhe valeu a demissão. Como em todas as escolas (e não só) as relações sofriam da desconfiança natural de quem seria o outro – podia ser agente disfarçado, ou fascista disposto à denúncia” (Godinho, 2010, p. 503). Esta caracterização era partilhada pelos outros antigos alunos já referidos, que em comum elaboraram uma memória assente na crítica às más instalações do «velho Convento de Jesus», à falta de qualidade dos docentes (Soares, 1974, pp. 35-59) e ao sistema de ensino superior. Unia-os igualmente uma valorização dos seus percursos de autodidactas. Joel Serrão destacava a “autodidáctica universidade das tertúlias de café” e Magalhães Godinho referia que “gozámos [...] do privilégio de nada ter aprendido na Faculdade, e de nos podermos preparar à nossa vontade” (Godinho, 1971, p. XX). Lembrem-se os casos de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins, historiadores de formação autodidacta e influências historiográficas e cívicas para estes jovens estudantes. Aliás, em 1946, Magalhães Godinho já destacava que os melhores contributos historiográficos não se deviam aos docentes das universidades e citava, para além de Herculano e Oliveira Martins, os casos de Alberto Sampaio, Gama Barros, Costa Lobo, Lúcio de Azevedo e Jaime Cortesão (Godinho, 1946, p. 18).

Muitos destes alunos, aos quais ainda se podem juntar Joaquim Barradas de Carvalho e António José Saraiva, tiveram em conta os dois historiadores acima citados nas suas investigações e um dos últimos textos publicados em vida por Magalhães Godinho foi precisamente um longo estudo introdutório a uma antologia de textos de Alexandre Herculano (que também organizou), sintomaticamente intitulada *Alexandre Herculano – o cidadão e o historiador* (2010).

---

de 1930-1957, cita mais de uma dúzia de professores que neste período contribuíram para o ensino e investigação da história na Faculdade. O nome de Magalhães Godinho não surge entre estes.

Porém, nestes anos 40 o seu interesse estava mais focado em Oliveira Martins. Magalhães Godinho chegou mesmo a propor a elaboração de uma tese sobre o autor do *Portugal contemporâneo* – que lhe foi recusada por ser demasiado actual – e realizou uma conferência intitulada “Oliveira Martins. Historiador” no Ateneu Comercial do Porto em 1945, ano do centenário do nascimento de Oliveira Martins<sup>2</sup>.

A crítica que Magalhães Godinho fez à Faculdade de Letras de Lisboa inscrevia-se numa mais ampla ao ensino da história, sobretudo no ensino superior. Criticava o curso de Ciências Histórico-Filosóficas vigente nas faculdades de Letras, que promovia a acumulação e dispersão de trabalho sem que a união entre a história e a filosofia trouxesse a vantagem de a história ser tratada com espírito filosófico (Godinho, 1946, p. 177). À semelhança do que tinha defendido Delfim Santos na *Linha geral da nova universidade* (1934), Magalhães Godinho chamou a atenção para a necessidade de se historicizar o ensino com a aproximação da história à sociologia, psicologia e à economia. Por conseguinte, o ensino da história nas faculdades de Letras era, fruto das suas origens, um “engano” (Godinho, 1946, p. 177). Algumas das cadeiras que propôs que fossem criadas são demonstrativas dessa sua concepção: História Económica e da Técnica, História da Ciência, História das Ideias Políticas e Económicas, etc. (Godinho, 1946, p. 178).

Não faria sentido, porém, se fossem criadas estas novas cadeiras e não houvessem docentes qualificados para as leccionar. Magalhães Godinho era defensor de uma especialização do corpo docente, à semelhança de João da Silva Correia, professor catedrático da FLUL (Correia, 1937). Contudo, esse desejo estava longe de ser concretizado. O reduzido número de docentes levava a que estes fossem forçados a leccionar várias cadeiras, o que dificultava o processo de especialização e conduzia ao esgotamento. O caso de Magalhães Godinho é paradigmático: enquanto professor na FLUL, leccionou as cadeiras de História da Antiguidade Clássica, História da Antiguidade Oriental, História Medieval, História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa (aulas práticas), Numismática e Esfragística, História Moderna (aulas práticas) e, por vezes, as aulas teóricas de História Moderna e História dos Descobrimentos na ausência dos professores titulares (Godinho, 2008, p. 9; Marques, 1988).

<sup>2</sup> Para a leitura feita por Magalhães Godinho à obra historiográfica de Oliveira Martins, veja-se Maurício, 2005, pp. 136-149.

Ainda assim, a dispersão do docente não tinha necessariamente um efeito negativo. Para além de evitar uma especialização precoce, propiciava uma abertura de horizontes e incentivava uma concepção comparativa da história, evidente no caso de Magalhães Godinho. Na sequência desta dispersão lectiva, chegou a escrever pequenas obras que não tiveram continuação nos seus projectos de investigação. São os casos do artigo *A România e a crise do século III* (1943) e da pequena obra de divulgação *O Antigo Império egípcio* (1944). Contudo, o estiolamento, a impossibilidade de investigar, de efectuar uma especialização e os obstáculos à progressão na carreira docente, devem igualmente ser tidos em conta (Magalhães, 1988, p. 3).

A especialização era indissociável da criação de condições de investigação. No significativo ensaio *A crise da história e as suas novas directrizes*, alertava para a necessidade de se investigar nas universidades, tanto para os docentes-investigadores como metodologia de ensino para os alunos. Assim, era necessário aumentar as aulas práticas e o contacto dos alunos com as fontes, estimulando-lhes a capacidade interpretativa. E seria igualmente necessária a criação de seminários e dissertações de licenciatura com utilidade para a ciência e investigação (Godinho, 1946, p. 178). Já os modelos de doutoramento e recrutamento de docentes deveriam desencorajar o enciclopedismo e dispersão, valorizando a criação de investigação original e útil ao progresso científico. Magalhães Godinho inscrevia-se, deste modo, numa linhagem que remontava já aos finais do século XIX e que valorizava o perfil de «professor cientista» em detrimento do «professor expositor». Refiram-se a este propósito docentes como Ricardo Jorge, Sobral Cid, Celestino da Costa, Orlando Ribeiro, entre outros (Matos, no prelo).

Tendo em conta estas críticas que apresentou, tanto à FLUL como ao ensino superior da história, pode-se perguntar por que razão aceitou Magalhães Godinho o convite de Manuel Heleno, então o único professor catedrático da secção de História da FLUL, para integrar o corpo docente desta instituição? Terá sido, como refere, para “não descer [em alusão ao sarcasmo de Rodrigues Lapa] e agir junto dos jovens”? (Godinho, 1990, p. 42) E se assim foi, como procurou implementar as propostas que propunha para o ensino da história?

### **“O carácter universal da verificabilidade”: as fontes históricas**

Como vimos, Magalhães Godinho era defensor de um modelo de ensino e investigação assente no contacto regular com as fontes históricas. Pela aná-

lise dos sumários das cadeiras que leccionou torna-se evidente que pretendeu implementar este modelo nas suas aulas. À excepção da cadeira de História da Antiguidade Oriental (provavelmente devido à dificuldade em encontrar fontes traduzidas para português), são frequentes nas restantes cadeiras em que existe o registo dos sumários o recurso a esta opção metodológica, podendo-se destacar as referências à *Iliada* de Homero, à *Constituição de Atenas* de Aristóteles, à *Germânia* de Tácito, aos *Comentarii de Bello Gallico* de César ou ainda a Heródoto e Políbio. Segundo Joaquim Barradas de Carvalho, aluno de Magalhães Godinho por esta altura, a investigação conjunta com os estudantes também era tida em conta: “Ele tinha a audácia de preparar aulas, de aparecer perante os alunos com uma bibliografia actualizada, tinha a extrema audácia de fazer pesquisa científica, de publicar os resultados dessas pesquisas e, *crime máximo*, teve a ideia de criar centros de estudos (históricos e filosóficos), onde em colaboração com os alunos procurava fazer pesquisa histórica ou filosófica” (Carvalho, 1974, p. 52).

A análise das fontes históricas ganhou, contudo, especial relevância em torno das aulas práticas de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa. Esta importância era comum aos vários docentes que leccionaram esta cadeira na FLUL ao longo dos anos 40 como Virginia Rau, Artur Nobre de Gusmão ou Bandeira Ferreira (Castro e Travessa, 1996, pp. 42-43). Contudo, no caso de Magalhães Godinho, as consequências da leccionação desta cadeira tiveram um significado mais amplo. Os documentos históricos analisados pelo jovem professor nesta cadeira estavam associados à expansão henriquina no segundo terço do século XV. Importava, sobretudo, salientar as características do regime senhorial português, as políticas económicas e de colonização seguidas (com especial destaque para a atribuição de monopólios que favoreciam o Infante D. Henrique), sem esquecer os aspectos técnicos e mentais em torno dos Descobrimentos (Rodrigues, [s.d.], pp. 22-54).

Por esta altura, ainda docente da FLUL, Magalhães Godinho publicou dois pequenos artigos na *Revista da Faculdade de Letras* relativos à história dos Descobrimentos e expansão (Godinho, 1942a, 1943a). Procurava, pela citação de trechos de «geografia económica» de várias fontes, comprovar a existência de causas económicas na expansão portuguesa do século XV, distanciando-se, por exemplo, da tese de David Lopes (também ele professor da FLUL em 1942, ano da sua morte), que defendia que a conquista de Ceuta não se deveria a razões económicas.

Ao mesmo tempo que insistia num ensino e investigação assentes na análise de fontes históricas, mostrava-se igualmente bastante crítico com o trabalho erudito e de edição documental feitos em Portugal:

“Portugal parece o domínio de eleição do trabalho erudito e arquivístico, e por isso espanta tanto mais o desleixo que tem presidido à própria fundamentação *erudita* da nossa história. A maior parte das edições dos nossos cronistas e das colectâneas documentais encontram-se esgotadas, ou são incompletas, ou não satisfazem o rigor imprescritível. Se a penúria é tal no que respeita a edições diplomáticas, podemos afoitamente afirmar que tudo está por fazer no que respeita a edições críticas. É muito significativo que o principal esforço tenha sido fornecido por estrangeiros, por exemplo Robert Ricard quanto a Marrocos. Conexa a esta lacuna, deparam-se-nos estas outras também extraordinariamente graves: a ausência de uma obra de conjunto sobre as fontes e a bibliografia da história de Portugal e de outra sobre as fontes e a bibliografia da história dos descobrimentos. Será preciso dizer que as diferentes fontes raro têm sido objecto de investigação minuciosa, não dispondo assim de trabalhos sobre Diogo Gomes, Cadamosto, Valentim Fernandes, Duarte Pacheco, etc.?” (Godinho, 1942b, p. 183).

Magalhães Godinho não era, nesta época, o único a criticar o estado da edição de fontes históricas em Portugal (Boxer, 2002 [1953]). Porém, o estado da erudição e edição documental que denunciou foram um incentivo para prosseguir o seu trabalho nesta direcção. Em 1943 foi publicado o primeiro volume dos *Documentos sobre a expansão portuguesa*, seguindo-se em 1945 e 1956 a edição do segundo e terceiro volumes (recentemente reeditados). Curiosamente, a esmagadora maioria dos documentos analisados nas aulas práticas de história dos Descobrimentos foram incluídos neste primeiro volume, o que demonstra uma estreita ligação entre o ensino e a investigação que praticava por esta altura (Godinho, 1943b; Rodrigues, [s.d.]).

A publicação dos *Documentos* teve alguma repercussão no meio historiográfico português. Duarte Leite, um dos mais influentes historiadores dos Descobrimentos na formação de Magalhães Godinho, elogiou a “erudição, clarividência e escrupulo” na escolha e comentários dos textos, qualidades raras, acrescentava, entre os historiadores. A crítica que fez à edição dos *Documentos* era de cariz essencialmente erudito não deixando, porém, de se congratular com os alertas desmistificadores que Magalhães Godinho fez a propósito da figura do Infante D. Henrique, que se tornara lendário por “alguns turiferários, acobertados sob a capa do patriotismo, que o transmudam em ídolo intangível” (Leite, 1943, p. 261). Também Sílvio Lima, professor da Faculdade de Letras de Coimbra que, tal

como Rodrigues Lapa, Abel Salazar e Aurélio Quintanilha, tinha sido demitido na sequência do decreto de 13 de Maio de 1935 (depois reintegrado em 1942), escrevera uma recensão crítica bastante elogiosa à edição dos *Documentos* e das *Dúvidas e problemas acêrca de algumas teses da história da expansão* (1943), este último um pequeno ensaio em que Magalhães Godinho criticava a tese cruzadista de Joaquim Bensaúde, na sequência das críticas de Gonçalo de Reparaz Júnior e Duarte Leite (Silva, 2004, pp. 90-101).

Através da recensão crítica de Sílvio Lima, a publicação dos *Documentos* chegou à atenção de Oliveira Salazar. Alfredo Pimenta, intelectual polémico mesmo no seio do Estado Novo, escreveu uma carta ao Presidente do Conselho cujo conteúdo referente aos *Documentos* aqui se transcreve:

«[...] recebi há dias o último número da *Biblos*, a revista da Faculdade de Letras de Coimbra. Chamo a atenção de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para o artigo da pág. 509, da autoria de Sílvio Lima, sobre um tal Vitorino Magalhães Godinho, escritor-expoente do mais nefasto doutrinariismo. É este professor da Faculdade de Letras de Lisboa, e tem um livro cheio de veneno – *Documentos* sobre a expansão portuguesa, cientificamente nulo, doutrinariamente errado e pecaminoso. Pois este Sílvio Lima exalta-o tanto, que se está a ver a camaradagem ideológica dos dois famosos pioneiros do materialismo histórico.

Eu sou um escritor perigoso; mas estes senhores pontificam nas cátedras universitárias, espalhando a semente mortífera.» (*Salazar e Alfredo Pimenta...*, 2008, pp. 186-187).

Mas como podia ser considerada «cheio de veneno», «doutrinariamente errado e pecaminoso» a publicação de fontes históricas? É que, como argutamente notou Sílvio Lima, “a história não é pura acumulação desconexa de textos documentais, mas *explicação*, construção racional interpretativa, *problemática* aberta e sangrando em carne viva. O papel do historiador começa verdadeiramente na ordenação relacionadora e no encadeamento inteligível dos factos” (Lima, 1943, p. 509).

Estava em causa a própria «mediação ideológica» da história, que a publicação de fontes pretendia pôr freio, colocando o leitor em contacto directo com os textos (Justino, 2011, p. 28). A publicação de fontes documentais com notas que facilitavam a leitura por um vasto público punha em causa os divulgadores de história associados ao regime, que visavam sobretudo disseminar e legitimar a concepção histórico-ideológica do Estado Novo. Tal já havia sido notado por Charles R. Boxer quando refere: “Less national catechism and more genuine history should be the motto of the research worker in this field [refere-se à publicação de grandes séries documentais]” (Boxer, 2002 [1953], pp. 3-4).

Quais as razões que terão levado Magalhães Godinho a optar por focalizar as suas investigações em torno da história dos Descobrimentos e expansão? Antes de mais, a leccionação das aulas práticas da cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa. Mas as razões mais profundas penso serem, por um lado, o próprio cariz da área de estudo, que lhe permitia potencializar a sua visão universalista da história e, por outro lado, por ser uma área de estudo propícia a leituras marcadamente ideológicas da história, que alguns dos seus textos mais polémicos nesta época, como as *Dúvidas e problemas...* e *Comemorações e história* (1947), pretenderam criticar.

A valorização das fontes históricas enquadra-se igualmente na defesa da «verdade histórica», ou seja, da cientificidade e universalidade do discurso historiográfico. Esta deveria estar acima de qualquer valor patriótico, religioso ou político. Assim se percebe que entendesse que a história deveria assentar predominantemente em fontes publicadas e que um dos pilares da ciência era o “carácter universal da verificabilidade” (Godinho, 1943b, p. 4).

### **Reflexão epistemológica, conceptual e metodológica sobre a história e historiografia**

A importância do conhecimento das fontes e sua interpretação só faria sentido se, ao mesmo tempo, esse esforço fosse complementado por um simultâneo de construção teórica e problematizadora (Bethencourt, 2005, p. IX). E no que respeita à história dos Descobrimentos tal é evidente pela publicação das *Dúvidas e problemas* (1943) e de *A expansão quatrocentista portuguesa* (1945).

A reflexão teórica e problematizadora da história está, porém, sobretudo associada ao ensaio *A crise da história e as suas novas directrizes* (1946), que resulta da refundição e ampliação da *Historiografia contemporânea. Orientações e problemas*, um ensaio publicado na *Revista da Faculdade de Letras* em 1942, ano em que também realizou uma conferência na FLUL com o mesmo título, elogiada por Ferreira de Almeida, professor da mesma Faculdade (Almeida, 1942). A publicação deste primeiro ensaio recebeu também os elogios do já referido Sílvio Lima, que recomendou a sua leitura ao então seu aluno, Joaquim Veríssimo Serrão, e de Paul Teyssier, lusitanista então associado ao Institut Français au Portugal (*Review Fernand Braudel Center*, 2005, p. 392).

*A crise da história* (ensaio que doravante se seguirá) teve um carácter excepcional e precoce se tivermos em conta a época e a fraca tradição portuguesa de

reflexão epistemológica sobre a história (Torgal *et al.*, 1996, p. 367). De facto, o interesse dos historiadores portugueses pela teoria da história era por essa altura bastante reduzido e o mesmo se verificava no restrito meio universitário. Imperava uma postura acrítica e neutral, a precaução de não tomar partido, não enveredar pela discussão epistemológica, salvo raras excepções, e evitar interpretações que pudessem ser consideradas de cariz demoliberal ou mesmo marxista (Torgal *et al.*, 1996, pp. 257-265; Macedo, 1981, p. 219; Maurício, 1999, p. 173).

As políticas educativas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo também não privilegiaram a reflexão teórica da história nas cadeiras universitárias. Exemplo disso foi a supressão da cadeira de Propedêutica Histórica, criada em 1918, que potencialmente poderia servir para estimular a reflexão sobre o exercício historiográfico. O autor da medida foi Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução Pública e docente da FLUL, que em 1929 endereçou uma carta a Oliveira Salazar considerando inútil a existência desta cadeira (Nunes, 1995, p. 78). Só em 1957, aquando da reforma das faculdades de Letras, se criaria a cadeira de Teoria da História, que de início foi leccionada na FLUL por Virgínia Rau (Marques, 1988, p. 195).

Magalhães Godinho, todavia, estava determinado na aplicação de uma pedagogia de ensino que privilegiasse uma visão problematizadora e crítica da história e da historiografia. E fazia-o recorrendo sobretudo às aulas práticas das cadeiras que leccionava. Nas cadeiras de História da Antiguidade Oriental (HAO) e História Medieval (HM), cerca de 70% e 40% dos sumários das aulas práticas fazem referência a estas temáticas, respectivamente. Para exemplificar, eis alguns desses sumários: “discussão pelos alunos do problema da natureza da história e das relações entre história e filosofia” (HAO, 4 de Novembro de 1942); “discussão à cerca da natureza dos factos históricos, e do problema da objectividade em história” (HAO, 16 de Dezembro de 1942); “o conceito de história no século XVIII e XIX – exposição e discussão pelos alunos” (HM, 21 de Novembro de 1942); “discussão do problema da explicação histórica” (HM, 27 de Fevereiro de 1943). Analisando, por exemplo, a cadeira de História da Antiguidade Oriental do ano de 1940/41, leccionada por Mário de Albuquerque e Ferreira de Almeida, e os sumários da cadeira de História Medieval, leccionada em 1944 por Virgínia Rau (após a saída de Magalhães Godinho), verifica-se que a referência a estes temas é quase inexistente.

Apesar de as fichas de sumários não serem, isoladas, suficientes para determinar a orientação pedagógica referida, a verdade é que as obras que Magalhães

Godinho publicou nesta altura confirmam este interesse pelas questões epistemológicas e metodológicas da história.

Em que consistia a «crise» da história e quais as «novas directrizes» da historiografia contemporânea? Antes de mais, Magalhães Godinho partia do pressuposto de que a historiografia contemporânea passava por uma profunda mudança e assumia uma plena consciencialização da crise da história. Essa crise era de largo alcance e atacava, como refere, os «fundamentos» e a «função social» que lhe estavam associados: “O problema da historiografia contemporânea é a sua subordinação a uma escala de valores caduca, o emprêgo de métodos que já não satisfazem, e a sua dependência de uma função social obsoleta. Trata-se de quebrar resolutamente os quadros tradicionais, que continuam a limitar o seu desenvolvimento no século XX” (Godinho, 1946, pp. 22-23).

A historiografia contemporânea deveria concentrar-se: na revisão da organização das grandes obras colectivas de história universal no sentido de contemplarem outras perspectivas históricas (económica, social, cultural, mental, etc.) de forma integrada e coerente; no alargamento da perspectiva geográfica e cronológica das mesmas, retirando-lhes as suas características marcadamente eurocêtricas e considerando outras civilizações mesmo de períodos mais recuados que os novos avanços arqueológicos iam descortinando; na revisão da tradicional divisão da história em períodos, demasiado simplista e restrita; era necessário ter em conta as perspectivas económica, técnica, sociológica, psicológica e geográfica na «explicação histórica» e não somente as tradicionais perspectivas política, diplomática e guerreira.

A forma como encarava cada um destes problemas obedecia a um conjunto de pressupostos e conceitos que caracterizam a sua concepção de história. Antes de mais, impera a crítica ao simplismo e à superficialidade com que eram encarados muitos destes problemas. Era preciso problematizar, relacionar, levantar hipóteses, sugerir investigações e não ter a pretensão de fechar definitivamente os problemas. Estes pressupostos metodológicos são visíveis através dos conceitos que perpassam este ensaio, como «integração», «interinfluências», «sincronismos», «relatividade», «correlação», «encadeamento», «complexo», etc.

Muitos destes conceitos que utiliza remetem-nos igualmente para outra das características basilares da sua historiografia – o universalismo –, que já tinha sido identificado a propósito da importância das fontes históricas<sup>3</sup>. É evidente

<sup>3</sup> Tenha-se presente que a valorização da perspectiva universalista no discurso historiográfico enquadra-se numa tradição republicana que teve em Jaime Cortesão e António Sérgio os principais cultores, numa época em que a perspectiva

ao longo deste ensaio uma preocupação com as épocas mais recuadas da história, em especial a pré-história. Magalhães Godinho procurava salientar a ligação da história humana à história natural e desta à história do universo (Godinho, 1946, p. 42). É que se o Homem se transformava, também a terra em que ele vivia não tinha sido sempre a mesma ao longo da sua existência e, como tal, estava interligada ao próprio desenvolvimento humano. Daí também a importância da geografia na explicação histórica e a necessidade de definir as «regiões antropogeográficas» – ideia que posteriormente viria a desenvolver e que se traduziria na teorização do conceito de «complexo histórico-geográfico». Se as condições geográficas condicionavam a organização humana, por outro lado o Homem – através da técnica – libertava-se das suas limitações, «fazendo-se a si próprio» e moldando, por sua vez, a própria terra.

Mas a universalidade não se revestia apenas de elementos geográficos e cronológicos. Eram universais todas as estruturas que influíam no desenvolvimento das sociedades humanas. Assim se percebe a preponderância que Magalhães Godinho atribuía aos fenómenos económicos na explicação histórica. Estes estavam presentes em todas as classes sociais, em todas as formas de actividade e em todos os outros fenómenos humanos (religiosos, culturais, bélicos, etc.) (Godinho, 1946, p. 63). Contudo, tal não significava que todas as transformações pudessem ser explicadas só a partir dos fenómenos económicos: “a universal influência do económico só grosseiramente pode confundir-se com o monismo económico da história” (Godinho, 1946, p. 73), distanciando-se, assim, de um determinismo económico que um marxismo vulgarizado então defendia; ou ainda, numa referência ao «homem total», “situar a economia e a técnica, a religião e a ciência, a arte e as formas de mentalidade, o direito e o sistema político-social no centro da história equivale a refundir integralmente a noção do conteúdo daquilo que designamos por história” (Godinho, 1946, p. 161).

Estaria Magalhães Godinho a dar um passo no sentido das antigas filosofias da história ao valorizar as interpretações de fundo universalista? Certamente que não. A universalidade da história era diferente da homogeneização, abstracção e generalização da história. A história deveria assentar no estudo concreto das diferentes realidades e nos objectos e documentos deixados pelo passado. Contudo, a história não deveria deixar de procurar compreender as grandes condições de

---

nacionalista era dominante em Portugal (ver Matos e Álvarez, 2008, p. 348-351). Aliás, a noção de universalismo de Godinho por esta altura encontra-se bastante próxima da do autor dos *Ensaio*s. (Sérgio, 1978 [1941], pp. 13-14).

desenvolvimento da humanidade (Godinho, 1946, p. 170). Assim, mais do que a amplitude geográfica ou cronológica, estavam sobretudo em causa os processos metodológicos a partir dos quais se perspectivava a história universal.

Já foi referido que a crise da história identificada por Magalhães Godinho exigia uma reconsideração da «função social» que lhe estava associada. Esta, como refere, deveria corresponder “às preocupações das grandes massas” e já não apenas a uma pequena elite aristocrática (Godinho, 1946, p. 54). Daí a necessidade da historiografia contemporânea perscrutar o homem real, “a história verdadeiramente humana”, aspiração que marca todo o ensaio. As condições sociais haviam afastado o “homem real” do labor historiográfico. Os historiadores, demasiado próximos e dependentes das elites políticas e guerreiras, estiveram tradicionalmente preocupados sobretudo com a descrição dos grandes homens que, mesmo assim, correspondiam mais a um conjunto de valores estereotipados do que às personagens históricas concretas. Assim se percebe a distinção que faz entre Fernão Lopes, “o forte pintor das massas” e Zurara, o “panegirista palaciano” (Godinho, 1946, p. 16), uma dicotomia que também será desenvolvida no sentido da valorização do perfil de historiador-cidadão (ver Maurício, 2005, p. 144 e ss.).

Devido à necessidade de compreender as vidas daqueles que não tiveram a possibilidade de descrever os seus sofrimentos (Michelet), a historiografia deveria alargar as suas habituais perspectivas, considerando os factores económicos, geográficos, técnicos, etc., para apreender o homem comum: “É o homem total, em carne e ôsso, no concreto entrelaçar de tôdas as suas conexões sociais e biofísicas, na integralidade das suas atitudes e maneiras de sentir, que a historiografia contemporânea pretende apreender” (Godinho, 1946, p. 89).

Muitas destas ideias eram já defendidas pelo movimento dos Annales que então se consolidava no contexto historiográfico e académico francês e que tinha sido organizado em torno de Marc Bloch e Lucien Febvre, citados por Magalhães Godinho neste ensaio. Aliás, um dos capítulos da *Crise da história* – o décimo, intitulado «A terra e a evolução humana» – tinha precisamente o mesmo título de uma obra de Lucien Febvre, da qual Magalhães Godinho tinha conhecimento, como chegou a afirmar em carta a este historiador em Janeiro de 1946 (Godinho, 1990, p. 107). Na última entrevista que concedeu, Magalhães Godinho conta que o contacto com a historiografia dos Annales, nomeadamente a obra de Lucien Febvre, *L'incroyance au XVIe siècle*, e a revista dos *Annales*, ocorria na Biblioteca Nacional e eram obras que ninguém consultava (*JL*, nº 1059, 4-17 de Maio, 2011, p. 31). A aproximação de Magalhães Godinho ao movimento

dos Annales, juntamente com a acção de Pierre Hourcade e Marcel Bataillon – antigos professores franceses da FLUL –, facilitou o posterior contacto com Lucien Febvre e Fernand Braudel e a consequente obtenção de uma bolsa de estudo no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em 1947 (Godinho, 1990, p. 50).

Está ainda por perceber qual foi a real importância de Pierre Hourcade, Marcel Bataillon e do Institut Français au Portugal na divulgação da nova historiografia dos Annales em Portugal. Este Instituto publicou em 1953 a revista *Bulletin d'Études Historiques*, que contou com a participação de Joel Serrão, Borges de Macedo e Frédéric Mauro, entre outros, e que se destinava a aplicar a «nova problemática» e a «nova metodologia» da historiografia contemporânea (Soares, 1974, pp. 46-47). Só seria publicado um número desta revista. Segundo Magalhães Godinho, as autoridades portuguesas teriam pressionado o Instituto Francês para não apoiar este tipo de iniciativas (Godinho, 1990, p. 59).

### Condicionalismos e repercussões

Importa agora ver como, do ponto de vista institucional e da política da educação, era compreendida a ligação entre o ensino e investigação histórica e as repercussões que tiveram as ideias de Magalhães Godinho no meio académico. O debate sobre quais seriam as finalidades de uma faculdade de Letras remonta em Portugal a meados do século XIX, com a criação do Curso Superior de Letras. De uma escola que serviria como estudo preparatório para ingresso nas principais faculdades, a uma escola que deveria servir principalmente para preparar futuros professores do magistério secundário, passando ainda pela concepção de uma instituição destinada sobretudo a ser um centro de investigação científica (Dores, 2008). Pelo menos estas duas últimas concepções estarão ainda presentes ao longo do século XX.

Na reforma legislativa das faculdades de Letras de 1930 (Decreto nº 18 003 de 25 de Fevereiro), vigente até 1957, era notória uma certa preocupação com o problema da investigação no ensino superior. Reconhecia-se a necessidade de o professor universitário se concentrar mais na investigação e especialização na sua actividade. Contudo, este problema estaria longe de ser resolvido nesta década e nas seguintes. A dispersão do docente, obrigado a leccionar várias cadeiras, em serviço de exames ou em tarefas burocráticas, era uma realidade que os professores

repetidamente criticaram (Marques, 1991). Não obstante estas dificuldades, existia o propósito legislativo de promover uma maior proximidade dos alunos com as bibliotecas e arquivos (artigos 15º e 24º), nomeadamente a Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda e Torre do Tombo, e de promover as investigações, tanto de professores como de alunos, nas respectivas revistas das faculdades. Existiam ainda outras instituições como o Instituto para a Alta Cultura (IAC), criado em 1936 e que substituíra a Junta de Educação Nacional (JEN), cuja missão era incentivar a investigação científica e sua publicação, bem como atribuir bolsas de estudos em centros de investigação estrangeiros.

Apesar destes mecanismos institucionais que permitiam e incentivavam a publicação dos trabalhos dos investigadores, entre os quais os professores universitários, que importa aqui considerar, convém ter presente a natureza destas instituições e suas ligações ao Estado Novo. Este detinha um considerável controlo sobre estas instituições, integrando-as no sentido de contribuírem para o plano ideológico que defendia e dinamizava. Caso paradigmático deste controlo foi o encerramento da Imprensa da Universidade de Coimbra em 1934. Dirigida por Joaquim de Carvalho, professor de ideais republicanos e que chegara a corresponder-se com Magalhães Godinho em 1943 (*Review Fernand Braudel Center*, 2005, pp. 370-371), a Imprensa da Universidade era punida pela publicação de textos que não iam ao encontro dos ideais do regime (Torgal, 1999a, pp. 90-91).

Embora, regra geral, as publicações universitárias não estivessem no centro da atenção da censura, seriam então as próprias que se autocensuravam, fazendo uma triagem dos artigos a publicar (Nunes, 1995, pp. 38-39). Tal parece ter sido o caso de um artigo que Magalhães Godinho enviou para publicação na *Revista da Faculdade de Letras* e que teria “desaparecido” (Godinho, 1990, p. 44; Godinho, 1943c, p. 1). Seria então publicado em opúsculo com o título *Dúvidas e problemas àcerca de algumas teses de história da expansão* (1943), que, como vimos, criticava a tese cruzadista de Joaquim Bensaúde e apresentava uma visão alternativa do papel desempenhado pelo Infante D. Henrique na história dos descobrimentos e expansão.

Situação semelhante parece ter ocorrido a uma publicação que enviou ao IAC, presidido a partir de 1942 por Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução Pública várias vezes (tendo promulgado o decreto que criou a JEN), duas das quais já com Oliveira Salazar na liderança do Conselho de Ministros. Foi precisamente nesse ano de 1942 que Magalhães Godinho apresentou um trabalho ao Centro de Estudos Históricos do IAC, que deveria sair nas suas publicações, como o

próprio refere na altura (Godinho, 1943c, p. 28). O trabalho acabou por não ser publicado pelo IAC – apesar das diligências feitas por Orlando Ribeiro – mais uma vez por suposto “desaparecimento”, sendo posteriormente editado por uma pequena editora (Godinho, 1990, p. 43; Godinho, 2008, pp. 9-10). Tratava-se de *A expansão quatrocentista portuguesa*. Situação semelhante voltaria a repetir-se, já no início dos anos 60, quando a Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, presidida por Caeiro da Matta, lhe recusou a publicação de um estudo que lhe havia sido encomendado, supostamente por ter sido «orientado num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas» (Godinho, 2008, pp. 9-20). A obra seria posteriormente publicada com o título *A economia dos Descobrimentos henriquinos* (1962).

Desta forma, não é de estranhar as dificuldades que Magalhães Godinho teve em editar as suas investigações nas instituições públicas ligadas à investigação. O carácter polémico de alguns dos seus textos, aliado a teses que divergiam das defendidas pelo regime, dificultava-lhe a tarefa de obtenção de apoios estatais às suas investigações. Como já foi referido, três anos após a sua saída da FLUL, Magalhães Godinho emigraria para França, onde foi recebido com o apoio de Lucien Febvre e Fernand Braudel. Tornar-se-ia, então, investigador no CNRS, que também recebeu outros investigadores portugueses durante o Estado Novo como Manuel Valadares (investigador e professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, demitido em 1947), Vasco Magalhães-Vilhena e António José Saraiva, entre outros (Carvalho, 1974).

A ida de Magalhães Godinho para França enquadrava-se numa conjuntura favorável ao desenvolvimento das investigações históricas, antes e após a II Guerra Mundial, em que foram criados o CNRS (1939) e a VI secção da École Pratique des Hautes Études (EPHE) em 1947, por influência de Charles Morazé e que alargaria a influência da história nesta instituição (já presente na IV e V secção). A história privilegiada nesta VI secção seria a «nova história», dando-se primazia à história económica e social e à interdisciplinaridade com a economia, sociologia, antropologia, etc. (Picard, 2010). Magalhães Godinho encontrava em França um ambiente mais propício para desenvolver as suas investigações científicas, não só devido aos diferentes regimes políticos mas também pelo interesse por uma história mais atenta aos fenómenos socioeconómicos e sensível à interdisciplinaridade, perspectiva até então pouco desenvolvida no panorama historiográfico português.

Também a sua controversa saída da FLUL em 1944 poderá ter sido determinada por motivos ideológicos. O cerne da sua polémica saída assentou nas

diferentes interpretações legislativas referentes à recondução dos professores extraordinários e à existência de uma nova cláusula contratual inexistente nos contratos anteriores. Segundo a interpretação do Conselho da Faculdade, mais especificamente a do seu Presidente, o Director da Faculdade, Oliveira Guimarães, a avaliação do desempenho do professor extraordinário contemplava a possibilidade de o professor catedrático do respectivo grupo assistir às aulas daquele (AHFLUL, *Actas...*, fls. 55v-56v). Já Magalhães Godinho argumentava que não havia qualquer referência explícita na legislação a essa possibilidade, considerando, na perspectiva moral, “vexatória” e “desprestigiante” para o professor extraordinário tal situação (*Seara Nova*, 1944, pp. 125-127).

Já posteriormente, a explicação de Magalhães Godinho para o sucedido veiculava novos dados (Godinho, 1990, pp. 47-48). A sua saída da Faculdade estaria associada à forma como então leccionou a temática de história da religião egípcia, considerando os dramas osiríacos tão verdadeiros como o “drama de Jesus na cruz”. Alguns alunos ter-se-ão queixado ao Patriarcado (então na responsabilidade do Cardeal Cerejeira) que, por sua vez, as transmitiu ao Ministério da Educação Nacional. Daí a cláusula contratual que previra a possibilidade de as suas aulas serem vigiadas. Refere ainda a curiosidade de a notícia da rescisão do seu contrato ter saído num jornal católico na manhã anterior à realização do Conselho Escolar que determinou a sua saída. Magalhães Godinho acabaria por não aceitar a nova proposta de contrato caso se mantivesse a referida cláusula, o que determinou a retirada da proposta de renovação de contrato por parte do Conselho Escolar.

Não descurando a importância deste caso específico, reveste-se de especial importância inseri-lo num contexto mais amplo, atentando as próprias estruturas inerentes ao corpo docente e suas divisões. O caso de Magalhães Godinho não se apresenta como único neste período na Faculdade de Letras de Lisboa. Tenha-se presente a polémica então gerada alguns meses antes entre o professor assistente António José Saraiva e o catedrático do grupo de Filologia Românica, Vitorino Nemésio (AHFLUL, *Actas...*, fls. 47-52v). Embora seja igualmente um caso específico e bastante diferente do de Magalhães Godinho, ressaltava em ambos uma aspiração comum: a reivindicação de uma autonomia da acção pedagógica na relação com os alunos na sala de aula. Como interpretar esta aspiração? Tenha-se em consideração que um professor assistente ou extraordinário não era, regra geral, somente responsável pelas aulas práticas mas também pelas teóricas, facto que levaria Magalhães Godinho a questionar como se deixava um

professor reger as aulas teóricas, como era o seu caso, sem que previamente se tivesse uma total confiança nesse professor? (*Seara Nova*, 1944, p. 127). A atribuição de aulas teóricas a professores destas categorias justificava-se pelo escasso número de professores na Faculdade de Letras de Lisboa, como já foi referido.

Eram evidentes as limitações que os professores destas categorias apresentavam caso quisessem progredir na carreira docente – o que pressupunha a realização de uma dissertação de doutoramento, para muitos impossível pela limitação de tempo – ou, simplesmente, conservar o lugar. A dependência relativamente aos catedráticos de cada secção era também evidente, estando ao dispor destes, bem como do Conselho da Faculdade, as suas permanências. Em 1942 (decreto-lei nº 31 932 de 20 de Março) o regime fortaleceu ainda mais este poder das estruturas superiores do ensino superior, ao permitir que aos novos assistentes contratados não fossem requeridas provas públicas, utilizando-se o sistema de convite. As decisões relativas à vida da Faculdade estavam totalmente dependentes dos professores catedráticos que compunham o Conselho da Faculdade e do Ministério da Educação Nacional, tendo os professores extraordinários, assistentes, leitores, etc., um poder muito reduzido. Assim, a auto-reprodução, a endogenia institucional e a dependência das estruturas inferiores da docência encontravam-se fortemente enraizadas, características já criticadas por Aurélio Quintanilha em 1933 e que lhe valeram a demissão (Nunes, 1995, pp. 55 e 241-244; Marques, 1991, p. 438). Entende-se, desta forma, uma certa aspiração de autonomia dos professores destas categorias em relação à própria estrutura da Faculdade.

Mas voltando novamente ao caso da saída de Magalhães Godinho, este enquadra-se numa época de relativa acalmia repressiva devido aos contornos da II Guerra Mundial e presumível vitória dos aliados (Torgal, 1999a, p. 177). A primeira grande depuração política de docentes universitários durante o Estado Novo deu-se, como vimos, em 1935, na sequência do decreto de 13 de Maio e a segunda ocorreu em 1947 (resolução do Conselho de Ministros de 14 de Junho), ano em que foram demitidos onze professores catedráticos, dois extraordinários e oito assistentes, muitos dos quais da Universidade de Lisboa (Carvalho, 2008, p. 784).

Pode-se perguntar se o caso de Magalhães Godinho se enquadra neste tipo de depurações políticas, de docentes que manifestavam a sua crítica ao regime ou aderiam a movimentos da oposição e, por isso, eram demitidos. Se tivermos em conta as já referidas palavras de Magalhães Godinho dir-se-ia que sim, tendo ainda em consideração a sua participação em movimentos oposicionistas por

esta altura. Porém, foi-lhe proposta a renovação de contrato (ainda que condicionada a já referida cláusula), sinal de que se pretendia continuar a contar com os seus serviços. E teria a já citada carta de Alfredo Pimenta a Salazar alguma consequência?

A controversa saída de Magalhães Godinho da FLUL não se restringiu apenas aos factos já apontados. Num artigo publicado na *Seara Nova* a 4 de Março de 1944, é referida uma representação de protesto pela saída de Magalhães Godinho ao Director da Faculdade, Oliveira Guimarães, assinada por 178 alunos, que aqui se reproduz em parte:

- «a) O Sr. Dr. Victorino Magalhães Godinho conseguiu, com a orientação dada às suas aulas, despertar o interesse da maioria dos alunos pelos assuntos nelas versados;
- b) Como Professor e como companheiro de estudos, soube sempre orientar e estimular, quer o trabalho directamente ligado com as cadeiras, quer os trabalhos individuais que as lições sugeriam em alguns alunos;
- c) [...] soube sempre comunicar aos alunos, faculdades de crítica, objectiva e impessoal;
- d) A todas as qualidades de inteligência, de cultura e de intuição pedagógica, [...] aliava uma profunda e séria consciência da sua missão de professor.

Dadas estas razões, as mais importantes entre outras que poderiam citar-se, é legítimo acentuar o prejuízo que representa para os seus alunos, que êle tanto ajudou, o seu afastamento como professor.» (*Seara Nova*, 1944, p. 125).

Esta representação de protesto pela saída de Magalhães Godinho da FLUL insere-se numa época em que a expectativa de mudança, em parte pela situação da Guerra mas também pelas greves que iam surgindo, era crescente<sup>4</sup>. Os movimentos políticos oposicionistas viviam uma fase de reorganização, destacando-se, entre outros, a criação do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), do qual Magalhães Godinho fez parte. Desta forma, este abaixo-assinado de 178 alunos reveste-se igualmente de elementos políticos. As palavras de Mário Soares neste contexto são significativas: “A demissão brutal e intempestiva do professor Vitorino Magalhães Godinho – e o largo movimento de protesto a que tal arbitrariedade deu lugar, [...] sem lograr, contudo, qualquer resultado prático – convencer-me-iam, definitivamente, de que a luta deveria travar-se no terreno político. O resto, seriam sempre paliativos, destituídos de eficácia...” (Soares, 1974, pp. 45-46).

<sup>4</sup> No contexto universitário, lembrem-se, por exemplo, os casos da «questão das propinas», que surge no final de 1941 (França, 2001, pp. 51-52), e a eleição (e demissão) de Salgado Zenha para presidente da Associação Académica de Coimbra no final de 1944 e inícios de 1945 (ver Torgal, 1999b).

Alguns dos alunos de Magalhães Godinho organizaram um curso privado no Ateneu Comercial de Lisboa para que pudesse continuar a dar aulas. Entre os que participaram nesse curso contam-se os nomes de Barradas de Carvalho, Joel Serrão, Gentil da Silva, Borges de Macedo, Artur Gusmão, Mário Soares, Piteira Santos e Maria Lucília Estanco, entre outros (Carvalho, 1974, p. 52). Este curso e a direcção da colecção «Marcha da Humanidade» das Edições Cosmos permitiram-lhe suportar os difíceis anos que decorreram desde a sua saída da FLUL até ao ingresso no CNRS.

Em conclusão, pode-se perguntar que impacto tiveram nestes anos 40 a acção pedagógica e as publicações de Magalhães Godinho para uma renovação da historiografia portuguesa segundo os avanços do movimento dos *Annales* em França? A consolidação desta corrente historiográfica, impulsionada principalmente por Magalhães Godinho, foi relativamente lenta, só atingindo um significado considerável a partir dos anos 60. E neste processo deve-se destacar a publicação do *Dicionário de história de Portugal* (1963-71), dirigido por Joel Serrão e que contou com a cooperação de cerca de 140 colaboradores, entre os quais Magalhães Godinho, e que se pode considerar como um marco colectivo desta corrente histórica em Portugal, embora tenham participado historiadores com diferentes sensibilidades historiográficas.

O caso de Joel Serrão é, aliás, paradigmático deste processo de renovação historiográfica. Aluno de Magalhães Godinho nos anos 40, iniciou nesta década as suas investigações históricas seguindo, em grande parte, as directrizes dos *Annales*. Contudo, só conseguiria aceder à docência no ensino superior a partir da década de 70, apesar de ter concorrido à recém-criada Faculdade de Letras do Porto em 1961 (Carvalho, 1974, p. 25). As suas investigações foram publicadas em pequenas editoras enquanto leccionava no ensino liceal. Outros antigos alunos de Magalhães Godinho, como Barradas de Carvalho ou José Gentil da Silva, também realizaram parte significativa das suas investigações históricas à margem das universidades e do próprio país.

As transformações ocorridas ao longo das décadas de 40 e 50 não são, contudo, despidiendas. Foi por essa altura que se começou um trabalho que só viria a frutificar vários anos depois. Já se referiu a publicação do *Bulletin d'études historiques* (1953), apoiado pelo Institut Français au Portugal, mas pode-se também mencionar a constituição da Sociedade Portuguesa para a História da Civilização (SPHC), também ela associada ao referido instituto, uma organização efémera dinamizada por Magalhães Godinho a partir de França (Neves, 2010, pp. 309-312).

## Bibliografia

- ALMEIDA, Ferreira de (1942), «Actividade cultural da Faculdade», in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, n.ºs 1 e 2, pp. 164-170.
- Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (AHFLUL) – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 4, cap. 16 e cx. 6, cap. 1 [referentes às cadeiras de história da antiguidade oriental, história da antiguidade clássica, história medieval e história dos Descobrimentos, leccionadas por Vitorino Magalhães Godinho entre 1942 e 1944], cx. 2, cap. 13 e cx. 1, cap. 6 [referentes à cadeira de história da antiguidade oriental leccionada por Mário de Albuquerque e Ferreira de Almeida entre 1940 e 1942] e cx. 6, cap. 7 [referente à cadeira de história medieval leccionada por Virgínia Rau em 1944].
- , *Actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*.
- BETHENCOURT, Francisco (2005), «Présentation», in *Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian – Fundação Calouste Gulbenkian, pp. VII-XII.
- BOXER, Charles Ralph (2002), «Some considerations on portuguese colonial historiography» (1953), in *Opera minora*, ed., introd. e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 3-16.
- , «Some notes on portuguese historiography (1930-1950)» (1954) in *Opera minora*, ed., introd. e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 17-27.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de (1974), *O obscurantismo salazarista*, Lisboa, Seara Nova.
- CARVALHO, Rómulo de (2008), *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, Ana Cristina Pimenta e Travessa, Elisa Mª Mendes das Neves (1996), *Faculdade de Letras de Lisboa – anos 40. Contexto de evolução e análise centrado nos sumários de História de Portugal e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa* [trabalho de licenciatura, não editado. Agradeço ao professor Sérgio Campos Matos a disponibilização deste trabalho].
- CORREIA, João da Silva (1937), «A reforma da Universidade», *Revista da Faculdade de Letras* [de Lisboa], 1ª série, tomo IV, n.ºs 1-2, pp. 253-258.
- DORES, Hugo (2008), *A história na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FRANÇA, José-Augusto (2001), *Memórias para o ano 2000*, 2ª ed. revista, Lisboa, Livros Horizonte.
- GLOTZ, Gustavo (1946), *História económica da Grécia desde o período homérico até à conquista romana*, tradução, notas e prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Edições Cosmos [obra incluída na colecção «Marcha da Humanidade», dirigida por Magalhães Godinho].
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1942a), «Acêrca de alguns passos do “Esmeraldo”», in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, n.ºs 1 e 2, pp. 133-137.
- , (1942b), «Duarte Leite, Àcêrca da Crónica dos Feitos de Guinee – Lisboa, 1941», in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, n.ºs 1 e 2, pp. 183-186.

- , (1943a), «Notas de história da Expansão», in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IX, 2ª série, nº1, pp. 263-269.
- , (1943b), *Documentos sôbre a expansão portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Gleba.
- , (1943c), *Dúvidas e problemas àcerca de algumas teses da história da expansão*, [s.l.], Edições Gazeta de Filosofia.
- , (1946), *A crise da história e as suas novas directrizes*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições.
- , (1971), *Ensaio*, vol. IV (Humanismo científico e reflexão filosófica), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- , (1990), *Do ofício e da cidadania. Combates por uma civilização da dignidade*, Lisboa, Edições Távola Redonda.
- , (2008), *A expansão quatrocentista portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote.
- , (2010), «Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos», *Ensaio e estudos – Compreender o mundo de hoje*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, pp. 503-515.
- JUSTINO, David (2011), «Primeiro e último combate: a História e as Ciências Sociais», in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 1059, 4 a 17 de Maio, pp. 28-29 [existem outros artigos neste número dedicado a Vitorino Magalhães Godinho].
- LEITE, Duarte (1943), «Documentos sôbre a expansão portuguesa por Vitorino Magalhães Godinho», in *Seara Nova*, nº 852, pp. 259-261.
- LIMA, Sílvio (1943), «Recensões críticas. Filosofia, história e pedagogia», in *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XIX, pp. 509-511.
- MACEDO, Jorge Borges de (1981), «Rúben A. Leitão na historiografia portuguesa contemporânea» in *In memoriam Rúben Andresen Leitão*, vol. I, [s.l.], [s.e.], pp. 216-224.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1988), «De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et adversis animi fortitudine», in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 1-16.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1988), «Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)», *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas Editora, pp. 123-199.
- , (1991), «A universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário (1950-1964)», in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (no 7º Centenário da sua Fundação). 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 5, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», pp. 431-442.
- MATOS, Sérgio Campos, *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX* (Ed. Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó) (no prelo).
- MATOS, Sérgio Campos e Álvarez, David Mota (2008), «Portuguese and spanish historiographies: distance and proximity», in Stefan Berger e Chris Lorenz (eds.), *The contested nation. Ethnicity, class, religion and gender in national histories*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 339-366.
- MAURÍCIO, Carlos (1999), «História. – Da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.), *Dicionário de história de Portugal*, vol. VIII, [s.l.], Livraria Figueirinhas, pp. 172-177.

- , (2005), *A invenção de Oliveira Martins. Política, historiografia e identidade nacional no Portugal contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- NEVES, José (2010), *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China Edições.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1995), *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Revista da Faculdade de Letras*, «Os 75 anos da Faculdade de Letras. Mesa redonda» (1986), 5ª série, nº6, Dez. 1986, pp. 159-184.
- PICARD, Emmanuelle (2010), «Enseignement supérieur et recherche», in C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia e N. Offenstadt (dirs.), *Historiographies. Concepts et débats*, vol. I, [s.l.], pp. 140-152.
- Review Fernand Braudel Center*, «Vitorino Magalhães Godinho currículo» (2005), vol. XXVIII, nº4, pp. 365-403.
- RODRIGUES, Manuel Morbey (s.d.), *História dos Descobrimentos e da colonização portuguesas (aulas práticas) segundo as lições proferidas pelo Exm<sup>o</sup>. Senhor Doutor Vitorino Godinho 1942-43*, [s.l.], [s.e.] [o exemplar consultado encontra-se na Biblioteca Central da Marinha].
- Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência 1931-1950* (2008), prefácio de Manuel Braga da Cruz, [s.l.], Editorial Verbo.
- Seara Nova*, «Ensino universitário», nº 864, 4 de Março de 1944, pp. 125-127.
- SÉRGIO, António (1978), «Divagações proemiais», *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal* (1941), edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, V. Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organização de Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 1-21.
- SILVA, José Manuel Azevedo e (2004), «O engenheiro-historiador Joaquim Bensaúde», in João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva, *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 65-110.
- SOARES, Mário (1974), *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, [s.l.], Editora Arcádia.
- TORGAL, Luís Reis, José Amado Mendes e Fernando Catroga (1996), *História da história em Portugal. Sécs. XIX-XX*, [s.l.], Círculo de Leitores.
- TORGAL, Luís Reis (1999a), *A universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Minerva.
- , (1999b), «Universidade, política e cultura nos anos 30 e 40», in *Encontro neo-realismo. Reflexões sobre um movimento – perspectivas para um museu. Comunicações apresentadas no âmbito do encontro realizado no Palácio do Sobralinho em Março de 1997*, [Vila Franca de Xira], Museu do Neo-Realismo/Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 49-71.

## RESUMOS/SUMMMARIES

**Ilaria Porciani**

***Historiadores, profissionalização e instituições: o Atlas Europeu***

**Resumo:** O artigo apresenta o Atlas da Historiografia Europeia editado por Ilaria Porciani e Lutz Raphael. Projecto inovador, baseado no trabalho de mais de 80 investigadores, cartografa pela primeira vez o desenvolvimento da profissão de historiador e das principais instituições da historiografia europeia desde 1800. Fornece uma visão de conjunto da edificação das infra-estruturas dos estudos históricos – dos arquivos às universidades – para todos os países europeus, e analisa as tendências gerais e as particularidades regionais ou nacionais do ofício de historiador na Europa contemporânea.

**Palavras-chave:** historiografia europeia, história europeia, profissionalização, instituições

***Historians, professionalization and institutions: the European Atlas***

**Summary:** This article presents the *Atlas of European Historiography* edited by Ilaria Porciani and Lutz Raphael. Based on the work of more than 80 experts, for the first time this innovative project maps the development of the historical profession and the core institutions of historiography in Europe since 1800. It gives a comprehensive overview of how the infrastructure of historical studies was constructed – from archives to universities – for all European countries, while also analyzing general trends and regional or national peculiarities of the historian's craft in contemporary Europe.

**Keywords:** European historiography, European history, professionalization, institutions

**Robert Rowland**

***Antropologia e História: a propósito da primeira pessoa do plural***

**Resumo:** A aproximação entre a história e a antropologia durante as últimas décadas deve ser vista à luz da história das duas disciplinas em cada contexto nacional. Procura-se, aqui, identificar algumas características dessa aproximação no contexto português, relacionando-as quer com a evolução *sui generis* da antropologia portuguesa desde finais do século XIX, quer com algumas das preocupações subjacentes à historiografia praticada no período mais recente. É preciso levar em conta o facto da antropologia portuguesa ter tido, até 1974, uma evolução *sui generis*. De resto, a própria adopção tardia por Jorge Dias de alguns temas da antropologia cultural norte-americana deverá, talvez, ser considerada como manifestação indirecta de uma preocupação quase oitocentista com as origens e com as raízes culturais do povo português. A antropologia que se desenvolveu nas universidades após 1974, pelo

contrário, reflectiu um esforço consciente de alinhamento da antropologia portuguesa com as preocupações e discussões da comunidade científica internacional, que poderia ter dado origem a uma aproximação com a história semelhante à que se verificou em França, no Reino Unido, e em outros países. Houve, de facto, algumas tentativas isoladas, mas em geral nem os antropólogos se interessaram pelas problemáticas e pela investigação histórica, nem – o que aqui mais interessa – têm os antropólogos portugueses contemporâneos sido considerados como interlocutores significativos pela comunidade dos historiadores. Paradoxalmente, talvez, os únicos antropólogos a quem esse estatuto é implicitamente reconhecido são os do passado, que de uma maneira ou de outra, consoante a geração a que pertenciam, se preocuparam com a questão da identidade nacional, que reaparece com curiosa insistência em parte significativa da produção historiográfica nacional. Torna-se, assim, necessário indagar sobre as razões e as consequências deste predomínio da identidade sobre a alteridade na abordagem do passado pelos historiadores portugueses.

**Palavras-chave:** Antropologia, História, identidade nacional

### *Anthropology and History: concerning the first plural person*

**Summary:** The convergence between history and anthropology over the last decades should be seen in the light of the history of both disciplines in different national contexts. This article attempts to identify some features of this process in the Portuguese context, relating them both to the peculiar development of Portuguese anthropology since the end of the 19th century, and to some of the concerns underlying Portuguese historiography in the more recent past. Due allowance should be made for the fact that the development of Portuguese anthropology until 1974 was *sui generis*. In fact, the belated adoption by Jorge Dias of some themes from American cultural anthropology should, perhaps, be seen as an indirect expression of an almost nineteenth-century concern with the origins and cultural roots of the Portuguese people. The anthropology that was established in the universities after 1974, in contrast, reflected a conscious effort to bring Portuguese anthropology in line with the concerns and discussions of the international academic community, which could have given rise to a convergence with history similar to that which took place in France, Britain and elsewhere. There were, in fact, a few isolated attempts, but in general neither were the anthropologists interested in historical problems and research, nor – more relevant in this context – have contemporary Portuguese anthropologists been regarded as significant discussion partners by the historical community. Paradoxically, perhaps, the only anthropologists to be so recognized are those of the past, who in one way or another, according to their generation, were concerned with the problem of national identity, which recurs with curious insistence in Portuguese historical writing. One must, therefore, enquire after the reasons and consequences of this predominance of identity over alterity in Portuguese historians' approach to the past.

**Keywords:** Anthropology, History, national identity

**Norberto Cunha**

***Ensaísmo, crítica e problemática da História***

**Resumo:** O ensaio aparece no século XVI (com Montaigne e Francis Bacon), e reaparece, na primeira metade do século, especialmente com Lukacs (1910) e Adorno (1951). Num caso como noutra, surge na sequência duma crise de fundamentos dos saberes e, consequentemente, de unidade cultural; no primeiro caso, da crise do paradigma aristotélico-escolástico; no segundo caso, do paradigma das Luzes (recrtificado e otimizado pelo avanço das ciências no século XIX). A crise destes “sistemas” de inteligibilidade da realidade (física, humana e social) e, com ela, a crise dos modos, das representações e das categorias que os sustentam – como certas formas discursivas, a “realidade”, a lógica indutiva e dedutiva, a correspondência essencialista entre a ordem das palavras e das coisas (“verdade”), as “leis”, e verificação e o sentido, etc. – geraram formas discursivas de representação que não se indenticavam nem com as formas de expressão das obras científicas nem das obras de arte. Era um modo de representação *sui generis*. Por um lado, tributário do antropocentrismo renascentista, por outro das filosofias da vida e do colapso das pretensões holistas do positivismo (especialmente no positivismo logico dos anos 30 e 4º do século XX) - o ensaio toma o “eu” (e a sua experiência de vida) que, na sua radicalidade, é espontaneo, a-metódico, assistemático, descontínuo e fragmentário--como sujeito e objecto da sua escrita. Ao fazê-lo, a realidade “em si” torna-se realidade *para si*, convertendo-se em *processo* mais do que em resultados (e se os há, são sempre incertos, revisíveis e provisórios). Mas se o “eu” (e as suas vivências) são o objecto do ensaio, o acesso a ele não é possível nem pela via indutiva nem pela via dedutiva, nem pela via das partes ao todo ou pela via inversa. A razão é simples: é que a “verdade” não está fora do “eu”, não está na correspondência entre as palavras e as coisas. A “verdade” apresenta-se, imediatamente, como uma “forma de expressão”, uma “categoria discursiva”, o que não quer dizer que que não seja, fenomenologicamente, intencional. Por isso o método ensaístico não é empirista nem idealista, mas exegético e hermenêutico. Interessa-lhe mais o *sentido* das experiências de vida do “eu” do que a sua *verificação* positiva. Em que pode aproveitar este modo de escrita à historiografia? Na valorização e irredutilibilidade do singular e do concreto dos fenómenos históricos; no reforço à renúncia ao historicismo essencialista (ao “em si” da história); na relativização dos métodos pro-naturalistas da investigação histórica e no reconhecimento da *debilidade* (como diria Vattimo) das “leis” e “regularidades” do conhecimento histórico (e consequentemente dos “sistemas” que permitiu elaborar); na des-coisificação da “verdade” e, concomitantemente, na sua valorização como “categoria discursiva”; e numa maior atenção ao sentido dos modos de expressão dos acontecimentos históricos (sem que isso exclua o critério de *verificação* das fontes) por via da exegese e da hermenêutica textual.

**Palavras-chave:** ensaio, ensaísmo, história, historiografia

### *Essayism, critique and analysis of History*

**Summary:** The essay appeared in the 16th century (with Montaigne and Francis Bacon), and reappeared in the first half of the 20th century, particularly with Lukacs (1910) and Adorno (1951). In both cases, it occurred after a crisis regarding the foundations of knowledge and, consequently, of cultural unity; in the first case, the crisis of the Aristotelian-scholastic paradigm; in the second case, the Enlightenment paradigm (rectified and enhanced by the scientific progress of the 19th century). The crisis of these “systems” of the intelligibility of reality (physical, human and social) and, with it, the crisis of the methods, representations and categories that support them (such as certain discursive forms, “reality”, inductive and deductive logic, the essentialist correspondence between the order of words and things (“truth”), “laws”, and verification and sense, etc.) created discursive forms of representation that identified neither with the expressive forms of scientific bodies of work nor works of art. It was a very unique form of representation: one resulting from Renaissance anthropocentrism, and the other from the philosophies of life and the collapse of the holistic aims of positivism (especially the logical positivism of the 1930s and 1940s), the essay takes the “I” (and its life experience) - which, in its radicalism, is spontaneous, a-methodical, assystematic, discontinuous and fragmental – as the subject and object of its writings. By doing so, reality ‘in itself’ becomes reality ‘for itself’, transforming itself into process more than results (and if they exist, they are always uncertain, revisable and provisional). However, if the ‘I’ (and its life experience) are the object of the essay, it is not possible to have access to it; neither by induction nor by deduction, not even from the parts to the whole and vice-versa. The reason is simple: the ‘truth’ is not external to the ‘I’, it is not in the correlation between words and things. The ‘truth’ presents itself, immediately, as a ‘form of expression’, a “discursive category”, which does not mean that it is not phenomenologically intentional. As such, the essayistic method is not empiricist nor idealist, but rather exegetical and hermeneutical. It is more interested in the sense of the ‘I’ life experiences than in its positive verification.

How can this form of writing be useful to historiography? In the appreciation and irreducibility of the *singular* and *concrete* aspects of historical events; in stressing the renunciation of essentialist historicism (of the ‘in itself’ of history); in the relativisation of pro-naturalist methods of historical research and in the recognition of the weakness (as Vattimo would say) of the “laws” and “regularities” of historical knowledge (and consequently of the “systems” which it helped build); in the unshaping of the “truth” and, concurrently, in its appreciation as a “discursive category”; and a greater focus on the *sense* of the ways of expressing historical events (without excluding criteria of source *verification*) through exegesis and textual hermeneutics.

**Keywords:** essay, essayism, history, historiography

**Maria Isabel João**

***Região, nação e historiografia local – O caso dos Açores***

**Resumo:** Neste texto analisa-se a evolução da historiografia sobre os Açores, produzida nos dois últimos séculos. A abordagem sucinta procura apreender as grandes linhas temáticas dessa produção e os respectivos contextos institucionais e culturais. Além disso, equaciona-se a relação entre a história e a construção de uma memória regional e local que não é a alheia ao patriotismo local e à própria dinâmica do regionalismo açoriano.

**Palavras-chave:** Açores, historiografia, história, memória.

***Region, nation and local historiography – The case of the Azores***

**Summary:** This paper analyzes the evolution of historiography on the Azores over the last two centuries. The succinct approach seeks to identify its major themes and its institutional and cultural contexts. In addition, the relationship between history and construction of a regional and local memory that is not alien to the local patriotism and the dynamics of regionalism in the Azores is analysed.

**Keywords:** Azores, historiography, history, memory.

**António Ventura**

***Memorialismo e Estado Novo. As memórias sobre o Partido Comunista Português***

**Resumo:** O memorialismo que se refere à experiência histórica do Partido Comunista Português no combate ao Estado Novo é muito variado. São livros de memórias políticas, registos autobiográficos e até livros de viagens. Uns escritos no período da resistência à ditadura, outros mais recentes já em plena democracia. Neles os narradores relacionam-se de modos bem diversos com o colectivo de que fazem (ou fizeram) parte: o PCP. Ora se apagam em relação ao partido, ora se colocam bem em evidência em registos na primeira pessoa. Os seus autores foram ou são militantes do PCP, outros escreveram-nas já como seus críticos. Uns foram dirigentes bem conhecidos, outros militantes quase esquecidos. Muitas dessas memórias constituem fontes de relevância para os historiadores do século XX.

**Palavras-chave:** memorialismo, autobiografia, narrador, Partido Comunista Português

***Memorialism and the Estado Novo. Memories of the Portuguese Communist Party***

**Summary:** The memorialism regarding the historical experience of the Portuguese Communist Party in its fight against the New State is quite varied. These include political memoirs,

autobiographical records and even travel books. Some were written during the period of resistance against the dictatorship; others more recent in the era of full democracy. In them the narrators relate in different ways with the collective they are (or were) a part of: the PCP. Either they black themselves out concerning their party relations, or they put themselves in evidence and register their experiences in the first person. Some authors were or are militants of the PCP, while others wrote their works as critics. Some were well known leaders; others almost forgotten militants. Whatever the case, many of these memories are important sources for historians of the twentieth century.

**Keywords:** memorialism, autobiography, narrator, Portuguese Communist Party

### Paula Morão

#### *O Caso de José Régio – motivos da identidade: tradição e originalidade*

**Resumo:** José Régio praticou em diversas obras géneros do domínio da autobiografia – vejam-se os volumes póstumos *Páginas do Diário Íntimo* (1994) e *Confissão dum homem religioso* (1971); também em poesia (*Biografia – Sonetos*, 1929) e em textos dramáticos (*Jacob e o anjo – Mistério em três actos, um prólogo e um epílogo*, 1953; *Três peças em um acto - Teatro*, 1957) se debruçou sobre as formas de, pela literatura, interrogar a identidade. Fê-lo dentro da estética presencista, mas indo para lá dela.

**Palavras-chave:** José Régio, diário, biografia, literatura, identidade.

#### *The Case of José Régio – reasons of identity: tradition and originality*

**Summary:** Many of José Régio's written works are autobiographical in nature, such as the posthumous volumes *Páginas do Diário Íntimo* (1994) and *Confissão dum homem religioso* (1971); in his poetry (*Biografia – Sonetos*, 1929) and dramatic texts (*Jacob e o anjo – Mistério em três actos, um prólogo e um epílogo*, 1953; *Três peças em um acto - Teatro*, 1957) there was a focus on ways of questioning identity via literature. He did so using the *presencista* aesthetic, while going beyond it.

**Keywords:** José Régio, diary, biography, literature, identity

### Ana Isabel Buescu

#### *Historiografia e Mito: o caso de Alexandre Herculano*

**Resumo:** A chamada “questão de Ourique”, que durante onze anos (1846-1857) ocupou os terrenos da imprensa, tem sido invocada como uma das polémicas que maior ressonância tiveram no século XIX. Não obstante, esse debate manteve-se durante longo tempo objecto de uma visão unilateral. A sua interpretação, condicionada pela projecção da “sombra” de Herculano, cingiu-se à integração do seu significado anticlerical no contexto da obra

de Herculano. Como já tivemos ocasião de escrever, a polémica de Ourique não é, como tradicionalmente foi vista, na senda de Herculano e como refração da sua leitura, apenas a questão do clero: ela vem também demonstrar que em meados do século XIX a tradição consubstanciada na “constelação mítica” do milagre fundador da nacionalidade, longe de se apresentar meramente como pretexto de controvérsia, correspondia ainda a uma representação das origens, sem dúvida fortemente ideologizada e apropriada por círculos políticos determinados, por vezes integrada num discurso político retórico, mas ainda operatória. A maior perplexidade reside, justamente, na impossibilidade de circunscrevê-la na sua totalidade à “hipocrisia” e à feição reaccionária com que Herculano, num contexto político bem determinado como era o da Europa pós-1848, julgava poder caracterizá-la em bloco. O presente estudo analisa o(s) sentido(s) das intervenções de Herculano, para quem a questão de Ourique será, acima de tudo, a questão do clero, mas também dos seus adversários, cujas posições revelam uma oscilação entre o ascendente da questão religiosa e clerical, e o da afirmação de Ourique como “monumento” - chave de uma interpretação secular do Portugal independente. Ourique e a representação das origens da nacionalidade, o clero e a reacção religiosa na sociedade portuguesa de Oitocentos, em suma, o mito e a história são os dois pólos que estruturam esta polémica oitocentista.

**Palavras-chave:** Alexandre Herculano, anticlericalismo, milagre de Ourique, mito de origens

### *Historiography and Myth: the case of Alexandre Herculano*

**Summary:** The 19th-century public debate (1846-1857) on the so-called “miracle of Ourique” (and its association with the founding of Portuguese nationality), in which Christ appeared to Afonso Henriques, the first king of Portugal, on the eve of the decisive battle against the Moors (1139), was one of the most interesting of the period. However, it was long analysed from a unilateral perspective; that of Alexandre Herculano (1810-1877), one of the founders of Portuguese scientific historiography. During this time, this debate was identified solely with the reasons of Herculano, within a particular political and ideological context. When he published the first volume of his *História de Portugal* (1846), due to the novelty of its approach he expected that his work would be discussed in scientific and intellectual *forum*. He was mistaken, not about the fact that there would be a debate, but about the reason for it. Because he referred to the Portuguese myth of origins in a discreet footnote, there was a public outcry, particularly in the newspapers, involving various clergymen, among others. There was an enormous ideological distance between the contenders: for Herculano, in the context of the implantation of Liberalism and the European events post-1848, the attack on his historiographical position was a veiled attack on liberal society by reactionary forces; he was right, however, only in part. In fact, the “miracle” of Ourique was seen by many of his adversaries as a historical event and the cornerstone of the Portuguese monarchy. This paper analyses these two contrasting positions, between the demands of truth in history and the explanation of Herculano, which hardened his anticlericalism, and the persistence of myths.

**Keywords:** Alexandre Herculano, anticlericalism, miracle of Ourique, myth of origins

**Ana Maria Pina**

***Monárquicos e Republicanos: narrativas das revoluções liberais no ocaso do século XIX***

**Resumo:** Este texto pretende confrontar duas narrativas das revoluções liberais (1820 e 1834): a de Luz Soriano (1802-1891) e a de José de Arriaga (1848-1921). Estes dois escritores integram duas gerações completamente diferentes. Soriano nasceu em 1802 e participou na luta contra D. Miguel, primeiro, na insurreição falhada do Porto, em 1828, e, depois, no desembarque do Mindelo, em 1832. Arriaga nasceu em 1848, na ilha do Faial, vindo estudar para Coimbra em 1861. Separam-nos cerca de 50 anos, correspondendo à primeira metade do século XIX, um período de radicais transformações na sociedade portuguesa. Outros aspectos os separam: a origem social, a actividade profissional e a ideologia política. Soriano nasceu no seio de uma família humilde. Arriaga nasceu numa família aristocrática que lhe proporcionou um tipo de vida próprio da sua condição social. Soriano foi funcionário da secretaria da marinha, tendo-se reformado em 1867. É a partir desta altura que escreve a sua obra mais emblemática - *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (1866-1890). José de Arriaga, acabado o curso de Direito, inicia a carreira de conservador do registo predial, abandonando, porém, a actividade ao fim de alguns anos. As suas obras mais importantes – *História da Revolução Portuguesa de 1820 e História da Revolução de Setembro* são escritas, a primeira, em 1886-1887, e a segunda, em 1892. Soriano é um liberal conservador, muito crítico do regime liberal e das suas realizações. Arriaga é um republicano convicto que vê na República o único regime capaz de regenerar o país e de concretizar as virtualidades democráticas contidas na revolução de 1820.

**Palavras-chave:** Luz Soriano, José de Arriaga, historiografia, revoluções liberais

***Monarchists and Republicans: narratives of the liberal revolutions at the end of the 19th Century***

**Summary:** This text aims to compare two narrative accounts of liberal revolutions (1820 and 1834): those of Luz Soriano (1802-1891) and José de Arriaga (1848-1921). These two writers come from two completely different generations. Soriano was born in 1802 and was involved in the struggle against D. Miguel the first, in the failed insurrection of Porto, in 1828, and later in the Mindelo landing, in 1832. Arriaga was born in 1848, on the island of Faial, before leaving to study in Coimbra in 1861. Approximately 50 years separate them, which corresponds to the first half of the 19th century, a period of radical change in Portuguese society. Other aspects separate them: social class, profession and political ideology. Soriano was born into a poor family. Arriaga was from an aristocratic family, which gave him the type of life befitting his social status. Soriano was a clerk in the navy, having retired in 1867. It was from this time that he wrote his most iconic work - *History of the Civil War and the Establishment of Parliamentary Government in Portugal* - 1866-1890 (History of the Civil War and the Establishment of Parliamentary Government in Portugal). After

finishing his law degree, José de Arriaga began working as a registrar at the property office, only to abandon the profession a few years later. His most important work – *História da Revolução Portuguesa de 1820* (History of the Portuguese Revolution of 1820) and *História da Revolução de Setembro* (History of the September Revolution) were written in the period 1886-1887 and in 1892, respectively. Soriano was a conservative liberal and very critical of the liberal regime and its policies. Arriaga was a dyed-in-the-wool republican who saw the Republic as the only regime able to revive the country and implement the democratic virtues of the 1820 revolution.

**Keywords:** Luz Soriano, José de Arriaga, historiography, liberal revolutions

### Sérgio Campos Matos

#### *Historiografia e intervenção cívica: de Oliveira Martins à I República.*

**Resumo:** A relação entre escrita da história e instrução cívica adquiriu especial relevância com a Revolução liberal, quando o tópico nação substituiu a referência ao príncipe como símbolo de identificação colectiva. Na tradição iluminista que se prolongou no século XIX, viu-se muito frequentemente na escola, na educação em geral e, em particular na história instrumentos decisivos para formar cidadãos e assim estruturar a nação, reforçando a sua coesão. Numa época em que dominaram nacionalismos e historicismos, antecipava-se o futuro, inscrevendo-o à partida no passado. Pretende-se averiguar como se relacionaram escrita da história, patriotismo e política nas obras dos historiadores portugueses mais influentes nos últimos decénios da monarquia constitucional: Alexandre Herculano, Teófilo Braga e Oliveira Martins. Todos foram historiadores e, simultaneamente, cidadãos intervenientes na coisa pública – quanto mais não fosse por meio dos seus discursos enquanto actos. Mas houve sintonia e coerência entre esses diversos planos de existência de historiadores? Nem sempre.

**Palavras-chave:** historiografia, instrução cívica, nação, nacionalismo

#### *Historiography and civic intervention: from Oliveira Martins to the 1st Republic*

**Summary:** The relationship between written history and civic education took on particular importance with the liberal revolution, when the theme of “nation” substituted the prince as the symbol of collective identification. According to the tradition of the Enlightenment, which endured throughout the 19th century, often there were crucial instruments for educating citizens, thus structuring the nation and making it more cohesive. At a time when nationalisms and historicisms were dominant, predictions about the future were based on the past. Here, the aim is to see how written history, patriotism and politics are related in the work of the most influential Portuguese historians of the final years of the constitutional monarchy: Alexandre Herculano, Teófilo Braga and Oliveira Martins. All were historians and, at the same time, active citizens in the public arena – both in their

discourse and acts. However, was there harmony and coherence between these different levels of the historians' life? Not always.

**Keywords:** historiography, civic intervention, nation, nationalism

### Ignacio Peiró Martín

#### *Historia de la Historia y memoria de la profesión: ¿Existieron historiadores liberales en la España de Franco?*

**Resumen:** En el marco institucional del proceso de *normalización* experimentado por la historiografía española durante las décadas de 1950 y 1960, el capítulo estudia el nacimiento y desarrollo disciplinar de la historia contemporánea. En segundo lugar, analiza las rivalidades académicas y estrategias de distinción surgidas en la comunidad de historiadores entre los sectores *tradicionales* y los *innovadores*. Y todo eso, con el propósito de discutir críticamente los efectos que provoca en la historia de la profesión la *representación ideológica de la memoria* que afirma la existencia de una tendencia liberal en el espacio colectivo de la historiografía franquista.

**Palabras Clave:** Normalización, Profesión, historiadores, historia de la historiografía española.

#### *History of historical science and memory of the profession. Were there liberal historians in Franco's Spain?*

**Summary:** This chapter revisits the origin and initial development of contemporary history as a discipline in Spain through the study of the institutional framework that characterized the *normalization* process undertaken by Spanish historiography throughout the 1950s and 1960s. Secondly, it analyzes certain academic rivalries and strategies of distinction that occurred within the professional community between traditional and innovative blocs. In doing so, it encourages critical discussion about the extent and scope of the effects caused by the *ideological representation of memory* that indicates the existence of a liberal trend within the public sphere of Francoist historiography.

**Keywords:** Normalization, profession, historians, Spanish history of historiography.

### Luís Reis Torgal

#### *O Estado Novo na historiografia: uma perspectiva crítica*

**Resumo:** Mesmo neste ano do centenário da República em Portugal (2010/2011) surgiu, como em anos anteriores, uma significativa quantidade de livros sobre o Estado Novo (1933-1974) que, com a ditadura militar (1926-1933), pôs termo à I República (1910-1926).

Mas, será que a historiografia sobre este tema (sempre polémico) está a evoluir no sentido da consolidação metodológica ou, ao invés, quase se justifica a opinião ortodoxa ou irónica de alguns historiadores do passado (não distante) que consideravam depreciativamente a “história contemporânea” ou a “história contemporânea próxima” como uma espécie de “jornalismo”? E será também que essa historiografia não está a voltar para trás no sentido de apresentar, por vezes de modo aparentemente científico, o que sempre chamei uma “historiografia ideológica” ou uma “ideologia historiográfica”? Noutra perspectiva, o certo é que muitas obras parecem ter “descoberto o universo” (ou seja certos campos de pesquisa), esquecendo o longo trabalho realizado por historiadores do Estado Novo, às vezes sem sequer os citar!

Tudo isto não significa, todavia, que não haja uma importante historiografia sobre o Estado Novo desde os anos 70, que culmina com algumas obras recentes de qualidade, embora raramente sejam apreciadas – como merecem e merece a temática em questão – em sentido crítico. Seja como for, o que me parece afinal é que é necessário parar para pensar, sob pena de se estar a pôr em perigo o verdadeiro sentido da história contemporânea. Afinal, parece que é necessário reflectir sobre o que é a história, entendida como ciência ou, como costume dizer, como “literatura científica”. Sob pena de termos de aceitar à letra a afirmação assumidamente paradoxal de Paul Veyne: “tudo é histórico, logo a história não existe”.

**Palavras-chave:** história, historiografia, Estado Novo

### *Estado Novo in historiography: a critical view*

**Summary:** Even in the centenary year of the Portuguese Republic (2010/2011), much like previous years, a number of books were published on the Estado Novo (1933-1974) which, like the military dictatorship (1926-1933), put an end to the 1st Republic (1910-1926). However, is it that the historiography on this theme (ever controversial) is evolving in terms of methodological consolidation or, on the contrary, that there is almost a justification for the orthodox or ironic opinion of certain historians of the (not too distant) past who depreciatively considered “contemporary history” or “recent contemporary history” as a kind of “journalism”? And also is it that this historiography is regressing in terms of presenting, sometimes in an apparently scientific way, what I have always called “ideological historiography” or a “historiographical ideology”? From another perspective, it is true that many other works seem to have “discovered the universe” (i.e. other fields of research), forgetting the extensive work done by historians of the Estado Novo, sometimes even forgetting to quote them!

However, all of this does not mean that there has not been important historiographical work on the Estado Novo since the 1970s, which has culminated with some recent works of quality, albeit rarely appreciated (as they themselves and the issue deserve), in critical terms. Whatever the case, I believe it is necessary to stop to think, at the risk of losing the true sense of contemporary history. After all, it seems necessary to reflect on what history is, as a science or, as I usually say, as “scientific literature”. At the risk of having to accept

literally Paul Veyne's clearly paradoxical statement: "Everything is historical, therefore history does not exist".

**Keywords:** history, historiography, Estado Novo

## Daniel Protásio

### *O 2º Visconde de Santarém e a tradição documental portuguesa (1817-1846)*

**Resumo:** A propósito do 2º visconde de Santarém e de vários outros autores da primeira metade do século XIX (reunidos à volta da Academia das Ciências de Lisboa), é elaborada uma reflexão panorâmica sobre o impacto que a renovação metodológica das ciências auxiliares da história provocou na velha tradição documental portuguesa, herdada da Idade Média e do Renascimento humanista.

Tal tradição, velha de séculos, estabelecida por eruditos e antiquários, como André de Resende (c. 1500-1573) e Diogo Mendes de Vasconcelos (1523-1599) e por mitólogos como Frei Bernardo de Brito (1569-1617), vai conhecer um novo impulso, mediante o qual a análise e recolha documentais colocam em causa a veracidade de algumas dessas interpretações e fontes. Porém, paradoxalmente, o confronto entre tradição mítica e *arqueológica* e revolução exegética não vai significar, necessariamente, a derrota da primeira e a vitória da segunda. Ambas sobrevivem, de forma surpreendente, numa estranha coabitação, em autores como José Liberato Freire de Carvalho, o visconde de Santarém e até Alexandre Herculano.

Numa época – a dos anos de 1817 a 1846 – marcada por revoluções políticas europeias e nacionais, ocorreram alterações profundas na valorização dos documentos e das tradições institucionais colectivas portuguesas, duplamente recuperados, no seu cerimonial de ritos e de evocações e no conseqüente panteão de mitos. Foi o caso, por exemplo, das cortes, tanto para absolutistas quanto para liberais. Sob o pano de fundo do romantismo cultural, literário e historiográfico, são propostas hipóteses de trabalho para análise de conteúdos historicizantes, presentes nas obras de Alexandre Herculano, de João Pedro Ribeiro e de José Liberato Freire de Carvalho, em confronto ou em complementaridade com a do visconde de Santarém. Para tal, é elaborado um enquadramento cronológico prévio da vida cultural, institucional e académica portuguesa, durante os reinados de D. João V a D. Pedro V. São, assim, referidos acontecimentos datados de 1720 a 1859 (da criação da Academia Real da História à fundação do Curso Superior de Letras), considerados relevantes para o estabelecimento das premissas indispensáveis ao florescimento de um esforço historiográfico continuado e científico.

Um discurso histórico fundamentado no documento e na ciência auxiliar que o enquadra, a Diplomática; ritualizado na vida académica, sob a protecção da coroa e com a participação das elites; e imbuído de um carácter interventivo, quer no sentido da continuidade ou da ruptura, quer no da revolução ou da restauração: eis, na sua essência, a riqueza da historiografia portuguesa da primeira metade de Oitocentos. Como é natural, importará aprofundar a breve análise que se segue em estudos específicos posteriores, de forma sustentada e continuada.

**Palavras-chave:** documento, mito, historiografia, Academia das Ciências de Lisboa.

## *The 2nd Viscount of Santarém and the portuguese documental tradition*

**Summary:** Regarding the second Viscount of Santarém and other Portuguese authors of the first half of the 19th century (associated with the Academia das Ciências de Lisboa), this is a panoramic study on the impact that the methodological renewal of history's auxiliary sciences had on the old Portuguese documental tradition, which was inherited from the medieval period and from humanistic Renaissance times.

Such centuries-old tradition, established by scholars and antiquarians like André de Resende (c. 1500-1573) and Diogo Mendes de Vasconcelos (1523-1599) and by myth-builders such as Frei Bernardo de Brito (1569-1617), will gain new impetus, through which documental analysis and gathering will question the veracity of some of those readings and sources. However, paradoxically, the comparison between mythological and archaeological tradition and exegetical revolution will not necessarily mean defeat for the former and the victory for the latter. Surprisingly, both survive and can be found in authors like José Liberato Freire de Carvalho, the second Viscount of Santarém and Alexandre Herculano. In an era (1817 to 1846) marked by various European and national political revolutions, profound changes occurred in the appreciation of Portuguese historical documents and collective institutional traditions, recovered both in their ceremonial rites and evocations and consequent mythical pantheon. Such was the case, for example, of the courts, both absolutist and liberal. Against the backdrop of cultural, literary and historiographical romanticism, certain working hypothesis are proposed, for the analysis of historicist theories found in the works of Alexandre Herculano, João Pedro Ribeiro and José Liberato Freire de Carvalho, in contrast to, or complemented by, the works of the Viscount of Santarém. To this end, a previous chronological background of the Portuguese cultural, institutional and academic life during the reigns of D. João V until that of D. Pedro V is outlined. Certain facts from the period between 1720 and 1859 (from the establishment of Academia Real da História to the foundation of Curso Superior de Letras) are presented as relevant to the creation of certain premises, considered essential to the development of a scientific and continuous historiographical effort. A historical discourse based on documents and on the auxiliary science that contextualises them, diplomatic science; ritualized in academic life, under the protection of the crown and with the participation of the elites; and designed to be an instrument of political intervention, defending either continuity or radical change, either revolution or restoration: this is the essence of the richness of the Portuguese historiography of the first half of the 19th century. This subject, briefly analyzed on the following pages, should be studied in much greater detail in future specific reports, in a sustained and continuous fashion.

**Keywords:** document; myth; historiography; Academia das Ciências de Lisboa.

**João Frazão Couvaneiro**

*A Historiografia no Curso Superior de Letras: o caso de Rebelo da Silva*

**Resumo:** O Curso Superior de Letras (1859-1911) foi o primeiro, e durante a sua existência o único, estabelecimento português consagrado ao ensino superior das humanidades. O currículo resumia-se inicialmente a cinco cadeiras, entre as quais pontuavam a História Pátria e Universal (1º ano) e a História Universal Filosófica (2º ano). Reformas subsequentes ampliaram o plano de estudos, mas só em 1901 foram criadas outras cadeiras de História, que substituíram as existentes e estavam presentes em todos os planos de estudos: História Antiga (1º ano), História da Idade Média e Moderna (2º ano), História Pátria (3º ano). Para a docência da primeira cadeira autónoma de História no ensino superior português o nome de Herculano (1810-1877) afigurava-se inquestionável. Convidado, acabaria por recusar, tendo provavelmente concordado com a atribuição da cadeira ao seu discípulo Rebelo da Silva (1822-1871). Nomeado para a cadeira de História Pátria e Universal, que regeu até ao final da sua vida, foi a principal referência do Curso.

A extensa obra de Rebelo da Silva estendeu-se, para lá dos estudos históricos, aos domínios do romance, do texto dramático, da teoria e da crítica literária. A sua produção historiográfica foi marcada pela abordagem de temáticas de grande amplitude, num esforço de rigor documental e objectividade analítica, não deixando, no entanto, de ser portadora de uma certa intencionalidade política ao serviço da causa da independência nacional. Neste artigo procuro sistematizar as linhas mais marcantes do seu trabalho historiográfico e identificar as principais características do seu magistério.

**Palavras-chave:** Historiografia; Ensino Superior; Luís Augusto Rebelo da Silva; Curso Superior de Letras

*Historiography at the Curso Superior de Letras: the case of Rebelo da Silva*

**Summary:** The Curso Superior de Letras (1859-1911) was the first and the only educational institute during its lifetime devoted to the humanities in higher education. The curriculum was initially made up of five subjects, which included national and universal history (1st year) and philosophical universal history (2nd year). Later reforms expanded the curriculum, however, it was only in 1901 that other history subjects were created, replacing existing ones and which were taught at all levels: ancient history (1st year), history of the Middle and Modern Ages (2nd year), national history (3rd year).

For the teaching of the first independent history subject in Portuguese higher education, the name of Alexandre Herculano (1810-1877) was unquestionable. Though invited, he would eventually decline, probably having agreed to award the position to his disciple Rebelo da Silva (1822-1871). Appointed for the subject of national and universal history, which he taught until the end of his life, Rebelo da Silva was the main reference of the course.

Rebelo da Silva's extensive work went beyond historical studies to the domains of the novel, dramatic text, theory and literary criticism. His historiographical production was marked

by the approach of wide-ranging topics in an effort to achieve documentary accuracy and analytical objectivity, while carrying a certain political intentionality that served the cause of national independence. In this article I intend to systematize the most important aspects of his historiographical work and identify the main features of his teaching.

**Keywords:** Historiography; Higher Education; Luís Augusto Rebelo da Silva; Curso Superior de Letras.

**Teresa Sousa Nunes**

*Carlos Malheiro Dias, historiador e romancista*

**Resumo:** Este trabalho visa o estudo da articulação estabelecida por Carlos Malheiro Dias entre o género literário, jornalístico, cronístico com a História em período anterior à implantação da República. Procura, por outro lado, explicar o modo como ainda a História serve ao autor no exercício da crítica às instituições republicanas.

**Palavras chave:** História, literatura, Monarquia Constitucional e I República

*Carlos Malheiro Dias, historian and novelist*

**Summary:** This work aims to study the link established by Carlos Malheiro Dias between the genre of literature, journalism and chronicles with history in the period before the Portuguese Republic was created. On the other hand, it attempts to explain how history serves the author's criticism of republican institutions.

**Key Words:** History, literature, Constitutional Monarchy, First Portuguese Republic

**Hugo Gonçalves Dores**

*Os inícios da História na Faculdade de Letras de Lisboa: Queirós Veloso, Oliveira Ramos e Agostinho Fortes*

**Resumo:** Os inícios do ensino da História na Faculdade de Letras de Lisboa estão ligados ao desempenho dos seus três principais professores: José Maria Queirós Veloso, Manuel de Oliveira Ramos e Agostinho José Fortes.

Os três professores dominaram o então chamado Grupo de História, entre 1911 e 1930, representando cada um deles tendências distintas no modo de entender a História. Neles encontramos as influências da historiografia positivista e republicana, da historiografia erudita e metódica, além da marca incontornável de Alexandre Herculano. A História ensinada e divulgada na Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1911 e 1930, é devedora da historiografia liberal e laica vinda do século XIX, contrastando com modelos historiográficos de tendência mais conservadora ou de feição mais nacionalista. Porém, não deixa de haver nas obras dos

três docentes marcas da sua própria ideologia política. O seu pensamento historiográfico mostra-se herdeiro de uma certa historiografia liberal, onde se destaca a influência da obra de Alexandre Herculano, a importância atribuída às fontes documentais e uma certa visão crítica do processo histórico. Em cada um dos autores pode-se perscrutar, pelo menos, cada um destes pontos, representando assim a principal ligação entre o seu trabalho de historiador. Queirós Veloso é o grande defensor da importância crucial do documento como base da argumentação histórica, assim como Oliveira Ramos que é marcado pela herança de Herculano. Agostinho Fortes, com as suas estreitas ligações ao republicanismo, vai manter as críticas da historiografia de tendência republicana sobre a decadência do país. Apesar da diminuta divulgação da sua obra enquanto historiadores, o seu trabalho constitui uma das primeiras contribuições da secção de História da Faculdade de Letras para a historiografia portuguesa.

**Palavras-chave:** Historiografia liberal, Faculdade de Letras, Historiografia republicana, Ensino

### *The beginnings of History at Faculdade de Letras de Lisboa: Queirós Veloso, Oliveira Ramos and Agostinho Fortes*

**Summary:** The start of history teaching at Lisbon's Faculty of Arts is related with the work of its three first professors: José Maria Queirós Veloso, Manuel de Oliveira Ramos and Agostinho José Fortes.

These three men dominated the History Group, as the history department was known at the time, between 1911 and 1930. They were connected with different ways of understanding history. Some influences of positivistic, republican and methodical historiographies could be found in their work, as well as the indelible mark of Alexandre Herculano. The history that was taught and disseminated at the Faculty of Arts during those years was strongly identified with the liberal and laic historiography from the 19th century, contrasting with conservative and nationalistic historiographies. However, the work of these authors bore the hallmark of their own political ideologies. Their historiographical thought was a legacy of a certain liberal historiography shaped by the inspiration of Herculano, the importance of documental sources and by a critical understanding of the Portuguese historical process. At least one of these three aspects could be attributed to each professor and the connection with these historiographical perspectives represents the primary link between the work of the three men. Queirós Veloso is the great defender of the essential role of sources as the cornerstone of a historian's work. Oliveira Ramos also vindicates this, maintaining the bond with Herculano's ideas. Agostinho Fortes, with his close ties to republican ideology, repeats the criticism of republican-influenced historiography on the decay of Portugal.

**Keywords:** Liberal historiography, Faculty of Arts, republican historiography, Teaching

**Ricardo Brito*****Marcelo Caetano, historiador***

**Resumo:** Este artigo analisa a figura de Marcelo Caetano em duas perspectivas coincidentes: a de historiador e a de professor. A par do seu papel preponderante e decisivo dentro do aparelho político e ideológico do Estado Novo, Marcelo Caetano destacou-se em outros domínios, como nos estudos de índole histórica e na acção como pedagogo. Faremos uma perspectiva analítica do seu trabalho como historiador, demonstrando, tanto na escolha dos temas, como nas perspectivas que este lançou sobre eles, a forma como essa produção foi ideologicamente influenciada. Numa segunda parte, iremos observar a sua visão de educação (universitária) e a sua ideia de Universidade, tanto no seu funcionamento, como nos seus fins.

**Palavras-chave:** Marcelo Caetano, Estado Novo, historiografia, professor, Universidade

***Marcelo Caetano, historian***

**Summary:** This paper analyzes Marcelo Caetano from two coinciding perspectives: that of the historian and the teacher. Despite his decisive role within the political and ideological system of the Estado Novo regime, he made an important contribution in other domains, such as historical studies and as a pedagogue. We intend to show how his work was ideologically influenced by both his choice of themes and his perspective on them. Secondly, we will show his vision regarding university education and his concept of university itself, in both its function and purposes.

**Key words:** Marcelo Caetano, Estado Novo, historiography, professor, University

**Paulo Rodrigues Ferreira*****Ruben Andersen Leitão, historiador e memorialista***

**Resumo:** A obra de Ruben Andresen Leitão está intimamente ligada ao memorialismo. Cruzando vários géneros e dando uma visão trágica do mundo português, a sua obra literária é muito relevante para a compreensão da sua vertente historiográfica. Num romance como *A Torre da Barbela* (1964), temos a história de uma família de fantasmas de sangue nobre desprovida de um poder que, à semelhança das antigas glórias portuguesas, se esfumou. Por outro lado, os diferentes volumes de *Páginas* (1949, 1950, 1956, 1960, 1967 e 1970) e de *O Mundo à Minha Procura* (1964, 1966 e 1968), são autobiografias de estilo ficcional onde encontramos memórias da vida portuguesa, do salazarismo, da Segunda Guerra Mundial, da escola, dos namoros, do Porto, de Lisboa, de Coimbra ou da Inglaterra.

Resultando principalmente da investigação que levou a cabo durante os anos que passou em Inglaterra, a sua obra historiográfica gira em torno do reinado de D. Pedro V e das relações político-culturais luso-britânicas. Nos Arquivos de Windsor, Andresen Leitão encontrou inéditos, correspondência (como a trocada entre D. Pedro e o Príncipe Alberto) e diários

(das viagens do monarca pela Europa), que traduziu e publicou. Num estilo humanizante, usado na biografia histórica, género cultivado na tradição britânica, descreveu D. Pedro como um jovem carente, hesitante, desconfiado dos seus súbditos, que pedia conselhos como qualquer outro ser humano pediria a um seu familiar. Encontrou ainda no rei uma vontade que ele próprio tinha de mudar o país, de conhecer, de viajar, de compreender o que havia de moderno na Europa, o cosmopolitismo e a luta contra um atraso nacional muito causado pela mediocridade dos políticos.

**Palavras-chave:** D. Pedro V, memorialismo, autobiografia, ficção.

### *Ruben Andresen Leitão, historian and memorialist*

**Summary:** The work of Ruben Andresen Leitão is closely linked to memorialism. Spanning various genres and giving a tragic vision of the world, his literary work is very important in terms of understanding his work as a historian. The novel *A Torre da Barbela* (1964) tells the story of a family of ghosts of noble descent whose power disappeared centuries ago, while the different volumes of *Páginas* (1949, 1950, 1956, 1960, 1967 and 1970) and *O Mundo à Minha Procura* (1964, 1966 and 1968) are fictional-style autobiographies where we find memories of Portuguese life, Salazarism, World War II, school, romantic encounters, Lisbon, Coimbra or England.

Resulting mainly from research conducted during the years he spent in England, his historiographical work revolves around the reign of D. Pedro V and the cultural-political relations between Portugal and England. In the Windsor Archives, Andresen Leitão found, translated and published correspondence (such as that exchanged between D. Pedro and the Prince Albert) and diaries (in which the king wrote about his travels around Europe). In a humanizing style, like the one used in historical biography (a popular genre in the British tradition) Ruben Andresen Leitão described D. Pedro as a needy young monarch, who was hesitant and suspicious of his subjects. He also found a king with a personal mission to change the country and with the desire to discover, travel and understand what was modern in Europe, cosmopolitanism and the fight against a national backwardness caused by the mediocrity of politicians.

**Keywords:** D. Pedro V, memorialism, autobiography, fiction.

### **José M. Guedes de Sousa**

#### *Vitorino Magalhães Godinho – história, ensino e investigação nos anos 40*

**Resumo:** O presente artigo pretende contribuir para uma melhor compreensão do percurso académico e historiográfico de Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) nos anos 40 em Portugal. Foi, por esta altura, um dos mais importantes teorizadores e divulgadores de uma nova forma de fazer história, em grande parte influenciada pelo movimento dos *Annales* que emergia em França. Parte significativa desta actividade desenvolveu-se no âmbito da Faculdade

de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi professor entre 1942 e 1944. Procurar-se-á, assim, compreender quais as principais directrizes do novo modelo historiográfico que procurou divulgar, tanto na sua actividade de docente como de investigador, e, por outro lado, quais as diferentes repercussões que as suas ideias tiveram no contexto universitário e historiográfico da época.

**Palavras-chave:** historiografia, *Annales*, ensino superior, universalismo.

### ***Vitorino Magalhães Godinho, History, Teaching and Research in the 1940s***

**Summary:** This article aims to contribute to a better understanding of the academic and historiographical career of Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) in Portugal in the 1940s. Godinho was one of the most important theorists and promoters of a new way of looking at history, largely influenced by the *Annales* movement, which emerged in France. A significant part of this activity occurred at the Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, where he lectured between 1942 and 1944. The objective, therefore, is to understand the main guidelines of the new historiographical model that he sought to promote, both as a teacher and researcher, and, on other hand, the different repercussions his ideas had in the academic and historiographical context of the time.

**Keywords:** historiography; *Annales*; higher education; universalism.







ISBN: 978-989-8068-13-2



9 789898 068132



FLUL

FACULDADE  
DE LETRAS  
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



UNIVERSIDADE  
AbERTA  
www.uab.pt

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA